

Os 34 ensaios desta obra analisam criticamente as contribuições e lacunas de autores clássicos das Ciências Sociais sob a perspectiva dos estudos de gênero. Cobrindo um amplo espectro temático – analisando produções que vão de Auguste Comte a Carlo Ginzburg, passando por Claude Lévi-Strauss, Anthony Giddens e Edward Thompson –, estes textos compõem um volume indispensável para os interessados não só em temas relacionados à desigualdade sexual, mas também na própria história do pensamento social.

"Mais ainda que um novo olhar sobre as Ciências Sociais 'normásculas', talvez seja esse modo 'salteador' produtivo e imaginativo, esse caminho da bandita que nos interessa propor aqui, por meio das numerosas releituras críticas feministas mobilizadas no decorrer desta obra e que poderiam muito bem revelar um dos 'efeitos teóricos da fúria dos oprimidos'."



O GÊNERO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS
Chabaud-Rychter • Descoutures • Devreux • Va

O GÊNERO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Releituras críticas
de Max Weber a
Bruno Latour



Danielle Chabaud-Rychter
Virginie Descoutures
Anne-Marie Devreux
Eleni Varikas



EDITORA
UnB



EDITORA
UnB

editora
unesp

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador
Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-Presidente
José Castilho Marques Neto

Editor-Executivo
Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Superintendente Administrativo e Financeiro
William de Souza Agostinho

Assessores Editoriais
João Luís Ceccantini
Maria Candida Soares Del Masso

Conselho Editorial Acadêmico
Áureo Busetto
Carlos Magno Castelo Branco Fortaleza
Elisabete Maniglia
Henrique Nunes de Oliveira
João Francisco Galera Monico
José Leonardo do Nascimento
Lourenço Chacon Jurado Filho
Maria de Lourdes Ortiz Gandini Baldan
Paula da Cruz Landim
Rogério Rosenfeld

Editores-Assistentes
Anderson Nobara
Jorge Pereira Filho
Leandro Rodrigues

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor
Ivan Marques de Toledo Camargo

Vice-Reitora
Sônia Nair Bão

Diretora
Ana Maria Fernandes

Conselho Editorial
Ana Maria Fernandes – Pres.
Ana Valéria Machado Mendonça
Eduardo Tadeu Vieira
Emir José Suaiden
Fernando Jorge Rodrigues Neves
Francisco Claudio Sampaio de Menezes

Marcus Mota
Peter Bakuzis
Sylvia Ficher
Wilson Trajano Filho
Wivian Weller

Gerência de produção editorial
Marcus Polo Rocha Duarte

Danielle Chabaud-Rychter
Virginie Descoutures
Anne-Marie Devreux
Eleni Varikas
(orgs.)

O GÊNERO NAS
CIÊNCIAS SOCIAIS
RELEITURAS CRÍTICAS DE MAX
WEBER A BRUNO LATOUR

Tradução
Lineimar Pereira Martins



2014

© 2010 Éditions La Découverte, Paris
© 2014 Editora Universidade de Brasília

Título original: *Sous les sciences sociales, le genre*

Fundação Editora da Unesp (FEU)

Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livrariaunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

Editora UnB

SCS, quadra 2, bloco C, n.78,
Edifício OK, 2º andar
70302-907 – Brasília – DF
Tel.: (0xx61) 3035-4200
Fax: (0xx61) 3035-4230
www.editora.unb.br
contatoeditora@unb.br

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Capa

Igor Daurício

Imagem de capa

Matthias Kabel

Edição de textos

Maira Kubik (Preparação de original)

Vivian Miwa Matsushita (Revisão)

Jupira Correa (Revisão)

Editoração eletrônica

Sergio Gzeschnik (Diagramação)

Assistência editorial

Alberto Bononi

CIP – Brasil. Catalogação na publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

G29

O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour / organização Danielle Chabaud-Rychter... [et al.]; tradução Lineimar Pereira Martins. – 1. ed. – São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.
il.; 23 cm.

Tradução de: *Sous les sciences sociales, le genre*
ISBN 978-85-393-0514-8 (Editora Unesp)
ISBN 978-85-230-1140-6 (Editora UnB)

1. Mulheres. 2. Sociologia. 3. Gênero. I. Título

14-10088

CDD: 301
CDU: 316

SUMÁRIO

Prefácio à edição brasileira XI

Lourdes Maria Bandeira e Tânia Mara Campos de Almeida

Agradecimentos 1

Introdução

Questões de gênero nas Ciências Sociais

“normásculas” 3

I – Estruturas, estruturação, práticas

1 Augusto Comte e o gênio feminino ou o romance de uma “concorrência fatal” 25
Pascale Molinier

2 Émile Durkheim e a unidade orgânica da sociedade conjugal 41
Roland Pfefferkorn

3 Marcel Mauss e a divisão das sociedades por sexos: um programa inacabado 55
Marie-Élisabeth Handman

4 Claude Lévi-Strauss e (sempre) a troca de mulheres: análises formais, discursos, realidades empíricas 69
Martine Gestin e Nicole-Claude Mathieu

- 5 Pierre Bourdieu e as relações entre os sexos: uma lucidez obstruída 85
Anne-Marie Devreux
- 6 Maurice Godelier: à procura das relações sociais de sexo – encontros 105
Anne-Marie Daune-Richard
- 7 Anthony Giddens e a intimidade: a estruturação esquecida 119
Lynn Jamieson e Judy Wajcman

II – Atores, saberes, regimes de ação

- 8 Talcott Parsons: uma herança controvertida. Papéis de sexo, família e modernidade ocidental 137
Dominique Fougeyrollas-Schwebel
- 9 Michel Crozier e a diferença dos sexos: uma Sociologia das organizações ao masculino neutro? 151
Jacqueline Laufer
- 10 Alain Touraine. Do esquecimento do gênero ao sujeito-mulher: para uma filosofia da diferença? 169
Xavier Dunezat e Elsa Galerand
- 11 Raymond Boudon ou o alcance de um certo “universalismo abstrato” na análise das desigualdades sob o ângulo do gênero 185
Marie Duru-Bellat
- 12 Carlo Ginzburg: o gênero escondido da micro-história 199
Ilana Löwy
- 13 Luc Boltanski e o gênero: entre alienações específicas e alienação genérica 215
Fatiha Talahite

- 14 Bruno Latour, guerra e paz: percursos e contornos feministas 231
Delphine Gardey

III – Interações e produção da ordem social

- 15 Everett Cherington Hughes: dimensão de gênero e diferenças sexuadas 249
Pierre Tripier
- 16 Alfred Schütz: situações de crise e realidades múltiplas no “mundo da vida de todos os dias” 263
Patricia Paperman e Joan Stavo-Debauge
- 17 Anselm Strauss e sua herança: sexo/gênero e raça/etnicidade 279
Adele E. Clarke
- 18 Harold Garfinkel: competência social e atribuição do gênero 295
Danielle Chabaud-Rychter
- 19 Erving Goffman da produção social do gênero à objetivação social das diferenças biológicas 313
Azadeh Kian
- 20 Howard S. Becker. Desvio e identidades de gênero 327
Isabelle Clair

IV – Classes sociais

- 21 Como Karl Marx pode contribuir para a compreensão do gênero? 343
Nancy Holmstrom
- 22 Friedrich Engels: da propriedade privada à sujeição das mulheres 359
Josette Trat

- 23 Pierre Naville e a divisão do trabalho entre os sexos: o sistema produtivo em última instância 373
Michel Lallement
- 24 Richard Hoggart e a família operária. Uma lucidez sem conceitos 387
Éric Neveu
- 25 Edward P. Thompson: classe, gênero, historicidade e "capacidade de agir" 403
Laura L. Frader

V – Progresso, racionalidade, dinâmicas do Ocidente

- 26 Max Weber, a gaiola de aço e as senhoras 423
Eleni Varikas
- 27 Norbert Elias: o sexo, o gênero e o corpo no processo civilizador 443
Jennifer Hargreaves
- 28 Philippe Ariès: o gênero na história da família e da vida privada 463
Nicole Edelman
- 29 Jürgen Habermas e o gênero: a experiência do descentramento pela discussão 475
Estelle Ferrarese

VI – Crítica da modernidade

- 30 Georg Simmel, pensador do gênero entre Caríbes e Cila 493
Nicole Gabriel
- 31 Karl Mannheim e o gênero: ponto de vista e conhecimento situado 511
Ludovic Gaussot

- 32 Theodor W. Adorno: do caráter feminino ao prisma de uma crítica geral da dominação 525
Sonia Dayan-Herzbrun
- 33 Hannah Arendt: agir o dado 537
Diane Lamoureux
- 34 Michel Foucault para pensar o gênero: sujeito e poder 553
Michèle Riot-Sarcey
- Sobre os(as) autores(as) 569
- Índice onomástico 575

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Lourdes Maria Bandeira¹

Tânia Mara Campos de Almeida²

Publicado originalmente em francês pela Editora Découverte, 2010, *O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour* felizmente chega ao Brasil, com tradução em português, por uma importante iniciativa das editoras da Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). A publicação evidencia a sensibilidade de ambas as editoras em relação ao tema de extrema relevância e atualidade no campo teórico das Ciências Sociais e Humanidades, bem como em áreas afins do saber e de intervenção direta na sociedade, como o Direito e a Saúde.

A presente obra preenche uma importante lacuna por oferecer um amplo panorama de análise sobre grandes autores do pensamento social ocidental, resgatando o olhar (ou a sua ausência) sobre as mulheres, pela ótica de gênero e do pensamento feminista. Certamente, o livro se tornará uma referência bibliográfica de destaque em cursos, pesquisas e atividades acadêmicas por parte daquelas/es pensadoras/es voltadas/os para os estudos de gênero, feminismo(s) e daquelas/es interessadas/os no aprofundamento dos conhecimentos sobre teoria sociocultural, trazendo inclusive contribuições significativas ao domínio das políticas públicas, de modo

1 Professora Titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Mulher (NEPeM/UnB).

2 Professora Adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Mulher (NEPEM/UnB).

equivalente a ter se firmado como expressiva fonte de citação em seu país de origem, a França, na Europa e no Canadá.

O livro, organizado por quatro acadêmicas, mulheres expoentes da intelectualidade francesa, todas hoje com reconhecido prestígio internacional, reúne a contribuição de 34 analistas de variadas formações acadêmicas e atuações em meio universitário na França, Canadá, Estados Unidos, Suíça e Reino Unido. Essas/es analistas se debruçaram à releitura densa e crítica, pela perspectiva de gênero, dos trabalhos de sociólogos, filósofos, antropólogos e historiadores – todos homens (exceto a filósofa política Hannah Arendt), considerados clássicos e contemporâneos na consolidação de sua produção acadêmica, na legitimidade que lhes é atribuída de seus eixos disciplinares e também influentes na própria conformação do conhecimento científico no mundo moderno.

As questões norteadoras desse conjunto de releituras foram elaboradas a partir de um intenso diálogo com os referidos trabalhos clássicos e contemporâneos, pilares diretos da formação e do desenvolvimento do campo das Ciências Sociais e Humanas na academia e na constituição da sociedade moderna, a partir de meados do século XIX. Assim, comparecem no cenário em pauta o fundador da Sociologia, Augusto Comte, Émile Durkheim, Karl Marx, Max Weber, Georg Simmel, Marcel Mauss, Claude Lévi-Strauss, Maurice Godelier e Norbert Elias. Também estão presentes autores bem mais recentes: Pierre Bourdieu, Alain Touraine, Anthony Giddens, Luc Boltanski, Michel Foucault, Philippe Ariès, Carlo Ginzburg, Alfred Schütz, Jürgen Habermas e Bruno Latour. Vale destacar que as especificidades do contexto francês suscitaram uma produção teórica bem distinta em relação àquela realizada pelos grandes nomes alemães, ingleses e norte-americanos. Para mostrar essa diversidade, além do destaque destinado à Escola Francesa de Sociologia e a outros representantes europeus, a obra estabeleceu diálogo com expoentes de além-mar. Foram revisitados, nessa perspectiva de apresentar um panorama diverso entre as linhas teóricas, os destacados Talcott Parsons, Harold Becker e outros não esquecidos.

De modo geral, essa interlocução estabelecida ao longo da obra foi direcionada a buscar o lugar que as diferenças sexuais são vistas na condição de princípios automáticos de conceitos e categorias nos trabalhos analisados. De modo especial, uma comparação é entretecida em suas páginas entre

os pensadores de tradições intelectuais diversas, mas que se dispuseram a refletir sobre hierarquias, dominações, desigualdades e identidades sociais sem considerar (ou considerando muito pouco) as questões de gênero.

Um parêntese deve ser feito para ressaltar que houve resistências à integração da categoria de gênero nos estudos feministas franceses por longo tempo. Isso ocorreu devido, sobretudo, a questões de ordem epistemológica, no sentido do referente próximo ao pós-estruturalismo. Essa vertente estaria mais vinculada às abordagens simbólico-culturais e menos ao “gosto” do pensamento estruturalista e pós-estruturalista das francófonas. Enfim, tal resistência foi quebrada no início de 1992, quando as estudiosas ligadas à publicação *Cahiers du Genre* (Groupe d'Études sur La division Sociale et Sexuelle du Travail), do Centre National de Recherche Scientifique (CNRS-França), assumiram em definitivo ampliar o debate acadêmico com a integração da referida categoria e incorporar todas as suas consequências acadêmicas e políticas.

Christine Delphy, em artigo na *Nouvelles Questions Féministes*,³ já alertava para o que considerava ser uma certa “hostilidade irracional” contra aquilo que era visto como uma “importação do exterior” ao fato de incorporar, no pensamento feminista francês, a categoria de gênero. No entanto, deve-se ter em mente que sempre há um conjunto complexo de possibilidades de articulações na constituição dos aparatos teórico-conceituais, sendo estes elaborados no bojo de disputas políticas intelectuais e em simbiose com as tradições de pensamento, históricas e políticas de um determinado contexto. Parafraseando Renato Ortiz, no conhecido texto *A diversidade de sotaques: o inglês e as ciências sociais* (2002), também consideramos que a “diversidade de sotaques” nas Ciências Humanas é fundamental para o cosmopolitismo das ideias.

Logo, estamos diante de uma obra original no âmbito das Ciências Sociais e Humanidades, que acaba por atuar na dinâmica de revisão e ampliação dos seus horizontes interpretativos ao trazer à tona o “gênero”, que sempre esteve embaixo de suas matrizes analíticas ditas *normales* (um neologismo irônico em francês das organizadoras, ao fundir a palavra “normais” – *normales* – com “masculinos/as” – *mâles*), mesmo em

3 Christine Delphy, *L'invention du «French Feminism»: un démarche essentielle. Nouvelles Questions Féministes*, Paris, v.17, n.1, 1996, p.15-58.

pressupostos inconscientes e desconhecidos dos referidos pensadores e de Hannah Arendt. Ou seja, o título da obra é sugestivo sobre a constatação de que a explicação e a compreensão dos fenômenos sociais, culturais, filosóficos e históricos se dão constantemente de modo genderizado, ainda que seja em uma expressão automática, em um ponto cego, nos habituais quadros de pensamento. Afinal, as relações de gênero são presentes e transversais à totalidade das categorias pelas quais apreendemos e concebemos a condição do humano, isto é, impregnam a inteireza das relações e cenas sociais simultaneamente ao serem tecidas no e por essas relações e cenas.

O *gênero nas Ciências Sociais* reafirma a hipótese de que o saber sociológico é herdeiro direto de uma perspectiva masculina em relação ao mundo social. E as experiências pautadas por essa ótica, em geral, correspondem ao entendimento de que a capacidade intelectual em sociedades patriarcais seja predominantemente masculina. Essa dita capacidade abarca uma série de implicações, a começar pela universalização e pseudoneutralidade de tal ótica masculina para a coletividade de homens e mulheres. Portanto, também está se falando de uma dimensão política extremamente relevante na divisão de tarefas dentro das Ciências Sociais e Humanidades, a qual alija as acadêmicas e pensadoras do prestígio e reconhecimento.

Desse ponto de vista, a presente publicação, ao considerar a produção de autores relevantes das Ciências Sociais e Humanas (incluindo, dentre estes, Hannah Arendt) sob a ótica da perspectiva de gênero e do olhar feminista como um campo emergente inter-relacionado a um campo maior – o científico –, afirma que eles estruturaram teorias e métodos, constitutivos de parâmetros científicos e do próprio mundo moderno propriamente dito. Ao fazer isso, a obra evidencia processos de desconstrução das noções dualistas e assimétricas que ainda persistem na ciência moderna e que precisam ser superados nos tempos atuais nas próprias relações cotidianas e mundanas.

Por isso, as organizadoras mencionam, na Introdução, que o livro se inscreve em uma corrente atual em franco desenvolvimento, mais especificamente no seio da Sociologia, que produz ferramentas de análise sobre sua sócio-história e sobre a maneira mais comum de os textos fundantes das Ciências Sociais e Humanidades terem sido apropriados por uma leitura *standard* ou pelo inovador viés feminista. Na verdade, a produção científica e acadêmica, com seus modelos analíticos e explicativos, não tem escapado ao crivo dos estudos de gênero e feministas, que têm denunciado o seu

caráter androcêntrico, embora em confronto com a refração hegemônica da academia ao olhar feminista. Afinal, este tem sido visto, especialmente nos anos 1960 e 1970 na Europa e Estados Unidos (nos anos 1980 e 1990 no Brasil), como uma deturpação e um risco à neutralidade científica.

Desde o início, os estudos sobre a condição de gênero e feminista esforçam-se nessa perspectiva crítica. A revisita às teorias de Lévi-Strauss e Freud, que permitiram a Gayle Rubin realizar uma contundente revisão à economia política do sexo, em “L'économie politique du sexe: transactions sur les femmes et système sexe/genre”,⁴ tornou-se emblemática, bem como a evidência exposta por Nicole-Claude Mathieu, a partir dos textos de Maurice Godelier e Pierre Bourdieu, do viés androcêntrico de suas análises, em “Quand céder n'est pas consentir. De la conscience dominée des femmes et de quelques-unes de leurs interprétations en ethnologie”⁵ e em “Bourdieu ou le pouvoir auto-hypnotique de la domination masculine”.⁶ Há, também algumas coletâneas destacadas – infelizmente raras são aquelas publicadas no Brasil, como o notório livro organizado por Seyla Benhabib e Drucilla Cornell, *Feminismo como crítica da modernidade*.⁷

Por serem os pensadores selecionados pela obra ora prefaciada, para passarem pelo escrutínio da leitura crítica, aqueles que fundaram e marcaram a evolução das Ciências Sociais e das Humanidades não somente na França e Europa, mas nos países além-mar em geral, são estes os nomes frequentemente ensinados nos programas universitários e retomados por pesquisadores/as e teóricos/as sociais como marcos das linhagens canônicas no mundo inteiro. Afinal, é relativamente recente a inserção das mulheres na academia em todos os lugares e, portanto, a problematização de nossa existência enquanto produtoras de conhecimentos e, em especial, conhecimentos subversivos em relação à ordem normativa intelectual ainda sofre resistências e dificuldades de incorporação pacífica entre pares

4 Gayle Rubin, “L'économie politique du sexe: transactions sur les femmes et système sexe/genre”, *Les cahiers du Cedref*, n.7, 1998.

5 Nicole-Claude Mathieu, “Quand céder n'est pas consentir. De la conscience dominée des femmes et de quelques-unes de leurs interprétations en ethnologie”. In: *L'Anatomie politique. Catégorisations et idéologies du sexe*. Paris: Côté-femmes, 1991.

6 Id., “Bourdieu ou le pouvoir auto-hypnotique de la domination masculine”, *Les Temps modernes*, n.604, mai.-jun.-jul. 1999, p.286-324.

7 Seyla Benhabib e Drucilla Cornell, *Feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

intelectuais e grupos de cientistas. Até hoje, a ênfase dos estudos de gênero e feminismos, que se caracterizam pela desestabilização de qualquer essencialismo na concepção e percepção da diferença sexual e pela ruptura com o determinismo biológico dos comportamentos entre homens e mulheres, são ideias ainda não correntemente aceitas no meio acadêmico, muito menos no senso comum em geral e, em especial, brasileiro.

Os seis grandes subtemas agrupadores da obra – “Estruturas, estruturação, práticas”; “Atores, saberes, regimes de ação”; “Interação e produção da ordem social”; “Classes sociais”; “Progresso, racionalidade, dinâmicas do Ocidente”; e “Crítica à modernidade” – revelam resultados extremamente curiosos e desconhecidos. Mostram, por exemplo, quanto pensadores que privilegiaram o social como eixo estruturante das dinâmicas sociais em detrimento do biológico acabam por naturalizar a existência de papéis hierarquicamente desiguais entre os sexos, acarretando relações de dominação. Apontam, dentre vários resultados, para o fato de que as mulheres e a divisão sexual presentes em alguns trabalhos não trazem consigo o questionamento das diversas e complexas relações de poder em que estão envolvidas. Em outros casos, as mulheres surgem nas páginas dos trabalhos escrutinados como objetos teóricos, e não como sujeitos com voz e autonomia. E quando, em seus trabalhos, os pensadores clássicos e contemporâneos referem-se às mulheres como parceiras ou colegas em suas vidas pessoais e produções intelectuais, estas são consideradas em posição inferiorizada a eles próprios, sendo apresentadas como assistentes ou secundárias.

Interessante ressaltar que a Sociologia, assim como a extensão das Ciências Sociais e Humanas, revela-se nesta obra como uma ciência dos homens, e não das mulheres ou dos gêneros em sua pluralidade. Afinal, ao invisibilizar a presença feminina em sua letra, invisibilizaram-se também o trabalho de reprodução social e os espaços sociais de existência destas, cuja lacuna é verificada em campos que extrapolam a Sociologia do Trabalho, como atesta a dura crítica que se faz à ausência da perspectiva de gênero na teoria marxista e em outras teorias em geral.

No Brasil, as estudiosas de gênero e pesquisadoras feministas também têm evidenciado a necessidade e a fecundidade de operar uma releitura crítica dos trabalhos sociológicos realizados pelos homens e pelo viés androcêntrico na teoria sociocultural. O histórico de recriação, reapropriação e revisão crítica das categorias e dos conceitos canônicos das Ciências Sociais

e Humanidades no país tem sido expressivo, em especial em subtemas que ganham grande atenção nesses estudos em nosso contexto continental, como a violência de gênero contra as mulheres, o trabalho doméstico e de cuidados, a sexualidade e a identidade de gênero e até mesmo o feminismo latino-americano, que tem articulado gênero e raça/etnia de modo particular a outros feminismos existentes no planeta. Novos conceitos e novas categorias emergem, a partir da reatualização de potenciais de certos elementos e certas matrizes da tradição, a qual também acaba por ser desestabilizada na sua dita tradicionalidade e na sua via *normale*.

Trata-se de um esforço louvável na linha correspondente ao que as organizadoras da obra francesa se dispuseram a nela realizar e assim manifestaram-se em sua parte introdutória, perseguindo o que nominaram de “caminho da vida *bandita*”, “uma fora da lei intelectual que roube dos filósofos masculinos os conceitos que ela considera úteis, deixando para trás todo o resto”.⁸ Enfim, trata-se de, com tal esforço, desenhar mais do que uma nova apropriação das Ciências Sociais e Humanidades, e sim de desenvolver meios não apenas de extrair o que interessa para os estudos de gênero, como também de reconstruí-las por uma perspectiva genuinamente feminista, que supere a invisibilidade ou o *status* menor do gênero na teoria e na prática social. Assim, se poderá absorver e integrar as pressões, demandas e insatisfações das mulheres enquanto sujeitas sociais legítimas, pares equânimes e reconhecidas na e pela ciência e academia.

Nesse sentido caminha a única resenha, publicada no país sobre a obra e escrita por Naira Pinheiro dos Santos, “Questões de gênero: um novo olhar sobre as ciências sociais *normais*”.⁹ Nela, destaca-se sua via *bandita*, por nós vista tão significativa a inspirar nossos esforços e bandeiras de transformação criativa e comprometida com as bandeiras da emancipação feminina, tendo como pano de fundo a paisagem local e do nosso continente latino.

A tradução desta obra não é fortuita, não só pelas peculiaridades marcantes das acadêmicas francesas em relação ao pensamento feminista, que eclodiu especialmente na Europa pós-68, mas sobretudo pela ligação histórica com as feministas brasileiras, muitas das quais foram acolhidas na

8 Cf. p.20.

9 Naira Pinheiro dos Santos, Questões de gênero: um novo olhar sobre as ciências sociais *normais*, Revista Estudos Feministas, jan. 2011, 19(3), p.1022-1024.

França, quando exiladas durante os “anos de chumbo” e criaram, em 1976, “O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris”, momento para elas crucial, que contribuiu para a disseminação do movimento feminista brasileiro em nosso solo e no exterior.

A chegada, portanto, da presente obra no Brasil é muito bem-vinda e revigorará esse empenho de releitura própria dos clássicos e contemporâneos em nosso meio intelectual, contribuindo com argumentações consistentes e bem fundamentadas sobre a consideração da perspectiva de gênero na teoria sociocultural vigente. Outrossim, esperamos que a presente publicação possibilite uma retroalimentação de avanços do conhecimento teórico e empírico sobre os estudos de gênero e feministas que, por si próprios, já se configuram em um campo científico. Este é o caso da obra em tela.

Entretanto, é necessário afirmar que o crescimento e a permanência desse campo necessitam ainda de reconhecimento e de legitimidade em relação à ciência em geral. Também é nossa intenção, ao lançar essa obra, que a mesma se constitua em um bom pretexto para visitar alguns dos principais autores das Ciências Sociais e Humanas sob outro olhar e sob novos movimentos teórico-políticos, cuja perspectiva de gênero e feministas – de certa forma – revolucionou o século XX, mesmo que seja, sobretudo, um olhar ancorado em uma dada tradição teórica feminista francesa. O caráter situado dessas análises, como de quaisquer outras, não tira de forma alguma a pertinência e relevância da sua edição no Brasil.

Por fim, temos certeza de que a apropriação desta obra nas nossas atividades é promissora, pois foi elaborada com base acadêmica e política sobre os atuais ângulos dos estudos de gênero que possibilitam um debate plural e interdisciplinar, característico do feminismo contemporâneo. Esses estudos não devem abdicar de seu crescimento próprio, pois estão diretamente associados às possibilidades das transformações dos problemas sociais, culturais e políticos abordados pelo próprio campo e pela nossa realidade. Por conseguinte, encontra-se aí a sua principal legitimidade de existência.

Outras obras se seguirão a esta e esperamos que cada vez mais articuladas à crítica feminista e aos estudos de gênero, uma vez que contribuem para a ampliação do pensamento social como um todo, assim como para a compreensão das profundas questões políticas e de poder, que são dimensões indispensáveis a qualquer análise científica.

AGRADECIMENTOS

Uma obra de tamanha importância não poderia ter sido concebida sem o suporte científico e financeiro de um grande número de pessoas e instituições.

Gostaríamos primeiramente de agradecer aos membros do comitê científico da obra que trabalharam conosco na fabricação do projeto editorial, na constituição do quadro de análise proposto aos(as) autores(as) de artigos selecionados e na leitura de suas primeiras versões: Isabelle Bertaux-Wiame, Danièle Kergoat, Azadeh Kian, Cyntia Kraus, Helena Hirata e Roland Pfefferkorn.

Nessa nossa longa aventura, recebemos também o apoio de numerosos colegas especialistas dos(as) autores(as) cujas obras foram analisadas, que aceitaram compartilhar conosco o trabalho de leitura crítica dos artigos à medida que os mesmos chegavam a nossas mãos, algumas vezes revendo as duas últimas versões do texto. Sem esse trabalho de avaliação dos textos em relação ao projeto editorial inicial e ao conjunto da obra estudada no artigo, nosso trabalho não apresentaria a mesma coerência nem poderia pretender ser uma ferramenta útil a um público não especialista de cada uma das obras.

Por tudo isso, e pelo tempo que eles e elas nos concederam e pelo interesse científico que eles e elas manifestaram por nosso projeto, nosso reconhecimento vai para: Anne-Marie Daune-Richard, Jean Manuel de Queiroz, Eric Fassin, Michèle Ferrand, Estelle Ferrarese, Cédric Frétygné, Jacqueline Heinen, Claudette Lafaye, Michel Lallement, Bruno Lautier, Ilana Löwy,

Michaël Löwy, Éric Macé, Dominique Memmi, Adelina Miranda, Numa Murard, Delphine Naudier, Pierre Tripier e Patrick Watier.

Diversas instituições manifestaram sua confiança em nosso projeto atribuindo-nos subvenções que garantiram o funcionamento de nosso comitê científico e do grupo das coordenadoras, assim como o financiamento parcial da edição.

Apesar de ter sido um pouco mais modesto do que os outros, o apoio de nosso laboratório, o Centre de Recherche Sociologiques et Politiques de Paris e de suas duas equipes, Gênero, Trabalho, Mobilidades e Culturas e Sociedades Urbanas, foi particularmente valioso para nós, pois ele demonstra a confiança de nossos colegas em um projeto que sabíamos ser extremamente ambicioso e, por essa razão, arriscado.

Nossas universidades de tutela foram igualmente solicitadas e souberam responder à altura no que diz respeito à Universidade Paris-X, e de um modo recorrente, e por isso mesmo também muito importante, a Universidade Paris-VIII. Agradecemos a todas as pessoas dessas instituições que se importaram com nosso projeto editorial e o defenderam diante dos conselhos científicos de pesquisa.

Enfim, encontramos na Missão para o Lugar das Mulheres do CNRS e em sua diretora, Agnès Netter, um ouvido atento e uma solidariedade que foram, ambos, extremamente bem-vindos. O lugar das pesquisas sobre o gênero encontrou, ali, um apoio inestimável, que confirma a necessidade do suporte da ação para a igualdade dos homens e das mulheres na pesquisa sobre as conquistas e no desenvolvimento das pesquisas sobre o gênero propriamente ditas.

O último agradecimento vai para os 35 pesquisadores e pesquisadoras que aceitaram participar de uma releitura frequentemente abrangente de uma das principais obras das Ciências Sociais, examinando-a minuciosamente através de um olhar crítico em termos de gênero, submetendo-a, assim, a um diálogo com as Ciências Sociais feministas.

INTRODUÇÃO QUESTÕES DE GÊNERO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS "NORMÁSCULAS"

Para conquistar um espaço em suas disciplinas acadêmicas, os estudos feministas e, de um modo geral, as pesquisas sobre as mulheres, os papéis de sexo, as identidades sexuais, as relações sociais de sexo ou o gênero sempre tiveram que se posicionar em função dos discursos científicos dominantes, e romper com as Ciências Sociais que poderíamos qualificar de "normásculas" (ou *malestream*) e que pensam o masculino sem mesmo perceber; sem perceber e impregnando de masculinidade resultados ou teorias supostamente "objetivas", uma neutralidade que é, de fato, marcada por sua indiferença em relação às desigualdades entre os homens e as mulheres e, mais profundamente ainda, por sua indiferença ao domínio das segundas pelos primeiros.

Apesar desse pensamento dominante nas Ciências Sociais, o objeto dos estudos sociais de gênero constituiu-se progressivamente durante quarenta anos de estudos de campo e de pesquisas teóricas e epistemológicas. Após um período durante o qual o confronto dos resultados de trabalhos empíricos surgia como prioritário, e de um processo de institucionalização multiforme (ensinos, equipes de pesquisa, redes, coleções de obras, revistas), os estudos do gênero franceses inseriram-se em programas universitários nos quais, diferentemente dos países anglófonos, por exemplo, integram-se majoritariamente nas disciplinas das Ciências Sociais, particularmente na Sociologia, e não em departamentos interdisciplinares do tipo *Women's Studies* ou *Gender Studies*.

No desenrolar de sua constituição, a Sociologia de Gênero estabeleceu, contudo, um diálogo permanente com os grandes esquemas teóricos, com as correntes de pensamento, ou mesmo com as “escolas” da Sociologia. Ela permitiu, assim, a revisão, a atualização e o ajustamento de conceitos “clássicos” da disciplina. Podemos evocar, entre outros, o exemplo do conceito de trabalho revisitado pela consideração do trabalho doméstico ou, mais ainda, o da divisão social do trabalho, totalmente desestabilizado pela introdução da dimensão sexuada dessa divisão. A Sociologia do Gênero posicionou-se também, logo no início, em um diálogo interdisciplinar com a História, a Etnologia e a Antropologia, a Filosofia e, um pouco mais tarde, com a Ciência Política e o Direito. Algumas aberturas feitas neste livro a essas disciplinas irmãs são reveladoras dessa troca.

Por outro lado, trabalhos recentes ressaltaram os questionamentos, muitas vezes parciais, algumas vezes fugazes, de certos grandes autores da Sociologia “clássica” ou contemporânea sobre o lugar das mulheres na sociedade – em particular na divisão do trabalho – ou sobre as diferenças de sexo.

A abordagem crítica e reflexiva

Considerando esse grande desenvolvimento nos programas universitários, pareceu-nos oportuno voltar às contribuições recíprocas entre as Ciências Sociais, em particular a Sociologia, e os estudos de gênero. Como quisemos sistematizar essa abordagem, atribuímo-nos as condições de coordenar tal reflexão: optamos por um conjunto de autores reconhecidos e formados nos programas de Ciências Sociais e propusemos a especialistas em tais autores a questioná-los sobre um conjunto de questões comuns, a fim de colocar ao alcance de um público de estudantes e de professores, ou mesmo de um público mais amplo, um exame crítico de suas obras sob a óptica da questão de gênero.

A partir de que momento, de quais elementos, de quais objetos, a questão da definição e/ou a oposição do masculino e do feminino surge no percurso intelectual dos autores escolhidos? Em que momento a questão do gênero surge e influencia sua obra, às vezes sem ser tratada em sua especificidade? Como, por exemplo, ela é contornada, evitada ou, ao contrário,

como o autor se apropria dessa questão, mesmo de um modo secundário ou temporário? E também: como os conhecimentos adquiridos hoje pela Sociologia de Gênero e, por exemplo, a leitura dos fatos e processos sociais em termos de relações sociais de sexo ou de desigualdades de sexo revisitam os grandes textos? Ou ainda: em que alguns autores enriquecem a reflexão sobre o gênero quando eles nem mesmo apreenderam-na como tal? A ausência de um olhar sobre o gênero também constitui nosso objeto, a questão do gênero operando como um revelador das lacunas ou dos recursos presentes nas obras dos sociólogos e de seus colegas das outras Ciências Sociais.

Esta obra parece-nos poder ser útil para futuros trabalhos teóricos que seriam beneficiados por esse esclarecimento sintético das possíveis contribuições de grandes sociólogos, historiadores e antropólogos ligados à problemática de gênero ou de relações entre os sexos, assim como por uma identificação das lacunas em suas obras do ponto de vista da questão de gênero. Em uma disciplina próxima como a Filosofia, esse tipo de abordagem já foi efetuado (ver a obra *Les Femmes de Platon à Derrida* [As mulheres de Platão a Derrida], de Françoise Collin, Évelyne Pisier e Eleni Varikas) e poderia abrir um caminho para outras releituras reflexivas à luz do gênero nas Ciências Humanas e Sociais. Esta obra inscreve-se, inclusive, em uma corrente atualmente em desenvolvimento dentro da Sociologia que consiste em produzir ferramentas de análise para sua própria sócio-história.

Um corpus sociológico aberto...

Todo livro desse tipo propõe uma seleção parcialmente subjetiva, e adquire uma dimensão que assumimos plenamente, o que não nos exime, para além do simples problema do tamanho da obra, de justificar nossas escolhas quando possível.

Preocupadas em produzir uma ferramenta útil tanto para alunas e alunos quanto para pesquisadoras e pesquisadores, retivemos, primeiramente, na lista das obras que gostaríamos de ver tratadas neste livro, aquelas que constam nos programas universitários atualmente em vigor nos departamentos de Sociologia na França. Esse critério abrange, de fato, o de pertença disciplinar dos autores considerados, já que o ensino da Sociologia não se limita aos autores reconhecidos unanimemente como “sociólogos”. Outro modo

de apreender a questão dos critérios de delimitação do *corpus* consistiu em considerar autores que, de uma maneira ou de outra, marcaram a evolução da Sociologia na França, sem os quais ela não seria, hoje, o que é.

Os autores das obras contidas no *corpus* são reconhecidos no mundo acadêmico. São autores influentes: seus trabalhos são retomados, continuados por outros sociólogos. Eles foram frequentemente fundadores ou contribuíram de um modo importante com uma corrente identificada, com uma escola de pensamento. Seus trabalhos se inscrevem nas grandes questões das Ciências Sociais, que partem da estruturação das sociedades ao lugar do ator, passando pela crítica da modernidade. São grandes questões que organizam o plano geral da obra. Devemos admitir, contudo, que nossa classificação é, claro, parcialmente arbitrária, pois a obra de cada um ultrapassa a temática na qual nós a inscrevemos.

Esses autores não tratam, ou pelo menos não com centralidade, da questão de gênero, mesmo que eles tenham podido reconhecer sua existência, como Pierre Bourdieu ou outros (por exemplo, Erving Goffman) e tentaram incluí-lo em seu “sistema teórico” e tratá-lo com ferramentas elaboradas em uma outra perspectiva.

... e limitado

De acordo com tais critérios, são numerosos os autores que estão ausentes nesta obra. Alguns constavam em nosso projeto inicial: Alexis de Tocqueville, Maurice Halbwachs, Robert Castel, Stuart Hall, Gaston Bachelard, Mary Douglas, porém, por diversas razões, os textos que lhes são associados não puderam ser concluídos. Havíamos incluído no *corpus* inicial duas mulheres, Mary Douglas e Hannah Arendt, ambas integrantes dos “cânones” das Ciências Sociais. Se a presença solitária de Hannah Arendt – presença incômoda na pilha de obras masculinas, como o grãozinho de ervilha debaixo do colchão da princesa cuja pele é muito delicada – evoca a condição de “exceção” que ela conquistou no meio de um pensamento político dominado pelos homens, devemos, talvez, lembrar aqui sua recusa em interpretar o papel de álibi, de “exceção que confirma a regra”, no qual queriam transformá-la quando foi convidada para trabalhar em Princeton. Ao falar dos professores masculinos que se vangloriavam em ter convidado a “primeira mulher” ao

muito prestigioso Institute for Advanced Studies, ela escrevia a seu amigo Kurt Blumenfeld em 1953: “No momento da cerimônia de encerramento, eu esclareci a esses veneráveis senhores o que é um judeu excepcional e tentei fazê-los entender claramente que eu estava aqui necessariamente no lugar da mulher excepcional” (apud Auga; Von Braun, 2006, p.7). Apesar de sua imponente produção nas últimas décadas, a marginalidade das mulheres dentre os “grandes” autores canônicos da Sociologia e das Ciências Sociais quase sessenta anos mais tarde, confirma um efeito histórico constitutivo do sistema de gênero na produção do saber. Esta obra não pretende remediar essa ausência. Não se trata, aqui, sejamos claros, de rever todos os estudos de gênero nas Ciências Sociais. Para cumprir essa tarefa necessária e atual, seria preciso outro volume que retraçasse o grande crescimento das Ciências Sociais Feministas ou, pelo menos, estudos efetuados através de um ponto de vista que apreendesse o gênero. Mas nosso projeto foi outro: reler as Ciências Sociais escritas ao masculino.

Os autores selecionados foram escolhidos pelo comitê científico do projeto. Todos nos interpelaram como pesquisadores(as) que tratam do gênero, tendo inspirado nossos trabalhos ou sido criticado por nós. Um outro comitê científico teria feito, sem dúvida, escolhas parcialmente diferentes.

Do *corpus* aos autores(as) dos artigos

Nesta obra, o essencial do pensamento feminista não se situa no *corpus* do próprio livro: ele encontra-se no trabalho de releitura crítica realizado pelos(as) autores(as) dos capítulos, escolhidos(as) pelo lugar que ocupam na produção de um pensamento crítico nas Ciências Sociais.

Pedimos, então, a especialistas das obras retidas que aceitassem submeter sua releitura a um exercício comum e que respondessem a questões genéricas: o que a questão de gênero acrescenta à releitura desta obra? Pode-se, por exemplo, distinguir na obra um “subtexto” sexuado ou influenciado pelo gênero, um impensado influenciado pelo gênero ou pressupostos, explícitos ou não, da divisão sexual, uma linguagem sexuada/influenciada pelo gênero?

Pedimos-lhes também que situassem de maneira sócio-histórica, quando possível, as obras estudadas, a fim de avaliarmos as condições e

possibilidades de um pensamento de gênero, em todo caso da diferença dos sexos, no contexto de produção da obra. Além disso, os capítulos apresentam, sempre de um modo sistemático, um esboço das principais releituras críticas e/ou os usos feministas das obras analisadas. Desejamos, com isso, incentivar nossas leitoras e leitores a irem ainda mais longe na apreensão do pensamento feminista nas Ciências Sociais e adquirirem ou consolidarem suas ferramentas para um uso sensato das principais teorias do social antes de colocá-las em prática em seus próprios trabalhos. Em todo caso, acreditamos que com a ajuda de tais críticas feministas, as leitoras e os leitores poderão retomar seu estudo das grandes obras das Ciências Sociais apresentados aqui de um modo menos canônico.

A diversidade das abordagens das grandes obras que se perpetuam no tempo, além dos parâmetros de análise comum, não é um acaso. Pode-se até dizer que ela é parte constituinte do projeto: cada um(a) permitiu que uma parte de subjetividade falasse em sua crítica da obra analisada. Algumas autoras de capítulos são explicitamente muito próximas do pensamento expresso na obra, outras são muito mais críticas e construíram, às vezes, uma parte dos próprios trabalhos a partir dessa crítica, o que não parece surpreendente quando se sabe que o gênero é, em si, um modo de leitura multiforme da sociedade e dos produtos intelectuais que lhe são oriundos.

Dentre essas leituras, muitos se empenham em mostrar como, em sua própria lógica, a partir de seus próprios trabalhos, os autores poderiam ter tratado do gênero, mas não o fizeram. Algumas se limitam a essa constatação, outras mostram caminhos através dos quais pesquisas sobre o gênero poderiam encontrar recursos nessas obras. O que foi feito, por exemplo, por Ilana Löwy ao reler Carlo Ginzburg e por Pierre Tripier, leitor de Everett Hughes. Outros utilizaram ainda tais recursos em suas pesquisas e expõem o resultado de tal operação. Assim, Marie Duru-Bellat usa o modo de funcionamento dos modelos universalistas de Raymond Boudon para “compreender a gênese das desigualdades entre homens e mulheres”, confrontando *L'Inégalité des chances* [A desigualdade das oportunidades], de R. Boudon, a seus próprios trabalhos a respeito da escolaridade das meninas. Isabelle Clair, por sua vez, recorreu aos estudos de Howard Becker sobre a estigmatização e o surgimento de clichês para analisar “a construção das reputações negativas das quais são objeto algumas meninas que moram nas periferias”.

As abordagens das obras pelos(as) autores(as) dos capítulos se distinguem também pelo que elas e eles retiveram como *corpus* para seu próprio trabalho. Fatiha Talahite efetua um estudo quase exaustivo da obra de Luc Boltanski, no qual ela mostra, com precisão, as evoluções e transformações de seu tratamento de categorias de sexo, e em seguida das mulheres, do gênero e do feminismo. O mesmo tipo de abordagem é adotado por Xavier Dunezat e Elsa Galerand, que analisam as diferentes maneiras através das quais Alain Touraine, após um primeiro período de “esquecimento consciente do gênero”, tratou o movimento feminista e a “dualidade homens/mulheres” em sua obra. Dominique Fougeyrollas também estudou o conjunto da obra de Talcott Parsons e mostra que sua teoria da especialização dos papéis de sexo justifica e reforça o sistema de gênero dicotômico, hierárquico e opressivo existente.

Outros(as) autores(as) consideraram, por sua vez, uma obra ou um texto único, escolhido por ser o mais apropriado a um questionamento do gênero: foi a opção adotada, por exemplo, por Lynn Jamieson e Judy Wajcman com *A transformação da intimidade*, de Anthony Giddens. Patricia Paperman e Joan Stavo-Debaugé apoiam-se, ambas, no texto de Alfred Schütz sobre o estrangeiro para mostrar o desinteresse de sua teoria por toda conceitualização de diferenças, de alternância e de relações de poder. Enfim, podemos citar a abordagem original de Delphine Gardey, que coteja a obra de Bruno Latour à de Donna Haraway e estuda os cruzamentos e as divergências existentes entre ambas para fazer emergir o fato de que Latour não consegue tratar o gênero devido à ausência de uma concepção do sujeito encarnada e historicizada.

Mas essa diversidade concerne também, no início, às próprias obras estudadas que, mesmo sendo em sua grande maioria cegas ou indiferentes às operações de gênero, não o são, contudo, da mesma maneira. Essa afirmação é confirmada pela diversidade de “conceitos” iniciais para pensar o gênero. Em muitas das obras analisadas neste livro, o gênero ou mais frequentemente as diferenças de sexo são sobretudo as diferenças das mulheres em relação aos homens que são, estes, a referência, enquanto a relação social e o antagonismo de sexo são abandonados. Desde então, é a concepção do gênero como construção social de oposição e da hierarquia entre os sexos que permite a nossos(as) autores(as) perceber as lacunas e os aspectos não pensados das obras analisadas. Em um certo número de textos

estudados, o pensamento do simbólico tende a superar o da materialidade e o da violência real e física das relações entre os sexos ou o da divisão sexual do trabalho e do poder. Cabe, então, à leitora crítica desvendar essa tendência e fazer surgir dela as consequências sobre os aspectos dissimulados no pensamento de nossos grandes autores.

Ponto de vista e conhecimento situado

Evidentemente, o “ponto de vista” a partir do qual se fala e se observa o funcionamento das sociedades é, aqui, um dos elementos principais de diferenciação dos percursos. E se essa obra pudesse apresentar somente um resultado, seria o de tornar explícito quanto esse ponto de vista sexuado, que se pensa, portanto, como objetivo e universal, configura os modelos teóricos produzidos nas Ciências Sociais e abre-se a certas perspectivas, tornando outras invisíveis, indizíveis ou “sociologicamente incorretas”.

Os textos que seguem revelam a importante reflexão epistemológica que os estudos feministas conduziram durante as últimas décadas e o fabuloso potencial ao mesmo tempo teórico e empírico aberto pela introdução da óptica do gênero no estudo do social e do político. Um potencial cujos resultados são visíveis não somente nas releituras das obras do nosso *corpus* por nossos(as) autores(as), mas também nas referências e bibliografias que manifestam a amplitude e a originalidade dos trabalhos previamente efetuados ao revisitar os axiomas, as categorias de análise e os pressupostos metodológicos das Ciências Sociais do ponto de vista do gênero e das relações de sexo.

Mesmo não sendo sempre tematizada, a questão do “ponto de vista” e do “conhecimento situado” que atravessa as páginas desta obra ressalta a verdadeira explosão das *stand-point theories* que, ao levar ao âmago da pesquisa perspectivas provenientes dos movimentos das mulheres e de outros grupos compostos de minorias, questionaram veementemente a neutralidade das Ciências Sociais e, de um modo mais amplo, a produção do saber. Mas essa questão do “ponto de vista” já preocupava muitos autores do nosso *corpus* cujos artigos desta obra provam que foram inspirados pelas teorias feministas do conhecimento situado. O caso mais evidente é, sem dúvida, o de Karl Mannheim que, já nos anos 1930, ensinava como a

introdução do conhecimento do ponto de vista das mulheres na Sociologia relativizava o privilégio epistemológico atribuído ao ponto de vista do proletário pelos seus contemporâneos marxistas. Suas aulas, que hoje talvez chamássemos de “Sociologia do Gênero”, formaram muitas mulheres, dentre elas uma das primeiras grandes sociólogas feministas, Viola Klein. Mas poderíamos também falar de Max Weber, cuja insistência na *relação aos valores* marcou indubitavelmente a Sociologia feminista de Marianna Weber, fundada sobre o ponto de vista feminino.

A leitura desta obra convida ao aprofundamento e à complexificação do estatuto epistemológico da subjetividade e dos valores na produção do “conhecimento” que é imediata e necessariamente “situado” (*situated knowledge*); ela incita a revisitar os debates muito atuais sobre as diferentes experiências e configurações de poder que informam a diversidade dos pontos de vista feministas (*black feminism*, feminismos lésbicos, pós-coloniais, subalternos) e sobre a dificuldade em pensá-los juntos.

A pluralidade das leituras feministas das obras de nosso *corpus*, as ópticas e conceitos diferentes que adotaram provam a complexidade da produção dos saberes situados. Mas essa complexidade já se manifesta na diversidade de caminhos por meio dos quais os autores de nosso *corpus* são levados a contestar ou a afirmar a neutralidade e a objetividade das Ciências Sociais, as diferentes tradições intelectuais e disciplinares, os contextos sócio-históricos e as contingências bibliográficas que levam alguns a distinguirem nas relações homem/mulher uma complementaridade quase orgânica (Émile Durkheim, Talcott Parsons) e outros, dominação e antagonismo (Georg Simmel, Theodor Adorno). Outros ainda, paradoxalmente os menos prováveis, fazem do amor sexual não autorizado uma fonte possível de perspectivas críticas sobre a sociedade: a análise da esfera erótica por Weber, cujas versões consecutivas acompanham surpreendentemente as eventualidades da vida passional do grande pensador alemão, oferecendo aqui um exemplo, sem dúvida raro e pouco ortodoxo, do questionamento da sacrossanta separação entre razão e paixão na produção do conhecimento que as epistemologias feministas tão frequentemente reivindicaram.

Se os estudos feministas afirmaram muito cedo que não se pode fazer Ciências Sociais de qualidade sem uma abordagem reflexiva sobre a defesa de um ponto de vista adotado, se eles mostraram quanto a consideração das experiências das mulheres pode transformar radicalmente as formas

da verdade, eles também nos ensinaram os limites e, algumas vezes, a violência simbólica e política das teorias ao reivindicarem pontos de vista universalmente válidos para todas as mulheres. A crítica da lógica identitária absoluta entre a fixação das definições científicas e a pluralidade das experiências e realidades sociais que elas pretendem designar “abre a um conhecimento, sempre parcial e fracionado” (ver Dayan neste livro), determinado a incluir as experiências omitidas ou refutadas em nossos conceitos e categorias, a fornecer intuições preciosas que poderiam esclarecer, por outro prisma, a reflexão científica e os debates atuais na Europa sobre as políticas públicas que dizem respeito aos nômades, aos migrantes, às europeias descendentes das antigas colônias.

O real *in situ*

Uma parte dos autores do *corpus*, tais como Hughes, Strauss, Garfinkel, Goffman e Becker, colocam no primeiro plano do trabalho sociológico a observação e a coleta de dados *in situ*. Para eles, a elaboração teórica não é possível sem uma ancoragem empírica. Não é possível também a formulação de hipóteses prévias a serem “verificadas” sem um trabalho de campo, nem uma teoria geral que necessita ser testada. O que eles procuram é o modo como os atores, no exercício de suas atividades e de suas interações, fabricam a vida social. Eles se apegam à observação do cotidiano situado das práticas, sejam elas profissionais, domésticas, artísticas, contestatórias, científicas, consideradas como importantes ou minúsculas... Eles se apegam ao sentido que os atores atribuem a suas práticas, a seus pontos de vista, à diversidade de suas experiências. Essas abordagens são compatíveis com uma grande parte das pesquisas feministas: aquelas que trabalham sobre as relações de gênero a partir da restituição da experiência das mulheres, que foi transformada em invisível tanto pelo masculino, que se atribuiu o universalismo na vida social, quanto pelas Ciências Sociais positivistas ao construir teorias explicativas, que invalidam os pontos de vista dos atores em nome de uma objetividade neutra.

Contudo, se esses autores estão mais próximos de uma perspectiva de gênero do que outros, apenas Goffman e Garfinkel trataram do gênero em alguns textos. Os outros permaneceram no limite da questão, mesmo

se suas abordagens atribuíam-lhes ferramentas conceituais que lhes permitiam tratá-las. Parece-nos, assim, extremamente significativo que Strauss tenha formado uma descendência de pesquisadoras feministas, em particular nos estudos das ciências, das técnicas e da Medicina, sem nunca ter entrado em uma problemática do gênero. Ele transmitiu uma metodologia, a da “teoria fundada”, enraizada no trabalho de campo, e conceitos tais quais o “trabalho invisível”, o “trabalho de articulação”, “os esforços de negociações, de coordenação necessários ao curso das interações para realizar alguma coisa” (Clarke neste volume), o “trabalho sentimental” efetuado pelos profissionais de Medicina, todos elementos diretamente utilizáveis em uma perspectiva de gênero. Contudo, o gênero ou as relações homem/mulher não eram objetos legítimos para a Sociologia dominante americana da época, e como a preocupação de Strauss consistia em produzir teorizações “formais” para legitimar sua Sociologia qualitativa, ele nunca se “arriscou” a trabalhar explicitamente sobre esses assuntos.

Para Goffman e Garfinkel, a ordem do gênero, a diferença hierarquizada entre as mulheres e os homens, é produzida e reproduzida pelos atores nas situações sociais de interação. Tanto um quanto outro mostram como as diferenças biológicas dos sexos, pouco importantes em si (Goffman) e até mesmo frequentemente inverificáveis segundo os critérios biológicos adotados, são utilizados para naturalizar o gênero e fazer da dicotomia entre homens e mulheres um “estado de fato” incontornável. É nesse contexto que ambos descrevem e analisam as formas de performatividade do gênero. Para Goffman, a performance do gênero se assemelha à performance teatral, e a interação impõe aos atores que efetuem um trabalho de “domínio das impressões”, um trabalho verbal e corporal de apresentação do seu eu interior, a fim de convencer o público. Garfinkel, por sua vez, ressalta a competência dos membros da sociedade, seus conhecimentos sociais e morais da ordem social sexuada adquiridos pelo aprendizado e transformados em rotina, a partir dos quais cada um realiza o gênero sob novas bases, em cada interação situada. Se a capacidade dos atores de representar o gênero é, de acordo com esses dois autores, amplamente implementada para reproduzir sua organização social, ela abre, contudo, a possibilidade de sua crítica, de sua transformação, ou mesmo de sua subversão. A performance subversiva do gênero de Butler fundamenta-se, podemos afirmar,

A
"Becker"

nas aberturas que os defensores das teorias interacionais atribuíram à capacidade de ação das mulheres e dos homens.

O papel das mulheres na estruturação das sociedades

Quando se trata da estruturação das sociedades e do lugar que assumem respectivamente as práticas das mulheres e as dos homens nesse processo, a maioria dos autores estudados nesta obra tende a restringir as mulheres aos limites da família, concebida como a esfera das emoções por excelência. Eles associam o lugar que as mulheres ocupam na sociedade àquele que elas ocupam na esfera familiar, como, por exemplo, definido por Émile Durkheim da "solidariedade conjugal", ou por Claude Lévi-Strauss do "parentesco", ou ainda aquele definido por Anthony Giddens da "intimidade". É através dessas questões que os autores falam do estatuto respectivo de cada sexo na evolução das sociedades e das relações sociais: as mulheres assumiriam, nesse processo, o papel de objeto (de troca, de dominação "consentida" para alguns desses autores) ou de atores que atuam no mesmo nível que os homens?

De Comte, que afirma que a subordinação das mulheres é a condição de realização de sua função moderadora (e de sua superioridade moral) na economia da família, a Lévi-Strauss, que considera o monopólio universal da autoridade política e social detida unicamente pelos homens uma assimetria dos sexos que organiza a troca das mulheres entre dois grupos de homens, as mulheres são um elemento essencial da estruturação da sociedade nas relações hierárquicas, mas um elemento passivo... Porém, elas são pessoas "apesar de tudo" e, como tais, elas também são produtoras de signos. "Deve-se supor que o que as autorizou a aceder ao pensamento simbólico era seu sentimento profundamente sociológico da necessidade de serem trocadas?", perguntam-se, sarcásticas, Martine Gestin e Nicole-Claude Mathieu.

Pierre Bourdieu segue os passos de seus predecessores, pois, apesar de consciente da questão da dominação da qual as mulheres são vítimas, transformou-as em capital de troca entre homens e, conseqüentemente, agentes por definição sem meios de agir sobre a estruturação da sociedade em campos de força e de luta, como mostram seus numerosos estudos empíricos.

Com relação à questão do lugar das mulheres na estruturação das sociedades, a evolução do pensamento de Maurice Godelier parece-nos particularmente interessante: partindo da análise das relações de parentesco que funcionariam como relações de produção nas sociedades primitivas, seu percurso o leva a situar em última instância os objetos das relações entre os sexos para além da família, no centro das relações políticas (ou às vezes religiosas) que orientam, em geral, o governo das sociedades. Essa questão vem confirmar a afirmação de muitas pesquisadoras feministas que consideram que as relações homens-mulheres são, acima de tudo, relações políticas que orientam a organização das sociedades como o fazem outras relações de poder.

Talvez seja por não se interessar pelas técnicas do corpo que Marcel Mauss atribuiu, por sua vez, um espaço maior aos trabalhos das mulheres e a suas técnicas próprias, a sua educação e à função que ocupam nos ritos. Ele também foi capaz de constatar que existe, nas sociedades que estudou, "uma sociedade de homens e uma sociedade de mulheres". Uma divisão fundamental que, segundo lamenta esse autor no momento em que redigiu seus textos (e também muito depois), era estudada pela Sociologia somente através de sua vertente masculina.

Desse modo, as mulheres e a questão da divisão das sociedades pelos sexos não estão ausentes do pensamento dos autores, mas, para muitos dentre eles, a impossibilidade de pensar as mulheres como atrizes sociais, possuindo seu próprio modo de ação na dinâmica das sociedades, tanto no plano material quanto no plano simbólico, conduz a uma concepção geral das sociedades que é cega ao jogo introduzido pelas resistências das mulheres.

Classes, trabalho e consciência de classe

É no momento em que assumem a divisão das sociedades em classes e não mais sua estruturação global que os autores atribuem-se os meios de melhor apreenderem a importância do trabalho realizado pelas mulheres, mesmo se subestimado ou socialmente desqualificado. Mais tarde surgirá do pensamento feminista, em particular de sua vertente radical, a exploração específica do trabalho gratuito das mulheres pelos homens, que se

manifesta de um modo subjacente em algumas obras, começando, evidentemente, por Engels. Mas Marx refere-se antes ao modo de produção familiar, no qual o trabalho das mulheres e de seus filhos permanece sob a autoridade do pai de família e não entra nas relações de produção capitalistas. Para Marx, essa referência assimilaria a questão da dominação das mulheres pelos homens a um resíduo pré-capitalista.

Os autores que se interessaram pela classe operária limitam o papel social das mulheres àquele que exercem na família, quando, em sua concepção, consideram a fábrica como um mundo masculino, esquecem-se do papel exercido pelas mulheres na produção industrial desde o tempo dos primeiros livros desse tipo de abordagem e não reconhecem que muitos exemplos do trabalho operário são de operárias – mesmo se Danièle Ker-goat, em um de seus artigos (1978), colocou um ponto de interrogação depois de “operários = operárias?”, pelo fato de as mulheres assumirem quase exclusivamente o trabalho doméstico e a responsabilidade de toda a família. Tais autores levam em conta apenas o trabalho feminino ligado à reprodução da força de trabalho, desconsiderando suas dimensões materiais e simbólicas, como fizeram, por exemplo, Richard Hoggart ou Edward P. Thompson.

Se, como afirmou este último, a classe “é uma relação e não uma coisa” que se constrói pela interpretação que os homens e as mulheres fazem de suas próprias experiências, como é possível que a consciência de classe das mulheres não tenha levantado mais questionamentos? Como é possível que nossos autores não tenham ouvido com mais atenção a voz das mulheres que, desde o século XIX, questionavam-se, pela experiência comum de subordinação, sobre a definição de uma classe de mulheres que tinha os mesmos interesses diante do mundo do trabalho e de uma família governada pelo poder dos homens?

Como diversas críticas feministas desses autores ressaltaram, considerar as diferenças e sobretudo as desigualdades de sexo no âmbito de uma classe social, em particular da classe operária, teria atrapalhado seu modelo teórico ou, simplesmente, a concepção de seu objeto de estudo. Teria sido melhor que eles se limitassem à ideia de que o horizonte fechado da família e sua função doméstica impediam as mulheres de adquirir uma consciência de classe (social, nesse caso operária). Contudo, para desenvolver uma concepção de consciência de classe ligada ao sexo, teria sido necessário que

nossos autores considerassem os homens como uma classe dominante, conscientemente ou não.

Pensar a modernidade

Para Adorno, a historicidade acumulada nas categorias e nos conceitos através dos quais apreendemos o social e o político – os conflitos e as relações de força que constituíram historicamente seu sentido dominante – permite perguntar-se quanta coerção e resistência foram necessárias para que as categorias sociológicas chegassem até nós como uma evidência banal e descritiva. Questionar-se, como o fez Weber com uma formulação muito próxima daquela proposta por Simone de Beauvoir – como “nosso mundo” em sua singularidade tornou-se o que é e não outra coisa? –, abre a possibilidade de repensar, por exemplo, como e a que preço a associação que se faz automaticamente entre modernidade e liberdade das mulheres adquiriu o estatuto de evidência. Se essa associação é, hoje, utilizada como uma arma racista eficaz contra as minorias muçulmanas, o preço que temos a pagar é a perda de visibilidade e a expulsão para fora do conceito de modernidade de todas as formas de subordinação, de exclusão e de inferiorização das mulheres, típicas da modernidade ocidental.

É bem verdade que, desde o século XIX, as mulheres estiveram entre os primeiros críticos da modernidade – uma crítica interna, poder-se-ia dizer, feita em nome das promessas não cumpridas de liberdade, de igualdade e de autodeterminação. Mas é também verdade que no passado, e ainda hoje, algumas analistas feministas tratam frequentemente o sexismo e as discriminações de gênero e de sexualidade como sintomas de atraso, até mesmo como fatores exógenos devidos a uma resistência à modernização, e não como expressões das relações de poder constitutivas das sociedades modernas.

A releitura de obras de autores como Marx, Weber, Simmel, Adorno, Elias ou ainda Habermas nos incita a repensar uma questão central que alimentou os estudos feministas nas últimas décadas e suas críticas das Ciências Sociais “normásculas”: que imagem apresentaria a modernidade e o projeto político que lhe é associado vistos pela óptica do gênero? A dinâmica das Luzes, que engendrou o projeto de modernidade, teria emancipado ou modernizado, naturalizado e legitimado as hierarquias de gênero

e a heteronomia das mulheres? O “processo de civilização” (Elias) melhorou a posição das mulheres e diminuiu a violência sexual? A “racionalização das sociedades” (Weber) restituiu alguma dignidade ao desejo sexual? Permitiu à sexualidade se emancipar dos dogmas religiosos ou a fechou, por sua vez, na “gaiola de aço” do casamento moderno? Ler ao mesmo tempo Weber e Simmel, Elias e Weber, Adorno e Habermas através dessa óptica, como nos convidam as páginas deste volume, pode conduzir-nos a novas visões que dizem respeito às distinções históricas e contemporâneas dos feminismos, e contribuir à desconstrução das categorias e à crítica das Ciências Sociais que esses movimentos engendraram.

As mulheres dos grandes homens

Existe uma outra dimensão deste volume, não negligenciável e totalmente imprevista, que surgiu somente no fim da leitura contínua dos capítulos do livro. Efetivamente, as sequências narrativas fizeram emergir por detrás das grandes obras imagens de mulheres e “genealogias” feministas esquecidas. Quando, por exemplo, em plena análise do processo de identificação realizada por Foucault, deparamo-nos com Flora Tristan que, mais de um século antes dele, já expunha a lógica absolutista da categorização que inferioriza as mulheres no momento em que tal fenômeno se manifestava. Ou ainda quando colaborações, amizades ou amores formadores são descobertos (de Max com Marianne Weber, socióloga das mulheres e dirigente feminista ignorada durante muito tempo, e também com Else von Richthofen, acadêmica, figura carismática do feminismo, sucessivamente doutoranda, amiga, colaboradora e enfim amante do próprio Max), experiências de exílio compartilhadas entre Mannheim e seus alunos, dentre os quais Viola Klein, que também se refugiou na Inglaterra para terminar sua tese. E ainda as “mulheres livres” da utopia socialista e de 1848 – as Flora Tristan, Pauline Roland, Jeanne Deroin, Jenny d’Héricourt – que assombram a sociologia de Augusto Comte, o qual, não obstante a “irrecusável subalternidade orgânica do gênio feminino”, cercava sua vida privada de “cérebro” de mulheres: Caroline Massin e Clotilde de Vaux, com quem viveu, ou Mary Pickering, sua amiga e biógrafa (ver Molinier).

Em sua sequência, este livro assim nos revela as brigas públicas e os conflitos de gênero dentro do próprio lar dos nossos grandes homens, as experiências das práticas sexuais dissidentes, espaços públicos feministas no qual as mulheres se exprimem usando a primeira pessoa do singular, vidas sexuais perdidas e desejos insatisfeitos. Em resumo, são desvendados pedaços de história que lembram, mesmo sendo apenas através de resquícios, que o pensamento, com seus ímpetos e suas reviravoltas, suas aberturas e cegueiras misóginas, não nasceu simplesmente em um contexto que é apenas um arranjo sócio-histórico ou uma evolução progressiva de ideias. Ele mostra que as abordagens conceituais do gênero dos grandes sociólogos, ou mesmo dos não tão grandes, constroem-se na confrontação com os outros, com as mulheres, as feministas, e que elas são *também* os produtos de conflitos, de angústias e de antagonismos de sexo – antagonismos políticos, intelectuais, afetivos –, de dramas íntimos; em suma, dessa experiência cotidiana impura que pouco é levada em consideração na interpretação das grandes obras.

Conclusão: o caminho da vida *bandita*

Chegando ao término desta empreitada, como situarmo-nos em relação à herança das obras canônicas das Ciências Sociais nas quais a cegueira relativa ao gênero e a invisibilidade das experiências femininas são, salvo raras exceções, a regra? Será então que deveríamos rejeitar a obra dos grandes homens? Poderíamos talvez ter sugerido isso no momento em que recorriamos ao “Feminismo ano zero”. Mas do mesmo modo que não se tratava, naquele instante, de um começo, mas de um recomeço do feminismo, que se esforçou em reconstituir sua genealogia como fizeram seus predecesores, suas obras não serão rejeitadas. Mesmo se o valor de tais obras, tal qual é expresso pelo trabalho dos(as) autores(as) dos capítulos deste livro, consiste raramente em sua capacidade em servir-nos de guia para uma Sociologia que leve o gênero a sério, mas, talvez, pelo contrário, no que diz independentemente do que queria dizer seu autor, seja ele um Comte ou um Bourdieu.

Em um artigo intitulado “Gender as Seriality” (1994), Iris Young comparava a relação das teóricas feministas com os textos clássicos a uma

bandita, uma fora da lei intelectual que roube os filósofos masculinos dos conceitos que ela considera úteis, deixando para trás todo o resto. Uma afirmação sem dúvida inspirada por Walter Benjamin, que escrevia nos anos 1930: “Em meu trabalho, as citações são como bandidos na estrada, que surgem armados e roubam o andarilho de sua convicção”. O conceito deliberadamente arrancado de seu contexto inicial e reformulado em uma outra óptica não está apenas sendo utilizado por uma outra interpretação feminista, ele pode também desestabilizar o sentido inicial das palavras e conceitos empregados. Mais ainda que um novo olhar sobre as Ciências Sociais “normásculas”, talvez seja esse modo “salteador” produtivo e imaginativo, esse caminho da *bandita* que nos interessa propor aqui, por meio das numerosas releituras críticas feministas mobilizadas no decorrer desta obra e que poderiam muito bem revelar um dos “efeitos teóricos da fúria dos oprimidos” sobre a qual nos fala Colette Guillaumin (1992, [1981], p.219). Já pudemos verificar tais efeitos na extraordinária riqueza da história social feminista resultante das críticas de E. P. Thompson, que modificaram, de um modo duradouro, o pensamento da classe na historiografia anglo-americana; ou na reapropriação do conceito de *habitus* de Bourdieu pelos sociólogos que o empregaram em uma perspectiva feminista, levando as pesquisadoras a apoiarem-se em sua posição inferiorizada no campo acadêmico e em sua própria experiência da dominação masculina para mobilizar uma reflexão que questiona continuamente o que se esconde por trás das evidências do sentido comum.

Consequentemente, eis aqui um convite para a apropriação dessas obras e de seus conceitos como ferramentas a serem reformuladas, remodeladas incessantemente, sem medo nem devoção, no próprio interesse da compreensão do mundo social.

Referências bibliográficas

- AUGA, U.; VON BRAUN, C. *Gender in Conflicts: Palestine, Israel*. Berlim: Lit Verlag, 2006.
- COLLIN, F.; PISIER, É.; VARIKAS, E. *Les femmes de Platon à Derrida*. Paris: Plon, 2000.
- GUILLAUMIN, C. Femmes et théories de la société. In: *Sexe, race et politique du pouvoir: l'idée de nature*. Paris: Coté-femmes, 1992 (1981).

- KERGOAT, D. Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale. *Critiques de l'économie politique*, n.5, p.65-97, 1978.
- YOUNG, I. M. Gender as Seriality: Thinking about Women as a Social Collective. *Signs*, v.19, n.3, p.713-38, 1994.

I
ESTRUTURAS, ESTRUTURAÇÃO, PRÁTICAS

1

AUGUSTO COMTE E O GÊNIO FEMININO OU O ROMANCE DE UMA "CONCORRÊNCIA FATAL"

Pascale Molinier

Nas primeiras linhas de seu volumoso ensaio *Aberrations* [Aberrações, 1978], dedicado "ao tornar-se mulher de Augusto Comte", Sarah Kofman pergunta:

Quem, nos dias de hoje, ainda se interessa por Augusto Comte e pelo positivismo? (...) Que leitor teria a coragem de encarar seus textos sem ser obrigado a fazê-lo pelas necessidades de um programa escolar, de uma prova ou de um concurso?

"Comte escreve mal" – prossegue – "eu diria até muito mal." "O estilo ruim, científico, masculino nos escritos de Comte", seria, segundo Kofman, um meio de proteger o acesso a um segredo inconfessável: sob a virilidade exibida como um *apotropaïon*,¹ Comte esconde uma aberração sexual, a "pior das aberrações", a de ter desejado "conceber", tal qual uma mulher (Kofman, 1978, p.16).²

"O parto mental é laborioso como o parto físico", escreveu A. Comte para P. Lafitte em 1844. E continua: "Todos os novos passos decisivos que eu realizei nos trabalhos filosóficos geraram uma crise patológica". Pois A. Comte é louco, muito louco. Paranoico e melancólico, sem dúvida.

1 Espécie de imagem utilizada como meio de afastar os demônios. (N. E. F.)

2 Sobre a questão do "estilo" na obra de A. Comte, ver também Lepenies (1990).

Seu gênio foi, contudo, como afirma Annie Petit no prefácio de *La Vie d'Auguste Comte* [A vida de Augusto Comte, 1997 (1931), p.7], de Henri Gouhier, ter feito “uma obra de sua vida, ter progredido na desordem, avançado nas suas idas e vindas; nela, os eventos constituíram um percurso iniciático, e sua sorte e seu azar, uma edificação sistêmica”.

“A fórmula de Comte: *viver publicamente* significa que todos os instantes de sua vida são históricos”, escreve H. Gouhier, acrescentando: “A vida e a obra de Augusto Comte suscitam, creio, alguns esclarecimentos para uma explicação do nosso tempo; seria até possível que elas tenham tido, para nós, o valor de uma experiência” (Comte, 1997, p.16).

Para Gouhier, o contexto dessa experiência, foi, primeiramente, uma época que ele definiu como tendo sido vivida ao masculino neutro, tal qual “a de Béranger e Victor Hugo, de Eugène Delacroix e Hector Berlioz” (Ibid., p.17). Desse “romance filosófico”, segundo a fórmula do biógrafo de Comte, dessa “imensa ópera”, segundo aquela, enfática, do próprio Comte, lembraremos as datas de 1798-1857 e os principais marcos: a turbulenta juventude de “Sganarelle”, denominada assim por seus colegas da escola Politécnica; a colaboração seguida do rompimento com Saint-Simon; o casamento com Caroline Massin, o “ato mais revolucionário que ele se autorizou cometer naquela época”, seguido imediatamente de brigas conjugais; o “episódio cerebral” de 1826 e o “internamento médico” na clínica de Esquirol; os sucessivos fracassos na carreira de professor; o encontro com Clotilde de Vaux em outubro de 1844; o “ano incomparável” que precedeu a morte de sua companheira em 1846, sucedida de onze anos de culto cotidiano à defunta, designada patrona da religião da Humanidade.

Como reformular essa experiência e seu contexto em termos de gênero? A época se apresenta como uma nova era para a libertação das mulheres. É a época de George Sand e de Rosa Bonheur, de Flora Tristan e de Pauline Roland, de Jeanne Deroin e de Jenny d'Héricourt, de Suzanne Voilquin e de Claire Démar. Quando a ordem social do gênero movimenta-se, as fantasias e desejos até então impensáveis emergem com muita excitação e angústia, instaurando também as barreiras que esse tipo de transformação social pode engendrar. A experiência comteana é indissociável de tais mudanças; os conflitos e as contradições que reúnem seus amores e sua vida à sua obra constituem uma resposta à atração e ao perigo que novas definições do masculino e do feminino encerram. As escolhas intelectuais

de A. Comte, tanto sobre as mulheres quanto sobre outros assuntos, devem muito, sem nenhuma dúvida, ao lugar singular que ele ocupa nas Ciências Sociais.³ Contudo, seguiremos aqui um caminho um pouco diferente ao associarmos escolhas intelectuais e biografia amorosa, um modo particular que adotamos para ressaltar as personalidades e as contribuições de Caroline Massin e de Clotilde de Vaux, ambas tendo vivido com Comte.

Como ser viril sem ser obsceno?

Não queremos nos precipitar em reduzir A. Comte à imagem de um “venerável machista” (Petit; Bensaude, 1976). Mary Pickering, sua segunda biógrafa, escreveu sobre Sarah Austin, íntima de A. Comte na segunda metade de sua vida, que ela “tinha o mesmo tipo de talento, de inteligência e de autonomia que Caroline Massin e Clotilde de Vaux, estimando que a amizade que a unia a Comte confirma a atração que este último tinha por mulheres não tradicionais que se recusavam a interpretar um papel passivo” (Pickering, 2004). A experiência comteana é a de um intelectual que, com singularidade, amava as mulheres inteligentes sem, contudo, conseguir suportar a *concorrência*, ou, olhando por um prisma mais amplo, a de um homem diante dos impasses de sua bissexualidade física, se assim considerarmos o sofrimento e os conflitos causados por identificações, desejos inconscientes e aspirações não conformes à ordem social do gênero. Desse itinerário atormentado, podemos traçar suas vicissitudes em três épocas.

A primeira é a época da rebelião contra a ordem social do gênero. A. Comte tem 21 anos e trabalha com Saint-Simon quando escreve:

Uma mulher na ordem social atual é observada pelas leis e quase sempre pelos homens, frequentemente menos liberais que nossos próprios códigos, como um móvel, como um brinquedo eternamente destinado ao prazer e ao uso de vossa majestade o Homem, que, pela graça de Deus e pela força de seus músculos, constituiu-se proprietário do animal doméstico chamado mulher;

3 No que concerne às condições de possibilidades do surgimento da Sociologia e sobre o gesto inaugural de A. Comte, ver as obras de referência: Lepenies, 1990; Heilbron, 2006 (1990); Karsenti, 2006.

um pouco como nas colônias onde um homem branco é dono de seus negros (...). Em nosso país, qual é o destino daquelas que não possuem riqueza por elas próprias? O trabalho mais difícil e o menos desvalorizado, ao qual elas frequentemente não têm acesso considerando que os homens deixaram-lhes apenas um número restrito de profissões e, em geral, as menos lucrativas; ou então a libertinagem, ou seja, a venda de sua própria pessoa (...). Com certeza a lei do mais forte somente deixará de se exercer sobre as mulheres quando elas deixarem completamente de perceber-se no universo dos homens (...): as mulheres também se interessam, direta e pessoalmente, como mulheres, pelo progresso da ordem social (...). A história mostra que o destino das mulheres melhorou constantemente na mesma proporção em que progredia a civilização. (Carta para Valat, de 24 de setembro de 1819)⁴

A. Comte se casa em 1825, sem o consentimento de seus pais, com Caroline Massin, que possui uma inteligência fina, "organizada como Roland e De Staël" (Gouhier, 1997, p.136). Desde o primeiro ano, Caroline não se deixa dominar, e abandona o domicílio conjugal várias vezes. Em 1842, um ano depois de sua separação, ela diz a A. Comte: "Meu grande crime foi ver em você um marido e não um senhor". Sete anos mais tarde, ela afirma:

Eu sempre me dediquei a você, mas nem por isso eu era submissa. Com menos dedicação real e um pouco mais de submissão as coisas teriam sido melhores entre nós. Concordo que algumas vezes você teve razão, mas você me pedia para ceder em nome da sua autoridade, conseqüentemente eu o afrontava quando devia ter-me submetido. O que eu não soube ser foi submissa acima de tudo. Mas eu o amei, apesar de tudo, você sabe disso. (Carta para A. Comte, de 17 de janeiro de 1850)⁵

4 A correspondência geral de Augusto Comte foi publicada em 8 volumes (Comte, 1973). Ela pode ser consultada na Maison Auguste Comte, no número 10 da rua Monsieur le Prince, em Paris.

5 Para todas as referências da correspondência de Caroline, ver Comte e Massin (2006).

Como respeitar as mulheres sendo ao mesmo tempo seu senhor?

A segunda época é aquela durante a qual A. Comte elabora a sistematização de um ideal de feminidade que implica a relegação das mulheres ao espaço doméstico e a teorização de uma "valência diferencial" entre a inteligência, como atributo do masculino, e a sociabilidade ou afetividade, como atributo do feminino. Enquanto o jovem A. Comte defendia o trabalho das mulheres, ao chegar à idade adulta seu discurso sustenta que o progresso da civilização

apresenta uma tendência gradual a passar ao homens as profissões que foram durante muito tempo exercidas por mulheres. E essa disposição espontânea é, a seus olhos, apenas um exemplo da tendência crescente, em toda nossa sociabilidade, em proibir as mulheres de exercerem todas as atividades que não sejam suficientemente conciliáveis com seu destino doméstico, cuja importância se tornará cada vez mais preponderante. (Carta para Stuart Mill, de 5 de outubro de 1843)

A necessária subordinação da mulher não é mais imposta pelo "horível direito do mais forte", mas é desse modo que podem desabrochar a simpatia e a sociabilidade, que lhe permitem assumir uma função essencial na economia fundamental da família, para o bem de todos. Para A. Comte, a mulher é esposa antes de ser mãe. Ele não é muito prolixo no que diz respeito à função de mãe, "que constitui, evidentemente, o mais importante e mais delicado destino particular" (Aulas, 50ª lição, p.187). Sua contribuição original foi ter dotado a mulher de uma função moderadora por meio da qual ela

modifica incessantemente, através de um comovente entusiasmo imediato, o instinto social, a direção geral que sempre emana primitivamente de toda necessidade da razão muito fria ou grosseira que caracteriza normalmente o sexo preponderante. (Ibid.)

A mulher ultrapassa, então, o homem na esfera social pela sua *natureza*. Seu amor é acima de tudo ternura. A. Comte preocupa-se em separar os

sentimentos femininos da “grosseira excitação” original da sexualidade. O homem conserva a prerrogativa do atributo intelectual. Evidentemente a inteligência não é nada se ela não for orientada pelo sentimento. A inteligência permanece, contudo, a qualidade mais humana, mais alta na hierarquia do ser vivo. Uma mulher inteligente deve reconhecer a dominação justa do homem, “pois é para o benefício de sua superioridade moral” (Kofman, 1978, p.235). O artifício que esconde o machismo na teoria positivista é a pretensa superioridade moral das mulheres ao mesmo tempo que considera a especialização das funções e das atividades que as relegam ao espaço doméstico *para sempre* como um progresso da natureza humana. Desprezando a concorrência, não poderíamos negar a “irrecusável subalternidade orgânica do gênio feminino” (Aulas, 50ª lição, p.186).

Poucas vezes assistimos a uma teorização tão defensiva: pois o que A. Comte valoriza na completa subordinação da mulher ao esposo não é, evidentemente, o que se pratica em seu próprio lar. Ele atribui as fugas de Caroline à sua necessidade de “uma louca liberdade e ao despeito de não poder exercer o controle arbitrariamente” (Gouhier, 1997, p.172). Ela, por sua vez, queixa-se com Blainville das “recriminações grosseiras, das palavras duras, das violências excessivas em relação aos motivos de suas brigas, uma pueril e minuciosa preocupação em provar o poder do vencedor” (Ibid., p.182), em resumo, a confrontação é constante, sem dúvida desgastante para ambos.

Se o “pai da Sociologia” fundou, contudo, a nova ciência positiva apoiando-se em uma distinção entre a Sociologia e a Biologia (Heilbron, 2006), no que diz respeito às mulheres o argumento de sua *natureza* mostra-se obstinado. A. Comte escreve para J. Stuart Mill em 16 de julho de 1843:

Mesmo sendo imperfeita, a biologia parece poder estabelecer solidamente a hierarquia dos sexos ao demonstrar ao mesmo tempo anatômica e fisiologicamente que (...) o sexo feminino é constituído por um tipo de infância radical que o torna essencialmente inferior ao tipo orgânico correspondente.

A questão das mulheres terá sido o motivo da ruptura entre os dois filósofos alguns meses mais tarde. J. Stuart Mill escreverá em *Auguste Comte et le positivisme*, a respeito da concepção comteana do casamento:

É deplorável ter que dizer tais coisas sobre um filósofo; mas os incidentes de sua vida que seus biógrafos tornaram públicos, fornecem a explicação (...): ele havia brigado com sua esposa. Mais tarde, sob a influência de circunstâncias também pessoais, suas opiniões e seus sentimentos sobre as mulheres mudaram muito, e não tornaram-se, portanto, mais racionais. (apud Kofman, 1978, p.80)

Como incorporar-se a feminidade?

A terceira época é a do culto a Clotilde de Vaux, a época da reconciliação entre as tendências masculinas e femininas, a mente e o coração, a razão e a sociabilidade.

Meu organismo recebeu algumas cordas íntimas, eminentemente feministas, de uma mãe muito carinhosa, que ainda não puderam vibrar por não terem sido convenientemente sacudidas. Chegou o momento de desenvolver sua atividade (...). Aguardo sua benéfica influência, minha Clotilde, para minha inestimável evolução. (Carta para Clotilde de 5 de agosto de 1845)

Se o jeito masculino conduz à Sociologia, o jeito feminino – o tornar-se mulher – conduz ao sacerdócio. Ao tornar-se o grande sacerdote da humanidade, A. Comte posiciona-se, no prefácio do *Catéchisme positiviste* [Catecismo positivista, 1852], sob a proteção de uma trindade feminina, Clotilde, sua mãe e Sophie Biliaux, empregada e filha adotiva. O casamento destinado ao aperfeiçoamento mútuo dos dois sexos é “harmonia das funções, solidárias mas independentes, uma apresentando uma tendência a estabelecer pela via científica, ativas convicções masculinas, a outra a desenvolver, pela via estética, profundos sentimentos femininos” (Correspondência geral, v.IV, *La dédicace...*). A. Comte vivencia esse casamento ideal somente depois da morte de Clotilde, através de uma incorporação melancólica, chegando ao ponto de identificar-se com a mulher amada.

Na medida em que eu desenvolvo essa nova existência, todos sentem que eu me tornei, para a humanidade, um órgão duplo pela sua incorporação cada vez maior em todas as minhas conquistas. (apud Kofman, 1978, p.247)

Nas origens do pensamento feminista: hierarquia e especialização das funções

O positivismo contribuiu amplamente com a consolidação das “ideias sensatas de subordinação social”, ancorando-as teoricamente na natureza (Kofman, 1978, p.214). A obstinação de A. Comte em confinar as mulheres no espaço privado, evidentemente não pertence somente a ele, essa “loucura” é abundantemente compartilhada pelos “sábios” de seu tempo. Basta lembrar, com Jenny d’Héricourt, que Proudhon vê a mulher como submissa a seu esposo, em um casal monogâmico rígido (o casamento cristão laico), com pouca instrução e proibida de participação na vida pública (d’Héricourt, 1860). A emergência da Sociologia comteana surge como uma reação ao fourierismo, à utopia socialista, às mulheres livres (ver Kremer-Marietti, 1999; Riot-Sarcey, 1994; Pedersen, 2001).

Portanto, combinar a busca de igualdade de uns com a procura de permanência de uma hierarquia de outros é uma tensão que atravessa também o pensamento progressista e “feminista” da época. Será preciso o entusiasmo desesperado de uma Claire Démar para exclaimar:

Eu nunca soube e nunca saberei entender essas classificações, essas distinções sutis e metafísicas, através das quais querem dividir a humanidade em ordens, em classes, em gêneros. Tenho boas razões para desconfiar das categorias. (Démar, 1833, p.94)

Para a maioria dos seus contemporâneos saint-simonianos que se transformariam em breve em socialistas, a *ideia da igualdade perfeita do homem e da mulher, a igualdade perfeita de todos os seres humanos entre si* é consubstancial à ideia de uma hierarquia entre os indivíduos e entre os povos. Entre os indivíduos, essa hierarquia é fundamentada na educação e no mérito pelo trabalho, entre os povos, no avanço da civilização. A França, “grande nação dos tempos modernos”, “civilização superior da Europa”, segundo os termos de S. Voilquin (1866, p.462), é o modelo que os outros povos devem visar para adquirir as virtudes que lhes faltam, como foi escrito por F. Tristan com respeito aos peruanos (Tristan, 1838). Referindo-se aos operários, ela escreve:

Eu não posso dissimular para mim mesma, para eles o tempo de agir ainda não chegou – já que eles não entendem nem mesmo a posição que ocupam. (...) Eu acho que é loucura querer negociar seus interesses com eles, é preciso apresentar-lhes já pronta a lei que deve salvá-los – boa lição! (Tristan, 1843, p.16)

Mesmo criticando duramente uma provinciana que afirmava não ser capaz de entender a “igualdade de linguagem, de relação com (sua) costureira”, S. Voilquin descreve, contudo, as mulheres egípcias como privadas “dos traços tão delicados do rosto oval europeu”, “casta por compressão e não por virtude”, ignorante da “modéstia e do pudor”, julgando-as inaptas a formar domésticos de qualidade (Voilquin, p.169 e 453). F. Tristan diz sufocar com o “cheiro dos negros” (1843, p.41). No início do feminismo, as hierarquias de sexo e de classe parecem, com certeza, destinadas a ser ultrapassadas, mas os estigmas de uma desigualdade “natural” das raças permanecem inscritos no corpo dos colonizados, mesmo que todos os povos tenham sido convidados à igualdade.

Diferenças entre os sexos e especialização das funções? Valorização da ternura e da sociabilidade femininas? A. Comte insere-se nos valores de sua época. Sua diferenciação, contudo, manifesta-se pela importância dada à vida conjugal, distinguindo-se sensivelmente das feministas da época que combatem o casamento, mas que valorizam a maternidade e o trabalho. “A mulher é, sem dúvida, mãe”, escreve Pauline Roland, “e é uma santa lei da natureza que confia a criança a sua ternura por um longo período (...). Mas, sinceramente, seria essa uma atividade para toda uma vida?” (Carta para Émile Girardin, abril de 1851).

Para Jeanne Derooin, a maternidade não representa uma limitação para a ação política feminina, mas, ao contrário, seu fundamento:

É o título de mãe, em nome do qual propõem excluir a mulher [da esfera pública e do político] que impõe-lhe o dever e dá-lhe o direito de zelar pelo futuro de seus filhos, não somente nutrindo-os ou ninando-os, mas em seu papel de mãe, e de reivindicar para elas, *sem distinção de sexo*, a verdadeira liberdade, ou seja, o desenvolvimento completo e o livre exercício de todas as suas faculdades; ela deve participar na administração dos interesses do trabalho e contribuir com instrumentos e produtos do trabalho na economia política, na ciência e na prática da economia doméstica, a fim de estabelecer uma repartição

do trabalho justa, ela deve contribuir, nessas áreas, com a intervenção de seu previdente cuidado materno, para que não existam mais sofrendores nem oprimidos. (Deroin, 1851, p.11)

Para S. Voilquin,

o lugar da mulher, com sua magnanimidade, será exercido junto àqueles que sofrem por cruéis decepções, paixões insatisfeitas e exacerbadas. Nossa mais delicada tarefa será o reconforto dos corações cansados. Um dos nossos atributos será o de um médico moral. (Voilquin, 1866, p.142)

Não é, então, a especialização das funções ou ainda a associação entre feminidade e afetividade que as mulheres progressistas recusam, mas a subordinação das qualidades femininas a serviço exclusivo do marido. Essa definição corresponde precisamente ao projeto comteano. “No casamento, a mulher deve servir”, escreve Jenny d’Héricourt. “Ela é sacrificada pela instrução nacional. Ela é inferiorizada diante do trabalho. Civilmente, ela é desqualificada. Politicamente ela não existe. Ela é igual ao homem somente quando é punida ou quando deve pagar impostos” (d’Héricourt, 1860, p.6-7).

Conjurar a “explosão cerebral”: uma conjugalidade ao serviço do intelectual

Discípulo de Saint-Simon, interlocutor de J. Stuart Mill, A. Comte pensou a opressão das mulheres antes de repelir a ideia de sua igualdade. Podemos, então, nos perguntar: o que existe *para um erudito* de tão desconfortável na ideia de uma igualdade dos sexos? “Eu deveria, por exemplo, considerar minha meiga e delicada amada como uma concorrente?”, escreve S. Freud para Martha, em uma carta de 15 de novembro de 1883, sobre a qual Kofman ressalta que ela é “amiga íntima de Comte, o mais machista”. Tais posições foram, de um modo geral, também assumidas por S. Freud, apesar de ele ter sido levado a traduzir, quando estudante, o livro de J. Stuart Mill, *L’Asservissement des femmes* [A sujeição das mulheres] (Kofman, 1978, p.220).

A. Comte e S. Freud assumiram, assim, o mesmo combate, sendo que Freud recebeu o apoio doméstico de sua mulher. Concorrência, eis a

palavra-chave que poderia desestabilizar a economia mental do erudito. Sugerir uma “inferioridade natural da mulher” e dizer que essa última seria incompetente para qualquer “trabalho mental de grande intensidade”, é negar a dependência masculina, negar que *sem o suporte de sua mulher, o erudito enlouquece*. A. Comte sabe disso por experiência própria. Foi ele mesmo que atribuiu “a explosão cerebral” de 1826 ao excesso de trabalho conjugado a uma conduta inadequada de sua mulher. Em 1942 ele lhe pedirá para não deixá-lo até que ele termine de escrever suas *Aulas*.⁶ Ela aceitará. Subordinar a mulher a funções de cuidado e assistência é liberar-se de ter que pensar em algo que não seja sua obra, é liberar-se de ter que pensar em seu corpo, é trocar a finitude pela imortalidade, que se inscreve na categoria dos desejos inatingíveis. Escreve judiciosamente J. Stuart Mill, em *L’Asservissement des femmes*:

Seria ainda importante demonstrar se esse trabalho exclusivo de uma parte da mente, se essa absorção de todo pensamento focada em um único assunto e sua concentração em somente uma obra, constituem a condição normal e são das faculdades humanas, mesmo quando se trata de especulações intelectuais. (apud Kofman, 1978, p.221)

Como um eco às queixas de Caroline: “Um homem não está no mundo apenas para escrever obras para a posteridade (...) e se tivesse um pouco menos de ciência em nossa casa, talvez tivesse um pouco mais de felicidade” (carta para A. Comte, de 9 de novembro de 1842).

Começamos a perceber que as ausências de Caroline não significam somente uma perda nos registros femininos do afeto e do trabalho doméstico. O que fará falta, decididamente, bem que poderia ser... sua inteligência. Mesmo que A. Comte não considere a mulher como uma igual, ele a vê como uma *desejável interlocutora*, aspecto que o diálogo do *Catéchisme positiviste* [Catecismo positivista, 1852]⁷ mostrou de um modo significativo e desconcertante, e que traduz, apesar de tudo, um certo deslocamento

6 A ideia de que o trabalho intelectual pode conduzir à loucura era propagada naquela época, “a paixão intelectual excessivamente exaltada” e os “trabalhos intelectuais que são conduzidos longe demais” constituem causas morais que, segundo Broussais – defendido por Comte –, agem como provocador da loucura (Braunstein, 1986; Capurro, 2001).

7 Organizado em “onze entrevistas sistemáticas entre um homem e um Padre da humanidade”.

da ordem do gênero e gera um paradoxo. Seduzir a mulher com suas ideias, dando-lhe lições de matemática, por exemplo, como no momento do idílio com Caroline, é reconhecer, nela, uma certa inteligência, inteligência suficiente para entender.

Abre-se, assim, a possibilidade para um homem gozar do gênio feminino colocando-o a seu serviço, desenvolvendo, graças à escuta feminina, seu próprio sistema de pensamento. A conjugalidade seria uma conversa em uma única direção. Um fala, o outro escuta e questiona. Para que a mulher tenha acesso à “digna liberação de todo trabalho externo”, “o homem deve alimentá-la”, escreve Comte no prefácio do *Catéchisme positiviste*. Ora, esse alimento não é somente material, ele é também intelectual. No *Catéchisme*, nesse longo diálogo entre o Padre e a Mulher, A. Comte formaliza um novo desejo heterossexual, no qual o homem é *incontestavelmente* o professor e a mulher, o aluno; o desejo de *uma conjugalidade que seja suporte do intelectual*. O aluno com certeza possui uma posição ou dignidade diferente daquela do “animal doméstico”, do “móvel” ou do “brinquedo”.

O que torna a experiência comteana patética e, apesar de tudo, tão comovente, é o fato de ele ter realizado seus desejos plenamente com uma mulher morta. Nessa configuração particular, e somente nela, pode se perpetuar o *statu quo* não concorrencial segundo o qual o aluno nunca superará o professor e esse último sempre terá a vantagem de obter sua atenção. Atenção que tem o valor de uma verdadeira maiêutica. Esse “parto mental” tão “laborioso” é facilitado pela atenção dada por uma mulher que, graças a sua assistência, evita a loucura. E se... e se ela começasse a pensar por si?

Augusto Comte se achava feio e não imaginava poder seduzir as mulheres por outro caminho que o do pensamento. Conseqüentemente, ele aumentava necessariamente seu poder de ação e seu gosto pela liberdade. Como instruir uma mulher sem reduzir sua vontade de servir? A. Comte não podia viver nem com uma mulher que não fosse inteligente, nem com uma mulher emancipada. Ele viverá onze anos com a lembrança de uma morta.

O acordo entre os sexos: disfarces e falsificação

Será que a vida e a obra de A. Comte possuem ainda o “valor de uma experiência” para nós? Sua teoria do casamento é uma construção

reacional contra o desespero criado pela falta de apoio doméstico. Assim, a “imensa ópera” comteana revela como a ficção do “gênio masculino”, do século XIX aos dias de hoje, fundamenta-se na negação da dependência masculina diante do *care* feminino. As fugas e a insubordinação de Caroline prefiguram as procrastinações e as recusas das mulheres contemporâneas em assumir as funções domésticas a serviço da atividade masculina, reafirmando suas próprias aspirações. Tendo “descoberto em Caroline uma triste tendência ao domínio, ele constatava que sua própria inteligência era um mal, pois ela o privava dessa submissão característica de uma boa esposa”, escreve Henri Gouhier, que provavelmente também pensava assim (Gouhier, 1997, p.150).

A. Comte se vingará de Caroline Massin ao afirmar, em seu testamento, que quando ele a conheceu, e até mesmo um pouco depois, ela se prostituía. Ele retratou Clotilde de Vaux como uma santa... do pau oco. M. Pickering foi a primeira a ter demonstrado que nada prova a veracidade das revelações de A. Comte no que concerne sua esposa e que, na verdade, sua relação com a independência de Clotilde não era assim tão harmoniosa como ele e os positivistas descreveram posteriormente. Era “uma intensa guerra dos sexos” (Pickering, 2000).

O que A. Comte espera de uma relação amorosa e sexual com Clotilde são alimentos para sua obra. Ele pensa, então, que precisa de uma experiência concreta de emoções e não somente de uma compreensão intelectual. Trata-se, como vimos, de fazer vibrar enfim “algumas cordas íntimas, eminentemente femininas”. Mas Clotilde não é típica do “sexo afetivo”. A romancista queria discutir ideias e que A. Comte estimulasse sua mente, não seus sentimentos ou seus sentidos – aliás, ela o acha feio. M. Pickering mostra como Clotilde interpreta o papel da aluna entusiasta ou da frígida, entre outros disfarces⁸ imputados à feminidade, para encobrir suas ambições assumidamente masculinas, satisfazendo-as por debaixo dos panos. Ela manipula a ideia muito difundida de que as mulheres são naturalmente superiores porque não possuem desejo sexual. De fato, ela se abstém. O efeito desse fracasso é inesperado. A. Comte se protege através de sua idealização. Clotilde torna-se responsável por sua ressurreição moral.

⁸ *Mascarade*, no texto original, deve ser entendida no sentido usado por Joan Rivière (1929), o que a mulher deve fazer para evitar retaliações masculinas.

A. Comte exalta a abstinência sexual e o amor platônico, e realiza-se perfeitamente na viuvez eterna. C. de Vaux, como enfatiza M. Pickering, é uma mulher casada abandonada por seu marido em uma época em que o divórcio não era reconhecido. Ela não tem filhos, não pode firmar sua identidade na maternidade e reivindicar seus direitos de intervir no espaço público que lhe são inerentes. Ela quer construir uma nova identidade feminina não fundamentada na maternidade e no espaço doméstico, mas na independência e no trabalho. Assim, C. de Vaux é, em parte, instigadora do desejo de A. Comte de uma conjugalidade casta, de um diálogo entre professor e aluno, de uma maiêutica feminina ao seu serviço. Porém, esse desejo não é o seu, ela participa de tal encenação somente como disfarce ou performance do gênero que permitiu que ela resistisse a Comte sem perdê-lo.

“Viver publicamente”, Augusto conseguiu fazê-lo somente através de uma inacreditável falsificação que consistiu em transformar, para a posteridade, duas mulheres amadas com paixão, duas mulheres excepcionais, inteligentes, decididas, em duas imagens estereotipadas diametralmente opostas: a virgem e a prostituta.

O positivismo é uma defesa destinada a “proteger a saúde da sociedade que se confunde com sua ordem, ou seja, a ordem na qual o homem predomina, a única suscetível de manter o bom equilíbrio do macho, adulto, são e civilizado” (Kofman, 1978, p.308). Mesmo se o *querer* positivista triunfou em sua época, no drama amoroso de Augusto, Caroline e Clotilde, por outro lado, ninguém ganhou, e por essa razão o homem A. Comte é comovente na mesma proporção em que sua teoria dos sexos é irritante.

A questão é: como intelectuais, homens e mulheres, de hoje, acomodam-se com a concorrência das inteligências? No espaço público? Doméstico? Na cama? Quem conjura para quem a “explosão cerebral” da criação intelectual? Quem trabalha para a anulação das marcas que constroem a posteridade? Quem modifica a ordem do gênero e quem a erige como defesa?

Referências bibliográficas

- BRAUNSTEIN, J. F. *Broussais et le matérialisme*. Paris: Méridiens-Klincksieck, 1986.
CAPURRO, R. *Le positivisme est un culte des morts: Auguste Comte*. Paris: Epel, 2001.

- COMTE, A. *Physique social. Cours de philosophie positive. Leçons 46-60*. Paris: Hermann, 1975 (1843). [Ed. Bras.: *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.]
_____. *Le Catéchisme positiviste*. Paris, 1852. [Ed. Port.: *O catecismo positivista*. Lisboa: Europa-América, 1997.]
_____. *Correspondance générale et confessions*. Paris: EHESS/Vrin, 1973.⁹
_____.; MASSIN, C. In: GENTIL, P. (org.). *Correspondance inédite (1831-1851)*. L'histoire de Caroline Massin, épouse d'Auguste Comte à travers leur correspondance. Paris: L'Harmattan, 2006.
COMTE, A.; MASSIN, C. *Correspondance inédite (1831-1851), L'Histoire de Caroline Massin, épouse d'Auguste Comte à travers leur correspondance*, texto estabelecido por Pascaline Gentil. Paris: L'Harmattan, 2006.
DÉMAR, C. *Appel au peuple sur l'affranchissement de la femme*. Paris: Albin Michel, 2001 (1833).
DEROIN, J. *Du célibat*. Paris: Fascicule, 1851.
GOUIER, H. *La Vie d'Auguste Comte*. Paris: Librairie Philosophique Vrin, 1977 (1931).
HEILBRON, J. *Naissance de la sociologie*. Paris: Agone, 2006 (1990).
HÉRICOURT, J. P. *La femme affranchie: réponse à MM. Michelet, Proudhon, E. De Girardin, A. Comte et autres novateurs modernes*. Bruxelas: A. Lacroix/Van Meenen e Cie., 1860.
KARSENTI, B. *Politique de l'esprit. Auguste Comte et la naissance de la science social*. Paris: Hermann, 2006.
KOFMAN, S. *Aberrations. Le devenir-femme d'Auguste Comte*. Paris: Flammarion, 1978.
KREMER-MARIETTI, A. *L'Anthropologie positiviste de Comte. Entre le signe et l'histoire*. Paris: L'Harmattan, 1999.
LEPENIES, W. *Les Trois Cultures. Entre sciences et littérature, l'avènement de la sociologie*. Paris: Éditions de la MSH, 1990.
MILLS, J. S. *Auguste Comte et le positivisme*. Paris: L'Harmattan, 1999 (1865).
PEDERSEN, J. E. Sexual Politics in Comte and Durkheim: Feminism, History and the Social Scientific Canon. *Signs*, v.27, n.1, 2001, p.229-263.
PETIT, A.; BENSUADE, B. Le féminisme militant d'un auguste phalocrate (Auguste Comte, Système de politique positiviste). *Revue philosophique*, Paris, n.3, 1976, p.293-311.
PICKERING, M. Clotilde de Vaux and the Search for Identity. In: MARGRADANT, J. B. (org.). *The New Biography – Performing Femininity in Nineteenth-Century France*. Berkeley/Los Angeles/Londres: University of California Press, 2000, p.137-170.
PICKERING, M. *Auguste Comte et les bas bleus: Sarah Austin et Harriet Martineau*. Conferência em 17 de junho de 2004 na Maison d'Auguste Comte, Paris.

⁹ São oito volumes consultáveis na Maison d'Auguste Comte, rua Monsieur-le-Prince, n.10, Paris.

RIOT-SARCEY, M, *La Démocratie à l'épreuve des femmes. Trois figures critiques du pouvoir, 1830-1848*. Paris: Albin Michel, 1994.

RIVIÈRE, J. Womanliness as a masquerade. *The International Journal of Psychoanalysis*, Londres, n.X, 1929, p.303-313.

TRISTAN, F. *Les Pérégrinations d'une paria*. Paris: Arthus-Bertrand, 1838.

_____. *Le Tour de France. Journal inédit 1843-1844*. Paris: Tête de Feuilles, 1973.

VOILQUIN, S. *Souvenirs d'une fille du peuple ou la Saint-Simonienne en Égypte*. Paris: E. Sauzet Libraire, 1866.

2

ÉMILE DURKHEIM E A UNIDADE ORGÂNICA DA SOCIEDADE CONJUGAL

Roland Pfefferkorn

Apesar de Émile Durkheim não ter dedicado nenhuma obra específica às relações entre homens e mulheres, essa questão está presente em quase todos os seus textos, pelo menos superficialmente, desde a realização de sua tese (1893). Essas relações são pensadas sistematicamente no contexto do casamento e da família, temas aos quais ele dedicou numerosas contribuições: além de monografias, aulas, participações em debates públicos, podemos ressaltar dezenas de críticas de livros em língua francesa, alemã e inglesa publicadas na revista *L'Année sociologique*.¹ Na maioria de seus textos, ele menciona a “mulher” e o “homem” no singular, e compartilha alguns pressupostos com seus contemporâneos sobre as funções e os papéis respectivos dos homens e das mulheres. É evidente que as “relações entre os sexos” (Durkheim, 1963 [1897], p.303) o interessam, mesmo se ele as apreende frequentemente no contexto de, e em relação à, uma instituição familiar hipostasiada. Contudo, veremos mais tarde que se encontramos a expressão “relações entre os sexos” em seus escritos, ele não antecipa em momento nenhum as conceitualizações em termos de gênero ou de relações sociais de sexo.

¹ Durkheim, 1987, 1910, 1975a, t.II: p.181-194, 206-215; 1975b, t.III: p.9-49, 70-92, 115-117, 131, 144-148.

A divisão do trabalho sexual: fonte da solidariedade conjugal

Em uma primeira etapa de sua carreira universitária, Durkheim inscreve sua abordagem das relações entre os homens e as mulheres em uma Ciência Social ligada à Biologia, altamente marcada pela influência de Augusto Comte e de Herbert Spencer. Em sua tese defendida em 1893, *Da divisão do trabalho social*, ele explica que, com a evolução das sociedades, a “divisão do trabalho sexual” se agravou:

A mulher se retirou da guerra e dos negócios públicos há muito tempo e sua vida se concentrou inteiramente no interior da família. Desde então, esse seu papel especializou-se ainda mais. Hoje, nos povos cultos, a mulher leva uma existência completamente diferente da do homem. Diríamos que as duas grandes funções da vida psíquica dissociaram-se, que um dos sexos apropriou-se das funções afetivas e o outro das funções intelectuais. (Durkheim, 1967 [1893], p.23)

Nas sociedades modernas, a emoção dependeria do feminino e a inteligência, do masculino. Inversamente, ele acrescenta: “Faça voltar a divisão do trabalho sexual para além de um ponto determinado e a sociedade conjugal desaparece, somente resistiriam relações sexuais eminentemente efêmeras” (Ibid., p.24). A estabilização da família conjugal necessitaria, então, das “diferenças funcionais” entre homens e mulheres, diferenças que permitiriam a continuidade da “solidariedade conjugal” entre esposos (Ibid., p. 19).

Para demonstrar seus dizeres, ele apropria-se da antropologia física de um Gustave Le Bon que afirma, por um lado, que a diferença entre o volume do crânio masculino em relação ao crânio feminino aumentaria no decorrer da evolução e, por outro, que esse volume seria assimilável à inteligência respectiva dos dois sexos. É. Durkheim escreve como exemplo:

Le Bon [*sic*] pôde estabelecer diretamente e com uma precisão matemática essa semelhança original entre os dois sexos através do órgão eminente da vida física e psíquica, o cérebro. Comparando um grande número de crânios, escolhidos dentre diferentes raças e sociedades, ele chegou à seguinte conclusão: “o

volume do crânio do homem e da mulher, mesmo quando comparamos sujeitos da mesma idade, peso e tamanho, apresenta diferenças consideráveis em favor do homem, e essa desigualdade aumenta também com a civilização, o que nos leva a concluir que, do ponto de vista da massa do cérebro e, por conseguinte, da inteligência, a mulher se distancia cada vez mais do homem. A diferença que existe, por exemplo, entre a média dos crânios dos parisienses e das parisienses contemporâneos é praticamente o dobro daquela observada entre os crânios masculinos e femininos do Egito antigo”. (Ibid., p. 20-21)

É. Durkheim expressa, aqui, os preconceitos de sua época e de seu meio social, inclusive quando ele fala em nome da “ciência”. Porém, ele não se contenta com tais explicações biológicas e adere menos ainda ao racismo de Le Bon. Ele introduz, assim, em sua análise, motivos sócio-históricos, mas, é bem verdade, no contexto de um modelo que deixa pouca margem de ação aos membros da “sociedade conjugal”.

“A mulher é um ser mais instintivo que o homem”

Em sua obra posterior dedicada ao suicídio (1897), É. Durkheim procura explicar a influência do casamento na frequência do suicídio. Primeiramente ele faz a seguinte observação geral: “O suicídio é uma manifestação essencialmente masculina. Para uma mulher que se mata, existe, em média, quatro homens que se suicidam” (Durkheim, 1963, p.39). Assim, o sexo é, juntamente com a idade, um dos fatores que contribui com a constância nas variações dos índices de suicídio. Porém, apesar dessa constatação, ele não efetua nenhum desenvolvimento sistemático em sua obra sobre a influência do sexo. Em momento algum ele usa essa variante como central e autônoma: ele não estuda os suicídios femininos e masculinos em si. De um modo geral, ele tem, no mínimo, grandes dificuldades em considerar o sexo (e também a idade) como uma verdadeira variante social.

Contudo, ele considera o sexo como uma variante intermediária em sua análise sobre a influência do casamento no número de suicídios e sobre as consequências do divórcio (se este último foi facilitado) no efeito exercido pelo casamento no suicídio. Aparentemente ele preocupa-se em afastar a interpretação das variações do suicídio fundadas sobre “fatores

extrassociais": "Essa influência do sexo é muito mais um efeito de causas sociais do que orgânicas. Não é porque a mulher difere fisiologicamente do homem que ela mata menos ou se mata menos" (Ibid., p.389). É. Durkheim propõe duas interpretações diferentes de acordo com o tipo de suicídio examinado.

Quando ele estuda o suicídio egoísta, ele explica, efetivamente, que a mulher suicida-se menos que o homem porque ela participa menos da vida coletiva, um motivo já evocado anteriormente. E é por essa razão que a mulher seria menos sensível que o homem às variações de condições sociais. Contudo, como ressalta Philippe Besnard (1973, p.27-61),

tal interpretação tem como principal inconveniente ser totalmente contraditória com a teoria do suicídio egoísta, pois esse tipo de suicídio é provocado pelo desligamento, pelo isolamento do indivíduo em relação à coletividade.

No capítulo dedicado ao "suicídio anômico", É. Durkheim propõe uma segunda linha explicativa. Ele descobre em outras estatísticas que o enfraquecimento da regulamentação matrimonial traduz-se por uma diminuição da imunidade dos maridos diante do suicídio em relação aos homens solteiros e o aumento da imunidade das esposas em relação às mulheres solteiras. É. Durkheim atribui esse efeito diferenciado de acordo com o sexo à função específica exercida pelos homens através do casamento monogâmico, essa

regulamentação das relações de sexo, que se estende não somente aos instintos físicos que esse comércio põe em jogo, mas também a quaisquer sentimentos que a civilização pouco a pouco acrescentou no que diz respeito às ambições materiais. (Durkheim, 1963, p.303)

Ele explica que os indivíduos de sexo masculino precisam dessa coerção social a fim de poder dominar as "diversas inclinações" que os levam à "satisfação do desejo genésico":

Uma regulamentação social lhes é indispensável. Já que não existe nada no organismo que as retenha, (tais inclinações) devem ser contidas pela sociedade. Essa é a função do casamento. Ele regula toda essa vida passional, e o casamento monogâmico ainda mais intimamente que qualquer outro. Pois obrigando o

homem a envolver-se somente com uma única mulher, sempre a mesma, ele consigna a necessidade de amar um objeto rigorosamente definido, fechando assim seu horizonte. (Ibid., p.304)

Em diferentes textos posteriores publicados entre 1906 e 1909 relativos aos debates em torno do divórcio por consentimento mútuo, É. Durkheim volta-se para esse argumento. Segundo seus próprios termos, o casamento seria indispensável ao indivíduo do sexo masculino para "regular, conter, moderar e disciplinar" seus desejos ilimitados, "sem os quais seu apetite se desregularia, se exasperaria, se descontrolaria" (Durkheim, 1975a, p.212). Consequentemente, qualquer relaxamento da instituição matrimonial diminuiria a "imunidade" diante do suicídio do homem casado em relação ao solteiro. Por essa razão, sem questionar a possibilidade do divórcio, ele enfatiza veementemente a necessidade de uma regra matrimonial "severa" para que o casamento possa oferecer um "respaldo moral" aos homens e exercer uma "ação moderadora e benéfica" sobre seus desejos suscetíveis de "se exasperar na busca de objetivos sempre novos, sempre diferentes" (Ibid., p.189).

O divórcio por consentimento mútuo teria, em compensação, poucos efeitos suicidas sobre as mulheres porque o casamento não lhes seria mais necessário para limitar seus desejos, que já são limitados pela natureza:

Já que o casamento, de um modo geral, possui pouca ação benéfica sobre a mulher, é completamente natural que o divórcio não tenha, sobre ela, uma ação maléfica mais contundente: ela situa-se um pouco fora dos efeitos morais do casamento. Do mesmo modo que ela tira pouco proveito do casamento, ela também não sofre muito com suas conseqüências negativas. (Ibid., p.188)

Se esse mesmo relaxamento da regra não traz conseqüências para a mulher, é porque o casamento monogâmico é, para ela, uma contrariedade inútil.

Para ela, o instinto sexual já é contido e moderado, mesmo fora da condição de mulher casada, pelos hábitos e pela sociedade que impõem, através desse aspecto, exigências e uma severidade particular para a mulher. (Ibid., p. 213)

Na continuidade de sua análise, a instituição matrimonial é, assim, “antes de tudo, uma disciplina da vida sexual” (Ibid., p. 212). Os benefícios obtidos em termos de um menor índice de suicídio para os homens, compensam amplamente o “constrangimento” e o “incômodo” consequentes dessa obrigação, sobretudo porque os “inconvenientes” são completamente relativos para eles. Por outro lado, as mulheres não somente não adquirem com o casamento tal vantagem em relação ao suicídio como, além disso, elas não tiram benefício dos privilégios masculinos que lhes permitam atenuar os efeitos coercitivos de um casamento monogâmico:

Ora, essa disciplina, apesar de útil, apresenta inconvenientes. Ao fixar para sempre a condição conjugal, ela impede que se saia dela seja lá o que acontecer. (...) O próprio homem também sofre com essa imutabilidade; o mal, porém, para ele, é totalmente compensado pelos benefícios que ele obtém alhures. Inclusive, de acordo com os costumes, os homens possuem certos privilégios que lhes permitem atenuar, em uma certa medida, o rigor do regime.² Para a mulher, ao contrário, não existe compensação nem atenuação. Para ela, a monogamia é uma obrigação severa, sem nenhuma variação e, por outro lado, o casamento não lhe é útil, pelo menos no mesmo grau que para os homens, para limitar seus desejos que são naturalmente limitados e ensinar-lhe a se contentar com seu destino; mas ele não a impede mudá-lo caso ele torne-se insuportável. A regra é, então, para ela, um incômodo sem muitas vantagens. Portanto, tudo o que a abranda e a atenua somente pode melhorar sua situação de esposa. Eis por que o divórcio a protege, porque ela também pode recorrer a ele facilmente. (Durkheim, 1963, p.306-307)

É. Durkheim considera, então, a moral sexual diferenciada, aplicando-a respectivamente aos homens (burgueses) ou a suas esposas. Ele distingue, por sua vez, a situação das mulheres casadas e a das “moças de 20 a 35

² Em um censo publicado em 1904, Durkheim demonstrava-se menos alusivo sobre esse aspecto: “Para proteger suas mulheres e suas filhas, os burgueses precisaram canalizar sua libertinagem. Assim nasceram as instituições bordéis (no fim do século XIII). Elas constituíam um verdadeiro serviço público. O gerente era considerado um funcionário público; ele jurava, comprometia-se não somente a ser fiel à sua cidade, mas também a manter um número determinado de mulheres “limpas e saudáveis”. Os preços eram fixados oficialmente. Contudo, em troca desse monopólio, o gerente não devia nunca receber em seu bordel uma mulher ou uma jovem de sua região.” (Durkheim, 1975b, p.146).

anos”, numerosas em Paris, cujas “condições morais” são “mais desfavoráveis” (Durkheim, 1975a, p.187). Os elementos explicativos de natureza social encontram-se, assim, presentes na análise proposta por É. Durkheim. Contudo, ele recorre *in fine* a um fator explicativo extrassocial quando acrescenta:

Essa consequência do divórcio é, porém, particular ao homem, ela não atinge a esposa. Efetivamente, as necessidades sexuais da mulher possuem um caráter menos mental porque, de um modo geral, sua vida mental é menos desenvolvida. Elas estão em relação mais direta com as exigências do organismo, seguem-nos sem ultrapassá-los e encontram, neles, consequentemente, um freio eficaz. (Durkheim, 1963, p.306)

E conclui seu raciocínio com esta surpreendente frase a respeito de seus preceitos metodológicos: “Como a mulher é um ser mais instintivo que o homem, ela deve seguir somente seus instintos para encontrar a calma e a paz” (Ibid.).

O fundador da escola sociológica francesa consegue, assim, diluir explicitamente seus próprios preceitos. Levando-se em conta que o social dever-se-ia explicar somente pelo social, É. Durkheim recorreu finalmente ao postulado de uma diferença ontológica entre os homens e as mulheres em contradição total com a ambição da Sociologia que ele desejava fundar. As mulheres são remetidas *in fine* à natureza, somente os indivíduos do sexo masculino pertenceriam ao social. Esse tratamento diferenciado entre os homens e as mulheres é relacionado ao modo como ele apreende a família: uma unidade orgânica no centro da qual os papéis e as funções complementares atribuídos ao esposo e à esposa são predefinidos.

“Cada cônjuge é um funcionário da sociedade doméstica”

A instituição familiar contemporânea encontra-se no centro de suas preocupações. Ele se inquieta primeiramente com a regulamentação das relações intrafamiliares e com a integração, no âmago da família, dos seus diferentes membros em um contexto de especialização dos papéis

masculino e feminino. Com exceção do caso extremo do suicídio, a questão da satisfação ou do mal-estar que os homens e as mulheres encontram em tal situação não é central em suas análises. Para ele, o primordial é a perenidade da família. A instituição matrimonial, acrescenta, transforma o casal conjugal em:

um meio visando um fim que lhe é superior: esse fim é a família que ele fundou e da qual ele assume, a partir de agora, a responsabilidade. Cada esposo tornou-se um funcionário da sociedade doméstica, encarregado, como tal, em assegurar, por sua vez, seu bom funcionamento. Ora, nem o marido nem a mulher devem liberar-se desse dever por suas fantasias, pela única razão de o casamento não lhes proporcionar mais as satisfações desejadas. Eles devem, um ao outro, ser verdadeiros em sua conduta. (Durkheim, 1975a, p.182-183)

Focalizado na instituição familiar, ele encerra as relações de sexo nos parâmetros da família conjugal com uma estrita repartição dos papéis sexuais complementares. Ele faz, aqui e lá, observações judiciosas – por exemplo, considera que “como cônjuges, seus interesses são diferentes e frequentemente antagônicos” (Durkheim, 1963, p.302). Porém, ele não aprofunda a questão das relações desiguais entre cônjuges que se desenvolvem no âmago da família e, mais amplamente, na sociedade global, mesmo se algumas vezes ele as menciona. As tensões, as contradições ou os conflitos intrafamiliares ou conjugais são considerados como fatores de anomia: eles ameaçam a unidade social da família, que deve ser preservada mesmo quando se trata de “uniões simplesmente mediocres”. Os esposos devem manter-se “envolvidos as suas funções” e sentir que “para eles é um dever estrito” (Durkheim, 1975a, p.191).

No momento dos debates sobre o divórcio, É. Durkheim posiciona-se do ponto de vista do “interesse da própria instituição matrimonial, que o regime do divórcio com certeza vai afetar” (Ibid., p.182). Toda reforma do divórcio é também, ele afirma com veemência, uma reforma do casamento. Desde os seus primeiros escritos ele enfatiza o papel do Estado que intervem cada vez mais no contexto familiar:

Mas o que é ainda mais original e mais distintivo desse tipo de família é a intervenção cada vez maior do Estado na sua vida interna. Pode-se dizer que o Estado se tornou um fator da vida doméstica. (Durkheim, 1975b, p.38)

O Estado exerce um papel específico de terceiro membro no momento do casamento, é ele que “define os laços conjugais”. E é esta a razão pela qual, segundo o sociólogo, apenas a vontade dos esposos não é suficiente para dar fim ao casamento: opondo-se ao divórcio por consentimento mútuo, É. Durkheim escreve, em 1906, que “interesses superiores e mais importantes estão em jogo, eles escapam à competência dos esposos e somente o juiz pode julgar. É também inadmissível que [o casamento] possa somente ser estabelecido pela vontade [dos maridos]” (Durkheim, 1975a, p.191).

O papel da mulher é o de dirigir a vida familiar

A síntese das duas obras que abordam a “condição passada e futura da mulher” permite observar ainda mais claramente as posições de É. Durkheim. Ele publica em 1910 uma crítica ao livro de Marianne Weber, publicado em 1907, *Ehefrau und Mutter in der Rechtsentwicklung* [Esposa e mãe no desenvolvimento do direito], seguida de outra ao livro *La Femme dans l'histoire* [A mulher na história], publicado em 1909 por seu antigo colaborador Gaston Richard, que o sucedeu na universidade de Bordeaux (Durkheim, 1910 e 1975b, p.150-152). As críticas explícitas dirigidas a essas duas obras, assim como a ausência de comentários a esse respeito são extremamente significativas.

Marianne Weber, esposa de Max Weber, militava a favor da igualdade dos direitos entre homens e mulheres, no rastro do movimento feminino burguês alemão (Roth, 1988). Referindo-se à sua obra e, mais precisamente, à sua tese central, É. Durkheim escreve:

Esse movimento (de individualização) beneficiou, contudo, somente a parte masculina da humanidade. (...) O resultado desse movimento é uma subalternização da mulher que persiste atualmente. (...) Hoje, a mulher ainda é tratada como um ser inferior, apesar de o antigo poder patriarcal não ter mais

nenhuma razão de continuar a existir; e nessa qualidade ela é impedida de desenvolver livremente sua personalidade, tanto no interior de sua casa quanto na vida pública. (Durkheim, 1969, p.647)

O sociólogo francês prossegue com uma ponta de ironia: “Nessa situação Mme W... encontra apenas uma sobrevida que devemos trabalhar para fazer desaparecer” (Ibid.). Por conseguinte, ele critica “o argumento simplista” de Marianne Weber favorável ao divórcio por consentimento mútuo e à “total assimilação jurídica da mulher ao marido”. Suas conclusões não reconheceriam, segundo É. Durkheim, a “complexidade do problema”. Sem negar a “minoridade jurídica da mulher na vida civil” e a necessidade de reformas, É. Durkheim ressalta mais uma vez a “unidade orgânica da sociedade conjugal e da família”, que apoiam-se nos papéis sexuais predefinidos. O papel da mulher, explica, consiste em “dirigir essa vida interna”, ou seja, a vida da família. Segundo É. Durkheim, o “respeito” que o homem demonstra à mulher deveria compensar sua atribuição ao papel de esposa e de mulher e seu estatuto subalterno na vida civil: quanto mais o homem se sente associado a essa mulher, “mais ele perde o hábito de ver nela um ser inferior” (Durkheim, 1969, p.648).

Nas últimas páginas do *Suicídio*, É. Durkheim afirma: “Definitivamente, não existem razões para supor que a mulher não tenha condições de exercer as mesmas funções que o homem” (Durkheim, 1963, p.443). Ele concede-lhe, no máximo, “um papel que seja mais ativo e mais importante do que o que ela exerce hoje, lugar que lhe pertence legitimamente”. Durkheim revela-se, porém, consciente do fato que “a igualdade dos dois sexos somente tornar-se-á maior se a mulher intervir com mais frequência na vida externa” (Durkheim, 1975b, p.131). E considera, portanto, esse movimento com um certo receio: “Mas então o que se tornará a família?”, e responde de modo evasivo: “Mudanças profundas serão necessárias, diante das quais não será possível voltar atrás, mas que, com certeza devem ser previstas” (Ibid.). Adepto de um reformismo muito prudente, É. Durkheim não imagina uma introdução igualitária das mulheres na sociedade:

Quanto àqueles que reivindicam, desde agora, que as mulheres obtenham direitos iguais aos homens, eles parecem esquecer que a obra de séculos não pode ser abolida em um minuto; que essa igualdade jurídica, inclusive,

não pode ser legitimada enquanto a desigualdade psicológica for tão flagrante. Devemos, então, dedicar todos os nossos esforços para a diminuição dessa desigualdade. Para que o homem e a mulher sejam equiparavelmente protegidos pela mesma instituição, é importante que, antes de tudo, eles sejam seres de uma mesma natureza. Somente então a indissolubilidade dos laços conjugais não poderá mais ser acusada de servir apenas a um dos dois envolvidos. (Durkheim, 1963, p.444)

Na síntese do livro de Gaston Richard, ele recrimina seu antigo colaborador e também Marianne Weber e a simplicidade de seu esquema global, mas afirma que seu colega teria “uma certa superioridade sobre sua antecessora e que ele tem consciência da dificuldade e, quase, da impossibilidade de tal empreitada” (Durkheim, 1975b, p.150). Ele lhe dirige diferentes críticas, mas nenhuma referente à sua tese sobre a complementaridade dos homens e das mulheres defendida por Richard. Este último se pronuncia de um modo geral a favor da “assimilação dos sexos sob o triplo ponto de vista do direito, da atividade e da cultura”, como condição do “progresso da civilização” e da “salvação da cultura humana” durante a “fase individualista” da evolução das sociedades. Ele observa também a “persistência da desigualdade jurídica” nas sociedades modernas. Mas a “assimilação dos sexos” preconizada pelo autor não tem nada a ver com a igualdade. Por exemplo, não encontramos nenhuma observação em favor do direito do voto das mulheres, reivindicação feita pelo movimento das mulheres na virada dos séculos XIX e XX. O autor nunca deixou de reduzir “a mulher” a suas funções reprodutivas e de limitá-la em tais funções: “Sua missão materna a proíbe de lutar pelo primeiro dos direitos políticos, a independência nacional”, escreve (Richard, 1909, p.421). E em sua conclusão, ele

adverte contra os sofismas de uma certa escola feminista certificada hoje nos congressos do socialismo internacional, escola que faz sobressair de um modo estúpido, aos olhos da mulher, um futuro no qual a maternidade será somente um dos vários episódios de sua vida. (Ibid., p.429)

Na atual “fase individualista e democrática” seria necessário, segundo ele, ser possível abdicar da coerção a fim de obter “à vontade livre e pensada da mulher à mesma devoção à sua missão materna à qual o regime patriarcal

a forçou há muito tempo” (Ibid., p.430). Ele preconiza uma “moral sexual e doméstica” apreendida como “uma disciplina científica imposta pela associação dos sexos visando a continuidade social e a formação de novas gerações” (Ibid., p.431). Segundo Gaston Richard, essa moral deve fundamentar-se sobre dois suportes: uma “adaptação da mulher emancipada à sua verdadeira missão, a seus deveres permanentes para com a espécie” e uma “nova educação do próprio homem”, a fim de ver surgir nele um novo sentimento: o “respeito da mulher” como “condição da existência da democracia” (Ibid., p. 430-431). Encontramo-nos, aqui, na perspectiva oposta à de igualdade entre homens e mulheres. Nela distinguimos o essencial da visão durkheimiana, possivelmente com ainda mais ênfase. Em todo caso, o fundador da *L'Année Sociologique* não tinha nada mais a dizer sobre essa questão.

Conclusão

As relações entre mulheres e homens são contidas, segundo É. Durkheim, na sociedade conjugal, apreendidas como uma unidade orgânica. Nesse contexto, não é surpreendente que suas análises sejam carregadas de uma gravidade biológica: o homem é descrito por É. Durkheim como “quase inteiramente um produto da sociedade”, enquanto a mulher seria um ser “mantido muito mais tal qual a natureza a concebeu” (Durkheim, 1963, p.443). Em outras palavras, a diferença entre a mulher e o homem seria “reduzível à oposição natureza-cultura” ou “natureza-sociedade” (Besnard, 1973, p.27-61). Tais pressupostos o impedem de distinguir francamente as relações de dominação e de exploração que se desenvolvem entre o grupo de homens e o de mulheres tanto no interior da família quanto no conjunto da sociedade.

Focalizado na integração e na regulação institucional, É. Durkheim teoriza com determinação a complementaridade funcional dos homens e das mulheres no âmago da família e também a partilha das esferas privadas e públicas. Ele é, em grandes linhas, incapaz de pensar os conflitos na sociedade conjugal. Seus preceitos metodológicos não lhe permitiram desconstruir as “evidências naturais”. Os preconceitos do autor inerentes à sua época, ao seu meio social e ao seu sexo explicam amplamente essa

incapacidade. Podemos, contudo, também nos perguntar em que medida a orientação teórica de sua Sociologia e a escolha dessa categoria central do fato social não constituíram obstáculos. Com efeito, se a abordagem durkheimiana possui a virtude de delimitar o campo da Sociologia e legitimar essa disciplina diante de outras ciências, em particular a Biologia e a Psicologia, sua perspectiva privilegia, porém, unilateralmente, a dimensão objetiva da realidade social, em particular ao reiterar a forma familiar, contribuindo para ocultar o papel que os homens e as mulheres assumem, individual e coletivamente, na produção e na reprodução das relações de sexo.

Referências bibliográficas

- BAUDELLOT, C.; ESTABLET, R. *Durkheim et le suicide*. Paris: PUF, 1984.
- BESNARD, P. Durkheim et les femmes ou le Suicide inachevé. *Revue française de sociologie*, Paris, v.14, n.1, jan.-mar., 1973, p.27-61.
- _____. Mariage et suicide: la théorie durkheimienne de la régulation conjugale à l'épreuve d'un siècle. *Revue française de sociologie*, Paris, v.38, n.4, 1997, p.735-758.
- DURKHEIM, É. *De la division du travail social*. Paris: PUF, 1967 (1893). [Ed. Bras.: *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.]
- _____. *Le Suicide*. Étude de sociologie. Paris: PUF, 1963 (1897). [Ed. Bras.: *Do suicídio*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.]
- _____. *Compte rendu de Marianne Weber, Ehefrau und Mutter in der Rechtsentwicklung, Eine Einführung*, Tübingen, Mohr, 1907. *L'Année sociologique*, Paris, n.11, 1910, p.363-369.
- _____. *Textes, 2: Religion, morale, anomie*. Paris: Minuit, 1975a.
- _____. *Textes, 3: Fonctions sociales et institutions*. Paris: Minuit, 1975b.
- HALBWACHS, M. *Les Causes du suicide*. Paris: PUF, 2005 (1930).
- _____. La nuptialité en France depuis la guerre. *Annales Sociologiques*, Paris, série E, fascículo I, 1935, p.1-45.
- LAMANNA, M. A. *Émile Durkheim on the Family, Understanding Families*. Londres: Sage, v.20, 2001.
- LEHMANN, J. Durkheim's Response to Feminism. *Sociological Theory*, v.8, n.2, 1990, p.163-187.
- _____. *Durkheim and Women*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1994.
- PORTIS, L. Sexe, moralité et ordre social dans l'oeuvre d'Émile Durkheim. *L'Homme et la société*, Paris, n.99-100, 1991, p.67-78.
- RICHARD, G. *La Femme dans l'histoire. Étude sur l'évolution de la condition sociale de la femme*. Paris: Octave Doin e fils éditeurs, 1909.
- ROTH, G. Marianne Weber and her Circle. In: WEBER, M. *Max Weber: A Biography*. New Brunswick: Transaction Books, 1988.

- ROTH, G. Durkheim and the Principles of 1789. *Telos*, Nova York, n.82, 1990, p.71-88. Reeditado in William S. F. Pickering (dir.). *Émile Durkheim, Critical Assessments of Leading Sociologists*. Londres/Nova York: Routledge, 2001, p.344-360.
- SYDIE, R. A. *Natural Women, Cultured Men: A Feminist Perspective on Sociological Theory*. Nova York: New York University Press, 1987.
- WEBER, M. *Ehefrau und Mutter in der Rechtsentwicklung, Eine Einführung*. Tübingen: C.B. Mohr, 1907.
- ZAJDMAN, C. Derrière le suicide, le divorce: Durkheim et les rapports de sexe... In: AUBERT, F. (dir.). *Variations sociologiques. En hommage à Pierre Ansart*. Paris: L'Harmattan, 1992, p.73-80.

3

MARCEL MAUSS E A DIVISÃO DAS SOCIEDADES POR SEXOS: UM PROGRAMA INACABADO

Marie-Élisabeth Handman

Marcel Mauss nasceu em Épinal, em 10 de maio de 1872, em uma família de judeus praticantes. Ele exerceu paralelamente uma carreira de pesquisador e de militante laico no Partido Socialista. Sua grande obra compõe-se de artigos mais ou menos longos escritos sozinho ou em colaboração com outros pesquisadores, de conferências e, principalmente, de um grande número de críticas de obras sobre a história das religiões, a Sociologia e a Antropologia, e também sobre a Psicologia, essencialmente para a revista *L'Année Sociologique*, fundada por seu tio materno Émile Durkheim, para quem Mauss não media esforços.

Essa generosidade, que parece ter sido um traço essencial de seu caráter, levou-o a privilegiar a edição das obras de seus colaboradores mortos na guerra em vez de seus próprios trabalhos. Ela manifesta-se também em sua vida privada. Separado de sua primeira esposa, com quem havia vivido muitos anos em união livre, Mauss não hesitou em ajudá-la ao descobrir que ela passava por dificuldades financeiras, enquanto muitos homens de sua época, legalmente casados e divorciados, desinteressaram-se completamente de suas ex-mulheres. Mauss casou-se uma segunda vez já com uma certa idade. Sua esposa ficou paralisada após sobreviver a um envenenamento por um aquecedor elétrico defeituoso, e ele cuidou dela como se fosse seu enfermeiro.

Se não for feminista, ao menos não seja sexista

Ele não considerava, assim, que as tarefas domésticas ou o ato de cuidar de alguém deveriam ser exercidos unicamente pelas mulheres. Contudo, em seus escritos políticos e seus comentários, não encontrei nenhum traço de artigos que remetam à luta das mulheres pelo direito do voto ou pela igualdade de salários entre homens e mulheres, temas que constituíram o objeto de numerosos debates tanto na Section Française de l'Internationale Ouvrière (SFIO, Seção Francesa da Internacional Operária) quanto no Parlamento, em particular no período entre as duas grandes guerras.¹

Em suas aulas na École pratique de hautes études, no Instituto de Etnologia (que ele criou juntamente com Paul Rivet e Lucien Lévy-Bruhl em 1925), e no Collège de France, ele teve muitas estudantes do sexo feminino, cujas mais conhecidas são Germaine Tillion e Denise Paulme.² Em uma entrevista dada à *France Culture*, quando perguntaram a Denise Paulme por que ela não havia trabalhado sobre as mulheres, ela respondeu que M. Mauss nunca lhe havia pedido para fazê-lo e que naquela época, muito antes dos anos 1970, essa questão não estava em voga.³ E portanto, foi Denise Paulme que publicou o *Manual de Etnografia* de Mauss [1967 (1947*)] a partir das taquigrafias das aulas de M. Mauss, que morreu em 1º de fevereiro de 1950. Nele encontramos, por exemplo, em relação às técnicas: "A abordagem que efetuamos do estudo das técnicas levanta diversos problemas: divisão do trabalho de acordo com o tempo, com lugares, com povos, com os sexos..." (Ibid., p.52). Ou ainda no que diz

1 É certo que não tive a possibilidade de consultar todos os números do *Populaire*, revista para a qual ele escrevia regularmente. Tive acesso somente aos seus escritos políticos publicados por Marcel Fournier (1994) que falam sobre a cooperação, as relações internacionais, o pacifismo. Nenhum dos comentaristas (todos homens) de seus *Écrits* [Escritos] menciona essa ausência. Em sua imponente biografia de M. Mauss, Marcel Fournier (1994) também não menciona e não fornece nenhuma indicação sobre as eventuais tomadas de posição de M. Mauss nas lutas feministas.

2 Na biografia citada na nota acima, Marcel Fournier fornece, na p.602, a lista das alunas de M. Mauss nos anos 1920. Dentre elas, estão Jeanne Cuisinier e Madeleine Francès; nos anos 1930: Germaine Dieterlen, Deborah Lifsys, Yvonne Oddon, Denise Paulme, Thérèse Rivière e Germaine Tillion.

3 Infelizmente, não consegui encontrar qualquer vestígio dessa entrevista concedida nos anos 1960 e retransmitida há aproximadamente dois anos.

4 A primeira edição esgotou-se rapidamente.

respeito ao transporte: "O homem, ou mais geralmente a mulher, foi o primeiro burro de carga da história" (Ibid., p.79). Nesse livro, pelo menos cinquenta recomendações são feitas aos jovens etnólogos para que considerem as mulheres tanto quanto os homens em suas observações. M. Mauss enfatiza esse aspecto em suas aulas de 1937-1938:

Dentro do possível, questionaremos não somente os idosos e os jovens, mas também as mulheres. A Sociologia das mulheres abre um campo de pesquisas quase inexplorado, apesar dos esforços feitos por Malinowski e seus alunos nessa direção. (Ibid., p.214)

Um etnólogo sedentário atento às mulheres

Com exceção de algumas curtas e pouco numerosas estadas no exterior, M. Mauss passou a maior parte de sua vida na França, e por essa razão tornou-se totalmente dependente de seus colegas que faziam a coleta de dados em seus trabalhos de campo. Ora, até os anos 1930, somente os homens partiam ao campo, em particular nas sociedades nas quais a segregação dos sexos era muito grande. Mesmo que tenham desejado, eles não teriam tido acesso ao universo feminino. Contudo, nada indica que eles o tenham desejado: para eles, as sociedades eram um subgrupo da categoria "homem" e, em certo sentido, permaneceram-no até recentemente!⁵

Portanto, como especialista da História e da Sociologia das religiões e em particular das religiões na antiga Índia (ele estudou o sânscrito), como excelente conhecedor das histórias grega e romana, e pelo fato de falar fluentemente inglês e alemão, M. Mauss tinha acesso a numerosas fontes tanto históricas e jurídicas quanto etnológicas ou psicológicas, o que lhe dava uma visão muito vasta das relações entre o indivíduo e a sociedade ou das relações dos homens entre si. Em 1901 ele já escrevia:

Tudo nela (a sociedade) são somente relações, mesmo a natureza material das coisas; uma ferramenta não é nada se não for manuseada. (...) Tudo, em uma sociedade, mesmo as coisas mais especiais, é antes de tudo função e

5 Sobre o viés androcêntrico na Antropologia, ver Nicole-Claude Mathieu (1985-1991).

funcionamento; nada é compreensível se não estiver relacionado ao todo, à coletividade em seu conjunto e não em relação a partes separadas. Não existe nenhum fenômeno social que não seja parte integrante do todo social. (Fauconnet, Mauss, 1969 [1901], p.214)

Um trecho resume sua concepção da Sociologia e prefigura a noção de "fato social total" que ele desenvolverá em seu *Ensaio sobre a dádiva*⁶ sem que se refira às relações sociais de sexo.

Contudo, no conjunto dos textos que ele leu e comentou ou de situações que observou, M. Mauss nunca se esqueceu de ressaltar o que diz respeito às mulheres (seus trabalhos, suas técnicas e em particular as técnicas do corpo, os tabus dos quais elas são objeto, sua educação, sua posição nos ritos...) e seu estilo refinado permite ao leitor tirar suas próprias conclusões dos fatos brutos que ele enuncia. Fatos que mostram que ele não era insensível à dureza da vida das mulheres nas sociedades que ele chamava de polisegmentares ou arcaicas. Leitor assíduo de Malinowski, ele tinha, por exemplo, total consciência de que as sociedades matrilineares descritas pelos etnógrafos não correspondiam em nada a um matriarcado qualquer, contrariamente ao que pretendiam muitos dos seus contemporâneos, e que o poder, nessas sociedades, estava nas mãos do irmão da mãe (Mauss, 1967 [1947], p.163). Ele observa, porém, que as mulheres são mais livres nessas sociedades do que nas sociedades patrilineares, e afirma:

O poder disciplinar do pai sobre os filhos, do marido sobre a mulher, do chefe de família sobre os escravos, se desenvolveu infinitamente desde a família primitiva, até a descendência materna, à medida que surgia uma tendência ao patriarcado.⁷

6 M. Mauss não deu uma definição breve dos fatos sociais totais. Em "Ensaio sobre a dádiva" (1985a, p.274), ele indica: "os fatos sociais totais (...) colocam em balanço, em certos casos, a totalidade da sociedade e de suas instituições (...) e em outros casos, apenas um grande número de instituições (...). Todos esses fenômenos são ao mesmo tempo jurídicos, econômicos, religiosos e mesmo estéticos, morfológicos etc."

7 La religion et les origines du droit penal d'après un livre récent [A religião e as origens do direito penal de acordo com um livro recente], extraída da *Revue de l'Histoire des Religions*, n.34, 1896. In: *Oeuvres*, II, p.670, 1968.

M. Mauss tem total convicção de que as diferenças entre os dois sexos provêm menos da natureza ou de dados psicológicos inatos que de uma educação diferenciada. Por essa razão, seu longo artigo sobre as técnicas do corpo ressalta a divisão dessas técnicas entre os sexos. Por exemplo, no que diz respeito ao lançamento de pedras, esporte praticado pelos homens, ele afirma, referindo-se aos dois sexos:

Talvez haja ali um exemplo de duas instruções. Pois existe uma sociedade de homens e uma sociedade de mulheres. Acredito, contudo, que existam talvez coisas biológicas e outras psicológicas, que devem ser detectadas. Porém, mais uma vez, o psicólogo sozinho somente poderá fornecer explicações duvidosas, ele precisaria da colaboração de duas ciências vizinhas: a Fisiologia e a Sociologia.⁸

Ele reafirma, assim, não acreditar, em um primeiro momento, que as crenças e as práticas dos seres humanos sejam tributárias de fenômenos psicológicos: para ele, elas são, antes de tudo, de ordem social com consequências psicológicas, como demonstra em seu artigo intitulado: "Effet physique chez l'individu de l'idée de mort suggerée par la collectivité" [Efeito físico no indivíduo da ideia da morte sugerida pela coletividade] na Austrália e na Nova Zelândia.⁹

E se o social é primordial, é resultado da educação, que ele chama, algumas vezes, de "adestramento", e que conduz ao *habitus*, noção criada por Aristóteles e que ele funde com *hexis*.¹⁰ Por isso, no que diz respeito à transmissão das técnicas do corpo, ele afirma: "Eis um novo campo de estudos:

8 Les techniques du corps [As técnicas do corpo]. *Journal de Psychologie*, Paris, XXXII, 3-4, 15 de março-15 de abril de 1936, p.373, 1985b [1950].

9 *Journal de Psychologie Normale et Pathologie*, 1926 (Mauss, 1985b, p.311-330).

10 Eis como, em *Les techniques du corps* [As técnicas do corpo], Mauss define o *habitus*: "Tive, então, durante muitos anos essa noção da natureza social do 'habitus'. Peço-lhes que observem o que eu digo em um latim claro, inclusive na França, 'habitus'. A palavra traduzida, infinitamente melhor que 'hábito', o *hexis*, 'o adquirido' e a 'faculdade' de Aristóteles (que era psicólogo). Ele não designa esses hábitos metafísicos, essa 'memória' misteriosa, assuntos de volumes ou de curtas e longas teses. Esses 'hábitos' variam não somente com os indivíduos e suas imitações, eles variam principalmente com as sociedades, as educações, as regras e as modas, os prestígios. Deve-se observar ali as técnicas e as obras da razão prática coletiva e individual, onde normalmente viam-se somente a alma e as faculdades de repetição" (1950, p.369-370).

muitos detalhes não observados e que devemos observar constituem a educação física de todas as idades e dos dois sexos".¹¹ E acrescenta o que se tornou um verdadeiro "leitmotiv" em toda a sua obra: "A iniciação e a educação das meninas, mesmo na África negra onde sabemos que funcionam, são pouco conhecidas. Estudaremos, portanto, somente a dos meninos".¹² E afirma:

Duas divisões fundamentais coexistem e se cruzam: pelo sexo e pela idade. A diversidade das educações pelo sexo começa a se diluir em nosso país; alhures, ela condiciona tudo, envolve tudo. A divisão do trabalho e dos direitos, até mesmo a diferença das ideias, das práticas e dos sentimentos é infinitamente mais marcada do que em nosso país. Estamos convictos disso, apesar de o estudo sociológico da parte feminina de toda a humanidade ainda não ter sido abordado de um modo suficientemente grande e suficientemente específico.¹³

Desde 1931 ele havia lançado uma chamada direta para que houvesse um maior empenho pela Sociologia das mulheres:

A divisão por sexos é uma divisão fundamental, que marcou com todo seu peso todas as sociedades a um grau que ainda não somos capazes de medir. Nossa Sociologia, sob esse aspecto, é muito inferior ao que ela deveria ser. Podemos dizer a nossos alunos, sobretudo àquelas e àqueles que são capazes de fazer observações no campo, que nós fizemos apenas a Sociologia dos homens e não a Sociologia das mulheres, ou dos dois sexos.¹⁴

Contudo, provavelmente por falta de dados suficientes, M. Mauss não trabalhou pessoalmente essa Sociologia dos dois sexos e não problematizou

11 *Les techniques du corps*, 1950, p.375.

12 *Fragment d'un plan de sociologie générale descriptive. Classifications et méthode d'observation des phénomènes généraux de la vie sociale dans les sociétés de types archaïques (phénomènes généraux spécifiques de la vie intérieure de la société)*. [Fragmento de um plano de sociologia geral descritiva. Classificações e método de observação dos fenômenos gerais da vida social nas sociedades do tipo arcaicos (fenômenos gerais específicos da vida interna da sociedade)], *Annales Sociologiques*, S. A., fascículo I, 1934 (1968, p.342).

13 *Ibid.*, p.341.

14 La cohésion sociale dans les sociétés polysegmentaires, comunicado apresentado no Institut Français de Sociologie, *Bulletin de l'Institut Français de Sociologie*, Paris, n.1, 1931 (1968, p.15).

nem a questão da dominação masculina, mesmo que frequentemente ele ressaltasse a proeminência dos homens nas sociedades que ele chama de "patriarcais". Nem aquelas de orientação sexual que, no vocabulário de sua época, poderia chamar-se "inversão", "pederastia", "safismo" ou "transgêneros", levando-se em conta que então os homossexuais eram recriminados pela adoção de um maneirismo do sexo oposto. Ele conhecia muito bem as religiões da Índia e, apesar disso, nunca refere-se aos "hijras",¹⁵ como também não menciona a existência dos "dois espíritos"¹⁶ nas sociedades ameríndias sobre as quais ele possuía uma importante documentação. Seus sucessores, ou mais exatamente as mulheres que o sucederão, assumirão o desafio que ele lançava a seus alunos.

A posteridade de Marcel Mauss

Dentre suas alunas "suscetíveis de fazer observações no trabalho de campo", somente duas se interessarão pela "Sociologia dos dois sexos": Jeanne Cuisinier e Germaine Tillion. No que concerne a Jeanne Cuisinier, não seriam, sem dúvida nenhuma, as injunções do seu mestre nem uma ideologia feminista independente de suas lições que a motivariam ou que a levariam a trabalhar com os Minangkabau, sociedade matrilinear e matrilocal do Sumatra. Com efeito, ela se interessava mais pela influência do islã e do budismo nas crenças e costumes locais (através de uma perspectiva muito maussiana, é bem verdade), e poderíamos quase afirmar que foi o acaso que a levou a trabalhar com uma sociedade na qual as mulheres são dotadas de um poder exorbitante em relação a suas irmãs das sociedades patrilineares. E é preciso confessar que, conforme as recomendações de M. Mauss, ela acrescenta uma "ampla diversidade de detalhes não observados" – pois é uma etnógrafa detalhista –, e não tira de tais detalhes nenhuma consequência teórica.

15 Na Índia, os hijras são indivíduos socialmente considerados como "nem homem, nem mulher", se vestem com roupas femininas e vivem em comunidade. Os hijras podem se autoconsiderar indivíduos transgêneros, que reúnem o masculino e o feminino.

16 Homem-mulher ou mulher-homem nas sociedades ameríndias, o "dois espíritos" possui diferentes funções e é considerado de diversas maneiras segundo a sociedade na qual ele vive.

Inversamente, G. Tillion se dedicará a compreender e explicar as razões da dominação masculina nas sociedades mediterrâneas. Ora, em seu livro *Le Harem et les cousins* [O Harém e seus primos, 1966], ela não menciona uma única vez M. Mauss. No entanto, sua abordagem parece-nos também muito maussiana (tentativa trans-histórica de explicação e Sociologia dos dois sexos). Contudo, devemos considerar que as condições nas quais o livro foi escrito (G. Tillion perdeu todas as suas anotações do trabalho de campo quando foi detida durante a Segunda Guerra Mundial, e sua atividade militante contra a guerra e a tortura na Argélia deixava-lhe pouco tempo para sentar-se em uma mesa de biblioteca) não permitiam-lhe encontrar citações exatas de M. Mauss, ponderando-se, também, a dispersão dos trabalhos do mestre naquela época.¹⁷ Em uma entrevista no jornal *L'Humanité* em 2004, ela dirá: “Era um homem de reflexão universal que eu admirei muito e que tinha um conhecimento excepcionalmente rico e potente do mundo. Foi ele quem mais me inspirou em toda a minha infância e minha adolescência”.¹⁸

As outras alunas de M. Mauss tomaram caminhos distintos nos quais não abordam a divisão das sociedades por sexo, mesmo se tais caminhos também foram inspirados, e frequentemente financiados, pelo mestre. Quanto aos homens (Marcel Griaule, Alfred Métraux, Roger Caillois, Louis Dumont, André-Georges Haudricourt, Maurice Leenhardt, Michel Leiris, Pierre Rivière, Paul-Émile Victor, citando somente os etnólogos), nenhum deles seguiu essa trilha.

Claude Lévi-Strauss, um dos mais assíduos leitores de M. Mauss, socialista em sua juventude, também não foi um seguidor de seus ensinamentos, mas visitou-o frequentemente. Nessas visitas, eles conversaram mais sobre questões políticas do que científicas. É sabido que Lévi-Strauss homenageia “o caminho tão vigorosamente traçado por Marcel Mauss” quando redige *Estruturas elementares do parentesco* (1949), em que ele afirma que as mulheres circulam no meio dos homens como se fossem signos. Contudo, como seus discípulos, C. Lévi-Strauss não faz alusão à necessidade de

17 Somente sete textos, dentre os mais importantes, foram publicados em formato de coleção em 1950 por Claude Lévi-Strauss. Apenas nos anos 1968 e 1969 será publicada uma edição completa das obras de M. Mauss em três volumes, organizada e apresentada por Victor Karady. Paris: Minuit, 1968-1969.

18 Entrevista com Charles Silvestre em 24 de abril de 2004.

uma Sociologia dos dois sexos. Como já indiquei acima (sobre os dois espíritos), em 1950 ele publica alguns dos principais artigos de M. Mauss na revista *Sociologie et Anthropologie*. Nela constam o “Ensaio sobre a dádiva. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa e a do ego”, assim como “As técnicas do corpo”. Essa coleção se tornará uma bíblia para os antropólogos anglo-saxões e franceses, mas provoca o perverso efeito de fazer com que os outros textos de Mauss não sejam lidos. Foi assim que, nos anos 1970, numerosas antropólogas, orientadas por uma vontade feminista de corrigir a antropologia androcêntrica, iniciarão pesquisas sobre as mulheres apoiando-se nos artigos da coleção sem referir-se, em momento nenhum, às recomendações de M. Mauss no que diz respeito à Sociologia das mulheres ou dos dois sexos. Tomemos os exemplos de Annette Weiner ou de Marilyn Strathern.

Em sua obra publicada nos Estados Unidos em 1976, *Women of Value, Men of Renown. New Perspectives in Trobriand Exchange* [Mulher de valor, homem de renome. Novas perspectivas nas Ilhas Trobriand], A. Weiner revisita o campo de Malinowski dando ênfase, dessa vez, às atribuições desempenhadas pelas mulheres. E ela descobre que estas últimas exercem um papel essencial nas trocas de riqueza nos ritos funerários, e que são essas trocas que permitem a perpetuação da sociedade através do estabelecimento de laços entre os vivos e os mortos dos quais elas são o penhor. Ela escreve:

O papel das mulheres – tal qual elas próprias o concebem – deve ser considerado como um fator que determina de modo decisivo a estrutura de uma sociedade. Que as mulheres sejam publicamente valorizadas ou relegadas em sua vida privada, que elas exerçam um poder econômico, político ou tenham apenas a magia a seu dispor, seu estatuto e seu papel social não são nunca o de um simples objeto, mas de indivíduos que dispõem de um certo poder. (Weiner, 1976, p.292)

Pensamento maussiano ou, se não completamente, ao menos desenvolvido a partir de suas referências, A. Weiner remete-se somente ao *Ensaio sobre a dádiva* e nunca aos textos sobre a divisão das sociedades pelo sexo. O mesmo acontece com M. Strathern (1988), que nem sequer menciona o *Ensaio sobre a dádiva* em sua obra, claramente orientada pela questão da dádiva nas sociedades malásias: *The Gender of the Gift: problems with*

women and problems with society in Melanisia [O gênero da dádiva: problemas com mulheres e problemas com a sociedade na Malásia].

Por tudo o que pude verificar através de algumas pesquisas efetuadas sobre o grande volume de obras feministas publicadas desde os anos 1970 e até bem recentemente, M. Mauss nunca foi citado pelo que disse sobre as mulheres. Nem mesmo por Bourdieu que, em particular em seu pequeno livro *A dominação masculina* (1988), apropriou-se da noção maussiana de *habitus*, que Mauss, por sua vez, tomou emprestada de Aristóteles para adaptá-la à Sociologia.¹⁹ Será somente no século XXI que os artigos sobre a noção de pessoa ou sobre as técnicas do corpo inspirarão abertamente as obras que abordam questões sobre a mulher ou sobre os dois sexos, em uma perspectiva que M. Mauss não teria renegado. Tomo como exemplo os trabalhos de Gaëlle Lacaze sobre a Mongólia e a obra dirigida por Nicole-Claude Mathieu, *Une maison sans fille est une maison morte. La Personne et le genre en sociétés matrilineaires et/ou uxori-locales* [Uma casa sem moças é uma casa morta. A pessoa e o gênero em sociedades matrilineares e/ou matrilocais, 2007].

Os trabalhos de G. Lacaze levam a sério o artigo de M. Mauss sobre as técnicas do corpo, em particular a frase principal mencionada acima: “Eis um novo campo de estudos: muitos detalhes não observados e que devemos observar, constituem a educação física de todas as idades e dos dois sexos”. Esse artigo é frequentemente citado, mas até G. Lacaze não tinha sido objeto de nenhuma pesquisa sistemática envolvendo o conjunto das técnicas do corpo tanto das mulheres quanto dos homens, passando pelo aprendizado desde a infância, para conduzir à representação da pessoa e de seu mundo circundante.²⁰ G. Lacaze acrescenta aos itens maussianos as técnicas de expressão verbal e a equitação, ambos centrais para os povos nômades, onde os tabus verbais obrigam as mulheres a usarem metáforas para expressar um grande número de atividades cotidianas e dirigir-se a

seus semelhantes. Neles, os homens conduzem seus rebanhos, que constituem sua maior riqueza, a cavalo ou a camelo. Desde que defendeu sua tese, G. Lacaze acrescentou outras técnicas não mencionadas por Mauss, dentre elas, as exercidas pelas mulheres grávidas (Lacaze, 2006). Essa etnografia rigorosa permite observar claramente a divisão da sociedade pelos sexos e a complementaridade entre homens e mulheres, sem, contudo, problematizar suas relações. É bem verdade que M. Mauss não pedia tanto quando exortava seus alunos a empenharem-se na Sociologia dos dois sexos. Podemos, porém, dizer de sua visão da sociedade que essa última é constituída por uma densa rede de relações sobre as quais o mestre também esperava que fossem feitas análises ligadas ao sexo. Foi o que N.-C. Mathieu empenhou-se em fazer no livro que dirigiu.

Essa pesquisadora, apoiando-se no texto “La notion de personne...” [A noção de pessoa...], parte da ideia de que deve existir um contraste

entre um estatuto de sujeito (mulher) quase biológico (portanto a socializar) nas sociedades patrilineares, e um estatuto de sujeito imediatamente considerado como plenamente social-humano nas sociedades matrilineares.

Em outras palavras, que existira, nessas últimas, uma “concomitância entre o biológico e o cultural”. Para testar essa hipótese, ela reuniu quatorze especialistas de sociedades matrilineares e/ou matrilocais, que ao estudarem as relações entre mulheres e homens, chegaram a algumas constatações, dentre elas a que o sistema de parentesco é

um mecanismo eventualmente compensatório para as mulheres. Ele não pode determinar sozinho o estado das relações de poder entre os sexos. Outros interesses de ordem política, religiosa ou econômica estariam em jogo, no exterior da organização da procriação. (...) Por isso, quando identifica-se uma sociedade na qual ocorre “a troca de homens”, tal constatação não conduz mecanicamente à conclusão de que as mulheres sejam, ali, globalmente dominantes.²¹

Se essa obra não se refere explicitamente aos textos de M. Mauss sobre a divisão das sociedades por sexo, ela encontra plenamente os objetivos que

19 Pierre Bourdieu fornece a seguinte definição do *habitus*: “sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas a seus fins sem supor o objetivo consciente dos mesmos e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los”, trecho do *Sens pratique* (1980, p.88-89). Ver capítulo redigido por Anne-Marie Devreux neste livro.

20 Ver sua tese defendida em 2000 na universidade Paris X-Nanterre: “Estudo comparativo das técnicas do corpo dos Mongóis: Darhad e Halh da Mongólia, Bouriates e Kalmouks da Rússia e Mongóis da China”, orientada por Roberte Hamayon.

21 Posfácio de Martine Gestin, 2007, p.480.

M. Mauss atribuía ao estudo das sociedades e que Irène Théry decifra em seus últimos escritos, em outro de seus textos, “uma categoria da mente humana: a noção de pessoa, e a do ‘ego’”.

A redescoberta

1909, 1931, 1938... As recorrentes exortações visionárias de M. Mauss não serão consideradas. Ou elas não serão lidas, ou serão lidas mas não despertarão o interesse do leitor, ou serão completamente “esquecidas”. Será somente em 2003 que I. Théry, leitora atenta de É. Durkheim e M. Mauss, publica na revista *L'Année sociologique* um artigo edificante intitulado *La notion de division par sexes chez Marcel Mauss* [A noção de divisão por sexos em Marcel Mauss, 2003, p.33-54], artigo no qual ela retomará e desenvolverá os argumentos presentes no capítulo “Marcel Mauss, un chemin de déprise” [Marcel Mauss, um caminho de depreciação] em seu livro *La Distinction de sexe. Une nouvelle approche de l'égalité* [A distinção de sexo. Uma nova abordagem da igualdade, 2007].

Ao exumar a conferência de 1931, ela tenta demonstrar que a expressão “divisão por sexos” supõe uma divisão de algo que não existe”:

É diferenciar um “todo”, os humanos, fazendo do sexo um critério de diferenciação. Vista assim, a divisão por sexos é uma operação simbólica de distinção/relação que supõe que percebamos o próprio “todo” social diferentemente. Para M. Mauss, que inscreve a divisão por sexos no centro de uma reflexão sobre a coesão social, essa última remete primeiramente a “o que representa a autoridade”, no interior de uma determinada sociedade, o que faz com que as trocas em seu próprio meio possam inscrever-se em um horizonte inteligível, no qual cada um pode, ao mesmo tempo, compreender o que o outro faz e deseja, saber o que se espera dele e o que ele pode esperar dos outros, antecipando as consequências de seus atos. É a antecipação, ou para ser mais preciso, a espera e não a obrigação, como nos escritos de Durkheim, que representa, para M. Mauss, a característica do fato social. (Théry, 2003, p.51, grifo meu)

E o que representa a autoridade são os mitos e os ritos, ou em outras palavras, as operações simbólicas através das quais as sociedades dividem-se

por sexos, por idades e por gerações, as três divisões transversais “que não podemos ‘dissecar’, como diria M. Mauss, sem extrair de cada uma delas sua significação parcial de um todo significante mais amplo” (ibid., p.137).

Essa releitura de M. Mauss conduzirá I. Théry a reconsiderar a visão ocidental substancialista do que são um homem e uma mulher e consequentemente sua posição sobre a homoparentalidade. No momento em que o Pacs²² estava sendo discutido em 1998, ela opôs-se a possibilidade de filiação para os casais homossexuais em nome da cultura e do simbólico. Hoje, ela pensa que nossa identidade não se resume a nosso sexo ou a nosso gênero, mas que ela é construída em função das relações que estabelecemos com os outros.

Percebe-se, na redescoberta de M. Mauss, que ele não se questionou sobre o gênero em si, mas que sua noção dinâmica de divisão da sociedade por sexos, idades e gerações permite, colocando no centro dessa divisão as operações simbólicas, uma retomada – junto com as teorias feministas posteriores a 1970 – de teorias que são, também, para parafrasear I. Théry, “caminhos de depreciação”.

Contudo, não seria pertinente concluir desses raros trabalhos recentes que se inscrevem na linhagem de M. Mauss um sucesso incontestável a posteriori de suas recomendações sobre a consideração dos sexos e a necessidade de uma “Sociologia das mulheres”, pelo menos em referência direta a suas indicações. Foi a segunda onda do feminismo, através de suas pesquisas, que concedeu, assim, o devido reconhecimento a esse visionário.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. *Le Sens pratique*. Paris: Minuit, 1980. [Ed. Bras.: *O senso prático*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.]
- . *La Domination masculine*. Paris: Seuil, 1998. [Ed. Bras.: *A dominação masculina*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003.]

22 O Pacs, abreviação de Pacto Civil de Solidariedade, é uma forma de união civil do direito francês desde 1999 estabelecida entre duas pessoas maiores do mesmo sexo ou de sexo diferentes, que legitima direitos e deveres entre os “pacsados” no que diz respeito ao sustento material, patrimonial, impostos e direitos sociais. (N. T.)

- FAUCONNET, P.; MAUSS, M. Sociologie. In: *Grande Encyclopédie*, v.30, *Société anonyme de la Grande Encyclopédie*. Retomado em MAUSS, M. *Œuvres III*. Paris: Minuit 1969 (1901), p.139-177.
- FOURNIER, M. *Marcel Mauss*. Paris: Fayard, 1994.
- GESTIN, M. Postface. In: MATHIEU, N.-C. (dir.). *Une maison sans fille est une maison morte*. La personne et le genre en sociétés matrilineaires et/ou uxori-locales. Paris: MSH, 2007, p.447-484.
- LACAZE, G. *Représentations des techniques du corps chez les peuples mongols*. Nanterre, 2000. Tese (Doutorado), Universidade Paris X-Nanterre.
- _____. Étude comparative des techniques du corps des Mongols: Darhad et Halh de Mongolie, Bouriates et Kalmouks de Russie, et Mongols de Chine. *Le Portique*, n.17, 2006. Dedicado a Marcel Mauss e às técnicas do corpo, disponível em: <http://leportique.revues.org>. Acesso em: 20 dez. 2008.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Les Structures élémentaires de la parenté*. Paris: PUF, 1949. [Ed. Bras.: *As estruturas elementares de parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.]
- MATHIEU, N.-C. Quand céder n'est pas consentir. Des déterminants matériels et psychiques de la conscience dominée des femmes et de quelques-unes de leurs interprétations en ethnologie. In: *L'Arraînement des femmes. Essais en anthropologie des sexes*. Paris: Éditions de l'EHESS, 1985, p.169-245. Reedição em *L'Anatomie politique. Catégorisations et idéologies du sexe*. Paris: Côté-femmes, 1991, p.131-225.
- _____. *Une maison sans fille est une maison morte*. Paris: MSH, 2007.
- MAUSS, M. *Œuvres*. La Fonction sociale du sacré (v.I); Représentations collectives et diversité des civilisations (v.II). Paris: Minuit, 1968. Cohésion sociale et division de la sociologie (v.III). Apresentação de KARADY, V. Paris: Minuit, 1969.
- _____. *Manuel d'ethnographie*. Prefácio de PAULME, D. Paris: Payot, 1967 (1947). [Ed. Port.: *Manual de etnografia*. Lisboa: Pórtico, 1972.]
- _____. Essai sur le don: Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1985a (1950). [Ed. Bras.: *Ensaio sobre a dádiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.]
- _____. *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1985b (1950). [Ed. Bras.: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.]
- _____. *Écrits politiques*. Textes réunis et présentés par Marcel Fournier. Paris: Fayard, 1997.
- STRATHERN, M. *The Gender of the Gift: problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley: University of California Press, 1988.
- THÉRY, I. La notion de division par sexes chez Marcel Mauss. *L'Année sociologique*, Paris, v.53, n.1, 2003, p.33-54.
- _____. *La Distinction de sexe. Une nouvelle approche de l'égalité*. Paris: Odile Jacob, 2007.
- TILLION, G. *Le Harem et les cousins*. Paris: Seuil, 1966.
- _____. Entretien avec Charles Silvestre. *L'Humanité*, Paris, 28 de abril de 2004.
- WEINER, A. *Women of Value, Men of Renown. New Perspectives in Trobriand Exchange*. Austin: University of Texas Press, 1976.

4

CLAUDE LÉVI-STRAUSS E (SEMPRE) A TROCA DE MULHERES: ANÁLISES FORMAIS, DISCURSOS, REALIDADES EMPÍRICAS

Martine Gestin e Nicole-Claude Mathieu

As estruturas elementares do parentesco, de Claude Lévi-Strauss, e o primeiro volume do *Segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, foram publicados quase simultaneamente em meados de 1949.¹ Em seu quadro filosófico e sócio-histórico, a questão de base de Beauvoir era: “Como o homem pôde subjugar a mulher? Por que ele o fez?” (1948). Em seu livro *A força das coisas*, ela dirá, em 1963, ter encontrado um suporte para sua própria análise, ao ler uma cópia datilografada da tese de C. Lévi-Strauss em sua casa: “ele confirmava minha ideia da mulher como *outro*”. Beauvoir fez uma elogiosa crítica desse texto, em novembro de 1949, na revista *Temps Modernes*.

A subserviência das mulheres certamente não era o tema do livro de C. Lévi-Strauss, que procurava definir, no âmbito formal, as regras fundamentais da troca matrimonial. O projeto global de sua obra consistia em descobrir as estruturas frequentemente inconscientes do funcionamento da mente humana, além da diversidade das aparências concretas, partindo de um certo tipo de sociedade antes de abordar suas formas mais complexas. Mais tarde, contudo, a questão de utilizar ou não sua teoria para pensar as relações homens-mulheres em uma dimensão sociológica e política se impôs. Algumas antropólogas feministas interpretaram suas generalizações

¹ *As Estruturas* foram escritas nos Estados Unidos entre 1943 (quando Lévi-Strauss se exilou fugindo às leis antisemitas de Vichy – razão pela qual ele foi destituído de seu cargo de professor de Filosofia) e o início de 1947 (Lévi-Strauss e Eribon, 1988).

sobre o estatuto da mulher como objeto de troca principalmente como uma forma de naturalização das mulheres.

Do gênero humano às mulheres: a articulação cultura/natureza

Lévi-Strauss antinaturalista em sua concepção do gênero humano

As *Estruturas* são uma obra ricamente documentada e extremamente técnica, de difícil abordagem. C. Lévi-Strauss aceita então transmitir suas principais linhas diretrizes e conclusões em um artigo, *The family* [A família, 1956].² Esse autor vê na família uma realidade inteiramente cultural, social, em outras palavras, *artificial*. A simples reprodução biológica pelo acasalamento não implicaria, com efeito, nenhuma necessidade de uma tal instituição para se perpetuar. O que funda socialmente a família e marca a passagem do estado de natureza ao de cultura é a proibição do incesto e a divisão sexuada do trabalho – ambos universais apesar de apresentarem modalidades variáveis. Não somente a renúncia à sexualidade entre consanguíneos envolve operações complexas de troca para conseguir um cônjuge no exterior do grupo, mas também, no centro da família nuclear (que a troca dismantelará depois recomporá), os indivíduos de sexo diferentes são socializados em papéis complementares, obrigando-os a cooperar economicamente.

Assim, a proibição do incesto (e a lei de exogamia que a acompanha)

opera, sozinha, uma *refundação das condições biológicas de relação sexual e da procriação*. Ela autoriza as famílias a perpetuarem-se somente dentro de uma rede artificial de proibições e obrigações. (1983, p.83, grifos nossos)

Lembremos que a “passagem da natureza à cultura” ou sua articulação assim realizada encontram-se, para C. Lévi-Strauss, em uma reflexão

filosófica e puramente sócio-*logique*. Ela não é nem uma reconstrução do processo de hominização, nem um pensamento da evolução dos organismos biológicos. Ele recusa as explicações naturalistas em voga nas Ciências Humanas e mostra-se crítico contra a sociobiologia em seus textos.

O artigo “La sexualité féminine et l’origine de la société” [A sexualidade feminina e a origem da sociedade, 1998] confirma, mais uma vez, seu antinaturalismo no que diz respeito ao gênero humano. Nele, Lévi-Strauss critica diversas teorias que ancoram a passagem da natureza à cultura nas características fisiológicas: entre outros exemplos, o desaparecimento do cio nas fêmeas humanas, esses momentos periódicos de acasalamento durante os quais as fêmeas animais assinalam sua disposição ao sexo. Demonstrando as contradições entre tais teorias, como o fato de elas suporem um matriarcado primitivo ou estratégias femininas de escolha dos genes ou do melhor fornecedor de carne, ou ainda medidas sociais globais (dentre elas, a proibição do incesto!) contra a dita promiscuidade que geraria a “disponibilidade sexual constante” das mulheres, C. Lévi-Strauss as qualifica de “utopias genitais”:

Por trás dessas vãs tentativas em atribuir bases orgânicas simples a atividades intelectuais complicadas (dentre as quais a linguagem e a fabricação de ferramentas complexas), reconhecemos um pensamento obnubilado pelo naturalismo e empirismo. (1998, p.83)³

E portanto... uma forma de “naturalização” do gênero feminino

O vocabulário descritivo utilizado nas *Estruturas*: troca de mulheres, doadores e tomadores de mulheres etc. expressa claramente que se trata

3 Inversamente, pudemos tratar da “perda do cio” em uma perspectiva radicalmente sociológica. Paola Tabet (1985/1998) – considerando esse fenômeno psicobiológico que é, a partir de então, para as fêmeas humanas a *dissociação possível* entre o exercício da sexualidade e atividade reprodutiva – analisou as modalidades culturais de sua manipulação. Ela demonstrou como, por meios mais ou menos violentos de repressão de uma sexualidade autônoma das mulheres e da intervenção sobre o processo reprodutivo natural em si, um certo número de sociedades consegue aumentar artificialmente a frequência de gravidez. A redução frequente das mulheres a uma sexualidade essencialmente reprodutiva, cujo contexto principal é o casamento, representa, segundo ela, um pensamento retrógrado, “uma virada completa da herança hominiana” (1998, p.152).

2 Publicado em um *textbook* para seus alunos, depois traduzido em francês em 1971. Lévi-Strauss o reescreve em 1983, superando suas reticências em republicar um texto que ele considerava “terminantemente didático”, apesar de extremamente útil.

de negociações entre homens. O que confirma determinadas formulações teóricas, como, por exemplo:

A relação global de troca que constitui o casamento não se estabelece entre um homem e uma mulher na qual um dá e outro recebe alguma coisa: ela estabelece-se entre dois grupos de homens, e a mulher aparece, nessa relação, como um dos objetos de troca, e não como um dos parceiros entre os quais a troca ocorreu. (1967 [1949], p.134-135)

Aliás, as mulheres são qualificadas como os “bens mais preciosos” e, principalmente, segundo C. Lévi-Strauss, na troca matrimonial (a aliança), elas ocupam o lugar dos signos em outra área fundamental de comunicação humana que é a linguagem. Os signos são necessariamente trocados, pois guardá-los para si seria uma forma de “abuso” – de fato, seria a negação do próprio estado de sociedade, do estado de cultura: “*A emergência do pensamento simbólico devia exigir que as mulheres, como as palavras, fossem coisas que se trocam*” [1967 (1949), p.569, grifo nosso]. A frase é violenta, sobretudo quando se sabe que o objetivo do autor é atingir o “verdadeiro” sistema, as regras do funcionamento da *mente humana*. Se o pensamento simbólico estivesse presente no mundo das humanas (e aparentemente estava, pois C. Lévi-Strauss diz, no final das *Estruturas*, que a mulher não é apenas um signo trocado “já que, no mundo dos homens, ela é, apesar de tudo, uma pessoa”, produtora de signos), deve-se, então, supor que o que lhes permitiu aceder ao pensamento simbólico foi seu profundo sentimento sociológico da necessidade de serem trocadas?

Sem dúvida nenhuma, houve algumas objeções, pois desde 1956 ele acrescenta uma consolação:

Que nossas leitoras, preocupadas em ver-se reduzidas ao papel de objetos de troca entre parceiros masculinos fiquem tranquilas: as regras do jogo seriam as mesmas se a conversão inversa tivesse sido adotada, fazendo dos homens objetos de troca entre parceiras femininas. Algumas raras sociedades do tipo matrilinear extremo formularam, de certo modo, as coisas desse modo. E os dois sexos podem acomodar-se de uma descrição do jogo um pouco mais complicada que consistiria em dizer que os grupos, cada um formado por homens e mulheres, trocam entre si relações de parentesco. (1983, p.90-91)

A questão parecia-lhe, assim, definitivamente resolvida, como confirma a irritação com a qual ele comenta em 2000 um retorno dessa polêmica: “*Quantas vezes terei que repetir que, para a teoria, é indiferente que os objetos de troca sejam homens ou mulheres?*” (grifo nosso). Que o modo de expressão escolhido para formalizar a troca seja indiferente à teoria, talvez, mas temos o direito de perguntar: o “jogo” é ou seria o mesmo se considerássemos as *pessoas*, mulheres e homens, que estão ali implicadas? E as mulheres, não como coleção de indivíduos – na qual “cada mulher conserva um valor particular que provém de seu talento, antes e depois do casamento, em manter sua parte na dupla” (1967, p.569) – mas como grupo social?

Modelos versus realidades estatísticas, empíricas, sociológicas

“O princípio fundamental é que a noção de estrutura social não refere-se à realidade empírica, mas aos modelos construídos de acordo com ela” (Lévi-Strauss, 1958, p.305). A questão que se coloca é, então, a da interpretação dessa “realidade”, e é sob esse ângulo que são formuladas as críticas feministas das *Estruturas elementares do parentesco*.

Gayle Rubin [1998 (1975)], nutrida por sua formação antropológica junto a Marshall Sahlins e envolvida nos movimentos de luta pela liberação das mulheres e dos homossexuais nos Estados Unidos, leva em consideração a recepção negativa da teoria da troca de mulheres pelas feministas dos anos 1970. Naquela época, os movimentos feministas e homossexuais opunham-se também às teorias e práticas heteronormativas da psicanálise. Mas G. Rubin achava que o estruturalismo de C. Lévi-Strauss, assim como as teorias de Sigmund Freud e de Jacques Lacan, eram uma excelente descrição dos sistemas de opressão das mulheres. Comparados às ideias dos pensadores socialistas, que não os teorizaram ou pouco os teorizaram, eles permitem um avanço para o pensamento político da sexualidade e das relações sexo-gênero. Parece, então, pertinente assimilar a diversidade de regras de aliança e de parentesco descritos nas *Estruturas*, assim como retomar a teoria freudiana (que ela qualifica com sarcasmo de “teoria feminista malsucedida”) sobre a imposição do gênero desde a infância, em

particular a construção da feminidade. Contudo, G. Rubin exige que seja incluído em tais lógicas o custo das regras e das normas impostas às mulheres dominadas e às minorias sexuais. Para ela, o tabu do incesto pressupõe a existência de um tabu sobre a homossexualidade:

Uma proibição que diz respeito a *certas* uniões heterossexuais supõe um tabu relativo às uniões *não* heterossexuais. O gênero não é somente a identificação a um sexo; ele conduz também o fato de o desejo sexual ser orientado para o outro sexo. A divisão sexual do trabalho entra em jogo nesses dois aspectos do gênero – ela os constrói homem e mulher, e ela os constrói heterossexuais. [Assim] impõe-se um gênero aos indivíduos a fim de garantir o casamento. Lévi-Strauss está perigosamente perto de afirmar que a heterossexualidade é um processo instituído. (Rubin, 1998, p.35, grifo do original)⁴

Catherine Gossez (1982) desenvolve o que G. Rubin já havia ressaltado: a ideia tendenciosa contida no conceito lévi-straussiano de passagem da natureza à cultura. Se é através da troca de mulheres que a humanidade se realiza, então a submissão das mulheres implícita nessa troca seria indispensável à cultura – exigência definitivamente exagerada... Para a historiadora de ideias, essa tese é associada a um pensamento naturalista que vai ao encontro de algumas especulações eruditas (em particular sobre o matriarcado). Nos passos de J. McLennan e de C. Meillassoux, C. Lévi-Strauss estima que a troca de mulheres mantém-se, em todos os casos, por sua raridade. Ora, ele explica tal penúria pelo fato de os homens terem “uma tendência polígama profunda”. Segundo C. Gossez, o preconceito de que os homens sejam mais ativos e mais necessitados sexualmente do que as mulheres firma-se ali. Ela não admite que C. Lévi-Strauss passe de

4 No sentido contrário, no momento dos recentes debates sobre o Pacs (abreviação de Pacto Civil de Solidariedade), os oponentes ao acesso dos homossexuais ao direito da família pensaram encontrar argumentos nos textos de C. Lévi-Strauss. Segundo eles, se o casamento, definido como o dom público de uma mulher a um homem, é considerado pelo autor como o ato de troca que marca o advento da cultura, legalizar a união homossexual equivaleria a regredir ao estado de barbárie. C. Lévi-Strauss não se manifestou. Jeanne Favret-Saada (2000, p.13-17) lembrou que as *Estruturas*, conjunto de conhecimento sobre os sistemas de parentesco, não supõe nenhuma proposta ideológica contra ou a favor da união homossexual, mas que os adversários do Pacs utilizavam as insuficiências ideológicas da teoria para se atribuírem uma legitimidade humanista e científica.

uma constatação sobre o estado desigual das relações homem-mulher a uma explicação de origem natural.

Chantal Collard, que se inscreve na mesma linha crítica do naturalismo lévi-straussiano, fala de exceções. Ela não questiona a prevalência mundial da troca de mulheres, mas apresenta exemplos das formas de casamento que não se encaixam na teoria. Nos *Guidar du Cameroun* [Guidar dos Camarões, Collard, 1981], sociedade patrilinear sincronicamente polígama e poliândrica, a troca de mulheres pelos homens diz respeito apenas aos casamentos primários, pois tanto nos fatos como no pensamento indígena, os casamentos secundários deixam a mesma autonomia às mulheres e aos homens: no momento de seus segundos casamentos escolhidos, as mulheres se estabelecem maritalmente em função de suas amizades femininas. No caso das minorias matrilineares matrilocais do Sudeste da Ásia (Garo, Jôrai, Nagovisi), a troca de homens é pensada e realizada como tal pela instituição do prêmio do noivo, e a autonomia feminina ali é maior do que C. Lévi-Strauss admite. Segundo C. Collard (2000), a teoria de C. Lévi-Strauss não reconhece o fato que as mulheres de determinadas sociedades possam ser ao mesmo tempo trocadas e trocadas, como também não admite que tais estruturas de troca sejam associadas a relações homens-mulheres mais equilibradas.

Françoise Héritier (2000) critica essa análise. Por um lado, ela recrimina C. Collard por subestimar a dominação masculina tanto nas sociedades patrilineares de África subsaariana quanto nas minorias matrilineares da Ásia. Por outro, ela defende C. Lévi-Strauss contra as acusações de naturalismo. Para F. Héritier, a teoria de Collard não admite que a assimetria dos sexos oriente todos os sistemas de parentesco, enquanto a de C. Lévi-Strauss o faz. Ela fundamenta tal ponto de vista em um conceito que ela mesma criou: a “valência diferencial dos sexos”. Todos os sistemas de parentesco assumiriam o fato de que os homens conseguem desapropriar as mulheres, em todos os sistemas, do privilégio exorbitante de dar à luz aos dois sexos. Inclusive nos regimes matrilineares matrilocais, nos quais essa prerrogativa feminina se expressa fortemente. Nessas sociedades, os homens têm mais peso do que nas alianças matrimoniais (no caso de Garo), ou então eles gozam de mais direitos sexuais (caso das visitas fugazes nos Na, ou da poligenia dos homens Minangkabau). C. Collard (2001) respondeu que ele retiraria suas acusações de naturalismo, mas manteria seus

estudos de caso e sua abordagem teórica. A valência diferencial dos sexos parece-lhe um conceito confuso, que às vezes distingue e às vezes mistura diferença sexual e dominação masculina.

A questão das sociedades matrilineares e matrilocais

Eu não decretei que os homens eram os agentes e as mulheres os sujeitos⁵ da troca. Os dados da etnografia me ensinaram simplesmente que, na grande maioria das sociedades, os homens fazem ou concebem as coisas desse modo e *que devido a sua grande generalidade, essa disparidade oferece um caráter fundamental*. Parecia-me importante que a teoria considerasse essa situação apesar de ela ter podido adaptar-se à situação inversa que, hoje sabemos um pouco mais, existe ou *parece* existir em um número restrito de sociedades. (Lévi-Strauss, 2000, p.717-718, grifo nosso)

Eis aqui uma teoria que se fundamenta na “generalidade” dos fatos, baseada, nesse caso, em um enunciado estatístico (que será durante muito tempo o *credo* dos etnólogos). Contudo, no fim do capítulo VIII das *Estruturas*, o autor aborda sucintamente os casos de sociedades nas quais a aplicação de sua teoria mostra-se dentre as mais complicadas.

Os limites de um pensamento formalista

Segundo C. Lévi-Strauss, o exercício da autoridade nas esferas política e social é um monopólio masculino universal. É o que ele chama de “assimetria dos sexos” ou a “prioridade masculina”. As estruturas matrilineares e/ou matrilocais não são exceção de tal regra, apesar de elas complicarem seu exercício, e as sociedades, ao evoluírem na expansão de suas estruturas políticas em detrimento de suas outras formas de organização, tenderem a generalizar o direito paterno. Quanto ao resto, observa o autor, a residência permanente dos homens na casa de suas esposas (uxorilocalidade) é extremamente rara.

⁵ Notemos que o termo “sujeito” substitui, de agora em diante, “objetos”.

No que concerne os Minangkabau do Sumatra (matrilineares e matrilocais), ele admite que a troca matrimonial possa aplicar-se explicitamente aos homens. Mas estes permanecem sob o controle de outros homens, os chefes da unidade doméstica. Além disso, nas sociedades muito mais numerosas, é o direito materno que predomina, e os que fazem as trocas são os chefes de família homens. O fato de a mulher transmitir a sua linhagem aos filhos apesar de morar com a família do marido é

o resultado do conflito permanente entre o grupo que cede a mulher e o que a adquire (...). A mulher, por sua vez, é apenas o símbolo de sua linhagem. A filiação matrilinear é a mão do pai, ou do filho, da mulher, que estende-se até a família do cunhado. (1967, p.136)

Dentre todas essas inferências, não se manifesta o reconhecimento de uma relação de dominação. As formulações permanecem no registro apolítico da diferença entre os sexos. Se as responsabilidades ligadas à autoridade cabem somente aos homens, isso reside no pensamento da ordem factual da divisão dita sexual do trabalho, ou da diferença de construção dos gêneros e estatutos masculinos e femininos, e não de uma situação identificada e analisada como opressão.⁶

Porém, ele abandona sub-repticiamente esse formalismo quando analisa o que complica o exercício da autoridade masculina nas sociedades matrilineares que são permanentemente ou de um modo pronunciado matrilocais. Por exemplo, explica o autor, para conseguir preservar a integridade territorial da família indivisível matrilinear nos Nayar, é necessário o uso de “artifícios” como a separação dos esposos rituais depois de três dias de coabitação, ou então a instauração de um regime de uniões efêmeras nas quais a mulher tem somente amantes esporádicos, sem direito aos seus bens. Ou ainda nos oceânicos de Dobu e Kiriwina, foi preciso estabelecer instituições tais quais a divisão do grupo em dois, sendo uma das metades exogâmica, ou a criação das Casas dos Homens, para ajudar a integração do marido no lar e no vilarejo de sua esposas. O recém-chegado é, nesse caso, adotado pela metade do vilarejo ao qual sua mulher e seus cunhados não pertencem, enquanto ele

⁶ Contudo, no que diz respeito ao sistema mitológico das duas Américas, o autor utilizará a expressão “submissão das mulheres (que) funda a ordem social” (1968, p.182).

torna-se membro integral do grupo dos homens do vilarejo – o que encoraja a aproximação de igual para igual dos homens em uma relação de aliança, ao mesmo tempo que reforça sua solidariedade de grupo de sexo. Senão, enfatiza C. Lévi-Strauss, o marido pertencerá à classe desprezada “‘daqueles que estão lá somente pelo casamento’ em oposição aos ‘proprietários do vilarejo’, que lhe farão entender a precariedade de seu título de residente com sua mulher e seus filhos” (1967, p.138). Se o autor não se preocupa com as consequências políticas para as mulheres da “prioridade masculina” mundial,⁷ ele incomoda-se, contudo, com o destino dos maridos uxori-locais, e evoca a “atmosfera dramática” dessas sociedades nas quais o governo dos homens sustenta-se sobre uma ordem frágil.

Seu pensamento formalista esbarra, assim, no juízo de valores. Nessa dificuldade em considerar a diferença cultural por outro aspecto que não seja termos negativos ou tendenciosos,⁸ o autor parece incapaz de afastar-se dos valores convencionais patriarcais que preconizam a estabilidade conjugal e a harmonia familiar, cujo preço é a submissão da mulher ao seu marido, chefe da família. Aliás, seus desenvolvimentos fundamentam-se em exageros e dados inexatos, como veremos a seguir.

Exceções que invalidam a regra?

As sociedades matrilocais não são tão raras assim, e existe também um pequeno número dessas com filiação patrilinear ou indiferenciada, como na Amazônia e no Sudeste da Ásia. Enfim, a documentação disponível desde os anos 1970 confirma a afirmação de Collard: algumas minorias étnicas matrilineares e matrilocais possuem estruturas familiares bicéfalas, nas quais a autoridade é compartilhada entre um irmão e uma irmã (Schlegel, 1972; Cai, 1997; Pak, 2007). Outras possuem estruturas familiares igualitárias, ou até com predominância feminina.

7 Em momento nenhum, por exemplo, ele considera a vulnerabilidade das mulheres percebidas como “estrangeiras” nos casos de viripatrilinearidade, estatisticamente prevalentes.

8 Outro argumento tendencioso: nos Bororo do Brasil, sociedade matrilinear e matrilocal com forte predominância masculina, C. Lévi-Strauss (1995, p.225) interpreta o monopólio masculino sobre o poder religioso e político como “aprovando” a prioridade das mulheres no estado civil e residencial. Porém, aprovar em que sentido: no de punir ou no de endossar?

Citemos dois exemplos nos quais não ocorre a troca de mulheres pelos homens. Nos Matsiguengas da Amazônia peruana, importante grupo que ocupa um vasto território, a filiação é indiferenciada e a residência é matriloca. A paridade dos gêneros e os valores igualitários conduzem ao que France-Marie Renard-Casevitz (2007, p.171-175) chama de um “contorno” do átomo de parentesco lévi-straussiano, ao mesmo tempo que conserva todos os seus componentes (uma relação de aliança, uma de filiação, uma de consanguinidade). A análise dos circuitos matrimoniais, dos mitos e das práticas sociais (linguagem, trabalho, territorialidade, comando etc.) ressalta uma unidade de base inconsciente em que estão incluídos “um homem e uma mulher casados, pai e mãe de um menino e de uma menina”. Nessa estrutura não aparece nenhum tomador ou fornecedor de esposas, pois o pai não se encontra em confronto com o irmão da mãe (que não consta da relação). Nos Kavalan de Taiwan, uma ínfima minoria reduzida a um vilarejo com regime matrilinear e matrilocal, Liu (2007) mostra que as mulheres têm o monopólio do controle da sociedade e da religião, ao contrário dos Bororo de C. Lévi-Strauss.

As relações globais entre os sexos podem, então, ser equilibradas ou quase, sem acarretar mais conflitos e tensões que alhures (o único risco que tais sociedades correm seria a pressão de aculturação).

Repensar a troca matrimonial

A análise formal das modalidades de troca e a análise política profunda das relações homens-mulheres podem enriquecer-se mutuamente. Deve-se, então, assimilar as propostas das *Estruturas*, acrescentando-lhes, porém, um estudo que avalie em que jogo de relações entre grupos de parentesco e grupos de sexo constrói-se a dominação masculina ou uma situação de quase equilíbrio entre os dois sexos. A compreensão das relações de sexo interindividuais que se estabelecem no casamento depende das relações entre grupos familiares e grupos de sexo, como C. Lévi-Strauss ressalta no que diz respeito às sociedades matrilineares. Contudo, é necessário levar essa análise ainda mais longe ao questionar os interesses de reprodução social associados ao casamento (interesses patrimoniais e estatutários nas sociedades estratificadas, construções do corpo reprodutor

feminino e masculino, existência ou não de procedimentos de casamento), a natureza exata da transferência (um homem, uma mulher, uma pessoa com sua capacidade produtiva e reprodutiva, ou somente uma capacidade reprodutiva), assim como as implicações, para as mulheres e os homens, das mudanças de residência no casamento, devido às obrigações econômicas e ecológicas. Desse modo, o conceito de troca matrimonial não é apenas um meio de modelar um importante nexos da vida social de um grupo, mas uma ferramenta de medida de forças políticas suscetível de melhor esclarecer as relações homens-mulheres (Gestin, 2007).

Um androcentrismo devidamente compartilhado e extremamente antigo

Se podemos detectar em um certo número de formulações de C. Lévi-Strauss uma irritante forma de androcentrismo, devemos lembrar que nessa época (como antes e depois), o machismo da sociedade e o androcentrismo do discurso eram persistentes. O homem, identificado ao geral, era sempre a referência, o que explica o escândalo quando Beauvoir denuncia o papel destinado ao “segundo” sexo.⁹

O fato de os homens aparecerem como os únicos e verdadeiros sujeitos da sociedade humana suscitou numerosos comentários críticos sobre as produções “científicas”, fossem elas de óptica estruturalista, marxista, funcionalista ou outra. A partir dos anos 1970, associados ao renascimento dos movimentos feministas, trabalhos universitários importantes empenharam-se em decifrar e revelar o androcentrismo, o “male bias”, na forma e no conteúdo dos textos etnológicos. Descobrimos: 1) no que concerne a descrição dos fatos – invisibilidade das mulheres (de sua presença ou de seus atos), ignorância ou subestimação de sua contribuição econômica ou sociopolítica, de seus papéis nas trocas rituais, de seu trabalho e desgaste energético com o cuidado das crianças, ou de que elas podem assumir

⁹ Para os textos sobre a virulenta polêmica, ver Galster (2004). Sobre o tratamento diferencial das categorias de sexo nos discursos sociológicos dos anos 1960 (assim ritmado: a função biológica de reprodução implica necessariamente uma parceira para se realizar), ver Mathieu (1991 [1971]). Sobre o androcentrismo dos filósofos no decorrer dos séculos, ver Collin et al. (2000).

uma reorganização, para seu próprio benefício, de determinadas regras matrimoniais. Mas também: 2) na não integração desses fatos, mesmo os conhecidos, quando chegava-se ao nível de teorização de tal fenômeno ou da caracterização global de uma sociedade qualquer – dando, assim, uma descrição falsa [sobre os artigos pioneiros, ver Mathieu, 1991 (1985)].

Uma frase de C. Lévi-Strauss sobre os Bororo em 1936 ilustra claramente a demonstração das linguistas Claire Michard e Claudine Ribéry (1985, p.156): “O vilarejo inteiro partiu no dia seguinte em aproximadamente trinta pirogas, deixando-nos sozinhos com as mulheres e as crianças nas casas abandonadas” (grifos nossos). Desse enunciado totalmente centrado no gênero masculino, que também é detectado em outros autores, elas concluem:

Esses escorregões metonímicos são completamente coerentes com o conjunto dos fenômenos linguísticos encontrados: se as referências humanas não são construídas enunciativamente como tais, existe uma grande tendência em constatar que os enunciados não sejam constitutivos de um grupo social. (Michard e Ribéry, 1982)

O androcentrismo está ligado a toda forma de organização social na qual as mulheres são “o segundo sexo”, o que não impede sua supervalorização sexual ou mesmo afetiva, ao contrário. A mulher é signo e valor (para os homens). Daí o impulso final nas *Estruturas*, que cada mulher oprimida pelo mundo afora interpretará ao seu modo: “Explica-se, assim, por que as relações entre os sexos tenham preservado essa riqueza afetiva, esse fervor e mistério que impregnaram, sem nenhuma dúvida, desde o início, todo o universo das comunicações humanas” (p.569).

Referências bibliográficas

- BEAUVOIR, S. La femme et les mythes. *Les Temps modernes*, Paris, n.32, maio 1948.
 ———. *Le Deuxième Sexe*. Paris: Gallimard, 1949. [Ed. Bras.: *O segundo sexo*. Trad. Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.]
 ———. *La Force des choses*. Paris: Gallimard, 1963.
 CAI, H. *Une société sans père ni mari. Les Na de Chine*. Paris: PUF, 1997.

- COLLARD, C. Échanges, échangistes: structures dominées et structures domantes d'échange matrimonial – le cas guidar. *Culture*, Montreal, v.I, n.1, 1981, p.3-11.
- COLLARD, C. Femmes échangées, femmes échangistas. À propos de la théorie de l'alliance de Claude Lévi-Strauss. *L'Homme*, n.154-155, 2000, p.101-116.
- . La théorie de l'échange, la biologie et la valence différentielle des sexes. Réponse à Françoise Héritier. *L'Homme*, Paris, n.157, 2001, p.231-238.
- COLLIN, F.; PISIER, É.; VARIKAS, E. *Les Femmes de Platon à Derrida*. Anthologie critique. Paris: Plon, 2000.
- FAVRET-SAADA, J. La-pensée-Lévi-Strauss. *Journal des anthropologues*, Paris, n.82-83, 2000, p.53-70.
- GALSTER, I. (org.). *Le Deuxième Sexe de Simone de Beauvoir*. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2004.
- GESTIN, M. Postface. Un défi à l'entendement: échange matrimonial et rapports hommes-femmes en sociétés matrilineaires et/ou uxori-locales. In: MATHIEU, N.-C. (dir.). *Une maison sans fille est une maison morte. La personne et le genre en sociétés matrilineaires et/ou uxori-locales*. Paris: MSH, 2007, p.447-484.
- GOSSEZ, C. Les femmes des ethnologues. *Nouvelles questions féministes*, Paris, n.3, 1982, p.3-35.
- HÉRITIER, F. À propos de la théorie de l'échange. *L'Homme*, Paris, n.154-155, 2000, p.117-122.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Les Structures élémentaires de la parenté*. Paris: PUF, 1967 (1949). [Ed. Bras.: *As estruturas elementares do parentesco*. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2010].
- . *Tristes tropiques*. Paris: Plon, 1955. [Ed. Bras.: *Tristes trópicos*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.]
- . The Family. In: SHAPIRO, H. L. (dir.). *Man, Culture and Society*. Nova York: Oxford University Press, 1956. Tradução francesa: *La famille*. Abidjan, Annales de la université de Abidjan, s. F-3, fascículo 3, 1971.
- . *Anthropologie structurale*. Paris: Plon, 1958.
- . *Mythologies III: L'origine des manières de table*. Paris: Plon, 1968. [Ed. Bras.: *A origem dos modos à mesa – Mitológicas 3*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2006.]
- . Préface e La famille (cap. III). In: ———. *Le Regard éloigné*. Paris: Plon, 1983. [Ed. Port.: *O olhar distanciado*. Trad. Carmen de Carvalho. Lisboa: Edições 70, 2010.]
- . *La Sexualité féminine et l'origine de la société. Les Temps modernes*, Paris, n.598, 1998 (1995), p.78-84.
- . Postface. *L'Homme*, Paris, n.154-155, 2000, p.713-720.
- ; ERIBON, D. *De près et de loin*. Paris: Odile Jacob, 2008 (1988).
- LIU, P. C. Cerf-amant, coq-mari et femmes chamanes. Disjonction des sexes chez les Kavalan (Taiwan). In: MATHIEU, N.-C. (dir.). *Une maison sans fille est une maison morte. La personne et le genre en sociétés matrilineaires et/ou uxori-locales*. Paris: MSH, 2007, p.385-414.
- MATHIEU, N.-C. Notes pour une définition sociologique des catégories de sexe. In: *L'Anatomie politique. Catégorisation et idéologies du sexe*. Paris: Côté-femmes, 1991 (1971), p.17-41.
- . Critiques épistémologiques de la problématique des sexes dans le discours ethno-anthropologique. Relatório para a UNESCO, Paris, reeditado In: MATHIEU, N.-C. *L'Anatomie politique. Catégorisation et idéologies du sexe*. Paris: Côté-femmes, 1991 (1985), p.75-127.
- . (dir.). *Une maison sans fille est une maison morte*. Paris: MSH, 2007.
- MICHARD, C.; RIBÉRY, C. *Sexisme et sciences humaines. Pratique linguistique du rapport du sexage*. Villeneuve-d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2008 (1982).
- . Énonciation et effet idéologique. Les objets de discours "femmes" et "hommes" en ethnologie. In: MATHIEU, N.-C. *L'Anatomie politique. Catégorisation et idéologies du sexe*. Paris: Côté-femmes, 1985, p.147-167.
- PAK, O. K. L'énigme des ancêtres mâles chez les Minangkabau "matrilineaires" de Sumatra-Ouest (Indonésie). In: MATHIEU, N.-C. (dir.). *Une maison sans fille est une maison morte. La personne et le genre en sociétés matrilineaires et/ou uxori-locales*. Paris: MSH, 2007, p.299-332.
- RENARD-CASEVITZ, F. M. De l'égalité des deux sexes au fondement de l'imaginaire social chez les Matsigenka (Amazonie péruvienne). In: MATHIEU, N.-C., *Une maison sans fille est une maison morte. La personne et le genre en sociétés matrilineaires et/ou uxori-locales*. Paris: MSH, 2007, p.155-182.
- RUBIN, G. The Traffic in Women. Notes on the "Political Economy" of Sex. In: REITER, R. (dir.). *Toward an Anthropology of Women*. Nova York: Monthly Review Press, 1998 (1975).
- SCHLEGEL, A. *Male Dominance and Female Autonomy. Domestic Authority in Matrilineal Societies*. New Haven: HRAF Press, 1972.
- TABET, P. Fertilité naturelle, reproduction forcée. In: MATHIEU, N.-C. *L'Anatomie politique. Catégorisation et idéologies du sexe*. Paris: Côté-femmes, Paris, 1985. Reedición: Tabet, P. *La Construction sociale de l'inégalité des sexes. Des outils et des corps*. Paris: L'Harmattan, 1998, p.77-180.

5

PIERRE BOURDIEU E AS RELAÇÕES ENTRE OS SEXOS: UMA LUCIDEZ OBSTRUÍDA

Anne-Marie Devreux

Logo no início do livro *A dominação masculina*, que Pierre Bourdieu publica quarenta anos depois de seus primeiros trabalhos, o autor afirma: “Sem dúvida, nunca teria me confrontado com um assunto tão difícil se não fosse um desdobramento da lógica da minha pesquisa” (Bourdieu, 1998, p.7). De fato, do início ao fim de sua obra, e praticamente no que diz respeito a quase todos os seus trabalhos de campo, esse autor abordou a questão das diferenças de sexo.

Com raríssimas exceções, ele o fez ignorando soberanamente os trabalhos dos sociólogos e etnólogos, feministas ou não, que tratavam da questão das mulheres ou do gênero. Essa lacuna tornou-se explícita na publicação de *A dominação masculina*, percebida como o indício de uma tomada de posição do sexo dominante no universo acadêmico, que foi, conseqüentemente, severamente criticada (ver Fougeyrollas-Schwebel, 1999; Mathieu, 1999; Devreux, 2000; Thiers-Vidal, 2007). Bourdieu também foi criticado por sua incapacidade em ultrapassar uma concepção da reprodução social imobilizada pelo *habitus* e, por conseguinte, por sua dificuldade em pensar a mudança social. Apesar de tudo isso, uma parte da pesquisa feminista apoia-se em seu quadro de análise da ordem social e apropria-se de suas ferramentas teóricas.

Da pequena escola de vilarejo ao Collège de France

Ao observarmos seu percurso intelectual, parece-nos importante reter-nos, antes de tudo, no que constitui a primeira experiência forte que Bourdieu vivenciou ligada às disparidades sociais: nascido em 1930 em “uma pequena cidade bearnesa particularmente isolada” (2004, p.109), ele confronta-se, em seu curso preparatório em Paris, com os “herdeiros” que constituirão um de seus primeiros grandes temas de estudo. Em 1954 ele obtém o diploma da École Normale Supérieure e interessa-se, em particular, pela história das ciências. Chamado para servir na Argélia, realiza investigações sobre a sociedade argelina, iniciando, assim, seu vaivém intelectual entre a Cabília e o Béarn. Logo em seguida, inicia uma carreira universitária e, mais tarde, apoiado durante certo tempo por Raymond Aron, colabora com a fundação do Centre de Sociologie Européenne. Com outros pesquisadores, ele cria a revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Apesar de sua nomeação no Collège de France em 1981, Bourdieu posiciona-se à margem das instituições e, para precaver-se contra críticas, apresenta seus argumentos como os de um intelectual e sociólogo incompreendido.

Em *Esboço para uma autoanálise* (2004), ele posiciona-se junto a seu pai, filho de um arrendatário que se tornou carteiro – “minha experiência infantil de desertor, filho de desertor” –; podemos, também, fazer um paralelo entre “o humor rebelde e anarquista” do pai e as “disposições relutantes de um interno endurecido” do filho (Bourdieu, 2004, p.120). Sua mãe, brevemente mencionada, vem de uma modesta família camponesa, é a ela que pertence a casa onde Bourdieu viveu toda sua infância. Ele a descreve como uma mulher “totalmente dedicada” ao avô materno, e diz que a educação que ela recebeu permitiu-lhe enfrentar seu rebelde marido.

Dentre os diversos testemunhos que surgiram após sua morte, em 2002, Monique de Saint-Martin menciona “a forma de dominação e de controle” que ele exercia sobre seu círculo profissional e as dificuldades “em expressar (...) alguma forma de diferença em relação aos modelos que ele tinha tendência em impor” (2003, p.324).

A diferença conforme os sexos, que já constava nas primeiras análises feitas sobre a correspondência mantida com seus alunos das grandes escolas, pesava-lhe

tanto que ela praticamente esmagava as oposições relativas à origem social e ao capital escolar, e que ele, por essa razão, preferiu não considerar. (Ibid., p.327)

Luc Boltanski confirma essa afirmação ao explicar, *a posteriori*, a ausência de referência ao feminismo em um texto que escreveu com Bourdieu sobre a produção da ideologia dominante:

Em meados dos anos 1970, não dispúnhamos de um quadro analítico que permitisse articular as diferentes lutas umas às outras (...) Tínhamos dificuldades em nos desligar da ideia de que era a classe social que constituía o modo determinante de relação com o mundo social, de tal modo que os outros princípios identitários reivindicados pelos atores sociais faziam sentido somente modulados pela classe social a qual pertenciam. (Bourdieu, 2008, p.115)

A própria ideia de uma multipertença das pessoas, constata L. Boltanski, era “considerada como uma perigosa heresia tanto no plano sociológico quanto no plano político” (Ibid., p.115-116). A necessidade de preservar os contornos do quadro teórico construído por Bourdieu encontra-se, assim, no centro da crítica feita sobre o fato de esse autor ignorar o pensamento feminista e as pesquisas sobre as relações entre os dois sexos.

Revelar as estruturas objetivas do mundo social

Segundo Bourdieu, o mundo social é estruturado em *campos* de práticas relativamente autônomas, nos quais a posição dos indivíduos é determinada em função de seus recursos e de seus *capitais* que provêm de diferentes ordens: econômica, social, cultural, simbólica. Para ele, há uma semelhança entre o espaço das posições e os sistemas de disposições dos indivíduos: no decorrer de sua socialização, cujas modalidades dependem de sua pertença de classe, os indivíduos adquirem o sentido do que lhes é possível fazer, em função das possibilidades objetivas que lhes são oferecidas e tendem a agir conforme as disposições propostas, que são totalmente dependentes de sua posição social, ou, em outras palavras, eles agem de acordo com um *habitus de classe*. Inconscientes disso, eles adotam, assim, um *ethos* de classe, “quer dizer, as próprias disposições que (sua) posição requer” (1984, p.151).

O *habitus*, conjunto de esquemas interiorizados, é o produto da história ao mesmo tempo que age sobre ela através de sua ação prática no campo social. Ele encontra-se

no princípio das estratégias de reprodução que procuram manter os desvios, as distâncias, as relações de ordem, tentando, assim, na prática (e não de um modo consciente e deliberado) reproduzir todo o sistema das diferenças constitutivas da ordem social. (Ibid.)

“Sequências de ações objetivamente orientadas para um fim”, as mais eficazes dentre as diversas estratégias adotadas, são as que se ajustam, espontaneamente e sem cálculos, às necessidades do indivíduo (2003 [1997], p.201). Para Bourdieu, a posição nas relações de produção comanda as práticas por intermédio dos mecanismos que regem o acesso às posições e produzem uma classe determinada de *habitus*. As classes sociais são, assim, definidas ao mesmo tempo pela posição e pelo sistema de disposições comuns aos indivíduos que as compõem.

Contudo, além desse critério crítico, uma classe ou uma fração de classe é também definida por todo um conjunto de *características auxiliares* (1979, p.113), dentre as quais o sexo, que, com a idade, o lugar de vida ou a pertença étnica, é qualificado de “propriedade secundária”. Reciprocamente, essas características são especificadas pela posição de classe:

As propriedades de sexo são tão indissociáveis das propriedades de classe quanto o amarelo do limão é inseparável de sua acidez: uma classe define-se pelo que ela tem de mais essencial, pelo lugar e pelo valor que ela concede aos dois sexos e a suas disposições socialmente constituídas. Por essa razão existem tantas maneiras de realizar a feminidade quanto existem frações de classe. E a divisão do trabalho entre os sexos assume formas completamente diferentes, nas práticas e nas representações, dentro das diferentes classes sociais. (1979, p.119-120)

Porém, o capital econômico inicial, que define a posição no espaço social, é, para Bourdieu, neutro do ponto de vista do gênero.

Cada campo é um produto da história:

A cada momento, é o estado de relações de força entre os jogadores (quer dizer, os agentes envolvidos nessa forma muito particular de jogo que o campo pode constituir) que define a estrutura do campo. (Bourdieu; Wacquant, 1992, p.74)

Cada campo está ligado a um tipo de capital dominante e cada agente luta, então, para adquiri-lo, graças à acumulação desse tipo de capital, buscando uma posição ainda mais dominante que lhe conferirá, diante dos outros agentes implicados no campo, uma maior legitimidade, devido ao valor que eles reconhecem em seu capital. A pesquisa de ganho em termos de poder e de dominação é, para Bourdieu, o que explica e dinamiza a ação. Os agentes, a princípio, não escapam dessa busca pelo poder. Os que estão em condições de legitimar o capital dos outros representam a mais segura transmissão da ordem social que, segundo Bourdieu, é uma ordem polarizada: dominante/dominado, em cima/embaixo, e também, como veremos mais tarde, cultura/natureza, masculino/feminino, reta/curva etc.

Nesse dispositivo conceitual, a violência simbólica ocupa um lugar determinante. Ela é “essa forma particular de obstáculo que se exerce somente com a cumplicidade ativa – o que não quer dizer consciente e voluntária – dos que sofrem com suas consequências” (1989, p.12). Para impor-se,

a dominação deve ser reconhecida (...) pelo que ela não é (...) Todo poder verdadeiro age como poder simbólico que, paradoxalmente, encontra seu princípio em uma *denegação*. Ele encerra um pedido de reconhecimento que é um pedido de ignorância. (Ibid., p.549)

Relações e divisão do trabalho entre os sexos

Bourdieu havia começado suas pesquisas de campo havia poucos anos quando decidiu escrever o texto publicado na revista *Les Temps Modernes* (1962) “Les relations entre les sexes dans la société paysanne” [As relações entre os sexos na sociedade camponesa]. As páginas haviam sido retiradas de um longo artigo sobre o celibato masculino em um vilarejo bearnês que saiu na *Études Rurales*. Na mesma época, desenvolvem-se, na França, estudos de sociólogos pioneiros sobre o trabalho da mulher ou seu papel

na sociedade francesa. Como Bourdieu não se interessa particularmente por tais problemas, ele volta-se para as questões relacionadas às diferenças de sexo esporadicamente, em períodos durante os quais ele manifesta certa “lucidez sociológica” (1989, p.332) sobre a importância da divisão do trabalho entre os sexos para a ordem social.

Na introdução da coletânea de três artigos publicados, cada um com três anos de intervalo e reunidos em 2002 sob o título *Le Bal des célibataires* [O baile dos solteiros], ele lembra que o estudo sobre as estratégias matrimoniais em um vilarejo bearnês tinha “por objeto os sofrimentos e os dramas ligados às relações entre os sexos” (preocupando-se em acrescentar o “título que eu havia dado muito antes da emergência dos *gender studies*” [Bourdieu, 2002, p.9]). Nesse vilarejo, apesar de o sistema de valores atribuir a proeminência absoluta aos homens, as mulheres aparecem extremamente ativas no que concerne às estratégias de evitar o casamento “em todas as camadas” (para elas). Dirigem-se facilmente aos homens da cidade, ou mesmo da metrópole mais próxima, sendo amplamente responsáveis pelo fenômeno de celibato dos filhos mais velhos de cada família, pois elas aceitavam cada vez menos a ideia de submeterem-se à autoridade dos pais de seus maridos. Durante os bailes, por exemplo,

muitas dentre elas, mais aptas e prontas que os homens a adotarem os modelos culturais urbanos (...), julgam seus companheiros camponeses de acordo com critérios que não lhes deixam nenhuma possibilidade de conquista. Compreende-se, a partir dessa constatação, por que muitos agricultores dinâmicos possam permanecer solteiros. (Bourdieu, 1962, p.327-329)

Forçado a uma situação vivida “como uma mutilação social”, o camponês esforça-se, “com orgulho e honra, em dissimular o desespero de sua situação” (Ibid., p.330).

Essa questão de honra, que se encontrará no centro da explicação de *A dominação masculina*, ultrapassa as escolhas estratégicas das mulheres e não consegue justificar o conjunto do raciocínio de Bourdieu que, em 1962, ainda mantém-se fiel à lógica estruturalista da circulação das mulheres e das trocas matrimoniais nas quais “elas circulam de baixo para cima” (Ibid., p.327).

Nas suas pesquisas sobre o sistema escolar, as elites e o campo do poder, usando com ainda mais contundência análises estatísticas como apoio, seu

ponto de vista sobre os sexos torna-se, para a época e levando-se em conta o estado da disciplina sociológica de então, mais classicamente o da consideração de uma variante sociodemográfica. Porém, à diferença de muitos de seus homólogos masculinos na disciplina, ele inclui sistematicamente a comparação homens-mulheres, até mesmo ao adotar a profissão da mãe na análise da reprodução social das posições. Ele faz um cruzamento, logo de início, entre a classe e o sexo: “Se a desvantagem ligada ao sexo exprime-se principalmente pela relegação das mulheres às faculdades de letras, a desvantagem ligada à origem social traz consequências ainda maiores” (Bourdieu; Passeron, 1964, p.18).

O “modelo tradicional da divisão do trabalho entre os sexos”, evocado em *Os herdeiros*, demonstra uma percepção estática dos papéis de sexo: se as alunas dirigem o grupo de alunos, deve-se ao fato de elas não conseguirem “sublimar sua solidão no ideal da meditação solitária” e transpõem “em seu papel universitário a preocupação em organizar as trocas, características do papel tradicional da mulher” (Ibid., p.70).

No total, “no que concerne a relação com o futuro, as moças referem-se aos rapazes do mesmo modo como os alunos de baixa renda referem-se aos alunos privilegiados” (Ibid., p.94). Como ressaltam Claire Michard-Marchal e Claudine Ribéry referindo-se a outro texto de Bourdieu, através de um ponto de vista discursivo, pode-se dizer que, aqui, “o locutor identifica (...) o grupo de sexo masculino ao garanhão padrão, fazendo com que ajam como se o seu funcionamento fosse a norma” (1982, p.165). Um processo frequente em Ciências Sociais, que deve, contudo, ser colocado em paralelo ao projeto de Bourdieu que consiste em “objetivar o inconsciente transcendental que o sujeito conhecedor investe, sem sabê-lo, em seus atos de conhecimento ou, se preferirmos, em seu *habitus* como transcendental histórico” (2001, p.154).

Em outras numerosas ocorrências, Bourdieu evoca a divisão do trabalho entre os sexos, por exemplo, em relação às práticas ligadas à fotografia ou no estudo do gosto e do trabalho de representações das mulheres burguesas. Apesar de secundárias, ele lhes atribui um estatuto particular na produção dos sistemas de disposições: a dupla visão (“di-visão”) do mundo que surgiria de tais sistemas “é a mais bem fundamentada das ilusões coletivas e, conseqüentemente, objetivas” (1980, p.246) e contribui com

a própria realidade da ordem social realizando-se nos corpos, sob a forma de disposições que, produzidas pelas classificações, dão a aparência de um fundamento objetivo aos julgamentos/classificatórios, como a tendência das mulheres por tarefas “humildes e fáceis” ou pensamentos flexíveis ou submissos. (Ibid., p.247)

É somente no que diz respeito à emergência de uma consciência e de um movimento feministas que Bourdieu evoca a ideia de “classes sexuais” (1984, p.22) e a hierarquia que ele mantém entre classes e sexos é, aliás, de acordo com a análise marxista de classes, dominante nos anos 1980.

O que fazer da teoria de Bourdieu na análise do gênero?

O sexo, fator secundário da posição de classe

Segundo Leslie McCall (1992), esse caráter secundário do sexo como princípio da divisão deve-se ao fato de que, para Bourdieu, ele é, antes de tudo, de uma natureza menos social do que a classe. Portanto, apesar do sexo não definir-se como uma forma de capital, a aparência física ou o charme das mulheres são descritos como uma forma de capital cultural incorporado. Bourdieu, porém, não assume as consequências lógicas do ponto de vista da definição da feminidade como capital.

O *habitus* das mulheres é globalmente associado a seu lugar no mundo doméstico e na família, sua pertença ao mundo público do trabalho ou da formação parecendo não poder constituir uma fonte de transformação de seu *habitus*. McCall ressalta quanto a esfera profissional é neutra para Bourdieu do ponto de vista do sexo. As diferenças entre homens e mulheres que existem nessa esfera não acarretam consequências sobre a formação dos *habitus* sexuados.

Mesmo que reconheça suas lacunas, McCall apoia-se na teoria do *habitus* para reverter sua lógica. Posicionando as mulheres fora da relação de forças entre capitais, apoiando-se na crítica da objetividade científica do próprio Bourdieu ou das feministas, ela mostra que a posição das pesquisadoras feministas no campo acadêmico – e a das mulheres em geral no mundo social – gera um *habitus* e disposições específicas. Pela sua própria experiência de opressão e dominação, as pesquisadoras feministas são

socializadas de tal modo que elas mobilizam o que Donna Haraway chama de “tecnologias visuais” (Haraway, 2009): uma reflexividade que as faz perguntarem-se o que ver e como ver o que está escondido, adquirindo, assim, uma visão sociológica do mundo social que modifica esse próprio mundo social. Para McCall, essa conceitualização de um *habitus feminista*, comparada à epistemologia do *stand point*, apresenta a vantagem de deslocar a análise para os processos de acumulação de capital no campo da pesquisa cujo interesse é a definição da verdade sobre o mundo, e levar-nos a observar a pesquisa feminista, ou toda pesquisa, como o produto de um certo tipo de disposição.

O corpo sexuado do *habitus*

Para Bourdieu, a ordem social é também uma ordem dos corpos, de onde viria a expressão “contrariedade pelo corpo”, um corpo que o social utiliza como “lembrete” (2003, p.204). As regras do jogo específicas a cada campo, literalmente incorporadas pelos agentes, tornam-se, para eles, natural: homens e mulheres adotam, assim, atitudes e modos próprios que nos fazem reconhecê-los, imediatamente, como pertencentes a esse campo pelos outros agentes.

O *habitus* expressa uma crença na veracidade das regras desse campo, uma adesão à *doxa* específica ao campo, uma “fé prática”, afirma Bourdieu, que, acrescenta, “inclina” o agente a agir em conformidade com elas. Seria, então, de acordo com Judith Butler, sob as condições de um sentido do jogo impostas pelas regras do campo que o *habitus* se constrói, como conhecimento incorporado e sedimentado dos efeitos acumulados pelo fato de jogar o jogo. A partir de então, “o *habitus* pressupõe que o campo é a condição de sua própria possibilidade” (Butler, 1999, p.117). Se as disposições são produzidas pelo *habitus*, esse último é “informado pela ação mimética, concordante com o campo objetivo” (Ibid.) e as regras e normas são, em si, reproduzidas no mesmo nível que o *habitus*. Campo e *habitus* encontram-se, então, segundo Butler, em uma relação mútua para sua formação respectiva. Ora, ela afirma que, para Bourdieu, “o ideal da adaptação governa” essa relação, o que faz com que o campo, como dado social, não seja alterado pelo *habitus* dos agentes. “A tese do campo objetivo corre (...) o risco de sublimar o campo social como positividade inalterável” (Ibid.).

O que acontece quando o agente não segue essa “tendência” em agir de um modo conforme? Bourdieu ignora essa possível ambivalência. “Existe um sujeito que preexiste a seu encontro com o campo?”, pergunta-se J. Butler, “ou o sujeito não é formado precisamente pela sua participação no jogo social no interior de cada campo social” (Ibid., p.119). O jogo dos atores pode modificar o campo, que não é mais um dado externo e imutável. Ela ressalta, também, quanto a metáfora espacial dos campos é materializante, a partir do momento em que não considera que as posições são a princípio efeitos temporários dependentes de formas instáveis de agenciamento dos capitais entre si.¹

Reflexividade e *habitus* de gênero

A maioria das críticas feministas de Bourdieu é, aliás, ligada a sua dificuldade em integrar a mudança social em seu contexto analítico. Lois McNay e Lisa Adkins retiveram, cada uma, ao contrário, que a teoria social de Bourdieu inclui, também, uma teoria da mudança social que faz do pensamento reflexivo a possibilidade de transformação social. Essa reflexividade advém somente se existe discordância entre *habitus* e campo, entre o sentido do jogo e o próprio jogo. Contudo, enquanto McNay vê na feminização crescente da esfera pública a possibilidade de uma transposição do *habitus* feminino em um mundo social no qual ele é dissonante e, conseqüentemente, uma possibilidade de “despertar as consciências” e de rompimento com as tradições (McNay, 2004), Adkins ressalta, ao contrário, que o pensamento reflexivo sobre o gênero pode engendrar novos compromissos de gênero que o mantenham como divisão social.

Adkins mostra que, no setor profissional dos serviços, como no comércio, o gênero assume cada vez mais a forma de um artifício consciente que pode ser colocado em jogo estrategicamente em função dos diferentes públicos encontrados. Assim, o uso consciente de um capital de feminidade no trabalho pode ser interpretado como uma posição reflexiva sobre

1 Assinalemos também a crítica que J. Butler faz da concepção bourdieusiana da linguagem que, segundo ela, amplifica a dimensão reprodutiva própria da performance em detrimento de sua capacidade em transformar e deixa de lado a possibilidade de uma perspectiva crítica, utilizando, portanto, as palavras dos dominantes, como pode-se observar no momento em que reverteu-se a estigmatização nas práticas de linguagem *queer* (Butler, 2004).

o gênero, e essa reflexividade pode ser aplicada de modo banal e não como sinal de ruptura, devendo, então, ser observada como se ela própria fosse capaz de enraizar-se como *habitus*. Desse modo, nota L. Adkins, quando Bourdieu aborda a questão da mudança social, ele deve abandonar sua concepção da prática que se apoia sobre o *habitus* pré-reflexivo e a mediação do corpo: a ação é, então, o resultado de uma consciência cognitiva desencarnada (Adkins, 2004).

Uma miraculada do campo intelectual

O estudo de Toril Moi intitulado *Simone de Beauvoir, les conflits d'une intellectuelle* [Simone de Beauvoir, os conflitos de uma intelectual]² é um exemplo da utilização feminista da teoria dos campos e dos capitais. Segundo ela, Beauvoir inscreve-se em uma linha de mulheres que Bourdieu chama de “miraculadas”, milagrosas exceções às regras estatísticas, como nesse caso, as do sistema educativo (Moi, 1995, p.229); uma miraculada que, vivenciando como um grande privilégio sua integração no clã dos *normalianos*³ que Jean-Paul Sartre reuniu à sua volta, ilustra o processo de interiorização da hierarquia das posições dentro do campo cultural. Ele enfatiza, também, a crença na *doxa* da excelência dos *normalianos*. Quanto a Sartre, Moi adere ao pensamento de Bourdieu (que produziu um curto ensaio intitulado “Sartre” em 1980 na *London Review of Books*) ao afirmar que ele representa o absurdo do distanciamento e da distinção, renunciando, assim, ao seu ponto de vista sobre a desigualdade dos alunos da Sorbonne diante dos alunos das Escolas Normais (Ibid., p.84). O que Simone de Beauvoir não se tornaria, pois ela própria confessou ser autodidata em algumas áreas culturais [“desastroso erro” (Ibid., p.106)].

No prefácio do livro de Moi redigido por Bourdieu, ele parece ter sentido certo prazer em ressaltar que Beauvoir “delegou, de algum modo, a Sartre, sua capacidade de filosofar” (1995, p.8), e parece “gostar desse destino” no qual é

2 Publicado em inglês em 1994 e em francês em 1995, com prefácio de Pierre Bourdieu. Mais que os conflitos, o subtítulo da obra em inglês fala da fabricação (“The making”) de uma mulher intelectual.

3 Estudantes da École Normale Supérieure, instituição pública de ensino de excelência. (N. E.)

dominada, mas por aquele que domina toda uma época da vida intelectual (...), o que lhe dará a oportunidade de posicionar-se entre os homens nas *parties* [festas], em vez de ficar conversando com as mulheres, ao mesmo tempo que se distingue dos homens de posição inferior por uma barreira sagrada. (Ibid., p.7)

Já encontramos, aqui, as primícias do que Bourdieu desenvolverá sobre o amor, em *A dominação masculina*:

Aqueles que, como Sartre e “o Castor”,⁴ não sabem ou não querem saber que o amor é muito frequentemente *amor fati*, amor do destino social que, quando ocorre, assume a forma de um veredito escolar enunciado pelo juiz de agregação: “você ficará em segundo lugar, logo depois de Sartre”, ou seja, apesar de tudo, antes de Merleau-Ponty, Aron, Nizan e alguns outros. [acrescenta Bourdieu, maliciosamente]⁵

Nesse prefácio, nenhuma referência é feita ao pensamento da filósofa, mas ele discute, contudo, o pensamento de Sartre. Inclusive, Bourdieu menciona, sobre este último, “que as estruturas da dominação masculina incorporadas são tão poderosas que ele confessa ter pensado em um ou outro estereótipo pré-pensado que Simone de Beauvoir deslanchou” (Ibid., p.9).

No artigo “Appropriating Bourdieu: Feminist Theory and Pierre Bourdieu’ Sociology of Culture” [Apropriando-se de Bourdieu: teoria feminista e a sociologia da cultura de Pierre Bourdieu, 2001], Moi vê na sociologia bourdieusiana da cultura um quadro teórico que permite romper com a distinção natureza-cultura ainda muito presente, segundo ela, no conceito de gênero. Apoiando-se na noção beauvoiriana de “situação”, que consiste em afirmar que um indivíduo, homem ou mulher, situa-se sempre no mundo físico, ela propõe a substituição do conceito de gênero ao de “corpo vivido” (“*lived body*”), que permite pensar a subjetividade e os laços entre experiência física do corpo inserido em um contexto sociocultural determinado e a maneira de sentir essa experiência. Enquanto o conceito de *habitus* também considera as

4 “Castor” era o apelido de Simone de Beauvoir. (N. E.)

5 Simone de Beauvoir foi a mais jovem estudante a conseguir aprovação no exame da Faculdade de Filosofia da Sorbonne, o Agrégation. Na ocasião, o júri teria discutido se daria a ela ou a Jean-Paul Sartre o primeiro o lugar, preterindo-a por Sartre ter tentado a aprovação no ano anterior. (N. E.)

relações entre estruturas sociais e corpo, mas sob o modo a-histórico e rígido de uma “segunda natureza”, o de “corpo vivido” pode incluir os reposicionamentos identitários como, por exemplo, sob o modo do *queer*.

A dominação masculina e sua recepção

Convencido de que acrescentava novas análises e “um efeito libertador (...) ao movimento verdadeiramente eficaz de liberação” (revista *Travail, Genre et Sociétés*, 1999), Bourdieu aventurou-se, com apreensão – afirma –, no terreno “quase inteiramente monopolizado, hoje, pelas mulheres” (1998, p.123) em seu livro *A dominação masculina* (1990 e 1998). O estudo dessa “relação social extraordinariamente ordinária” é, para ele, a oportunidade de “distinguir a lógica da dominação exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido pelo dominante e pelo dominado” (1998, p.7); e também de continuar a elaboração da “teoria materialista da economia dos bens simbólicos” (Ibid., p.9). E, com efeito, em toda sua obra, e apesar do projeto de “teoria materialista”, Bourdieu nunca se apoiou tanto na violência e na dominação simbólicas quanto no que diz respeito à dominação entre os sexos.

Retomando seu estudo sobre as relações homens-mulheres no interior da burguesia inglesa do século XIX, que Virginia Woolf descreve em *Rumo ao farol*, uma volta através de uma sociedade exótica “indispensável para quebrar a relação de familiaridade enganadora que nos une a nossa própria tradição” (Ibid., p.9). Apesar de esse autor não ter manifestado tal preocupação em suas numerosas outras áreas de investigação no que diz respeito às relações entre os sexos, ele mostra-se preocupado com uma posição reflexiva que não “recorra a modos de pensamento que são, em si, o produto da dominação na análise da dominação masculina” (Ibid., p.11). Essa distância é a mesma que, segundo ele, as pesquisadoras feministas contemporâneas não adotam.

Ele estabelece uma homologia entre os outros campos que estudou e a dominação masculina, espaço de uma relação de força entre detentores de posições definidas por seu capital, no qual os dominantes são os agentes que encontram-se em posição de conceder seu valor e legitimidade aos capitais detidos por outros agentes (Ibid., p.112-113). Ora, como as mulheres constituem o capital dos homens, é como se sua análise dissesse

que somente os homens são agentes no mercado de capitais simbólicos ligados a essa dominação, pois são os únicos a entrar em competição e capazes de transferir seu reconhecimento do capital simbólico dos quais um dos seus é portador. Por definição, as mulheres estão nesse mercado somente como objetos de competição, pois são imediatamente desqualificadas no reconhecimento da honra associado a um homem. O *habitus* masculino, disposição incorporada à dominação sobre as mulheres, expressa-se e realiza-se entre homens, no espaço dos jogos da competição masculina e “o princípio de inferioridade e de exclusão da mulher (...) não é nada além do que a dissimetria fundamental, a *do sujeito e do objeto, do dinheiro e do instrumento*” (Ibid., p.48-49, grifo do autor).

O raciocínio de Bourdieu passa da ideia que, como toda relação de poder, as relações entre os sexos contém alguma coisa da violência simbólica, à ideia de que a dominação masculina é, sobretudo, dominação simbólica (ver Devreux, 2000). E vai mais longe: “O poder simbólico não pode se exercer sem a contribuição daqueles que são suas vítimas e que o são somente porque o *constroem* como tal” (1998, p.46, grifo de Bourdieu).

Bourdieu abre, então, o debate que ele previu chegar com as feministas: “Na falta de uma teoria imediatamente observável das práticas”, as feministas não podem “compreender adequadamente a submissão encantada que constitui o efeito próprio da violência simbólica” (Ibid., p.46). Essa

violência simbólica institui-se pela ideia de adesão que o dominado não pode conceder ao dominante (por conseguinte à dominação), quando dispõe, para pensá-lo e para se pensar ou, no melhor dos casos, para pensar sua relação com ele, somente de instrumentos de conhecimento que possui em comum com ele e que, sendo apenas a forma incorporada da relação de dominação, faz essa relação parecer natural. (Ibid., p.41)

Muito se escreveu sobre *A dominação masculina*. Nós reteremos, aqui, somente alguns dos numerosos pontos de discussão levantados por pesquisadores feministas. E, primeiramente, os que concernem esses “instrumentos de conhecimento” que dominadas e dominantes teriam em comum. N.-C. Mathieu mostrou que homens e mulheres não têm igual acesso aos conhecimentos sobre o funcionamento de sua sociedade, nem a sua conceitualização. Se os primeiros têm acesso à versão legítima e global

do funcionamento da sociedade (ver Mathieu, 1991, p.198 et seq.), o que as mulheres não ignoram, contudo, é sua menor humanidade, sua exclusão do poder, e os riscos que elas correm ao saber que a violência das relações sociais não é somente simbólica, muito pelo contrário, ela é também física. Ora, o medo e a exclusão prática engendram o que ela chama o “in-conhecimento” e produz uma “consciência dominada” e um inconsciente invadido pela sua situação objetiva de dependência aos homens (Mathieu, 1999, p.315). Retomando esse fio condutor, Léo Thiers-Vidal demonstra a hipótese de um “aprendizado epistêmico-político” pelos homens da dominação que conduz a uma expertise social para preservar os benefícios dessa conquista, até mesmo um apego consciente à dominação (2007).

É bem verdade que as mulheres, em particular as mulheres da Cabília, possuem uma capacidade de análise de sua situação de dominadas. Camille Lacoste-Dujardin (2008) mostra como, extremamente conscientes de sua submissão, elas demonstram o que essa autora qualifica de *coragem*: assim, como educadoras, elas transmitem, por meio de contos às crianças de ambos os sexos, que a ordem “natural” pode ser contornada. Contudo, ressalta a autora, Bourdieu negligenciou em sua análise as fontes femininas de representação da ordem social, e também a consideração da evolução do contexto histórico, em particular dos modos de resposta das mulheres cabilas a um patriarcado rígido.

Um segundo ponto crítico concerne à omissão de Bourdieu quanto às dimensões materiais da dominação masculina e sua fascinação pelo simbólico. Como ilustrado pelas fotos que acompanham o artigo de 1990, a curvatura dos corpos femininos dominados e a retidão dos corpos dominantes manifestam, segundo ele, o processo de incorporação dos valores opostos associados ao feminino e ao masculino. Contudo, se incluirmos no raciocínio o peso da cesta carregada pela camponesa da foto de capa do artigo, as azeitonas caídas no chão e, em seguida, as cestas cheias de azeitonas e as crianças que também devem ser carregadas, chegamos a uma outra conclusão de explicação sobre a curvatura dos corpos. Sobretudo, Bourdieu não detectou em seu próprio material os momentos nos quais as mulheres mantêm-se eretas: no lavadouro, onde, livres dos bebês e das cestas, elas encontram-se entre si, conversando ou descansando, ou quando a heroína de *Rumo ao farol*, enfim sozinha, começa a pensar para si e sobre si. V. Woolf a descreve precisamente levantando o rosto, ou quando representa

uma outra personagem essencial do livro, uma pintora solteira, expressando um forte caráter independente no romance, em pé diante de seu cavalete (Devreux, 2000).

Além disso, Bourdieu estabelece uma simetria entre a dominação sofrida pelas mulheres e a conseqüente alienação experimentada pelos homens. A posição de cada agente masculino sendo definida por um “ponto de honra”, ele assimila a desigualdade de honra a uma dominação entre homens “prisioneiros, e maliciosamente vítimas, da representação dominante” (1998, p.55). É nesse momento que seu raciocínio sobre a dominação simbólica atinge seus limites: na relação social de dominação entre os homens e as mulheres, existe somente dominação e competição simbólicas... *entre homens*, na medida em que as mulheres, objeto de troca, encontram-se na incapacidade de valorizar, trocar ou acumular o único capital reconhecido no mercado da dominação masculina: elas próprias. Assim, a dominação masculina deslocou-se de uma relação homens-mulheres para uma relação entre homens. A definição dos “dominantes” e dos “dominados” encontra-se evidentemente alterada.

“Podemos perceber que a virilidade é uma noção eminentemente *relacional*, construída diante e para os outros homens e contra a feminidade, em uma espécie de *medo* do feminino, e primeiramente de si próprio” (Ibid., p.59, grifos do autor). A dissimetria é “radical entre o homem, sujeito, e a mulher, objeto da troca; entre o homem, responsável e mestre da produção e da reprodução, e a mulher, produto *transformado* desse trabalho” (Ibid., p.51, grifo do autor). Bourdieu opera uma simetria das conseqüências dessa dissimetria em termos de dominação e de contrariedades alienantes, o que provoca a reação de N.-C. Mathieu: “Como podemos utilizar o mesmo termo para o dominante e para o dominado?” (1999, p.304). Encontra-se, aqui, “o recurso exclusivo ao simbolismo dos sexos (alto/baixo, reto/curvo, exterior/interior etc.) a que tais efeitos de simetria conduzem” (Ibid., p.299).

Enfim, a dificuldade de Bourdieu em pensar a historicidade das relações entre os sexos e em ver no movimento de liberação das mulheres algo diferente do que uma vã ilusão, foi objeto de outras críticas feministas que não poderemos evocar aqui pela falta de espaço. A esse respeito, Françoise Thébaud lembra que, em 1993, Bourdieu falava de uma “visão dominada que não se vê” (Thébaud, 2006), ao fazer uma crítica da *Histoire des femmes en Occident* [História das mulheres no Ocidente]. Ele aconselhava, então,

as historiadoras a “constituírem como objeto explícito a exploração dos inconscientes, o (seu) e o das mulheres que constituem a história”, e analisarem o papel das instituições na produção e na reprodução de uma visão da dominação masculina na qual a história é ignorada, em vez de enfatizar a vida privada ou a ação específica das mulheres nessa história. Crítica injusta, comenta F. Thébaud, a história das mulheres interessou-se, desde o início, pelo trabalho de reprodução das instituições. Quanto a Michelle Perrot, mais severa em sua crítica política de Bourdieu do que os sociólogos que haviam mencionado sua “desenvoltura” metodológica, ela interpreta nesse silêncio ao qual ele abandona as autoras de importantes trabalhos como a historiadora Joan Scott ou a antropóloga Françoise Héritier (citada no artigo de *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, mas que mais tarde foi retirada do livro), “um dos caminhos que permitem preservar uma dominação crítica” (*Travail, Genre et Sociétés*, p.211). As leitoras anglo-saxônicas da obra de Bourdieu mencionaram essas críticas francesas sobre a ausência da consideração dos efeitos do feminismo na evolução da sociedade e no pensamento das relações entre os sexos. Apesar de terem se interessado por outras dimensões de seu trabalho, elas também apontaram, contudo, os limites de um discurso situado nas relações entre os sexos dentro do campo acadêmico.

Ao adotar “uma posição perigosa raramente defendida em suas outras obras” (Lagrange, 2003, p.316), a análise de Bourdieu tem uma conseqüência propriamente política: finalmente, ao serem excluídas da relação social que as oprime, não sendo nem mesmo um dos seus termos, as mulheres não são atrizes e não poderiam, então, agir para sua mudança. No que diz respeito à relação entre os sexos, a teoria da ação de Bourdieu é, assim, uma teoria da não ação para as mulheres (Devreux, 2000). E é também, simetricamente, uma teoria de monopolização total do social e da história pelos homens.

Além disso, se Rose Marie Lagrange menciona uma “leitura encantada” oriunda do “poder de revelação” vinda da “força de trabalho de construção metódica do *habitus* sexuado” (2003, p.312-313), o desencantamento vem da “negação dos efeitos cognitivos e culturais das pesquisas feministas (que) caminham paralelamente ao desconhecimento dos interesses específicos a esse campo” (Ibid., p.317).

Assim, a leitura da obra de Bourdieu sob a luz do gênero revela uma certa lucidez no que diz respeito ao peso da divisão do trabalho entre os sexos e à complexidade das interações entre classe e sexo. Portanto, se

Bourdieu sentiu-se levado por toda a lógica da sua pesquisa a trabalhar sobre *A dominação masculina*, toda a lógica da sua teoria o conduziu a um impasse: tendo-se deixado influenciar nesse, mais do que em qualquer outro dos campos de investigação, pela sua “descoberta” da violência simbólica das relações sociais, ele fracassou em distinguir a dinâmica histórica das relações entre os sexos, dos quais ele havia detectado, muito cedo, a dimensão estrutural. Sua precaução no que concerne às análises e teorizações feministas finalmente obscureceu essa lucidez ao privá-lo de ferramentas para a compreensão da exploração e da opressão tanto material quanto simbólica das mulheres.

Referências bibliográficas

- ADKINS, L. Reflexivity: Freedom or Habit of Gender?. In: ADKINS, L.; SKEGGS, B. (dir.). *Feminism after Bourdieu*. Oxford/Malden: Blackwell Publishing, 2004, p.191-210.
- BOLTANSKI, L. *Rendre la réalité inacceptable. À propos de La Production de la idéologie dominante*. Paris: Demopolis, 2008.
- BOURDIEU, P. Les relations entre les sexes dans la société paysanne. *Les Temps Modernes*, Paris, n.195, ago., 1962, p.306-331.
- _____. *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979. [Ed. Bras.: *A distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern; Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Edusp, 2007.]
- _____. *Le Sens pratique*. Paris: Minuit, 1980. [Ed. Bras.: *O senso prático*. Trad. Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009.]
- _____. *Homo academicus*. Paris: Minuit, 1984. [Ed. Bras.: *Homo academicus*. Trad. Ione Ribeiro Valle; Nilton Valle. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.]
- _____. *La Noblesse d'état. Grandes écoles et esprits de corps*. Paris: Minuit, 1989.
- _____. La domination masculine. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n.84, p.3-31, 1990.
- _____. *La Domination masculine*. Paris: Seuil, 1998. [Ed. Bras.: *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.]
- _____. *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 2003 (1997). [Ed. Bras.: *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.]
- _____. *Science de la science et réflexivité*. Paris: Raisons d'agir, 2001. [Ed. Port.: *Para uma sociologia da ciência*. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2004.]
- _____. *Le Bal des célibataires. Crise de la société paysanne en Béarn*. Paris: Seuil, 2002.
- _____. *Esquisse pour une auto-analyse*. Paris: Raisons d'agir, 2004. [Ed. Bras.: *Esboço para uma autoanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.]

- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *Réponses. Pour une anthropologie réflexive*. Paris: Seuil, 1992.
- _____.; PASSERON, J. C. *Les Héritiers. Les étudiants et la culture*. Paris: Minuit, 1964. [Ed. Bras.: *Os herdeiros. Os estudantes e a cultura*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.]
- BUTLER, J. Performativity's Social Magic. In: SHUSTERMAN, R. (dir.). *Bourdieu. A Critical Reader*. Oxford/Malden: Blackwell Publishers, 1999, p.113-128.
- _____. *Pouvoir des mots. Politique du performatif*. Paris: Editions Amsterdam, 2004.
- DEVREUX, A. M. Sociologie contemporaine et re-naturalisation du féminin. In: GARDEY, D.; LÖWY, I. (dir.). *L'invention du naturel. Les sciences et la fabrication du féminin et du masculin*. Paris: Éditions des archives contemporaines, 2000, p.125-135.
- FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. *Pierre Bourdieu. La domination masculine*. *Cahiers du Genre*, Paris, n.25, p.194-198, 1999.
- HARAWAY, D. *Des singes, des cyborgs et des femmes. La réinvention de la nature*. Paris: Jacqueline Chambon, 2009.
- LACOSTE-DUJARDIN, C. *La Vaillance des femmes. Les relations entre femmes et hommes berbères de Kabylie*. Paris: La Découverte, 2008.
- LAGRAVE, R. M. *La lucidité des dominées*. In: ENCREVÉ, P.; LAGRAVE, R. M. (dir.). *Travailler avec Bourdieu*. Paris: Flammarion, 2003, p.311-321.
- MATHIEU, N.-C. *L'Anatomie politique. Catégorisations et idéologies de sexe*. Paris: Côté Femme, 1991.
- _____. Bourdieu ou le pouvoir auto-hypnotique de la domination masculine. *Les Temps Modernes*, Paris, n.604, maio-jun.-jul., 1999, p.286-324.
- MCCALL, L. *Does Gender Fit? Bourdieu, Feminism, and Conceptions of Social Order*. *Theory and Society*, v.21/6, dez. 1992, p.837-867.
- MCNAY, L. Agency and Experience: Gender as a Lived Relation. In: ADKINS, L.; SKEGGS, B. (dir.). *Feminism after Bourdieu*. Oxford/Malden: Blackwell Publishing, 2004, p.175-190.
- MICHARD-MARCHAL, C.; RIBERY, C. *Sexisme & sciences humaines*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1982.
- MOI, T. *Simone de Beauvoir. Conflits d'une intellectuelle*. Oarus: Diderot editor, 1995.
- _____. *What is a Woman and Other Essays*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- SAINT MARTIN, M. Une inflexible domination? In: ENCREVÉ, P.; LAGRAVE, R. M. (dir.). *Travailler avec Bourdieu*. Paris: Flammarion, 2003, p.323-331.
- SINTOMER, Y. Controverses. Autour du livre de Pierre Bourdieu *La Domination masculine*. *Travail, Genre et Sociétés*, Paris, n.1, abr. 1999, p.201-234.
- THÉBAUD, F. Propos d'historienne sur *La Domination masculine*. In: MÜLLER, H. P.; SINTOMER, Y. (dir.). *Pierre Bourdieu, théorie et pratique. Perspectives franco-allemandes*. Paris: La Découverte, 2006, p.175-189.
- THIERS-VIDAL, L. *De "L'Ennemi principal" aux principaux ennemis. Position vécue, subjectivité et conscience masculine de domination*. Lyon, 2007. Tese (Doutorado em Sociologia), École Normale Supérieure.

MAURICE GODELIER: À PROCURA DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO – ENCONTROS

Anne-Marie Daune-Richard

Bacharel em Filosofia, Maurice Godelier orienta-se, primeiramente, para a Economia política e percebe rapidamente o interesse de uma abordagem histórica e antropológica. Ele dedica-se, então, à Antropologia Econômica (1960-1970) e ingressa na École Pratique de Hautes Études (EPHE) como chefe de estudos. Ele desenvolve uma abordagem marxista da Antropologia, trabalhando sobre a questão do valor dos modos de produção, de sua articulação e das relações sociais que os constituem (Godelier, 1969 e 1973).

Em meados dos anos 1960, M. Godelier vai para a Nova Guiné estudar os Baruya e passa diversas temporadas no país, desse período até o fim dos anos 1980. Essa sociedade, marcada pela dominação masculina, o leva a interessar-se pela questão e, por conseguinte, pelas pesquisas feministas (Godelier, 1982).

Em 1982, ele é nomeado diretor de um novo departamento no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), que dirige até 1986: o departamento das Ciências do Homem e da Sociedade, que reagrupa, a seu pedido, as Ciências Humanas e Sociais. Ele lança importantes iniciativas para os estudos feministas, como uma grande conferência nacional “Mulheres, feminismo e pesquisas”, reunindo em Toulouse centenas de pesquisadoras de todas as disciplinas, em dezembro de 1982; e, em 1983, um programa específico de pesquisa do CNRS, a ação temática programada “Pesquisas sobre as mulheres e pesquisas feministas”. Em 2001, ele

recebe a medalha da ordem do CNRS, distinção muito excepcionalmente atribuída a pesquisadores em Ciências Sociais.

No limitado espaço que temos aqui para apresentar – e discutir – a contribuição de um autor de pesquisas sobre o gênero, a necessidade de escolher um fio condutor levou-me a um questionamento sobre as relações sociais. Pois mesmo se os trabalhos de M. Godelier constituíram uma contribuição para outras áreas das pesquisas sobre o gênero – como a divisão sexual do trabalho, por exemplo – sua reflexão sobre as relações sociais é, na minha opinião, o que representa sua mais original e fecunda contribuição a tais pesquisas na virada dos anos 1970-1980. Em todo caso, no que concerne minhas experiências pessoais, suas propostas foram estimulantes e um suporte para meu percurso “em busca” das relações sociais de sexo (ver Battagliola et al., 1990 [1986]).

Em uma primeira parte do meu texto, é a questão da adaptabilidade das relações sociais, de sua “plasticidade”, para retomar o termo de Monique Haicault (2000, p.67 et seq.), que será apreendida; a abordagem dos processos de dominação será discutida em uma segunda parte; uma terceira e última parte será dedicada à concepção de M. Godelier sobre a dominação masculina e seus fundamentos.

Sobre a plasticidade das relações sociais

Nos anos 1970 e até mesmo no início dos anos 1980, as abordagens sociológicas em termos de relações sociais eram – em diversos níveis – marcadas pelo modelo marxista, que vê na base material e econômica os fundamentos da produção do social: é porque o capital precisa da força de trabalho dos proletários que esses últimos são explorados e que a classe dominante produz um discurso ideológico que, legitimando essa ordem social, aliena a consciência dos trabalhadores além de sua alienação material. O motor da história é, assim, essa contradição cuja dialética avança somente com a tomada de consciência dos dominados, que conduz a sua mobilização. As primeiras tentativas para teorizar a questão das mulheres em termos de relações sociais são, em parte, tributárias desse modelo. Assim, Christine Delphy (1998 [1970]) considera que o funcionamento de nossas sociedades é regido por dois modos de produção “historicamente

independentes”: um, o “modo de produção industrial”, regula a produção das mercadorias, enquanto o outro, o “modo de produção familiar” ou “doméstico”, organiza a educação das crianças e a produção dos serviços e mercadorias domésticas. A família é, ali, o lugar de exploração da força de trabalho das mulheres pelos homens.

No início dos anos 1980, pesquisadoras “pioneiras” como Nicole-Claude Mathieu (1991 [1971] e 1991 [1973]) e Colette Guillaumin (1992 [1978]) oferecem abordagens muito formatadas por esse modelo. Contudo, buscando atualizar a existência, em toda sociedade, de um “sistema de sexo” e de uma relação social específica – a relação entre sexos sociais, entre homens e mulheres considerados como categorias sociais –, essas abordagens privilegiam a dimensão estrutural da opressão das mulheres, deixando de lado questões de variabilidade, de evolução, em resumo, de plasticidade desse sistema e das categorias que ele define.

Em um contexto de preocupações que visam afinar o quadro conceitual existente e construir ferramentas que permitam apreender os processos de produção e reprodução das relações sociais entre os sexos (ver Daune-Richard e Devreu, 1990 [1986]) a abordagem das relações sociais que M. Godelier desenvolvia constituía um importante suporte. E em particular sua posição de considerar que uma relação social pode preencher diversas funções. Distanciando-se da abordagem marxista, ele apreende diferentemente o “lugar em movimento” da economia, tal qual Karl Polanyi (1957) o descreve, e que o leva a perguntar:

Em que condições e por que razões os lugares, as formas e os efeitos da economia mudam, em que condições e por que razões umas ou outras relações sociais tornam-se esses lugares e por que essas formas tornam-se relações de produção? Dever-se-ia, então, perguntar por que as relações de parentesco são, em diversas sociedades primitivas e camponesas, também, relações de produção. (Godelier, 1973, p.11)

De fato, mais que o lugar da economia, o que preocupa M. Godelier é “o problema das razões da dominância de uma ou outra instituição social, em uma ou outra sociedade, e as mudanças de dominância na história” (Ibid., p.17). Prosseguindo nesse percurso, ele desenvolve, assim, a hipótese de que “as relações sociais desempenham um papel dominante em uma

sociedade somente se elas assumem a função de relações de produção...” (Godelier, 1975, p.29). Por conseguinte, mesmo que mantenha-se fiel ao pensamento marxista da “determinação em última instância” da economia, ele abre caminhos e convida a uma análise minuciosa dos processos de articulação das relações sociais, de suas capacidades de adaptação, de sua plasticidade. Com efeito, se as relações de parentesco – ou as relações religiosas ou, ainda, as relações políticas – asseguram ao mesmo tempo outras funções sociais, devemos, então, buscar, por exemplo,

como analisar o efeito de uma função sobre outra no interior dessas mesmas relações (...), o efeito da transformação das condições de exercício de uma função sobre as condições de realização de outra e sobre a evolução da estrutura do conjunto dessas relações. (Godelier, 1984, p.76).

Nas construções teóricas dos anos 1970 (“patriarcado” para C. Delphy, “relação de sexagem” para C. Guillaumin), as relações sociais de sexo tendem a fechar-se no espaço familiar. Para C. Delphy, o modo de produção doméstico fundamenta-se no casamento: as classes antagonistas são constituídas, no início, pelos maridos e mulheres; elas são, inclusive, nomeadas alternativamente classes de sexo, classes “patriarcais”. Para C. Guillaumin, a relação de apropriação é generalizada, ela diz respeito à classe de todas as mulheres, mas é na família que ela exprime-se de um modo particular pois, ali, essa relação é institucionalmente marcada pelo contrato de casamento: a família é a “expressão individualizada” da apropriação de uma classe de sexo por outra (Guillaumin, 1992 [1978]).

Essa visão da família como lugar de emergência da relação de opressão dos homens sobre as mulheres levou – pelo menos em parte¹ – a análise do lugar das mulheres e sua inferiorização no mercado de trabalho em termos de transferência ou extensão das características da divisão do trabalho na esfera doméstica para a esfera profissional (ver, por exemplo, Chabaud e Fougeyrollas, 1984).

O convite de M. Godelier para o estudo das relações sociais e suas instituições na articulação com as diferentes funções que elas satisfazem, incitava a ir ainda mais longe na análise do funcionamento do “sistema social de sexo”

¹ Para um desenvolvimento dessa questão, ver Daune-Richard e Devreux (1990).

que, por sua vez, Nicole-Claude Mathieu [1991 (1971)] não via centrado na família. É nessa linha que se desenvolvem, então, os trabalhos que ressaltam a transversalidade da relação entre os sexos e, ao mesmo tempo, as formas e modalidades diversificadas que ela assume em lugares específicos dentro do espaço social (propondo aqui uma abordagem em termos de “relações sociais de sexo” para marcar a diversidade dessas especificações).

Assim, desde os anos 1970, partindo do fato de que não podemos nos contentar em constatar que a economia é embutida no social (Polanyi), mas que devemos compreender *como* ela é embutida no social, M. Godelier propõe trabalhar com a hipótese de que as relações sociais podem desempenhar funções outras daquelas que suas instituições ostentam: as relações de parentesco podem, assim, funcionar como relações de produção. Partindo desse ponto, ele convida a trabalhar a articulação das funções no interior de uma mesma relação social e, ao mesmo tempo, a articulação das relações sociais entre si.

Para as análises em termos de relação entre os sexos sociais, essa abordagem sugere trabalhar ao mesmo tempo a transversalidade dessa relação e sua dimensão multiforme, em suas diferentes especificações e componentes; ao mesmo tempo, ela incita a desenvolver a análise da articulação dessa relação com outras relações sociais; ela convida, enfim, mais globalmente, a ficarmos atentos à plasticidade interna, no tempo e no espaço (historicidade e variabilidade) dessa relação.

O ideal e o material no processo de dominação

Prosseguindo no distanciamento que M. Godelier adotou em relação ao marxismo dominante em sua época, suas reflexões sobre o “conceitual” (1978; 1984) oferecem novas interpretações para aquelas e aqueles que, nos anos 1980, interessaram-se pelas relações entre práticas e representações no funcionamento das relações sociais. Uma contribuição em um seminário do Atelier Production Reproduction (Ateliê Produção Reprodução, APRE) apresenta essas propostas e tenta fazer tal ferramenta agir na análise das relações sociais de sexo (Daune-Richard; Haicault, 1985).

Nas problemáticas marxistas, a questão das relações entre sentido e ação é colocada através do binômio ideologia/infraestrutura material. A noção

de ideologia remete, nesse quadro, tanto à ideia de reflexo do real que bloqueia o conhecimento quanto à ideia de uma construção que, mesmo sendo quimérica, depende de uma produção de normas ou, ainda, às duas paralelamente. Nessas problemáticas, o ideológico é analisado de um modo distinto da base material, pois deveria refletir, de uma maneira mais ou menos deformada, a realidade social. A ideologia está, assim, em uma relação de “autonomia relativa” (Althusser, 1970) com a infraestrutura material que é o real social. Pois aí o real e o material confundem-se. Esse paradigma inspirou a maioria das construções feministas dos anos 1970, em particular quando elas propuseram-se a desenvolver uma análise materialista da opressão das mulheres (ver Delphy, 1998 [1975]).

Revisitando essa abordagem, M. Godelier critica a teoria da autonomia relativa das “instâncias” ou dos “níveis” e desenvolve a ideia de que “o pensamento não existe como uma superestrutura na qual refletir-se-iam, mais tarde, de um modo deformado, os outros componentes da realidade social” (Godelier, 1984, p.22). Para ele,

em toda relação social existe uma parte conceitual que surge ao mesmo tempo como uma das próprias condições do nascimento e da reprodução dessa relação e como seu esquema de organização interno, como parte de uma armadura, como parte dessa relação que existe no pensamento e que, por isso, é do pensamento. (Ibid., p.21)

Aqui, o real não se confunde com o material. Assim, para M. Godelier:

1. A distinção entre infraestrutura e superestrutura não é nem uma distinção de níveis ou de instâncias nem uma distinção entre instituições, mesmo que ela possa apresentar-se assim em alguns casos. Ela é, em seu princípio, uma distinção de funções.
2. O real comporta uma parte conceitual e uma parte material indissolivelmente ligadas, a primeira consistindo em uma produção de sentido. (Ibid., p.171)

Temos aqui uma real conceituação da imbricação do mental e do material e uma teoria das relações sociais que faltavam às sociólogas feministas. Efetivamente, nos anos 1980, a conceituação proposta por Pierre Bourdieu,

com frequência utilizada, era pouco operacional para elas – apesar de todo o seu interesse. Nessa conceituação, as relações sociais que opõem dominantes e dominados intervêm nos “campos” em torno de um “capital específico”: a transversalidade da relação entre sexos sociais quase não poderia ser apreendida a partir da adesão da doxa e do *habitus* particulares a um campo. Inclusive, quando P. Bourdieu quis abordar a questão da dominação masculina, ele certamente trabalhou sobre a incorporação do mental nas práticas, mas no exterior de uma análise da materialidade das relações sociais, já que ele se posiciona fundamentalmente na dimensão simbólica (Devreux, 2000).

A conceituação de M. Godelier é acompanhada de uma reflexão sobre a contribuição do conceitual aos processos de dominação social. Ele formula a hipótese segundo a qual “para formar-se ou reproduzir-se de modo duradouro, as relações de dominação e de exploração devem apresentar-se como uma troca e uma troca de serviços. É o que conduz ao consentimento ativo ou passivo dos dominados” (1984, p.210). Essa (hipó)tese é objeto de uma dura crítica feminista por Nicole-Claude Mathieu (1991 [1985]), para quem “violência e consentimento são dois aspectos de um falso problema” (Ibid., p.224). As mulheres sofrem, efetivamente, necessidades materiais que alienam sua consciência e limitam quase fisicamente o campo de seu pensamento; ao mesmo tempo, o controle dos homens, que “cria barreiras” entre “sua vida e elas”, produz uma invasão de sua consciência pelo poder dos homens.

Não acredito que seja o “reconhecimento” da legitimidade do poder e dos benefícios e serviços dos dominantes pelos(as) oprimidos(as) que mantêm, “mais ainda que a violência”, a situação de dominação, mas ao contrário, a consciência forçada e mediatizada e a *ignorância* na qual são mantidos(as) os(as) oprimidos(as) – o que é sua parte real do conceitual e constitui, com as obrigações materiais, a violência, fonte principal da dominação. (Ibid., p.232, grifo da autora)

A partir dessa reflexão, Nicole-Claude Mathieu desenvolve uma crítica radical da ideia de consentimento proposta por M. Godelier: “o ‘consentimento’ já supõe a consciência preenchida e livre do sujeito e pelo menos o reconhecimento das consequências de todos os *termos do contrato*” (1985,

p.236). “Ora, o opressor e o oprimido não são sujeitos com consciência idêntica” (Ibid., p.231). Monique Haicault prosseguirá essa reflexão sobre a assimetria das posições de sexo:

A doxa apoia-se na própria adesão dos dominantes e dos dominados. Contudo, os dominantes e os dominados não compreendem de modo simétrico. (...) O antigo sonho de simetria se desmorona também ali. (...) Cada um interpreta de acordo com o lugar onde foi posicionado pelas relações sociais e a partir de sua tomada de consciência. (Haicault, 1993, p.17)

Independentemente da pertinência das críticas de Nicole-Claude Mathieu, deve-se notar que M. Godelier nunca ignorou a violência da dominação masculina nem a resistência das dominadas. Desde *La Production des grand hommes* [A produção de grandes homens], recorrer à ideia de consentimento é algo frequentemente relativizado [“um certo consentimento (...)”] e ele enfatiza o fato de que “a existência de um consentimento não implica de modo algum a inexistência de diversas formas de resistência, de oposição das mulheres à ordem que as domina” (Godelier, 1982, p.60). Ele dedica todo um capítulo a essa análise em *La nature des rapport hommes-femmes chez les Baruya* [A natureza das relações homens-mulheres nos Baruya], cujo subtítulo demonstra as características subjacentes: *Violence et consentement. Résistance et répression* [Violência e consentimento. Resistência e repressão, 1982, p.221-225]. Podemos, contudo, lamentar que, em seus recentes trabalhos, Godelier conserve sua hipótese (2007, p.220), considerando um conjunto consentimento-resistência (2007, p.220), sem citar as críticas de Nicole-Claude Mathieu nem mesmo estabelecer um diálogo com ela.

Richard Eves (1991), por sua vez, propõe uma crítica do sistema interpretativo de M. Godelier envolvendo algumas dessas questões que acabamos de expor. Ele vê, primeiramente, uma abordagem que, ao focalizar-se nas funções e ao enfatizar o funcionamento *simultâneo* do conceitual e do material em detrimento de um trabalho sobre suas *relações*, desenvolve uma visão funcionalista e não encontra-se em condições de propor uma teoria dialética da história.

Ao inscrever-se no quadro analítico proposto por Paul Ricoeur (1997) – esse último trabalhando a partir de uma releitura de diferentes autores,

dentre os quais Max Weber –, M. Godelier ressalta, em seguida, que toda estrutura de poder é assimétrica quando desenvolve uma tensão

entre a pretensão à legitimidade reivindicada pelo poder e a crença nessa legitimidade que os cidadãos propõem (...). Em sua pretensão à legitimidade, toda autoridade (poder) pede mais do que os membros oferecem em termos de crença. (Ricoeur, 1997, p.33)

Para Richard Eves, ao pedir mais do que pode ser dado, o poder deixa espaço para o questionamento, para a contradição e conseqüentemente para a mudança (1991, p.121); e é ao abandonar essas contradições no âmago do sistema de dominação que M. Godelier fracassa em integrar uma dialética da história em sua teorização do conceitual.² Não teríamos, aqui, uma “ponte” com essa noção tão complexa de consentimento que consegue descrever “o estado de vítima consentidora, mistura incongruente de passividade e de atividade” (Fraisie, 2007, p.86). Em sua análise da sociedade Baruya tradicional, M. Godelier trabalha sobre o curto espaço que existe entre as vítimas da dominação e as atrizes resistentes, ao enfatizar claramente que as mulheres não se deixam enganar... mas que também não avançam contra os modelos (Godelier, 1982, p.236).

Outra contribuição de M. Godelier à compreensão dos processos de dominação masculina vem do fato de esse autor tê-los estudado pelo ângulo das dominadas, mas também, e principalmente, pelo ângulo dos dominantes, fornecendo, assim, elementos que alimentam a afirmação de Geneviève-Fraisie (2007, p.86): “O consentimento do dominado duplica-se com o consentimento do dominante à dominação”. Ele coloca, assim, em jogo os segredos que os homens compartilham entre si para assegurar seu poder sobre as mulheres e descreve minuciosamente os processos de socialização dos homens na dominação das mulheres. Daniel Welzer-Lang (2004) homenageia, desse modo, sua abordagem “que opõe-se a uma abordagem dita assexuada e, na realidade, androcêntrica” (Ibid., p.120): foi *La Production des grands hommes* (1982) que o fez compreender a importância

2 Para P. Ricoeur, a mudança nasce da dialética entre a ideologia – como “processo de identificação que reflete a ordem” – e a utopia – “um olhar que não vem de lugar nenhum (...) que opera como uma ruptura” (1997, p.350).

em descrever como “as violências exercidas mais tarde sobre as mulheres ancoram-se, primeiramente, nas violências contra o corpo dos (jovens) homens exercidas por seus ascendentes ou seus pares” (Welzer-Lang, 2004, p.121). Inspirando-se nas análises de M. Godelier sobre o que acontece nas casas dos homens nos Baruya, Daniel Welzer-Lang pôde, assim, utilizar a noção de “casa-dos-homens” para descrever essa socialização dos homens à dominação.

Para concluir sobre os processos que alimentam a dominação masculina, voltaremos a um outro ângulo da abordagem de M. Godelier, no qual ele descreve a relação entre masculino e feminino como “envolvimento de um por outro” (Godelier, 1995, p.441). O envolvimento como imagem da hierarquia parece mais interessante para uma abordagem em termos de relações sociais do que a ideia de “partilha” e *a fortiori* aquela, eminentemente delicada, como vimos, de “consentimento”. Parafraseando Louis Dumont (1983, p.140-141), que descreve a relação hierárquica como “envolvimento do contrário”: “O elemento faz parte do conjunto, nesse sentido, ele é consubstancial ou idêntico, e ao mesmo tempo distingue-se do todo ou opõe-se a ele”. Louis Dumont distingue, assim, a relação hierárquica da relação de poder – que podemos especificar como o poder de ação. Ora, M. Godelier ressalta que a relação de envolvimento coloca a questão do poder político que ele descreve como “o direito de representar o todo e arbitrar os conflitos em nome do todo que funda o uso legítimo da violência” (Godelier, 1995, p.441).

Encontramos, aqui, o fio condutor de Nicole-Claude Mathieu: o masculino serve de referência geral (Mathieu, 1991 [1971]), ele determina a visão legítima do mundo, da ordem social e, conseqüentemente, da ordem dos sexos: ele domina material e simbolicamente.

A dominação masculina e seus fundamentos

Primeiramente, M. Godelier distancia-se da tese de C. Lévi-Strauss, que via na proibição do incesto a passagem da natureza à cultura, da animalidade à humanidade, criando um laço social ao obrigar os homens à troca de mulheres. Ora, foi mostrado que as trocas matrimoniais podem assumir outras formas que a troca entre mulheres e homens: a troca dos

homens entre as mulheres – apesar de menos frequente – e também “a troca dos homens e das mulheres entre famílias que engendram outras famílias, como é o caso nas sociedades ocidentais, por exemplo” (Godelier, 1999, p.488-489). Retendo-se somente a primeira forma, C. Lévi-Strauss fazia da dominação um fato universal e, ao mesmo tempo, do parentesco a ordem das sociedades humanas, o que M. Godelier critica.

Mas, então, onde inscreve essa dominação masculina? Em que lugar da sociedade? É aqui que sua abordagem dos fundamentos da dominação masculina interessa nosso questionamento em termos de relações entre sexos sociais. Depois de ter abandonado a hipótese da proibição do incesto como fundamento dos laços sociais, M. Godelier voltou-se para “uma necessidade anônima que impõe a todos os humanos o dever de sacrificar alguma coisa de sua sexualidade para continuar a produzir o social” (Godelier, 1999, p.489).

Primeiramente, a seus olhos, a proibição do incesto é somente uma forma de socialização da sexualidade e a definição de seu perímetro varia segundo as definições do parentesco: “são as uniões sexuais proibidas que dão forma e conteúdo ao tabu do incesto” (Godelier, 2004, p.505).

Ele constata, em seguida, que a sexualidade, constituída de duas dimensões – a busca do prazer e a reprodução da vida – é “a-social” (e não antissocial) e deduz, dessa constatação, que ela pode,

em algumas circunstâncias, unir e em outras dividir os indivíduos e os grupos sociais. É a razão pela qual, em todas as sociedades, o exercício da sexualidade é subordinado à reprodução de outras relações sociais que não têm nada a ver com ela. (...) [Essa subordinação é] de algum modo “estrutura” do exercício da sexualidade nas condições de reprodução de outras relações que as englobam, as fazem servir a seu próprio uso e as dominam. É por essa razão que toda ordem social (...) é, ao mesmo tempo, uma ordem sexual, quer dizer, uma relação de ordem entre os sexos. (2005, p.16)

Mas ao chegarmos aqui, a esse raciocínio, perguntamo-nos por que a *dominação masculina*?

Na dimensão de busca do prazer, trata-se de regular (controlar?) os comportamentos dos seres humanos, que o coloca em relação e produz alguma coisa do social. Na dimensão de reprodução da vida, é o controle

pelos homens das capacidades reprodutivas das mulheres que se encontra na origem da dominação masculina, M. Godelier indo ao encontro, nesse caso, das teses de Françoise Héritier (1996) e de Paola Tabet (1998).

Tendo abandonado a postura marxista que o conduzia a ver em suas funções de organização da produção a dominância de uma relação social, ele rejeita, também, o postulado de C. Lévi-Strauss e afirma: "O parentesco não tem o poder de fazer da sociedade um todo" (2003, p.32). Seu projeto é, hoje,

descobrir, a cada vez, a configuração particular das relações homens-mulheres existente em uma sociedade através de todas as áreas da prática social e isolando as relações de articulação que estabelecem uma sociedade local em um todo. (Ibid.)

Parece-nos que encontramos aqui o fio condutor de suas reflexões dos anos 1960 e 1970, nas quais eu havia visto uma chamada para a transversalidade. Em um projeto sociológico que visa interpretar uma totalidade social, ao distinguir os ângulos que são as relações sociais "articuladoras" de uma sociedade determinada, ele afirma: "Deve-se, então, perceber que os lugares e as formas do poder, no âmago de uma dada sociedade, são ao mesmo tempo numerosos, diversos, hierarquizados e estão parcialmente em conflito uns com os outros" (Ibid.).

No final, tendo abandonado tanto a economia quanto o parentesco como fundamentos das sociedades humanas, M. Godelier trabalha, hoje, com a ideia de que somente o político – e/ou o religioso – pode assumir o tudo de uma sociedade. E situando a relação homens-mulheres no centro dessa ordem política – toda ordem política é, assim, ao mesmo tempo, uma ordem sexual –, ele posiciona os interesses das "relações desiguais entre os sexos para além da família, no lugar que os homens e as mulheres ocupam nas relações políticas (e também religiosas) que permitem governar a sociedade em sua globalidade" (Godelier, 2005, p.20).

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, L. Idéologie et appareils idéologiques d'état (Notes pour une recherche). *La Pensée*, Paris, n.151, jun. 1970, p.3-38.

BATTAGLIOLA, F. et al. *À propos des rapports sociaux de sexe. Parcours épistémologiques*. Paris: CNRS, 1990 (1986).

CHABAUD, D.; FOUGEYROLLAS, D. À propos de l'autonomie relative de la production et de la reproduction. In: *Le Sexe du travail*. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 1984, p.239-254.

DAUNE-RICHARD, A. M.; HAICAULT, M. Le poids de l'"idéel" dans les rapports sociaux de sexe. *Cahiers de l'APRE*, Paris, n.3, PIRTTEM/CNRS, 1985, p.49-94.

DAUNE-RICHARD, A. M.; DEVREUX, A. M. La reproduction des rapports sociaux de sexe. In: BATTAGLIOLA, F. et al. *À propos des rapports sociaux de sexe. Parcours épistémologiques*. Paris: CNRS, 1990 (1986), p.117-233.

DELPHY, C. L'Ennemi principal. *Partisans*, Paris, nov. 1970.

_____. Pour un féminisme matérialiste. *L'Arc*, Paris, n.61, abr. 1975.

DEVREUX, A. M. Sociologie contemporaine et re-naturalisation du féminin. In: GARDEY, D.; LÖWY, I. (dir.). *L'Invention du naturel. Les sciences et la fabrication du féminin et du masculin*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 2000, p.125-136.

DUMONT, L. *Essais sur l'individualisme*. Une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne. Paris: Seuil, 1983.

EVES, R. Ideology, Gender and Resistance: a Critical Analysis of Godelier's Theory of Ideology. *Dialectical Anthropology*, n.16, Kluwer Academic Publisher, 1991, p.109-124.

FRAISSE, G. *Du consentement*. Paris: Seuil, 2007.

GODELIER, M. *Rationalité et irrationalité en économie*. 2v. Paris: Maspero, 1969. [Ed. Bras.: *Racionalidade e irracionalidade na economia*. Trad. Maura Sardinha. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, (1969)].

_____. *Horizon, trajets marxistes en anthropologie*. 2v. Paris: Maspero, 1973. [Ed. Port.: *Horizontes da antropologia*. Trad. Carlos Manuel de Almeida Cabral. Lisboa: Edições 70, 1973.]

_____. *Présentation*. In: POLANYI, L.; ARENSBERG, M. C. (dir.). *Les Systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie*. Paris: Larousse, 1975 (1957), p.9-32.

_____. La part idéelle du réel: essai sur l'idéologie. *L'Homme*, Paris, v.XVIII, n.3-4, 1978, p.155-188.

_____. *La Production des grands hommes. Pouvoir et domination masculine chez les Baruya de Nouvelle-Guinée*. Paris: Fayard, 1982.

_____. *L'Idéel et le Matériel. Pensée, économies, sociétés*. Paris: Fayard, 1984.

_____. Du quadruple rapport entre les catégories de masculin et de féminin. In:

LACOSTE-DUJARDIN, C. et al. *La Place des femmes. Les enjeux de l'identité et de l'égalité au regard des sciences sociales*. Paris: La Découverte, 1995, p.439-446.

_____. Introspection, rétrospection, projections. In: DESCOLA, P.; HAMEL, J.;

LEMONNIER, P. (dir.). *La Production du social. Autour de Maurice Godelier*. Paris: Fayard, 1999, p.467-493.

- GODELIER, M. Anthropologie et recherches féministes. Perspectives et rétrospective. In: LAUFER, J.; MARRY, C.; MARUANI, M. (dir.). *Le Travail du genre. Les sciences sociales à l'épreuve des différences de sexe*. Paris: La Découverte/Mage, 2003, p.23-34.
- . *Métamorphoses de la parente*. Paris: Fayard, 2004.
- . Femme, sexe ou genre? In: MARUANI, M. (dir.). *Femmes, genre et sociétés*. Paris: La Découverte, 2005, p.15-20.
- . *Au fondement des sociétés humaines. Ce que nous apprend l'anthropologie*. Paris: Albin Michel, 2007.
- GUILLAUMIN, C. Pratique du pouvoir et idée de nature. *Questions féministes*, Paris, n.2, 1978.
- HAICAULT, M. *La doxa de sexe, une approche du symbolique dans les rapports sociaux de sexe. Recherches féministes*, Quebec, v.6, n.2, 1993, p.7-20.
- . *L'Expérience du quotidien. Corps, espace, temps*. Montreal: Les Presses de l'Université de Montreal, 2000.
- HÉRITIER, F. *Masculin/Féminin. La pensée de la différence*. Paris: Odile Jacob, 1996.
- MATHIEU, N.-C. Notes pour une définition sociologique des catégories de sexe. *Épistémologie sociologique*, Paris, n.11, 1971, p.19-39.
- . Homme-culture et femme-nature. *L'Homme*, Paris, jul.-set., 1973, p.101-113.
- . Quand céder n'est pas consentir. In: MATHIEU, N.-C. (dir.). *L'Arraînement des femmes. Essais en anthropologie des sexes*. Paris: Éditions de l'EHESS, 1985, p.169-247.
- POLANYI, K.; ARENSBERG, C. M.; PEARSON, H. W. (dir.). *Trade and Market in the Early Empires*. Glencoe: The Free Press, 1957, III.
- RICOEUR, P. *L'Idéologie et l'Utopie*. Paris: Seuil, 1997 (1986). [Ed. Port.: *Ideologia e utopia*. Trad. Teresa Louro Perez. Lisboa: Edições 70, 1991.]
- TABET, P. Fertilité naturelle, reproduction forcée. In: MATHIEU, N.-C. (dir.). *L'Arraînement des femmes. Essais en anthropologie des sexes*. Paris: Éditions de l'EHESS, 1985, p.61-146.
- WELZER-LANG, D. *Les hommes aussi changent*. Paris: Payot, 2004.

7

ANTHONY GIDDENS E A INTIMIDADE: A ESTRUTURAÇÃO ESQUECIDA

Lynn Jamieson e Judy Wajcman

Anthony Giddens, o sociólogo mais influente e mais prolífico da Grã-Bretanha é também uma das sumidades das Ciências Sociais anglófonas. Seus primeiros livros propõem uma leitura crítica dos fundadores da Sociologia, Max Weber, Émile Durkheim e Karl Marx, mas sua notoriedade foi adquirida por trabalhos teóricos sobre a relação entre estrutura e agência (*agency*), que o levaram a criar o conceito de *estruturação* (Giddens, 1984). Suas pesquisas mais recentes tratam da modernidade e da globalização. Ele também é conhecido por suas intervenções no cenário político britânico e sua definição de uma “terceira via” para a social-democracia, situada entre “a esquerda” e “a direita”.

Se sua obra sociológica cobre diversas áreas, foi somente a partir dos anos 1990 que ele começou a interessar-se pelos vínculos existentes entre modernidade e vida privada e, por conseguinte, às relações de gênero. A publicação de livros intitulados *As consequências da modernidade* (1990), *Modernidade e identidade* (1991) e *A transformação da intimidade* (1992) delimita essa etapa de seu trabalho. As relações de gênero, a sexualidade e a questão da identidade articulam essas três obras. O último foi particularmente um verdadeiro sucesso de vendas e renovou os debates sociológicos sobre a vida pessoal e familiar. Esse livro é uma referência essencial para os que trabalham sobre essas temáticas. Há alguns anos eminentes representantes (masculinos) da Sociologia contemporânea, a exemplo de Pierre Bourdieu (1998), passaram a trabalhar as relações de gênero, mas A. Giddens foi um dos pioneiros.

Se no contexto das teorias sociológicas então dominantes seu modo de considerar a intimidade era efetivamente inovador, foi o contexto muito rico e muito diverso das discussões e tomadas de posição das políticas feministas dos anos 1970 e 1980 que fomentou sua reflexão. Os sucessos políticos conquistados pelo movimento das mulheres no Reino Unido e nos Estados Unidos suscitaram a emergência de textos e teorias universitárias feministas, engendrando a redefinição de numerosos grandes temas das disciplinas das Ciências Sociais. Os anos 1970 foram o palco da criação e do desenvolvimento dos programas de *Women's Studies*, que surgiram, em sua maioria, nos departamentos de Sociologia. As feministas socialistas acrescentaram, em seguida, a dimensão do gênero às questões de desigualdade de classe, muito importantes para a Sociologia britânica, e expandiram o conceito de trabalho para poder integrar, nele, o trabalho doméstico não remunerado. A análise do patriarcado como sistema hierárquico de relações de poder foi retomada na Sociologia, na Antropologia, na Psicologia, na Ciência Política e na Economia. O sucesso do projeto universitário feminista traduziu-se pelo espaço cada vez maior concedido à problemática do gênero em diversas revistas lançadas naquela época. O estudo das relações de gênero é, hoje, um componente essencial de uma grande parte das pesquisas sociológicas efetuadas no mundo anglófono.

As ideias formadoras sobre as quais A. Giddens se apoiou na realidade são oriundas desse saber feminista, produzido por vinte anos de debates profundos e de pesquisas empíricas sobre a mudança social e as relações de gênero, mesmo se, nos fatos, ele cite somente um pequeno número de contribuições feministas em seus trabalhos, essencialmente norte-americanas. Começaremos, aqui, a expor as principais contribuições desse autor às temáticas do gênero e da intimidade, antes de apresentar as grandes linhas das críticas feministas de suas teorias.

A transformação da intimidade

A questão central de A. Giddens refere-se à natureza da modernidade, perguntando-se em que medida o período final dessa época corresponde a uma fase distinta. Para caracterizar esse momento no qual a diluição das tradições se acelera, ele usa a expressão "sociedade pós-tradicional"

(Giddens, 1991). A erosão dos laços sociais e dos sistemas de crença tradicionais que havia algum tempo determinavam as existências individuais posiciona as pessoas diante de escolhas que antes não existiam.

Mais precisamente, A. Giddens sugere que uma mudança social rápida repercute nas trajetórias individuais, as faz tornarem-se um tipo particular de relação mais intensamente íntimas, segundo as modalidades que vêm minar as desigualdades entre homens e mulheres. A velocidade e a natureza da mudança obrigam os indivíduos a refletirem sobre si, a um trabalho consciente para manter o sentimento do que são e a uma reflexão sobre o tipo de relações pessoais que querem vivenciar (Giddens, 1991; 1992). Os homens e as mulheres devem confrontar-se conscientemente com as suas necessidades emocionais. Essa consciência de si amplificada reforça, por sua vez, a necessidade de afirmar as relações a serem estabelecidas com os outros e abre um aprofundamento sem precedentes do saber e da compreensão. Não se trata simplesmente aqui da empatia fundada nos modos de compreensão coletivos, fornecidos originalmente por uma cultura comum, mas de um saber "descoberto" ou criado pelo compromisso na interação e no desejo de revelar-se ao outro.

No futuro, prediz A. Giddens, seremos cada vez mais numerosos a procurar esse tipo de relação amorosa caracterizada pela revelação de si, que ele chama de "relação pura":

A relação pura é livre de todo critério externo: ela existe exclusivamente para as gratificações que têm condições de trazer. No contexto da relação pura, a confiança somente pode ser mobilizada por um processo recíproco de revelação de si. (Giddens, 1991, p.6)

A relação "pura" se estabelece quando não existe nenhuma *raison d'être*¹ que ultrapasse a apreciação da relação como tal. Para A. Giddens, trata-se, por definição, de uma relação entre iguais. Na medida em que os indivíduos comprometem-se em relações heterossexuais, a progressão da "relação pura" vai necessariamente se traduzir por uma maior igualdade entre homens e mulheres.

1 Em francês no texto original, redigido em inglês. (N. E.)

O que conta aqui, acima de tudo, é uma dimensão da intimidade definida pelo saber e pela compreensão, mais do que pelas formas mais concretas do cuidado com o outro (*caring*). Essas características conferem, inclusive, uma fragilidade intrínseca à relação. Ela se mantém enquanto a satisfação é recíproca. A “relação pura” é, segundo A. Giddens, uma manifestação do que ele chama de “amor confluyente”, um amor subordinado à satisfação recíproca e que se opõe ao amor romântico, que tem como princípio a existência de um único grande amor em sua vida.

Ao contrário do que ocorre com o amor romântico, o amor confluyente não estrutura-se sob a ideia de que os seres que se amam estão ligados para sempre. A relação pura refere-se a uma situação na qual uma relação social se compromete por si, pelo que cada um pode obter de uma associação prolongada com outra pessoa; e que perdura somente se cada uma das partes julgar que ela lhe traz satisfação suficiente para continuar (Giddens, 1992, p.58).

A evolução para a “relação pura” caminhará com o surgimento de uma forma de sexualidade mais reativa e mais criativa, que A. Giddens qualifica de “plástica”. A escolha desse termo, “plástico”, é uma alusão ao movimento que, no fim do século XX, levou à tomada de consciência da plasticidade da sexualidade, ou, em outras palavras, do fato de que não existe uma maneira essencial e imediatamente dada de viver a sexualidade: “A sexualidade plástica é uma sexualidade descentrada, liberada das necessidades de reprodução” (Ibid., p.2). Ela implica liberar-se de toda ideia preconcebida em relação aos comportamentos padrão, ou apropriados: “A conquista da autonomia sexual das mulheres” – elas podem, de agora em diante, ter prazer sexual de modos que não lhes são ditados pelos homens – e uma “homossexualidade sem culpas” (Ibid., p.28) são duas manifestações desse deslocamento.

A progressão da relação pura e da sexualidade plástica é sustentada por um fator causal importante relativo ao sentimento cada vez mais dominante que os indivíduos têm de sua própria criatividade e de seus limites na fabricação de seu mundo social. A partir de então, as mudanças conquistadas, sobre as quais a transformação da intimidade se apoia, são aquelas descritas em detalhe por A. Giddens em seus livros sobre o desenvolvimento da “alta modernidade” (1990; 1991): a globalização, o desenraizamento (*disembeddedness*), o risco, a predominância dos *experts* e dos sistemas abstratos, a

reflexividade. Ao propagar-se por todo o planeta, as revoluções das tecnologias das comunicações e dos transportes encorajam a homogeneização da cultura e uma certa noção da escolha, reduzem as diferentes culturas a modos de vida alternativos arrancados de sua localização temporal e espacial. Sistemas especializados complexos e inacessíveis à compreensão governam visivelmente os aspectos cada vez mais numerosos da vida. A fé nas verdades científicas substituiu brevemente a fé pré-moderna na tradição. Agora nós sabemos que essas verdades foram socialmente construídas e que a resposta certa hoje será errada amanhã. Ao sensibilizarmos-nos à natureza frágil e arbitrária do mundo social, os processos de mudança reforçaram a ideia de que corríamos riscos incontroláveis, ao mesmo tempo que eles aumentavam nossa capacidade criativa de nos construirmos.

Cada vez que etapas importantes de uma existência não são mais definidas por esquemas e hábitos preexistentes, o indivíduo é continuamente obrigado a negociar opções de modo de vida. Além disso, e esse ponto é crucial, essas escolhas não são somente aspectos “externos” ou marginais das atitudes individuais: elas definem quem “é” o indivíduo. Em outras palavras, as escolhas de modo de vida são constitutivas da narrativa reflexiva do sujeito. (Giddens, 1992, p.75)

A expressão “narrativa do sujeito” vem ressaltar a permanência do processo de construção de si. Como se os europeus e os norte-americanos do fim do século XX não pudessem evitar passar por uma reflexividade própria, consciente, ou seja, perguntar-se incessantemente se defenderam o bastante a sua identidade. Consiste em presumir, entre outras coisas, que eles vivem em um grande conforto material.

Anthony Giddens sugere que as mulheres são a vanguarda da transformação da intimidade ao admitir implicitamente que o modo particular como se percebem hoje é uma consequência do feminismo da segunda geração, e que as evoluções do mercado de trabalho, da educação e das tecnologias de reprodução tiveram mais impacto sobre a identidade feminina do que sobre a masculina. Sua análise das relações homossexuais reconhece também, implicitamente, que o movimento político pelos direitos dos *gays* e *lésbicas* contribuiu para a visibilidade das relações entre as pessoas do mesmo sexo. Relações que seriam, aliás, o principal motor da “sexualidade

plástica” e da “relação pura”, pois elas não são induzidas nem pelos contratos heterossexuais convencionais, nem pelas normas de gênero.

Em *A transformação da intimidade*, ele não se limita à investigação das relações de casal. De acordo com sua observação, uma intimidade mais profunda e uma certa igualdade começam a emergir, também, entre pais e filhos, entre amigos e nas relações homens-mulheres fora do círculo familiar. No que diz respeito à vida pessoal e às possibilidades que a intimidade oferece a uma mudança social radical e positiva, ele afirma, de um modo geral:

A intimidade conduz a uma democratização massiva do espaço interpessoal, completamente compatível com a democracia que prevalece na esfera pública (...) deve-se considerar que a transformação da intimidade tenha uma influência subversiva nas instituições modernas em seu conjunto. Pois um mundo social no qual a realização emocional viria substituir a otimização do crescimento econômico seria infinitamente diferente daquele que conhecemos hoje. (Giddens, 1992, p.3)

Sua tese sobre a transformação da intimidade foi objeto de uma análise extremamente crítica. Ela é, hoje, incontornável nos debates que abordam a questão da mudança social na vida pessoal. Os comentaristas opuseram frequentemente a obra de A. Giddens aos trabalhos mais pessimistas, em particular os do sociólogo alemão Ulrich Beck e de sua coautora Elizabeth Beck-Gemshem (1992; 1995), que estimam, ao contrário, que essas mudanças desestabilizam a própria possibilidade de sucesso das relações íntimas entre homens e mulheres. Para eles, a individualização não conduz, prioritariamente, a uma forma positiva de reflexividade própria, e o individualismo ameaça destruir a vida pessoal, familiar e social. Para as pesquisadoras feministas, um dos pontos fortes da obra de A. Giddens é precisamente o fato de apreender, com otimismo, a possibilidade de uma mudança social começar pelas mulheres.

Esse otimismo transparece em seus textos mais abertamente políticos, em particular *A terceira via* (1998), uma proposta que se posicionaria além do neoliberalismo e da social-democracia à moda antiga. A política familiar constitui, por conseguinte, um teste essencial aos olhos de A. Giddens. Retomando os temas já explorados em obras que acabamos de mencionar, ele esboça, aqui, sua visão da “família democrática”, uma forma de espelho

que reflete os processos da democracia pública, no qual a escolha individual acompanha a solidariedade social e a autonomia com responsabilidade: “No contexto familiar, a democratização supõe a igualdade, o respeito mútuo, a autonomia, a tomada de decisão pela comunicação e uma libertação da violência” (Ibid., p.93). Ele empenha-se, também, em especificar as implicações políticas de suas ideias. Por exemplo, com suas ideias sobre a coparentalidade e os acordos contratuais que, com o divórcio, obrigariam os pais a assumirem suas responsabilidades com os filhos no longo prazo. No ideal, os pais teriam, então, os mesmos direitos e as mesmas obrigações que as mães. Como veremos, contudo, A. Giddens não avalia profundamente a que ponto, no espaço da família, as relações de gênero mantêm-se determinadas pela estrutura da esfera pública do trabalho e das instituições econômicas.

A crítica e o debate feministas

A fim de avaliar as teses de A. Giddens sobre a intimidade, as feministas examinaram amplamente as teorias e pesquisas empíricas anteriores a seus trabalhos (Jamieson, 1998; Smart, 2007). Essas teses muito contribuíram para fomentar o debate em torno da vida pessoal e seduziram, em particular, as pesquisadoras que trabalham com a sexualidade e as teóricas do *queer* que contestam a heteronormatividade (Weeks et al., 2001). A teoria da estruturação de A. Giddens encontra, inclusive, uma extensão na teorização do gênero e da estrutura social (Young, 2002). Contudo, se considerarmos os dados empíricos coletados sobre o cotidiano dos homens e das mulheres, constatamos a permanência de uma distância entre os ideais de igualdade de gênero e as realidades cotidianas. A. Giddens vai de encontro a tais observações ao afirmar descrever o futuro, e não o presente. Mas suas teorizações são contestáveis também em outros aspectos.

Apesar de A. Giddens ser conhecido sobretudo por ter teorizado a relação dialética entre a estrutura e a agência (*agency*), sua análise do gênero revela-se tão insatisfatória no que concerne à sua teoria da estruturação quanto textos recentemente publicados sobre sua dimensão do gênero. Concordamos com ele ao atribuir à agência (*agency*) das mulheres uma boa parte da mudança social, mas, curiosamente, levando-se em conta temas

que o interessaram até então, ele não dá a devida atenção às estruturas que continuam produzindo relações de poder de gênero. Paralelamente, sua análise do gênero e da agência (*agency*) pouco ressalta as modalidades segundo as quais a feminidade e a masculinidade constituem-se mutuamente (Connell, 2002). Se as identidades de gênero masculino e feminino, assim como os interesses respectivos dos homens e das mulheres, constroem-se em oposição uns aos outros, então a capacidade de ação das mulheres na negociação das relações heterossexuais está sempre restrita pela continuidade da masculinidade contemporânea.

Os últimos trinta anos arranharam, contudo, a legitimidade do patriarcado. Amplamente aceito hoje em dia, o compromisso progressista a favor da igualdade dos sexos é garantido por lei nos países ocidentais. Pesquisas realizadas na Europa e na América do Norte revelam uma grande adesão à igualdade de gênero e uma menor aceitação dos papéis de gênero tradicionais, inclusive das divisões por gênero do trabalho doméstico ou assalariado (Park, 2008; Pew Research Center, 2007). Na imprensa e na opinião pública, o termo “pós-feminismo” veicula a ideia de que as mulheres ganharam o combate pela igualdade. Aqueles que a consideram adquirida estimam que trata-se de uma realidade concreta, e não simplesmente de um compromisso normativo. A integração das mulheres e das mães em particular no mundo assalariado é um dos principais indicadores da mudança. A possibilidade das mulheres de controlar sua fecundidade graças às técnicas contraceptivas e a tendência atual à diminuição da fecundidade, algumas vezes assimilada a uma “segunda transição demográfica”, constituem também uma mudança concreta de grande importância.

No conjunto, A. Giddens adere a essa avaliação positiva do estado atual das relações de gênero. Ele minimiza, contudo, a resistência das desigualdades de gênero no discurso da igualdade. A integração das mulheres no trabalho assalariado não conduziu pura e simplesmente à igualdade dos salários, nem eliminou a discriminação no mercado de trabalho (Crompton, 2006). As mulheres continuam a ocupar majoritariamente funções ditas “femininas”, tais quais os empregos domésticos no setor de serviços, enquanto nas empresas ou no setor liberal, os cargos mais elevados ou mais prestigiosos permanecem nas mãos dos homens. Mesmo se a redução da diferença dos salários entre homens e mulheres nos países ocidentais é percebida, essa defasagem ainda é uma realidade.

Os progressos são ainda mais tênues no que concerne às tarefas domésticas e familiares (*domestic and caring work*) não remuneradas. As investigações que provam a simpatia da opinião pelas ideias de igualdade de gênero mostram, também, que no espaço doméstico, a partilha do trabalho entre homens e mulheres não é equitativa. A entrada das mulheres no mercado assalariado não modificou em profundidade a natureza e a quantidade do trabalho doméstico ou educativo efetuado pelos homens (Sullivan, 2000). Mesmo se em alguns países os homens casados cujas mulheres trabalham fora participam um pouco mais que antigamente, de um modo geral seu tempo de trabalho global não equivale ao de suas esposas. Além disso, é sempre às mães que cabe a responsabilidade das tarefas domésticas e familiares cotidianas, e o estabelecimento do difícil equilíbrio entre atividade assalariada e vida familiar as coloca em uma situação de maior tensão que os homens. Aqueles que devem assumir a responsabilidade das crianças e que precisam manter-se financeiramente não têm outra solução senão o trabalho *part-time* (de meio período) em empregos mal pagos e pouco gratificantes. Quanto às que privilegiam a carreira, elas devem geralmente deixar para mais tarde seu projeto de gravidez e/ou contratar outras mulheres para ajudá-las em casa ou para tomar conta das crianças. Essas realidades de trabalho e de emprego são ainda marginais na teoria de A. Giddens.

Temos, às vezes, a impressão de que esse autor supervaloriza o potencial libertador das técnicas contraceptivas. É um fato indubitável que as mulheres tenham conquistado um grande passo ao dispor de meios de controlar sua fecundidade. Evidentemente, a liberalização da concepção sempre foi uma das principais reivindicações do movimento das mulheres. Contudo, somente a técnica não teria impulsionado uma mudança social, foi necessário um contexto social e político suscetível de facilitar sua adoção (Wajcman, 2004). Por conseguinte, a posição de alguns comentadores foi objeto de críticas, dentro do feminismo, por verem nas biotecnologias oportunidades promissoras que desafiam a Biologia e concebem o corpo por novos ângulos, sob modos mais propícios à realização própria. A esperança de que, um dia, essas tecnologias possam induzir à instauração de uma separação entre feminidade e maternidade e, conseqüentemente, revolucionar as categorias do corpo, do sexo, do gênero e da sexualidade corre o risco de nunca ser plenamente realizada.

Anthony Giddens aborda muito rapidamente também as condições da função parental contemporânea. Quase sempre, nas sociedades ocidentais, o ideal do investimento dos pais, tão desejado pelas classes médias, traduz-se por um comprometimento mais intensivo das mães do que dos pais, agravando as desigualdades entre homens e mulheres e contrariando os esforços para a conquista de um equilíbrio entre atividade assalariada e responsabilidades parentais. Os pesquisadores ressaltam que cada vez mais pais gostariam de estar mais próximos dos filhos, mas, na prática, apenas uma pequena minoria prioriza isso. Inclusive, ironicamente, na Grã-Bretanha os assalariados masculinos que têm filhos pequenos são os que possuem os horários de trabalho mais pesados. E, depois de um divórcio, são sempre as mulheres que ficam com a guarda das crianças.

O modo como a parentalidade afeta as relações do casal também não chama a atenção de A. Giddens. Em momento nenhum ele examina a contradição entre o projeto comum de criar filhos que implica rotina e estrutura, e a “relação pura”, por sua própria definição livre de estrutura e de arranjos institucionalizados. Se a intimidade da relação pura é, antes de tudo, um diálogo no qual cada um revela-se ao outro, o diálogo entre pais deve necessariamente garantir um espaço para as disposições práticas. Além disso, a parentalidade tem, com frequência, como consequência conduzir os casais heterossexuais que haviam conseguido estabelecer uma partilha mais ou menos equilibrada a regredirem a seus papéis de gênero mais tradicionais.

Ao lermos *A transformação da intimidade*, temos a impressão de que as relações pais-filhos também se democratizam. Os estudos empíricos mostram, por meio de fatos, que a situação varia e que os esforços dos pais para tratar os filhos de igual para igual são tributários das diferenças de classe e de raça. O adiamento da idade para ter o primeiro filho, o tamanho reduzido das famílias, o aumento do nível de vida e uma cultura que encoraja o consumo sem dúvida nenhuma incitaram os pais a mostrarem-se mais permissivos, porém, atualmente um certo número de crianças sabe que não terá tudo o que quer. Algumas críticas feministas acham, inclusive, que seria mais justo falar de manipulação do que de democratização no que diz respeito ao modo como os pais de classe média negociam com os filhos. Elas acreditam que o que as crianças relativamente privilegiadas aprendem aproxima-se mais de um sentimento preciso de pertença de classe do que de uma gestão mais democrática das relações.

A dinâmica de gênero das relações sexuais não é ainda um objeto de estudo no mesmo nível que a relação de gênero no trabalho assalariado e na família. As pesquisas que lhe são dedicadas discutem a relativa igualdade de gênero nas relações heterossexuais ou o que A. Giddens chama de “sexualidade plástica”. Mesmo se parece-nos incontestável que as mulheres estejam mais seguras de si fisicamente do que no início do século XX, que elas conheçam melhor sua sexualidade e sejam mais exigentes quanto ao prazer sexual, a maioria dos dados contemporâneos sugere que o olhar dos homens sobre elas não mudou, que a sexualidade masculina ainda é predadora e que as mulheres colocam o próprio prazer em segundo plano para agradarem aos homens. A leitura dos estudos sobre as primeiras experiências sexuais de jovens de ambos os sexos é com frequência deprimente. Do mesmo modo, as que tratam das experiências dos jovens gays e lésbicas revelam a perseguição e o ostracismo que o *coming-out* [sair do armário] suscita, apesar de uma maior tolerância em relação aos homossexuais ter sido observada nas pesquisas de opinião. O estupro e as violências são também atuais. Esses fenômenos se explicariam, segundo A. Giddens, pela reação brutal de uma retaguarda em declínio, obstinada por uma visão tradicional da masculinidade. Manifestamente, Giddens não percebe que a criminalização do estupro encontra dificuldades em ser aplicada, como mostra o baixo índice de condenação por violação nas diversas jurisdições.

As teorias do gênero

A teoria do gênero de A. Giddens encontra-se em um impasse no que diz respeito às perspectivas fundamentais levantadas há muito tempo pela teoria feminista (Mitchell, 1971; Oakley 1974). Esta última empenhou-se primeiramente em desconstruir a ideia segundo a qual as esferas pública e privada seriam separadas em função do gênero, a primeira sendo especificamente masculina e a segunda, feminina (Barrett; McIntosh, 1982; Siltanen; Stanworth, 1984; Sydie, 1987). O conceito feminista de patriarcado tinha, então, permitido ressaltar que, tanto no público quanto no privado e em todos os aspectos da vida social, o poder dos homens é beneficiado por um suporte estrutural. Mais recentemente, críticas cada vez mais fortes recriminam esse conceito por ser muito determinista, e considera-se,

hoje, que ele não é suficientemente sutil para restituir, em toda sua fluidez, as interações das masculinidades e feminidades envolvidas nas desigualdades de gênero. Atualmente, o conceito de “interseccionalidade” é com frequência utilizado para interpretar as correlações entre gênero, etnia, classe e os outros fatores de desigualdade. Apesar disso, a análise feminista do valor hierárquico concedido às atividades econômicas e políticas que se desenvolvem no espaço público, à exclusão do espaço privado, e as perspectivas originais que ela permitiu distinguir não perderam nada de sua pertinência (Walby, 1992).

Contrariamente a U. Beck (1992 e 1995), A. Giddens nunca admitiu que os homens e as mulheres não entram no mundo do trabalho em pé de igualdade, nem que alguns tipos de cargo de nível elevado com autoridade reconhecida sejam construídos sempre “ao masculino”. Ele ignora que nos dias de hoje ainda é impossível combinar muitos tipos de emprego de tempo integral com a vida em família, mesmo que consigamos sair da divisão de gênero que atribui ao homem o papel de provedor e à mulher o de mãe e dona de casa. Ao concordar com muitas conclusões feministas anteriores sobre esse aspecto, U. Beck reconhece que os homens não se encontram em uma contradição que oporia a paternidade à carreira, a independência econômica à vida em família, mas, ao contrário, que sua compatibilidade com o papel masculino é limitada. A. Giddens, por sua vez, estima que a divisão entre público e privado perdeu sua importância e que não existe mais diferença de valor entre o trabalho doméstico gratuito e o trabalho assalariado.

A teoria do gênero que A. Giddens elabora também não satisfaz o esquema de referência que ele próprio definiu. A teoria da estruturação tenta equilibrar o agir voluntário individual, ou a criatividade cultural, com o determinismo estrutural ao expor que, na realidade, são as inúmeras ações aparentemente individuais que, ao coordenarem-se, criam a estrutura e a agência (*agency*). As múltiplas modalidades através das quais as ações cotidianas dos homens e das mulheres continuam a produzir relações de gênero tradicionais escapam ao olhar de A. Giddens. Ele supervaloriza a capacidade dos indivíduos de ambos os sexos de se reinventarem e recriarem seu universo social nas relações íntimas, colocando a autorreflexividade em jogo, e ele negligencia, *en passant*, o peso e a autoridade ainda fortes das instituições, das convenções e dos valores tradicionais. Definitivamente, sua apresentação da intimidade não consegue implementar a dialética entre liberdade

e contrariedade necessária à teoria da estruturação. Inclusive, ele fala frequentemente da masculinidade e da feminidade como se fossem entidades discretas. Para a teoria feminista, é evidente que o gênero seja relacional e que os modelos de masculinidade e de feminidade se definam apenas uns em relação aos outros.

O conceito de “masculinidade hegemônica” (Connel e Messerschmidt, 2005) e a resistência que ele opõe à transformação social visível das relações de gênero foram muito polêmicos. Como as pesquisas empíricas citadas acima o demonstram, o equilíbrio atual da igualdade de gênero seria mais o resultado de uma revolução inacabada do que uma mudança social profunda. O otimismo de A. Giddens talvez o tenha conduzido a superestimar a facilidade com a qual os homens renunciam aos privilégios que a masculinidade lhes confere que, sob múltiplos aspectos, são ainda sinônimo de autoridade e poder. O que explica por que as mulheres poderosas são frequentemente acusadas de comportarem-se como homens ao apropriarem-se, às vezes, de traços masculinos para dirigir como homens. Feminilidade e poder parecem, assim, termos contraditórios. Quaisquer que sejam as futuras mudanças nas relações pessoais entre homens e mulheres, as que afetam a ordem de gênero ao nível nacional e mundial possuem, aparentemente, um alcance limitado.

Conclusão

Anthony Giddens oferece-nos uma visão atraente e sedutora do que a intimidade poderá ser amanhã. Uma visão, como dissemos acima, que se focaliza mais no conteúdo emocional e comunicacional das relações do que nas tarefas materiais que também as alimentam. Sabemos que no espaço familiar, a responsabilidade material das necessidades do outro (*practicalities of caring work*) apoia-se, quase sempre, de maneira desproporcional nas mulheres. Do nosso ponto de vista, a transformação da intimidade e aquela, concomitante, das relações de gênero, exigem uma mudança também radical dos comportamentos e dos discursos. Os recentes debates em torno da corporeidade (*embodiment*) ressaltaram isso mais uma vez: a atividade física e a ação comunicativa contribuem para modelar as subjetividades dos homens e das mulheres. Além disso, nas relações a dois, o olhar colocado

sobre o outro, os pensamentos e os sentimentos que ele inspira e a relação que se estabelece com ele são simultaneamente determinados por ações e por palavras. O cuidado com o qual os homens continuam a evitar as tarefas que, na idade adulta, colocam a maioria das mulheres a serviço dos outros, modifica as perspectivas de alteração da identidade do gênero e da intimidade, inclusive em um contexto cultural que valoriza a “relação pura” e o surgimento de um “novo homem”.

Anthony Giddens está certo em ressaltar que o discurso moderno da intimidade privilegia a palavra e a revelação de si, e que, nesse aspecto, as mulheres adquiriram uma maior facilidade que os homens. Ele ignora, contudo, que os valores e as aptidões atribuídos às mulheres emanam de um mundo no qual o poder é, antes de tudo, masculino. Associada à maternidade, a competência das mulheres para o trabalho emocional e os cuidados com as pessoas (*emotional and caring work*) é culturalmente definida como uma qualidade feminina. A manutenção da segregação de gênero no mercado de trabalho continua refletindo as concepções culturais tradicionais da masculinidade e da feminidade, e essa situação limita também as possibilidades de transformação da intimidade e do gênero. É muito cedo, portanto, para dizer que formas terão a masculinidade e a feminidade em um mundo no qual a igualdade de gênero seria a regra, ou mesmo, se nesse modelo, permaneceriam traços marcantes da identidade.

Referências bibliográficas

- BARRET, M.; McINTOSH, M. *The Anti-Social Family*. Londres: New Left Books Verso, 1982.
- BECK, U. *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres: Sage, 1992.
- _____; BECK-GERNSHEIM, E. *The Normal Chaos of Love*. Cambridge: Polity, 1995. [Ed. Bras.: *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.]
- BOURDIEU, P. *La Domination masculine*. Paris: Seuil, 1998. [Ed. Bras.: *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.]
- CONNELL, R. W. *Gender*. Cambridge: Polity, 2002.
- _____; MESSERSCHMIDT, J. W. Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept. *Gender and Society*, Amherst, 19(6), 2005, p.829-859.
- CROMPTON, R. *Employment and the Family. The Reconfiguration of Work and Family in Contemporary Societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

- GIDDENS, A. *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press, 1984. [Ed. Bras.: *A constituição da sociedade*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2009.]
- _____. *The Consequences of Modernity*. Cambridge/Stanford: Polity/Stanford University Press, 1990. [Ed. Bras.: *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 2012.]
- _____. *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*. Cambridge: Polity, 1991. [Ed. Bras.: *Modernidade e identidade*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2002.]
- _____. *The Transformation of Intimacy: Sexuality, Love and Eroticism in Modern Societies*. Cambridge: Polity, 1992. [Ed. Bras.: *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1993.]
- _____. *The Third Way: The Renewal of Social Democracy*. Cambridge: Polity Press, 1998. [Ed. Bras.: *A terceira via*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 1999.]
- JAMIESON, L. *Intimacy: Personal Relationships in Modern Societies*. Cambridge: Polity, 1998.
- MASSON, D. *Repenser l'État: nouvelles perspectives féministes. Recherches féministes*, Quebec, v.12, n.1, 1999, p.5-24.
- MITCHELL, J. *Women's Estate*. Harmondsworth: Penguin, 1971.
- OAKLEY, A. *The Sociology of Housework*. Londres: Martin Robertson, 1974.
- PARK, A. et al. *British Social Attitudes. The 24th Report*. Londres: Sage, 2008.
- SOCIAL AND DEMOGRAPHIC TRENDS. Washington: Pew Research Center, 2007. Disponível em: <<http://pewsocialtrends.org/>>.
- SILTANEN, J.; STANWORTH, M. (dir.). *Women and the Public Sphere: A Critique of Sociology and Politics*. Londres: Hutchinson and Company, 1984.
- SMART, C. *Personal Life. New Directions in Sociological Thinking*. Cambridge: Polity, 2007.
- SULLIVAN, O. The Division of Domestic Labour: Twenty Years of Change? *Sociology*, v.34, n.3, 2000, p.437-456.
- SYDIE, R. A. *Natural Women, Cultured Men: A Feminist Perspective on Sociological Theory*. Milton Keynes: Open University Press, 1987.
- WAJCMAN, J. *TechnoFeminism*. Cambridge: Polity, 2004.
- WALBY, S. Post-Post-Modernisme? Theorizing Social Complexity. In: BARRET, M.; PHILLIPS, A. (dir.). *Destabilizing Theory: Contemporary Feminist Debates*. Cambridge: Stanford University Press/Stanford and Polity Press, 1992.
- WEEKS, J.; HEAPHY, B.; DONOVAN, C. *Same Sex Intimacies. Families of Choice and Other Life Experiments*. Londres: Routledge, 2001.
- YOUNG, I. M. Lived Body vs Gender: Reflections on Social Structure and Subjectivity. *Ratio*, Nairobi, v.15, n.4, 2002, p.410-428.

II
ATORES, SABERES, REGIMES DE AÇÃO

TALCOTT PARSONS: UMA HERANÇA CONTROVERTIDA. PAPÉIS DE SEXO, FAMÍLIA E MODERNIDADE OCIDENTAL

Dominique Fougeyrollas-Schwebel

Talcott Parsons (1902-1979), professor em Harvard, é uma figura iminente da Sociologia norte-americana. Ele influenciou múltiplas pesquisas, beneficiou-se de uma ampla notoriedade nacional e internacional e suscitou um grande número de questionamentos, dos quais alguns podem parecer proibitivos. Classificado nos manuais de Sociologia como um representante da corrente “funcionalista”, ele próprio qualifica-se como “estrutural-funcionalista”, sendo que, mais tarde, abandona esse termo para reivindicar uma análise sistemática e cibernética (Parsons, 1970, p.850). Suas publicações cobrem diversas áreas da Sociologia, e é pela análise da estrutura familiar, dos processos de socialização, da formação da personalidade e da definição dos papéis familiares complementares ligados ao sexo que ele aborda a análise das relações entre homens e mulheres.

A maior ambição de T. Parsons é conseguir efetuar uma síntese dos grandes teóricos que o precederam (Marshalls, Weber, Pareto, Durkheim e Freud) e oferecer um aparato conceitual apto a apreender a totalidade das ações humanas. No contexto que sucedeu as crises econômicas dos anos 1930, ele interessou-se em fazer um diagnóstico da sociedade americana para melhor compreender sua natureza, visando assegurar sua estabilidade. Vigorosamente oposto a todo determinismo social, ele enfatiza a capacidade que o ser humano tem de agir, de criar e de avaliar (*The Structure of Social Action* [A estrutura da ação social, 1937]). Depois da Segunda Guerra Mundial, inspirando-se na Biologia e na cibernética, T. Parsons

tenta sistematizar os processos de diferenciação e de integração social. Ele teoriza o modo como as sociedades modernas especificam-se em subsistemas diferenciados com mecanismos cada vez mais complexos, assegurando a coordenação das trocas entre eles. Cada um dos subsistemas submete-se a lógicas de diferenciação funcional.

Em colaboração com Robert Bales, psicossociólogo e especialista da dinâmica de grupos, T. Parsons desenvolve uma teoria da socialização correlacionada a essa visão funcional dos sistemas sociais (Parsons; Bales, 1955). Ele define as premissas de uma análise sistêmica a partir de um conjunto de variantes estritamente dicotômicas e de um “paradigma” funcional dividido em quatro dimensões, designadas sob a abreviação AGIL: A (adaptação), G (*goal-attainment*: busca de um objetivo-realização de fins), I (integração), L (latência: estabilidade normativa ou manutenção dos modelos culturais). Essas quatro funções encontram-se em todo sistema de ação e constituem, assim, a matriz de suas múltiplas pesquisas. Existe uma hierarquia das funções e dos subsistemas que os subentendem: uma “hierarquia cibernética de controle”. No alto da hierarquia se encontraria o sistema cultural, apto a orientar os sistemas inferiores (Parsons, 1973).

A análise da família de classe média urbana americana, proposta por ele desde suas primeiras publicações, constitui um capítulo incontornável da Sociologia da família, mesmo se essa análise torna-se objeto de numerosas críticas e condenações: fala-se de um modelo parsoniano da família, confrontando-o a outras estilizações dos sistemas de parentesco.

T. Parsons define uma forma específica de família nuclear ligada à modernidade da sociedade americana: ele estuda em detalhe sua estrutura e suas funções. Ele ressalta a segregação dos papéis entre os cônjuges; os papéis masculinos e femininos são dissimétricos do ponto de vista do sistema profissional, mas funcionalmente equivalentes dentro da família. T. Parsons designa, no prolongamento das teses de Durkheim, um movimento inevitável de fortalecimento da complementaridade dos papéis conjugais. É essa definição dos papéis sexuais complementares que especifica a expressão “família parsoniana”: o homem assume o papel de provedor principal da renda da família (*breadwinner*, sustento da família), e a mulher, prioritariamente, o papel de esposa e de dona de casa. A análise dos papéis de sexo constitui, então, o modo principal por meio do qual T. Parsons aborda as questões de gênero no contexto de uma teoria geral dos

sistemas de ação. Ela é usada como modelo por diversas análises que ressaltam a complementaridade dos papéis masculinos e femininos.

Antagonismos entre estrutura do parentesco e organização profissional moderna

A originalidade da sociedade americana é, para T. Parsons, o crescimento de profissões definidas por um alto nível de formação qualificada e, de maneira mais ampla, o desenvolvimento de competências científicas e técnicas e suas aplicações em grande escala na área produtiva. Após as duas primeiras revoluções industrial e democrática, T. Parsons define um terceiro aspecto original: a revolução educativa, cuja forma mais evoluída encontrar-se-ia nos Estados Unidos. Desde suas primeiras publicações, apoiando-se na leitura de Max Weber, ele estabelece uma dicotomia estrita entre o universo profissional e o lar conjugal. Ele transpõe, assim, a oposição clássica entre sociedade tradicional e sociedade industrial, na qual o processo de racionalização descrito por Weber é mais acentuado, e distingue papéis ligados à idade e ao sexo, papéis “prescritos” (*ascribed*) e papéis profissionais que visam a realização de um projeto, “orientados para o sucesso” (*achievement oriented*).

A uma nova sociedade, uma nova família. O declínio de “algumas¹ características da família não implica, segundo ele, o “declínio da família”, mas um novo tipo de estrutura familiar dentro de uma nova relação com a estrutura social. Uma maior especialização não implica a perda da importância da família. Em relação a qualquer outro sistema de parentesco, três características inéditas são ressaltadas por ele: “A família americana caracteriza-se melhor como um sistema aberto (ausência de casamento preferencial), multilinear (as linhas de descendência são dispersadas infinitamente), conjugal (unidade restrita ao casal e aos filhos)” (Parsons, 1955a [1949], p.130).

Segundo T. Parsons, como a família é apenas um subsistema de um sistema geral, a diferenciação dos papéis masculinos e femininos não refere-se somente às funções assumidas pela família, mas caracteriza o lugar dos dois

1 Grifo de Parsons.

sexos na sociedade. T. Parsons atualiza a estrutura da família, permitindo a adequação entre suas funções internas e a adaptação ao resto da sociedade. O caráter dominante do sistema profissional necessita um alto grau de mobilidade social, condição e causa do desenvolvimento econômico, e passa pela ruptura dos laços familiares de linhagem. A família nuclear, reduzida ao casal e seus filhos, corresponde ao modelo requisitado pela sociedade industrial como unidade relativamente isolada dos outros parentes, fundada sobre o casamento entre parceiros escolhidos livremente. A especialização dos papéis masculinos e femininos contribui com a estabilização da estrutura familiar, com a sua integração ao sistema profissional e desempenha um papel na socialização das crianças. Para T. Parsons, se a família conjugal é a unidade dominante das sociedades industriais, deve-se ao fato de ela ser, dentre todas as formas de parentesco, a que melhor resiste às tendências à explosão e à dispersão de seus membros provocada pelo sistema profissional.

Papéis de sexo e amor romântico

A estrita diferenciação dos papéis de sexo se impõe na medida em que o compromisso dos dois membros da família, em iguais proporções na competição exigida pelo sistema profissional, questionaria a solidariedade necessária à existência da unidade familiar. Como qualquer subsistema, a família deve satisfazer às quatro exigências funcionalistas ditas "AGIL". As funções de busca de objetivos e a de adaptação contribuem com a definição do papel instrumental que cabe aos homens, que assegura as relações entre a família e o resto da sociedade. Já o papel expressivo (socioafetivo) consiste na função de integração e de manutenção dos valores e é definido em referência à estrutura e às funções internas da família. Enquanto, a princípio, tanto o homem quanto a mulher poderiam desempenhar o papel instrumental ou o expressivo, dados biológicos – as mulheres carregam e alimentam as crianças – determinam que as mulheres se adaptam mais facilmente aos papéis expressivos, enquanto a ausência dos homens nessas atividades os torna mais adaptados aos papéis instrumentais. O que deveria assegurar o sucesso dessas propostas é que não se trata de um simples efeito de diferenciação/especialização, mas da aplicação dos resultados

experimentais deduzidos dos estudos de seu colega Robert Bales sobre as condições de liderança em pequenos grupos. Não são, *a priori*, as disposições biológicas que orientam esses resultados, mas as necessidades de uma organização social funcional.

T. Parsons não exclui a ideia de que as mulheres exerçam uma atividade profissional e ressalta a análise da diferenciação dos empregos de acordo com o sexo. Essa diferenciação parece-lhe tão óbvia que a atividade profissional das mulheres não poderia comprometer a dissimetria dos papéis familiares: "No trabalho, o papel das mulheres é análogo a seu papel de mãe-esposa na família"² (Parsons; Bales, 1955, p.15). O papel feminino mais importante é no lar e, por conseguinte, as mulheres não estão em concorrência direta, do ponto de vista do estatuto ou da remuneração, com os homens de sua própria classe (Parsons, 1995a [1949], p.144).

Contudo, o amor "romântico" que seria, a partir de então, o fundamento do casamento, não fornece nenhuma base para as discriminações entre os sexos e favorece, ao contrário, a igualdade de direitos e deveres entre os cônjuges. T. Parsons também ressalta que a dissimetria funcional dos papéis de sexo na família vai de encontro aos valores democráticos e o princípio fundamental da igualdade de oportunidades devido ao fato de as mulheres, apesar de suas aptidões, tenderem a se confinar em uma gama de atividades mais restritas que aquelas às quais os homens têm acesso e a serem excluídas, pelo menos relativamente, de algumas funções mais elevadas em termos de prestígio. A dissimetria funcional dos papéis de sexo na família constitui uma fonte de tensão para os próprios papéis sexuais e denuncia as formas potenciais de alienação das mulheres, que se encontram confinadas a um universo de possibilidades limitadas. Concluindo, é preciso que as mulheres encontrem um equilíbrio, não caiam nas formas excessivas da feminidade e também não se limitem às tarefas subalternas. T. Parsons valoriza, então, tudo o que é oriundo das dimensões culturais e afetivas. Essa proposta foi amplamente recuperada pelos trabalhos de Sociologia da família, relegando a dimensão laboriosa das tarefas para segundo plano.

² "Assim, em níveis mais elevados, as profissões tipicamente femininas são as de professora, trabalhadora social, enfermeira, secretária particular e atriz. Tais papéis tendem a apresentar um componente expressivo importante e frequentemente uma função de 'suporte' aos papéis masculinos. Na organização profissional, eles são análogos ao papel mãe-esposa na família" (Parsons; Bale, 1995, p.15). Tradução da autora do artigo.

Para T. Parsons, as atividades culturais das esposas da classe média são prioritárias: o resto do trabalho pode ser feito pelos empregados domésticos ou faxineiras e é exercido predominantemente por uma mão de obra não branca. A família de classe média urbana que ele descreve pressupõe uma dupla segregação: segregação de sexo e segregação espaço-social e racial (Breines, 1992).

Socialização e releitura do complexo de Édipo

Durante os anos 1940 e 1950, apoiando-se nas análises de George Herbert Mead e outros antropólogos que mostravam a pluralidade das culturas, T. Parsons, junto com R. Bales e associando-se a grupos de psicanalistas e psicólogos, apropria-se da teoria freudiana e propõe uma análise original dos processos de socialização e de diferenciação dos papéis de sexo (1950; 1955). Ele estabelece uma correspondência entre o sistema de personalidade como subsistema de ação – que responderia como qualquer outro sistema às quatro dimensões funcionais que ele definiu – e a teorização freudiana dos estágios de desenvolvimento do indivíduo. A socialização é o processo de interiorização das normas e valores sociais, os quais se tornam partes integrantes da personalidade psíquica. A interiorização dos papéis sociais e dos de sexo a partir da socialização familiar assegura a estabilidade e o equilíbrio da sociedade. Contrariamente às análises de Durkheim, não existe imposição das obrigações sociais propriamente dita, pois o processo de socialização não é unívoco: ele implica uma certa plasticidade dos atores porque estes aprendem somente se estiverem motivados, e esse aprendizado enriquece o estoque de suas disposições.

A socialização familiar é um processo de identificação. À fase pré-edipiana de fusão com a mãe seguida da fase de independência/autonomia sucede-se uma fase de diferenciação das identidades de sexo e o reconhecimento da diferenciação sexuada do universo social. Na fase pré-edipiana, as funções atribuídas à mãe (alimentar, cuidados materiais e afetivos) tornam-se determinantes para o futuro dos indivíduos. A educação das crianças destacar-se-ia de um processo programado de interações que, segundo as expectativas dos pais, conduziria a punições e recompensas. O indivíduo deve adquirir a autonomia, que será assegurada pela mãe. Esta reconhece

o caráter extremamente dependente da criança e saber fazê-la sentir-se segura e encorajá-la na aprendizagem da independência (1995b [1951], p.154). No final do processo, a criança integrará sem dificuldades os valores e as normas da sociedade e tornar-se-á um adulto autônomo por ter sido criada em um clima de confiança.

Considerando a análise de Freud extremamente tributária das pulsões, T. Parsons estima que lhe faltou a tomada de consciência da estrutura das relações sociais e a diferenciação dos papéis. Como o mostra com precisão Guy Rocher:

A família (para Parsons) aparece diferenciada em quatro objetos sociais, que se distinguem uns dos outros de acordo com dois critérios principais: primeiramente a hierarquia, que faz uma distinção entre os pais, que possuem um estatuto superior, e as crianças, que possuem um estatuto inferior; o sexo vem em segundo lugar, sobrepondo-se à primeira distinção. (Rocher, 1972, p.160-161)

T. Parsons questiona também as conclusões de Freud sobre as consequências do complexo de Édipo e enfatiza as dificuldades que o menino encontra enquanto

a menina tem a possibilidade de adquirir sua maturidade afetiva com mais facilidade através de uma identificação com um modelo adulto; é, sem dúvida, por essa razão que, como sabemos, as meninas amadurecem mais cedo que os meninos. (Parsons, 1955b [1951], p.160)

Correlato ao desenvolvimento do sistema educativo da sociedade americana, T. Parsons define a adolescência como uma crise complementar na formação da personalidade. Nesse sentido, ele integra o grupo dos primeiros sociólogos que enfatizaram a emergência de uma subcultura adolescente e estudantil, mas participa, também, do reducionismo adaptativo da Psicanálise, que se amplificou no decorrer dos anos 1940 e 1950 sobretudo nos Estados Unidos.

T. Parsons considera que Freud contribui com a desvalorização das funções femininas ao enunciar o “desejo de pênis” como constitutivo da psique feminina. Em certa medida, Freud simplesmente restitui os desconfortos

que mulheres relatam-lhe ao desejarem atingir uma humanidade plena. Por outro lado, ao enfatizar as simetrias entre divisão sexual do trabalho, diferenciação dos papéis de sexo e da personalidade psíquica, T. Parsons fortalece as análises de personalidades psicológicas distintas nos homens e nas mulheres. Para ele, as mulheres que não se conformam a esse modo de diferenciação desenvolvem comportamentos inapropriados e agressivos, fonte de sofrimento e de mal-estar. Ele não avalia as vontades de mudança de um número cada vez maior de mulheres. Ele vivenciou, porém, a morte trágica de sua própria filha Ann e presenciou os sofrimentos dela, que afrontava, com dificuldade, as injunções contraditórias dirigidas às mulheres (Breines, 1992).

Conflitos de valores e conflitos de interesses

T. Parsons é objeto de numerosas e severas críticas que revelam a divisão do trabalho entre os sociólogos: alguns se especializam na crítica dos aspectos mais teóricos de seu trabalho, outros, mulheres em sua maioria, concentram-se nas análises da família e dos papéis de sexo.

De um modo geral, T. Parsons usa e abusa de analogias, metáforas ou comparações muito sugestivas, chegando a uma construção axiomática que ignora perspectivas históricas e que acredita conseguir desviar-se dos conflitos de valores ou de interesses (Chazel, 1974). Ao afirmar que todo fenômeno social, todo agrupamento organizado, exerce uma função e representa um componente indispensável à coerência do conjunto, essa construção teórica recusa-se a atribuir um sentido real às contradições que descreve e afasta, assim, qualquer estudo efetivo da dinâmica social. Ela representa, de certo modo, uma corrente formidável de justificação da ordem social existente.

T. Parsons apoia-se nas pesquisas de Freud, mas negligencia o que elas dizem sobre a dinâmica constitutiva da singularidade psíquica dos indivíduos: a tensão entre pulsão de vida e pulsão de morte. Revela-se, assim, uma visão pacífica da sociedade como mundo estático, ordenado, que definiu suas próprias leis e as aceitou, onde reina uma confiança recíproca entre os agentes que não deixa espaço nenhum para a pulsão de morte (Enriquez, 2006, p.52). T. Parsons justifica sua análise ao atribuir à personalidade

pessimista de Freud e à morte de seu pai sua concepção de Édipo (Parsons, 1953). A formação da personalidade é apenas um processo de interiorização das normas e valores. Se existe conflito é porque existe desvio.

Muito cedo, autoras feministas como Viola Klein (1946) e Mirra Komarovsky (1946), ambas sociólogas que não conheceram a notoriedade de suas contemporâneas como Margaret Mead (1949) ou Simone de Beauvoir (1949), denunciam o alicerce naturalista das análises de T. Parsons sobre os papéis de sexo (Tarrant, 2006). Foi no decorrer dos anos 1960, na pressa da reestruturação dos movimentos feministas e da denúncia da reclusão das mulheres à maternidade, que as teorias funcionalistas e a análise de T. Parsons dos papéis de sexo tornaram-se o alvo de numerosos ataques.

Ao oferecer explicações científicas, a teoria parsoniana de especialização dos papéis de sexo reforça a ideologia do papel social das mulheres definido como a realização prioritária das funções maternas e familiares, e contribui com uma verdadeira “mística” da dona de casa como destino e manifestação mais nobre da feminilidade, segundo a célebre expressão de Betty Friedan (1963). Pouco depois do fim da Segunda Guerra Mundial, as análises de T. Parsons inscrevem-se em um contexto intelectual geral que, para apagar os desastres dos anos anteriores de crises e guerras, exalta, de certo modo, a felicidade conjugal como a nova aventura dos tempos modernos. Os índices de casamento e natalidade aumentaram consideravelmente. Ao mesmo tempo, o clima da Guerra Fria e a hostilidade em relação à União Soviética dominam toda a política americana. A historiadora Sara M. Evan mostra que, nessa atmosfera de suspeita, os sindicatos devem provar seu patriotismo e as mulheres que exigem a igualdade de remuneração e o reconhecimento total de seu trabalho – e não como um salário complementar – podem, também, ser suspeitas de tomarem posições antiamericanas (1991 [1989], p.408). As mulheres não abandonam o mercado de trabalho, mas, durante esse período, a defasagem entre seus salários e os dos homens atinge recordes históricos. Nessa perspectiva, as teses de T. Parsons e a polêmica que suscitam podem ser consideradas como uma forte contribuição às formas de anulação social do trabalho profissional das mulheres em benefício de suas funções de esposa e mãe.

Nos anos 1960, com o reforço do trabalho assalariado das mulheres, seguido do início da baixa da natalidade e do casamento, as análises funcionalistas da família serão cada vez mais denunciadas como argumento de

legitimação e de justificação das discriminações das mulheres no trabalho, em termos de remuneração em particular. Em 1963, no ano em que uma lei impondo uma tabela de salário único para homens e mulheres que exercessem funções idênticas foi votada nos Estados Unidos (*Equal Pay Act*), Betty Friedan publica *A mística feminina*, obra que obtém um grande sucesso. No ano seguinte, ela funda, com outras mulheres que tinham vínculos com algumas comissões governamentais, a associação NOW (National Organization for Woman), que contribui com a renovação dos movimentos feministas (Evans, 1991, p.478). Jovem jornalista, Friedan publicou várias reportagens sobre as lutas operárias. No entanto, ao denunciar os sociólogos funcionalistas, psicólogos freudianos e publicitários, ela assume essencialmente o ponto de vista das mulheres brancas, instruídas, pertencentes às classes médias (Horowitz, 2004).

As pesquisas de Andrée Michel (1978) representam, na França, a crítica mais sistemática e profunda das teses de T. Parsons. Ao apoiar-se em um grande número de trabalhos, ela questiona a necessidade da segregação dos papéis de sexo, o postulado da incompatibilidade entre os papéis instrumentais e expressivos e até mesmo sua existência efetiva. Consciente da imbricação das segregações de sexo e raça muito antes das outras pesquisadoras feministas francesas, ela é também uma das raras a ressaltar o opróbrio do qual são objeto as famílias norte-americanas, como, por exemplo, a proibição do casamento inter-racial em diversos estados. Enfim, as análises de T. Parsons acrescentam certa legitimidade aos estereótipos de sexo e à normalidade heterossexual. Para Kate Millett, por trás do modelo funcionalista não parece difícil desvendar o caráter nostálgico e o reflexo levemente enfeitado da infância confortável e burguesa dos autores. Ela critica o verniz linguístico dos qualificativos “expressivo” e “instrumental” que “sem a intervenção dessa semântica polida poderiam revelar certa misoginia”.

A palavra “instrumental” é facilmente traduzível. É apenas uma nova maneira de designar uma categoria mais antiga, na qual o espírito do preconceito se lê mais claramente: a capacidade e a dominação intelectual. Quanto ao termo “expressivo”, ele significa simplesmente “emotivo”. (Millett, 1971 [1969], p.253)

T. Parsons tentou responder a seus detratores ao prevenir seus leitores sobre as ambiguidades ou mal-entendidos semânticos de seus argumentos. Segundo ele, nas sociedades contemporâneas dominadas por valores quantitativos, as diferenças qualitativas seriam rapidamente apreendidas como diferenças entre superior e inferior e não em uma perspectiva de igualdade de estatuto (1977, p.288). Esse argumento opera uma verdadeira negação das diferenças sociais entre homens e mulheres e impõe-se como princípio de autoridade normativa.

O sucesso do funcionalismo e da teoria da especialização dos papéis de sexos deve-se a seu posicionamento acadêmico e científico, que parece minimizar o argumento biológico em benefício de determinações de ordem social e psicológica. O sistema social não impõe a subordinação das mulheres: é porque a família deve assumir uma função de socialização para a sociedade em geral que se instaura uma especialização dos papéis de sexos. As pesquisas em sociologia da família, tanto nos Estados Unidos como em outros países, vão promover amplamente a análise de T. Parsons, definindo as funções de socialização primária das crianças e de estabilização afetiva dos adultos como função prioritária e específica da família. O duplo movimento de minimização das atividades laboriosas no interior da família e de valorização das responsabilidades de ordem moral ou cultural na socialização das crianças contribuiu com a priorização da descrição das atividades realizadas no âmbito da família em termos culturais: realização da feminilidade através do casamento, partilha das responsabilidades com o cônjuge.

Paralelamente, os estudos sobre o trabalho feminino, ao retomarem amplamente os trabalhos iniciados por Viola Klein e Alva Myrdal (1956), questionam a especialização dos papéis de sexo em benefício do duplo papel feminino, familiar e profissional. Paradoxalmente, esses estudos amplificam as interrogações sobre as responsabilidades familiares das mulheres, mas minimizam a consideração das obrigações sociais e econômicas em benefício de análises dos comportamentos individuais. A dicotomia colocada por T. Parsons entre o trabalho e a família no contexto de uma teoria geral da sociedade torna-se, para os estudos sobre o duplo papel das mulheres, um conflito individual diante das dificuldades que as mulheres encontram em conciliar sua dupla aspiração como mães-esposas e profissionais. Cabe à sociedade ajudá-las da melhor maneira possível nesse dilema. Recusando os laços funcionalistas e evolucionistas construídos

por T. Parsons entre família e sociedade, o dilema é reduzido a uma tensão subjetiva entre dois papéis cujas dimensões são prescritivas e normativas. Desde então, os poderes públicos desejam que esse dilema transforme-se, como que em um passe de mágica, em escolha operada pelos pais e pelas mães. Fica em aberto uma questão pouco discutida: em que existe contradição entre trabalho e família? Que representações subentendem essas análises?

Uma das questões que T. Parsons menos antecipou foi sem dúvida a crescente tensão para as mulheres no acesso à igualdade. Sob esse aspecto, sua posição distancia-se dos dois autores que ele parece muito considerar, Weber e Freud – conscientes dessas contradições, mas sem fornecer as respostas – e aproxima-se das posições conformistas da especialização dos papéis entre homem e mulher como Durkheim previu: a complementaridade dos papéis de sexo seria a pedra angular da estabilidade social.

Desde o fim dos anos 1960, essa representação da família foi questionada sob diversos aspectos. Por um lado, a família não é isenta de conflitos, de conflitos graves e de violência. Por outro, as tarefas realizadas pelas mulheres dentro da família não possuem somente dimensões afetivas, elas representam um tempo de trabalho que, segundo as situações sociais, pode revelar-se monopolizador. Enfim, os processos de socialização não são somente mecanismos encantados de interiorização de normas e valores, mas também a construção das subjetividades por uma ideologia.

Referências bibliográficas

- BEAUVOIR, S. *Le Deuxième sexe*. Paris: Gallimard, 1949. [Ed. Bras.: *O segundo sexo*. São Paulo: Nova Fronteira, 2009.]
- BREINES, W. *Young, White, and Miserable: Growing up Female in the Fifties*. Boston: Beacon Press, 1992.
- CHAZEL, F. *La Théorie analytique de la société dans l'oeuvre de Talcott Parsons*. Paris: Mouton, 1974.
- ENRIQUEZ, E. *Clinique du pouvoir: Les figures du maître*. Ramonville-Saint-Agne: Erès, 2006.
- EVANS, S. M. *Les Américaines. Histoire des femmes aux États-Unis*. Paris: Belin, 1991 (1989).
- FRIEDAN, B. *La Femme mystifiée*. Paris: Gonthier, 1964 (1963).

- HOROWITZ, D. Betty Friedan and the Origins of Feminism in Cold War America. In: KERBER, L. K.; HART, J. S. (dirs.). *Women's America. Refocusing the Past*. Nova York: Oxford University Press, 2004, p.481-495.
- KLEIN, V. *The Feminine Character: History of an Ideology*. Londres: Kegan Paul, 1946.
- KOMAROVSKY, M. Cultural Contradictions and Sex Roles. *American Journal of Sociology*, Chicago, v.52, n.3, 1946, p.184-189. Disponível em: <<http://www.journals.uchicago.edu/loi/ajs>>.
- MEAD, M. *L'Un et l'Autre Sexe*. Paris: Gonthier, 1966 (1949).
- MICHEL, A. *Sociologie de la famille et du mariage*. Paris: PUF, 1978.
- MILLET, K. *La Politique du mâle*. Paris: Stock, 1971 (1969).
- MYRDAL, A.; KLEIN, V. *Women's Two Roles: Home and Work*. Londres: Routledge & Paul, 1956.
- PARSONS, T. *The Structure of Social Action: A Study in Social Theory with Special Reference to a Group of Recent European Writers*. Nova York: McGraw-Hill, 1937. [Ed. Bras.: *A estrutura da ação social: um estudo de teoria social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes*. Trad. Vera Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2010, v.1]
- _____. The Superego and the Theory of Action. In: PARSONS, T.; BALES, R. F.; SHILS, E. A. (dir.). *Working Papers in the Theory of Action*. Glencoe: Free Press, 1953, p.13-29.
- _____. Le Système de parenté aux Etats-Unis d'aujourd'hui. In: *Éléments pour une sociologie de l'action*. Paris: Plon, 1955a (1949).
- _____. Sources et formes de l'agressivité dans la civilisation occidentale. In: *Éléments pour une sociologie de l'action*. Paris: Plon, 1955a (1949).
- _____. On Building Social System Theory: A Personal History. *Journal of the American Academy of Arts and Sciences*, Cambridge, v.99, n.4, *The Making of Modern Science: Biographical Studies*, 1970, p. 26-881.
- _____. *Sociétés: essai sur leur évolution comparée*. Paris: Dunod, 1973 (1966). [Ed. Bras.: *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas*. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Pioneira, 1974.]
- _____. *Social Systems and the Evolution of Action Theory*. Nova York: Free Press, 1977.
- _____; SHILS, E. A. (dir.). *Toward a General Theory of Action*. Cambridge: Harvard University Press, 1951.
- _____; BALES, R. F. (dir.). *Family, Socialization, and Interaction Process*. Glencoe: Free Press, 1955.
- ROCHER, G. *Talcott Parsons et la sociologie américaine*. Paris: PUF, 1972.
- TARRANT, S. *When Sex became Gender*. Nova York: Routledge, 2006.

MICHEL CROZIER E A DIFERENÇA DOS SEXOS: UMA SOCIOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES AO MASCULINO NEUTRO?

Jacqueline Laufer

A obra de Michel Crozier inscreve-se na área da Sociologia das organizações, cujo desenvolvimento na França contou com sua ampla contribuição. Esquemáticamente, podemos considerar que sua obra se desenvolveu em quatro tempos. Primeiro, ele realizou pesquisas empíricas de grande porte sobre as organizações burocráticas. Seu livro *O fenômeno burocrático* (1963), através do qual adquiriu reconhecimento internacional, foi seguido de um segundo livro sobre *Le Monde des employés de bureau* [O mundo dos empregados de escritório, 1965]. Em seguida, ele retomou o conjunto de sua reflexão teórica sobre as organizações no livro *L'Acteur et le système* [O ator e o sistema, 1977] publicado com Erhart Friedberg. Em um terceiro momento, ele conduziu um conjunto de trabalhos sobre a ação e as políticas públicas. Enfim, sob a influência do pensamento gerencial americano, ele desenvolveu reflexões sobre a empresa e sua estratégia (Crozier, 2000, t.I e II).

O esquecimento do gênero

A questão das diferenças entre os sexos ocupa um lugar importante na primeira fase de sua obra. Em *O fenômeno burocrático* e *Le Monde des employés de bureau*, M. Crozier trata, de fato, da dimensão das diferenças de sexo na análise do comportamento dos trabalhadores, empregados e operários. Mesmo se, particularmente em seu livro *O fenômeno burocrático*,

ele cometa alguns deslizes entre o feminino e o masculino (as “operárias” transformam-se, em alguns trechos, em “operários de produção”) sem nenhuma explicação ou justificativa, M. Crozier não se furta de tratar, de modo preciso, das diferenças entre homens e mulheres nas respostas aos questionários ou entrevistas, assim como as diferenças em suas atitudes e comportamentos no que diz respeito à relação que estabelecem com seu trabalho, ao relacionamento dentro de uma equipe ou à percepção das relações de autoridade. Contudo, em *L'Acteur et le système*, ao mesmo tempo que as estratégias dos atores em suas organizações e relações de poder estabelecidas entre si tornam-se objetos centrais de análise, a questão da diferença entre os sexos desaparece como variável de análise, ou pelo menos aparece de maneira incidental.

Assim, a análise da obra de M. Crozier, e em particular de seus primeiros trabalhos empíricos, impõe-se como um instrumento privilegiado para evidenciar esse duplo trabalho, de observação e ocultação, que consiste em conduzir uma análise dos fatos que leve em conta as diferenças entre os sexos, ocultando-as, porém, em suas consequências teóricas. Apesar de uma categorização das pessoas investigadas em homens e mulheres e de várias análises sexuadas das respostas aos assuntos abordados em suas pesquisas, M. Crozier não integra, ou integra parcialmente, uma análise em termos de gênero e de relações sociais de sexo em seu modelo explicativo.

Quatro dimensões parecem-nos privilegiadas para ressaltar esse processo: as relações entre feminização e proletarização da categoria dos empregados; o impacto da organização burocrática no isolamento das categorias e na “apatia” dos assalariados; as relações de poder nas organizações como relações sexuadas; e, enfim, a construção progressiva de uma organização para o masculino neutro. As obras que se encontram no centro de nossa análise aqui serão, conseqüentemente, *O fenômeno burocrático* e *Le Monde des employés de bureau* e, em menor importância, *L'Acteur et le système*.

Em *Le Monde des employés de bureau*, publicado após *O fenômeno burocrático*, mas cujas pesquisas relatadas foram anteriores a este último, o objetivo de M. Crozier era analisar o lugar ocupado pela categoria dos empregados de escritório nas sociedades industriais modernas e, em particular, no contexto das grandes organizações burocráticas. Ele questiona-se sobre a evolução dessa categoria e sobre seu estatuto na sociedade,

“levando-se em conta a parte cada vez maior tomada pelos empregados de escritório no conjunto das atividades de trabalho” (Crozier, 1965, p.9). Esses empregados consideram-se, antes de tudo, trabalhadores assalariados submetidos à exploração ou, ao contrário, trabalhadores não braçais que não se identificam com a condição operária? Quais são as consequências dessa forma de evolução nas relações sociais? Como colocar a questão da coerência do grupo de empregados?

Os trabalhos de M. Crozier sobre a burocracia relatados em *O fenômeno burocrático* inscrevem-se no prolongamento das reflexões de vários sociólogos americanos que, desde os anos 1940, realizaram um conjunto de pesquisas procurando explorar o funcionamento concreto de diferentes tipos de organização burocrática, pesquisas que conduziram tais autores a uma crítica do tipo ideal weberiano da burocracia concebido como modelo “racional” de organização.

Segundo Max Weber (1971 [1921]), as organizações burocráticas e as regras que as caracterizam permitem a instauração de meios racionais para atingir suas finalidades. O tipo ideal da burocracia é caracterizado por um conjunto de traços: hierarquia explícita das funções, competências claramente estabelecidas, admissão por qualificação (concursos), salário fixado segundo escala hierárquica, regulamentos administrativos precisos delimitando as obrigações e direitos de cada um no exercício de suas funções, regras escritas permitindo um controle da atividade e uma antecipação. Esses traços fundam ao mesmo tempo a legitimidade e a eficácia de uma organização e da ação. Mas as pesquisas empíricas conduzidas por diferentes autores (Merton, 1940; Gouldner, 1954; Selznick, 1949) revelam que essas mesmas organizações são também caracterizadas por um conjunto de efeitos “inesperados” e de fenômenos de poder ligados à aplicação das regras burocráticas. O conjunto desses processos leva-os a questionar a visão abstrata de uma organização legitimada por sua racionalidade e por sua eficiência.

Ao inscrever-se nessa corrente de pesquisa empírica sobre as organizações, enriqueceu-a com uma reflexão que permite articular o conjunto das características das organizações burocráticas – impessoalidade das regras, centralização dos poderes de decisão, pertencimento dos indivíduos a categorias socioprofissionais homogêneas claramente separadas e hierarquizadas – com uma reflexão original sobre a dinâmica de poder nessas

mesmas organizações. Em *O fenômeno burocrático* (1963), ele desenvolve uma reflexão sobre a constituição de poderes paralelos na organização, em torno de “zonas de incerteza” ligadas à posição ocupada por indivíduos e grupos nas organizações – estas, aliás, inteiramente reguladas por regras que visam tornar previsíveis todas as ações e decisões. Esse modelo de organização burocrática encontra, segundo M. Crozier, um terreno particularmente fértil no modelo administrativo e cultural francês, que ele caracterizou pela noção de “círculo vicioso”: os traços característicos do sistema burocrático à francesa reforçam-se mutuamente, contribuindo com a construção de “organizações bloqueadas”, incapazes de abrirem-se e adaptarem-se às mudanças.

Em *L'Acteur et le système*, M. Crozier e Erhard Friedberg questionam-se sobre a “articulação” dessas duas realidades. Nesse contexto de regras organizacionais que controlam e forçam sua ação, o ator sempre detém uma margem de liberdade e de negociação, qualquer que seja seu nível hierárquico e seu estatuto referente à distribuição do poder formal, o que lhe permite definir uma estratégia para seus próprios fins. Os atores se definem, assim, por sua margem de liberdade e suas estratégias em termos de relação de poder nas organizações consideradas como sistemas abertos, lugares onde as racionalidades contraditórias dos atores confrontam-se. Feito isso, questionam-se as relações entre poder e dominação nos sistemas sociais que não podem ser “completamente regulados e controlados” (Ibid., p.29). Se, de acordo com os autores, o poder é uma “dimensão inevitável de toda relação social (...) se o poder constitui um mecanismo cotidiano de nossa existência social que utilizamos incessantemente, com nossos amigos, nossos colegas, nossa família” (Ibid., p.32), essas relações de poder não podem aparentar-se a uma “ligação limitada” às estruturas de dominação existentes (Ibid., p.34), elas emergem no contexto de estruturas próprias a cada campo de ação organizado. É assim que toda estrutura supõe, cria ou reproduz poder, as relações de poder não obedecem a nenhuma “lei universal”, a nenhuma necessidade e tendência histórica e são “sempre revogáveis” (Ibid., p.33).

A evolução da categoria dos empregados: as mulheres são proletárias como os outros?

Para M. Crozier, a evolução da categoria dos empregados pode ser caracterizada por três traços essenciais: um crescimento muito sensível dos efetivos, uma feminização importante e, enfim, uma proletarização da categoria, devido, em particular, à redução das diferenças de remuneração entre empregados e operários. Mas, segundo ele, devemos colocar essa evolução em perspectiva no sentido de uma proletarização relativa da categoria com sua feminização por pelo menos três razões.

Efetivamente, se a categoria dos empregados teve suas vantagens econômicas reduzidas, como indica a diminuição das diferenças de remuneração entre funcionários e operários – essas diferenças de remuneração mantêm-se, contudo, no momento em que ele redigiu seu texto, de 39% entre operárias e empregadas e de 17% entre operários e empregados –, deve-se, especialmente, à “invasão” (Crozier, 1965, p.22) da categoria dos empregados pela mão de obra feminina, cuja remuneração é muito inferior à dos homens. “A remuneração de empregados estando baixa, é lógico que somente as mulheres aceitem-na” (Ibid.).

Em segundo lugar, se o trabalho dos empregados evoluiu para uma mecanização e uma automatização crescentes, essas evoluções atingiram sobretudo as mulheres e foram atenuadas para os homens, “naturalmente empurrados para horizontes mais qualificados e empregos de gerência” (Crozier, 1965, p.23). Além disso, essa proletarização da categoria dos empregados deve ser relativizada, pois, para as mulheres, o estatuto de empregado pode parecer-lhe superior aos estatutos profissionais aos quais elas teriam acesso antes:

Os 900 mil empregados de escritório de 1920 tinham, sem dúvida, um estatuto mais burguês que os 1,92 milhão empregados de 1962, mas os 600 mil empregados homens de 1920 correspondem, agora, provavelmente aos 350 mil gerentes subalternos e 250 mil empregados mais qualificados cujo estatuto é, pelo menos, equivalente ao de seus predecessores de 1920 (...), quanto às 650 mil mulheres recentemente introduzidas na profissão, elas teriam sido, há trinta anos, operárias, costureiras a domicílio ou domésticas. Por mais fracionado e alienante que seja, o emprego em cadeia pode constituir, para elas, uma promoção. (Ibid., p.25)

Enfim, a proletarização da categoria empregada deve ser relativizada, pois as mulheres envolvidas não eram “chefes de família”, seu estatuto profissional não tem, para elas, as mesmas consequências. Com efeito, “a proletarização não apresenta o mesmo sentido (...) se são mulheres que compõem a maioria do grupo e não mais os chefes de família...” (Ibid., p.25). Assim, segundo o autor:

somos obrigados a admitir que a evolução não foi tão desfavorável aos empregados, (...) a perda do privilégio econômico dos empregados explica-se pela invasão progressiva das atividades dos empregados pelas mulheres (Crozier, 1965, p.22), mas a proletarização geral do grupo dos empregados, que parece muito clara, não foi vivenciada desse modo pelos interessados (...). Ao antigo grupo dos empregados que conservou seu estatuto social, quando não o melhorou pela promoção técnica e hierárquica, acrescentou-se um novo grupo constituído, em parte, por mulheres com um estatuto social claramente inferior (Ibid., p.23). (...) Do mesmo modo, se a OCT (Organização Científica do Trabalho) transformou o trabalho administrativo, (...) a maioria das tarefas dos empregados tendo menos interesse, menos prestígio, e implicando uma menor remuneração, é, assim, exercida por mulheres pouco ambiciosas e conseqüentemente a proletarização é muito mais fraca que parece à primeira vista. (Ibid., p.26)

A “feminização” da categoria empregada é, então, apreendida por M. Crozier como tendo reduzido os efeitos perversos da proletarização, favorecendo os homens e tendo-os “protegido” da ameaça que tais evoluções (baixos salários, trabalho mecanizado) representariam para os homens empregados.

A análise efetuada aqui sobre a feminização da categoria dos empregados é reveladora da dificuldade epistemológica que consiste em passar de uma análise sociológica formulada em termos de diferenças de sexo a uma análise em termos de relações sociais de sexo. Efetivamente, M. Crozier não ignora a questão das diferenças de sexo na evolução da categoria empregado. Contudo, a questão permanece, para ele, externa à análise sociológica. A categoria das mulheres empregadas de escritório é apreendida, aqui, como uma categoria “parcialmente” diferente e cujo destino social, profissional e organizacional não pode ser apreendido na mesma medida que o dos homens. Em outras palavras, se para M. Crozier,

constata-se a proletarização da categoria empregada, essa proletarização deve ser relativizada, pois ela se refere prioritariamente às mulheres. As mulheres empregadas não são proletárias como os outros.

A organização burocrática, a apatia e o gênero

Em *O fenômeno burocrático*, M. Crozier estuda o funcionamento de duas organizações, a agência contábil e o monopólio industrial, a partir de uma investigação intensiva feita por questionários e entrevistas junto a diferentes categorias de trabalhadores e diferentes níveis hierárquicos de gerenciamento. Seu objetivo era atualizar as lógicas de funcionamento das organizações burocráticas. Ele analisa, em particular, os comportamentos e reações de diferentes categorias de trabalhadores na organização do trabalho, as relações de autoridade e as relações interpessoais, assim como as que se estabelecem entre as equipes.

Dentro da Agência contábil, a organização do trabalho de contabilização das operações financeiras é fundada em unidades de produção autônomas e paralelas. M. Crozier não comenta a segregação sexuada da mão de obra, mas ressalta os fatores que diferenciam as mulheres trabalhadoras entre si: idade, tempo de serviço, origem social, grau de instrução, exercício ou não de uma responsabilidade de chefe de grupo, função não reconhecida no plano do estatuto formal ou da remuneração, mas associada, contudo, a certo prestígio na organização.

Ele constata uma grande diferença na relação e na satisfação no trabalho entre as empregadas da agência segundo seu estatuto social. Um resultado surpreendente, ressalta M. Crozier, pois em regra geral, essa satisfação é ligada ao tipo de trabalho efetuado, ao estatuto profissional ou ainda à idade e ao tempo de serviço. Nesse caso, a satisfação no trabalho das empregadas parece ser maior em função da concordância entre as atitudes suscitadas nelas pelo seu meio social e a realidade do prestígio de seu estatuto profissional. Assim, enquanto as empregadas oriundas da “classe operária” gostam de seu trabalho, sejam elas chefes de grupo ou não, dentre aquelas que pertencem à “classe média”, apenas as que são chefes de grupo gostam de seu trabalho, enquanto as que mantêm-se empregadas de escritório expressam uma grande insatisfação.

Ele enfatiza também “o clima de apatia, de isolamento que elas (as empregadas de escritório) revelam em suas entrevistas”, clima que parece “totalmente singular” (Crozier, 1963, p.47) e que caracteriza, assim, globalmente, as trabalhadoras da Agência contábil, do mesmo modo que sua baixa capacidade à solidariedade, exceto quando se trata de uma “solidariedade negativa” (Ibid., p.54) em particular contra os dirigentes, mas também contra os sindicatos. De fato, 40% dentre elas dizem não ter amigos no estabelecimento. Elas se sentem “abandonadas” diante dos “homens por trás do escritório” (Ibid., p.54) e que “nada os atinge”. Elas afirmam, inclusive, “não se sentirem funcionárias” e acham que são “defendidas por homens que não entendem (seus) problemas e que não se colocam a seu alcance” (Ibid., p.38).

Segundo M. Crozier, essa “desmotivação” das trabalhadoras da Agência contábil deve-se, em particular, à centralização do poder hierárquico formal. Essa situação conduz ao sentimento, por parte dos gerentes intermediários, de impotência diante das dificuldades que elas encontram no trabalho, preferindo gerenciar suas relações com elas, que são, então, tentadas a rejeitarem a responsabilidade de suas dificuldades sobre os gerentes superiores.

Em *Le Monde des employés de bureau*,¹ o objetivo, como dissemos acima, é analisar a evolução dessa categoria em forte crescimento, mas também a relação dos trabalhadores com o trabalho, as atitudes diante da participação, as relações interpessoais, assim como suas aspirações e as percepções que eles têm de si próprios e de seu estatuto na sociedade, em particular no que diz respeito à classe operária. Assim, M. Crozier observa uma grande diferença entre o interesse pelo trabalho das datilógrafas e perfuradoras de documentos – as quais se declararam pouquíssimo interessadas por seu trabalho – e o dos redatores – profissão qualificada e masculina – que se dizem muito interessados por seu trabalho. Ele enfatiza também a “existência de uma massa considerável de trabalhadores que se desinteressam completamente pelas atividades das empresas e adotam com frequência comportamentos de distanciamento” (Ibid., p.154).

Quem são esses “indiferentes” e “apáticos”? “Mulheres em dois terços dos casos, antigas escriturárias ou novas datilógrafas e perfuradoras que não se integraram muito bem – ou homens ‘documentalistas’” (Ibid., p.156) – pessoas que possuem um estatuto inferior na empresa. Segundo M. Crozier, essas constatações sugerem que “a apatia (...) (é um) fenômeno que expressa um problema de aculturação pelo ambiente”.

Os sujeitos que não tiveram um mínimo sucesso social e culturalmente correspondente a um estatuto de empregado de escritório têm dificuldade em aceitar as condições necessárias à participação (...) eles podem integrar-se ao ambiente de um modo passivo, mas não podem assumir responsabilidades (...) a falta de interesse pela vida da empresa corresponde a um estatuto inferior na empresa e à ausência de perspectivas de avanço. (Crozier, 1963, p.156)

Assim, nessas duas pesquisas, e para considerar as diferenças de atitudes e de comportamentos entre os trabalhadores (homens e mulheres) e diferenças entre as trabalhadoras, mas também o “isolamento” e a “apatia” de um grande número delas, M. Crozier privilegia variáveis de interpretação “clássicas” na Sociologia do trabalho: a classe social e o estatuto profissional de um lado e, de outro, variáveis organizacionais características das burocracias, ou seja, o isolamento das categorias, a estrutura das relações de autoridade e o impacto do sistema hierárquico e burocrático no processo de decisão. Em outras palavras, enquanto uma leitura em termos de diferenças sexuadas pode ser encontrada na obra de M. Crozier, ele mantém-se “indiferente ao gênero” na medida em que as “diferenças de sexo” e até mesmo as relações sexuais entre os sexos não são integradas na análise sociológica. Esta última permanece dominada pelas abordagens clássicas de uma Sociologia do trabalho “ao masculino” e, em particular, pela questão de pertença de classe e por variáveis organizacionais, também conjugadas e apreendidas ao “masculino neutro”.

Portanto, uma análise que integre o gênero parece suscetível de esclarecer e completar a interpretação dos fenômenos constatados no que diz respeito às trabalhadoras. Efetivamente, na análise dos fenômenos organizacionais, M. Crozier não estabelece uma relação entre o estatuto das mulheres na organização – “categoria dominada” cujo percurso profissional não segue as mesmas lógicas que o dos homens – e suas atitudes e

1 A pesquisa, realizada em 1957, foi feita em seis empresas de seguro em Paris. Na amostra (358 pessoas entrevistadas), os homens formam 48% do efetivo e a maioria dos gerentes questionados.

reações diante de seu próprio estatuto profissional, diante de seus colegas masculinos e da hierarquia, também masculina. Assim, ele não coteja as constatações efetuadas na Agência contábil com as características da situação das mulheres que, contrariamente aos homens, não podem almejar uma trajetória de promoção profissional. Podemos levantar a hipótese de que é precisamente essa situação que explica que as mulheres trabalhadoras de origem social mais alta sejam levadas a sentir, com mais profundo rancor, a segregação e a ausência de perspectivas na evolução profissional próprias a sua categoria de empregadas, enquanto as trabalhadoras de origem mais modesta parecem relativamente mais satisfeitas em deter um emprego no qual elas se sentem “protegidas”.

Do mesmo modo, o sentimento de “isolamento” (por conseguinte das empregadas) e a “apatia” de algumas categorias de trabalhadoras, noções centrais na análise de M. Crozier sobre o impacto da organização burocrática nos assalariados, não são esclarecidos por uma análise em que o gênero interfere. Na Agência contábil, os julgamentos desfavoráveis das trabalhadoras aumentam com o tempo de serviço, as mais antigas sendo mais críticas em relação à organização e seus dirigentes, mas essa constatação não é relativizada com a segregação e a marginalização das mulheres na organização, ainda que elas sejam majoritárias. O mesmo acontece com a constatação da ausência de espírito de solidariedade nas trabalhadoras (essa solidariedade sendo descrita como se exercendo de um modo puramente negativo contra a direção) e do sentimento de que os problemas das empregadas da Agência são profundamente diferentes (“Somos defendidas pelos homens que não entendem exatamente *nossos problemas de mulheres* e nem sempre se colocam a nosso alcance” (1963, p.55) para que tais problemas sejam resolvidos por meio das reivindicações dos sindicatos, nos quais todas as funções são detidas pelos homens. Se durante uma greve que ocorrera alguns meses antes da pesquisa, em 1953, as empregadas “mais responsáveis e mais trabalhadoras” foram as que mais se envolveram, M. Crozier observa que elas decepcionaram-se com os resultados e veem, na greve, uma outra manifestação de essa “solidariedade negativa” que caracteriza a situação dos empregados da Agência.

Ora, podemos estimar que o conjunto dessa situação se esclarece se considerarmos-na na perspectiva do estatuto das mulheres na sociedade ou na organização, caracterizado por uma ausência total de perspectivas de

promoção e de desenvolvimento profissional, que inscreve-se precisamente na situação de dominação e de marginalização que caracteriza as mulheres. Do mesmo modo, quando M. Crozier enfatiza o determinismo rígido do sistema de organização e dos estatutos sociais, ele não considera (ou mais exatamente considera como algo adquirido) um outro “determinismo”, o que associa-se ao estatuto feminino nas organizações em que as mulheres constituem a maioria, mas são dirigidas unicamente por homens – esse estatuto das mulheres na organização remetendo, evidentemente, ao estatuto das mulheres na sociedade francesa em 1954, o conjunto dessa análise devendo ser recolocado em uma perspectiva histórica.

Organização, poder e gênero

A terceira dimensão pertinente para esclarecer o estatuto do gênero e das relações sociais de sexo na obra de M. Crozier é a da dimensão sexuada do poder organizacional. Essa questão pode ser abordada a partir do caso do monopólio industrial, a segunda organização estudada em *O fenômeno burocrático*.

No início dos anos 1970, o monopólio industrial² é uma empresa pública muito centralizada que agrupa fábricas dispersas pela França. Ela emprega 10 mil operários e 2 mil trabalhadores e gerentes. M. Crozier ressalta os fatores que contribuem com a centralização na empresa: a atividade de cada um insere-se em um sistema de regras que deixa pouco espaço para iniciativas dos diferentes atores. Nas oficinas do monopólio industrial, a organização torna-se extremamente rotineira. As contratações, a promoção, a remuneração, a organização do trabalho, o estatuto dos funcionários na escala das qualificações, todos esses fatores fogem do controle do responsável hierárquico. Este também não exerce influência sobre a produtividade ou sobre o destino profissional dos operários. Um único evento, capital para o mercado da empresa, escapa a essa racionalização: quando uma máquina para devido a uma avaria e as consequências que isso normalmente acarreta. O

2 Apoiamo-nos, aqui, na obra de M. Crozier, mas também no caderno 28 da revista *Pour, L'analyse sociologique des organisations* [A análise sociológica das organizações], publicado por Erhard Friedberg, série *Les dossiers pédagogiques du formateur* (1972).

possível desligamento de uma máquina e a necessidade de consertá-la são, efetivamente, a única fonte de incerteza que subsiste nessa empresa, na qual a solução para qualquer problema é assegurada pela aplicação de uma regulamentação extremamente minuciosa. Assim, nesse universo em que a incerteza foi banida,

por mais detalhada que seja a organização e qualquer que seja o grau de refinamento que a regulamentação interna atinge, é impossível eliminar totalmente a imprevisibilidade do comportamento de um indivíduo e dos grupos dentro das organizações. (Friedberg, 1972, p.48)

Nesse contexto, M. Crozier analisa as relações entre as três categorias profissionais que compõem a oficina: operários de produção, operários de manutenção e chefes. Ele constata que as relações entre operários de produção e chefes são tênues, pouco valorizadas e caracterizadas por um baixo compromisso afetivo de ambas as partes. Dos dois lados, as relações interpessoais são cordiais e tolerantes, e tanto os operários de produção como os chefes não parecem conceder-lhes uma grande importância.

Em compensação, as relações entre operários de produção e operários de manutenção são marcadas por um clima tenso e conflituoso. Os operários de produção expressam uma hostilidade surda e somente 33% deles consideram que os operários de manutenção “fazem o que podem” para consertar as máquinas rapidamente.

Mas essas tensões encontram dificuldades em expressar-se abertamente ou em personalizar-se. Os julgamentos são, inclusive, sensivelmente mais restritos quando se trata de apreciar o serviço de manutenção em geral. Assim, 52% dos operários de produção consideram que, em geral, “está tudo bem entre meus colegas e os operários de manutenção”, enquanto essa proporção sobe para 84% quando os operários de produção julgam as relações que eles estabelecem pessoalmente com “seus” operários de manutenção. (Friedberg, 1972, p.46)

No que lhes diz respeito, esses últimos consideram “seus operários” de produção como “seus” subordinados. Eles os julgam negligentes, acham que não entendem as necessidades da técnica e não trabalham muito. Nessa relação pincelada de paternalismo, eles também acham que a convivência

com os operários de produção é, em geral, difícil. Apenas 50% pensam que vai tudo bem em geral entre os operários de produção e os de manutenção. Assim, três quartos dentre eles pensam que tudo vai “muito bem” ou “moderadamente bem” com “seus” próprios operários de produção.

No que diz respeito às relações entre operários de manutenção e chefes de oficina, as tensões não ficam mais escondidas, e são abertamente hostis. Dominada, aqui, por uma relação conflituosa em torno do exercício do poder no ateliê, a relação comporta, para cada parceiro, uma forte carga emocional. Os operários de manutenção criticam duramente a competência dos chefes e quase metade dentre eles declara com franqueza que os chefes são incompetentes. Eles negam-lhes, além disso, toda sua importância na oficina. De fato, podemos observar que os operários de manutenção se sentem mais satisfeitos com o trabalho na medida em que são agressivos com seus chefes. Os chefes são, também, muito críticos em relação aos operários de produção. Mas suas respostas são “tímidas”: um terço recusa-se a comentar sobre a competência dos operários de manutenção e sua resposta é ainda mais desconfortável quando lhes perguntam se os operários de manutenção atrapalham sua autoridade sobre os operários de produção.

Parece, então, que os verdadeiros chefes de oficina são, de fato, os operários de manutenção, que surgem como vencedores da luta pelo poder que os opõe aos chefes, levando-se em conta a dependência desses últimos em relação aos operários de manutenção para o conserto das máquinas. Os operários de manutenção são os únicos que podem intervir nessa “zona de incerteza” que constitui a avaria das máquinas e essa situação oferece um poder efetivo em todo o ateliê. A pesquisa revelou, inclusive, que todos os manuais de manutenção das máquinas haviam desaparecido.

Foi a partir dessa situação que M. Crozier e, em seguida Erhard Friedberg (1972), definiram seu contexto de análise dos fenômenos de poder nas burocracias. Na oficina, um organograma definindo a cadeia de autoridade hierárquica vem em segundo plano. São os operários de manutenção que exercem o “verdadeiro” poder, devido a sua perícia e a incerteza que eles controlam. É em relação a esse sistema de poder que podemos considerar que os três grupos citados ajustam “racionalmente” seus comportamentos e suas atitudes.

Os operários de manutenção exercem a realidade do poder, mas experimentam um clima de insegurança. Seu poder não é reconhecido na linha

hierárquica de autoridade, porém, diante dessa situação, os chefes encontram-se desmunidos e não possuem os meios de exercer sua autoridade hierárquica. Eles optam pela resignação e uma "participação 'apática'". Quanto aos operários de produção, eles são afetados por sua dependência à boa vontade dos operários de manutenção. Estes últimos dominam toda a linha, mesmo no plano sindical, fornecendo líderes (ainda que os operários de produção elejam também os líderes sindicais, encontrando, ali, uma parcela de poder). Os operários de produção pensam ser importante manter um bom relacionamento com os operários de manutenção, ao mesmo tempo que lhes são abertamente hostis, pois os operários de manutenção têm consciência dessa hostilidade.

Manter um clima tenso, conflituoso e difícil parece ser, nessa perspectiva, o único meio do qual dispõem os operários de produção para fazer pressão sobre os operários de manutenção e impedi-los de abusar de sua situação dominante (Friedberg, 1972, p.48).

Do ponto de vista de uma análise de gênero, o problema que se apresenta aqui é o fato de dois terços dos operários de produção serem mulheres e, ainda que M. Crozier observe isso, ele não o integra, contudo, verdadeiramente, na interpretação dos fenômenos organizacionais que analisa. Ele não ignora a importância das diferenças de sexo na definição da situação. Ele ressalta, assim, que os operários de produção, sendo majoritariamente mulheres,

levam a pensar que a oposição dos sexos é provavelmente um dos elementos importantes que contribuem com a definição da situação. Mas sua influência não deveria, apesar de tudo, ser superestimada. (Crozier, 1963, p.129)

Crozier afirma, inclusive, que essa situação não suscita nenhum comentário dos próprios atores e, além disso, ele não constata nenhuma diferença de reação entre as operárias e os operários de produção em relação aos operários de manutenção.

No entanto, muitas questões podem ser levantadas sobre a feminização da categoria dos operários de produção. Acker e Van Houten (1992 [1974]) enfatizam que a capacidade dos operários de manutenção em afirmar seu poder aos olhos dos outros pode ser acentuada pela presença de mulheres, e não de homens, entre os operários de produção. Segundo esses autores,

operários de produção masculinos teriam sido, sem dúvida, mais suscetíveis de questionar a gravidade das avarias e enfrentar, assim, o poder dos operários de manutenção, enquanto as mulheres operárias aparecem "de pés e mãos atados" diante do domínio das competências técnicas pelos operários de manutenção. Estes podem, assim, ser beneficiados por essa situação para reforçar a percepção que os outros atores têm de seu poder.

Assim, nesse caso, a dependência dos operários de produção em relação aos de manutenção não se limita exclusivamente ao técnico. Repousa também, segundo Acker e Van Houten, em uma dependência pessoal ligada aos "papéis de sexo". Em outras palavras, se as avarias representam efetivamente uma fonte de incerteza, o grau e as características da dependência expressa pelos condutores de máquinas (operários de produção) são estruturados pelas diferenças de sexo. Conseqüentemente, a tecnologia não pode ser considerada como o único fator a criar uma situação de dependência. Esta é intensificada pelo fato de as máquinas serem conduzidas por mulheres (pouco qualificadas).

Porém, em nossa opinião, um segundo esclarecimento, complementar mas distinto do precedente, pode ser dado aos fenômenos de poder nas organizações como estrutura sexuada. Efetivamente, podemos levantar a hipótese de que se o fato de os operários de produção serem majoritariamente mulheres contribui para manter "reprimida" certa hostilidade que seria mais facilmente transformada em conflito se fosse uma maioria de homens. Essa composição sexuada da mão de obra contribuiria, também, para tornar a situação mais aceitável e a "atenuar" os hábitos. Com efeito, os operários de manutenção podem, de algum modo, sentir-se "seguros" através dessa relação, em última instância, "paternalista", e buscarem, por razões afetivas, querer manter um bom relacionamento com "suas" operárias de produção e, por isso mesmo, não intensificarem a dimensão conflituosa da relação, o que poderia ter sido o caso, se fosse constituído de uma maioria de homens. Simetricamente, podemos levantar a hipótese de que as operárias de produção aceitam essa situação de dependência tecnológica e organizacional com certa resignação em um contexto no qual é considerado "normal" que os homens exerçam o poder.

Em conclusão, podemos então ressaltar que a análise sexuada do caso do Monopólio industrial não ilustra somente a dependência das mulheres diante dos homens nas organizações, mas também as modalidades de um "arranjo entre os sexos" que contribui com a construção dessa dependência.

Em *L'Acteur et le système* (1977), as mulheres desapareceram. As operárias do Monopólio industrial tornaram-se definitivamente operários (Ibid., p.58) e as relações entre operários de produção e de manutenção são marcadas por um clima “conflituoso” e por uma opinião dos operários de manutenção sobre os “operários” de produção marcada por um profundo “paternalismo” (Ibid., p.60), são apreendidas sem que seja feita referência ao sexo das pessoas ou categorias consideradas. Ao mesmo tempo que se desenvolve, a partir dos anos 1960 e 1970, um certo número de estudos sobre o trabalho das mulheres,³ esse silêncio a respeito da questão das diferenças de sexo, em um contexto no qual a análise das relações de poder entre os atores torna-se objeto central da análise organizacional proposta por M. Crozier e Ehrard Friedberg, traduz a dificuldade dos autores em articular uma análise das relações de poder a uma abordagem em termos de dominação, por conseguinte masculina.

Conclusão

A questão colocada pela obra de M. Crozier é a de uma Sociologia das organizações constituída ao masculino neutro, ou mais exatamente, de uma Sociologia das organizações que, a partir da constatação da presença das mulheres nos efetivos das organizações em questão, não as observa pela perspectiva do gênero a fim de considerar os fenômenos observados. O que não significa que M. Crozier não “vê” as mulheres, pois, de fato, como ressaltamos, ele não ignora essa questão em suas pesquisas. Isso o conduziu, contudo, a não estabelecer uma relação entre o estatuto concedido às mulheres, o trabalho delas na sociedade e nas organizações e os fenômenos que se encontram no centro da análise que ele conduz nas organizações em questão.

Ao mesmo tempo que M. Crozier se interessa pelas classes sociais, pela burocracia e pelos fenômenos de poder nas organizações, são precisamente

³ Podemos citar aqui, em particular, a obra de Madeleine Guilbert, *Les Fonctions des femmes dans l'industrie* [As funções das mulheres na indústria], publicada em 1966. Na conclusão de seu livro, Madeleine Guilbert questiona-se sobre “a permanência de uma distinção marcada entre papéis profissionais masculinos e femininos nos ateliês (...)” (1966, p.205) e sobre a questão de saber se “a existência de um grupo particular de mulheres no plano profissional teve (...) necessariamente repercussões sobre a coesão da classe operária” (Ibid., p.217).

as relações sociais e essa lógica de poder e de dominação nas organizações (e na sociedade), quando concernem aos homens e às mulheres, que estão ausentes de sua análise. Posicionando-nos na análise conjunta das diferenças de sexo e das relações de poder, podemos pensar que surge, aqui, o peso de uma “proibição”, aquele que é associado à vontade de apreender o poder abstraindo-se de uma análise em termos de relações sociais de dominação e, em particular, de dominação masculina.

Ora, como pudemos mostrar na análise do trabalho (Maruani, 1998), não se trata somente de um “esquecimento” ou do esquecimento de uma “variável” (Laufer, Marry, Maruani, 2003, p.7). Trata-se de ir ainda mais longe, de fundar um outro olhar sobre as organizações que não devem mais ser “neutralizadas”. Enquanto as reflexões e as pesquisas que estruturaram a evolução do campo da Sociologia e da teoria das organizações elaboraram, durante muito tempo, sobre o masculino neutro, numerosos trabalhos empenham-se, de agora em diante, em efetuar uma análise crítica desses trabalhos fundadores⁴ e realizam uma análise das organizações como “estruturas sexuadas” nas quais se inscrevem, por exemplo, a segregação dos empregos masculinos e femininos, a ordem hierárquica instituída entre esses empregos ou, ainda, a ausência de mulheres nos cargos de autoridade (Laufer, 1982; Acker, 1990; Acker e Van Houten, 1992 [1974]; Wacjman, 2003).

⁴ Um exemplo particularmente esclarecedor é o da pesquisa realizada em Hawthorne nos Estados Unidos e que ocupa um lugar central na história das teorias sobre o exercício da autoridade nas organizações e sobre o que se decidiu chamar “gerenciamento participativo” (Acker e Van Houten, 1992 [1974]). Nessa pesquisa, conduzida entre 1927 e 1932 na General Electric, dois tipos de situação foram observados: a reação das operárias diante das variações das condições de trabalho e o funcionamento de equipes masculinas em uma outra oficina da fábrica. No caso das operárias, constata-se o seguinte: apesar de todas as variações das condições de trabalho (pausas, iluminação etc.) a produtividade continua a subir. Na análise dos pesquisadores, ressalta-se a importância da atitude aberta e atenta da hierarquia e do peso determinante dessa relação entre o responsável e a equipe de operárias sobre a motivação e a produtividade dos assalariados. No caso das equipes masculinas, constata-se a importância da dinâmica psicológica, da formação de normas de grupo assim como fenômenos de resistência “informal”. Acker e Van Houten (1992) chamam a atenção para o dispositivo experimental e os resultados da pesquisa Hawthorne devem ser apreendidos sob o ângulo da estrutura sexuada da mão de obra. No caso das operárias, sua juventude, sua situação de “submissão”, tanto em seu contexto familiar como em seu posicionamento na hierarquia da empresa, contribuíram para sua aptidão a inscrever-se em um esquema “participativo” e de cooperação.

Referências bibliográficas

- AA.VV. *Le Sexe du travail: structures familiales et système productif*. Grenoble: PUG, 1984.
- ACKER, J.; VAN HOUTEN, D. R. Differential Recruitment and Control: the Sex Structuring of Organization. In: MILLS, A. J.; TANCRED, P. (dir.). *Gendering Organizational Analysis*. Londres: Sage, 1992 (1974).
- _____. Jobs, Hierarchies, jobs, bodies: a theory of gendered organisations. *Gender and Society*, v.4, n.2, jun., p.139-158.
- CROZIER, M. *Le Phénomène bureaucratique*. Paris: Seuil, 1963.
- _____. *Le Monde des employés de bureau*. Paris: Seuil, 1965.
- _____. *À quoi sert la sociologie des organisations? Théorie, culture et société* (v.I); *Vers un nouveau raisonnement pour l'action* (v.II). Paris: Seli Arslan, 2000.
- _____.; FRIEDBERG, E. *L'Acteur et le système*. Paris: Seuil, 1977.
- FRIEDBERG, E. L'analyse sociologique des organisations. *Les Lias*, caderno 28, 1972.
- GOULDNER, A. W. *Patterns of Industrial Bureaucracy*. Glencoe: Free Press, 1954.
- GUILBERT, M. *Les Fonctions des femmes dans l'industrie*. Paris: Mouton, 1966.
- LAUFER, J. *La Féminité neutralisée? Les femmes cadres dans l'entreprise*. Paris: Flammarion, 1982.
- _____.; MARRY, C.; MARUANI, M. (dir.). *Le Travail du genre. Les sciences sociales du travail à l'épreuve des différences de sexe*. Paris: La Découverte, 2003.
- MARUANI, M. (dir.). *Les Nouvelles Frontières de l'inégalité hommes et femmes sur le marché du travail*. Paris: La Découverte, 1998.
- MERTON, R. K. *Bureaucratic Structure and Personality*. *Social Forces*, Oxford, v.18, n.4, 1940, p.560-568.
- SELZNICK, P. *TVA and the Grass Roots. A Study of the Sociology of Formal Organisation*. Berkeley: University of California Press, 1949.
- WAJCMAN, J. Le genre au travail. In: LAUFER, J.; MARRY, C.; MARUANI, M. (dir.). *Le Travail du genre. Les sciences sociales du travail à l'épreuve des différences de sexe*. Paris: La Découverte, 2003, p.151-162.
- WEBER, M. *Économie et sociétés*. Paris: Plon, 1971 (1921). [Ed. Bras.: *Economia e sociedade*. Brasília: UnB, 2009.]

10

ALAIN TOURAINE. DO ESQUECIMENTO DO GÊNERO AO SUJEITO-MULHER: PARA UMA FILOSOFIA DA DIFERENÇA?

Xavier Dunezat e Elsa Galerand

Em última instância, não creio que vocês possam dar uma imagem completa de uma realidade coletiva, seja ela temporal ou espacial, se vocês não fizerem intervir a dimensão das relações entre homens e mulheres.

Alain Touraine (2000, p.351, grifo nosso)

A “Sociologia dinâmica” de Alain Touraine, classificada nos anos 1980 como uma das quatro grandes correntes francesas das “Sociologias contemporâneas” (Ansart, 1990), é relativamente invisível na Sociologia francesa que se interessa pelo gênero e pelas relações sociais de sexo. À primeira vista, essa invisibilidade surpreende se observarmos os textos mais recentes de A. Touraine (1997; 2000; 2005; 2006). Efetivamente, no “ponto de chegada” (2007, p.275-302) de sua considerável obra – aproximadamente quarenta livros –, A. Touraine conclui que “a figura mais eminente do sujeito, pelo menos nos países democráticos do Ocidente, é o conjunto de mulheres” (Ibid., p.290).

O paradoxo entre a invisibilidade relativa – na Sociologia do gênero – da obra de A. Touraine e a centralidade que ele concede à “dualidade homens/mulheres” (Touraine, 2000, p.349) no final de seu percurso teórico pode, contudo, ser apreendido a partir de três hipóteses. Até os anos 1970, a Sociologia de A. Touraine (1966, 1969) construiu-se sem considerar as relações homens-mulheres: os fundamentos de sua teoria e sua interpretação do

movimento operário ficaram, assim, marcados por um esquecimento do gênero, mas um *esquecimento consciente*. Foi a busca do “novo movimento social” central nas sociedades “programadas” que explica seu interesse pelo movimento das mulheres nos anos 1970. Contudo, a análise que ele propõe (1993 [1973]; 1974; 1977; 1982) vai ao encontro das tendências diferencialistas desse movimento e à arriscada posição assumida em relação àquelas que estão construindo a Sociologia das relações sociais de sexo e do gênero na França a partir de uma conceitualização antinaturalista das categorias de sexo. Desde os anos 1990 (1992), assistimos à renovação da reflexão touraineana sobre as relações homens-mulheres, mas devemos relativizar suas contribuições à Sociologia do gênero: metodologicamente confusa, sua análise inscreve-se em uma forma de filosofia do sujeito e da diferença muito distante de um questionamento sobre as relações de poder.

Sociedade industrial, trabalho e consciência operária: o esquecimento consciente do gênero

“O que o sociólogo deve pensar?” (1974, p.243): essa pergunta orientou o primeiro período do percurso intelectual de A. Touraine. Se sua entrada na Sociologia do trabalho se materializa por investigações empíricas sobre o trabalho operário e sobre a “consciência operária” (1966). A abordagem visa, antes de tudo, criar um esboço conceitual que permite teorizar a sociedade industrial [2000 (1965)] e, mais tarde, a “sociedade pós-industrial” (1969), tipo social fundado em uma maior capacidade de “produção da sociedade” [1993 (1973)] por ela própria ou em uma maior historicidade.

Ora, esse primeiro período da obra touraineana é estruturado por um esquecimento – parcialmente consciente – do gênero. Efetivamente, como A. Touraine explicitará já no início dos anos 1970, as desigualdades homens-mulheres devem ser pensadas, na sociedade moderna, como resíduos de outros tipos sociais. Essa relação, que “é essencial somente nas sociedades menos diferenciadas” (1974, p.148), seria associada a uma antiga divisão sexual do trabalho – naturalizada por A. Touraine até seus textos mais recentes – explicando-se “por um *pattern* [padrão] cultural que atribui um papel central aos homens conquistadores e aos caçadores” (Touraine, 2005, p.346-347). Assim, no momento de pensar a mudança social

nas sociedades modernas e primeiramente nas industriais, A. Touraine não se deixa influenciar por esses resíduos (como por alguns outros). Essa recusa em caracterizar as relações sociais de sexo como vivas e tão fundamentais quanto as relações de classe *hic et nunc* estrutura, pelo menos, três limites à análise do ator central das sociedades industriais: o movimento operário.

Primeiramente, A. Touraine limita o trabalho ao trabalho profissional. A ideia de que a divisão do trabalho doméstico possa constituir um interesse qualquer e que o patriarcado (Delphy, 1998) ou a “sexagem” (Guillaumin, 1992) – como modos de exploração desse trabalho – possam ainda estruturar o que ele chama de sociedade industrial não aflora nunca. Ela não obtém o estatuto de ideia, mesmo secundária, para pensar a capacidade de ação da sociedade em si. A divisão sexual do trabalho é colocada sob a questão da reprodução tradicional, tanto que ela surge como uma mera sobrevivente do passado.

Assim, a consciência operária,¹ objeto privilegiado de A. Touraine através dos modos de análise das “atitudes no trabalho” (operário e industrial), diz respeito somente aos operários homens. *A posteriori*, a originalidade de sua abordagem enfraquece-se pela ocultação das mulheres, trabalhadoras domésticas, operárias, empregadas de serviços diversos. Ao desejar romper com uma concepção do “trabalho industrial” que realiza apenas “um conjunto de obrigações que pesam sobre a natureza humana” (Touraine, 1966, p.369), sua investigação quantitativa publicada em 1966 pretende “considerar sucessivamente o trabalhador como indivíduo, como ator social e como sujeito histórico” (Ibid., p.12). Mas esse trabalhador não é qualquer um. Como definido no apêndice metodológico, a investigação fundamenta-se em uma amostra de 2029 operários franceses “de sexo masculino”: ela não “considera as operárias” (Ibid., p.369). Esse impasse consciente sobre as operárias é um verdadeiro problema, pois, como o mostrarão trabalhos posteriores (Kergoat, 1982), elas não podem ter as mesmas atitudes no trabalho que os operários devido à sua dedicação prioritária – ou mesmo exclusiva – ao trabalho doméstico. Conseqüentemente, os conteúdos e os modos de formação da consciência operária são sexuados. Por

1 “Não existe classe em si” e “não é possível que exista classe sem consciência de classe” (Touraine, Wieviorka; Dubet, 1984, p.52).

exemplo, o que simboliza o enfreamento – “expressão (individual) de uma insatisfação”, ou mesmo “desejo de controlar um certo sistema de relações sociais”, ou ainda “vontade de dirigir os operários sobre suas condições de trabalho” (Touraine, 1966, p.18) – para as operárias, já que ele não se refere à totalidade de seu trabalho? Ao tratar das relações homens-mulheres como um resíduo nas sociedades industriais, A. Touraine negligencia a consciência operária feminina.

Enfim, é a própria gênese do movimento operário e de seu enfraquecimento que merece ser questionada. O lugar central da formação de uma consciência de classe operária é “definido pelo lugar da desestruturação mais direta e mais ativa da autonomia profissional pela organização industrial” (Touraine; Wieviorka; Dubet, 1984, p.101). Mas essa perda de autonomia não caracterizaria, bem antes dos “operários de profissão”, a classe operária feminina no trabalho profissional, no trabalho doméstico ou mesmo no trabalho sindical?

Do mesmo modo, graças a uma pesquisa feita junto a cinco grupos de “militantes operários”, A. Touraine mostra que o “primeiro movimento social moderno” (Touraine, 1984, p.408) encontra-se em pleno declínio, em particular porque a consciência de classe operária se decompõe com o surgimento das novas figuras da produção (químicos, técnicos da informática) e a distância cada vez maior entre as categorias qualificadas e os operários especializados (OE). Um simples olhar na sociografia das amostras investigadas (Ibid., p.15-16) mostra que as novas figuras e os OEs são feminizados, ao contrário das antigas figuras que trouxeram a consciência de classe operária, exclusivamente masculinas (siderúrgicos, ferroviários). Ainda assim, o mal-estar é profundo ao considerarmos a Sociologia do gênero. Enquanto o exame das contradições de sexo e da feminização do mundo do trabalho profissional deveria levar a raciocinar sobre a recomposição da classe operária, para A. Touraine, movimento operário e movimento operário masculino confundem-se. Essa confusão explica parcialmente as hipóteses sobre o declínio do movimento operário e da atenuação dos conflitos que tenham o trabalho como objeto principal, hipóteses centrais no paradigma dos novos movimentos sociais.

O esquecimento consciente do gênero, que caracteriza o primeiro período do percurso de A. Touraine, será contestado pela irrupção do *Mouvement de Libération des Femmes* (MLF) nos anos 1960-1970.

Concedemos-lhe o mérito de não negligenciar esse objeto, pois, apesar de sua concepção residual das relações homens-mulheres, ele propõe uma análise sobre tal objeto ao submeter o movimento das mulheres à mesma problemática que os outros “novos movimentos sociais”. Esse último é, porém, *gender blinded* quando não integra as conquistas da conceitualização sociológica e feminista das categorias do sexo (Mathieu, 1971). Essa segunda etapa é essencial para compreender a irrupção da mulher-sujeito nos estudos de A. Touraine nos anos 2000.

Sociedade programada, novos movimentos sociais e movimento das mulheres: o reconfortante encontro com Antoinette Fouque

“O que o sociólogo deve fazer?” (Touraine, 1974, p.243). Essa questão abre um segundo período na vida intelectual de A. Touraine. Para lutar contra os sociólogos deterministas, A. Touraine queria que “as práticas sociais impusessem uma resposta à qual seu pensamento teria fornecido uma interpretação teórica na França e nos países vizinhos” (Touraine, 1993 [1973], p.12-13). Essa esperança empírica e essa pretensão teórica conduzem a focalizar o olhar sociológico sobre os “novos movimentos sociais” a partir de uma problemática já formulada em 1965: que tipo de movimento social desempenhará, na sociedade pós-industrial ou programada, o papel exercido pelo movimento operário na sociedade industrial?

Até os anos 1980, A. Touraine e a equipe que ele formou vão procurar respostas ao elaborar um método – a intervenção sociológica (1978) – cujo

princípio é o de encarregar o pesquisador de fazer surgir em um grupo de atores, eles próprios interessados por essa pesquisa, o que, em sua ação coletiva, questiona mais profundamente a organização social. (Touraine, 1982, p.12)

A questão do gênero vai, assim, surgir e influenciar a obra touraineana desde os anos 1970. Contudo, seu interesse pelo gênero é, nesse momento, completamente indireto: não trata-se de analisar o movimento das mulheres em si, mas como figura potencialmente significativa do advento de um novo tipo social, sem classes, pós-material, pós-industrial.

Esse movimento seria um ator significativo nesse contexto “ou algo diferente de um movimento social?”² (Touraine, 1974, p.147). Três níveis de resposta são, então, distinguíveis nesse segundo período.

Primeiramente, desde os anos 1970, A. Touraine afirma uma espécie de posicionamento antidiferencialista e progressista que se inscreve em sua concepção das relações homens/mulheres como resíduos. “A desigualdade entre homens e mulheres não pode encontrar nenhuma justificativa em nossa sociedade” enquanto o “elogio das virtudes domésticas ou de longas meditações sobre a essência da feminilidade” são apenas “subterfúgios” (Ibid.). Nesse contexto de uma teoria geral segundo a qual as sociedades pós-industriais caracterizam-se pelo “fim dos personagens” (Touraine, 1977, p.213-220), A. Touraine proclama o desaparecimento dos “grupos de sexo, como grupos reais”, desaparecimento que “acompanha-se de uma maior atenção dada aos problemas da sexualidade e das relações sexuais (Ibid., p.218). A temática da sexualidade, central na teoria da mulher-sujeito dos anos 2000, emerge, assim, muito cedo (Touraine, 1974, p.143).

Em seguida, e partindo desse ponto, A. Touraine tenta avaliar – fora de qualquer verdadeira investigação empírica³ ou análise das relações de sexo – o significado das reivindicações feitas pelo “movimento que se forma contra a submissão das mulheres” (Touraine, 1993 [1973], p.321). A princípio, ele é categórico: limitado a uma “luta pela liberação ou pela igualdade”, esse movimento faz parte desses “protestos modernizadores” (Ibid., p.320) que se contentam em lutar contra a ausência de historicidade, levando-se em conta que “a dependência das mulheres vem de muito mais longe” do que as “necessidades da dominação de classe em nosso tipo de sociedade, industrial ou pós-industrial” (Ibid.). Ele não é um movimento social. Essa posição categórica atenua-se levemente a partir de 1974. O “movimento feminista” permanece “um movimento propriamente político” que deseja somente “suprimir os resquícios de uma antiga relação de classes” (Touraine, 1974, p.148).

Porém, A. Touraine acrescenta dois elementos importantes mais tarde. Por um lado, a “condição feminina” é parcialmente determinada “pela

natureza atual das relações de classe” (Ibid., p.150). Por outro, o movimento das mulheres pode potencialmente tornar-se um movimento social, ator do “novo conflito central”. Basta que ele deixe de reivindicar a igualdade somente em nome das mulheres – ou seja, contra os homens – e que ele oponha a “resistência da natureza, do corpo, da sexualidade, do sentimento” ao “aparelho tecnocrático” (Ibid., p.152).

Durante os anos 1970, A. Touraine conserva esse eixo de análise, mas endurece o tom. Os “movimentos femininos”, em particular aqueles inspirados por Simone de Beauvoir, podem, agora, tornar-se perigosos para todas essas mulheres que não se encaixam nas “categorias superiores mais bem colocadas” e para as quais liberação e igualdade “são, finalmente, apenas a possibilidade de colocar à disposição de um capitalismo de consumo mais força de trabalho e um maior poder de compra” (Touraine, 1977, p.230). O risco de ficar limitado ao gueto está sempre rondando os movimentos que se caracterizam por um “liberalismo abstrato” e um “integrismo feminista” (Ibid., p.231). Esse endurecimento de tom sobre o feminismo vai ser beneficiado por um encontro inesperado com Antoinette Fouque no início dos anos 1980.

Efetivamente, em um livro dirigido por A. Touraine (1982), os “movimentos sociais de hoje” são minuciosamente observados juntamente com seus atores, dentre eles o movimento das mulheres com “militantes do MLF”. Em uma confusão metodológica recorrente, A. Touraine confessa que uma “intervenção” teria sido iniciada em 1982 e teria como objetivo não “se manter fechado no mundo limitado das ‘feministas’ patenteadas”, pois ele pretende “atingir mulheres em um nível de ação muito diferente e que manifesta uma consciência feminina que poderia ser equivalente de uma consciência de classe popular” (Touraine, 1982, p.41). Mas quem foi convidado para representar a voz das mulheres? A. Fouque, figura importante mas contestada do MLF (Picq, 1993). Em uma de suas obras reflexivas, A. Touraine confessará ter sido marcado por esse encontro, pois ele ficará “com certeza mais sensível a esse lado do movimento feminino do que do lado Beauvoir-Badinter, o lado unissex” (Touraine, 2000, p.345), sensibilidade que revela um desconhecimento da pluralidade dos feminismos.

Ao reunir-se a A. Touraine na contestação do “feminismo totalitário” e ao propor o por tal movimento às ciências das mulheres – uma “femininologia” – Fouque vai ajudá-lo a melhor definir as “condições de existência de

2 Para uma crítica marxista do aspecto normativo da definição touraineana do movimento social, remetemos, em particular, a S. Bérout, R. Mouriaux e M. Vakaloulis (1998).

3 A primeira intervenção sociológica sobre o movimento das mulheres começará em 1982.

um movimento de mulheres” (Fouque 1982, p.232-242). Trata-se, primeiramente, de salvar “esse termo mulher” que o “feminismo da não diferença, o feminismo do “Como não se tornar mulher”, quer abolir. Pois o interesse, para a sociedade futura, é criar “mulheres com homens, em vez de meninas em um mundo de pais” (Touraine, 1982, p.232). Esse modo de apresentação do movimento das mulheres vai confortar a análise touraineana, e não somente no que diz respeito à oposição do feminismo e do movimento das mulheres.

Primeiramente, devemos ultrapassar a “ação modernizadora” (Ibid., p.235) focalizada somente na igualdade, pois esta “conduz ao unissex” enquanto a abolição da distinção privado/público satisfaz apenas um mercado que “não quer mais as mulheres em casa”. Melhor ainda, assistiríamos a uma feminização que “é quase sempre ligada a uma inferiorização” porque as mulheres permanecem excluídas dos “aparelhos de gestão” e porque elas não são protegidas pelos “muros da intimidade” contra “a imagem de mulher-objeto” (Ibid., p.237). Em seguida, a ação das mulheres, com a tendência ao “isolamento lesbiano (...) pode conduzir a um terrorismo comunitário” (Ibid.). Enfim, o movimento de mulheres mantém-se potencialmente um movimento social sob duas condições. Ele deve melhor definir o adversário do movimento, pois “o conflito não se situa entre os homens e as mulheres, mas entre os tecnocratas e os públicos” (Ibid., p.239). Ora, excluídas dos aparelhos de gestão, as mulheres estão mais bem situadas para suscitar um movimento social contra a tecnocracia. Mas, segunda condição, essa luta deve, também “ser levada em seu próprio terreno, o do sexo”.

Apesar de ter sido criticada, a teoria touraineana dos novos movimentos sociais e sua visão do movimento feminista são, ainda hoje, muito pouco discutidas fora da Sociologia que se interessa pelo gênero.⁴ As interrogações touraineanas sobre as “mulheres” vão reemergir no fim dos anos 1990, no contexto de um pensamento social que tende a caminhar para uma espécie de Filosofia da diferença.

4 Ver J. Trat (2002). Para uma teorização do “movimento de mulheres como movimento social” a partir da definição touraineana, ver D. Lamoureux (1981).

O sujeito-mulher: uma Filosofia antissociológica da dualidade homens-mulheres

“A reversão que transforma uma sociedade de conquistadores do mundo em uma sociedade de construção de si substituiu a sociedade de homens por uma sociedade de mulheres” (Touraine, 2006, p.224). Depois de uma fase de transição teórica (1984-1992) durante a qual A. Touraine constata que os “novos movimentos sociais” apresentam dificuldades em fazer emergir um movimento social central, assistimos a uma recentralização do sujeito (pessoal), como se fosse resultante da decomposição do social e de suas garantias metassociais (Deus, Razão, História). Esse sujeito, dirigido para a defesa de direitos culturais, invoca características individuais – a afirmação e a construção conscientes de si – porém possui um sentido universal (Dubet; Wieviorka, 1995; Lebel, 2007). Essa recentralização acompanha-se de uma dupla proclamação que constitui *a priori* uma virada na interpretação do mundo para A. Touraine. Por um lado, “o sujeito é o olhar sobre o corpo individual, não social, somente vivo e sexuado” (Touraine, 2000, p.47). Por outro, “as mulheres, no novo paradigma no qual entramos, são não somente o ator social central, mas, o que é ainda mais importante, a figura principal do sujeito” (Touraine, 2006, p.187).

Efetivamente, após ter relativizado a significação do movimento das mulheres nos anos 1970, A. Touraine apoia-se em uma nova intervenção sociológica apresentada de modo lacunar – duas séries de entrevistas individuais e grupos de discussão (Ibid., p.28-29) – para fazer do sujeito-mulher o núcleo central do novo sujeito nas sociedades atuais.⁵ Essas mulheres, definidas como “atrizes pós-feministas” (Ibid., p.101) – “são explicitamente antifeministas porque querem sair de todos os duos de oposição entre homens e mulheres” (Ibid., p.140) – incarnam um “eu” orientado para a criação de si. Depois de ter sintetizado os contornos dessa inflexão principal no pensamento touraineano, analisaremos o ponto de vista da Sociologia do gênero.

5 Essa dinâmica de sua obra é particularmente visível no capítulo intitulado “Uma sociedade de mulheres” do livro *Um novo paradigma* (2005, p.337-379) e em *O mundo das mulheres* (2006).

A teoria do sujeito-mulher

Inicialmente, A. Touraine continua a distanciar-se – ao mesmo tempo que se declara solidário – do feminismo que não foi “além das denúncias da condição social da mulher” (Touraine, 2005, p.349) porque muito arraigada no marxismo, simples “componente do movimento operário (...) ao preço da pobreza de uma análise que pouco se preocupava com a formação da consciência feminina” (Touraine, 2006, p.187). Felizmente, “dois tipos de feminismo” permitiram-lhe, apesar disso, construir sua teoria da mulher-sujeito. O primeiro, e mais uma vez, o feminismo de A. Fouque (Touraine, 2004 [1995]), que pretende afirmar uma diferença: existem dois sexos. Mas um outro feminismo, dessa vez o *queer*, também marcou A. Touraine: o das “lésbicas radicais americanas” conduzidas por Judith Butler (1990) que desconstruíram o gênero ao impor “a ideia de que as normas de relações entre mulheres e homens eram criadas com o objetivo de cimentar a hegemonia de um sistema social, que concede um verdadeiro monopólio às relações heterossexuais” (Touraine, 2006, p.19).

Em seguida, ao reivindicar essa herança ao mesmo tempo que desejava “estender a reflexão para uma outra direção” (Touraine, 2005, p.349), A. Touraine afirma que as mulheres são portadoras de um modelo cultural que deve opor-se àquele mais masculino da “polarização dos recursos”, através do qual o mundo se decompôs durante a modernidade: entre o corpo e o espírito, a emoção e a razão, os homens e as mulheres. Assim, a “vocaçã central das mulheres na nova sociedade” é “tornar compatíveis comportamentos ou atitudes distintos e até mesmo opostos uns aos outros na modernidade”, como, por exemplo, “vida pública e vida privada, cálculos e emoções” (Ibid., p.354). Mas por que e como as mulheres adquiriram esse lugar central?

Com o desafio das mutações culturais atuais sendo a passagem de uma cultura industrial dirigida para o trabalho (profissional) a uma cultura dirigida para a relação com o corpo, somos “diretamente levados a ideia de uma cultura definida e vivida mais intensamente pelas mulheres do que pelos homens” (Ibid., p.342). Nessas mutações, as mulheres estão mais bem colocadas graças às “obrigações da vida biológica” e dos “órgãos de reprodução” (Ibid., p.342), e, depois serem excluídas da vida pública, tiram proveito agora, no momento em que os “laços entre si e si próprio”

tornam-se prioritários. E se existe constituição de um sujeito-mulher central nas sociedades atuais, é porque “as mulheres, constituídas e definidas por sua inferioridade, não procuram inverter a relação de poder, mas ‘superá-la’, fazendo desaparecer a lógica que determinava sua inferiorização” (Ibid., p.368). Ao recusar essa construção masculina que é o gênero (ser mulher ou homem), “elas pensam e agem em termos *ambivalentes*, que permitem combinar e não obrigam a escolher” (Ibid., p.368). Além do mais, essa “nova sociedade de mulheres” não se opõe mais aos interesses dos homens, pois ela os “libera da carga cada vez mais esmagadora de conquistar a natureza e mudar o mundo” (Ibid., p.375). Estamos, definitivamente, no “pós-feminismo” (Ibid., p.377-379), mundo no qual “as mulheres têm mais capacidade que os homens de comportarem-se como sujeitos” (Touraine, 2006, p.224), como “o universo da sedução” pode confirmar (Touraine, 2005, p.360-361). Mas como elas operaram uma tal reversão de situação? Segundo A. Touraine,

foi ao reivindicar uma sexualidade independente das funções de reprodução e de maternidade que as mulheres constituíram-se verdadeiramente em movimento social e avançam cada vez mais longe – mais longe do que pela luta pela igualdade e contra a discriminação. (Ibid., p.345)

Na sociedade pós-industrial, a sexualidade tem a mesma importância central que o trabalho tinha na sociedade industrial: ela é “construção da personalidade através das relações afetivas sexuadas e diversas formas de prazer erótico”, ela confunde-se com o sexo, mas não com o gênero, que é apenas “uma construção social da vida sexual” (Ibid., p.348).

Se não podemos superar a dualidade fundadora homens-mulheres, a sexualidade pode tomar formas plurais, desconstruindo ao mesmo tempo o gênero: heterossexuais, homossexuais, bissexuais... os homossexuais tendo sido os “exploradores, para toda a sociedade, de modos variados de viver a sexualidade” (Touraine, 2000, p.358). Se essa pluralidade permite ao sujeito construir-se contra a dominação do gênero, o desafio não se situa mais ali. Efetivamente, “a sexualidade ocupa um lugar central na formação do sujeito”, pois ela é, ao mesmo tempo, autonomia do sexo, relação ao outro e nascimento da consciência de si como sujeito, essa terceira dimensão sendo a “mais elevada significação da sexualidade” (Touraine, 2005,

p.364). A centralidade da sexualidade no nascimento do sujeito é atestada, segundo A. Touraine (com que metodologia?), pela resistência atual, nas populações de origem imigrante, homens – em particular os irmãos das meninas – à liberdade da sexualidade feminina (Ibid., p.366-367).

Em resumo, ao reivindicar a “sua” sexualidade, as mulheres fundam a sociedade na “igualdade e na diferença”, uma sociedade que conscientizou-se que, para obter a igualdade, seria necessário reconhecer plenamente as diferenças. “Estamos em uma sociedade e vivemos vidas individuais cujo ‘sentido’ encontra-se mais nas mãos, na mente e no sexo das mulheres do que nas mãos, na mente e no sexo dos homens”, conclui A. Touraine (2006, p.224).

Sociologia ou Filosofia da diferença?

Alain Touraine apropria-se plenamente da noção de “gênero” nos anos 2000, mas de um modo que parece-nos afastá-lo da Sociologia do gênero tal qual ela desenvolve-se na França hoje.

Primeiramente, ele adota uma postura que torna o “gênero” paradigmático, já que ele transforma-o no princípio de constituição da principal figura do Sujeito: as mulheres. Enquanto a necessidade de pensar a imbricação das relações sociais de sexo, de classe, de raça aumenta na teorização do gênero, A. Touraine erige, a partir de então, as mulheres em sujeito principal. Mas por que as mulheres e que mulheres? Quem são essas atrizes pós-feministas? Onde estão esses “territórios liberados” nos quais se desenvolve essa “consciência feminina” (Touraine, 2006, p.46) portadora do sujeito? E por que não as(os) operários(as), ou as vítimas de racismo?

Em outras palavras, o estatuto primordial que, de agora em diante, a dualidade homens/mulheres assume no pensamento de A. Touraine, apoia-se em uma conceitualização do gênero que o torna incomparável a qualquer outra relação de poder. Ao ponto de essa consideração do gênero não conduzi-lo absolutamente a rever seu modelo de análise, em particular a hipótese – sem dúvida a mais polêmica (Béroud et al., 1998; Chauvel; Schultheis, 2003) – segundo a qual os conflitos do trabalho desapareceriam. É que, para A. Touraine, o gênero não é uma relação social tendo como maior interesse, especialmente, a organização do trabalho. Como vimos,

sua reflexão sobre o trabalho é fundada no esquecimento das mulheres, mas deve-se acrescentar que sua reflexão sobre o gênero é fundada no esquecimento do trabalho. Como se as mulheres não trabalhassem.

Sua teoria do “gênero” é, efetivamente, inteiramente enraizada na sexualidade e na reprodução, ao mesmo tempo que é dissociada da questão da organização do trabalho e da exploração. Essa questão é uma particularidade das relações de classe para A. Touraine, enquanto ele considera a sexualidade como o interesse dos conflitos de “gênero”, de tal forma que os laços que unem o gênero e a classe não podem ser pensados a partir de A. Touraine, nem mesmo os laços que unem a opressão em termos de sexualidade e exploração que se realiza em e pela divisão sexual do trabalho. A separação dos interesses e dos conflitos é, assim, mantida. Para cada conflito, seu interesse, e para cada interesse, seu ator. Tudo acontece como se a organização da sexualidade e a da reprodução não fosse ligada à do trabalho, como se a relação do trabalho não fosse também de gênero, e como se a relação de sexualidade não fosse também de classe. A sexualidade é apreendida como uma área separada do resto do mundo social: o terreno das mulheres.

Além das críticas que podemos fazer a essa posição em um plano teórico (Jackson, 1996; Tabet, 1998), a análise é problemática no que concerne ao método, pois se apoia exclusivamente nos discursos e nada sabemos sobre as práticas. Não conhecemos melhor as posições ocupadas pelas mulheres nas relações de classe ou de raça. Nada é dito sobre sua relação com o trabalho, profissional e doméstico, suas trajetórias sociais são ilusórias, como se o simples fato de tratar-se de mulheres fosse suficiente para contextualizar sociologicamente seu modo de falar de sexualidade, de feminismo, de paridade, de corpo e aparentemente não falar de trabalho. Esse problema de método parece-nos muito significativo de uma subteorização do gênero e das categorias de sexo que conduz diretamente a uma interpretação a-sociológica e desencarnada da pertença de sexo. Tanto que o surgimento do sujeito “mulheres” parece-nos mais reivindicado do que verdadeiramente demonstrado, as condições sociais de formação desse sujeito não tendo sido explicitadas.

Em seguida, *Le Monde des femmes* [O mundo das mulheres] parece-nos sintomático dos deslizes diferencialistas (apesar do autor defender-se sobre isso) induzidos por uma definição idealista e truncada do gênero

fundamentada na recusa em teorizá-la como uma relação social, não somente de dominação simbólica e de opressão física do gênero, mas também de exploração material. Seguindo essa compreensão, que não é exclusiva de A. Touraine, os homens e as mulheres não são categorias antagônicas ou contraditórias, ou seja, classes historicamente produzidas e que podemos, então, superar. A. Touraine insiste, ao contrário, na necessidade de romper com a análise das relações homens-mulheres como relações de classe, “retórica que não explica nada”, pois “quem acredita realmente que as relações amorosas, os papéis familiares e as relações de casal são apenas fantasias da guerra dos sexos?” (Touraine, 2006, p.96). Muito além disso, essa representação em termos de classes de sexo, do mesmo modo que o horizonte de uma sociedade sem sexo, seria mortífera para a construção do Sujeito e contraprodutiva. Ela impediria, também, de ver o sujeito constituir-se na reivindicação de igualdade na diferença.

Assim, A. Touraine, sem dúvida, abordou o “gênero” mas – levando em conta uma abordagem “sociológica” original mas solitária, que não integra nem as conquistas, nem os avanços da teoria feminista – a Sociologia do gênero e das relações sociais de sexo encontrará muita dificuldade em reutilizar seus textos. Dos mais antigos trabalhos touraineanos aos mais recentes, o “gênero” passou do estatuto de resíduo que não merecia ser estudado ao de entrada privilegiada para pensar o Sujeito. Depois de ter ocultado o caráter sexuado do movimento operário naquele momento erigido como ator central e, em seguida, de ter desqualificado o movimento feminista, ele chega a uma teoria do sujeito-mulher que ignora as contradições de sexo e as contradições entre mulheres.

A centralidade concedida à dualidade homens-mulheres nos últimos trabalhos não constitui, assim, uma verdadeira ruptura, pois ela mantém-se ao serviço de um quadro teórico construído sobre a ocultação do gênero como relação social que precede o sexo (Delphy, 2001).

Finalmente, no plano da teoria, como também no plano do método, *Le Monde des femmes* parece-nos marcado por um diferencialismo disfarçado, uma Filosofia da diferença, que substituiu a natureza pela cultura mas que, nem por isso, conduz a uma definição substancial do grupo das mulheres, assim como a uma conclusão surpreendente para aquelas e aqueles que interessam-se pela configuração atual das relações sociais de sexo: as mulheres, quaisquer que sejam suas pertencas sociais (de classe, de raça...),

seriam de agora em diante coletivamente mais bem posicionadas do que os homens na luta para tornar-se sujeito.

Referências bibliográficas

- ANSART, P. *Les Sociologies contemporaines*. Paris: Seuil, 1990.
- BEROUD, S.; MOURIAUX, R.; VAKALOULIS, M. *Le Mouvement social en France. Essai de sociologie politique*. Paris: La Dispute, 1998.
- BUTLER, J. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Nova York: Routledge, 1990.
- CHAUVEL, L.; SCHULTHEIS, F. Le sens d'une dénegation: l'oubli des classes sociales en France et en Allemagne. *Mouvements*, Paris, n.26, 2003, p.11-16.
- DELPHY, C. *L'Ennemi principal. Économie politique du patriarcat* (v.I). Paris: Syllepse, 1998. *Penser le genre* (v.II). Paris: Syllepse, 2001.
- DUBET, F.; WIEVIORKA, M. (dir.). *Penser le Sujet. Autour d'Alain Touraine*. Paris: Fayard, 1995.
- FOUQUE, A. Féminisme et/ou MLF. In: TOURAINE, A. (dir.). *Mouvements sociaux d'aujourd'hui. Acteurs et analystes*. Paris: Éditions ouvrières, 1982, p.232-242.
- _____. *Il y a deux sexes. Essais de féminologie*. Paris: Gallimard, 2004 (1995).
- GUILLAUMIN, C. *Récents débats sur l'hétérosexualité: une approche féministe matérialiste*. *Nouvelles questions féministes*, Paris, v.17, n.3, 1992, p.5-26.
- KERGOAT, D. *Les Ouvrières*. Paris: Le Sycomore, 1982.
- LAMOUREUX, D. *Mouvement social et lutte des femmes. Sociologie et sociétés*, Montréal, v.13, n.2, 1981, p.131-138.
- LEBEL, J. P. *Alain Touraine: vie, œuvres, concepts*. Paris: Ellipses, 2007.
- MATHIEU, N.-C. Notes pour une définition sociologique des catégories de sexe, *Épistémologie Sociologique*, Paris, n.11, 1971, p.19-39.
- PICQ, F. *Libération des femmes, les années mouvement*. Paris: Seuil, 1993.
- TABET, P. *La Construction sociale de l'inégalité des sexes: des outils et des corps*. Paris: L'Harmattan, 1998.
- TOURAINE, A. *La Conscience ouvrière*. Paris: Seuil, 1966.
- _____. *La Société postindustrielle*. Paris: Denoël-Gonthier, 1969. [Ed. Port.: *A sociedade post-industrial*. Trad. Ruth Delgado. Lisboa: Moraes, 1970.]
- _____. *Lettres à une étudiante*. Paris: Seuil, 1974. [Ed. Bras.: *Cartas a uma jovem socióloga*. Trad. Julio Cesar Montenegro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.]
- _____. *La Voix et le Regard*. Paris: Seuil, 1978.
- _____. (dir.) *Mouvements sociaux d'aujourd'hui. Acteurs et analystes*. Paris: Editions Ouvrières, 1982.
- _____. *Critique de la modernité*. Paris: Fayard, 1992. [Ed. Bras.: *Crítica da modernidade*. Trad. Elia Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2002.]

- TOURAINÉ, A. *Production de la société*. Paris: Seuil, 1993 (1973).
- _____. *Pourrons-nous vivre ensemble? Égaux et différents*. Paris: Fayard, 1997. [Ed. Bras.: *Poderemos viver juntos: iguais e diferentes*. Trad. Jaime A. Clasen, Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1999.]
- _____. *Sociologie de l'action*. Paris: Seuil, 2000 (1965). [Ed. Bras.: *A sociologia da ação. Uma abordagem dos movimentos sociais*. ANAIS DO SEMINÁRIO O retorno do ator – França-Brasil. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, Feusp, 1991.]
- _____.; KHOSROKHAVAR, F. *La Recherche de soi. Dialogue sur le sujet*. Paris: Fayard, 2000.
- _____. *Un nouveau paradigme. Pour comprendre le monde d'aujourd'hui*. Paris: Fayard, 2005. [Ed. Bras.: *Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje*. Trad. Gentil Avelino Tritton. Petrópolis: Vozes, 2007.]
- _____. *Le Monde des femmes*. Paris: Fayard, 2006. [Ed. Bras.: *O mundo das mulheres*. Trad. Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2007.]
- _____. *Penser autrement*. Paris: Fayard, 2007. [Ed. Bras.: *Pensar outramente*. Petrópolis: Vozes, 2009.]
- _____.; GRISONI, D. *Un désir d'Histoire*. Paris: Stock, 1977.
- _____. WIEVIORKA, M.; DUBET, F. *Le Mouvement ouvrier*. Paris: Fayard, 1984.
- TRAT, J. *Genre et mouvements sociaux*. Versalhes, 2002. Tese (Doutorado em Sociologia), Université de Versalhes-Saint-Quentin-en-Yvelines.

11

RAYMOND BOUDON OU O ALCANCE DE UM CERTO "UNIVERSALISMO ABSTRATO" NA ANÁLISE DAS DESIGUALDADES SOB O ÂNGULO DO GÊNERO

Marie Duru-Bellat

Foi com certa ironia que Raymond Boudon afirmou: "Tenho o sentimento de ter escrito apenas um livro". Sua obra apresenta, efetivamente, uma enorme coerência em torno de alguns grandes eixos, dentre os quais questões de epistemologia e de método sociológico, de educação e mobilidade social, de racionalidade e de valores. Um fio condutor a percorre: a necessidade de uma postura individualista para apreender o social. R. Boudon lutou, frequentemente com entusiasmo, contra as explicações holísticas que explicam os fenômenos sociais por outros fenômenos sociais, mantendo-se deliberadamente a um nível agregado.

Para ele, todas as "regularidades sociais" que o sociólogo estuda não são nada além da resultante estatística da agregação de um grande número de comportamentos individuais. O indivíduo é, assim, o princípio explicativo dos fenômenos sociais, e a explicação de qualquer fenômeno social exige a reconstrução de motivações dos atores sociais que o produziram. É o que chamamos "individualismo metodológico" (Boudon, 1979). Duas interrogações são, então, essenciais. A primeira consiste em se perguntar como esses comportamentos individuais vão agregar-se para produzir irregularidades sociais? R. Boudon parece convicto do caráter teoricamente crucial dessa questão das relações entre os fenômenos "micro" (comportamentos individuais) e os fenômenos "macro", como a reprodução da estratificação social.

Uma parte de sua obra é dedicada ao que ele chama de “efeitos perversos”, quer dizer, os efeitos não desejados pelos atores, frequentemente imprevisíveis e algumas vezes considerados de maneira negativa, que decorrem do acúmulo de comportamentos individuais compreensíveis (Boudon, 1977). Uma outra questão refere-se à inteligibilidade dos comportamentos dos outros, que requer o postulado de uma racionalidade compartilhada, o que R. Boudon faz, mas em diferentes graus de intensidade. Ele defende a tese de uma racionalidade situada, dependente da posição dos atores, e orientada pelos valores que se impõem a eles em um contexto histórico e cultural. Ao lado de uma racionalidade instrumental clássica dominada pelo utilitarismo, ele ressalta, então, a importância de uma racionalidade axiológica, o que o levará a interrogar-se, na parte mais recente de sua obra, sobre questões relacionadas aos sentimentos de justiça e aos valores morais (Boudon, 1999).

Um individualismo metodológico assexuado

O fio condutor do individualismo metodológico leva à exclusão de todos os argumentos do tipo “as mulheres...”, “os grupos dominados...”, pois somente os indivíduos agem, e nunca de modo homogêneo e “formatado”, dentro de seus respectivos grupos de pertença. Isso não o impede de reagrupar os atores que compartilham situações análogas e estudá-los como uma unidade coletiva, mas sem reificar os grupos assim formados. Em sua obra, o sexo está ausente por duas razões: primeiramente porque o contexto dos anos 1970, pelo menos na Sociologia francesa, convida a interessar-se mais pelo lugar dos indivíduos nas relações de produção do que nas relações sociais de sexo (Marry, 2001). Em segundo lugar, R. Boudon, cuja perspectiva é, antes de tudo, teórica e metodológica, não se interessa nem pelas categorias definidas de atores nem pelas situações específicas cristalizadas. Seu objetivo é elaborar modelos geradores de comportamentos, tornando-os compreensíveis em si e por gerarem um ou outro fenômeno social em situações das quais um número limitado de características engendraria combinações infinitas.

Portanto, essa Sociologia assexuada pode revelar-se esclarecedora para compreender a gênese das desigualdades entre homens e mulheres.

Para convencer-nos, nós nos apoiaremos em especial na obra que mais contribuiu com a divulgação dos trabalhos de R. Bourdon e que é muito reveladora da especificidade de sua abordagem: *L'Inégalité des chances* [A desigualdade das oportunidades, 1973]. Essa escolha justifica-se, em particular, pela total ausência da problemática do gênero (inclusive do próprio termo) em diversos dicionários que ele dirigiu.¹ Isso não ocorre no *Dictionnaire de sociologie de l'Encyclopedia Universalis* [Dicionário de Sociologia da Encyclopedia Universalis, 2007], no qual a influência de R. Boudon é grande: nele, o gênero constitui o objeto de um artigo, porém, temas como “estratificação social”, “trabalho” ou “família” permanecem mudos sobre todas as interrogações que uma abordagem com perspectiva de gênero suscitaria...

Em *L'Inégalité des chances*, ele sugere que a elucidação das lógicas de atores permite compreender fenômenos macrosociais tais quais as desigualdades sociais diante da escola ou da mobilidade social, negligenciando uma teoria macrosocial, como a de P. Bourdieu e J.-C. Passeron [em particular *La Reproduction* (A reprodução) publicada em 1970], que ele combateu com veemência. R. Boudon contesta, em particular, a tese da função de reprodução da escola onde há uma ligação automática entre desigualdade de oportunidades escolares e desigualdade de oportunidades sociais. Ele propõe a dissociação do que se inscreve como gênese dos programas escolares e das desigualdades sociais que lhes são relacionadas, e do que se inscreve como alocação de cargos em uma sociedade desigual. No primeiro caso, isso representa a elaboração de um modelo teórico das escolhas escolares que valorizam o indivíduo estrategista, e no segundo caso, uma valorização de fatores estruturais fora de alcance da instituição escolar e das escolhas dos atores.

Surpreendemo-nos quando R. Boudon, para atacar a teoria de P. Bourdieu e J.-C. Passeron, não se apropria da anomalia que constitui, nessa perspectiva, o sucesso cada vez maior das meninas que começam a afirmar-se no início dos anos 1970. Pois se prosseguimos na lógica de *La Reproduction*, segundo a qual a escola contribui com a reprodução das relações de dominação, não conseguimos ver como as meninas poderiam,

¹ Ver, em particular, Boudon e Bourricaud, *Dictionnaire critique de la sociologie* [Dicionário crítico da Sociologia], 1982.

seguinto o exemplo dos filhos de profissionais de alto escalão, obter mais sucesso do que os meninos, já que ninguém estaria negando a dominação do masculino sobre o feminino. Sem dúvida, podemos discutir a respeito da importância desse sucesso, pois ele não se refere às carreiras de maior prestígio. Contudo, sabendo que as meninas deixam a escola sem diploma com menos frequência do que os meninos ou que as filhas de operários obtêm mais sucesso que seus homólogos meninos, poderíamos utilizar tais constatações nessa teoria. Do mesmo modo, o fato de as meninas realizarem um percurso mais bem-sucedido, mesmo sabendo que seu futuro social será mais problemático do que o dos meninos, é uma prova de que as oportunidades escolares não se transformam mecanicamente em oportunidades sociais... Essa cegueira diante de tal "anomalia" constitui uma bela ilustração do mérito de sua abordagem e vale para toda a sua obra. Ela esclarece, assim, a gênese das desigualdades entre homens e mulheres, da escola aos posicionamentos sociais, sem tê-los explicitamente tratados. É o que tentaremos mostrar, ao distinguirmos, por um lado, a questão das desigualdades diante da escola e, por outro, a da alocação dos cargos mais tarde.

A gênese das desigualdades homens-mulheres de carreiras escolares

No que concerne às desigualdades sociais de carreiras, R. Boudon focaliza-se na análise das escolhas escolares. Ele estima que os efeitos da origem social no sucesso influenciam somente os primeiros anos de escolaridade e pesam menos do que as múltiplas escolhas que vão demarcá-lo. Do mesmo modo, ele afirma, um pouco precipitadamente, que as variáveis escolares tiveram pouco impacto no sucesso e nas desigualdades decorrentes. Esse desinteresse é, sem dúvida, o reverso de seu foco deliberado nas lógicas dos atores, pois não conseguimos ver como as desigualdades sociais cujos resultados são precoces, ou ainda as que decorrem do funcionamento da própria escola, poderiam representar uma "escolha". Mas é bem verdade que o modelo de escolha abstrato que ele privilegia parece particularmente pertinente para compreender as desigualdades entre meninas e meninos, que sabemos serem inerentes à desigualdade de escolha e não às diferenças de resultado *stricto sensu* (Duru-Bellat, 2004 [1990]).

Um "universalismo abstrato" libertador?

Na área educativa assim como em muitas outras, os atores (os jovens, sua família) fazem escolhas, usando uma racionalidade sem dúvida limitada (notadamente devido a sua posição particular), mas real, ao ponto de R. Boudon, um observador externo, poder encontrar as "boas razões" que subentendem os comportamentos. Para analisar essas escolhas, R. Boudon elabora um modelo, ou seja, um esquema simplificado do modo como funciona o "decididor". Ele efetua um cálculo do tipo custo/vantagens, integrando um certo número de parâmetros: quais são as vantagens e as desvantagens presentes e futuras (de ordem social, financeira, psicológica) de tal escolha escolar, quais são seus riscos (fracasso, desemprego)? O contexto social do ambiente modula fortemente o valor desses diferentes critérios: por exemplo, uma escolaridade na universidade não traz o mesmo benefício social para um jovem oriundo de um meio privilegiado que para um vindo de um meio popular. Se essa orientação impõe-se ao primeiro (para garantir a reprodução de um nível social), para o segundo, estudos mais curtos seriam suficientes para assegurar uma mobilidade ascendente, ao mesmo tempo que custariam menos financeiramente, mas também em termos de integração social (minimizando o risco de desligar-se de seu meio de origem).

O que devemos ressaltar, é que mesmo se formalmente todos os indivíduos revelem uma mesma racionalidade, as escolhas efetivas serão muito diversificadas, pois essas arbitragens razoáveis efetuem-se em contextos de obrigações que são também diversificados, que se sobrepõem à pertença a um ou outro grupo social. É nesse contexto concreto definido por sua posição social que o personagem vai apreciar quais riscos corre, o que ganha ou perde ao escolher um ou outro tipo de orientação. Surpreendemo-nos, aqui, evidentemente, com o fato de R. Boudon não ter estimado o sexo como um componente principal dessas situações diferenciadas.

É bem verdade que apelar a uma racionalidade única permite evitar qualquer recurso a valores de classe ou a racionalidades específicas de um ou outro grupo. As diferenças são explicadas pela lógica das situações individuais, pelas obrigações do presente, e não pela socialização passada. Essa abordagem fundamenta-se em um indivíduo desencarnado, abstrato, por conseguinte, sem sexo. A análise das diferenças entre meninas

e meninos dispensa recorrer à análise de pretensas motivações, intrinsecamente femininas ou masculinas ou ainda o peso dos preconceitos, e privilegia o confronto das escolhas escolares de alguns com os custos (riscos escolares, transgressão relativa às normas de sexo...) e os benefícios prováveis (rendimento social e econômico dos diplomas...) que são associados aos jovens de ambos os sexos. Devemos, então, poder compreender as “boas razões” das meninas e também as dos meninos, aos quais creditamos *a priori* uma mesma racionalidade.

O sexo remete, então, assim como a origem social, às situações profundamente diferentes dos atores, que os levam a arbitragens distintas, sem garantias sobre sua própria essência: esse universalismo abstrato dos anos 1970 pode ser julgado, em si, “libertador”.

As meninas também são razoáveis...

Algumas constatações referentes às desigualdades sociais de escolhas escolares validam esse modelo do estrategista. Compreendemos, assim, a importante autosseleção dos jovens de meios populares que, a partir do momento que encontram dificuldades na escola, limitam suas aspirações. Para eles, o rendimento dos estudos seria mais fraco (a inserção sendo mais difícil com um diploma comparável e uma certa mobilidade sendo possível com um investimento escolar limitado), o grau objetivo de risco seria maior (diante das desigualdades sociais de sucesso que subsistem), a sensibilidade aos custos envolvidos nos estudos pretendidos seria mais marcada. Interpretaremos, então, as diferenças de orientação como estratégias racionais na diversidade dos contextos sociais.

Do mesmo modo, entre meninas e meninos, existem diferenças sistemáticas de orientação. As meninas privilegiam as carreiras generalistas, “escolhem” menos frequentemente carreiras científicas e técnicas, e se autosselecionam, inclusive, de maneira mais contundente, na entrada das carreiras mais prestigiosas. Em vez de invocar os preconceitos de meninas amordaçadas em estereótipos tradicionais, podemos apelar utilmente ao modelo da atriz racional. Por meio de suas escolhas, as meninas antecipam um mercado de trabalho sexuado de fato. Na França, ele é dominado, para as mulheres, pelos empregos no terceiro setor (que concernem 4 em

5 mulheres), que exigem diplomas. Isso torna muito racional a escolha das meninas em privilegiar os longos estudos gerais muito racionais. Certamente, nesse setor, a “desclassificação” é frequente, e ela ainda diz respeito mais às meninas do que aos meninos. Contudo, as investigações do Cereq² mostram que as meninas tornam-se gerentes ou diretoras com a mesma frequência que os meninos, precisamente porque elas compensam as dificuldades específicas que encontram com diplomas equivalentes através de uma formação de nível superior. Inclusive, a diferenciação do índice de desemprego entre homens e mulheres é maior para as pessoas que não possuem diploma e atenua-se conforme o nível de formação aumenta, o que, mais uma vez, faz as escolhas das meninas parecerem muito razoáveis.

Porém, se as meninas possuem “boas razões” para cursar longos estudos generalistas, podemos perguntar-nos se elas agem contra seu próprio interesse, excluindo-se de carreiras mais rentáveis. De fato, o diferencial de rendimento dos estudos, com clara desvantagem para as meninas, é muito perceptível no final das grandes escolas,³ o que torna compreensível sua menor tendência a ingressar nesse tipo de escola. O mesmo ocorre no final das escolas técnicas, hoje mais masculinas. As análises do Cereq (Couppié; Épiphane, 2001) mostram que não basta que elas orientem-se “como os meninos” para que suas dificuldades em encontrar um emprego desapareçam. No que diz respeito ao ensino superior, com certeza, a inserção das meninas que possuem uma formação “masculina” revela-se mais bem-sucedida do que a de suas homólogas formadas em outras especialidades. A situação das que possuem diplomas CAP-BEP,⁴ porém, não é a mesma: em relação aos meninos, as meninas que possuem um diploma de formação “masculina” encontram um maior índice de desemprego, um trabalho parcial com maior frequência e salários sempre mais baixos. Formar-se nessas carreiras não é, assim, uma solução para seus problemas. Além disso, não devemos excluir o fato de que as condições de trabalho nos ambientes masculinos induzem “custos” específicos para as pioneiras, o que acrescentaria

2 Ver, em particular, Couppié, Épiphane e Fournier (1997).

3 Na França, as grandes escolas são estabelecimentos de ensino superior que possuem enorme prestígio, cujo acesso é feito por meio de concursos. Elas distinguem-se das faculdades que aceitam alunos sem concurso. Dentre as mais conhecidas, citamos o Instituto de Estudos Políticos, a Escola Politécnica ou a Escola de Engenheiros. (N. T.)

4 Nível técnico. (N. T.)

uma dose de racionalidade suplementar para que evitassem tais orientações profissionais.

Outro exemplo bastante convincente da racionalidade feminina é sua escolha mais frequente para profissões do ensino, que atribuímos com frequência a uma atração especificamente feminina pelas crianças. De fato, empregos de professoras, como inclusive de todos os que dependem da função pública, são particularmente interessantes para as mulheres do ponto de vista financeiro, em particular para as mais diplomadas, porque as discriminações salariais das quais as mulheres são vítima no setor privado são proporcionais ao nível de diploma. Aliás, no ensino, o ritmo de trabalho é mais facilmente compatível com as cargas familiares. Não nos parece, assim, necessário evocar um amor nato pelas crianças para compreendermos a atração particular que essa profissão exerce nas mulheres.

Em geral, as meninas parecem adaptar muito racionalmente seu investimento escolar ao que as aguarda. Elas adaptam-se à segregação do mercado de trabalho ou esforçam-se até para contrabalançar seu sexismo, ao constituírem uma bagagem escolar mais consequente que a dos meninos para atingir posições comparáveis.

A racionalidade, um luxo de dominantes?

Será ainda pertinente falar de “escolhas”? Evidentemente que não, se interpretamos tal ideia como arbitragens que expressam uma pura racionalidade que seria, assim, uma pura liberdade, ou motivações enraizadas na mais profunda psicologia individual. R. Boudon ressalta em vários momentos que os atores situados consideram também o “custo” das escolhas. Mas se o cálculo custo/vantagem está impregnado pela percepção que os atores possuem de suas “oportunidades objetivas”, então ele pode ser racional ao antecipar suas obrigações futuras e adaptar-se a elas com uma tendência, no final... à reprodução, totalmente racional. Não encontramos, então, muito distantes dessa “causalidade provável” que P. Bourdieu invocava ao retomar uma expressão de Bachelard.

Interrogar diretamente os atores/atrizes sobre as razões de sua escolha – o que R. Boudon nunca fez – parece-nos edificante. No momento das entrevistas dedicadas ao seu projeto de futuro, constatamos que os jovens

fundam, efetivamente, suas escolhas em uma antecipação de um mercado de trabalho sexuado, mas também em um certo funcionamento da família. As meninas são mais numerosas a considerar explicitamente sua futura vida familiar, enquanto os meninos falam disso com muito menos frequência. Muito específico às meninas é o tema das arbitragens que serão, para elas, necessárias entre trabalho e família. As meninas, de um modo muito realista (se referimo-nos ao cálculo-tempo dos adultos), antecipam uma “necessidade de tempo livre” específico, arbitram entre carreiras prestigiosas, mas que tomam muito tempo, e “escolhas de compromisso” para profissões certamente menos valorizadas, mas nas quais o tempo parcial é possível ou as condições de trabalho mais flexíveis.

Essa “escolha” que observamos não seria, então, fundamentalmente ambígua, como mostram os trabalhos de Bisseret (1974)? Essa autora havia pedido a seus alunos para expressarem suas “escolhas” (escolares e profissionais), mas também as escolhas que eles teriam feito “na ausência de considerações econômicas e de qualquer dificuldade prática”, aquelas que podemos considerar como escolhas sonhadas. Esses dois níveis de “escolha” revelaram-se, mais para as mulheres do que para os homens, muito diferentes. Em termos de sonho, as escolhas das mulheres são bem mais abertas e estão bem menos conformadas aos estereótipos das profissões ditas femininas. É somente após ter integrado, como se fosse uma evidência, as obrigações do papel feminino, que essas mulheres expressam suas “escolhas”, e elas interiorizaram tanto tais obrigações que acabam por perceber sua decisão como uma escolha real.

Além disso, as escolhas mais racionais incorporam as desigualdades “forçadas” (de sucesso, de informação...) ou as atitudes (preferências, relações ao saber etc.) que se formaram em contextos que não escolheram. No total, fatores “forçados” por um lado, e as intenções e antecipações do outro, terão pesos diferentes de acordo com a situação: a expressão das segundas poderá ser completamente controlada quando as obrigações são muito importantes. O peso dos custos pode, em alguns casos, levar a negligenciar os possíveis benefícios, e as obrigações podem esmagar, então, o jogo das arbitragens. Combinar *in abstracto* custos e vantagens surge, assim, como um luxo de dominantes, enquanto o peso esmagador das obrigações é típico das situações de dominação. Essa crítica foi desenvolvida particularmente por Mosconi (1994) que, além disso, mostrava as derivações ideológicas

possíveis dessa ênfase dada à racionalidade das escolhas: ao considerar a realidade social como um contexto de contrariedades, podemos entender que o *statu quo* é legítimo ou inevitável. Em outras palavras, ao ressaltar que as escolhas são racionais, confirmaríamos as relações sociais de poder atuais...

Enfim, mesmo ao julgarmos a saudável reticência de R. Boudon em aceitar que os condicionamentos sociais possam ser suficientemente poderosos para convencer os dominados a se comportarem de um modo contrário a seus próprios interesses, devemos nos interessar, o que ele não fez, precisamente pela avaliação que eles fazem desses interesses e, mais amplamente, pelos fatores cognitivos e conativos que fundamentam essas escolhas. Em termos de escolhas escolares, não podemos deixar de considerar a avaliação que fizeram de seu valor escolar ou da adequação entre as profissões acessíveis e aquilo que elas são. Nesse plano, toda uma literatura mostra que meninos e meninas aprendem progressivamente as normas do masculino e do feminino, e o que lhes é permitido desejar. Sabemos, também, que a avaliação de suas próprias performances, capital em um modelo do ator racional, é profundamente contextualizada; assim, jovens de ambos os sexos desenvolvem representações mais conformistas das competências “normais” dos meninos e das meninas quando são escolarizados em classes mistas do que quando estudam em classes não mistas. Enquanto considerar o ambiente próximo do ator para compreender suas escolhas e o que as fundam (sucesso, autoavaliação, imagem de si) é completamente conforme ao modelo de R. Boudon, a análise das diferenças entre os sexos ilustra a sua absoluta necessidade e faz surgir o caráter lacunar de suas pesquisas a esse respeito.

Ao mesmo tempo que ressalta a importância da lógica das situações para recusar o determinismo dos condicionamentos passados, R. Boudon, de algum modo, não vai suficientemente longe. Ele parece subestimar quanto a própria identidade do ator é profundamente marcada pelas relações sociais. A Psicologia social⁵ enfatiza com veemência quanto a pertença a um grupo (e o seu estatuto) afeta intimamente a identidade pessoal. A dominação é inscrita nas interpretações e avaliações do real de um ator cuja racionalidade é, então, sabotada.

5 Ver, em particular, Lorenzi-Cioldi, 2002.

Confrontamo-nos, aqui, com os limites dessa “Psicologia convencional” sobre a qual o modelo de R. Boudon apoia-se, como também numerosos raciocínios sociológicos correntes, que têm frequentemente tendência a creditar ao psiquismo uma autonomia que ele não possui no que se refere às relações sociais. O esclarecimento da Psicologia social é certamente ambivalente a esse respeito pois, ao mesmo tempo, as relações sociais parecem marcar profundamente os psiquismos, enquanto, além disso, o peso das situações de interação parece muito importante. No que diz respeito às diferenças homens-mulheres, a assimetria das relações de sexo afeta de maneira profunda as atitudes, mas isso pode variar sensivelmente se eles ou elas evoluem em um contexto misto ou não misto, e emancipar-se, algumas vezes, completamente das obrigações do sexo. R. Boudon teria conseguido obter tais resultados para ir de encontro mais uma vez às teses de P. Bourdieu, mostrando que o “*habitus* de sexo” não é estático... Não poderíamos, evidentemente, recriminar-lhe não ter-se aventurado no terreno dos psicólogos, mas para alguém que concede um lugar tão central às “boas razões” dos atores, parece-nos, sem dúvida, uma falta de curiosidade lamentável.

A escola e as oportunidades sociais...

Uma originalidade de *L'Inégalité des chances* é demonstrar que, contrariamente às concepções dominantes no contexto dos anos 1970 (muito marcadas pelas teses da reprodução), devemos dissociar as oportunidades escolares das oportunidades sociais. R. Boudon o faz baseando-se nas abordagens habituais da mobilidade social intergeracional (fundadas unicamente na população dos “pais” e dos “filhos”), ao mostrar que a democratização do acesso à educação – as oportunidades escolares – não conduz necessariamente à vantagem de mobilidade social – as oportunidades sociais. Isso deve-se ao caráter determinante, na alocação dos empregos, das obrigações estruturais – referimo-nos, aqui, aos fluxos de diplomados e aos fluxos de empregos.

A espetacular explosão da escolaridade feminina, em particular nos anos que precederam *L'Inégalité des chances*, pode, então, ser interpretada conforme o modelo de R. Boudon, como resultante da antecipação racional das meninas nas novas questões que envolvem uma longa formação, em um

contexto de grande desenvolvimento dos empregos qualificados no terceiro setor. Em um contexto geral de menor dominação dos papéis sociais e de aumento do individualismo, as percepções realistas da evolução da família e das relações entre os sexos desempenham, sem dúvida, um papel. A sociedade mudou, os empregos mudaram, as condições de autonomia mudaram e a antecipação do futuro alimentou particularmente uma forte exigência de educação pelas meninas. E a escola? Ela certamente acompanhou essa evolução ao adaptar a oferta à demanda, tornando as classes mistas para gerar esses fluxos crescentes de alunos. Mas quem diria que dentro das classes a socialização mudou? Do mesmo modo, quem diria que as práticas educativas dos pais evoluíram na mesma proporção? Em resumo, a socialização diferencial dos sexos acompanhou esse movimento? Podemos duvidar disso, mas parece-nos ainda mais improvável que ela o tenha precedido.

Sem sermos categóricos sobre essa evolução, parece-nos que ela corrobora as teses de R. Boudon: aqui, as evoluções do emprego ou dos modelos sociais foram antecipadas pelos jovens, o que alimentou as demandas crescentes de educação. Mas não é a evolução das oportunidades escolares e ainda menos a evolução da socialização que despertou esse movimento. Encontramos aqui (encontraríamos seria mais correto, pois R. Boudon não abordou essa questão) essa recusa do determinismo da socialização e a força das capacidades dos atores a utilizarem o sistema escolar para servir a seus objetivos.

Tudo isso leva a diminuir o impacto da escola na reprodução dos papéis de sexo, diferentemente daquele que ela possui sobre as desigualdades entre grupos sociais. Primeiramente porque o sexo dominado não o é tão claramente em termos de diplomas obtidos. E se, como algumas pesquisas demonstram, a socialização escolar inculca representações sexuadas convencionais, vetores de reprodução da dominação do masculino sobre o feminino, as evoluções contemporâneas revelam que, de fato, essa socialização sexuada escolar pesa pouco a partir do momento que oportunidades se apresentam no mercado de trabalho (ou mais amplamente, na vida). As meninas são, então, capazes de mostrarem-se estratégicas e utilizarem a educação para promoverem-se, como as análises pouco "boudoniadas" postulam (Terrail, 1992; Ferrand et al., 1999).

Isso evidentemente não é suficiente para igualar as posições sociais dos homens e das mulheres, o que mais uma vez conforta as posições de R.

Boudon em sua crítica ao modelo linear da reprodução que ligava estruturas sociais, socialização e sucessos escolares e inserção/reprodução social. Em termos de desigualdades entre os sexos mais ainda, sem dúvida, do que no que diz respeito às desigualdades sociais que são hoje observadas e que não se reduzem às desigualdades escolares. Elas passariam por múltiplos canais que ainda devem ser explorados (imposição de modelos corporais e de imagem, por exemplo). É igualmente com o que ocorre com as desigualdades sociais, talvez ainda mais, possamos afirmar com R. Boudon (que, nesse aspecto, não se distancia muito do pessimismo de P. Bourdieu e J.-C. Passeron) que a capacidade da instituição escolar em atenuar as desigualdades entre os sexos é, sem dúvida, frágil. Dito isso, R. Boudon analisa toda a dinâmica escolar apenas referente aos interesses de mobilidade social, o que podemos considerar restritivo, pois a educação tem, sem dúvida, efeitos autônomos potencialmente libertadores.

É bem verdade que, se acompanhamos R. Boudon, as coisas não são necessariamente fechadas, pois as antecipações fundamentam-se em realidades que mudam. E algumas evoluções são mais suscetíveis de modificar as desigualdades que apenas as reformas escolares: suprimir o menor retorno dos diplomas para as mulheres ou reduzir os custos associados às creches seria, sem dúvida, mais eficaz para fazer evoluir a escolaridade dos meninos e das meninas do que a maioria das inovações pedagógicas. Acontece, também, que não é porque os jovens possuem boas razões de fazer as escolhas que eles e elas fazem que convém aceitá-las com um certo fatalismo. Elas refletem uma realidade que R. Boudon convida precisamente a decifrar.

Referências bibliográficas

- BISSERET, N. *Les Inégaux ou la Sélection universitaire*. Paris: PUF, 1974.
 BOUDON, R. *L'Inégalité des chances: la mobilité sociale dans les sociétés industrielles*. Paris: Armand Colin, 1973.
 ———. *Effets pervers et ordre social*. Paris: PUF, 1977.
 ———. *La Logique du social*. Paris: Hachette, 1979.
 ———. *Le Sens des valeurs*. Paris: PUF, 1999.
 ———; BOURRICAUD, F. *Dictionnaire critique de la sociologie*. Paris: PUF, 1982.

- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. *La Reproduction. Éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Minuit, 1970. [Ed. Bras.: *A desigualdade das oportunidades: a mobilidade social nas sociedades industriais*. Trad. de Carlos Alberto Lamback. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.]
- COUPPIÉ, T.; ÉPIPHANE, D.; FOURNIER, C. Insertion professionnelle et début de carrière. Les inégalités entre hommes et femmes résistent-elles au diplôme?, *Céreq-Bref*, Marselha, n.135, 1997, p.1-4.
- COUPPIÉ, T.; ÉPIPHANE, D. Que sont les files et les garçons devenus? Orientation scolaire atypique et entrée dans la vie active. *Céreq-Bref*, Marselha, n.178, 2001, p.1-4.
- DICTIONNAIRE de sociologie. Paris: Encyclopaedia Universalis/Albin Michel, 2007 (1998).
- DURU-BELLAT, M. *L'École des filles. Quelle formation, pour quels rôles sociaux?* Paris: L'Harmattan, 2004 (1990).
- FERRAND, M.; IMBERT, F.; MARRY, C. *L'Excellence scolaire: une affaire de famille. Le cas des normaliennes et normaliens scientifiques*. Paris: L'Harmattan, 1999.
- LORENZI-CIOLDI, F. *Les Représentations des groupes dominants et dominés*. Grenoble: PUG, 2002.
- MARRY, C. Filles et garçons à l'école: du discours muet aux controverses des années 1990. In: LAUFER, J.; MARRY, C.; MARUANI, M. *Masculin-féminin: questions pour les sciences de l'homme*. Paris: PUF, 2001, p.25-42.
- MOSCONI, N. *Femmes et savoirs: La société, l'école et la division sexuelle des savoirs*. Paris: L'Harmattan, 1994.
- TERRAIL, J. P. Réussite scolaire: la mobilisation des filles. *Sociétés Contemporaines*, Paris, v.11, n.11-12, 1992, p.53-89.

12

CARLO GINZBURG: O GÊNERO ESCONDIDO DA MICRO-HISTÓRIA

Ilana Löwy

Histórias atípicas

O historiador italiano Carlo Ginzburg nasceu em Turim em 1939. Seu pai, Leone Ginzburg (1909-1944), era universitário (professor de Línguas Eslavas na Universidade de Turim), editor (cofundador com Giulio Einaudi das edições Einaudi – o editor de Carlo Ginzburg) e militante antifascista. Em 1940, Leone Ginzburg foi condenado ao exílio em uma cidade isolada dos Abruzos, onde passou três anos com a família. C. Ginzburg associa seu fascínio pela cultura popular às histórias que sua babá camponesa contou-lhe durante esse exílio. Leone Ginzburg voltou clandestinamente para Roma em 1943, foi preso e torturado pela Gestapo e morreu no cárcere em 1944. A mãe de Carlo, Natalia Ginzburg, cujo nome de solteira era Lévy (1916-1991), foi editora (Edições Einaudi), escritora de renome e militante de esquerda. Depois da guerra, ela foi simpatizante do Partido Comunista Italiano e, em 1983, eleita como representante da esquerda independente no parlamento italiano.

C. Ginzburg cresceu em Turim onde, graças a sua mãe, conviveu com escritores como Cesare Pavese, Elsa Morante ou Italo Calvino. Interessado pela literatura e mais tarde pela pintura, ele finalmente optou pela História mantendo, paralelamente, um grande interesse pela literatura e pelas artes plásticas. C. Ginzburg estudou na Escola Normal Superior de Pisa, na qual defendeu uma tese de doutorado em História em 1961. Ele

passa a ensinar essa disciplina na Universidade de Bolonha e, em 1988, é nomeado para a cadeira de História do Renascimento da Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA). Ele trabalha nessa instituição até 2006, e assume, logo depois, o cargo de professor de História na Escola Normal Superior de Pisa.¹ C. Ginzburg atribui sua escolha em se tornar historiador a dois encontros sucessivos. O primeiro foi com uma abordagem metodológica. O seminário de Delio Cantimori, um historiador italiano reputado, revela-lhe os prazeres de uma leitura lenta. O professor lê com seus alunos aproximadamente vinte linhas por semana de uma obra histórica clássica [*Considérations sur l'histoire universelle*, do historiador suíço Jacob Burckhardt] em diversas traduções. Esse exercício ensina-lhe a importância de uma análise muito profunda de um texto. O segundo encontro foi com um livro de Marc Bloch: *Os reis taumaturgos*, publicado em 1924, no qual C. Ginzburg se familiariza com uma pesquisa história que se apoia em fontes heteróclitas e pouco comuns. Seu tema de tese: a perseguição, pela Inquisição, de um grupo de camponeses da região de Friul, julgados nos séculos XVI e XVII por suas crenças pouco ortodoxas, o que constitui o início de um longo interesse pelas culturas populares. Esse trabalho (Ginzburg, 1983 [1966]) é seguido de outras pesquisas focalizadas em indivíduos e grupos antes pouco visíveis para os historiadores, como a obra que o tornou célebre, *O queijo e os vermes* (1976), ou *História noturna* (1988). Paralelamente, a partir dos anos 1970, C. Ginzburg torna-se um dos porta-vozes da micro-história, uma abordagem que tenta tirar conclusões gerais a partir de estudos muito detalhados de casos particulares.

A abordagem historiográfica de C. Ginzburg possui afinidades evidentes com a história das mulheres, um grupo que se situa à margem da história oficial, e com a das relações entre os sexos, frequentemente relegadas ao campo privado e anedótico. Contudo, C. Ginzburg não mostrou nenhum interesse particular pela problemática do gênero. Ele menciona o sexo como um elemento dentre outros numerosos que modelam o indivíduo, mas não lhe concede um lugar particular. Para ele, o fato de as

mulheres serem mais frequentemente analfabetas do que os homens nos séculos XVI e XVII provavelmente forjou sua visão de mundo (Mangeot, 2002), mas essa reflexão é inserida em um conjunto de observações sobre as diferenças entre grupos sociais definidos pelo lugar de habitação, pela ocupação ou pelas crenças religiosas. Contudo, C. Ginzburg enfatiza o fato de a caça às bruxas ter sido dirigida principalmente contra as mulheres. *História noturna* discute, assim, o papel dos saberes especificamente femininos, tais quais o conhecimento das ervas medicinais e a manipulação dos alucinógenos e das substâncias abortivas nas acusações de bruxaria. Substâncias como o esporão pertenceram ao mesmo tempo ao mundo dos xamãs e das bruxas e ao das parteiras: o esporão acelera as contrações durante o parto e pode provocar o aborto.

Porém, C. Ginzburg não analisa a caça às bruxas como um exemplo de onipresença da dominação masculina. Para ele, as mulheres foram frequentemente associadas à bruxaria devido a seu estatuto limiar: indivíduos que se situam, ao mesmo tempo, dentro e fora de um grupo. Esse tipo de estatuto reaproxima os mortos, uma outra categoria limiar, alternativamente presente e ausente, benéfica e perigosa. Graças a essa condição limítrofe, as mulheres puderam desempenhar um papel importante na transmissão de alguns ritos. Mas o lugar particular das mulheres, segundo C. Ginzburg, é local e contingente. Em alguns lugares, a bruxaria foi sobretudo masculina. Em outros, os indivíduos dotados de traços biológicos não habituais: pessoas nascidas “penteadas” (ou seja, envolvidas em uma parte de placenta) ou com uma particularidade física (claudicação, dentes ou dedos suplementares) foram associadas a poderes sobrenaturais. Um traço físico excepcional pode conferir um estatuto limiar, como o faz a humanidade “incompleta” das mulheres. A anatomia pode ser um destino, mas não trata-se necessariamente da posse de ovários e úteros.

Poderíamos levantar a hipótese de que, filho de uma intelectual de renome, C. Ginzburg não percebeu as discriminações associadas ao sexo como sendo tão opressoras quanto aquelas ligadas ao pertencimento a uma classe social “inferior”, a uma etnia marginalizada ou a uma minoria religiosa. Trata-se, contudo, de uma hipótese que comporta alguns *a priori*, uma abordagem que C. Ginzburg considera muito suspeita (Illuz; Vidal, 2003). Parece-nos mais verossímil que a ausência de gênero na obra de C.

1 Ver Alves de Abreu, Castro Gomez e Lippi Oliveira (1990); Ginzburg (1993); Mangeot (2002); Illuz e Vidal (2003); Gundersen (2003); Illuz e Vidal (2004); Subrahmanyam (2007).

Ginzburg seja associada a suas escolhas metodológicas. Os pesquisadores que reclamam a micro-história aspiram reconstruir o mais fielmente possível a singularidade dos casos individuais, uma abordagem que favorece a integração da “variável gênero” em um conjunto completo de relações que definem um indivíduo ou um grupo de indivíduos.

Apesar da ausência de um interesse explícito pelo gênero, a abordagem de C. Ginzburg pode abrir novas perspectivas para a história das mulheres e das relações entre os sexos. Em uma parte importante de suas pesquisas, C. Ginzburg segue os traços dos esquecidos da história oficial. Ele tenta reconstituir o mais fielmente possível seus itinerários e compreender como uma tal reconstituição pode modificar radicalmente nossa compreensão do passado. Desse modo, ele interessa-se pelas questões historiográficas diretamente ligadas aos esforços para construir uma história das mulheres, como o lugar da experiência singular e do fato isolado na produção dos conhecimentos sobre o passado, os limites das generalizações em história, os modos lícitos e ilícitos de “fazer as fontes falarem”, ou ainda a dificuldade em reencontrar o ponto de vista das dominadas quando ele é acessível somente através de documentos produzidos pelos dominantes.

Duas ou três coisas que sabemos sobre a micro-história

O termo “micro-história” surgiu nos anos 1980 com a publicação da série *Microstorie* dirigida pelos historiadores Carlo Ginzburg, Simona Cerutti e Giovanni Lévy. Os organizadores dessa série, publicada pelas Edições Einaudi, não tentaram propor uma definição rígida da “micro-história” mas, ao contrário, ilustrar o conteúdo desse termo através de sua coleção. Eles publicaram uma ampla variedade de estudos cujo único ponto comum era tratar-se de monografias dedicadas a uma pessoa ou a um pequeno grupo de indivíduos que foram acompanhados durante um tempo limitado. De C. Ginzburg, *O queijo e os vermes*, a história de um moleiro do século VI que desenvolve crenças religiosas completamente únicas, é um exemplo perfeito de tais monografias.

Desde o início, explica C. Ginzburg, o termo “micro-história” foi definido de um modo flexível e apresentava significados múltiplos. Seu sentido expandiu-se ainda mais quando passou de uma coleção de trabalhos de

historiadores italianos a um conceito utilizado por historiadores de numerosos países.²

Os trabalhos de micro-historiadores foram desenvolvidos, pelo menos parcialmente, em oposição às abordagens quantitativas e semiquantitativas muito em voga nos anos 1960. Os historiadores quantitativistas defenderam que podiam estudar somente os eventos suscetíveis de serem transformados em série. Os eventos únicos e as vidas singulares não eram aptos a uma verdadeira pesquisa científica, enquanto os indivíduos colocados na parte inferior da escala social poderiam ser estudados somente em uma perspectiva anônima, fundada na Sociologia e na Demografia social (por exemplo: Furet, 1963). A partir dos anos 1970, pesquisadores que resistiram à empreitada de tais abordagens tentaram reconstruir a vida dos indivíduos oriundos das classes populares, em particular apoiando-se em fontes jurídicas. Desse modo, eles colocaram em evidência a existência de riscos materiais históricos que tornam possível o estudo do único e do “excepcional normal”. Tais pesquisas colocam, contudo, a questão do nível de generalização que se pode obter de um destino individual, em particular se ele é percebido através do prisma dos documentos produzidos por um tribunal ou uma administração (Ginzburg, 2006).

Uma das respostas propostas pelos micro-historiadores é que todo indivíduo pertence a um certo número de categorias e grupos: gênero, classe social, comunidade linguística, nacional, profissional e encontra-se na interseção de todas essas categorias. Dedicar-se a uma pessoa é estudar todos os grupos nos quais ela está envolvida. Os indivíduos são sempre atravessados por fenômenos que não são individuais e essa porosidade torna-os particularmente interessantes para o historiador. Quando o micro-historiador dirige seu microscópio para um objeto, ele tenta, de fato, descobrir os fenômenos de grande importância (Revel, 1996). Além disso, um destino singular pode esclarecer vastos conjuntos precisamente por sua singularidade. C. Ginzburg inspira-se no *slogan* do arquiteto alemão Mies van der Rohe “menos é mais” para argumentar que, ao reduzir o campo da investigação, pode-se compreender, às vezes, mais do que quando tenta-se distinguir conjuntos mais amplos (Ginzburg et al., 1993).

2 O termo “micro-história” diz respeito, com frequência, a um leque de questões completamente diferentes. Ver, por exemplo, uma bibliografia a respeito no site: www.microhistory.org.

C. Ginzburg tenta demonstrar esse último aspecto por meio da biografia de um comerciante calvinista de Neuchâtel, Jean-Pierre Pourry, um empresário que, nos anos 1730, funda na Carolina do Sul uma cidade que leva seu nome. A vida de Pourry ilustra o papel desempenhado pela religião na colonização, mas ela constitui também um exemplo do risco existente em limitar-se aos tipos-ideais para explicar as abordagens concretas dos colonos. Pourry estava, ao mesmo tempo, motivado pelo espírito religioso e pelo hedonismo, e justificava a utilização da força contra os autóctones pela necessidade de vencer sua preguiça nata para permitir-lhes viver uma vida de abundância material. Um estudo que se dedica a uma vida singular e analisa a evolução das opiniões de um único indivíduo pode questionar poderosas teorias, tais quais as teses de Max Weber sobre os laços entre o protestantismo e o espírito capitalista (Ginzburg, 2005). E, acrescentamos, as vidas singulares sobre as quais se dedicam historiadores atuais pertencem frequentemente a indivíduos do sexo feminino.³ A atenção ao detalhe das vidas singulares ressoou com a ênfase dada pelas pesquisadoras feministas à importância das experiências “escondidas da história” (Rowbotham, 1973).

Sobre o método

Um historiador que trabalha sobre os invisíveis da história – como as mulheres – e que, por essa razão, confronta-se com a raridade dos documentos e das fontes, busca métodos de investigação que possam facilitar sua tarefa. Eis algumas das propostas de C. Ginzburg sobre o assunto:

1. A “leitura lenta”: uma leitura muito atenta aos detalhes e às sutilezas do texto pode revelar camadas de texto invisíveis para um leitor mais rápido, e ajudar a encontrar, no texto, “indivíduos escondidos” nas histórias oficiais.

³ Ver, por exemplo, a obra de Zemon Davis, *Juive, Catholique, Protestante. Trois femmes en marge au XVII siècle* [Judia, católica, protestante: três mulheres marginais no século XVII, 1997]. O título em inglês desse livro, *Women, On the Margins*, restitui melhor o sentido da abordagem do autor.

2. A leitura “contracorrente” dos textos históricos (um termo que C. Ginzburg toma emprestado de Walter Benjamin) que justapõe as fontes heterogêneas e compara observações distanciadas no tempo e/ou no espaço, permitindo ir além da informação diretamente transmitida nas narrativas “oficiais”.
3. A comparação das formas: uma abordagem morfológica fundamentada na comparação das formas puras pode tornar elementos imperceptíveis visíveis em um estudo histórico clássico (Ginzburg, 1986). O ponto de partida da investigação de C. Ginzburg sobre a bruxaria (em *História noturna*) foi uma abordagem inspirada pela Antropologia estruturalista: a coleção de um *corpus* de dados sobre a base de sua semelhança formal, sem preocupar-se com os laços históricos entre tais dados. Em um segundo momento somente, ele tenta encontrar tais laços e dar uma coerência histórica a seu *corpus*.⁴
4. A arte como recurso: C. Ginzburg considera que os historiadores e os artistas são motivados por uma mesma aspiração ao conhecimento e propõem abordagens distintas mas complementares para satisfazerem-na. Até recentemente, a história interessava-se quase exclusivamente pela vida dos “grandes homens”, enquanto as informações sobre as “vidas sem importância”, em particular as das mulheres, eram contidas em obras literárias. A história era escrita e lida principalmente pelos homens. Em compensação, as mulheres, que escreveram em particular romances ou poemas, eram também muito frequentemente heroínas de obras literárias e suas principais leitoras (Lepore, 2008).
5. Os jogos de escala: C. Ginzburg defende uma visão da história que oscila entre o muito grande e o muito pequeno. A maioria dos historiadores focaliza-se no nível médio da investigação pois, nele, pode-se fazer generalizações ao mesmo tempo que mantém-se próximo aos fenômenos estudados. C. Ginzburg acredita que uma análise das formações intermediárias é uma escolha metodológica pouco fecunda. É melhor estudar as folhas de uma árvore ou a árvore inteira, mas não grupos de galhos. Uma abordagem fundada em um vaivém

⁴ Segundo a maioria das críticas desse trabalho, ele conseguiu encontrar uma tal coerência somente parcialmente.

permanente entre uma visão muito próxima (por exemplo, um olhar sobre a vida privada dos indivíduos) e uma visão muito distante (por exemplo, o crescimento dos impérios) torna palpável a descontinuidade e a heterogeneidade do real.

6. A distância crítica: C. Ginzburg refuta o aspecto “morno” habitual dos universitários. Ele pronuncia-se a favor de um comprometimento passional dos historiadores diante de seus objetos de estudo, contrabalançado, contudo, por uma distância crítica para com tais objetos. O *estranhamento* é uma postura cognitiva que possui uma longa história. Essa distância aparece, segundo ele, nos escritos de Marco Aurélio, que se esforça em descrever os fenômenos tais quais eles são, e não como aparecem. Assim, o suntuoso banquete torna-se o consumo de cadáveres de animais e de aves, e a faixa púrpura que ornamenta a toga dos senadores romanos, pelo de ovelha mergulhado em um suco de conchas (Ginzburg, 2001, p.15-36). A técnica do *estranhamento* permite evitar as armadilhas de uma “história militante”, feminista, anticolonialista etc.
7. A atração pelas anomalias: ainda estudante, C. Ginzburg ouviu a parábola dos dois filólogos. O primeiro, barbudo e peludo, adorava anomalias: gramaticais, morfológicas, de sintaxe. Ele as colecionou, observou e constatou, acariciando sua longa barba: “Estranho”. O outro, careca e bem barbeado, tinha um espírito cartesiano. Ele buscava as anomalias gramaticais e esforçava-se em submetê-las a uma lei geral. Quando ele conseguia, esfregava as mãos e dizia: “É suficiente para minha mente”. Inicialmente, C. Ginzburg identificou-se muito com o filólogo barbudo. Mais tarde, ele compreendeu que o bizarro, o excepcional, o marginal não o interessavam em si mesmos, mas sim pelo que eles revelam sobre o geral: as duas abordagens são complementares. Em 2004, ele muda mais uma vez de opinião e decide que uma estratégia de pesquisa focalizada nas anomalias é potencialmente mais fecunda: a norma não pode prever a extensão das transgressões e das anomalias possíveis. Em compensação, as anomalias e as transgressões remetem sempre a uma norma (Ginzburg, 2004, p.556). Um princípio que pode explicar a fecundidade das abordagens tais quais aquelas aplicadas pelos estudos *queer*.

Traços, índices, saberes populares

Dentre as obras que contribuíram com a formação de seu pensamento, C. Ginzburg cita o livro do crítico literário alemão Erich Auerbach (1892-1957) *Mimesis*, publicado em 1946. Este compara a representação da vida cotidiana nas principais obras da civilização ocidental, da Antiguidade até o século XIX, através do estudo de elementos considerados menores e pouco interessantes por outros pesquisadores. C. Ginzburg inspira-se na abordagem de Auerbach quando desenvolve seu interesse pelos detalhes suscetíveis de trazerem informações preciosas sobre os processos sociais mais importantes.

O trabalho de historiador, segundo C. Ginzburg, aproxima-se, em alguns aspectos, ao do caçador que segue os traços de sua presa, ou do detetive que busca indícios que permitam encontrar o culpado de um crime. No século XIX, o crítico de arte italiano Morelli propõe uma nova maneira de atribuir os quadros aos mestres, que se focaliza nos detalhes insignificantes, tais quais a forma do lóbulo da orelha ou de um dedo do pé. Tais detalhes, mais do que os elementos mais explícitos de estilo, mais fáceis de copiar, “traem” a abordagem única de um criador. Freud inspirou-se no método de Morelli quando seguiu os lapsos e outros detalhes que traíssem o inconsciente. O interesse demonstrado por Ginzburg ao “saber alternativo” do caçador tem múltiplos significados. Ele mostra que um paradigma cognitivo complexo consegue ser enraizado em conhecimentos que não podem ser formalizados e que não são transmissíveis e, por isso, percebidos como menos nobres na divisão habitual do trabalho intelectual.⁵ C. Ginzburg chama, assim, a atenção para as relações pouco conhecidas entre “altos” e “baixos” conhecimentos, aqueles que são transmitidos pelos estudos nas instituições reconhecidas e aqueles que não o são, um ponto de vista retomado pelas historiadoras feministas que questionam a exclusão das mulheres na produção dos saberes “santificados”.

Ao expor a noção de perícia e ao destacá-la da profissionalização, C. Ginzburg questiona igualmente a competência necessária para exercer a profissão de historiador. O historiador também procura traços e indícios

5 Pode-se, porém, argumentar que a transmissão de um saber não está ligada à sua codificação (Molho, 2004).

capazes de revelar uma realidade escondida. A história das mulheres e do gênero ou a história pós-colonial abriram novos campos de estudo histórico; a micro-história chamou a atenção para os lugares nos quais se pode encontrar índices e traços que tornam possível o estudo dessas áreas.

Como o de um caçador, o saber do historiador é impossível de formalizar. Trata-se, contudo, para C. Ginzburg, da produção de conhecimentos que possuem uma relação com a verdade.⁶ O historiador, como o crítico de arte ou o médico, não pode afirmar que ele sabe certas coisas com uma convicção absoluta, mas somente dizer que elas são prováveis e, no melhor dos casos, altamente prováveis. Esse conhecimento não é, porém, inferior em nenhuma circunstância ao que é possível adquirir nas disciplinas que podem ser standardizadas e matematizadas.⁷ Marc Bloch comparou o trabalho de um fresador e o de um violeiro. Ambos fazem um trabalho de precisão, mas o fresador o executa com instrumentos enquanto o violeiro é orientado por seu ouvido e seus dedos. O trabalho do historiador é parecido com o do violeiro: pouco formalizado, mas fundamentado em regras precisas e capaz de produzir resultados mensuráveis. Reconhecer os limites do trabalho dos historiadores não os dispensa do dever de buscar a exatidão. A escrita da história é uma construção, mas a imagem criada é, ao mesmo tempo, uma reconstrução, e parece-nos extremamente útil discutir a natureza e a qualidade das provas utilizadas em uma tal reconstrução.

A atração de C. Ginzburg por formas de saber não formalizadas decorre, assim, de um interesse mais geral pelo horizonte dos dominados, enraizado em uma história pessoal e familiar (Ginzburg, 1993). Seu interesse pela cultura popular é alimentado em paralelo por leituras de pensadores progressistas, como Gramsci ou o historiador britânico Eric Hobsbawm. C. Ginzburg apresenta seu estudo do moleiro Menocchio, o herói do livro *O queijo e os vermes*, como uma tentativa de transferência da noção de individualidade dos estudos de história das elites aos estudos que chamamos

6 Ginzburg recusa as formas extremas de relativismo. Ele defende que se pode falar de verdade histórica, como fala-se da verdade linguística. A linguagem muda com o tempo e depende dos tempos e do lugar de sua utilização, mas pode-se, contudo, ser fiel à linguagem que se utiliza (Ginzburg, 1991).

7 Ginzburg não menciona as pesquisas de historiadores da ciência que estudaram a codificação e a transmissão da capacidade de ler os traços e decifrar as imagens (ver, por exemplo, Daston e Galison, 2007).

“massas populares”. A investigação da cosmologia singular de Menocchio subverte o conceito de hierarquia dos saberes e dos conhecimentos. Tolstói também agia assim quando esforçava-se em evidenciar estruturas de pensamento, compartilhadas pelo pensamento filosófico e pela cultura popular, como a utilização de parábolas e de adivinhações (Ginzburg, 2001 [1998], p.30-31).

A distinção entre uma cultura de elites e uma cultura de massas é, segundo C. Ginzburg, um fenômeno relativamente recente, ilustrado pela história das expressões “*sapere aude*” (ouse saber) e “*altum sapere periculosum*” (o conhecimento das coisas elevadas é perigoso). Em seu sentido original, “*sapere aude*” referia-se ao bom senso, não ao conhecimento, enquanto “*altum sapere periculosum*” era um aviso contra as aspirações de apropriação dos poderes divinos. Nos séculos XVI e XVII, as duas expressões mudaram, contudo, radicalmente de sentido. Elas foram entendidas como exortações à liberdade de investigação, temperadas por uma prudência e um senso da medida. Ao mesmo tempo, uma investigação livre torna-se o apanágio de um grupo social bem definido, os intelectuais (Ginzburg, 1976). Indivíduos como Menocchio viveram em um período essencial de separação entre o saber “permitido” das elites e as especulações “proibidas” do povo. Em seguida, as fronteiras entre dois tipos de saber tornaram-se intransponíveis. Ao reaproximar os saberes de caçador, de conhecedor de arte e de psicanalista, C. Ginzburg argumenta a favor da abolição dessa separação, uma lição particularmente preciosa para os estudos de gênero e estudos pós-coloniais que reivindicam a riqueza dos saberes produzidos pelos dominados e a importância do estudo dos traços que eles deixaram.

História sob tensão

O crítico de cultura alemão Siegfried Kracauer (1889-1966), um dos pensadores preferidos de C. Ginzburg, opõe-se ao conceito de uma realidade homogênea.⁸ Procurar uma tal homogeneidade, explica, é condenar-se previamente ao fracasso. O historiador deve aceitar a ideia de que existem

8 A historiadora norte-americana Jill Lepore argumenta que os micro-historiadores identificam-se frequentemente com os indivíduos que consideram seus protagonistas (Lepore, 2001).

sempre duas forças que se opõem e seu objetivo não é procurar um compromisso (Ginzburg et al., 1993). O passado é frequentemente heterogêneo e contraditório, como também o é o labor de sua reconstituição. É importante tentar entender o ponto de vista dos diversos protagonistas do episódio que se estuda, inclusive aqueles que não apreciamos, tais como os inquisidores que instruíram os processos dos bruxos, e não esvaziar os aspectos problemáticos do assunto que estudamos.⁹

Os historiadores devem, também, encontrar o bom equilíbrio entre o ponto de vista das pessoas que eles estudam e o seu. Alguns pesquisadores veem-se na obrigação de apagar a própria voz para aproximarem-se o máximo possível da linguagem de seus sujeitos (é a abordagem dita “*emic*” dos antropólogos), em particular quando se trata de grupos afastados da história oficial – os “selvagens”, os camponeses, as mulheres. Outros preferem uma abordagem analítica na qual sua própria voz recobre a de seus sujeitos (a abordagem “*etic*” dos antropólogos). Essas duas abordagens foram apresentadas como antagonistas. Alguns defensores da abordagem “*etic*” argumentaram que a reconstituição “pura” de uma experiência vivida é uma tarefa impossível, enquanto alguns adeptos da abordagem “*emic*” afirmaram que toda análise erudita da experiência é necessariamente uma deformação. C. Ginzburg nega um tal antagonismo e propõe trabalhar a relação entre o “*emic*” e o “*etic*” e utilizá-la de modo criativo para enriquecer o pensamento.

C. Ginzburg propõe aplicar um princípio semelhante – uma utilização criativa das dificuldades incontornáveis – à escrita da história. Ele poderia ter contado a história do moleiro Menocchio preenchendo todos os espaços vazios, produzindo um relato fluido e harmonioso. Ele preferiu deixar as lacunas de seu relato visíveis ao introduzir bruscas interferências entre as vozes dos protagonistas que ele descreve e sua própria voz. Essa técnica de escrita tornou visíveis os mecanismos de construção de um texto. Uma dissonância estilística e passagens abruptas conferiram certa poética no texto. A visibilidade das “cordas” do trabalho do historiador tem também um valor educativo. O leitor não é obrigado a acreditar na palavra do

9 A abordagem proposta por Ginzburg vai ao encontro de numerosos trabalhos de historadoras, sociólogas e antropólogas feministas que descrevem as tensões irreduzíveis entre as relações de sexo, de classe, de raça/etnia e de orientação sexual, e que evidenciam o gênero como um irreduzível campo de tensões.

historiador e é desejável que ele tenha a possibilidade de verificar as afirmações colocadas em uma pesquisa histórica. Um texto que não tenta parecer definitivo e que se parece mais com um canteiro de obras do que uma construção concluída convida seus leitores a um compromisso mais ativo e abre espaços para uma reflexão crítica. Por outro lado, o historiador tem o dever, mas também o compromisso moral, de fundar suas pesquisas em provas que sejam as mais sólidas possíveis. Tornar o processo da construção visível não é a permissão para edificar estruturas incapazes de manterem-se em pé (Ginzburg et al., 1993).

Os textos de C. Ginzburg são ricos em digressões, abundantes em detalhes não habituais, comparações surpreendentes e hipóteses ousadas. Eles são dominados por uma tensão entre a racionalidade e a vontade de estudar os fenômenos que fogem a uma racionalidade estrita, e entre a aspiração de um rigor metodológico e a atração por uma leitura muito livre das fontes (Molho, 2004). Os críticos de C. Ginzburg recriminam seu elitismo, sua visão idealizada das classes populares, suas formulações às vezes elípticas, suas incoerências, e sua idiossincrasia. Tais críticas não são totalmente injustificadas. A abordagem de C. Ginzburg é inovadora e estimulante, mas também heteróclita e difícil de classificar. Fascinado pela riqueza dos índices culturais e pelas misturas insólitas de textos e de fontes, ele não é o mais indicado para o papel de “mestre do pensamento”, nem para os estudos de gênero, nem para nenhuma outra corrente. Em compensação, ele desempenha muito bem o papel de “agitador” em seu sentido positivo. Para alguns, a principal contribuição de C. Ginzburg foi tornar visíveis indivíduos e grupos antes inexistentes para os historiadores. Mas sua contribuição vai muito além da promoção de estudos históricos sobre o “povo” e as culturas populares. Suas pesquisas ilustram a importância da reflexividade, da imaginação, do risco e da paixão. Elas evidenciam a compatibilidade e a complementaridade entre a distância intelectual e a emoção partidária. E elas tornam tangível o prazer vertiginoso da confrontação com o inesperado, o que foi também um dos principais motores do desenvolvimento dos estudos feministas, gênero ou *queer*, estudos que permitiram frequentemente um olhar surpreendente dos eventos e fenômenos familiares.

Falando de sua trajetória intelectual, C. Ginzburg citou o sinólogo francês Marcel Granet, que disse: “O método é o caminho que já foi percorrido”,

ou seja, ele é inseparável de uma trajetória e de uma prática (Ginzburg, 1993). C. Ginzburg não propõe uma abordagem teórica bem definida, mas pistas diversas. Ele fornece, também, alguns conselhos para aqueles que querem arriscar-se nessas pistas: ser curioso, ousar sair dos parâmetros disciplinares, não hesitar em fazer aproximações incongruentes e ter a coragem de confrontar sistematicamente os elementos que incomodam. Este último conselho pode ser particularmente útil para os pesquisadores que estudam os mecanismos da dominação e identificam-se frequentemente com os dominados. Essa identificação, caso seja compreensível, pode enfraquecer sua capacidade de questionar as ideias preconcebidas, em particular as suas próprias. Para limitar esse risco, C. Ginzburg aconselha revalorizar a tarefa essencial do advogado do diabo (Illuz; Vidal, 2004). Ou talvez, ao adotar-mos sua interpretação da bruxaria como uma postura limiar que questiona a ordem estabelecida, o advogado da bruxa?

Referências bibliográficas

- ALVES, A.; GOMEZ, A. C.; OLIVEIRA, L. História e cultura: conversa com Carlo Ginzburg. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 3(6), 1990, p.254-263.
- AUERBACH, E. *Mimesis. La Représentaion de la réalité dans la littérature occidentale*. Paris: Gallimard, 1968 [1946].
- DASTON, L.; GALISON, P. *Objectivity*. Nova York: Zone Books, 2007.
- FURET, F. Pour une définition des classes inférieures à l'époque moderne. *Annales ESC*, Paris, 18(3), 1963, p.459-474.
- GINZBURG, C. *I benandanti: ricerche sula stregoneria e sui culti agrari tra Cinquecento e Seicento*. Torino: G. Einaudi, 1966. [Ed. Bras.: *Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.]
- . *Il fromaggio e i vermi: il cosmo di un mugnaio del '500*. Torino: G. Einaudi, 1976. [Ed. Bras.: *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.]
- . High and Low: The Theme of Forbidden Knowledge in the Sixteenth and Seventeenth Centuries. *Past and Present*, Oxford, n.73, 1976, p.28-41.
- . *Miti, emblem, spie: morfologia e storia*. Torino: G. Einaudi, 1986. [Ed. Bras.: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.]
- . *Storia noturna: una decifrazione del sabba*. Torino: G. Einaudi, 1989. [Ed. Bras.: *História noturna: decifrando o sabá*. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.]

- GINZBURG, C. Checking the Evidence: The Judge and the Historian. *Critical Inquiry*, Chicago, v.18(1), p.79-92. [Ed. Bras.: *Controlando a evidência: o juiz e o historiador*. In: *Nova história em perspectiva: propostas e desdobramentos*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.]
- . Witches and Shamans. *New Left Review*, Londres, n.200, 1993, p.75-85.
- . *Occhiacci di legno: nove riflessioni sulla distanza*. Milão: Feltrinelli, 1998. [Ed. Bras.: *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.]
- . Family Resemblances and Family Trees: Two Cognitive Metaphors. *Critical Inquiry*, Chicago, 30(2), 2004, p.537-556.
- . *Latitude, Slaves and the Bible: An Experiment in Microhistory*. *Critical Inquiry*, Chicago, 31(2), 2005, p.665-683. [Ed. Bras.: *Latitudes, escravos e a Bíblia: um experimento em micro-história*. Trad. Henrique Espada Lima Artcultura. *Revista Artcultura*, UFU, v.9, n.15, p.86, 2007.]
- . *Il filo e le tracce: vero, falso, finto*. Milão: Feltrinelli, 2006. [Ed. Bras.: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.]
- , TEDESCHI, J.; TEDESCHI, A. C. Microhistory: Two or Three Things that I Know about it. *Critical Inquiry*, Chicago, v.20(1), 1993, p.10-35.
- GUNDERSEN, T. R. *On the Dark Side of History: Carlo Ginzburg Talks to Trygve Riise Gundersen*. *Eurozine*, 2003. Disponível em: <<http://www.eurozine.com>>.
- ILLUZ, C.; VIDAL, L. L'historien et l'avocat du diable. Entretien avec Carlo Ginzburg, première partie. *Genèses*, Paris, n.53, 2003, p.113-138.
- . L'historien et l'avocat du diable. Entretien avec Carlo Ginzburg, deuxième partie. *Genèses*, Paris, n.54, 2004, p.112-129.
- LEPORE, J. Historians Who Love Too Much. Reflections on Microhistory and Biography. *The Journal of American History*, Bloomington, v.88(1), 2001, p.129-144.
- . Just the Facts, Ma'am. Fake Memoirs, Factual Fictions and the History of History. *The New Yorker*, Nova York, 24 mar. 2008.
- MANGEOT, P. *De près de loin: rapports de force en histoire. Entretien avec Carlo Ginzburg*. *Vacarme*, Paris, 2002, n.18. Disponível em: <<http://www.vacarme.org>>.
- MOLHO, T. Carlo Ginzburg: Reflection on the Intellectual Cosmos of a 20th Century Historian. *History of European Ideas*, Londres, 2004, 30(1), p.121-148.
- REVEL, J. Introduction. In: REVEL, J. (dir.). *Jeux d'échelles: La micro-analyse à l'expérience*. Paris: Gallimard/Seuil, 1996.
- ROWBOTHAM, S. *Hidden from History. Rediscovering Women in History from the 17th Century to the Present*. Londres: Pluto Press, 1973.
- SUBRAHAMANYAM, S. The Stuff of which History is Made: A Brief Conversation with Carlo Ginzburg, *The Hindu*, Chennai, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.hindu.com>>.
- ZEMON, N. D. *Juive, Catholique, Protestante. Trois femmes en marge au XVII siècle*. Paris: Seuil, 1997.

LUC BOLTANSKI E O GÊNERO: ENTRE ALIENAÇÕES ESPECÍFICAS E ALIENAÇÃO GENÉRICA

Fatiha Talahite

A obra de Luc Boltanski apresenta um paradoxo: o gênero encontra-se nela ao mesmo tempo presente e oculto. Muitos períodos demarcam o tratamento que ele concede às categorias ligadas ao sexo: nos anos 1970, ele desenvolve a ideia de uma homologia entre as classes sociais/sexos sob o modo dominante/dominado. Em seguida, ele interessa-se pela emergência das mulheres como “grupo vítima” em *La Dénonciation* [A denúncia, 1984]. A ocultação do gênero atinge seu apogeu com o livro *De la justification* [Sobre a justificação, 1991]; essencial para apresentar os fundamentos teóricos de sua futura obra. Em *Le Nouvel esprit du capitalisme* [O novo espírito do capitalismo, 1999], ele tenta reintroduzir o gênero ao considerar, em particular, as discriminações ligadas ao sexo, sem, porém, modificar as premissas de seu modelo. Contudo, é *La Condition foetale* [A condição fetal, 2004] que leva esse paradoxo ainda mais longe: ao mesmo tempo que situa ostensivamente o embrião e o feto – sem diferenciá-los – no centro da problemática do aborto, L. Boltanski confronta-se com algumas questões cruciais propostas pelo feminismo, em uma reflexão que ultrapassa a Sociologia e estende-se à Ciência Política, à Filosofia e à ética.

Diferença e oposição de sexo

Quando Boltanski inicia sua carreira no início dos anos 1960, a Sociologia encontra-se em plena evolução graças ao desenvolvimento da estatística

social e da emergência de categorias coletivas. Os dados por sexo generalizam-se com a extensão da mistura de ambos os sexos. Os sociólogos não dispõem de um quadro teórico para interpretar esse influxo de dados sexuais. L. Boltanski trata o sexo como uma subdivisão da categorização em classes sociais. Interessado por uma grande diversidade de temas – vida cotidiana, família, modelos culturais – ele acumula numerosas observações sobre a sociedade francesa e é provavelmente um dos sociólogos de sua geração que mais produziu trabalhos que integram o gênero. Contudo, ele não o constitui como um objeto específico. Quando os dados por sexo encontram-se disponíveis, ele procura interpretá-los e transformá-los em generalidade.

Em vários momentos, ele observa que o sexo não é uma variável como outra qualquer e tenta conceitualizá-lo. Ao estudar *Les Usages sociaux du corps* [Os usos sociais do corpo, 1971], ele observa nas representações das classes populares uma forte predominância das diferenças físicas restritas ao determinismo – os homens seriam mais fortes, mais resistentes, menos acolhedores que as mulheres –, enquanto a comparação dos comportamentos das mulheres entre *classes populares* e *superiores* não oferece nenhum resultado. Ele propõe a ideia de uma *homologia* classes sociais/sexo ao modo dominante/dominado, sobrepondo representações sociais e sexuais, “como se a oposição entre a relação com o corpo dos membros das classes populares e dos membros das classes superiores reproduzisse a oposição da relação ao corpo dos homens e das mulheres” (Ibid., p.224).

Construída em função de oposições binárias, sua análise justifica-se somente em um universo constituído de duas classes e dois sexos. Ora, a divisão do social em duas classes é a consequência de uma hipótese redutora explícita, enquanto a existência de dois sexos parece-nos uma evidência. L. Boltanski concede um fundamento *natural* à diferença dos sexos e uma explicação *objetiva* do fato, revelado pela investigação, afirmando que ela é construída diferentemente de acordo com as classes sociais:

como a relação que os indivíduos mantêm com seu corpo é cada vez menos fundamentada na necessidade de agir fisicamente na medida que sobem na hierarquia social, as condutas físicas dos homens e das mulheres tendem a aproximarem-se correlativamente. (Ibid.)

Essa aproximação não elimina a diferença, mas a desloca: fundada nas classes populares a partir da “oposição física entre a força e a fraqueza, a dureza e a doçura, o vigor e a graça”, ela parece abandonar o terreno corpóreo quando se eleva na hierarquia social para referir-se a outras áreas (aptidões intelectuais, economia doméstica).

O modelo das classes superiores tende a tornar-se dominante e a difundir-se pelo resto da sociedade. L. Boltanski inscreve essa evolução das relações dos sujeitos sociais em seus corpos no contexto da passagem de uma *economia natural* a uma *economia de mercado*, mas recusa-se a interpretá-la sob a óptica da “liberação” diante de tabus religiosos ou sociais. Ele combina a análise difusionista já aplicada em seu livro *Prime éducation et morale de classe* [Bônus educação e moral de classe,¹ 1969] com uma abordagem evolucionista, sem orientá-la, porém, no sentido de um “progresso”. Em *Pouvoir et impuissance: projet intellectuel et sexualité dans le journal d'Amiel* [Poder e impotência: projeto intelectual e sexualidade no jornal de Amiel, 1975], ele aplica essa abordagem a um indivíduo, Amiel, associando sua personalidade à sua origem social. Mesmo se ele fundamenta a diferença de sexo na força física, ele não a analisa em termos de “dominação” ou de “violência”. A dimensão biológica serve-lhe de referência para a classificação e para a medida social. Contudo, por trás da oposição entre o físico e as outras formas da diferença de sexo, projeta-se a separação entre o corpo e a mente própria da metafísica ocidental, que se especificará mais tarde.

Em sua pesquisa que explica os fenômenos coletivos, L. Boltanski afastar-se-á da abordagem dominante/dominado para interessar-se pela construção social das categorias coletivas. Rompendo com a atitude tradicional da Sociologia, que consiste em apreender os coletivos como um dado, ele abandona provisoriamente a ideia de cruzar origem social e sexo. Em *Les Cadres: La formation d'un groupe social* [Os altos cargos. A formação de um grupo social, 1982], ele estuda

como uma categoria constitui-se de acordo com um processo político, depois institucionaliza-se em um discurso administrativo, objetivando-se em instituições e encarnando-se em representações ao mesmo tempo sociais, políticas e cognitivas. (2000, p.173)

1 Sobre esse livro, ver Kandel (1975) e Chabaud-Rychter et al. (1985).

Criticando as abordagens essencialistas dos grupos sociais, ele refaz o processo sócio-histórico “através do qual a categoria ‘altos cargos’ enraizou-se como uma evidência e pôde ser pensada como óbvia” (Boltanski; Thévenot, 1991, p.14). Ele continua a utilizar, porém, o sexo como variável *evidente*.

As mulheres entre espaço doméstico e espaço cívico

O estudo sobre os altos cargos profissionais havia mostrado que um dos momentos importantes da constituição de coletivos é a denúncia de uma injustiça. Em *La Dénonciation* (1984), com Yann Darré e Marie-Ange Schiltz, ele explora a relação entre a construção das causas e a formação de grupos e retorna à ideia de que a diferença de sexo pode ser construída, como *causa* dessa vez, com a figura da mulher vítima e a emergência das mulheres como coletivo. Com Laurent Thévenot, ele generaliza a abordagem visando reconstituir a passagem do singular ao coletivo em *De la justification* (1991), obra de ruptura na qual eles abandonam a maioria dos conceitos habituais da Sociologia, abstendo-se “de definir os agentes dotados de atributos estáveis, dotá-los de interesses e de disposições inscritas no corpo e capazes de gerar intenções objetivas e não conscientes” (Boltanski, 1990b, p.131), o que pode explicar a ausência da categoria sexo.

Enquanto os estudos sobre as mulheres multiplicam-se na Sociologia e uma literatura crítica das “relações sociais de sexo” emerge, eles distanciam-se dessa problemática. “Mostrar como os atores elaboram discursos sobre a ação” é um paradigma para o qual eles devem *transitar*, mas de onde deverão distanciar-se mais tarde para não “deixarem-se encerrar em uma Sociologia que conhecerá do mundo somente o que o discurso revela” (Ibid., p.133). O modelo é constituído de *espaços* nos quais os sujeitos são qualificados por seu estado de grandeza (pequenos ou grandes seres), e de *mundos*, nos quais objetos e dispositivos contribuem em objetivar a grandeza das pessoas. Eles retêm seis espaços, fundados, cada um, em uma obra clássica de Filosofia Política,² escolhidos por sua “pretensão de construção

de uma humanidade comum”. São afastados “os sistemas que, em uma intenção realista ou crítica, fazem com que todas as relações sociais apoiem-se na dominação ou na força”, em benefício das

construções preocupadas em construir o equilíbrio em um espaço, que possuem em comum o projeto de um mundo no qual os seres humanos são claramente distintos dos outros seres e são, por outro lado, reagrupados por uma igualdade fundamental. (Boltanski; Thévenot, 1991, p.27)

Assim, são excluídos a eugenia (espaço ilegítimo sem nenhuma razão de existir) e o marxismo. O “sentido da justiça” é uma *competência* (Boltanski, 1990, p.27) mobilizada pelos indivíduos em suas brigas e suas justificações. Para avaliar a *complexidade* dessas sociedades, supõe-se que esse princípio de justiça expresse-se de maneira diferente segundo o modo de definição do bem comum.

É principalmente no espaço doméstico que surge a referência ao sexo dos indivíduos. Encontramos nele os cinco axiomas que fundam o modelo de espaço:

1. O *princípio superior comum* sobre o qual os membros do espaço doméstico são suscetíveis de concordarem é o “engendramento progressivo de cada geração”. Ele não se limita à procriação – “o mundo doméstico não se manifesta somente no círculo das relações familiares” – mas “surge a cada vez que a busca do que é justo enfatiza as relações pessoais entre as pessoas” (Boltanski; Thévenot, 1991, p.206).
2. O *princípio de diferença* não é especificado, em particular no que diz respeito à diferença de sexo.³
3. A *dignidade comum* ou a igualdade de estado das pessoas situa-se no fato de serem ligadas por laços de dependência pessoal. “Nesse mundo, as pessoas, por menores que sejam, possuem uma dignidade na subordinação e são realmente miseráveis quando se encontram

Agostinho e principalmente Bossuet, pai do catolicismo galício, no que diz respeito ao espaço doméstico), o que limita o alcance do modelo.

³ Observa-se que o Paraíso seria um espaço onde todos os seres seriam semelhantes. Ora, no Jardim do Éden, as pessoas não têm corpo nem sexo, pelo menos na representação cristã.

² Apesar de sua vocação universal, essas obras fundamentam-se exclusivamente na tradição francesa e inglesa (Bossuet, Rousseau, Saint-Simon, Hobbes, Adam Smith) e cristã (Santo

separadas das unidades às quais pertenciam, seja por afastamento (estrangeiro) seja por seu *egoísmo*” (Ibid., p.211).

4. A felicidade é um *bem comum*, conceito que se opõe ao prazer egoísta que deve ser sacrificado para acessar um estado de grandeza superior.
5. A *ordem de grandeza* exprime-se, nesse espaço, sob a forma de *maior que* ou *menor que*. O laço de dependência pessoal que une ao superior, sempre à imagem do pai – cujo estado de grandeza é o mais elevado porque ele é a encarnação da tradição –, pode ser concebido como uma cadeia das gerações ou como uma cadeia hierárquica. Os “Grandes seres (são): Pai, Rei, Ascendentes, Pais, Família, Adulto, Chefe, Patrão. (Os) Pequenos seres: Eu, Solteiro, Estrangeiro, Mulher, Criança, Cachorro e gato” (Ibid., p.210). “Em uma mesma casa, os grandes seres são a primeira causa de filhos no exterior dos laços de sangue: assim, o marido (maior), através do casamento faz da mulher (menor) sua esposa; o dono ou a dona de casa contém e são os seres que a residência comporta: solteiros, crianças, domésticos” (Ibid., p.211). É na relação de subordinação que o estado de grande ou pequeno define-se. A dona de casa, por exemplo, é grande em relação a seus domésticos, mas pequena em relação ao marido.

No modelo de um espaço orientado para a justiça, as qualidades grande e pequena não são definitivamente associadas às pessoas. Estas são qualificadas segundo sua grandeza, mas o fato de ser grande ou pequeno não define uma condição. Os grandes e os pequenos não são reagrupados pelo tamanho. Não existem, pelo menos formalmente, classes de grandes e de pequenos (Boltanski, 1993, p.23).

Tudo isso parece contraditório pelo fato de, no mundo doméstico, “as mulheres encontrarem-se junto aos pequenos seres”: mesmo se elas podem elevar-se ao nível de grandes – rainha, donas de casa, chefes de empresa ou chefes de família – em sua relação com o outro sexo, elas permanecem, contudo, pequenas. Esse espaço no qual as mulheres são, devido a seu sexo, associadas ao estatuto pequeno, seria então legítimo? Em outras palavras, o sexo seria concebido como uma *condição* associada às pessoas ou como definindo *um estado de grandeza* na relação de dependência pessoal? A resposta é provavelmente os dois ao mesmo tempo, na medida em que a diferença dos sexos, para L. Boltanski, é polarizada entre um substrato natural e

identidades construídas a partir do masculino e do feminino. O problema é que a ênfase dada ao fundamento *natural* da condição das mulheres constitui justificações de ordem doméstica.

Essa aporia ilustra toda a dificuldade em querer produzir uma gramática das ordens de justificação, ao mesmo tempo que se pretende situar-se em uma posição divergente, sem referir-se a um espaço em particular. Em todo rigor, os axiomas sobre os quais é fundada a construção do modelo poderiam referir-se igualmente a todos os espaços. Ora, os autores se apoiam de maneira implícita em espaços privilegiados para edificar seu dispositivo teórico. É, com efeito, o espaço cívico – que alia *bem comum* e *igualdade* – que eles têm em mente quando formulam o princípio de *humanidade comum*.

Como, a partir de então, esse princípio que caracteriza um espaço em relação aos outros, pode situar-se como fundamento do modelo comum? No espaço doméstico, como vimos, o princípio de igualdade não está estabelecido, em particular no que diz respeito ao estatuto das mulheres. Quanto ao *espaço inspirado*, ele opõe-se ao próprio princípio de *medida* ou de *classificação* segundo uma grandeza, específica aos espaços mercantil e industrial, e a utilização da palavra *grandeza* no sentido de “acesso às verdades superiores” identifica-se muito pouco com as *economias da grandeza*. Nesse espaço, as mulheres constituem o grupo dos grandes segundo a inspiração. A renúncia carnal é preconizada, “porque o desejo da união carnal é a ‘corrente’ que submete à ‘escravidão dos problemas do século’”, “romper as correntes dos laços do corpo que, pela concupiscência carnal, prendem-se ao mundo, é também a premissa para a utilização do corpo como instrumento fundamental da grandeza” (Boltanski; Thévenot, 1991, p.113).

No espaço cívico, “as pessoas devem ser liberadas das correntes hierárquicas e dos laços de dependência que as dominam, para que sua vontade geral possa manifestar-se na ação de votar” (Ibid., p.143). Esse princípio

distingue, pelo menos parcialmente, as reticências em entender, no corpo eleitoral, as mulheres que, como meninas, esposas e mães, são durante muito tempo consideradas como tendo muito fortemente constituído o espaço doméstico, através de uma espécie de destino natural, para aceder à independência de julgamento. Nesse espaço somente podem ser julgadas politicamente pertinentes as ações realizadas na esfera pública e não as ações pessoais e privadas

contidas na intimidade da casa. Ora, a introdução do feminino como tal na ordem política supunha que essa oposição entre o público e o privado fosse ultrapassada. (Boltanski, 2004, p.237)

De fato, o modelo considera somente as justificativas públicas, enquanto a dimensão sexuada revela, nesse espaço, sobretudo aquelas que são relativas ao privado. A extensão dos direitos cívicos surge como uma imagem do compromisso entre o mundo cívico e o mundo doméstico, que consiste em “construir instrumentos jurídicos e estabelecer pessoas coletivas de um modo a tornar possível a expressão pública de diferentes tratados que eram, até então, inerentes à vida privada das pessoas”. Esse trabalho “contribui com a aparição de novas causas ligadas ao sexo”. Foi necessária, assim,

a instituição de uma condição feminina para que os ultrajes feitos às mulheres, em particular os atentados sexuais no ambiente de trabalho, pudessem começar a constituir o objeto de denúncia pública e de processos judiciais. É somente como cidadãs ou trabalhadoras que o mundo cívico reconhece as mulheres, que devem, em situações agenciadas segundo um princípio de grandeza cívica, suspender a referência a sua feminidade ou endossar sob a forma categórica de uma identidade coletiva ligada a uma causa. (Boltanski; Thévenot, 1991, p.377-378)

Feminismo e liberação total

Em *Le Nouvel Esprit du capitalisme* (1999), L. Boltanski utiliza, com Ève Chiapello, as conquistas da *sociologia crítica* – das quais ele adota alguns conceitos, como a *discriminação segundo o gênero* –⁴ para descrever as mudanças recentes do capitalismo. Nesse estágio, o sexo, que permanece uma categoria descritiva subordinada à divisão em categorias sociais, não é estudado em si, mas em homologia com outros. Para suplantar a escala de valores implícita por trás da denúncia das desigualdades sociais, os autores distinguem dois tipos de crítica: a *crítica social*, visando *alienações específicas* de um grupo ou uma categoria “que sofre injustamente com uma opressão”, e a *crítica artista*, visando *alienações genéricas*, “pertencimentos

4 Gênero é utilizado no sentido de sexo indiferentemente.

identitários da nação, da região, da etnia e principalmente, pelo menos de meados do século XIX até meados do século XX, da família” (Ibid., p.522).

Segundo esse esquema, as mulheres podem sofrer uma alienação específica devido a sua pertença a um grupo oprimido (povo, classe operária), mas são, pelo seu sexo, submetidas a uma alienação genérica da ordem da necessidade (convenções domésticas). Desse ponto, surgem duas interpretações do termo *liberação* no capitalismo: uma no sentido de liberação em relação a uma situação histórica de opressão (política, cultural, religiosa) ou de exploração; a outra, *libertação total*, “emancipação em relação a qualquer forma de determinação suscetível de limitar a definição de si e a autorrealização dos indivíduos”, visa

a liberação em relação a todas as formas de necessidade, derivadas do enraizamento em um ambiente social estabilizado pelas convenções (pertença nacional, por exemplo) ou inerentes à inscrição em um mundo objetivo (laços de filiação, tipo de profissão exercida supondo a incorporação de uma competência específica) ou à posse de um corpo limpo (impossível ubiquidade, determinações ligadas à idade ou ao sexo). (Ibid.)

O feminismo possui, desde então, dois componentes: um *moderado* que visa alienações específicas; e outro que visa a *libertação total*. Nos anos 1960-1970, os dois tipos de pedido de liberação eram confundidos. “As reivindicações apoiavam-se, ao mesmo tempo, na necessidade de liberar a classe operária da alienação específica da qual ela ainda sofria e liberar os seres humanos de opressões apresentando-se sob uma forma genérica” (caso das obrigações que pesavam sobre a sexualidade). Extremamente contestado, o capitalismo soube apropriar-se dessas críticas e instaurar um novo compromisso, ligado a um “novo sentido ordinário da justiça”, que um sétimo espaço – o *espaço pelo projeto* – permitirá estilizar: autonomia, criatividade, rejeição da hierarquia e da planificação, mobilidade, redes e, na área familiar, “libertação em relação às formas tradicionais de controle doméstico”.⁵

5 A organização patriarcal, ou seja, primeiramente a liberação das mulheres e a emancipação dos jovens (Boltanski; Chiapello, 1999, p.245).

Duas esquerdas correspondem a essas formas de crítica do capitalismo: uma, anticapitalista, não aspira mais à *revolução total*; a outra, ao apreender questões de gerações, de reprodução humana, de relações sexualidade-parentalidade, reestabelece o “mito histórico” da revolução total (Boltanski, 2003). Suas aspirações moveram-se da área da produção dos bens materiais para a da reprodução da pessoa humana.

Em seu livro *La condition foetale* (2004), L. Boltanski volta a esse tema do engendramento, tratado em *De la justification* (1991) adotando o ângulo único da autoridade e da hierarquia. Ele parte de trabalhos de antropólogos sobre a distinção entre mundo dos homens/mundo das mulheres (exterior/interior; espaço dos homens/espaço das mulheres na casa) que ele associa à “gestação e ao nascimento, área que se encontra, na maioria das sociedades tradicionais, limitada ao segredo propriamente feminino”. Transposta sob a forma dualista privado/público ou oficial/oficioso, essa oposição “apresenta sem dúvida um caráter geral” (Boltanski, 2004, p.32-33). Ele passa, assim, das justificações públicas a um outro nível do social, o *do que está escondido*: “dentro o conjunto das práticas associadas ao polo feminino, o aborto é, sem dúvida, uma das que são mais veementemente descartadas do espaço público, realizado às escondidas e unicamente entre mulheres” (Ibid., p.33).

Para estudar essa oposição, ele constrói um *modelo de engendramento* e enuncia três exigências que devem “ser respeitadas para fazer seres humanos”. Duas são tangíveis: “fazer seres reputados pertencentes à espécie humana” – o que “até uma data muito recente, supunha uma relação sexual entre um homem e uma mulher” – e “fazer seres suscetíveis de organizarem-se em classes, ou seja, de serem considerados por uma relação que, ao mesmo tempo, estabelece como equivalentes certos seres pertencentes à espécie humana e como distintos dos outros seres cuja pertença à espécie humana é também tangível e reconhecida”. Ele esclarece, então, sua concepção sobre a diferença dos sexos: “a atribuição dos seres a um ou outro sexo constitui a operação mais simples e, sem dúvida, a mais primitiva das classificações”, o “arquetipo da classificação” (Ibid., p.61-62). A terceira exigência – “fazer seres suscetíveis de serem singularizados” – não pode satisfazer-se nem pela relação sexual nem pela atribuição categórica. Ele mostra, aqui, a questão da *instituição do humano*: ela passa pela adoção do feto pela mãe que o carrega.

Ao insistir na aquiescência dada pela mãe ao que pode ocorrer-lhe através da sexualidade, (ele) não visa, com prioridade, os interesses da mãe e, em particular, seu interesse pela autonomia (...), seu direito de escolher ou não ser mãe, fazendo do respeito por esse direito uma condição do respeito de sua humanidade. Apesar de os dois serem certamente ligados, (ele) pretende ressaltar as condições necessárias para fazer novos humanos. (Ibid., p.74)

Assim, depois de ter tentado reduzir a diferença dos sexos a seus aspectos físico e social, foi ao voltar à sua dimensão antropológica e ao dirigir-se para uma outra questão – por onde passa a diferença que fazem os humanos? – que ele começou a elucidar essa singularidade que havia percebido em seus primeiros trabalhos. A questão é universal – em qualquer lugar a instituição do humano obedece às mesmas exigências antropológicas – mas cada cultura o faz de acordo com suas próprias modalidades.

A ambiguidade de L. Boltanski é querer construir um modelo universal⁶ sem sair das formas específicas do Ocidente, mais precisamente da tradição cristã. É nessa visão que se inscreve sua resposta, apresentada sob uma forma geral: “cada ser humano pode ser considerado sob duas perspectivas: como humano pela carne, ou seja, ter vindo do ventre de uma mulher, fecundada através de relações sexuais, por um homem (ou em algumas sociedades, por vários), e como humano pela palavra”. Por um dado universal – não existe sociedade na qual os novos seres humanos não sejam, não somente recebidos passivamente, mas também ativamente confirmados em sua pertença à sociedade dos humanos que os acolhem por gestos, ritos, que são marcas de reconhecimento de sua humanidade e que acompanham sua inserção em coletivos, quer dizer, em um conjunto de relações simbólicas (Boltanski, 2004, p.63) –, ele retém somente uma expressão, a oposição humanidade pela carne/palavra, que ele formula por duas obrigações, ligadas por uma relação *dialógica*: o funcionamento “normal” das sociedades humanas faz com que elas não tolerem nem uma aceitação incondicional de todos os seres que vêm inscrever-se na carne (como é o caso das espécies animais),

6 Ver, no dossiê coordenado por Delphine Gardey (2006) dedicado a essa obra, as críticas trazidas pela pretensão universalizante do modelo, contestada de um ponto de vista histórico por Madeleine Akrich, antropológico por Simone Bateman e social e sexuado por Nathalie Bajos e Michèle Ferrand, assim como a resposta de L. Boltanski a essas críticas.

nem a seleção, tendo o caráter de uma exigência pública, de certos seres que correspondem a um formato predefinido.⁷

Desde então, o fato de as mulheres deterem, pela possibilidade de abortar, “um tipo de soberania na criação de novos seres” (Ibid., p.79) explica e justifica (operações frequentemente confundidas na Sociologia moral) que elas sejam submetidas a uma autoridade e sua sexualidade seja controlada, no contexto dos diferentes *arranjos* instaurados na sociedade ocidental para reduzir a tensão entre essas duas obrigações: *pelo Criador* (supõe todos os embriões *pré-confirmados* em sua humanidade); *pelos pais*; *pelo Estado*. Esses arranjos não visam o bem ou a justiça, mas um *mal menor*, pois eles não podem suprimir a tensão, somente reduzi-la. O último arranjo, pelo projeto parental, consiste em confirmar somente as crianças “desejadas” e em culpabilizar as mulheres que têm filhos sem “projeto”. O aborto tende, então, a desaparecer ao tornar-se outra vez uma prática privada (com a contracepção cujo fracasso eventual é remediado). Essa forma de eugenia liberal ameaça o princípio de humanidade comum no espaço pelo projeto.

O feminismo, amplamente construído em torno do combate a favor do aborto livre e gratuito, é considerado parcialmente responsável por essa deriva. Ao contestar a separação público/privado que funda o espaço cívico, ele contribui com o enfraquecimento do espaço doméstico, tornando impossível o arranjo pela parentalidade.

L. Boltanski escreve:

Os dispositivos de pré-confirmação que referenciam-se à autoridade de instâncias supraindividuais, que encontram-se no centro dos arranjos precedentemente evocados, terão sido somente artifícios visando desapropriar as mulheres de seu poder no engendramento (e correlativamente a fechar-lhes o acesso a uma atividade sexual sem obrigações). A legalização do aborto no mundo *moderno* seria, então, uma manifestação dentre outras, da liberação da autonomia individual e, mais precisamente nesse caso, da autonomia das mulheres, até então entravada por poderes institucionais confiscados pelos grupos dominantes (os cleros, a classe dominante, os homens etc.). A questão do aborto teria sido somente sua proibição. Com a liberação do aborto, os

7 Ver a crítica de Irène Théry (2006).

principais problemas que essa prática parecia instaurar desapareceram. Pensamos que, na verdade, as coisas não ocorrem exatamente assim. (Ibid., p.128)

Ao empenhar-se no estudo do engendramento, L. Boltanski é levado a abandonar sucessivamente os métodos classificatório e homológico, afastando-se do modelo de espaço para integrar a *contradição* (que havia sido evacuada em benefício do *equilíbrio* e da *concordância*) e o princípio do mal menor (em vez do *sentido da justiça*); saindo das oposições binárias para introduzir terceiros; adotando uma teoria *ad hoc*⁸ para apreender a relação mãe-feto. Mas ele não tomará o caminho de volta que o teria conduzido a reconsiderar o conjunto da Sociologia à luz desse resultado. Ao procurar evidenciar os valores morais implícitos tanto na Sociologia crítica quanto nas pessoas ordinárias, são seus próprios valores que ele enuncia, através de um movimento especular, o que confere à sua obra um caráter apologético.⁹ Sua gramática das justificações fracassa ao considerar a pluralidade dos sistemas de valores, mesmo aplicada à sociedade francesa, cuja diversidade ele oculta.¹⁰

Distinguiremos, portanto, duas pistas. Uma considera que a mulher possa ocupar a posição do *terceiro*,¹¹ abrindo uma brecha no determinismo da condição feminina. A outra é um início de reconhecimento dos “filósofos políticos feministas” que “defendem a possibilidade de um acesso aberto ao aborto, ao mesmo tempo que se mostram frequentemente muito críticos em relação à maioria dos argumentos propostos para legitimar essa prática” e que, mantendo a exigência de liberalização, “opõem-se, paralelamente, aos argumentos que, considerando apenas a mulher e seus direitos, tendem a não levar o feto para lugar nenhum (ele não é nada a não ser um elemento do corpo da mãe)” e àqueles que, “considerando a existência

8 De acordo com a fenomenologia de Michel Henry.

9 Essas questões constituem o objeto de um livro de L. Boltanski (2009) publicado depois da redação deste artigo.

10 Ele não exprime as suspeitas que, dentre as mulheres investigadas, Ouardia, Kahina e Nadia possam pertencer a uma outra referência.

11 “Como no modelo instaurado por Adam Smith para descrever a lógica dos ‘sentimentos morais’, no qual o ‘espectador imparcial’ é interiorizado, de modo que ele é também o espectador de si e de suas próprias condutas, essa segunda posição pode ser também adotada pela mulher que engendra, quando ela estende o terreno de sua reflexividade para se distinguir do que advém” (Boltanski, 2004, p.86).

desse último, pretendem demonstrar que ele não pode ser tratado como uma 'pessoa' ou, ainda menos, ser dotado de um direito de manter-se onde está e de desenvolver-se ali" (Ibid., p.261).

Em um texto recente que soa ao mesmo tempo como confissão e justificação, L. Boltanski (2008, p.112-116) reconhece a ausência "desconcertante" de qualquer referência ao movimento feminista em um artigo publicado em 1976 com P. Bourdieu. Mas em sua obra, o modo de ocultação do gênero consiste em associá-lo sistematicamente a uma outra questão que o ultrapassa. Através desse procedimento de desvio, ele nunca trata verdadeiramente o gênero, mas revela alguns dos seus contornos inéditos e incita à reflexão.

Referências bibliográficas

- BOLTANSKI, L. *Prime Éducation et morale de classe*. Paris: Mouton, 1969.
- _____. Les Usages sociaux du corps. *Annales Histoire, Sciences Sociales*, Paris, 26(1), 1971, p.205-233. [Ed. Bras.: Os usos sociais do corpo. In: *As classes sociais e o corpo*. Trad. Regina A. Machado. São Paulo: Paz e Terra, 2004.]
- _____. Pouvoir et impuissance: projet intellectuel et sexualité dans le journal d'Amiel. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n.5-6, 1975, p.80-108.
- _____. *Les Cadres: La formation d'un groupe social*. Paris: Minuit, 1982.
- _____.; DARRÉ, Y.; SCHILTZ, M. A. La dénonciation. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n.51, 1984, p.3-40.
- _____. *L'Amour et la justice comme compétences. Trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Métailié, 1990a.
- _____. Sociologie critique et sociologie de la critique. *Politix*, Paris, v.3, n.10-11, 1990b, p.124-134.
- _____. *La Souffrance à distance. Morale humanitaire, médias et politique*. Paris: Métailié, 1993.
- _____. La cause de la critique (I). *Raisons Politiques*, Paris, n.3, 2000, p.159-184.
- _____. *La gauche et la révolution totale*. La Tour-d'Aigues: Editions de l'Aube, 2003.
- _____. *La condition fœtale. Une sociologie de l'engendrement et de l'avortement*. Paris: Gallimard, 2004.
- _____. *Rendre la réalité inacceptable. À propos de l'idéologie dominante*. Paris: Demopolis, 2008.
- _____. *De la critique. Précis de sociologie de l'émancipation*. Paris: Gallimard, 2009.
- _____.; THÉVENOT, L. *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.
- _____.; CHIAPPELLO, E. *Le Nouvel Esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

- CHABAUD-RYCHTER, D.; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D.; SONTON-NAX, F. *Espace et temps du travail domestique*. Paris: Méridiens-Klincksieck, 1985.
- GARDEY, D. (dir.). Autour du livre de Luc Boltansky. *La Condition fœtale. Une sociologie de l'engendrement et de l'avortement. Travail, Genre et Société*, Paris, n.15, 2006.
- KANDEL, L. *L'École des femmes et le discours des sciences de l'homme*. In: *Les femmes s'entêtent*. Paris: Gallimard, 1975.
- THÉRY, I. Avortement, engendrement et singularisation des êtres humains. *Annales HSS, Les Lilas*, mar.-abr., 2006, p.483-503.

**BRUNO LATOUR, GUERRA E PAZ: PERCURSOS E
CONTORNOS FEMINISTAS***Delphine Gardey*

A obra de Bruno Latour, filósofo e antropólogo, inscreve-se no vasto, renovado e, acima de tudo, britânico campo do estudo social das ciências e das técnicas. Ela contribui, de um modo original e singular, para modelar e transformar esse campo tanto por seus trabalhos pessoais quanto por suas colaborações e projetos coletivos conduzidos durante quase trinta anos, em particular com Michel Callon, e a equipe com a qual trabalham há muitos anos no Centre de Sociologie de L'Innovation (CSI) da École des Mines de Paris.

Vários traços podem, então, ser enfatizados para caracterizar a empreitada latouriana: a escolha de um objeto central contemporâneo – as ciências e as técnicas – negligenciada pela grande maioria dos sociólogos franceses no fim dos anos 1970; a relativa indisciplina sociológica de seu autor, que se traduz por um grande ceticismo quanto àquilo que conta como “sociedade” para a “Sociologia”, “tal qual ela se pratica” e que questiona a própria empreitada sociológica; a prolixidade e a variedade de uma obra que constitui sua riqueza, mas que torna difícil sua redução a um ponto de vista genérico e unificado; a dimensão pessoal e coletiva da empreitada e o aspecto algumas vezes insolúvel do que é imputável ao autor ou a uma escola de pensamento; a defasagem relativa entre a recepção e a posteridade de sua obra no plano internacional, além dos *science and technology studies* e a relativa estreiteza da recepção e da discussão francesas. Uma obra abundante e aberta, mas cujos traços parecem, certas vezes, inacessíveis.

Evidentemente não se trata aqui de fazer uma retrospectiva completa e satisfatória dessa obra, mas jogar com alguns dos percursos e contornos propostos pela Sociologia latouriana, tanto para fazer a crítica (feminista, em particular) como para definir suas potencialidades (feminista, de outro modo).

O "ABC" de Bruno Latour

Duas publicações revelam a introdução de B. Latour no campo de estudo das ciências então marcado pelas propostas do escocês David Bloor e do inglês Harry Collins (análise de controvérsias): *A vida de laboratório*, escrito em inglês com Steve Woolgar, em 1978 (Latour; Woolgar, 1988 [1979]), e *Les Microbes: guerre et paix* [Os micróbios: guerra e paz, 1984].¹ Primeira etnologia de laboratório, *A vida de laboratório* descreve o funcionamento cotidiano de uma equipe de neuroendocrinólogos californianos. O olhar proposto afasta a necessária questão do conhecimento e de sua elaboração para concentrar-se nos fatos e gestos. Eles escolheram estudar os espaços, os instrumentos e as inscrições. Uma leitura "sem fundo sonoro" (Pestre, 2006) que negligencia voluntariamente o discurso que os atores poderiam fazer sobre si próprios. O efeito do estranhamento provocado é radical (os cientistas são tratados como a Antropologia branca trata comumente os selvagens) e a desmistificação da atividade científica é operada (o que mais interessa aos autores é o modo material e escritural que engendra os "fatos", e não as pretensões do saber científico). Essa investigação pioneira abre caminho para outros trabalhos de etnometodologia de laboratório. B. Latour não adotará essa abordagem em todas as suas investigações sobre as ciências e as técnicas, mas ele a retomará, em particular, ao referir-se ao Conselho de Estado (Latour, 2002).

Les Microbes: guerre et paix, dedicado à personalidade legendária de Pasteur e à "descoberta" dos micróbios, opta, efetivamente, por uma outra

1 Segundo D. Bloor, a nova Sociologia dos saberes deve apoiar-se em quatro princípios (causalidade, imparcialidade, simetria e reflexividade) que definem esse "programa forte". Para uma apresentação sistemática da história do campo dos estudos das ciências e da contribuição de Bruno Latour, ver Pestre (1995; 2006).

perspectiva e visa outras questões.² A abordagem adotada consiste em reinstaurar o relato do ponto de vista do que está ocorrendo, sem prejudicar os resultados conhecidos da história. B. Latour trata com ceticismo a imputação das ações, de sua preeminência, de sua anterioridade ou de seu interesse. Acompanhando os enunciados das partes envolvidas (seguidores de Pasteur, higienistas, médicos), ele questiona, em um mesmo movimento, a natureza do processo científico e suas condições de êxito. Pasteur interessa-se por uma questão essencial para a sociedade da época: o carbúnculo [*maladie du charbon*] que dizima os rebanhos de ovelhas. Ele consegue isolar "algo" que "atrapalha" as infusões de levedura quando cultivada. Seu trabalho consiste, então, em tentar controlar, pela manipulação e sua repetição, esse "algo" que ele chama de "micróbio" e cujas propriedades são definidas em um contexto experimental. Pasteur multiplica as experiências, a cultura dos bacilos e a inoculação dos animais, locomovendo-se do laboratório ao campo. Para convencer seus colegas e os atores envolvidos nessas questões (mundo veterinário, saúde pública, agricultura nacional), escolhe uma forma de encenação pela prova (demonstração pública), que é também o meio de mover os atores em seu próprio terreno – o do laboratório –, no qual ele se destaca. Esse movimento culmina com a grande experiência pública de "Pouilly le Fort", um sucesso que impõe a concepção de Pasteur dos micróbios e de doença (exceto junto aos médicos).

A história de Pasteur e a de "Irréductions" [Irredução] (Latour, 1984, um texto importante editado no final dos *Microbes: guerre et paix*) nos chamam a atenção para as forças – heterogêneas – agrupadas à sua volta a partir da ação, cuja dinâmica pode ser recomposta. Elas também falam de um indivíduo que pode analisar e transformar a sociedade de uma maneira inigualável. Inigualável no sentido de que a atividade de um homem consegue redefinir o que considera entidade na sociedade, com a emergência desse terceiro – o micróbio –, cuja ontologia não está estabelecida e que "existe", portanto, daquele momento em diante no social.

O argumento de B. Latour excede as problemáticas da História ou da Sociologia das ciências. Ele atinge a definição do que é importante como "sociedade" e da "ciência social" que é possível produzir a seu respeito. Mostrar como a sociedade se constitui pelos atores durante a ação deixa a

2 Sobre Pasteur, ver também Latour (1986).

definição do social aberta. Em outras palavras, o estatuto epistemológico das pretensões do saber de Pasteur – o que conta como saber ou “nova entidade” em sua atividade – é passível de definição somente *a posteriori*, como são repartidos *a posteriori* objetos e sujeitos, conteúdos e contexto, natureza (ou fato de ciência) e cultura (ou fato de sociedade).³

As direções posteriores da Sociologia latouriana são numerosas, e eu somente poderei fazer-lhe justiça em suas linhas mais gerais. A partir dos anos 1980, uma parte importante das atividades do CSI organiza-se em torno da teoria do ator-rede. Essa abordagem permite a seus autores (Michel Callon, Bruno Latour, Madeleine Akrich) tratar de um modo original uma série de objetos técnicos e científicos, bem como descrever processos de produção com veracidade e objetividade. Ela propõe uma concepção ampla dos atores que torna simétricos atores e atuantes (humanos e não humanos), questiona a diferenciação coletiva/individual e perturba a dupla agente/estrutura. A preferência é concedida ao que move os atores; o social não é dado como categoria pré-construída, a parte e o todo são coextensivos e ligados por correntes de associações (Linhardt; Muniesa, 2006). A noção de “rede” remete à ideia de associação ou de agenciamento. Esse método difunde-se e é empregado no campo internacional dos Science and Technology Studies (STS) sob o acrônimo ANT (Actor-Network Theory).

Além dessa tentativa em querer definir uma escola, a obra de B. Latour mantém-se mais aberta e polimorfa. Vasto programa de Antropologia das técnicas e dos objetos e, assim, das sociedades ocidentais contemporâneas no que elas possuem de específico,⁴ seu trabalho adquire uma dimensão mais metafísica e especulativa durante os anos 1990. B. Latour torna-se, segundo sua expressão, um “antropólogo simétrico”. Com *Jamais fomos modernos* (1991), *Les Dieux faitiches* [Os deuses fetiches, 1996] ou *Políticas da natureza* (1999), B. Latour empreende uma leitura crítica da tradição filosófica ocidental como cultura. Trata-se de observar como cada cultura define sua própria coerência, tornando-se cega à contingência dessa definição. B. Latour pergunta-se, mais uma vez, do que se constitui a grande

partilha (ciência/política) que supostamente deveria definir a modernidade (no sentido dos historiadores: séculos XVI-XVIII). Ele mina as evidências do implícito profundo daquilo que nos faz pensar, ao questionar os dualismos modernos (interior/exterior; ciência/contexto; saber/opinião; natureza/cultura) e indica em que nosso pensamento e nossa “política” encontram-se, ali, limitados. Seu postulado é que, ao fazermos essa nova empreitada de uma Antropologia e de uma Sociologia das ciências, confundimos para sempre a distinção entre natureza e sociedade. Devemos nos desfazer da definição precedente e inadequada do “social” para medirmos o que a “realidade externa objetiva” traz de um novo gênero com novos humanos socializados (Latour, 1999, p.53-60). Trata-se de aumentar a demografia do “coletivo”. É a ideia de uma multiplicidade das naturezas redistribuídas pelas ciências. Por essa razão, ele utiliza a noção de “pluriversos”, pois a questão “política” que ele levanta – a da multiplicidade das associações de humanos e não humanos – obriga a colocar, como se nada tivesse sido feito, a questão sobre a “composição do mundo comum”: somos ligados (aliados) aos objetos, artefatos, entidades que advieram ao mundo. É um traço do Ocidente ter sempre comprometido a natureza na definição da ordem social, trata-se, a partir de agora, de pensar a questão da representação possível desse “plurimundo” (Quantos somos? Podemos viver juntos?). A irrupção de novos seres, ou seja, de novos “sendo” ou “modos de existência”, obriga a uma nova metafísica para distinguir as fundações de uma nova política. Um modo explosivo de tratar a casa da “Filosofia ocidental”.

Como podemos perceber na leitura dessa rápida apresentação, a abordagem latouriana funda-se no exterior do que define os objetos dominantes e centrais para o campo sociológico francês nos anos 1970. Ela não refere-se nem às desigualdades sociais nem à dominação nem à reprodução. As mulheres ou a questão de gênero como relação de dominação não podem estar, *a priori*, nessa abordagem. Essa ausência é radical. Uma primeira maneira de enunciar as coisas seria dizer que a Sociologia de Latour não interessa-se pela “questão social”. Essa questão não é seu objeto e não lhe parece pertinente para descrever os mundos ocidentais e o modo como eles se transformam. O projeto consiste, essencialmente, em empreender o objeto “ciência”, mantendo-se à distância dos modos convencionais de apreendê-lo: nem do lado dos enunciados científicos e de sua pretensão de veracidade

3 Para uma leitura crítica da proposta de Latour no contexto existente da tradição britânica de Sociologia do conhecimento e das ciências, ver Schaffer (1991).

4 Ver *La Clef de Berlin* (Latour, 1993).

(tradição filosófica ou epistemológica), nem do de uma sociologia “sociologizante” ou de “interesses”.

Não se deve estabelecer uma ligação entre a pequena burguesia e a estrutura química do benzeno; as explicações materialistas assemelham-se às explicações intelectualistas: nos dois casos, o pesquisador (filósofo, historiador) mantém-se escondido e não aprendemos nada das práticas artesanais que permitem-lhe explicar e saber. (Latour, 1993 [1985], p.574)

A crítica aplica-se, então, tanto ao modo de descrição (deve-se produzir uma melhor descrição) como à capacidade de se considerar os objetos/sujeitos de investigação. São recusados, ao mesmo tempo, os quadros enunciados (por exemplo, a dicotomia intelectual/material, avatar da “grande divisão”), as determinações subentendidas e os modos ordinários de produzir conhecimento em Ciências Sociais.

Ao recusar os esquemas preestabelecidos ou estruturais que pesariam como determinantes da ação, a Sociologia latouriana (Latour, 2006) opõe-se firmemente à Sociologia crítica tanto por sua “ciência” quanto por sua “política”. Recriminam-lhe por uma posição “divergente” que preserva o ponto de vista do sociólogo (e conseqüentemente a definição positiva que ele faz de seu saber) em detrimento do ator, muito frequentemente considerado na “ilusão”. Como a “Sociologia da crítica” que se desenvolve no Grupo de Sociologia Política e Moral em torno de Luc Boltanski contra, em particular, “a Sociologia crítica” de Pierre Bourdieu, a Sociologia latouriana interessa-se em “distribuir as qualidades de clarividência e de lucidez” entre observadores e observados.⁵ Com a palavra de ordem “seguir os atores”, a proposta sociológica poderia parecer modesta. Trata-se, contudo, de definir uma outra abordagem que, pelo acompanhamento dos atores e dos enunciados, não prejudica nem a natureza da ação, nem a natureza da sociedade, nem mesmo a natureza da natureza. Próxima da etnometodologia, essa abordagem contribui para a “virada descritiva” nas Ciências Sociais. Ao posicionar as competências dos atores no centro da análise, ela recusa-se a funcionar – como em geral a etnometodologia ou o interacionismo – com “hipóteses fortes”, “problemáticas” que provocam

5 Para retomar o vocabulário de Luc Boltanski (2007) referente à sociologia do ator-rede.

seleções *a priori* nas observações. As práticas não são “decifradas como manifestações ou efeitos de estruturas subjacentes que lhes seriam preexistentes e as determinariam. O sentido das práticas encontra-se nas práticas ou, melhor ainda, nas práticas situadas, no desenvolvimento local das atividades” (Chabaud-Rychter; Gardey, 2002, p.35).

Essas reorientações nas Ciências Sociais tiveram efeitos produtivos e positivos, mas podem também ser criticadas pelo que elas omitem ou não levam em consideração. Para retomar a formulação de Dominique Pestre, poderíamos dizer que o projeto latouriano não tem um “custo político” alto, devido às razões que ele mesmo atribui-se por não pensar “as grandes assimetrias de poder, a recorrência das dominações, os efeitos estruturantes que pesam sobre os mais fracos”. Inversamente, devemos demonstrar, com ele, o que esse projeto abre em termos de potencialidade, tanto do lado do pensamento da “fluidez”, da “mudança”, do “emergente” quanto do lado das “possibilidades infinitas de recomposição do próprio político” (Pestre, 2006, p.58). São esses dois últimos pontos que serão desenvolvidos em seguida. Depois de ter evocado rapidamente a recepção e a crítica feminista da teoria do ator-rede, evoluiremos entre “guerra e paz”, crítica e potencialidade, ao estabelecermos um diálogo entre a obra de B. Latour e a de Donna Haraway.

Críticas e potencialidades feministas

Não foi a obra pessoal de B. Latour nem as produções identificadas sob a apelação da *Actor-Network Theory* que foram objeto de uma primeira recepção e de uma primeira crítica feminista no campo das STS. A partir do fim dos anos 1980, efetivamente, uma crítica feminista das técnicas emergiu, mostrando uma tendência a emancipar-se do seu contexto inicial de análise (a crítica do marxismo) para discutir e transpor os objetos e os questionamentos para a área dos *estudos sociais de tecnologia*. Nesse sentido, a reflexão feminista no terreno das tecnologias assiste a uma importante virada, assim como todas as Ciências Sociais, passando de uma abordagem estruturalista na qual as tecnologias são parcialmente externas à análise sociológica e permanecem “caixas-pretas” (cujos efeitos geralmente patriarcais e nocivos para as mulheres devem ser definidos) a uma análise

dos processos segundo os quais as tecnologias são utilizadas, desenvolvidas e através das quais o gênero é constituído (Wajcman, 2002). As feministas discutem e, por vezes, inspiram-se nas duas “correntes” dos *estudos sociais de tecnologia*, do ANT e do movimento SCOT (Social Construction of Technology) proposto por Trevor Pinch e Wiebe Bijker (1989), mas essa visão das coisas é, sem dúvida, restritiva: o motor da análise feminista das ciências e tecnologias é também amplamente estranho a essas problemáticas, e é com um sentido autônomo que pensamos nos trabalhos de Ruth Bleier, de Evelyn Fox Keller ou, em história, nos de Londa Schiebinger.

Esclareçamos de início os dados do problema: para essas duas correntes (ANT e SCOT), cujo interesse é focalizado na inovação, o gênero não pode ser central, tanto por razões ligadas à metodologia empregada (valorização da ação e de grupos de atores – gerenciamento e engenharia –, nos quais as mulheres são tradicionalmente pouco numerosas) quanto pelo não questionamento das relações de poder. A(s) dominação(ões) não constitui(em) o vocabulário da ANT. O poder, se é definido, surge mais como uma consequência da ação (um jogo estratégico, o fruto de operações heterogêneas) do que como um atributo ou um dado prévio e (desigualmente) distribuído. A dimensão do poder como participante da definição da masculinidade não é mais questionada nessas abordagens, e as assimetrias de *agência* permanecem despercebidas – mesmo se o método pretende interessar-se pela agência de todos(as). Se essa conceituação forneceu recursos para algumas feministas romperem com as concepções marxistas-estruturalistas do poder (Grint; Gill, 1995; Ormrod, 1997), o essencial das discussões em torno da ANT, e mais amplamente da Sociologia de B. Latour, relaciona-se a essa questão. Eu não apresentarei aqui minhas propostas sobre esse assunto e o trabalho esboçado no interstício dos sociólogos de B. Latour e P. Bourdieu (Gardey, 2002), preferindo evocar a crítica de Susan Leigh Star, por ela reivindicar-se do “interior” da Sociologia das redes e ter-se tornado um clássico no campo da STS.

A partir de uma anedota – uma alergia pessoal à cebola – Star propõe uma análise fenomenológica das convenções e uma reflexão sobre o poder e as técnicas. Ao mostrar o que representa o custo pessoal do cuidado devido ao fato de ser alérgica à cebola em um contexto técnico-econômico de padronização da produção de hambúrgueres no McDonald’s, ela questiona-se sobre a irreversibilidade das redes e apresenta os processos históricos

agindo por sua estabilização. O objetivo é propor, no contexto de uma definição latouriana da rede, o modo como algumas perspectivas humanas assumem a vantagem sobre outras na “construção das técnicas e das verdades” ou as razões que fazem com que alguns humanos sigam os desejos de outros atores enquanto alguns resistem a tais apelos. Reconhecendo, então, nos trabalhos de B. Latour essa “liberdade analítica” que constitui sua “análise ecológica dos objetos e das pessoas”, Star reintroduz o modo cujos deveres e moralidade são compartilhados na ação, assim como mais globalmente a questão do poder e dos “marginais”.

A marginalidade (aqui, alergia à cebola) é proposta como o ponto de partida para uma análise feminista (ou política) e interacionista do poder e das técnicas. Interacionista, pois a tensão constante entre “eus” múltiplos e heterogêneos é assim considerada como experiências unificadas do ego na ação e a multiplicidade das participações individuais em numerosos mundos sociais. Política, porque a voz dos que sofrem por estarem excluídos dos padrões surge como “analiticamente potente”. Em outras palavras, admitir que nossos “eus” sejam impuros, admitir que somos heterogêneos – ou que nossas marginalidades são múltiplas – pode ser considerado como uma fonte de poder, uma manifestação do caráter político dos “empregados” (Star, 1991).⁶ Esse último ponto ressoa nas propostas teóricas da epistemologia feminista e do conhecimento situado, do qual Donna Haraway participa.

D. Haraway é, sem dúvida, aquela cuja obra – tão próxima em certos aspectos dos mundos especulativos de B. Latour – discute tanto as armadilhas como as potencialidades com grande amplitude e “promessas”.⁷ A crítica, primeiramente, é precisa, circunstanciada e, em certo sentido, interna às discussões do campo dos Science and Technology Studies. Em *Modest Witness* [Modesta testemunha], D. Haraway inspira-se em um dos textos mais importantes da história dessa área, *Leviathan et la pompe à air* [Leviatã e a bomba de ar], uma releitura do advento das ciências experimentais proposta pelos historiados britânicos S. Shapin e S. Schaffer (1993), para fazer uma crítica mais geral a essa literatura. Segundo D.

6 A tradução francesa do vocabulário utilizado por Star foi feita pela autora deste artigo.

7 Refere-se a um importante texto de Donna Haraway intitulado *The Promises of Monsters* [As promessas dos monstros, 1992].

Haraway, S. Shapin e S. Schaffer, como B. Latour em seu *Pasteur*, prestam-se, com brio, a esse exercício que consiste em “mostrar que o conjunto das entidades presentes nas tecnociências é constituído na ação da produção do conhecimento e não antes que a ação inicie” (Haraway, 2007 [1997], p.316). Ora, ao retornar ao “palco da ação”, D. Haraway surpreende-se com uma ausência de espantosa desencarnação. Pelo que ela chama de “estranha aberração analítica”, o gênero dos atores não é questionado. Ele não é nunca considerado, nunca pensado como podendo também ter sua influência no palco experimental (no caso do Boyle, de S. Shapin e S. Schaffer) ou na “vida de laboratório” (no caso do *Pasteur*, de B. Latour). Portanto, para aqueles que se interessam pela “ciência acontecendo”, são os atores, os atuantes, as entidades em “fabricação” e não os “dados” que contam. As consequências desse postulado são, por exemplo, que a figura do científico como “modesta testemunha” não seja considerada em sua dimensão de gênero.

Analisando as experiências pneumáticas de Boyle (em meados do século XVIII na Grã Bretanha), S. Shapin e S. Schaffer mostram como esse cientista produz novos conhecimentos sobre o comportamento do ar e os meios legítimos através dos quais devem ser engendrados e validados os conhecimentos legítimos recorrendo-se a três tecnologias (material, social e literária). Nesse novo “teatro de experiência” que reconfigura profundamente a definição da empreitada do conhecimento e a relação com a natureza, Boyle apresenta-se como uma “modesta testemunha”, o “revelador” dos fenômenos físicos. D. Haraway interroga-se sobre essa figura inédita da modéstia masculina e enfatiza o modo por meio do qual apaga-se a ligação corpórea do “*gentleman scientist*” que produz e garante a veracidade do saber. Não emitindo nenhuma opinião pessoal, separado de uma incorporação [*embodiement*] suscetível de forçá-lo ou limitá-lo, Boyle garante a pureza e a clareza dos objetos que ele revela, o fato de ser “invisível mesmo para si” permitindo-lhe mostrar, como um espelho, a verdade da natureza. Boyle inventa, assim, uma faceta inédita da masculinidade aristocrática. Essa “inocência” do “*gentleman scientist*” opõe-se à modéstia das mulheres enraizadas em uma corporeidade intransponível, um entrave que justificará sua exclusão contínua do palco científico pelos séculos seguintes.

Percebemos, então, que é a capacidade em qualificar da melhor maneira possível a empreitada científica que encontra-se, ela própria, diminuída.

Com outros, D. Haraway mostra, efetivamente, a posição “masculina”, ocidental, branca, de “controle”, de “predação” ou de “onanismo” como uma característica da modernidade e do Ocidente (Haraway, 2004 [1992]). Ela evoca uma tendência “ao estupro da natureza” da “modesta testemunha” (Haraway, 2007 [1997], p.319-320) e nota que, de “modo perverso”, a estrutura da ação heroica encontra-se intensificada no projeto latouriano. O mundo apresentado em *Les Microbes: guerre et paix* é, efetivamente, um mundo agonístico. O vocabulário, criado por Tolstoi, é o mesmo usado na guerra: as “provas de força” decidem se uma “representação ocorrerá ou não”, trata-se de fazer emergir o “vencedor”, dotado da história mais forte. Finalmente, a “natureza” multiplica a proeza do herói e o universitário que interpreta essa história recebe, por sua vez, todo o crédito. Existe, para D. Haraway, uma forma de paradoxo quando a estrutura narrativa – no centro do que ela chama de “autoctonia europeia” – encontra-se em um relato latouriano enquanto um de seus objetos é, justamente, desconstruir o *logos* ocidental. D. Haraway mostra, assim, que somos *responsáveis* pelos modos através dos quais empreendemos a descrição do mundo e das possibilidades que deixamos ou não advir em tais descrições.

A obra de D. Haraway que briga com esses autores pelo privilégio de também descrever as ciências e as tecnologias contemporâneas interessa-se por ambas diferentemente, ao mobilizar de um outro modo os sujeitos da ação. Como B. Latour, D. Haraway “manobra por dentro das tradições analíticas herdadas do Ocidente” (Haraway, 2007 [1988], p.130). Tanto um quanto o outro desconstroem com prazer o que conta como natureza, como ciência e como sociedade. Eles minam as categorias de descrição e de definição do mundo. B. Latour reconhece, inclusive, que a crítica do feminismo participa na empreitada de “desconstrução” da naturalidade da natureza e, conseqüentemente, da desnaturalização da “naturalidade das ciências” (Latour, 1999, p.53).⁸ Mas essa integração não transforma radicalmente a textura dos mundos latourianos. Seu ceticismo comum no que diz respeito às ontologias ocidentais se abre para mundos radicalmente diferentes, enriquecidos, complexos, híbridos, mas de acordo com agenciamentos

⁸ É importante notar, e esse ponto mereceria ser estudado, que o trabalho filosófico de Latour encontra-se em intensa discussão com o de Isabelle Stengers (cujas posições políticas e teóricas são abertamente favoráveis ao feminismo) há vários anos.

ou articulações diferenciados e que definem finalmente epistemologias e políticas diferentes. Diferentemente do sujeito latouriano, sem interesse constituído, sem espessura, sem identidade, sem história, o sujeito harawayano é encarnado/incorporado (*embodied*), espesso. Os atores não chegam nus ou como fantasmas ao palco da ação. Deve-se pensar o modo através do qual sua identidade entra em jogo e como é interpretada nas situações, sobretudo no contexto técnico-científico contemporâneo, no qual as fronteiras da natureza e do artefato, de si e do mundo, são parcialmente redefinidas.

O trabalho de D. Haraway consiste em explorar a historicidade e a diversidade das formas vivas (humana/animal/artefato). Segundo ela, os não humanos, mesmo e principalmente a figura do *Cyborg* (Haraway, 2007 [1985]), são híbridos de carne e de sangue. Poderíamos, então, pensar na modificação da encarnação. A encarnação é uma das garantias da inscrição dos seres em uma forma de presença no mundo, forma sempre contingente, local, situada, mas que precisa ter sua importância. Um dos objetivos de D. Haraway é propor relatos alternativos sobre as ciências e o modo através do qual elas misturam-se e embaralham-se no social e na cultura para *dar outra vez o poder de agir* ou a *agência* às categorias dominadas: mulheres, mulheres negras, escravos, estrangeiros, homossexuais, mas também – e na continuidade do pensamento latouriano – aos “seres” ou novas “entidades” advindas como consequência do desenvolvimento das tecnociências, esses “outros outros” que B. Latour chama de “não humanos” e que D. Haraway chama de “híbridos, quimeras, *cyborgs*”. Do mesmo modo que questiona a possibilidade histórica do sujeito “mulher” como sujeito de sua história e da história – com, por exemplo, o magnífico texto em que dá a palavra à escrava negra Sojourner Truth (*Et, ne suis-je pas une femme?* [E eu não sou uma mulher?]) (Haraway, 2007 [1997]) –, D. Haraway questiona a *possibilidade de falar* em nome do ser vivo, dos animais, das entidades produzidas pelas tecnociências. Para voltar às ontologias latourianas, poderíamos dizer que os não humanos encontram-se, para B. Latour, por contraste, mais na inércia (a técnica, o duro, o frio), nos mundos do engenheiro. Quanto ao sujeito e à palavra, seria preciso poder medir a *diferença que faz falar*, como B. Latour e M. Callon, de “porta-voz” ou de “tomada da palavra”, ao explorar, dessa vez, as continuidades entre D. Haraway e J. Butler e as potencialidades políticas do lado do “poder das palavras” (Butler, 2004).

Em outras palavras, a corporeidade transporta a historicidade e a historicidade permite questionar o agir e a transformação. A questão do poder, da aparição, do agir não é, assim, tratada do mesmo modo por B. Latour e D. Haraway. Essa última trabalha as formas de “subjeção”,⁹ as encarnações múltiplas, as eventualidades perturbadoras, ela pensa o(s) sujeito(s) (da história) e o possível futuro do(s) sujeito(s) coletivo(s). A proposta é bastante utópica e normativa: trata-se de “ir alhures”, mesmo se esse alhures é um lugar fictício “por enquanto”, no tempo que é contemporâneo para nós (“alocronotopo”). Nesse sentido, o “alhures” da Antropologia latouriana é sem “promessas”, o social é sempre agenciado e recomposto infinitamente em uma microfísica da ação sem ancoragem nem orientação. O mundo parece, ali, sem valores nem alternativas verdadeiras. D. Haraway reivindica-se e destaca-se de B. Latour ao tentar definir, sem recorrer a uma mitologia das origens, a natureza como o lugar (*topos*) onde a reconstruirá uma “cultura pública” ou um “espaço comum”. Seu esforço crítico, político e poético é propor “ficções” para hoje.

Se, mais recentemente, B. Latour aborda a questão da representação como nova tarefa da Ecologia política, e a necessidade de poder colher essa multiplicidade (humanos/não humanos socializados), para recolocar a questão da “composição do mundo comum” (Latour, 1999, p.60), o vocabulário de D. Haraway difere sensivelmente. No que ela chama de “conversa” com o mundo, ela reivindica uma posição de “responsabilidade” (Haraway, 2007 [1988], p.131). Trata-se de interrogar o modo através do qual “somos responsáveis” ou “devedores” de nossos “companheiros de espécie” (Gardey, 2009). Ela assume implicitamente a dimensão normativa de todo o modo de existência (no que diz respeito ao ser no mundo, ao agir no mundo ou ao tentar conhecê-lo) e obriga-nos, assim, a pensar o que são “nossas ciências” e “nossas políticas”.

9 Essa invenção minha é a palavra que me parece mais apropriada para pensar o que essas teorias propõem. Ver o prefácio de Delphine Gardey, “Deux ou trois choses que je dirais d'elle”, à obra de Haraway intitulada *Manifeste cyborg et autres essais* (2007).

Referência bibliográfica

- ALLARD, L. À propos du *Manifeste cyborg*, d'*Ecce Homo* et de la *Promesse des monstres* ou, comment Haraway n'a jamais été posthumaniste. In: ALLARD, L.; GARDEY, D.; MAGNAN, N. (dir.). *Manifeste cyborg et autres essais: Sciences, fictions, féminismes*. Prefácio. Paris: Exils, 2007, p.19-28.
- BIJCKER, W.; HUGHES, T.; PINCH, T. (dir.). *The Social Construction of Technological Systems*. Cambridge: The MIT Press, 1989.
- BOLTANSKI, L. *Bruno Latour et la critique*. Comunicação ao colóquio "Exercices de métaphysique empirique: autour de Bruno Latour". Cerisy-la-Salle, 23-30 jun. 2007.
- BUTLER, J. *Le pouvoir des mots: politique du performatif*. Paris: Amsterdam, 2004 (1997).
- CHABAUD-RYCHTER, D.; GARDEY, D. (dir.). *L'engendrement des choses. Des hommes, des femmes et des techniques*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 2002.
- GARDEY, D. Humains et objets en action. Essai sur la réification de la domination masculine. In: CHABAUD-RYCHTER, D.; GARDEY, D. (dir.). *L'Engendrement des choses. Des hommes, des femmes et des techniques*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 2002.
- . Au cœur à corps avec le *Manifeste Cyborg* de Donna Haraway. *Esprit*, Paris, mar.-abr., 2009, p.208-217.
- GRINT, K.; GILL, R. *The Gender-Technology Relation. Contemporary Theory and Research*. Londres: Taylor & Francis, 1995.
- HARAWAY, D. The Promises of Monsters: A Regenerative Politics for Inappropriate(d) Others. In: GROSSBERG, L.; NELSON, C.; TREICHLER, P. (dir.). *Cultural Studies*, Nova York: Routledge, 1992, p.295-337.
- . Otherwordly Conversations; Terran Topics; Local Terms. In: HARAWAY, D. *The Haraway Reader*. Nova York: Routledge, 2004 (1992), p.125-150.
- . *Manifeste cyborg*. In: ALLARD, L.; GARDEY, D.; MAGNAN, N. (dir.) *Manifeste cyborg et autres essais. Esprit*, Paris, mar.-abr., 2007 [1985], p.29-105.
- . Savoirs situés. In: ALLARD, L.; GARDEY, D.; MAGNAN, N. *Manifeste cyborg et autres essais. Esprit*, Paris, mar.-abr., 2007 [1988], p.109-142.
- . Le témoin modeste. Diffractions féministes dans l'étude des sciences. In: ALLARD, L.; GARDEY, D.; MAGNAN, N. *Manifeste cyborg et autres essais. Esprit*, Paris, mar.-abr., 2007 (1997), p.309-333.
- LATOUR, B. *Les Microbes: guerre et paix suivi de irréductions*. Paris: Métailié, 1984.
- . Le théâtre de la preuve. In: SALOMON-BAYET, C. (dir.). *Pasteur et la révolution pastorienne*. Paris: Payot, 1986, p.335-384.
- . *Nous n'avons jamais été modernes. Essai d'anthropologie symétrique*. Paris: La Découverte, 1991. [Ed. Bras.: *Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica*. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 2011.]
- LATOUR, B. Les vues de l'esprit. Une introduction à l'anthropologie des sciences et des techniques. In: BOURGNOUX, D. (dir.). *Sciences de l'information et de la communication*. Paris: Larousse, 1993 (1985), p.572-596.
- . *La Clef de Berlin et autres leçons d'un amateur de sciences*. Paris: La Découverte, 1993.
- . *Petite Réflexion sur le culte moderne des dieux faitiches*. Le Plessis-Robinson: Synthélabo, 1996. [Ed. Bras.: *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Trad. Sandra Moreira. Bauru: Edusc, 2002.]
- . *Politiques de la nature. Comment faire entrer les sciences en démocratie*. Paris: La Découverte, 1999. [Ed. Bras.: *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Trad. Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru: Edusc, 2004.]
- . *La Fabrique du droit. Une ethnographie du Conseil d'État*. Paris: La Découverte, 2002.
- . *Changer de société. Refaire de la sociologie*. Paris: La Découverte, 2006.
- LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *La Vie de laboratoire. La production des faits scientifiques*. Paris: La Découverte, 1988 (1979). [Ed. Bras.: *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Trad. Angela R. Vianna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.]
- LINHARDT, D.; MUNIESA, F. *Latour Bruno, 1947 e Acteur-réseau (Théorie de l')*. In: MESURE, S.; SAVIDAN, P. (dir.). *Dictionnaire des sciences humaines*. Paris: PUF, 2006, p.4-6 e p.689-690.
- ORMROD, S. Genre et pratiques discursives dans la création d'un nouveau mode culinaire. *Cahiers du GEDISST*, Paris, n.20, 1997, p.37-62.
- PESTRE, D. Pour une histoire sociale et culturelle des sciences. Nouvelles définitions, nouveaux objectifs, nouvelles pratiques. *Annales HSS*, Les Lilas, v.50, n.3, 1995, p.487-522.
- . *Introduction aux Sciences Studies*. Paris: La Découverte, 2006.
- SCHAFFER, S. The Eighteenth Brumaire of Bruno Latour. *Studies in History and Philosophy of Science*, v.22, n.1, 1997, p.174-192.
- SHAPIN, S.; SCHAFFER, S. *Leviathan et la pompe à air. Hobbes et Boyle entre science et politique*. Paris: La Découverte, 1993 (1985).
- STAR, S. L. Power, Technology and the Phenomenology of Conventions: On Being Allergic to Onions. In: LAW, J. (dir.). *A Sociology of Monsters: Essays on Power, Technology and Domination*. Londres: Routledge, 1991, p.26-56.
- WAJCMAN, J. La construction mutuelle des techniques et du genre. In: CHABAUD-RYCHTER, D.; GARDEY, D. (dir.). *L'Engendrement des choses. Des hommes, des femmes et des techniques*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 2002, p.51-70.

III
INTERAÇÕES E PRODUÇÃO
DA ORDEM SOCIAL

EVERETT CHERINGTON HUGHES: DIMENSÃO DE GÊNERO E DIFERENÇAS SEXUADAS*Pierre Tripier*

Seria possível afirmar que Everett Cherington Hughes (1897-1983) aborda a diferença sexuada nas relações de trabalho ou em outros tipos de relações sociais? Como para muitos sociólogos de sua idade e de sua geração, a resposta é negativa. Sem dúvida nenhuma, ele ilustra relações entre homens e mulheres, contudo não as aprofunda. Outros capítulos deste livro analisam a abordagem de seus alunos Howard Becker, Anselm Strauss ou Erving Goffman. As obras deste último que tratam frontalmente das relações sociais de sexo foram publicadas no fim dos anos 1970: *L'Arrangement des sexes* [O arranjo dos sexos] foi editado pela primeira vez em 1977 e *Gender Advertisements* [Anúncio de gênero], em 1976. Ora, dos três, Goffman é o que mais se preocupa com esse tema. Parece-nos, então, ilusório esperar que E. C. Hughes estude diretamente esse assunto. Por outro lado, uma de suas antigas colaboradoras, Rue Bucher, foi provavelmente a primeira a trabalhar sobre a profissionalização ao analisar os diferentes itinerários dos homens e das mulheres em profissões similares (Bucher; Stelling, 1977). Hoje, são muitas as pessoas que fomentam os trabalhos sobre gênero referindo-se a E. C. Hughes.

Para as necessidades deste texto, nós nos perguntaremos também em que medida alguns dos seus princípios metodológicos e teóricos servem para o estudo, atual ou potencial, das relações entre pessoas de sexo diferentes, fornecendo alguns exemplos dos mesmos.

E. C. Hughes, um universalista androcêntrico

A leitora e o leitor que esperam que E. C. Hughes possa, em sua Sociologia do trabalho ou na das relações interpessoais, tratar as relações sociais de sexo definidas como “aquelas nas quais as relações de dominação ultrapassam as relações de exploração” (Kergoat, 1978, p.71) ficarão decepcionados.

As razões de tal ausência são, ao mesmo tempo, fatuais e cognitivas. As razões fatuais: para E. C. Hughes, a tendência em pensar as relações sociais concentrando-se somente nos humanos masculinos é reforçada pelo seu estudo empírico de algumas profissões prestigiosas, como a Medicina: “A Medicina, nesse país, apesar de alguns progressos no que se refere à sua feminização, mantém-se majoritariamente masculina” (Becker et al., 1961, p.3). Esse diagnóstico é confirmado pela demografia dos estudantes da Faculdade de Medicina do hospital geral do Kansas. O título do estudo de E. C. Hughes, H. S. Becker, R. Bucher e A. Strauss, *Boys in White* [Rapazes de branco], deve-se ao fato de as moças representarem somente 5% da população estudada. Entre as razões cognitivas, uma delas é evocada por Becker:

Hughes tinha pouco interesse pela Teoria abstrata. Quando eu era estudante, com alguns camaradas, perguntamos a ele, um dia, o que pensava sobre a teoria sociológica. Ele nos respondeu rosnando com uma outra pergunta: “A teoria de quê?” Ele queria dizer com isso que não existe teoria geral, assim, abstrata. Existem somente teorias de fenômenos particulares, como a raça, a etnia ou a organização do trabalho. Mas ele sabia como agir quando uma classe ou um estudante sentia-se atraído (...) pelo trabalho de definição das ideias e dos conceitos. (Becker, 2002 [1998], p.20-21)

Em segundo lugar, quando E. C. Hughes escreve, ele parece levado pela vontade de combater a aliança representada por R. K. Merton, entre o neopositivismo metodológico de um S. A. Stouffer ou de um P. F. Lazarsfeld, e a teoria suprema estruturo-funcionalista de T. Parsons (1902-1979), seu contemporâneo, e que também analisa as profissões. Ora, nem esse método nem essa teorização tendem a estudar casos diferentes dos do “homem médio”, ou seja, seguindo as variações de “um

macho branco, de origem protestante e anglo-saxão, e praticante assíduo de esporte” (Becker et al., 1961, p.3). Mantém-se, assim, em um universo androcêntrico e inconsciente no qual as relações domésticas de dominação não existem mais.

E. C. Hughes não previne somente contra as teorias abstratas, ele procura também enraizar a interpretação dos dados na contingência das circunstâncias e dos contextos. É provavelmente a razão pela qual Jean-Michel Chapoulie insiste em enfatizar os preceitos metodológicos de E. C. Hughes e de seus alunos, e a preeminência dada por eles à coleta de dados empíricos de primeira mão (Hughes, 1996; Chapoulie, 2001). Uma ilustração da abordagem proposta por esse pesquisador é fornecida pelo conceito de *perspectiva*, desenvolvido em *Boys in White*: os autores ressaltam o fato de não terem tido hipóteses iniciais em sua investigação, mas terem detectado os pontos de fricção, os julgamentos dos futuros médicos sobre os comportamentos dos outros, estudantes ou professores. Índices da perspectiva na qual os estudantes haviam-se engajado ao iniciarem estudos longos e prestigiosos. Sem poder resumi-lo aqui, *Boys in White* constitui um verdadeiro guia para a análise indutiva.

Conceitualização

A leitura assídua das diferentes partes dos trabalhos de E. C. Hughes faz emergir uma trama preferencial de interpretação. Pois E. C. Hughes, seus colegas de Chicago, seus discípulos e os alunos de seus discípulos utilizam um quadro analítico contendo o mínimo de pressupostos possível, mergulhando suas raízes ao mesmo tempo em autores pragmáticos, como John Dewey ou George Herbert Mead, e nos trabalhos dos pioneiros da Escola de Chicago, como William Thomas ou Robert Park. Teria sido necessário voltar até W. Thomas para reencontrar uma das primeiras ferramentas conceituais de E. C. Hughes: a da “definição da situação”. Esse conceito entrou para a posteridade transmitido por uma frase de R. K. Merton:

W. I. Thomas formulou um teorema essencial para as Ciências Sociais: “Quando os homens consideram algumas situações como reais, elas são reais em suas consequências”. Se esse teorema e suas incidências fossem mais conhecidos,

mais numerosos seriam aqueles que compreendem o funcionamento da sociedade. (Merton, 1953 [1949])

Ora, para Thomas, a definição da situação não acontece somente pela iniciativa de uma pessoa: ela é interativa. Alguém define uma situação e age em consequência dela, mas essa definição pode ir de encontro a uma objeção emitida por outros, hábitos ou leis existentes. E o autor da definição deve transformá-la para agir conforme seu tempo e seu meio.

Essas definições são individuais e coletivas. E. C. Hughes mantém-se atento às relações recíprocas que se estabelecem entre pessoas e grupos diferentes, sobretudo em situações dissimétricas. Isso também ocorrerá em seu estudo sobre as relações étnicas entre canadenses anglófonos e francófonos (Hughes, 1945 [1943]). Ou quando ele analisa, com Edgard T. Thompson em uma obra coletiva, as relações entre diferentes raças (Thompson; Hughes, 1958). A mesma trama lhe será útil em seus trabalhos sobre as profissões. Quando analisa o "patriotismo" dos canadenses britânicos e franceses, ele ressalta o caráter declarativo de pertença a um grupo:

Um grupo étnico não é caracterizado pelo seu grau de diferença, mensurável ou observável com outros grupos; ao contrário, é um grupo étnico porque aqueles que o integram e aqueles que são exteriores consideram-no como tal e falam, sentem e agem como se constituísse um grupo distinto. (Hughes, 1996a [1948], p.202)

Ele enfatiza, no estudo das relações entre raças, esses mesmos elementos de consciência de si e de oposição ao outro:

Em todos os lugares onde as relações raciais são problemáticas, elas são correlacionadas às questões sociais, políticas, demográficas e biológicas. Mas essas mesmas questões surgem também onde as controvérsias raciais não existem. A ideia de pertença a uma raça é, em qualquer lugar, acompanhada de processos discriminatórios, segmentação e injustiça, mas as mesmas cargas existem onde as questões raciais não se impõem. E essas ideias não são o apanágio dos malevolentes (...) A ideia da diferença entre as pessoas de diferentes raças é somente um dos mitos cismáticos que dividiram os humanos em grupos antagônicos desde o início da história. (Thompson; Hughes, 1958, p.1)

Assim, E. C. Hughes se dedicará à desconstrução do "nós", à análise de seu caráter retórico. Ele ressaltará a utilização do discurso identitário como uma arma argumentativa nos conflitos e nas controvérsias. Em sua obra, o conceito de "definição da situação" permite assumir uma posição crítica. Essa visão atenuará a abordagem pela cultura:

(se) os traços culturais são atributos de um grupo, o grupo não se reduzirá à síntese desses traços (...) Quando cheguei à McGill (universidade anglófona de Montreal), considerava-se que os franco-canadenses tinham tendência a assimilar cultura e o mundo anglo-canadense, e que a língua era um dos índices de tal atitude. Se um franco-canadense falava inglês, supunha-se que ele era menos francês. Foi preciso algum tempo para que eu entendesse que os franco-canadenses que falam melhor inglês são extremamente ligados à comunidade francesa pelas maneiras de sentir e pelo seu modo de vida. (Hughes, 1996a [1948], p.202-203)

Essa situação resultou na proposta de nunca estudar os grupos sociais em si:

Podemos aprender muito sobre as relações entre grupos ao explorarmos a experiência pessoal em toda sua profundidade (...) Mas se um pesquisador estuda um ou o conjunto dos grupos em situação, ele deve estudar as relações entre todos (...) Não podemos mais compreender essas relações ao estudarmos um ou outro desses grupos que não podemos entender (...) [seria] como estudar um combate de boxe observando somente um dos seus protagonistas. (Ibid., p.204)

O estudo das profissões, o qual examinaremos mais tarde, utilizará a mesma abordagem (definição da situação, compreensão das diferentes situações em presença, consideração que elas formam um conjunto a ser compreendido). Uma de suas primeiras análises sobre as profissões aborda o trabalho das enfermeiras (Hughes, 1996b [1951]). Nele, as relações sociais de gênero não são mencionadas em momento algum, nem mesmo em uma anedota, mas a necessidade de estudá-las é afirmada em sua relação com todas as outras tarefas do hospital, das mais prestigiosas às mais humildes.

Mesmo sendo um universalista androcêntrico, E. C. Hughes nos fornece um caminho a percorrer, caso consigamos transpô-lo, para estudar todos os tipos de fenômenos que implicam uma divisão sexuada no trabalho, na vida doméstica ou no lazer. Para ele, a construção de uma identidade supõe que devamos nos opor (como pessoa ou como coletivo) a um outro, contra o qual iremos construir tal identidade, dentro de uma mesma totalidade.

Quando os trabalhos pioneiros, femininos ou feministas, denunciaram o casamento e o sentimento amoroso como convenções que acorrentariam as mulheres em uma posição secundária e dependente, eles pensaram também em oposição aos modos de hierarquização admitidos como normais, em um tipo de homologia com o raciocínio de E. C. Hughes (Appay, 2005; Delphy, 1992; Delphy; Leonard, 1992; Vandelac, 1985).

Uma metáfora teatral

Se cada um age em função de sua definição da situação, como se constrói a visão singular do contexto no qual a ação ocorrerá? E. C. Hughes utiliza uma metáfora teatral. Essa abordagem teve início com Kenneth Burke e sua visão do mundo social como um drama:

Todo enunciado exaustivo referente aos motivos dos outros vai procurar responder de um modo qualquer a uma destas cinco perguntas: o que aconteceu (o ato), onde e quando ocorreu (o palco), quem o fez (o agente), como ele fez (a agência), e por que (o argumento) (...) Ao utilizar o "palco" no sentido de um arranjo ou de uma encenação e "ato" no sentido da ação, poderíamos afirmar que "o palco contém o ato" e se damos ao "agente" o sentido de ator ou atuante, podemos também afirmar que "o palco contém o agente". (Burke, 1969 [1945], p.17 e 22)

O problema que Burke e E. C. Hughes abordam é o da organização da experiência através da percepção de si e do outro. A forma teatral permite uma ordenação da realidade percebida. Senão os múltiplos níveis de significação que se comprometem na atividade dos homens confundiriam a compreensão. É nesse sentido que E. C. Hughes utiliza as noções de papel e de espera de um papel ao considerar o drama coletivo do trabalho (*social*

drama of work). Em um dos raros textos no qual ele encena as relações de gênero, E. C. Hughes mostra a escolha entre dois papéis possíveis.

Fazia parte da tradição que o chefe de projeto de uma determinada fábrica fizesse a primeira viagem experimental do avião que ele havia ajudado a conceber, pois é ele quem convida a equipe de bordo e o grupo de engenheiros que contribuíram para a realização do projeto; a fábrica é muito masculina e nunca haviam convidado as esposas dos membros da equipe a esse tipo de aventura; ora, dessa vez, o chefe de projetos é *uma* chefe sem muito tempo de empresa. Seus colaboradores procuraram dissuadi-la de fazer o voo experimental, argumentando que era muito perigoso para uma mulher. Ela decidiu comportar-se como um engenheiro, fez a viagem, pagou o jantar, mas deixou a sala, como digna senhora, nas primeiras libações após o jantar. (Hughes, 1945, p.355)

Esse texto mostra que E. C. Hughes possui os instrumentos intelectuais para estudar as relações de gênero, mas não tem consciência disso. Ele as vê, porém, não as introduz no conjunto de discriminações, desigualdades e relações assimétricas que os seres humanos estabelecem desde a origem dos tempos.

Análise das profissões e das ocupações

E. C. Hughes vai, então, transpor seu quadro analítico, forjado em suas pesquisas sobre as relações entre canadenses ou entre pessoas de raças diferentes, às pesquisas de trabalho e da profissão. No número especial de uma revista pela qual ele era responsável, apresentará os trabalhos de seus alunos como de Sociologia do trabalho (Hughes, 1952).

Nos Estados Unidos, os trabalhos e as profissões "nobres" (advogados, médicos, engenheiros, pastores ou universitários) usufruem de certo número de privilégios que a lei norte-americana recusa às outras ocupações em nome da liberdade de empreendimento: fechamento do mercado de trabalho graças à estreiteza das vias de acesso, controle da demografia interna da corporação, remunerações superiores àquelas que adviriam de um mercado aberto, delegação de autoridade pelo Estado, monopólio de exercício. E. C. Hughes critica essas disposições e os especialistas que justificam esses

privilégios: ele lhes opõe o caráter geral da retórica do trabalho bem-feito, da dedicação ao público e da necessidade subjetiva do controle do espaço de exercício do trabalho.

Diante daqueles que estudam o trabalho e se interessam por sua divisão, ele defende uma visão longitudinal que coloca em perspectiva toda uma vida de labor. Procura distinguir irregularidades no paralelo entre diferentes ciclos de vida, entre diferentes biografias profissionais, ao estudar como aderir a uma profissão e que formas de conversão transformam uma pessoa indiferente em um “patriota” de seu trabalho. Ele segue o desenvolvimento de uma carreira mais ou menos ordenada, suas possíveis bifurcações, suas promessas, às vezes ilusórias, suas regras proclamadas e por vezes respeitadas.

Ao atribuir, assim, sentido ao destino profissional, ele parece contente – com seus colaboradores – em mostrar a mesma dignidade dos caminhos vocacionais de tarefas humildes e domésticas e dos altos cargos de prestígio profissional: ao mostrar, por exemplo, que os porteiros procuram, com razão, evitar o constrangimento dos locatários dissimulando os vestígios de suas desordens domésticas relevadas pelos seus lixos, como o pastor assume os aspectos negativos da consciência de suas ovelhas ou o médico, as doenças vergonhosas de seus pacientes.

Devemos nos livrar de todas as noções que nos impedem de ver que os problemas fundamentais que os homens encontram em seu trabalho são os mesmos. (...) [Devemos encontrar] um ponto de vista e conceitos que nos permitam comparar um ferreiro e um professor sem tentar rebaixar um ou tratar o outro com condescendência. (Hughes, 1996b [1951], p.80)

Sua abordagem leva E. C. Hughes a articular duas concepções dos mercados de trabalho ao procurar organizar toda atividade compartilhada que pretende perpetuar-se como grupo. A primeira analisa, antes de tudo, o nível individual e articula-se em torno do conceito de “carreira”. A segunda concepção é coletiva: ela procura mostrar o modo através do qual as pessoas tentam atrair o bem-querer e a compreensão da opinião pública e de seus representantes ao desenvolver uma retórica da vocação e da responsabilidade moral, em torno da dupla problemática da *Licence* e do *Mandate*.

Carreiras, sistemas ocupacionais e retóricas da soberania

Nosso autor observa como as pessoas entram nas carreiras, como se socializam, passando por momentos que parecem conversões: antes da conversão, elas consideram-se em estado latente e definem-se por grupos etários, laços familiares, lugar de nascimento. Depois, elas erguem as bandeiras de sua ocupação ou de sua profissão e projetam uma imagem relativamente clara de seu futuro ao saber qual é o presente daqueles que os precederam no mesmo percurso. A ação coletiva que leva a estruturar e a controlar esse *sistema ocupacional* é o resultado do ajustamento de todos os atores implicados nessa ação. O resultado dessa trajetória é um processo, dificilmente de deduzir, cuja morfologia muda e que somente a pesquisa de campo pode descobrir.

Quanto mais as pessoas afirmam sua pertença a uma profissão, mais elas podem antecipar um futuro provável e mais seu universo de possibilidades restringe-se (Hughes, 1996b [1967], p.184). Os itinerários pessoais, com a ordem dos cargos e lugares ocupados em função do ciclo de idade são, assim, um primeiro dado, morfológico, do sistema ocupacional, sintetizado na categoria de carreira.

Existe, em cada sistema, uma via central tomada por um grande número de pessoas. Ela representa o modelo ideal da carreira. Mas não poderíamos nos satisfazer em descrevê-la e analisá-la para detectá-la. Efetivamente, esse caminho do maior número de pessoas não pode existir sem vias laterais que viriam alimentá-la. Assim, o itinerário de todos os que dizem pertencer à mesma ocupação fabrica um espaço, uma membrana semiporosa cujas dimensões são efetivamente dadas pela soma de todos esses itinerários.

Apesar de ser universalista, E. C. Hughes abre o terreno que seus estudantes Rue Bucher e Anselm Strauss ocuparão através dessa proposta. Estes, em um artigo de grande repercussão, dirão que as profissões são compostas de segmentos que colidem com frequência e são “fragilmente reunidas em torno de uma única bandeira” (Bucher; Strauss, 1961). E, evidentemente, nos segmentos mais baixos encontramos pessoas de religião judaica, fenótipos morenos ou mulheres.

Esse estudo das carreiras abre caminhos para visões evolutivas da vida de trabalho, contendo outras significações negligenciadas pelas observações ou investigações sincrônicas. E a Sociologia de inspiração feminista acrescentará a essa visão arborescente da vida de trabalho outras causas de

mudanças e outras inflexões de carreira: o mesmo ocorre com a articulação da vida de casal e familiar.¹

Licence e Mandate

Uma lei sociológica atuante é aquela que constitui, que se apropria e que preserva um território. Essa ação de conquista ou de defesa seguiria um processo geral. Para E. C. Hughes, todo conjunto de pessoas que se investe em uma tarefa particular pode ser considerado, pelo Estado ou pela Nação, como tendo recebido uma missão a cumprir. Mas os depositários dessa "permissão" concedida, que ele chama de *Licence*, transformam-na em "vocação", em "responsabilidade" para com a coletividade, o que E. C. Hughes chama de *Mandate*. Os "licenciados" estimam que uma "missão" lhes foi confiada e que somente eles seriam capazes de cumpri-la. Convencidos disso, eles iniciam uma ação de confisco monopolista. As possibilidades de sucesso seriam ainda maiores se eles fossem encarregados de tarefas que colocam o resto de seus congêneres em perigo (por exemplo, médicos, farmacêuticos, jornalistas e policiais), ou atestassem uma força moral rara, já que sua especialidade consiste em administrar "situações de culpa" (é o caso dos pastores, trabalhadores sociais, porteiros) ou conversar friamente e com precisão sobre assuntos para os quais o mundo exterior tem respostas passionais ou tradicionais.

Os primeiros a organizarem-se para fechar seu mercado vão abrir caminho para os seguintes e se encontram em posição de selecionar os que podem entrar nesse mercado organizado. Esse ponto tem sua importância na divisão sexuada do trabalho. Esses fechamentos mais ou menos trancados do mercado de trabalho pela dialética da *Licence* e do *Mandate* permitem uma auto-organização que defende os princípios de tempo de empresa e do trabalho bem-feito. Mas elas são um instrumento de discriminação dentro das categorias de assalariados, tornando possível a proibição de entrada ou a manutenção de uma posição subordinada das populações por outros critérios que os da profissão. Cynthia Cockburn demonstrou o papel do sindicalismo

1 Ver Barrère-Maurisson (1992); Battagliola et al. (1990); Chabaud (1984); Chaudron (1991); Tripier (1997) etc.

entre os profissionais britânicos na construção para as mulheres ou os homens que possuem fenótipos minoritários, os obstáculos para a entrada nos mercados de trabalho que os sindicatos controlavam e os entraves para a promoção dessas populações em cargos que abrem a perspectiva de uma mobilidade ascendente. O mesmo ocorria em empresas nacionais francesas nas quais o peso do *Mandate* era grande (Rainbird, 1995; Cockburn, 2003; Sehili, 2004).

Vemos, no mundo construído por E. C. Hughes, que reina a concorrência, mas que cada um, admitindo-a para outros, procura evitá-la para si. A criação desse nicho favorável ocorrerá se existir capacidade de organização, de bons argumentos a favor da necessidade de um monopólio de exercício ou o controle de recursos raros.

Nesse mesmo mundo, cada um deve supostamente tomar o caminho mais curto, conduzir-se como se não tivesse tempo para nada, como se as decisões fossem ditadas pela economia da duração. Cada pessoa que se identifica com uma profissão não deve somente exercê-la, ela deve percorrer a carreira do modo mais diligente possível. A etimologia do termo corresponde a esse movimento: "carreira (século XVI): arena na qual se desenrolam as corridas de carro" e evoca a tensa temporalidade de cada membro de um sistema ocupacional. O imperativo da eficiência passou do nível coletivo ao plano individual.

Conclusão

As perspectivas da Escola de Chicago levaram alguns de seus autores a voltarem-se para as relações de desejo e de interdependência entre os gêneros, estudando os percursos e as definições da situação feminina (Cressey, 1932), com, algumas vezes, olhares sobre os fantasmas masculinos a seu respeito (Goffman, 2002). Mas E. C. Hughes mantém-se imperturbavelmente universalista. Quando a diferenciação sexuada está presente em seus exemplos, ela é usada como ilustração para conceitualizações sem gênero: ele utilizará os *Taxi Dance Halls*² para mostrar que algumas carreiras, em

2 A pesquisa de Paul Cressey sobre os *Taxi Dance Halls* foi o primeiro estudo monográfico sério da Sociologia do trabalho. Ela começou quatro anos antes das pesquisas de Hawthorne e sua publicação ocorreu seis anos antes de *Management and the Worker* (Roethlisberger; Dickson, 1939).

vez de serem progressivas (as pessoas sobem na escala social de acordo com o tempo de empresa) são regressivas (com a idade, as dançarinas de aluguel encontram mais dificuldades para manter seus clientes). Do mesmo modo, as relações ambivalentes entre engenheiros e sua diretora fazem parte de seu horizonte descritivo sem consideração das consequências particulares.

Hoje vivemos em uma outra época, na qual o feminismo alimentou múltiplos modos de análise dos atos profissionais, ao colocar as relações entre os sexos no centro da compreensão. Muitas publicações confirmam tal posicionamento, dentre elas a obra britânica sobre a “nova Sociologia do trabalho”, inspirada explicitamente nos trabalhos de E. C. Hughes, no qual Jackie West e Terry Austrin estabelecem uma relação de homotopia entre a prostituição e o trabalho doméstico: segundo eles, estudar a prostituição como labor é uma chave importante para a compreensão simultânea das relações de gênero e as relações de trabalho (West; Austrin, 2006).

Parece-nos, então, que esse mergulho nos textos, cujos mais antigos possuem mais de sessenta anos, não é inútil. Do mesmo modo, ao lembrarmos que a primeira monografia sobre o trabalho fala de todas as moças que ganham um salário com a dança, deveríamos permitir-nos relativizar o tratamento considerado durante muito tempo universal e indiferenciado (então, de algum modo, não sexuado) das pesquisas sobre o trabalho.

Referências bibliográficas

- APPAY, B. Delphy, un apport incontournable à la sociologie. *Cahier du Genre*, Paris, n.38, 2005, p.213-221.
- BARRÈRE-MAURISSON, M. A. *La Division familiale du travail. La vie en double*. Paris: PUF, 1992.
- BATTAGLIOLA, F. et al. *Dire sa vie. Entre travail et famille: la construction sociale des trajectoires*. Paris: CSU-CNRS, 1991.
- BECKER, H. *Les Ficelles du métier*. Paris: La Découverte, 2002 (1998).
- _____. et al. *Boys in White: Student Culture in Medical School*. Chicago: University of Chicago Press, 1961.
- BUCHER, R.; STRAUSS, A. Profession in Process. *American Journal of Sociology*, Chicago, v.66, n.4, 1961, p.352-334.
- BUCHER, R.; STELLING, J. G. *Becoming Professional*. Beverley Hills: Sage, 1977.
- BURKE, K. A. *Grammar of Motives*. Berkeley: University of California Press, 1969 (1945).
- CHABAUD, D. Problématique de sexes dans les recherches sur le travail et la famille. *Sociologie du travail*, Paris, n.3, 1984, p.346-359.
- CHAPOULIE, J. M. *La Tradition sociologique de Chicago, 1892-1931*. Paris: Seuil, 2001.
- CHAUDRON, M. Vie de famille, vie de travail. In: SINGLY, F. (dir.). *La famille, état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1991, p.133-144.
- COCKBURN, C. Une universitaire hors du commun, Entretien avec Margaret Maruani et Chantal Rogerat. *Travail, Genre et Sociétés*, Paris, n.9, 2003, p.5-33.
- CRESSEY, P. G. *The Taxi Dance Hall. A Sociological Study in Commercialized Recreation and City Life*. Montclair: Patterson Smith, 1969 (1932).
- DELPHY, C. *A Theory of Marriage*. In: McDOWELL, L.; PRINGLE, R. *Defining Women: Social Institutions and Gender Divisions*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- _____.; LEONARD, D. *Familial Exploitation. A New Analysis of Marriage in Contemporary Western Societies*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- GOFFMAN, E. Gender Advertisements. *Studies in the Anthropology of Visual Communication*, Filadélfia, v.3, n.2, 1976, p.69-154.
- _____. *L'Arrangement des sexes*. Paris: La Dispute, 2002.
- HUGHES, E. C. *French Canada in Transition*. Chicago: University of Chicago Press, 1943.
- _____. Dilemmas and Contradictions of Status. *American Journal of Sociology*, Chicago, v.50, n.5, 1945, p.353-359.
- _____. The Sociological Study of Work: an Editorial Foreword. *American Journal of Sociology*, Chicago, v.57, n.5, 1952, p.423-426.
- _____. *Le Regard sociologique*. Paris: Éditions de l'EHESS, 1996.
- _____. L'Étude des relations ethniques. In: _____. *Le Regard sociologique*. Paris: Éditions de l'EHESS, 1996a (1948).
- _____. Pour étudier le travail d'infirmière, *Le travail et le soi, Carrières*. In: _____. *Le Regard sociologique*. Paris: Éditions de l'EHESS, 1996b (1951), p.69-73; p.75-85; p.175-185.
- KERGOAT, D. Ouvrier = Ouvrière? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale. *Critiques de L'Économie Politique*, Paris, n.5, 1978, p.65-97.
- MERTON, R. K. *Éléments de théorie et de méthode sociologiques*. Paris: Plon, 1953 (1949).
- RAINBIRD H. *La construction sociale de la qualification*. In: JOBERT, A.; MARRY, C.; TANGUY, L. *Éducation et travail en Allemagne, en Grande-Bretagne et en Italie*. Paris: Armand Colin, Paris, 1995, p.231-249.
- ROETHLISBERGER, F. J.; DICKSON, W. J. *Management and the Worker*. Cambridge: Harvard University Press, 1939.
- SEHILI, D. Le masculin en mal. *Cahiers du Genre*, Paris, n.36, 2004, p.145-162.
- THOMPSON, E.T.; HUGHES, E. C. (dir.). *Race: Individual and Collective Behavior*. Nova York: Free Press, 1958.
- TRIPPIER, P. Homme, travail, femme et famille: quatre mouvements pour un quatour? *Sociologie du travail et sociologie de la famille. Sociétés Contemporaines*, Paris, n.25, 1997, p.11-24.

- VANDELAC, L. et al. *Du travail et de l'amour. Les dessous de la productions domestique*. Montreal: Saint-Martin, 1985.
- WEST, J.; AUSTRIN, T. Markets and Politics: Public and Private Relations in the Case of Prostitution. In: PETTINGER, L. et al. (dir.). *A New Sociology of Work*. Oxford: Blackwell, 2006.

16

ALFRED SCHÜTZ: SITUAÇÕES DE CRISE E REALIDADES MÚLTIPLAS NO "MUNDO DA VIDA DE TODOS OS DIAS"

Patricia Paperman e Joan Stavo-Debauge

A obra de Alfred Schütz constituiu, nos anos 1970-1980, um suporte para os sociólogos que procuraram modelos alternativos às teorias que ocupavam posições centrais nas Ciências Sociais, as funcionalistas nos Estados Unidos e as estruturalistas na França. Ela contribuiu com o desenvolvimento da problemática da "construção social da realidade" por intermédio de Peter Berger e Thomas Luckmann (1966), ambos alunos de A. Schütz. Suas ideias sobre a Sociologia foram retomadas como um programa de pesquisa pela etnometodologia e, em particular, por Harold Garfinkel. Elas inspiraram mais ou menos covardemente a análise dos empregados de altos cargos de Erving Goffman e as correntes de pensamento que se preocuparam em levar a Sociologia francesa à problemática da ação e/ou do "sentido".

Articulando M. Weber e E. Husserl, A. Schütz preconiza uma Sociologia em que o ator conhece e experimenta o mundo social, uma Sociologia do "mundo da vida de todos os dias". Essa reinterpretação da Sociologia compreensiva, que se torna uma Sociologia do conhecimento do senso comum centrada no ator, parecia suscetível de permitir considerar perspectivas ignoradas pelas Sociologias dominantes, permanecendo no contexto de uma ciência positivista e, em particular, aquelas relacionadas à dimensão do gênero na organização social da experiência e do conhecimento.

Ora, nossa leitura de Schütz nos leva a sugerir que nem o gênero ou nenhum outro eixo de diferenciação social pode ser considerado nessa

Sociologia do “mundo da vida de todos os dias”. O uso da noção de “construção social” pelas análises de gênero parece-nos muito distante das ideias centrais do pensamento de A. Schütz, que não se interessou pela organização social do conhecimento sob o ângulo do gênero, nem sob outros aspectos que marcariam a importância de hierarquizações sociais. A ideia de uma “construção social”¹ que serviu de suporte para numerosas análises críticas em termos de gênero não é uma noção schütziana em si. Ela é o resultado da interpretação feita por Berger e Luckmann da Sociologia do conhecimento impulsionada por A. Schütz. Em nosso ponto de vista, a Sociologia schütziana não pode transformar-se em uma fenomenologia do gênero, como também não pode tornar-se uma fenomenologia de situações de “crise”, por exemplo, quando a pertença a uma mesma comunidade não aparece. Pois seria, então necessário encarregar-se dos elementos substanciais que se encontram fora do alcance dessa Sociologia. Essa indiferença aos conteúdos substanciais da atividade de pensamento ordinário é patente no estudo que toma a situação “típica” do estrangeiro como objeto. Para compreender as consequências de uma tal indiferença, é necessário voltarmos ao projeto dessa Sociologia do senso comum.

Uma Sociologia do senso comum

Alfred Schütz (1899-1959), que havia assistido às conferências de Max Weber em Viena em 1918, dedicou-se a uma leitura de seus textos metodológicos, tentando fornecer-lhes os fundamentos de uma “Antropologia filosófica” (Céfaï, 1998). Ele retoma, sob uma perspectiva fenomenológica, a ideia do “sentido subjetivamente pretendido pelo ator” e seu corolário “metodológico”, o ideal-tipo, ferramenta weberiana por excelência. Ao retrabalhar essas noções-chave da Sociologia compreensiva, é o próprio projeto da Sociologia que se encontra completamente reconfigurado como Sociologia do conhecimento. O conhecimento do senso comum do mundo da vida de todos os dias torna-se o objeto privilegiado da Sociologia, pois ela é constitutiva do mundo social:

1 Ela agora se impõe como um elemento do “senso comum”, fazendo com que não seja mais suficiente para criticar (Stavo-Debauge, 2003; De Fornel; Lemieux, 2007).

O objetivo das Ciências Sociais é a explicação da “realidade social” a partir do momento em que é apreendida por uma pessoa cuja vida cotidiana desenrola-se no interior do próprio mundo social (...). As Ciências Sociais devem tratar a conduta humana e sua interpretação pelo senso comum na realidade social. (Schütz, 1987, p.42)

Alfred Schütz procura constituir uma “Sociologia distanciada”, que consistiria em uma Sociologia da Sociologia das pessoas, pois, como ele o afirmava, “nós” seríamos “todos sociólogos na prática”.

Essa reabilitação do conhecimento do senso comum abriu novas perspectivas para uma Sociologia que (no contexto francês em particular) é marcada pelo imperativo da ruptura epistemológica, oferecendo assim uma alternativa ao trabalho dos sociólogos estruturalistas e críticos sobre o conhecimento que os agentes possuem do mundo social e as consequências de suas ações.² Com a ajuda dessa fenomenologia do mundo social seria outra vez possível afrontar a possibilidade de considerar o conhecimento ordinário, de fazer justiça às capacidades dos atores, de voltar à ruptura, radicalizada pelo positivismo, entre conhecimento científico e conhecimento ordinário (Paperman, 2001).

Alfred Schütz se propunha a fazer uma teoria do “mundo da vida cotidiana”, de suas “situações”, de suas “províncias de sentido” e da “multiplicidade” de suas “realidades”. Ele se preocupava com um tipo de conhecimento do mundo social informado principalmente por uma orientação prática que supunha conceder aos atores capacidades de agir das quais eles pareciam ter sido privados pela Sociologia crítica. Não foi ele quem reconheceu a distinção e a compreensão da ação segundo os “motivos tendo em vista” [*motifs en vue de*] e os “motivos por que” [*motifs parce que*]? Uma tal distinção oferece espaço para a consideração das razões que presidiriam as condutas e não somente das causas que as determinariam. Ela abre, assim, a análise da racionalidade dos agentes, destinados pelas teorias funcionalistas e estruturalistas (sejam elas críticas ou não) a não serem nada além de vetores (mais ou menos bem socializados) da ordem

2 Esse conhecimento é falso, parcial, deformado, ilusório, necessariamente deficiente e as consequências de seu agir estão escondidas de seus atores percebidos como brinquedos de forças e de causas que os ultrapassam ou como sujeitos de disposições incorporadas que são inacessíveis à sua reflexividade.

social e dos mecanismos de reprodução ou de integração. Esse programa de uma Sociologia do mundo dá vida cotidiana poderia fazer acreditar que as experiências e os pontos de vista sobre o mundo social reduzidos ou ignorados poderiam, enfim, conquistar seu espaço.

As duas principais teses de A. Schütz fornecem as bases de uma reabilitação das capacidades dos atores em avaliar a realidade social? A primeira tese defende que o mundo social é percebido como uma evidência, *taken for granted*: o conhecimento do senso comum do mundo da vida de todos os dias (o Mundo-Vida ou a atitude natural) é um sistema de construções de sua tipicidade. A segunda tese aborda o caráter comum e compartilhado do mundo conhecido pelo autor. Esse Mundo-Vida é um mundo compartilhado com uma multiplicidade de outros indivíduos, que vivem e que agem em seu âmago em atividades comuns e mutualmente imbricadas. O sistema das construções da tipicidade é amplamente aceito como óbvio, mesmo se um ou outro segmento daqueles construídos pode ser periodicamente questionado. Para isso, as teses fundamentais constitutivas do próprio mundo social – sua “*taken for grantedness*” e sua “*commonness*” – permanecem não tematizadas nos contextos da vida cotidiana (Zaner, 1970).

Ao defender a ideia de que esse conhecimento do mundo da vida de todos os dias é imediatamente um conhecimento de sua tipicidade, A. Schütz afirma que antes de constituírem-se ferramentas do conhecimento científico sob a forma de tipos (ideais ou não), as construções da tipicidade são elaborações do senso comum, que se tornaram disponíveis em “reservas de experiências”, “receitas” práticas e “repertórios” de “tipificações”. A tipificação “consiste em uma igualização de traços pertinentes para o objetivo particular em curso, para o qual o tipo foi formado, ignorando as diferenças particulares dos objetos tipificados que não são pertinentes para esse objetivo” (Schütz, 1964, p.234). Trata-se, então, de um processo através do qual alguns traços das situações ou dos objetos, configurados segundo objetivos práticos, são retidos e tomados como elementos decisivos do tipo, pela diferença com outros que são rejeitados, considerados insignificantes.

A análise desse processo avalia a eliminação de significados e de experiências que não convergem necessariamente para uma mesma apreensão das circunstâncias e que seriam associadas a posições assimétricas constitutivas de uma relação de “dominação” não justificável?

Gênero e dominação

A ausência de consideração das dimensões do “poder” na teoria de A. Schütz poderia explicar o pouco interesse pela Sociologia de análise dos gêneros. É o que Patricia Lengermann e Jill Niebrugge (1995) sustentam em um artigo que explora, sob uma perspectiva feminista, as possibilidades de extensão das análises schützianas da intersubjetividade, de maneira que seja possível levar em consideração a questão da “dominação”. Mas essa possibilidade se revela limitada, pois para dar conta do modo como a “dominação” pode ser construída na intersubjetividade, a análise é realizada para mostrar como tal relação pode ter uma forma particular e distorcida, de acordo com a expressão de Lengermann e Niebrugge (Ibid., p.28), da relação intersubjetiva por excelência para A. Schütz – “*we-relation*”.

Nessa relação de reconhecimento mútuo, cada um se centra nas compreensões comuns que o religam ao outro e reconhece no outro uma subjetividade independente. A relação de “dominação” é compreendida, então, como uma relação na qual se exige do outro a partilha total da percepção e o projeto de cada um. Nesse caso, a “reciprocidade das perspectivas” não é mais pressuposta, como afirmam as autoras do artigo, já que existe somente uma única perspectiva, a do “dominante”: o subordinado renuncia ao direito a uma subjetividade independente, ele serve somente para ouvir o projeto do dominante. Gostaríamos de concluir deste relato que as relações de “poder” não são conflitantes com uma análise em termos de intersubjetividade conforme a proposta de A. Schütz, já que a tese da “reciprocidade das perspectivas” não é, em si, sustentável. Mas Lengermann e Niebrugge, por sua vez, não concluem de um modo tão radical os limites da análise de A. Schütz. Elas deslocam a questão da “dominação” do nível intersubjetivo para o nível das estruturas de maior escala, e apoiam-se, então, nas análises de Dorothy Smith (1987; 1990) fundamentadas a partir de diferentes fontes (marxismo, etnometodologia) e que as conduzem ao desenvolvimento de uma “etnografia institucional” (2005).

Portanto, a hipótese da “reciprocidade das perspectivas” é central para a análise da intersubjetividade do mundo vivido praticada por A. Schütz: ela é uma “idealização” através da qual, apesar da diversidade das experiências da realidade social, apesar das diferenças “biográficas”, constitui-se e percebe-se um “mundo comum”, “objetivo” e acessível a “qualquer um”:

A tese geral das perspectivas recíprocas conduz à apreensão dos objetos assim como de seus aspectos atualmente conhecidos por mim e potencialmente por vocês ou por qualquer outra pessoa. Um tal conhecimento é supostamente objetivo e anônimo, ou seja, separado e independente de mim e da definição da situação por meu semelhante, nossas circunstâncias biográficas particulares e os objetivos atuais e potenciais dos quais dispomos ao nos sentirmos incluídos. (Schütz, 1987, p.18)

É essa maneira de conceber o conhecimento do mundo comum que nos parece dificilmente compatível com uma perspectiva feminista ou qualquer outra perspectiva de análise do mundo social que sustentaria a possibilidade (e a validade) de um conhecimento (situado, e não genérico ou universal) que ancora-se em uma variedade de lugares e de modos de apreciação do mundo. Nesse caso, ele justifica-se a partir de uma decisão, metodológica e política, que consiste em fazer dessa constituição do “comum”, do “nós” e do “mundo da vida de todos os dias”, um caso problemático, como o sustenta Smith (1987; 1990). Mas uma tal decisão implica, segundo Smith, uma ruptura radical com a perspectiva da intersubjetividade, pois ela apoia-se em uma epistemologia e uma metodologia diferentes, uma teoria do “*standpoint*” (1987, p.18). Ela implica o rompimento com o pressuposto de um mundo comum previamente dado e conduz à realização da etnografia de sua fabricação. Uma tal etnografia parte de um ancorar corporal situada do sujeito do conhecimento. Ele atribui-se a tarefa de restituir a articulação do ponto de vista ligado a esse ancorar com o mundo “comum”, e seu desaparecimento através de formas objetivadas do conhecimento, inclusive sociológico. Para Smith, restituir o mundo da vida cotidiana é mostrar como constitui-se e mantém-se a distância entre os conhecimentos situados e o conhecimento dito “comum” do mundo social.

Pertinências principais e menos importantes (ou realidades múltiplas): o trabalho teórico e as tarefas domésticas

Para A. Schütz, portanto, o mundo da vida de todos os dias também não é um caso homogêneo: ele é “estratificado”, articulado em “realidades

múltiplas” ou províncias concluídas no sentido de uma coexistência no fluxo da consciência (Schütz, 1987). Poderíamos esperar, então, que essa análise dos estratos diferenciados restitua essa capacidade em apropriar-se e a viver o “mesmo” mundo de maneiras diferentes. Efetivamente, esse é também o fato que encontra-se no ponto de partida do questionamento filosófico de A. Schütz sobre um fenômeno que chamou a atenção de William James em termos psicológicos. Já que não estamos mais interessados, em cada instante, por todos os estratos do mundo nem por todas as outras realidades simultaneamente, Schütz empenha-se em analisar a “função seletiva de nosso interesse” que organiza e estrutura o mundo em esferas de pertinência (por exemplo, a principal e a menos importante). Cada uma das realidades ou províncias de significações nas quais o ator pode encontrar-se comprometido simultânea ou alternadamente, caracteriza-se por um estilo cognitivo diferente que possui uma coerência própria. Por exemplo, o estilo cognitivo próprio ao mundo do trabalho teórico e o estilo cognitivo de atividades do mundo do trabalho cotidiano mobilizam diferentes níveis da personalidade:

São unicamente níveis muito superficiais de nossa personalidade que empenham-se em realizações como nossas “tarefas domésticas” habituais, ou mesmo quase automáticas, ou no fato de comer, de vestir-se e, também, (para adultos normais) de ler e efetuar operações aritméticas simples. Evidentemente, quando voltamos para esse trabalho rotineiro, as atividades que lhe são associadas são constituídas em temas, exigindo e recebendo nossa total atenção, mesmo se é somente por um curto instante. Mas efetuamos essas atividades ao mesmo tempo e apesar das grandes crises em nossas vidas. (Schütz, 1970, p.11)

Segundo Smith, “a atitude do óbvio apoia-se no trabalho das mulheres (...), nas relações de trabalho daqueles que fornecem a logística da existência corporal do filósofo (...), (aqueles) cujo trabalho permite a um outro eliminar toda a atenção à localização corporal da consciência” (1987, p.83). Prosseguindo nessa mesma linha, Lengermann e Niebrugge (1995) estimam que o que, para alguns, vale como mundo evidente, é um mundo de problemas para aqueles/aquelas cujo trabalho (visto mas não observado) consiste precisamente em produzir essas soluções que fazem surgir o mundo como uma evidência.

Mas para que a produção dessas soluções torne-se visível, “tematizável” em linguagem schütziana, é necessário que ela surja como um problema no terreno da consciência do adulto plenamente estimulado, conectado com o mundo do trabalho. E isso – “evidentemente” – exige condições particulares: por exemplo, que as experiências desses outros e o conhecimento do mundo social que elas implicam, sejam reconhecidas como válidas e não sejam tratadas como secundárias ou insignificantes. Ora, as atividades de manutenção das “rotinas” da vida cotidiana, ao mesmo tempo que constituem o objetivo da análise fenomenológica que as valoriza como elementos essenciais do “mundo da vida”, desaparecem do horizonte e da visão dos sociólogos.³ Efetivamente, segundo Smith:

a etnografia da consciência de Schütz vê o processo somente por um lado. Ele não vê o complemento essencial desse trabalho da consciência, a organização social dessa área, nem seu caráter discursivo ou sua textualidade essencial. Pois se o sujeito conhecedor de Schütz deve negligenciar sua vida profissional e local, o que existe, então, no mundo no qual ele entra, que o torna capaz desse esquecimento, que fornece-lhe um mundo de ser e de agir no qual sua existência particular e local não tem lugar, que o puxa para fora de si próprio? (Smith, 2005, p.53-54).

Posicionando-se em oposição a A. Schütz, que postula uma unidade da consciência do ator, Smith fala de uma “bifurcação da consciência” – experiência comum à posição das mulheres – segundo a qual o conhecimento oriundo do enraizamento na vida local e corporal (que Smith chama de “vida de todos os dias e de todas as noites”) é dissociado do conhecimento do mundo social produzido e defendido pelas instituições do mundo “comum” através das relações de dominação (*ruling*). A noção de “posição das mulheres” (*women’s standpoint*) é, assim, um lugar para começar a investigação sobre o conhecimento do mundo social.

³ Os quais, como o mostra Marc Breviglieri, são mais inclinados a preocupar-se com os “fundos tenebrosos” das “rotinas” (Breviglieri, 2006).

As “idealizações” schützianas diante do estrangeiro

Sabemos que A. Schütz foi forçado a deixar a Áustria nazista para instalar-se primeiramente em Paris, onde ele morou durante apenas um ano, depois nos Estados Unidos, onde permaneceu até sua morte, em 1959. Podemos, então, afirmar que a experiência pessoal do recém-chegado conduz A. Schütz a considerar as situações de crise como se não permitissem mais ter como adquirida a compreensão em comum, a objetividade do mundo ou ainda a partilha de experiências vividas e que se referem ao mundo como sendo inquestionáveis? Teria sido a análise da “situação típica do estrangeiro” (Schütz, 2003) que incitou A. Schütz a considerar as experiências do mundo social, permitindo observar atores envolvidos em situações nas quais a realidade social não é dada previamente e na qual ela possa constituir-se objeto de revisão ou de transformação? Ou teria esse autor orientado seu olhar para situações que não são sempre já “tipificadas” e cuja consideração revela a ideia schütziana de que nada será suscetível de problematizar a objetividade do mundo vivido pelos atores?

A imagem do recém-chegado permite questionar as capacidades morais e de avaliação que o autor confere aos atores, de maneira que seja possível encarar situações problemáticas questionando o caráter comum do mundo e sua dimensão de objetividade.⁴ O recém-chegado abre espaço para essa questão quando a pertença lhe faz falta, e quando também é ele que não dispõe necessariamente das capacidades exigidas para criar uma comunidade com as pessoas que ele aborda, que se mantém em um mundo que não é o seu e do qual se apropriaram para seus próprios fins. Do mesmo modo, seu surgimento leva aqueles que o veem a se perguntarem se são capazes de conviver com seu estrangeirismo. Sua chegada mede também a capacidade dos atores em recebê-lo e acompanhá-lo na pertença, preparando-lhe um lugar e ajustando seus modos de agir para que ele possa sentir-se integrado. A consideração do estrangeiro por A. Schütz fornece um poderoso revelador do alcance descritivo e do interesse das ferramentas teóricas que ele forjou em seu trabalho.

⁴ Os elementos apresentados aqui de maneira sucinta são mais amplamente desenvolvidos no primeiro capítulo da tese de Joan Stavo-Debauge (2009).

Quando lemos o texto de A. Schütz sobre o estrangeiro, constatamos rapidamente que o centro de sua Sociologia é pouco atingido pela imagem do recém-chegado. Isso não se deve ao fato de a Sociologia resistir à prova do estrangeiro, mas é a imagem do estrangeiro da qual o autor dispõe em *The Stranger* (tradução francesa, 2003) que lhe permite esquivar a consideração de situações que desestabilizem as próprias bases da Sociologia. Seu texto fala de um estrangeiro que se revela *in fine* bem pouco estrangeiro, descrito como um “adulto de nossa época e de nossa civilização” (Ibid., p.6). A decisão de A. Schütz consiste em excluir “voluntariamente” de sua investigação: (a) o visitante ou o convidado que procura estabelecer um simples contato provisório com o grupo; (b) a criança ou os povos primitivos; e (c) as relações entre indivíduos e grupos de diferentes graus de civilização (Ibid., p.8). Assim, seu foco na pálida imagem do estrangeiro que resiste a essas três exclusões minimiza muito a possibilidade de ver emergir o caráter real e perigosamente problemático da conduta a adotar em relação ao estrangeiro (assim como a conduta do estrangeiro). O que é “típico” do estrangeiro é definido por A. Schütz de um modo monológico e curiosamente seletivo.

Portanto, é esse próprio reconhecimento da problemática do comércio com o recém-chegado que teria permitido ver em ação a eminente questão prática e moral colocada pelo estrangeiro: a da hospitalidade – temática ausente do texto de A. Schütz. Praticamente, essa questão interfere desde a desordem provocada pela falibilidade e pela infelicidade das relações entre o “estrangeiro” e aqueles que auxiliam sua vinda. Os quais devem, então, fazer muito esforço para protelar seus incômodos ou dificuldades, ou para esconder as suas próprias, e auxiliar a sua vinda. E isso, sem poder necessariamente usar recursos com os quais eles normalmente contam (as “soluções práticas” habituais, os modos ordinários que possuem um sentido colocado nessas “reservas de experiências” e outros “esquemas de tipicidades”), já que elas não são suficientes para fundarem um acordo, por menor que seja, sobre as propriedades comuns da situação.

Ao sair do terreno de sua investigação, “situações” que oferecem às pessoas implicadas, assim como ao sociólogo, o êxito de uma distância tão conseqüente que deixa entrever profundas assimetrias suscetíveis de minar a realização do pressuposto prático de “reciprocidade das perspectivas” e de “intercambialidade dos pontos de vista”, tão central em sua Sociologia, como se A. Schütz se privasse da possibilidade de deixar-se incomodar pela

questão, indissociavelmente analítica, ética, política e prática, colocada pelo estrangeiro. Os casos excluídos por sua decisão “metodológica” são precisamente tributários dessas “situações” confundidas por uma assimetria e o aprofundamento de uma distância entre pessoas consideradas, apesar de tudo, pela necessidade prática de entreter e de manter uma orientação de atenção comum, mesmo em aparência.

Ora, é precisamente quando as pessoas se confrontam com tais “situações” que elas devem considerar sua capacidade em suportar os incômodos do estrangeirismo e mostrar-se, ou não, particularmente hospitaleiras ou com profundas divergências. Devido ao fato de não querer considerar tais situações, A. Schütz parece, assim, diminuir fortemente o estrangeirismo do estrangeiro, o qual parece, então, mais ou menos sempre um *semelhante* quando não for um *igual*. O que lembra o relato de uma consciência que um sujeito carrega e que será despojado do conhecimento adquirido pelo seu enraizamento corporal e local na situação.

Seria Alfred Schütz capaz de introduzir no palco de sua investigação um personagem diferente desse estrangeiro que o é tão pouco? São os postulados mais enraizados de suas análises, assim como as orientações mais profundas de sua teoria, que impediram-no de atribuir-se uma visão mais penetrante e, por isso, mais inquieta, sobre o tormento da chegada do estrangeiro na comunidade, assim como sua capacidade de questioná-la e transformá-la. Podemos quase afirmar que o estrangeiro – como vetor de novidade e ativador de distâncias – seria uma das pessoas que pode atrapalhar mais decisivamente as teorias de A. Schütz, pois elas endossam a pertença a um “mundo comum” e estabelecem que uma “intersubjetividade” essencial é sempre previamente dada

desde o início é um mundo intersubjetivo (...). Ele é intersubjetivo porque vivemos nele como homens entre outros homens, sofrendo as mesmas influências e trabalhando como eles, compreendendo os outros e sendo compreendidos por eles. (Schütz, 1987, p.15-16)

Ao prestarmos bastante atenção, seus textos fazem sempre surgir “semelhantes” e “contemporâneos”. Inclusive, cada um deles é considerado por estar em “excelentes condições”, “condições” essencialmente comuns e compartilhadas, que todos possuem e estão disponíveis para qualquer um.

Tentemos caracterizar como o homem adulto, em excelentes condições físicas e mentais, observa o mundo intersubjetivo da vida cotidiana dentro do qual e sobre o qual ele age como um homem entre seus semelhantes (...). Qualquer interpretação desse mundo funda-se em uma reserva de experiências prévias, as nossas próprias ou aquelas que nos foram transmitidas por nossos pais ou professores; essas experiências sob a forma de "conhecimentos disponíveis" funcionam como esquemas de referência. (Ibid., p.12)

Um "nós" encontra-se, então, sempre disponível. De tal modo que o essencial, o pano de fundo de um mundo comum acessível a todos, já constitui um objeto de partilha. Certamente, essa partilha não é necessariamente imediata, mas as "reservas de experiência" (os "esquemas de tipificações" etc.), que mediatizam sua constituição intersubjetiva e asseguram o caráter reiterável dessa constituição, são bem colocadas como sendo comuns e compartilhadas.

Imediatamente, nós, os atores no palco social, experimentamos o mundo no qual vivemos como um mundo ao mesmo tempo natural e cultural, não como um mundo privado, mas como um mundo intersubjetivo, ou seja, como um mundo comum a todos nós, seja ele dado, seja ele potencialmente acessível para cada um. (Ibid., p.71)

Como assinala Jürgen Habermas, A. Schütz "tende a descartar a constituição do mundo da vida e partir imediatamente de um mundo da vida intersubjetivamente constituído" (Habermas, 1987). Habermas percebeu que essa abordagem não permite conciliar, com tal descrição, a maneira pela qual o "mundo da vida" torna-se problemático, em particular pelo exercício da crítica instaurado pelos atores (Boltanski; Thévenot, 1991).

Se as capacidades críticas dos atores são menosprezadas, as "idealizações" propostas por A. Schütz procuram resolver apenas um problema de coordenação da atenção bastante limitado. Elas referem-se somente ao ajuste da única questão da orientação mútua de "perspectivas" posicionadas em um espaço geométrico plano e homogêneo. Pretendem apenas assegurar a presunção de uma troca recíproca do "aqui" de um e o "lá" do outro, para que um e outro possam reconhecer que cada um vê as mesmas "coisas". "Coisas" que são neutralizadas por seu caráter estritamente físico

e pela especificação do lugar, uma simples questão de espaço, a partir do qual elas são consideradas. Desse modo, ele pode escrever que "nós dois vemos o mesmo pássaro voar, apesar da diferença de nossa posição espacial, nosso sexo, nossa idade e o fato de você querer atirar nele e eu, apenas desfrutar dessa visão" (Schütz, 1962, p.316).⁵

Mas o que acontece, então, quando a atenção dos atores ancora-se em outros lugares que não sejam "lugares" vazios, situados em um sistema de coordenadas espaciais homogêneas que, em si, os torna essencialmente equivalentes e intrinsecamente intercambiáveis? A. Schütz não menciona essa questão, pois as "situações" que ele considera não instauram problemas providos de tanta profundidade, em particular política ou moral, que tornaria a resolução de tais problemas delicada. Portanto, essa situação não representaria colocar o estrangeiro verdadeiramente à prova?

A inflexão pragmática da sociologia de A. Schütz, em nossa opinião mais lexical do que efetiva, assim como sua ampliação da etnometodologia, tentava sugerir que os atores dispõem de um amplo espectro de competências para poder orientar-se no mundo, compreender-se, agir junto ou coordenar-se. Contudo, nenhum desses desenvolvimentos permite restituir aos indivíduos ou aos seus membros as capacidades de avaliação que os fariam ver e apreciar esse "mesmo" mundo de outro modo, ou sob aspectos que não se encaixam com os pressupostos normativos inerentes a um tal conhecimento do senso comum: "O conhecimento que todos aqueles que compartilham nosso sistema de pertinência supostamente possuem em comum é o modo de vida considerado como natural, justo e certo para os membros do grupo" (Schütz, 1987, p.19).

O estrangeiro de A. Schütz surge como o revelador de uma perspectiva de análise indiferente às particularidades concretas das situações, às experiências diversas que elas suscitam e à diversidade das perspectivas no mundo social cujo caráter comum não é imediatamente dado, mas constituído. Aqui, sua constituição parece efetuar-se ao preço de um desaparecimento da pluralidade das formas de conhecimento que são desprovidas da autoridade desse "nós" [nous], ao mesmo tempo igualitário,

⁵ É, inclusive, com esse mesmo exemplo que Lengermann e Niebrugge (1995, p.28) apresentam a constituição do "nós" segundo Schütz.

anônimo e típico – um “nós” que possui, por consequência, todas as características de um pronome indefinido [On].⁶

O *On* sobre o qual A. Schütz constrói a Sociologia é problemático porque ele é cego às diferenças e aos princípios de diferenciação hierarquizante. Ele atenua o mútuo estrangeirismo (fonte de atração e de repulsão simultaneamente) que se impõe, não somente entre o estrangeiro e os nativos, mas também entre os homens e as mulheres. Em outras palavras, sua incapacidade em pensar o estrangeiro e em tematizar a distância característica de suas relações, leva-nos a pensar que sua Sociologia não possui ferramentas para considerar essa outra distância que caracteriza as relações sociais organizadas em função do gênero.

Referências bibliográficas

- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *The Social Construction of Reality*. Nova York: Doubleday, 1966.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.
- BREVIGLIERI, M. Le fond ténébreux de la routine. À propôs des morales du geste technique au travail. In: LAUGIER, S.; GAUTIER, C. (dir.). *L'ordinaire et la politique*. Paris: PUF, 2006, p.189-217.
- CEFAÏ, D. *Phénoménologie et sciences sociales. Alfred Schütz. Naissance d'une anthropologie philosophique*. Genebra/Paris: Librairie Droz, 1998.
- DE FORNEL, M.; LEMIEUX, C. *Quel naturalisme pour les sciences sociales?*. In: _____. *Naturalisme versus constructivisme?* Éditions de l'EHESS, Paris, coleção Enquête, n.6, Paris, 2007, p.9-25.
- HABERMAS, J. *Théorie de l'agir communicationnel*. v.II: Pour une critique de la raison fonctionnaliste. Paris: Fayard, 1987. [Ed. Bras.: *Teoria do agir comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes, 2012. 2v.]
- LENGERMANN, P. M.; NIEBRUGGE, J. Intersubjectivity and Domination: a Feminist Investigation of The Sociology of Alfred Schütz. *Sociological Theory*, Vancouver, v.13, n.1, 1995, p.25-36.
- PAPERMAN, P. Indifférence, neutralité, engagement. In: DE FORNEL, M.; OGIEN, A.; QUÉRÉ, L. (dir.). *L'Ethnométhodologie. Une sociologie radicale*. Paris: La Découverte, 2001, p.345-360.

⁶ Há aqui um paralelismo linguístico irreproduzível em português. A autora se refere ao *nous*, pronome pessoal equivalente ao “nós”, e ao *on*, pronome pessoal que pode ser usado tanto como substituto do “nós” quanto como pronome indefinido. (N. E.)

- SCHÜTZ, A. *Collected papers*. v.1: *The Problem of Social Reality*. Haia: Martinus Nijhoff, 1962.
- _____. *Collected papers*. v.2: *Studies in Social Theory*. Haia: Martinus Nijhoff, 1964.
- _____. *Reflections on the Problem of Relevance*. NewHaven/Londres: Yale University Press, 1970.
- _____. Sens commun et interpretation scientifique de l'action humaine. In: _____. *Le Chercheur et le quotidien. Un essai de psychologie sociale*. Paris: Méridiens-Klincksieck, 1987, p.7-63.
- _____. *L'Étranger*. Paris: Allia, 2003. [Ed. Bras.: O Estrangeiro. Um ensaio em Psicologia Social. *Revista Espaço Acadêmico*, 10, 2010.]
- SMITH, D. E. *The Everyday World as Problematic: A Feminist Sociology*. Boston: Northeastern University Press, 1987.
- _____. *The Conceptual Practises of Power: A Feminist Sociology of Knowledge*. Boston: Northeastern University Press, 1990.
- _____. *Writing the Social: Critique, Theory and Investigations*. Toronto: University of Toronto Press, 1999.
- _____. *Institutional Ethnography. A Sociology for People*. Toronto: Alt Mira Press, 2005.
- STAVO-DEBAUGE, J. Prendre position contre l'usage de catégories ethniques dans la statistique publique. Le sens commun constructiviste, une manière de se figurer un danger. In: LABORIER, P.; TROM, D. (dir.). *Historicités de l'action publique*. Paris: PUF, 2003, p.11-45.
- _____. *Venir à la communauté. Pour une sociologie de l'hospitalité et de l'appartenance*. Paris, 2009. Tese (Doutorado), EHESS.
- ZANER, R. M. Introduction. In: SCHÜTZ, A. *Reflections on The Problem of Relevance*. New Haven/Londres: Yale University Press, 1970, p.1-24.

**ANSELM STRAUSS E SUA HERANÇA:
SEXO/GÊNERO E RAÇA/ETNICIDADE**

Adele E. Clarke

Como um bom número de pesquisadores masculinos e brancos de sua geração contemporâneos dos movimentos e das lutas feministas, o sociólogo norte-americano Anselm L. Strauss (1916-1996) viu-se contrariado a considerar, com um certo desconforto, o conceito de gênero, assim como os problemas das injustiças relacionadas ao gênero ou ao sexo.¹ No contexto americano, foi também necessário examinar, simultaneamente, as questões de raça e etnicidade, pois, historicamente, elas estiveram intimamente ligadas ao gênero, ao ponto de tais questões serem interpretadas, cada vez mais, como interseccionais e subsumirem-se umas às outras (ver, por exemplo, Dill; Zambrana, 2009).

Na vida cotidiana de A. Strauss, e graças ao seu comprometimento permanente juntamente com sua esposa Fran Strauss nos combates da American Civil Liberties Union, os dois temas estiveram onipresentes nas discussões e atividades do casal. Assim, tanto na teoria quanto na prática, tanto em seus escritos e em suas atividades de pesquisador quanto em seus atos cidadãos, A. Strauss confrontou-se com as questões de sexo/gênero e de raça/eticidade.

Anselm Strauss considerava essas áreas como coconstitutivas, e essa perspectiva levou-o, em seu trabalho de pesquisa, a assumir opções frequentemente próximas dos preceitos feministas. Por essa razão, mesmo

1 Agradeço a Isabelle Baszanger, Monica Casper e Virginia Olesen por seus comentários.

se as questões de sexo/gênero e raça/etnicidade não encontraram uma expressão teórica explícita em seus trabalhos, elas integravam tacitamente os elementos constitutivos de algumas situações que ele estudou, métodos e estratégias analíticas que desenvolveu e conceitos que construiu. Numerosos temas oriundos desse trabalho foram elaborados de um modo explicitamente feminista e/ou antirracista por seus alunos, em direções que ressoam com as pesquisas feministas foucaultianas (ver, por exemplo, Butler, 2005 [1990]).

Anselm Strauss é conhecido, sobretudo, por seus trabalhos e pesquisas teóricas nas seguintes áreas: a sociologia médica (doenças crônicas, trajetórias, processos de morte, políticas e organizações sanitárias); a sociologia do trabalho (trabalho de articulação, profissões e carreiras); a psicologia social (transformações identitárias, contextos de consciência); a teoria de nível "médio" (mundos sociais e arenas, ordem negociada e processual); os métodos de pesquisa qualitativa (a *grounded theory* [teoria fundamentada]); a sociologia da Escola de Chicago (teoria do interacionismo simbólico); a sociologia urbana (cidades americanas).

Filho de um professor de educação física e de uma dona de casa, A. Strauss cresceu nos arredores de Nova York. Projetando estudar Medicina, ele obteve seu diploma (*bachelor's degree*) em Biologia na Universidade de Virgínia (1939). Mas, ao apaixonar-se pela Sociologia, realizou um mestrado e um doutorado nessa disciplina (1945) no célebre departamento da Universidade de Chicago. Em seguida, ensinou Sociologia no Lawrence College (Wisconsin), na Universidade de Indiana, depois na Universidade de Chicago, e terminou sua carreira na Universidade da Califórnia San Francisco (UCSF), em 1987, como professor emérito de Sociologia. A. Strauss ensinou também como professor associado na Inglaterra (universidades de Cambridge e de Manchester), na França (Universidade de Paris, a convite de Pierre Bourdieu) e na Alemanha (universidades de Constança e Frankfurt).²

As questões de sexo/gênero, raça/etnicidade e classes sociais atravessaram todos os trabalhos de A. Strauss, tanto no desenvolvimento de

2 Ver os trabalhos de Strauss traduzidos em francês (1992a, 1992b, 1994), os textos sobre A. Strauss de I. Baszanger (em francês, 1992; em inglês, 1998), de J. Strubing (em alemão, 1997) e o *website* de Strauss: <<http://sbs.ucsf.edu/medsoc/anselmstrauss>>.

sua metodologia da *grounded theory* quanto na construção de conceitos de trabalho de articulação e a teorização dos mundos sociais e das arenas, ou ainda o trabalho de equipe que ele estabeleceu para conduzir suas pesquisas e análises. São esses os assuntos que abordo neste texto. Gostaria de mostrar, principalmente, como seu profundo engajamento na elaboração de uma teoria sociológica formal impediu A. Strauss de levar explicitamente uma análise de gênero pois, em sua época, uma teoria formal legítima não poderia tratar os fenômenos de sexo/gênero e raça/etnicidade. Mais precisamente, digamos que dos meados ao fim do século XX, a corrente dominante da Sociologia americana considerava que essas questões "identitárias" induziam os universitários a expressar tomadas de posições pessoais. Elas ainda não eram percebidas como elementos fundamentais da organização e da estratificação sociais, mas além de integrarem uma teorização adequada, eram-lhes indispensáveis (Stacey; Thorne, 1996).

Grounded theory, sexo/gênero e raça/etnicidade

Durante os anos de formação de A. Strauss, as noções sexo/gênero e raça/etnicidade não eram centrais no programa da Sociologia americana, contrariamente às questões de classe e mobilidade social. A. Strauss escreveu sobre esses assuntos em termos de dimensões sociopsicológicas ligadas às transformações de identidade (por exemplo, Strauss, 1992a [1959] e seu contexto ambiental [*situatedness*] [1971]). As questões de imigração, evidentemente ligadas aos problemas de raça/etnicidade, estavam muito presentes na Sociologia americana (sobretudo para os sociólogos da Escola de Chicago) e em particular para A. Strauss, filho de judeus alemães. Ele abordou esses temas em seus trabalhos de Sociologia urbana (por exemplo, 1961; 1991, p.287-312) e em seus trabalhos sobre a simbolização em grande escala (1971; 1993, p. 162-167).

Durante os anos 1960, os movimentos pelos direitos cívicos e os movimentos feministas ganharam visibilidade e as questões de sexo/gênero e de raça/etnicidade impuseram-se no palco americano. Mudança que coincidiu com o desenvolvimento do método da *grounded theory* por Barney Glaser e A. Strauss (1967) como abordagem qualitativa da pesquisa sociológica. As abordagens qualitativas tinham se desenvolvido amplamente

nos primeiros anos da sociologia americana, em particular na Universidade de Chicago (ver, por exemplo, Fine, 1995). Contudo, nos anos 1930, as abordagens quantitativas passaram a ocupar um espaço central e, depois da Segunda Guerra Mundial, favoreceram as investigações estatísticas. A inovação metodológica de A. Strauss e B. Glaser representaria, então, uma intervenção radical em uma disciplina cada vez mais científica (Bryant; Charmaz, 2007; Charmaz, 2008).

Em resumo, a *grounded theory* representa uma abordagem profundamente empírica da análise de dados qualitativos (entrevistas, notas de campo, documentos, materiais de arquivos etc.). No início, o analista codifica os dados (codificação aberta) – palavra por palavra, segmento por segmento –, atribuindo códigos temporários a fenômenos específicos nos quais as propriedades são elaboradas. Os códigos associados entre si (*related*) que perduram são, então, reagrupados em categorias mais “ambiciosas”, analiticamente falando, que por sua vez são integradas em uma “teoria substantiva” (*substantive theory*) empiricamente fundada do fenômeno (Glaser; Strauss, 1967; Glaser, 1978; Strauss, 1987; Strauss; Cordin, 1990). Para a teoria fundamentada tradicional, através de projetos múltiplos que engendraram teorias substantivas, o objetivo era construir teorias mais “formais” (de nível superior/mais abstratas) (ver, por exemplo, Strauss, 1995). Ponto essencial: o pesquisador não inicia com uma categoria analítica, mas com um fenômeno interessante. As categorias analíticas são produzidas empiricamente pela análise dos dados, e tanto A. Strauss (1987) quanto Glaser estimulavam a realização de tais análises em pequenos grupos de trabalho.

Eles ambicionavam legitimar a pesquisa qualitativa diante da hegemonia da pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais americanas (Glaser; Strauss, 1966). Essa busca de legitimidade influenciou profundamente a elaboração da “*grounded theory*” relacionada às questões de sexo/gênero e raça/etnicidade. Para B. Glaser e A. Strauss, sexo (e não gênero), raça/etnicidade e classe social deveriam “obter sua integração” em uma análise. Não basta que essas questões estejam presentes nos dados coletados sobre um fenômeno determinado, elas também deveriam ser julgadas como “suficientemente importantes”, analiticamente falando, para merecer a atenção dos sociólogos. Contudo, eles próprios calaram-se durante várias décadas sobre o modo com os dados deveriam ser decifrados e sua “importância”, avaliada.

Em sua principal obra, A. Strauss (1993, p.210-212) abordou diretamente essa questão formulada como sendo a “predominância afirmada ou suposta da classe social, da raça/etnicidade, do gênero e de outras unidades sociais”. Recomendando veementemente uma pesquisa empírica atenta, ele advertia contra toda generalização abusiva sobre essas questões e contra o risco de imposição dos esquemas ocidentais ao resto do mundo. Com eloquência, ele afirmava a importância de manter-se atento às especificidades locais e às diferenças nas manifestações de processos sociais particulares. Corroborando Herbert Blumer, ele citava seus trabalhos sobre a diversidade das variações das formas de industrialização, em ruptura com a teoria recebida. Em conclusão, ele afirmava:

Assim, eu não rejeito totalmente as variáveis familiares dentre as quais algumas parecem relativamente bem enraizadas em anos de pesquisa e de teorização em Ciências Sociais. Eu sugiro apenas que elas possam constituir condições principais ou negligenciáveis, segundo os contextos específicos da vida social que elas podem ou não afetar de modo significativo. *Oui, mais...* (Ibid., p. 211)³

Eu, inclusive, critiquei veementemente (Clarke, 2005, p.11-30; 2007), alguns métodos clássicos da *grounded theory*, em particular por sua falta de reflexividade e sua ausência de reconhecimento da participação efetiva dos pesquisadores e pesquisadoras na pesquisa e suas consequências. Não tenho a intenção de desenvolver esse ponto aqui, mas ele é evidentemente importante para a análise do gênero, da raça/etnicidade, das classes sociais e de outras questões “de identidade” nas Ciências Sociais e mesmo além delas (por exemplo, a deficiência física ou a heteronormatividade).⁴

Ao reivindicar uma melhor credibilidade e uma real legitimidade para a pesquisa qualitativa em geral e para a “*grounded theory*” em particular,

3 Em francês no texto original, que foi redigido em inglês. Paralelamente aos trabalhos de Strauss, Glaser afirma, sobre a violência sexual e o estupro, que a “*grounded theory*” deveria ser utilizada para a elaboração de uma teoria geral da dominação que teria um poder explicativo ao “abstrair-se da época, do lugar e das pessoas”.

4 De certo modo, Strauss (1987) e Strauss e Corbin (por exemplo, 1990) consideravam o pesquisador como um sujeito ativo e sustentavam que os pesquisadores e pesquisadoras podiam em toda legitimidade utilizar os dados oriundos de sua própria experiência à condição de que elas fossem analisadas no mesmo plano que os outros dados. Contudo, eles não recomendavam a utilização da reflexividade do modo como a apreendemos hoje.

B. Glaser e A. Strauss manifestavam certa desconfiança diante de tudo o que podia permitir aos críticos qualificar essas pesquisas de construções enviesadas. Incontestavelmente, nos anos 1960 e 1970, evocar as questões de sexo/gênero e de raça/etnicidade podiam “marcar” um pesquisador e tal evocação ser interpretada como um sinal de um viés provável em sua pesquisa. Na época, nós recriminamos, inclusive, a teoria interacionista da etiquetagem (*labeling*) excessiva quando referia-se aos “perdedores” da sociedade (ver, por exemplo, Becker, 1967). As hesitações de B. Glaser e A. Strauss não eram, então, totalmente infundadas e as críticas da pesquisa qualitativa consideradas como “enviesadas” *de um modo inerente* são ainda hoje recorrentes (Clarke, 2007). Assim como o são a “etiqueta” dos pesquisadores que trabalham sobre o sexo/gênero, a raça/etnicidade e/ou a classe social.

Para A. Strauss e B. Glaser, então, considerando-se como homens brancos privilegiados, fazer uma análise do sexo/gênero e da raça/etnicidade não valia os “riscos corridos”. Em compensação, desde os inícios da “*grounded theory*” até hoje, tanto para A. Strauss (1995) como para Glaser (2002), o objetivo mais importante foi o desenvolvimento de uma teoria sociológica formal – ao afastarem-se, por conseguinte, das questões de sexo/gênero e de raça/etnicidade. O desenvolvimento de uma teoria formal encontrava-se no centro de sua estratégia de legitimação da pesquisa qualitativa e da “*grounded theory*”.

Portanto, numerosos(as) alunos(as) de A. Strauss que, há décadas, trabalham sobre a “*grounded theory*”, são pesquisadores e pesquisadoras feministas ativos(as) que encontraram nessa teoria um método fortemente *congruente* com os preceitos feministas. Com outros, como Susan Leigh Star, compreendemos há muito tempo, e de diferentes maneiras, que a *grounded theory* sempre foi *implicitamente* feminista, e congruente com as preocupações e as abordagens feministas da pesquisa como produção de saberes (Clarke, 2006).⁵

Citemos em particular:

⁵ Evidentemente, não quero dizer que B. Glaser e A. Strauss construíram ou pensaram tal método desse modo. Sugiro exatamente o contrário.

- 1) O enraizamento na Sociologia interacionista simbólica americana e na Filosofia pragmatista que enfatizam as experiências e as práticas, quer dizer, a fabricação vivida da vida social.
- 2) A utilização do conceito de perspectiva de George Herbert Mead que ressalta a importância da compreensão a partir dos pontos de vista daqueles que estudamos, inclusive a parcialidade, o caráter situado e a multiplicidade.
- 3) A adoção de um construcionismo social materialista.⁶
- 4) O destaque da análise desconstrutiva e a legitimação de múltiplas interpretações simultâneas.
- 5) A atenção dada à diversidade de variações que caracterizam as diferenças, inclusive, mas sem limitar-se a elas, o gênero e a raça/etnicidade.

Numerosos pesquisadores e pesquisadoras utilizaram a *grounded theory* para forjar ferramentas explicitamente feministas para a pesquisa qualitativa em Sociologia nos estudos das ciências, das técnicas e da medicina e no trabalho de enfermagem (Clarke, 2006). O desenvolvimento da *grounded theory* pelo qual eu me interessei e que chamei de “análise situacional” (Clarke, 2005) é, também, explicitamente feminista e possui profundas raízes no trabalho de Donna Haraway.

Conceitos estimulantes para as feministas

Teoricamente, A. Strauss chegou muito perto de uma análise de gênero com seu conceito de “trabalho de articulação”, ou seja, os esforços de negociação, de coordenação etc. necessários no decorrer das interações sociais para a realização de alguma coisa (ver, por exemplo, Strauss, 1991, p.99-120). A. Strauss era um sociólogo do trabalho “extraordinário”,⁷ ele analisava incansavelmente as diferentes atividades necessárias para que

⁶ Numerosos são aqueles e aquelas que (mal) interpretaram o construcionismo social como se esse interessasse-se somente pelo que é efêmero, ideológico ou simbólico. Mas o próprio mundo material é construído por nós que lhe atribuímos um sentido. Esse materialismo, a importância e o aspecto social das coisas, também foi afirmado por George Herbert Mead (McCarthy, 1984). J. Law (1999, p.4) também defende que o interacionismo simbólico é fundado em uma “materialidade relacional”.

⁷ Em francês no texto original, redigido em inglês.

alguma coisa acontecesse, o que quer que fosse, como a obtenção de um rádio para um doente hospitalizado ou para a organização de uma festa.

Ao abranger a área dos trabalhos de A. Strauss, S. L. Star (Star, 1991; Star; Strauss, 1999) também conceitualizou o trabalho de articulação como sendo um “trabalho invisível” de um modo explicitamente feminista. O “trabalho invisível” é, em geral, realizado por mulheres e por pessoas negras ou mulatas, ou por aqueles que, em uma determinada situação, possuem uma posição de “classe, de estatuto e/ou de poder” inferior. O trabalho invisível inclui, então, as tarefas tradicionais das mulheres (faxina, cozinha, datilografia), mas, conceitualmente, ele se expande na negociação, na coordenação, na organização temporal, nos arranjos etc., articulando os pequenos trabalhos exigidos durante toda uma trajetória para conduzir a um esforço total coerente. Uma grande parte dessas atividades de coordenação são também habitualmente realizadas por mulheres, e elas mantêm-se, em geral, tão invisíveis quanto o trabalho feminino tradicional.

A abordagem de A. Strauss nessas áreas foi, sem dúvida, influenciada por seu trabalho de quase quarenta anos na Escola de enfermeiras da UCSF e pelos estudos que ele dedicou aos hospitais – que funcionam também essencialmente graças às enfermeiras. Ele entendeu profundamente os numerosos modos através dos quais o trabalho das mulheres fazia o mundo avançar. Contudo, ele escolheu não aprofundar sua análise quando considerou o gênero como o primeiro *locus* de organização social. Ele preferiu desenvolver uma teoria social formal que evitava essas dimensões identitárias.

Em sua sociologia do trabalho médico, A. Strauss e seus colegas identificaram dois outros tipos de atividades interessantes para as feministas, ou que talvez constituísse tacitamente o objeto de análises feministas. A primeira é o “trabalho dos pacientes”, ou seja, as numerosas atividades que essas devem realizar a fim de obter e de gerar seus cuidados médicos, no interior e no exterior do contexto hospitalar (por exemplo, Straus et al., 1981). Essa seria uma intervenção radical na sociologia da medicina pois os pacientes haviam sido exclusivamente considerados como objetos do trabalho médico e não como sujeitos que realizam uma parte desse trabalho. Encontramos, aqui, um movimento clássico da análise feminista: a passagem da posição de objeto à de sujeito.

Além do mais, os pacientes não eram os únicos a efetuar esse trabalho. Efetivamente, atingido por uma grave infecção cardíaca crônica, A. Strauss, juntamente com Juliet Corbin, interessou-se pelo modo como os casais geram a doença crônica que afeta um(a) dos(as) dois(duas). Se a maioria de seus trabalhos já oferecia possibilidades de estudo específico do gênero, esse campo parecia ideal. Ora, não somente essa possibilidade nunca foi levada em conta, mas o sexo/gênero foi ativamente apagado, em particular por se evitar termos como “marido(s)” e “mulher(es)” que foram substituídos por “casal(is)”, “parceiros(as)” e “esposos” (Corbin; Strauss, 1988, em vários trechos). O fato de alguns casais entrevistados serem de lésbicas nunca foi mencionado. Não somente a divisão sexual do trabalho não é problematizada, mas a divisão em si é também ativamente erradicada: “Colaboração: casais trabalhando juntos na gestão da doença crônica” é o título de um de seus artigos (Corbin; Strauss, 1984).

Esse defeito explícito faz com que o trabalho de A. Strauss possa parecer datado e pouco útil para as complexas análises do gênero nas empresas pelas feministas. Por exemplo, o trabalho com cuidados (*care work*) tornou-se um objeto de pesquisa transdisciplinar feminista principal (ver, por exemplo, Meyer, 2000). Em vez de tratar o gênero em relação com a doença crônica, os últimos trabalhos de A. Strauss interessaram-se principalmente pelo corpo e pela biografia (Strauss, 1991, p.341-399; 1993, p.107-126) assim como pela política de saúde pública (1991, p.429-443). Contudo, as questões de gênero relacionadas à saúde e à doença foram retomadas e explicitamente elaboradas por numerosos estudantes. Kathy Charmaz (1997), por exemplo, estudou as questões identitárias nos homens com doenças crônicas. Lora Lempert (1997) iniciou uma análise de gênero das relações de maus-tratos sofridos por mulheres em ruptura de lar conjugal. Enfim, Monica Casper (1998) estudou a cirurgia fetal como problema de saúde das mulheres.

O segundo conceito interessante para as feministas qualifica o que A. Strauss e seus colegas identificaram como um trabalho necessário de todos os participantes do meio médico: o “trabalho sentimental” (Glaser; Strauss, 1965, p.225; Strauss et al., 1982; Strauss, 1991, p.121-148). Ele apreende as diferentes atividades instauradas para articular, calar e gerar todos os sentimentos ou sensações que um tal trabalho pode evocar – o medo, o desconforto, o desgosto etc. A noção pode expandir-se ao trabalho

biográfico e ao trabalho sobre a identidade (provocados por uma doença grave). Os pesquisadores também associaram o trabalho sentimental à utilização de tecnologias médicas (quando, por exemplo, as enfermeiras tranquilizam os pacientes em alguns procedimentos durante os quais eles devem manter-se conscientes).

O sexo dos sujeitos estudados era discutido rotineiramente, sem que existisse nenhuma análise explícita do gênero. Mesmo se não existe nenhuma menção sobre isso, eu relaciono esse trabalho ao conceito de "trabalho emocional" desenvolvido pela socióloga feminista Arlie Hochschild (1969). Com esse conceito, Hochschild fez uma análise de gênero pioneira do trabalho das comissárias de bordo e interpretou as "regras emocionais" como expectativas sociais de gênero. Finalmente, A. Strauss (1993, p.191-208; 1994) levou sua sociologia do trabalho a uma teorização da ação rotineira e não rotineira. Ainda mais uma vez, seu engajamento na elaboração de uma teoria sociológica formal opôs-se à emergência de uma teoria do trabalho mais focalizada no gênero.

Teoria dos mundos sociais e das arenas e política identitária

Outro campo teórico desenvolvido por A. Strauss é centralizado nos mundos sociais definidos como grupos sociais (qualquer tipo de coletivo) criadores de sentido e engajados em uma ação coletiva. Os mundos sociais são "universos discursivos" que se estendem a todos aqueles que compartilham seu centro de interesse e sua linguagem e implicam-se na ação dentro desse mundo (Strauss, 1978a; 1978b). É importante notar que, aqui, o engajamento faz parte da construção identitária (Strauss et al., 1964; Strauss, 1978a). Trata-se de uma teoria de nível médio no plano da ação social (Clarke, 1991). As pessoas criam os discursos específicos de seus mundos e ao mesmo tempo são constituídas por eles. Os mundos sociais (por exemplo, os membros de um grupo de lazer, uma profissão, uma disciplina ou uma tradição teórica) engendram perspectivas comuns que constituem o fundamento da ação coletiva.

Os mundos sociais são os principais mecanismos de filiação através dos quais se organiza a vida social. Mundos sociais múltiplos, implicados

em todo tipo de negociações e conflitos existem nas vastas e importantes arenas. Uma arena de interesse comum pode formar-se tanto no interior de mundos sociais quanto transversalmente a esses mundos, onde todos os grupos que se interessam por uma determinada questão reúnem-se. Na arena, "questões diversas são discutidas, negociadas, combatidas e manipuladas por representantes dos mundos ou submundos" (Clarke, 1997, p.70; Strauss, 1978a, p.124). Essa teoria difundiu-se amplamente nos estudos das ciências e das técnicas (Clarke; Star, 2007).

No fim de sua carreira, A. Strauss (1993, p.209-262) retornou à teoria dos mundos sociais, afirmando que a sociedade presta-se melhor à conceitualização se consideramo-la como constituída de mosaicos de mundos sociais em estratos nas arenas. Para ele, esse esquema poderia ser útil ao estudo de grupos sociais fundados na identidade. Efetivamente, a análise faz surgir não somente elementos identitários, mas também diferenças internas aos grupos, assim como relações que essas coletividades estabelecem umas com as outras por suas ações nas arenas sociais. Trata-se, então, de uma teoria *relacional* em vez de (ou talvez mais do que) uma teoria sociológica estrutural convencional.

O que considero muito interessante no que diz respeito à raça/etnicidade, foi A. Strauss ter utilizado o genocídio como caso ilustrativo de sua teoria dos mundos sociais e das arenas. Segundo ele, os governos podem ser capturados ou apropriados por mundos sociais particulares (o que ele relaciona aos "círculos sociais" de Simmel) que podem, então, tomar como alvo outros grupos sociais e instaurar ações do tipo "limpeza étnica" ou "solução final". Apoiando-se nessa tese, ele citou o Holocausto (judeus e ciganos) e as matanças ordenadas por Pol Pot no Camboja (cujo alvo era grupos de intelectuais). Seu trabalho assemelha-se, em minha opinião, ao de Blumer (1958) sobre o deslocamento da fronteira de cor (*color line*) consecutivo às mudanças de relações entre grupos raciais. Criam-se, assim, novos tipos de organização que, segundo Michael Omi e Howard Winant (1994), se tornam, por conseguinte, formações raciais.

Se A. Strauss não utilizou o esquema dos mundos sociais e das arenas para estudar os reagrupamentos de gênero, ele escreveu, mais tarde em sua vida, o prefácio da obra de Richard Ekins, *Male Femaling: A Grounded Theory Approach to Cross-Dressing and Sex-Changing* [Macho efeminado: uma abordagem teórica fundamentada no *transgênero* e na mudança de

sexo] (1997). Ekins dedicou um capítulo aos “mundos sociais dos trans-gêneros (*cross-dressing*) e da mudança de sexo (*sex-changing*)”. A. Strauss esperava que o esquema dos mundos sociais, perturbasse, ao mesmo tempo, as evidências (*taken-for-grantedness*) das interpretações pela sociologia convencional das identidades, dentre as quais a raça/etnicidade e o gênero, e nos ajudasse a repensar essas relações de um modo mais empírico, baseado nos compromissos vivenciados pelas pessoas em mundos sociais particulares.

Conclusão

Nem os textos nem as experiências práticas de A. Strauss apresentaram análises de gênero ou abordagens explicitamente feministas. Ele era verdadeiramente um homem e um sociólogo de sua geração de pesquisadores, profundamente apegado à possibilidade e ao valor de uma teoria sociológica formal e independente da identidade ou da cultura. Contudo, a perspectiva de A. Strauss sobre a vida social engendrou, de múltiplos modos, espaços produtivos para leituras feministas de sua obra. A força e a flexibilidade de alguns conceitos que ele construiu permitem integrá-los no aparelho analítico feminista.

Além disso, sua prática foi implacavelmente empírica e ele ensinou seus alunos a prestarem particular atenção, o mais seriamente possível, a seus materiais de pesquisa. A. Strauss possuía uma abertura radical na pesquisa que não se deixava enganar ou satisfazer pela “teoria recebida” ou pelas “variáveis usuais”. Pelo contrário, devíamos esforçar-nos, em cada pesquisa, em analisar desde o início o que acontecia em seus detalhes e suas variações locais específicas.

Uma abordagem tão aberta é preciosa para tratar praticamente todos os objetos de estudo, mas particularmente, talvez, ainda mais para o gênero e a raça/etnicidade. Um dos desafios que os pesquisadores feministas americanos tiveram que relevar foi imaginar os meios de considerar as complexidades e as diversidades das experiências das mulheres, inclusive nos Estados Unidos (ver, por exemplo, Dill; Zambrana, 2009). Do mesmo modo, a pesquisa feminista transnacional interessa-se em distinguir ao mesmo tempo as diferenças e os componentes comuns das diversas

situações. A *grounded theory* e a teoria dos mundos sociais e das arenas de A. Strauss deveriam permitir esse tipo de trabalho.

Contudo, propor análises teóricas ou fundadas sobre a pesquisa do sexo/gênero não é a única maneira através da qual os pesquisadores abordam o gênero. As relações de gênero são práticas e A. Strauss sempre foi um partidário convicto da igualdade. Ele trabalhou com mulheres, promoveu-as, elas e seus respectivos trabalhos, de um modo tão constante e tão importante que a ausência de uma análise de gênero ambiciosa em seus próprios trabalhos parece-nos ainda mais surpreendente. Na UCSF, as equipes de pesquisa de A. Strauss eram, em geral, constituídas por mulheres (enfermeiras, sociólogas, estudantes, professoras), que são conhecidas, sobretudo, por seus estudos sobre o trabalho médico (Strauss et al., 1985). Ele também promoveu uma abordagem cooperativa e igualitária nos “grupos de trabalho de análise”, através dos quais ele ensina a *grounded theory*. Para alguns dentre nós, esses grupos tinham uma grande ressonância com os “grupos de consciência” feministas e sentíamos-nos extraordinariamente “em casa” como feministas, sociólogas e metodólogas, um espaço que é ainda raro no mundo acadêmico (Clarke; Star, 1998). Finalmente, acredito que A. Strauss tenha aprendido muito sobre as injustiças de gênero ao observar nossas lutas e ao ajudar-nos a superá-las.

Para concluir, mesmo que ele não tenha concebido uma perspectiva de gênero, uma teoria de gênero ou uma teorização feminista, A. Strauss forneceu ferramentas úteis para trabalhos explicitamente feministas. A leitura de suas obras permanece extremamente estimulante para apreender as questões contemporâneas. E não são somente seus textos, suas práticas de pesquisador (seu ensino, seu trabalho de equipe e a promoção dos trabalhos das mulheres) também foram importantes.

Referências bibliográficas⁸

BASZANGER, I. Les chantiers d'un interactionniste américain. In: BASZANGER, I. (dir.). *La Trame de la négociation: Sociologie qualitative et interactionnisme*. Paris: L'Harmattan, 1992, p.11-63.

8 No site <<http://dne2.ucsf.edu/public/anselmstrauss/index.html>>, encontramos a bibliografia completa das obras de Anselm Strauss, com referências das diferentes edições em línguas estrangeiras ou reedições.

- BASZANGER, I. The Work Sites of an American Interactionist: Anselm L. Strauss (1917-1996). *Symbolic Interaction*, University of California Press, v.21, n.4, 1998, p.353-377.
- BECKER, H. Whose Side are We On?. In: BECKER, H. *Sociological Work: Method and Substance*. Chicago: Aldine, 1970 (1967), p.123-134.
- BLUMER, H. Race Prejudice as a Sense of Group Position. *Pacific Sociological Review*, Berkeley, v.1, n.2, 1958, p.3-7.
- BRYANT, A.; CHARMAZ, K. (dir.). *Handbook of Grounded Theory*. Londres: Sage, 2007.
- BUTLER, J. *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*. Nova York: Routledge, 1990.
- CASPER, M. J. *The Making of the Unborn Patient: A Social Anatomy of Fetal Surgery*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.
- CHARMAZ, K. Identity Dilemmas of Chronically ill Men. In: STRAUSS, A.; CORBIN, J. (dir.). *Grounded Theory in Practice*. Thousand Oaks: Sage, 1997, p.35-62.
- _____. The Legacy of Anselm Strauss in Constructivist Grounded Theory. *Studies in Symbolic Interaction*, Bingley, v.32, 2008, p.127-141.
- CLARKE, A. E. Social Worlds Theory as Organizational Theory. In: MAINES, D. (dir.). *Social Organization and Social Process. Essays in Honor of Anselm Strauss*. Hawthorne: Aldine de Gruyter, 1991, p.119-158.
- _____. A Social Worlds Research Adventure: The Case of Reproductive Science. In: STRAUSS, A.; CORBIN, J. (dir.). *Grounded Theory in Practice*. Thousand Oaks: Sage, CA, 1997, p.63-94.
- _____. *Situational Analysis. Grounded Theory after the Postmodern Turn*. Thousand Oaks: Sage, 2005.
- _____. Feminisms, Grounded Theory and Situational Analysis. In: HESSE-BIBER, S. (dir.). *The Handbook of Feminist Research. Theory and Praxis*. Thousand Oaks: Sage, 2006, p.345-370.
- _____. *Grounded Theory: Conflicts, Debates and Situational Analysis*. In: OUTHWAITE, W.; TURNER, S. P. (dir.). *Handbook of Social Science Methodology*. Thousand Oaks: Sage, 2007, p.423-442.
- _____. Situational Analysis: A Haraway-Inspired Feminist Approach to Qualitative Research. In: GHAMARI-TABRIZI, S. (dir.). *Thinking with Donna Haraway*. Cambridge: MIT Press (no prelo).
- _____.; STAR, S. L. Introduction: Legacies of Research from Anselm L. Strauss. *Symbolic Interaction*, v.21, n.4, 1998, p.341-349.
- _____. The Social Worlds/Arenas Framework as a Theory-Methods Package. In: HACKETT, E. et al. (dir.). *The New Handbook of Science and Technology Studies*. Cambridge: MIT Press, 2007, p.113-137.
- CORBIN, J.; STRAUSS, A. L. *Unending Work and Care. Managing Chronic Illness at Home*. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.
- _____. Collaboration: Couples Working together to Manage Chronic Illness. *Image*, v.16, 1984, p.109-115.

- DILL, B. T.; ZAMBRANA, R. E. *Emerging Intersections: Race, Class, and Gender in Theory, Policy and Practice*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2009.
- EKINS, R. *Male Femaling: A Grounded Theory Approach to Cross-Dressing and Sex-Changing*. Londres: Routledge, 1997. (Inclui Prefácio de Strauss, A.)
- FINE, G. A. *A Second Chicago School? The Development of a Postwar American Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- GLASER, B. G. The Oretical Sensivity: Advances in the Methodology of Grounded Theory. *Sociology Press*, Mill Valley, 1978.
- _____. Grounded Theory and Gender Relevance. *Health Care for Women International*, Filadélfia, v.23, n.8, 2002, p.786-793.
- GLASER, B.; STRAUSS, A. L. *Awareness of Dying*. Chicago: Aldine, 1965.
- _____. The Purpose and Credibility of Qualitative Research. *Nursing Research*, v.15, n.1, 1966, p.56-61.
- _____. *The Discovery of Grounded Theory*. Chicago: Aldine, 1967.
- HOCHSCHILD, A. *Emotion Work, Feeling Rules and Social Structure*. *American Journal of Sociology*, Chicago, v.85, n.3, 1969, p.551-575.
- LAW, J. *After ANT: Complexity, Naming and Topology*. In: LAW, J.; HASSARD, J. (dir.). *Actor Network Theory and After*. Malden: Blackwell, 1999, p.1-14.
- LEMPERT, L. B. The Line in the Sand. Definitional Dialogues in Abusive Relationships. In: STRAUSS, A. L.; CORBIN, J. (dir.). *Grounded Theory in Practice*. Thousand Oaks: Sage, 1997, p.147-170.
- MCCARTHY, D. Towards a Sociology of the Physical World: George Herbert Meado on Physical Objects. *Studies in Symbolic Interaction*, v.5, 1984, p.105-121.
- MEYER, M. (dir.). *Care Work: Gender, Labor and the Welfare State*. Nova York: Routledge, 2000.
- OMI, M.; WINANT, H. *Racial Formation in the United States: From the 1960s to the 1990s*. Nova York: Routledge, 1994.
- STACEY, J.; THORNE, B. The Missing Feminist Revolution (in sociology), ten years later. *Perspectives: The ASA Theory Section Newsletter*, Northridge, v.18, n.3, 1996, p.1-10.
- STAR, S. L. The Sociology of the Invisible. The Primacy of Work in the Writings of Anselm Strauss. In: MAINES, D. R. (dir.). *Social Organization and Social Process. Essays in Honor of Anselm Strauss*. Hawthorne: Aldine de Gruyter, 1991, p.265-283.
- _____.; STRAUSS, A. L. Layers of Silence, Arenas of Voice: The Ecology of Visible and Invisible Work. *Computer Supported Cooperative Work: The Journal of Collaborative Computing*, v.8, n.1-2, 1999, p.9-30.
- STRAUSS, A. L. *Images of the American City*. Nova York: Free Press, 1961.
- _____. *The Contexts of Social Mobility*. Chicago: Aldine, 1971.
- _____. A Social World Perspective. *Studies in Symbolic Interaction*, v.I, 1978a, p.119-128.
- _____. *Negotiations: Varieties, Processes, Contexts, and Social Order*. San Francisco: Jossey-Bass, 1978b.

- STRAUSS, A. L. *Qualitative Analysis for Social Scientists*. Nova York: Cambridge University Press, 1987.
- . *Creating Sociological Awareness. Collective Images and Symbolic Representation*. New Brunswick: Transaction Books, 1991.
- . *Mirrors and Masks: The Search for Identity*. Glencoe: Free Press, 1959. Paris: Métailié, 1992a. [Ed. Bras.: *Espelhos e máscaras: a busca de identidade*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1999.]
- . *La Trame de la négociation. Sociologie qualitative et interactionnismes*. BASZANGER, I. (dir.). Paris: L'Harmattan, 1992b.
- . *Continual Permutations of Action*. Nova York: Aldine de Gruyter, 1993.
- . L'influence reciproque de la routine et de la non-routine dans l'action. In: MENGER, P. M.; PASSERON, J.-C. (dir.). *L'Art de la recherche. Essais en l'honneur de Raymonde Moulin*. Paris: La Documentation Française, 1994, p.349-366.
- . Notes on the Nature and Development of General Theories. *Qualitative Inquiry*, v.1, n.1, 1995, p.7-18.
- ; CORBIN, J. *The Basics of Qualitative Analysis. Grounded Theory Procedures and Techniques*. Thousand Oaks: Sage, 1990.
- STRAUSS, A. L. et al. *Psychiatric Ideologies and Institutions*. Glencoe: Free Press, 1964.
- . et al. The Work of Hospitalized Patients. *Social Science and Medicine*, Elsevier, v.16, 1981, p.977-986.
- . Sentimental Work in the Technologized Hospital. *Sociology of Health and Illness*, v.4, 1982, p.254-278.
- . *The Social Organization of Medical Work*. Chicago: University of Chicago Press, 1985.
- STRÜBING, J. *Anselm Strauss*. Constança: UVK Verlagsgesellschaft mbH, 2007.

HAROLD GARFINKEL: COMPETÊNCIA SOCIAL E ATRIBUIÇÃO DO GÊNERO

Danielle Chabaud-Rychter

Harold Garfinkel nasceu em 1917 e foi criado na comunidade judaica de Newark (Nova Jersey). Durante seus estudos na Universidade da Carolina do Norte, ele descobriu a Sociologia da Escola de Chicago e a obra de Talcott Parsons. Depois da guerra, em 1946, ele inscreveu-se no doutorado de Harvard sob a orientação de Parsons. Ele defenderá sua tese *The Perception of the Other: A Study in Social Order* [A percepção do outro: um estudo na ordem social], em 1952. Assistente (crítico) de Parsons, ele também foi aluno dos filósofos e sociólogos fenomenólogos Aron Gurwitsch e Alfred Schütz.

Depois do término de sua tese, ele desenvolve uma nova abordagem durante a realização de diferentes pesquisas e cria o termo "etnometodologia" para qualificá-la. Em 1954, ele ingressa como professor no departamento de Sociologia e de Antropologia da Universidade da Califórnia, em Los Angeles (UCLA), e permanece ali até sua aposentadoria em 1987, quando se torna então professor emérito.

Garfinkel teve relativamente poucos textos publicados. Sua principal obra, através da qual ficou conhecido (e desencadeou uma grande rejeição no *establishment* sociológico), foi o livro *Studies in Ethnomethodology* [Estudos em etnometodologia], publicado em 1967. Antes ele havia publicado alguns artigos e comunicações. Recentemente, Anne Rawls iniciou a edição de seus manuscritos inéditos, dentre os quais *Seeing Sociologically: The Routine Grounds of Social Action* [Observando sociologicamente: os

fundamentos rotineiros da ação social], escrito em 1948 e publicado em 2006. Em colaboração com Harvey Sacks, um dos fundadores da análise da conversa, Garfinkel redige *Les Structures formelles des actions pratiques* [As estruturas formais da ação prática], um importante texto publicado em 1974 no apêndice da tradução francesa das *Recherches en ethnométhodologie* [Pesquisas em etnometodologia].

Garfinkel conduziu, a partir dos anos 1970 e em particular com Michael Lynch e Éric Livingston, pesquisas sobre o trabalho científico que se encontram na origem dos trabalhos fundadores da atual Sociologia das ciências e das técnicas, como os “estudos de laboratório” do próprio Lynch (1985), de Latour e Woolgar (1979),¹ ou ainda trabalhos de Sociologia das técnicas de Lucy Suchman (1987).²

Garfinkel abordou o sexo e o gênero em um dos capítulos de *Studies in Ethnomethodology*, obra constituída de textos escritos em diferentes períodos. O capítulo “‘Passar’ ou a realização do estatuto sexual para uma pessoa intersexuada”, o maior do livro, analisa o trabalho que Agnès, pessoa inicialmente do sexo masculino, realiza para tornar-se mulher, o que ela considera sempre ter sido “realmente”. Esse texto, frequentemente analisado e comentado, serviu de ponto de partida e de inspiração para várias tentativas de constituição de uma etnometodologia do gênero. Voltaremos a esse ponto mais tarde, após fornecermos alguns elementos indispensáveis para a compreensão do que é a empreitada etnometodológica.

Garfinkel e o programa da etnometodologia

A questão central colocada pela etnometodologia é: como os humanos constroem e reproduzem a sociedade, transformando-a indefinidamente? Se essa questão é central em toda a Sociologia, o modo como a

1 Esses autores estudam a construção dos fatos científicos ao observar o cotidiano das práticas e das conversas dos membros dos laboratórios; a ideia sendo que os fatos e as teorias, depois de constituídos e publicados, engendram o desaparecimento dos processos de sua fabricação. Do mesmo modo, para a etnometodologia, o que devemos buscar é como os fatos sociais objetivos constituíram-se durante as práticas ordinárias dos agentes sociais.

2 Lucy Suchman trata das relações entre os humanos e as máquinas interativas “inteligentes” utilizando a concepção etnometodológica das interações e de compreensão mútua.

etnometodologia a trata rompe com as abordagens sociológicas clássicas e suas pretensões teóricas. A etnometodologia sugere, efetivamente, que a resposta deve ser procurada nas práticas e nas interações cotidianas, nas “atividades colaborativas da vida comum” (Garfinkel, 2007, p.45). Trata-se de observá-las “em ação”, em seu decorrer situado, em seu desenvolvimento temporal, e não tomá-las como dados ou como fatos sociais objetivos. É nas atividades práticas da vida comum que o mundo social é realizado como “objetivo, ordenado, inteligível e familiar” (Quéré, 1985).

Aqueles que Garfinkel chama de “membros” da sociedade instauram, no decorrer das próprias atividades cotidianas, métodos para torná-las inteligíveis aos outros, para torná-las “visivelmente-rationais-e-restituídas-a-todos-os-fins-práticos, ou seja, ‘descritíveis’ (*accountable*) como organizações das atividades ordinárias de todos os dias” (Garfinkel, 2007, p.45-46). As descrições ou narrativas (*account*) descrevem e organizam, ao mesmo tempo, os “eventos banais” (Ibid., p.51). Mas essas narrativas não se constroem apenas depois: elas tornam-se narrativas no próprio decorrer de suas interações, seus detalhes “são elaborados passo a passo no momento em que fazemos efetivamente uso delas e no momento ao qual elas se referem” (Ibid., p.54).

As atividades sociais são ordenadas:

em cada caso concreto, os membros que dispõem de uma competência ordinária coordenam suas atividades de modo que possam produzir, manifestar, estabelecer, nos detalhes encarnados de sua convivência, fenômenos de ordem que podemos considerar somente local e naturalmente – em outras palavras, fenômenos que questionam a lógica, a causalidade, as classificações, a temporalidade, a coerência, a uniformidade, as análises de detalhe, do sentido, das indiferenças (...). (Garfinkel, 2001, p.40-41)

Essas atividades ordenadas são racionais, mas essa racionalidade não lhes é conferida a partir de uma teoria ou de um modelo sociológico (ou econômico...) da racionalidade.³ Ela é interna à realização da própria atividade em análise:

3 “... nenhum conjunto de prescrições metodológicas – sejam elas tiradas da Sociologia, de uma ciência natural ou da lógica formal – pode agir como padrão para definir uma racionalidade operando ‘sob’ métodos indígenas.” (Lynch, 1993, p.8, tradução nossa).

O abandono (pela etnometodologia) dos modelos sociológicos do ator e da ação, fundados na ideia de que as obrigações sociais e as disposições individuais determinam a produção de comportamentos ordenados e regulares, leva ao fato de a racionalidade ser apresentada como uma tarefa a ser realizada e como o fruto dos esforços contínuos dos membros da sociedade comprometidos na realização de suas atividades da vida corrente. (Barthélémy; Quéré, 2007, p.24)

Nas descrições, as narrativas, as justificações, as explicações etc., endógenas às práticas, assim como alguns dos elementos constitutivos das situações, foram ignorados. Trata-se do que os membros consideram, em cada situação específica, como totalmente prosaico, banal, evidente e adquirido por todos.

Efetivamente, toda descrição apoia-se necessariamente, para o reconhecimento do sentido que ela pretende atingir, em um pano de fundo *ad hoc* de conhecimentos e práticas, de pressupostos e de expectativas, os quais cada um espera que o outro mobilize *in situ* para compreender do que se trata e para agir de modo apropriado. (Barthélémy; Quéré, 2007, p.11)

O pano de fundo, o pressuposto compartilhado e as expectativas engendradas por outros fundam “a pertença autêntica ao grupo” (Garfinkel, 2007, p.418), e conseqüentemente a qualidade de membro. Esse pano de fundo não é “explicitamente formulado” (Barthélémy; Quéré, 2007, p.11): “Em qualquer situação da vida social, a distinção do sentido do que é dito ou feito exige que os participantes se apoiem no que não é formulado para estabelecê-lo para qualquer objetivo prático” (Ibid., p.22). Por essa razão, a inteligibilidade mútua supõe interpretações.

Em uma das seções do primeiro capítulo das *Recherches en ethnométhodologie*, Garfinkel analisa um estudo feito com seus colaboradores no serviço psiquiátrico de consulta externa da UCLA. Tratava-se de responder à pergunta: “Segundo quais critérios os candidatos a um tratamento são escolhidos?” (Garfinkel, 2007, p.74). Para fazê-lo, os estudantes deviam proceder a uma codificação dos formulários de pedido de admissão e dos dossiês médicos individuais estabelecidos pelos empregados da clínica. A análise do trabalho dos codificadores mostra que a adequação das instruções de codificação e das categorias resumidas pelos códigos no conteúdo

dos dossiês podia ser encontrada pelos codificadores somente se eles referissem o conteúdo dos dossiês ao que eles sabiam ou elaboravam sobre o funcionamento da clínica. Eles usavam o conteúdo dos dossiês como sinais ou traços da “organização das atividades da clínica (...) para estarem em condições de reconhecer o conteúdo real desses dossiês como uma manifestação dessa organização” (Ibid., p.81). O codificador adotava a “posição” de um membro competente do dispositivo que ele tentava descrever. E foi assim que ele pôde “ver o sistema” em seu conteúdo através dos dossiês.

Garfinkel acrescenta:

Os resultados codificados correspondem a uma versão persuasiva do caráter socialmente organizado das operações da clínica, produzida sem que percebamos o que é a organização real, talvez independentemente do que é a ordem efetiva e até mesmo sem que o pesquisador tenha descoberto essa ordem real. (Ibid., p.81-82)

Ele ressalta, dessa maneira, o lugar da imaginação no processo interpretativo indispensável à realização do trabalho de codificação. Esse exemplo é um caso do “método documentário de interpretação”, noção que Garfinkel toma emprestada de Mannheim (1952) e que consiste em tratar um elemento de uma conversa ou de uma ação como o “documento” ou o indicador de significações subjacentes que, por sua vez, dão sentido à troca.

A construção da compreensão mútua efetua-se passo a passo, o tempo sendo um de seus elementos constitutivos. Durante uma conversa, o que é compreendido pelos interlocutores apoia-se tanto no que não é dito quanto no que é dito. O que é dito é interpretado como “documento” de um “*pattern* [molde] subjacente, supondo que cada um dos interlocutores é o sujeito e que o outro possa (talvez) estar falando com ele” (Ibid., p.102). É isso ao referir-se “ao passado recente e às perspectivas de interação presente”. Em particular, “cada um espera que alguma coisa a mais seja dita a fim de distinguir o que foi dito precedentemente” (Ibid., p.103).

As atividades ordinárias, familiares e consideradas como normais são interpretadas, reconhecidas e (re)produzidas a partir de um pano de fundo de expectativas normativas e morais, comum aos membros da sociedade, e como uma evidência. “Evidência” significa que os membros são “totalmente incapazes de nos dizer precisamente em que consistem essas

expectativas". "Para que essas expectativas de pano de fundo surjam, é necessário que não estejamos acostumados ao caráter habitual das cenas da vida comum, ou que sejamos capazes de distanciarmo-nos delas" (Ibid., p.99). Garfinkel faz emergir essas expectativas através de uma série de experiências de desestabilização de tais cenas que ele efetuou com seus alunos. Quando, por exemplo, durante uma conversa ordinária, pediu ao interlocutor para especificar o sentido de seus argumentos banais, o interlocutor tornou-se rapidamente agressivo, e o tema das respostas invariavelmente foi: "O que significam essas perguntas idiotas? Todo mundo entende o que eu quero dizer". Outra indicação é comportar-se como um estrangeiro em sua própria casa, dirigindo-se a seus parentes de um modo formal e circunspecto e evitando assuntos pessoais, provocando reações de estupefação, de ansiedade e de agressividade. Ou ainda quando a indicação é duvidar e desconfiar de seu interlocutor na conversa corrente, como se os argumentos "fossem encomendados por motivos escondidos" (Ibid., p.117). Também nesse caso as reações são fortes e geram suspeitas, por sua vez, sobre a personalidade do estudante, e elas persistem mesmo depois da explicação da experiência. Através dessas experimentações de ruptura com a intercompreensão, com a familiaridade e com a confiança ordinária, Garfinkel ressalta os procedimentos tácitos e invisíveis das trocas, assim como o caráter moral das expectativas do pano de fundo que contribuem com o decorrer normal.

Durante suas aulas, Garfinkel incitou seus alunos (e ele próprio) a uma grande variedade de experimentações e de exercícios que vão da implicação em uma atividade tal qual "a ajuda às pessoas deficientes como pré-requisito para compreender a organização da ação encarnada" (Lynch, 1999, p.215) a todos os tipos de rupturas da percepção (de um discurso, do espaço etc.). Podemos, assim, perguntar-nos se o estudo feito por Garfinkel sobre as práticas muito conscientes de Agnès para existir e fazer-se perceber como mulher assemelha-se a uma experimentação através da qual se revela o trabalho não percebido como tal, que toda mulher realiza tacitamente para construir sua pertença "natural" de sexo e gênero.

Agnès, ou a arte de "passar"

Agnès é descrita como uma moça de 19 anos, bela e sedutora, com modos perfeitamente femininos e sem nada de masculino em seu comportamento. Mas seus atributos de mulher, em particular "seios muito desenvolvidos, coexistem com órgãos genitais (...) normais de um homem" (Garfinkel, 2007, p.207). Ela nasceu menino e foi criada como tal. Mais tarde, na puberdade, desenvolveu características femininas (seios, ancas, cintura fina, nenhuma pilosidade facial). Aos 17 anos, em 1956, ela deixa sua casa, veste-se como mulher e tenta achar um trabalho, mas desiste e volta para a casa da mãe. Uma laparotomia mostra que ela não tem útero nem ovários. Ela abandona os estudos, começa a trabalhar como datilógrafa, e mais tarde vai para Los Angeles com amigas e instala-se com uma colega de quarto. Começa a namorar Bill em fevereiro de 1958 e, depois de numerosas crises em suas relações, revela a ele sua situação física. Em novembro de 1958, tentando obter autorização para uma operação de mudança de sexo, começa uma série de entrevistas com o Dr. Stoller, diretor do Departamento de Psiquiatria da UCLA, o Dr. Rosen, psicólogo, e com Garfinkel. Essas entrevistas ocorrerão até agosto de 1959 (a operação foi feita em março). Setenta horas de entrevistas foram gravadas, das quais 35 horas *tête-à-tête* com Garfinkel.

Mais tarde, em 1966, Agnès revelará a Robert Stoller que ela havia tomado em segredo, desde os seus doze anos, estrogênio prescrito para sua mãe e havia, assim, conseguido transformar suas características físicas secundárias. Ela era, então, uma transexual, e não um intersexuado. Essa revelação, que Garfinkel descobriu somente quando o livro estava sendo impresso, constituiu um anexo, escrito por Stoller, no capítulo que lhe dizia respeito.

Durante as entrevistas com Garfinkel e com os médicos, Agnès afirma que ela sempre foi mulher, uma mulher normal e natural, mas dotada de uma excrescência peniana, um erro da natureza. Ela adere completamente à concepção dicotômica dos estatutos sexuais do senso comum. Efetivamente, para as pessoas que se consideram normais, o mundo social é constituído de homens e de mulheres "de acordo com uma dicotomia rigorosa" que "produz pessoas que *naturalmente, originalmente, (...) continuamente e para sempre* pertencerão a um ou outro sexo" (Ibid., p.203). Homens e mulheres são *entidades naturais*, isto é, *morais*" (Ibid., grifo de

Garfinkel). Cada um se apropria da autenticidade do estatuto sexual como uma evidência. No entanto, essa concepção é cultural: a divisão da população normal em dois sexos é uma ordem legítima à qual se adere. Não é um caso de biologia ou de psicologia. Até mesmo as concepções científicas do sexo – segundo as quais as definições da sexualidade não são uma evidência e diferem de acordo com critérios anatômicos, fisiológicos, hormonais ou psicológicos – são estranhas para alguns. Se o pênis e a vagina são atributos “essenciais em suas funções identificadoras” (Ibid., p.211), deve-se mais aos eventos culturais do que aos biológicos. “Os órgãos sexuais que servem às pessoas como emblemas de pertença a um ou a outro sexo são pênis-e-vaginas-na-ordem-moral-das-pessoas-sexuadas” (Ibid., p.217).

Agnès preocupava-se constantemente em provar sua natureza feminina. Mas vários elementos tornavam sua tarefa complicada: ela tinha um pênis (e mais tarde uma vagina artificial), havia sido criada como um menino, e viveu como mulher somente a partir dos 17 anos. Esses elementos deviam permanecer secretos. Sua revelação arruinaria imediatamente a legitimidade de seu estatuto de mulher. O que explica uma incessante vigilância

um controle ativo e deliberado das aparências que ela manifestava com os outros. Ela concentrava-se em suas atitudes e na gestão das relações pessoais. Ela precisava efetuar esse trabalho em situações nas quais seu saber era mais hesitante, cujas regras práticas revelavam-se incertas (...) Punição, degradação, reputação comprometida, vantagens materiais perdidas: sua transformação a exporia a ser descoberta. Em praticamente toda situação de interação, a importância do segredo intervinha como pano de fundo. A preocupação em evitar ser desmascarada tinha valor de prioridade absoluta. (Ibid., p.229)

É o que Garfinkel chama de “passar” [*passing*].

Denomino “passar” o trabalho realizado por Agnès em condições socialmente organizadas, para cumprir e assegurar seu direito de viver como mulher normal, natural, ao mesmo tempo que deve incessantemente contar com a possibilidade de ser desmascarada e sentir-se perdida. (Ibid., grifos de Garfinkel)

Para Agnès, passar implicava uma consciência permanente das “características da ordem social” (sexuada) que as pessoas consideram adquiridas

e nas quais se fundamentam para agir racionalmente (Ibid., p.274). Esses conhecimentos de pano de fundo, inerentes à rotina para pessoas “normais”, para Agnès eram objeto de decifração e de aprendizagem contínuos. Garfinkel fornece numerosos exemplos de situações pelas quais Agnès passava. Algumas foram-lhe contadas por Agnès, outras aconteciam durante suas próprias interações com ela. Dentre esses exemplos, podemos citar episódios durante os quais Agnès instaurava estratégias, frequentemente improvisadas. Assim, quando lhe pedem um exame de urina, durante um visita médica prévia para uma contratação profissional, temendo que a análise revele sua anomalia masculina, ela alegou não poder passar pelo procedimento imediatamente e, ao voltar para casa, pediu uma amostra de urina a sua colega de quarto, sob o pretexto de que tinha uma leve infecção e temia que isso atrapalhasse sua candidatura.

Em um outro tipo de situação, dessa vez permanente,

Agnès devia agir como um “aprendiz clandestino” para aprender, como ela afirma, “a conduzir-se como convém a uma mulher” (...), uma aprendizagem que se fazia somente através do desenvolvimento de uma interação real, ao custo de uma participação real com todos os riscos que lhe são inerentes. (Ibid., p.240)

Se Agnès aprendia, apesar deles e com eles, “colocava várias pessoas em primeiro plano somente porque deveria se importar com elas, como convém a uma mulher, mas também por conta do que poderia aprender a fazer” (Ibid., p.241). Trata-se da mãe de Bill (sua futura sogra), que lhe ensina a cozinhar, a costurar, a vestir-se e o “*savoir-faire* da faxina em geral”. É o próprio Bill quem lhe ensina “longas lições” de boa conduta, ou seja, de decência (não tomamos sol na grama quando os homens do bairro voltam para casa), de submissão e de renúncia “a qualquer pretensão de igualdade com os homens” (Ibid.). Dentre os métodos que Agnès adotava, um consistia em obter de seu interlocutor, sem que ele percebesse, indicações sobre o modo como ela deveria comportar-se e responder. Era o que acontecia com Garfinkel.

Quando eu reli as transcrições e ouvi outra vez as fitas de gravação para preparar esse texto, fiquei estupefato pelo número de vezes em que era impossível saber se Agnès respondia às minhas perguntas ou se ela havia aprendido com

minhas perguntas, e ainda outros indícios sutis que precediam minhas questões ou as sucediam, que indicavam como responder a elas. (Ibid., p.243)

Por necessidade, Agnès devia, então, observar, decifrar as práticas e as trocas verbais e aprender com tudo o que se espera como comportamento normativo dos homens e das mulheres, ao mesmo tempo que satisfazia às suas expectativas.

Suplício e privilégio ao mesmo tempo, incomunicável particularidade também, ela tinha condições de observar os procedimentos através dos quais a sociedade tornava seu trabalho de organização invisível para seus próprios membros, levando-os desde então a considerar as estruturas sociais como objetos autônomos e determinados. Observamos que aquilo que Agnès via na pessoa normalmente sexuada era, em substância, o trabalho inexorável, organizacionalmente situado, sem o qual tais objetos não poderiam surgir. (Ibid., p.288)

Agnès revela o que, nas “pessoas normais”, encontra-se reprimido na rotina, naturalizado, esquecido, ou seja, que o sexo é uma realização prática incessantemente renovada durante as múltiplas situações nas quais ele é pertinente.

Não existe distinção entre o sexo e o gênero para Garfinkel, primeiramente porque a noção de gênero, no sentido de sexo social tal qual ela foi elaborada pelas feministas, não existia nos anos 1950 quando ele efetuou seu estudo de campo, nem ainda quando ele o redigiu e publicou.⁴ A noção de sexo abarca, aqui, poderíamos dizer, ao mesmo tempo o sexo e o gênero. E o sexo/gênero é analisado como socialmente construído, como uma realização social contínua dos membros da sociedade. Essa concepção encontra-se em harmonia com os trabalhos feministas recentes, para os quais a distinção entre sexo e gênero não é mais tão marcada quanto nos anos

4 Garfinkel teria podido usar o termo “gênero” que os médicos, seguindo John Money (1955) e depois o próprio Robert Stoller, forjaram, nos anos 1950, para designar “a identidade profunda” dos indivíduos que justificava o uso de hormônios sexuais para tratar pessoas que sofriam de um “problema do gênero” e alinhar os corpos, transformando suas características sexuais secundárias em sua identidade psíquica (Löwy, 2003). Efetivamente, tratava-se, para Agnès, de convencer os médicos de sua “identidade profunda” feminina para obter a operação de mudança de sexo.

1970, quando o sexo remetia estritamente à biologia e o gênero, ao social. Os trabalhos do movimento dos *cultural studies* mostraram, assim, que não somente as conceitualizações das diferenças biológicas de sexo são histórica e socialmente construídas, mas que os próprios corpos sexuados também o são. “O sexo é, então, considerado como um aspecto do gênero, ou seja, uma maneira particular de construir as diferenças apoiando-se no biológico” (Akrich, 2002, p.100; ver também Touraille, 2008).

As práticas de “passagem” não são inerentes às pessoas engajadas em uma mudança de sexo. Garfinkel cita “outras mudanças completamente comparáveis a essa: passagem à clandestinidade política, entrada em uma sociedade secreta, evasão de desertores fugindo à perseguição política, ou transformação dos negros em brancos” (Garfinkel, 2007, p.228). E o próprio Garfinkel, em suas trocas com Agnès, “passava” frequentemente, ao contornar seus pedidos de informações médicas, fisiológicas ou jurídicas, para evitar parecer incompetente e para preservar a relação de confiança, de amizade, e de convivência com ela. “Também”, afirma, “minha reação típica consistia em tentar saber dela o máximo possível sobre o que ela queria saber (e por que ela o queria), e de reafirmar a ela minhas capacidades em responder” (Ibid., p.264), ao mesmo tempo que remetia ela a Stoller, a autoridade mais qualificada. Ou então ele respondia de modo improvisado e “dava certo”. Todos aqueles que “passam” têm elementos de seu estado, estatuto ou situação que os ameaçariam de um modo mais ou menos grave, para esconder. Perigo de morte, de perda de legitimidade, de “degradação” ou ainda de perda da confiança necessária à busca de uma interação e, mais amplamente, de uma relação. Todos, e poderíamos estender a lista a todos aqueles que se encontram em situação de “recém-chegado” vivendo situações cujo contexto eles não controlam, como a linguagem, os contextos de interação, que também têm muito a aprender da própria situação, como apresentar-se, comportar-se e falar.

As críticas do estudo do caso Agnès

Para alguns autores, o fato de Agnès não ter revelado que ela havia tomado estrogênio e, conseqüentemente, que ela não era intersexuada, invalida a análise. Garfinkel foi enganado e toda a sua narração e sua

interpretação são, assim, truncadas (Denzin, 1990; Armitage, 2001). Ora, esse fato é apenas um elemento a mais que Agnès deve esconder a seus interlocutores, seus parceiros de interações com os quais ela “passa”, e muito particularmente aos membros da equipe científica que devem decidir se sua castração tem fundamento. De fato, se Agnès contou a Garfinkel uma parte do que ela deveria manter secreto em suas interações exteriores à investigação da equipe científica, existe um certo número de coisas que ela sempre se recusou a revelar durante essas entrevistas, dentre as quais suas relações com sua mãe, suas práticas sexuais com Bill antes da operação, se ela tinha ereção etc. E, por outro lado, ela reconstruía sua biografia de um modo idealizado, eliminando tudo o que poderia instaurar qualquer dúvida sobre sua “identidade profunda” de mulher. Os segredos e as manipulações dos interlocutores integram práticas de “passagem”.

O artigo de Mary Rogers, “They All Were Passing: Agnès, Garfinkel and Company” (1992) [Todos eles passaram: Agnès, Garfinkel e os outros] apresenta-se como uma crítica feminista ao texto de Garfinkel. Ela menciona as condições e os métodos da investigação, assim como a história de Agnès tal qual Garfinkel a relata. Rogers enfatiza as relações hierárquicas bem marcadas entre Agnès, Garfinkel, Stoller e Rosen. Devido a sua origem e seu estatuto social, sua idade, seu baixo nível de estudos e também a sua dependência diante dos que tinham o poder de decidir se ela seria ou não operada, e pela necessária submissão ao protocolo imposto por eles, Agnès encontrava-se em uma posição de mulher dominada por esses homens, ou mesmo em posição de ser assediada por suas questões durante suas longas horas de entrevistas. Garfinkel não reconhecia “essa extrema desigualdade de poder entre os pesquisadores e seu sujeito” (Rogers, 1992, p.171) e qualifica seus questionamentos de “conversas”.

Mary Rogers recrimina, assim, Garfinkel por ter subestimado as relações positivas de Agnès com as mulheres que a apoiaram e a ajudaram (sua mãe, a mãe de Bill, sua tia e suas amigas...). Segundo ela, Garfinkel enfatizou as relações de rivalidade com sua prima e sua cunhada, devido aos estereótipos de gênero típicos dos anos 1950 referentes às relações entre mulheres, sem reconhecer que eles integram as próprias expectativas de pano de fundo do pesquisador (Ibid., p.176). Tratando-se das relações de Agnès com Bill, Rogers retoma minuciosamente todas as passagens do texto mencionando-o, quando afirma que ele “educa” Agnès

criticando seus comportamentos, dando-lhe conselhos e indicações referentes a suas relações com os homens e as mulheres, e com os médicos, solicitando-lhe relações sexuais, ameaçando-a deixá-la no momento do deprimente episódio consecutivo à sua operação ou ainda obrigando-a a manter um trabalho de escritório subalterno enquanto ela queria progredir profissionalmente. Agnès aceitava o “direito” que Bill tinha em dominá-la e ditar-lhe seus comportamentos (Ibid., p.178). É a relação de Garfinkel “não dá nenhuma atenção explícita aos direitos de Agnès como mulher. O que ele apresenta são as obrigações sociopsicológicas que Agnès assumia quando ela conseguia ‘merecer’ as atribuições de feminidade dos outros” (Ibid.). Os pesquisadores que trabalharam com Agnès não emitiram nenhuma crítica sobre suas relações com Bill, o que é surpreendente, segundo Rogers, levando-se em conta a ênfase que eles dão à sua sexualidade e ao gênero como “eventos culturais” (Ibid., p.179). Garfinkel comporta-se mais como um homem do que como um científico “neuro”; Rogers faz essa constatação nas descrições estereotipadas e detalhadas do físico de Agnès como jovem mulher sedutora e em sua atitude com ela. Rogers cita os argumentos de Garfinkel:

Sua feminidade encontra-se em muitos momentos lisonjeada pelas atenções que eu lhe dava: segurá-la pelo braço para atravessar a rua, almoçar com ela no centro médico, oferecer-lhe pendurar seu casaco, segurar sua bolsa, abrir-lhe a porta do carro quando ela entrava (...). (Garfinkel, 2007, p.224)

Garfinkel e os médicos comportam-se tal qual qualquer homem de sua época diante das mulheres (Safilios-Rothschild, 1977).

Rogers recrimina Garfinkel por não criticar as relações entre Agnès e os homens, relações que, do ponto de vista da teoria feminista, são hierárquicas e antagonicas. Ora, a etnometodologia não tem pretensões críticas. O que lhe interessa não é elaborar explicações causais ou estruturais ou qualquer outra de ordem social, e particularmente, aqui, relacionadas ao gênero. Tais explicações são construídas por um trabalho teórico, que supõe um ponto de vista que posicione-se acima das práticas sociais. As teorias produzidas são críticas, já que supõem revelar o sentido real das práticas dos membros da sociedade, aos quais elas não têm acesso. Para Garfinkel, ao contrário:

Não faz sentido conceber a ordem social como uma realidade independente do que contribui com sua produção. O mistério que deve ser elucidado é o da fabricação incessante dessa organização detectável por cada um dos participantes, o da instauração coletiva de princípios de ordens que são ajustados sistematicamente, criados e reconhecíveis como tais em função das circunstâncias locais, singulares da vida social. (Paperman, 2001, p.346)

O que ele tenta elucidar no texto sobre Agnès, são os etnométodos, por meio dos quais os membros fabricam, juntos, a ordem do gênero. Se uma crítica tivesse que ser feita, deveria ser sobre os próprios membros que poderiam, assim, reposicionar a ordem do gênero transformando-a. Mas Agnès, por sua vez, não tem nenhuma crítica em relação à dicotomia “normal e natural” dos sexos e não procura enquadrar-se nela.

A crítica de Rogers, segundo a qual Garfinkel age como qualquer homem diante de Agnès, ignora, inclusive, a característica essencial de seu trabalho de campo nesse estudo. Durante as entrevistas, Garfinkel constrói com Agnès interações que lhe permitem “passar”, interações das quais ele participa precisamente como homem típico de sua época (como interlocutor macho e dominante, possuindo um poder de decisão sobre sua operação – supostamente). É assim que ele pode observar e descrever suas práticas de “passagem”. Não se trata, aqui, de uma dessas experiências de desestabilização através das quais Garfinkel e seus alunos atualizavam o que, nas interações, é tributário da rotina e das expectativas normativas evidentes, mas, ao contrário, estabelecer uma relação “normal” na qual Agnès (que, por sua vez, não era uma mulher qualquer) pudesse comportar-se como com os outros homens, ou seja, “passar”.

Uma etnometodologia do gênero?

Pesquisadoras tentaram continuar o trabalho de Garfinkel sobre o caso Agnès propondo uma abordagem etnometodológica do gênero. Dentre elas, Suzanne Kessler e Wendy McKenna, em seu livro *Gender. An Ethnomethodological approach* [Gênero. Uma abordagem etnometodológica, 1978], tomaram como objeto de estudo o processo de atribuição do gênero. Elas realizaram, para isso, várias formas de pesquisas empíricas, com

crianças, adultos e transexuais femininos e masculinos. Tratava-se, nessas investigações, de verificar o que constitui a “atitude natural com o gênero”, tal qual ela é colocada por Garfinkel, depois mostrar como funciona a atribuição de gênero como processo interativo, ou seja, “por um lado, o que devemos fazer para sermos percebidos como sendo do gênero ‘certo’ e, por outro, que regras os outros aplicam para fazer uma atribuição” (Kessler; McKenna, 1978, p.115). O que constitui a atitude natural com o gênero (existem somente dois gêneros; o gênero de uma pessoa é invariante; os órgãos genitais são o sinal essencial do gênero; cada um deve ser classificado em uma ou em outra categoria de gênero etc.) é, segundo as autoras, completamente exato para a cultura ocidental, mas deve ser relativizado para outras culturas.

A atribuição do gênero pode apoiar-se em quatro tipos de manifestações: os argumentos de ordem geral, a aparência física pública, o corpo privado e os argumentos referentes ao passado pessoal. Os dois primeiros elementos são essenciais para a atribuição inicial, os dois últimos não são geralmente revelados no momento de um primeiro encontro. Uma vez que a atribuição final é feita, as particularidades que poderiam questioná-la são, de fato, filtradas e utilizadas para confirmar essa atribuição (Ibid., p.127-128). Diremos, então, por exemplo, que se trata de uma mulher com voz grave. As atribuições de gênero são tão potentes que os elementos biográficos reais podem ser associados tanto ao masculino quanto ao feminino (uma transexual que conta seu passado de menino será qualificada de “maria-rapaz” etc.). As autoras introduzem, assim, uma forte nuance em relação ao estudo de Garfinkel.

Acreditamos, com Garfinkel, que o gênero é onipertinente nas ações cotidianas e que um “trabalho” de gênero é necessário, mas não achamos que o mais importante de seu trabalho seja exigido de um ou de outro que se apresente sob uma categoria de gênero. Defendemos que a maior parte de seu trabalho é feita *para* aquele ou aquela que se expõe *por* aquele ou aquela que o(a) percebe. A pessoa que se expõe cria a atribuição de gênero inicial, provavelmente por sua aparência pública e seus argumentos. Contudo, depois desse momento, a atribuição de gênero é mantida em função de duas coisas: 1) cada ato da pessoa que se apresenta é filtrado pela atribuição de gênero inicial feita por aquele que a percebe; 2) aquele (aquela) que percebe conforma-se à atitude

natural (por exemplo, o gênero é invariante). Em resumo, aquele ou aquela que expõe-se tem pouca coisa a fazer depois de ter fornecido a informação inicial, exceto manter o sentimento da "naturalidade" de seu gênero. (Ibid., p.136-137, grifos de D. C.-Rychter)

As experiências feitas pelos autores com crianças e adultos mostram, segundo elas, que a figura masculina domina na atribuição do gênero. Percebíamos uma pessoa como uma mulher somente quando não podíamos percebê-la como homem. Em outras palavras, alguém que não tem nenhuma característica concreta masculina é uma mulher, e alguém que tem (pelo menos) um atributo masculino é um homem. O gênero é socialmente construído de modo androcêntrico, de tal forma que as características masculinas ficam mais salientes (Ibid., p.159). Essa parte da pesquisa é surpreendente se a relacionamos com numerosos textos que mostraram a importância da sexualidade do corpo das mulheres, até mesmo da redução de seu sexo.

Candace West e Don Zimmerman, em seu artigo "Doing Gender" [Fazendo gênero, 1978] distinguem a categorização de sexo e a realização do gênero. A categorização de sexo não é feita a partir de um conjunto de critérios precisos. Trata-se de utilizar a categoria de sexo que parece corresponder aos índices que uma pessoa apresenta. É somente quando esses índices parecem ambíguos ou que uma informação particular contradiz a categorização que buscaremos critérios rigorosos para reformulá-la. A realização do gênero, em compensação, é um trabalho constantemente renovado.

Para obter sucesso, a apresentação do gênero deve ser finamente ajustada às situações e modificada ou transformada se a ocasião assim o exige. "Fazer" o gênero consiste em administrar tais ocasiões de modo que, quaisquer que sejam as especificidades, o resultado seja visto e visível como apropriado ao gênero em um determinado contexto, ou, como pode ser o caso, inapropriado ao gênero (...). (West; Zimmerman, 1978, p.135)

"Fazer" o gênero é também interpretar essas atividades como mulher ou homem, e é expor-se à avaliação de gênero dessas atividades pelos outros.

Essa abordagem, em conformidade com a de Garfinkel, é formulada de um jeito muito interessante: ela mostra de maneira pertinente a capacidade

de ação, a *agência*, dos membros. Em resumo, a noção de competência dos membros, mesmo designando o domínio da linguagem e o dos conhecimentos sociais e morais do pano de fundo, designa também a capacidade em utilizá-los com inteligência, em contribuir com sua elaboração, ou mesmo em criticá-los e transformá-los. "Fazer" o gênero, é aplicar uma tal competência. E as práticas de Agnès para fabricar-se uma identidade de mulher revelam, ao mesmo tempo, um conformismo frenético às normas de gênero e uma formidável capacidade em rejeitar uma identidade masculina consignada e reconstruir-se diferentemente.

Referências bibliográficas

- AKRICH, M. Du genre aux genres: vers la dénaturalisation d'une catégorie sociale? In: CHABAUD-RYCHTER, D.; GARDEY, D. (dir.). *L'Engendrement des choses. Des hommes, des femmes et des techniques*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 2002, p.95-100.
- ARMITAGE, L. K. Truth, Falsity, and Schemas of Presentation: A Textual Analysis of Harold Garfinkel's Story of Agnès. *Electronic Journal of Human Sexuality*, v.4, 29 de abril de 2001, 10p. Disponível em: <<http://www.ejhs.org>>.
- BARTHÉLÉMY, M.; QUÉRÉ, L. Introduction: L'Argument ethnométhodologique. In: GARFINKEL, H. *Recherches en ethnométhodologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2007, p.9-44.
- DENZIN, N. K. Harold and Agnès: A Feminist Narrative Undoing. *Sociological Theory*, Glasgow, v.8, n.2, 1990, p.198-216.
- GARFINKEL, H. *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 2007 [1967].
- _____. Le programme de l'ethnométhodologie. In: FORNEL, M.; OGIEN, A.; QUÉRÉ, L. (dir.). *L'Ethnométhodologie. Une sociologie radicale*. Paris: La Découverte, 2001, p.31-51.
- KESSLER, S. J.; MCKENNA, W. *Gender. An Ethnomethodological Approach*. Hoboken: John Wiley and Sons, 1978.
- LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *Laboratory Life. The Construction of Scientific Facts*. Londres: Sage, 1979.
- LÖWY, I. Intersexe et transsexualités : les technologies de la médecine et la séparation du sexe biologique et du sexe social. *Cahiers du Genre*, Paris, n.34, *La Distinction entre sexe et genre. Une histoire entre biologie et culture*, 2003, p.81-104.
- LYNCH, M. *Art and Artifact in Laboratory Science: A Study of Shop Work and Shop Talk in a Research Laboratory*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1985.

- LYNCH, M. *Scientific Practice and Ordinary Action. Ethnomethodology and Social Studies of Science*. Nova York: Cambridge University Press, 1993.
- . Silence in Context: Ethnomethodology and Social Theory. *Human Studies*, n.22, 1999, p.211-233.
- MANNHEIM, K. *Essays on the Sociology of Knowledge*. KESCKEMETI, P. (dir.). Oxford: Oxford University Press, 1952.
- MONEY, J. Hermaphroditism, Gender and Precocity in Hyperadrenocorticism: Psychological Findings. *Bulletin of the Johns Hopkins Hospital*, Baltimore, v.96, n.6, 1955.
- PAPERMAN, P. Indifférence, neutralité, engagement. In: FORNEL, M.; OGIEN, A.; QUÉRÉ, L. (dir.). *L'Ethnométhodologie. Une sociologie radicale*. Paris: La Découverte, 2001, p.345-360.
- QUÉRÉ, L. Entrevistado por Georges Lapassade. Comprendre l'ethnométhodologie, les correctives et l'ethnométhodologie. *Pratiques de la Formation*, n.11-12, 1985. Disponível em: <http://www.vadeker.net/corpus/pfem/25_correctifs_ethnomethodologie.html>.
- ROGERS, M. F. They All Were Passing: Agnès, Garfinkel, and Company. *Gender and Society*, Amherst, v.6, n.2, 1992, p.169-191.
- SAFILIOS-ROTHSCHILD, C. *Love, Sex and Sex Roles*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1977.
- SUCHMAN, L. *Plans and Situated Actions: The Problem of Human-Machine Communication*. Cambridge/Nova York: Cambridge University Press, 1987.
- TOURAILLE, P. *Hommes grands, femmes petites: une évolution coûteuse. Les régimes de genre comme force sélective de l'adaptation biologique*. Paris: Éditions de la MSH, 2008.
- WEST, C.; ZIMMERMAN, D. H. Doing Gender. *Gender and Society*, Amherst, v.1, n.2, 1987, p.125-151.

19

ERVING GOFFMAN DA PRODUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO À OBJETIVAÇÃO SOCIAL DAS DIFERENÇAS BIOLÓGICAS

Azadeh Kian

Erving Goffman, qualificado como o inventor do infinitamente pequeno na Sociologia (Bourdieu, 1983), sem dúvida trouxe sua contribuição ao edifício das teorias do gênero e das teorias feministas. Em *La Ritualisation de la féminité* [A ritualização da feminidade, 1976] e *L'Arrangement des sexes* [O arranjo dos sexos, 2002 (1977)], dois textos inteiramente dedicados às relações entre homens e mulheres na organização social, E. Goffman opõe-se à perspectiva biologizante-naturalizante. Ele interessa-se em descrever os mecanismos da produção social do gênero como dualidade hierarquizada pela organização social, e seu reforço pelas instituições ou o que ele chama de reflexividade institucional. Além disso, a Sociologia das interações que ele desenvolveu permite explorar o jogo entre o privado e o público, entre o pessoal e o político, elaborado pela teoria feminista. Mal compreendido ou simplesmente ignorado pelas teóricas feministas dos anos 1970 (Janet Wedel, 1978, ou Ann Oakley, 1975, são alguns exemplos), sua contribuição será reconhecida mais tarde. Candace West (1996), Carol Brooks Gardner (1995) e Claude Zaidman (2002) admitiram sua influência em seus trabalhos.

Nascido no Canadá em 1922, em uma família de judeus imigrantes da Ucrânia, E. Goffman inscreve-se na Universidade de Toronto em 1944 para estudar Sociologia. Sua vocação para essa disciplina concretiza-se graças a sua amizade com Elizabeth Bott, então estudante de Psicologia, que se tornará uma influente psicanalista kleiniana, e também graças a

dois professores: Charles William Norton Hart, antropólogo formado por Radcliffe Brown, cujo *leitmotiv* “tudo é socialmente determinado” marcará profundamente E. Goffman, e Ray Birdwhistell, íntimo de Margaret Mead e de Gregory Bateson, que iniciará E. Goffman na Antropologia. Birdwhistell transmite-lhe a ideia segundo a qual o corpo é a terceira instância entre a cultura e a personalidade. A cultura se incorpora e o “social infiltra-se até nas mais ínfimas ações de todos os dias. Os gestos são, então, suscetíveis de uma análise sociológica ao mesmo título que as instituições e outros fatos sociais” (Winkin, 1988, p.22; Manning, 1992). E. Goffman obtém seu diploma em Sociologia em Toronto em 1945 e continua seus estudos na Universidade de Chicago. Nas aulas de Everett Hughes, uma das raras filiações intelectuais reivindicadas por E. Goffman, ele encontra a ideia de instituição total, que se tornará a pedra angular de *Asiles* [Asilos, 1961].

A Sociologia de E. Goffman é útil para as teorias do gênero e as teorias feministas?

Através de uma abordagem que não é puramente etnográfica, mas que é, contudo, constituída de diversos métodos qualitativos, e convencido de que “quaisquer que sejam nossos atos, eles são possivelmente socialmente situados” (Goffman, 1988, p.192), E. Goffman tenta distinguir a complexidade da experiência vivida. Ele dedica-se a estudar as interações sociais e analisa o agenciamento das relações entre indivíduos. Como veremos mais tarde, E. Goffman aplicará essa análise nas relações entre os sexos e nas relações entre homens e mulheres, particularmente em seus livros *L'Arrangement des sexes* e *La Ritualisation de la féminité*. Contudo, além dessas duas obras, será a perspectiva sociológica de E. Goffman que contribuirá com a elaboração feita pelos sociólogos feministas da reflexão sobre o gênero como relação de poder.

E. Goffman, considerado, naquele momento, uma figura central da Sociologia doce nos Estados Unidos, expressava também o sentimento da geração radicalizada dos anos 1960 que questionava o tranquilo conforto das classes médias brancas americanas dos anos 1950, representadas, então, pelo e no funcionalismo de Talcott Parsons. A abordagem sociológica de E. Goffman, para quem toda construção teórica deve produzir-se através de

um vaivém com a observação da realidade social (Zaidman, 2002, p.37), revela-se próxima das preocupações teóricas das feministas e distingue-se da metateoria e do empirismo, então dominantes nos Estados Unidos.

Em seu trabalho, E. Goffman analisa a organização do comportamento observável e cotidiano dos indivíduos no meio urbano. Ele acredita que sua análise do que é com frequência considerado como um acontecimento social insignificante por numerosos sociólogos é suscetível de fazer-nos descobrir muita coisa sobre a vida social. O tema principal de sua Sociologia consiste no estudo das relações sociais e das interações sociais, como mostram suas obras, algumas dentre as quais influenciaram as teorias do gênero e as teorias feministas.

Em *La Mise en scène de la vie quotidienne* [Representação da vida cotidiana, 1959], E. Goffman mostra a complexidade, a necessidade e a fragilidade do comportamento ordinário. Ele esboça o contexto teórico no qual cada oportunidade de interação face a face pode ser interpretada como uma performance teatral, o jogo constante de dissimulação (de si) e de pesquisa (do outro). Para E. Goffman, somos veículos de sinais. Nosso idioma corporal transmite informações sobre nós mesmos e sobre nossas relações sociais. Trata-se das impressões que damos voluntariamente ou por distração.

A análise da interação social como performance teatral por E. Goffman permitiu pensar a performance do gênero que será teorizada por Judith Butler três décadas mais tarde em *Gender Trouble* [Problema de gênero, 1990 (2005, edição francesa)]. Tanto para E. Goffman quanto para Butler, o gênero constrói-se através da performance. Na perspectiva de E. Goffman, que apreendia a vida como uma estrutura de encontros sociais, a performance é associada à realidade social. Ela refere-se a toda atividade de um indivíduo que se produz diante de um grupo específico de observadores e que exerce uma certa influência sobre esses últimos (Goffman, 1973 [1959], p.32). Em compensação, para Butler:

A ideia de que o gênero seja uma performance foi concebida para mostrar que o que vemos no gênero como uma essência interior é fabricado através de uma série ininterrupta de atos, que essa essência é colocada como tal em e pela estilização do gênero do corpo. Desse modo, torna-se possível mostrar que o que pensamos ser uma de nossas propriedades “internas” deve ser considerada

como o que esperamos e produzimos através de alguns atos corporais, que ela poderia ser, inclusive, ao levarmos essa ideia ao extremo, um efeito alucinatório de gestos naturalizados. (Butler, 1990 [2005], p.36)

É precisamente, afirma, “em sua qualidade performativa que se encontra a possibilidade de contestação de seu estatuto reificado” (Butler, 1988, p.520). Indo ao encontro do modelo teatral de E. Goffman que deixa supor a unidade do sujeito ao postular a existência de um Si sexuado integrando e unindo a pluralidade dos papéis (Eu), Butler afirma que o gênero não pode ser compreendido como um papel que expressa ou dissimula um Si, tratando-se ou não de um Si sexuado.

Contrariamente ao ponto de vista defendido por Erving Goffman que ressalta um Si (*self*) que assume e troca diversos “papéis” no interior das expectativas sociais complexas do “jogo” da vida moderna, eu afirmo que esse Si situa-se não somente irremediavelmente “fora”, construído no discurso social, mas também que a inscrição da interioridade é uma forma regulada e sancionada da produção da essência (...). Por conseguinte, os gêneros não são nem verdadeiros nem falsos, nem reais nem aparentes. (Butler, 1988, p.528, tradução feita pela autora deste artigo)

A ordem da interação

E. Goffman tentou desvendar a complexidade da experiência vivida ao dedicar-se particularmente ao estudo da interação face a face entre os indivíduos no meio urbano, ou o que ele chama “estudo da ordem da interação”, e elaborou as classificações de diferentes elementos da interação social:

Minha preocupação durante anos foi promover a aceitação do domínio do face a face como um domínio analiticamente viável – um domínio que poderia ser chamado, na falta de um nome mais adequado, a ordem da interação – um domínio cujo método de análise preferido é a microanálise. (Goffman, 1988, p.191)

Para E. Goffman, a ordem da interação é uma área de análise autônoma e a interação possui seus próprios mecanismos de regulação que mantêm

essa ordem. A fim de ilustrar essa tese, ele fornece o exemplo de uma categoria de papéis compartilhados por mulheres e pelos jovens empregados em altos cargos empresariais.

No modo como as mulheres comportam-se oralmente nas trocas informais que assumem um caráter sexual, é pouco importante, de um ponto de vista estatístico, saber que um pequeno número de homens, como os jovens empregados de altos cargos empresariais, encontra-se também na mesma situação de expectativa e de dependência das palavras do outro. Mas do ponto de vista interacional, a questão é importante. Por um lado, permite-nos tentar identificar uma categoria de papéis que as mulheres e os jovens empregados compartilham (...), e por outro, permite-nos constatar que se tratará de papéis tributários, *no nível da análise*, da ordem da interação, enquanto as categorias mulheres e jovens empregados não o são. (Goffman, 1988, p.216)

Contudo e contrariamente às afirmações de alguns críticos (por exemplo, Janet Wedel, 1978), E. Goffman não reduz a sociedade às interações entre indivíduos, mesmo se ele não explora outros níveis de análise ou sua articulação na ordem da interação. Ele evoca uma relação não exclusiva, uma “união incerta” entre os níveis micro e macro, entre as práticas interacionais e as estruturas sociais, um tipo de engrenagem de diversas estruturas sociais, em particular as relações sociais, nas correntes interacionais. E. Goffman permanecerá particularmente atento ao que ele chama de interação conversacional.

Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada é uma das obras mais influentes de E. Goffman em Sociologia do gênero. Esse autor define o estigma como um atributo que, no contexto das relações sociais, engendra a perda da consideração do público.

Na realidade, convém falar de estigma em termos de relações e não de atributos. O atributo que estigmatiza um determinado detentor pode confirmar a banalidade de um outro, e conseqüentemente, não carrega em si nem crédito nem descrédito. (Goffman, 1975, p.13)

E. Goffman distingue três tipos de estigma: as diversas deformações; “as taras do caráter (falta de vontade, paixões irrepreensíveis ou antinaturais...)”

às quais inferimos a existência em um indivíduo sobre o qual sabemos que é... por exemplo, drogado, homossexual, desempregado ou prisioneiro". E, por fim, estigmas tribais como "a raça, a nacionalidade e a religião, que podem transmitir-se de geração em geração" (Ibid., p.14). *Estigma* examina o processo de "normalização" ou o modo como classificamos os outros e somos classificados por eles, e como interagimos segundo essas classificações. A "ideologia do estigma" que E. Goffman evoca "serve, às vezes, para racionalizar uma animosidade fundada em outras diferenças, de classe por exemplo" (Ibid., p.15). Poderíamos acrescentar "de sexo". O trabalho de E. Goffman sobre o estigma foi adaptado às questões colocadas tanto pela Sociologia do gênero como pela Sociologia da diferença, que se interessam pelos estereótipos negativos e pelos estigmas associados aos indivíduos definidos como diferentes da norma (estabelecida segundo as identidades classes médias, brancas, heterossexuais). Através das investigações de campo, os sociólogos que analisam a vivência dos membros dos grupos estigmatizados mostraram que a diferença de sexo, de raça e de classe é frequentemente fonte de assédios que as mulheres e outras minorias encontram devido a sua cor de pele, sua idade, seu corpo, sua orientação sexual ou ainda sua recusa voluntária em ter filhos (Brooks Gardner, 1991, 1995; West, 1996; Park, 2002).

"O gênero é o ópio do povo"¹

E. Goffman interessou-se pelas representações dos papéis sexuais, pelo caráter sexualizado da dominação e pela aparência que lhe são associadas em duas de suas obras: *La Ritualisation de la féminité* e *L'Arrangement des sexes*.

Em *La Ritualisation de la féminité* ele ressalta as relações de poder expressas visualmente de um modo sutil. Para isso, ele estuda, por um lado, as situações sociais ou os arranjos sociais nos quais as pessoas encontram-se materialmente diante de todos e, por outro, o modo como a publicidade reflete e contribui para formar nossa concepção dos comportamentos "masculinos" e "femininos". Essa dissimetria nas definições do masculino e do feminino consiste, segundo E. Goffman, em tornar a questão do corpo mais

¹ Ver *L'Arrangement des sexes*, p.78.

central na definição identitária feminina. Ele mostra que nas publicidades, a mulher aparece mais frequentemente em posições subalternas ou como assistente. Sua representação é de uma mulher delicada, dócil, submissa, sonhadora ou mesmo infantil. "Inversamente, o homem, cuja maior altura simboliza o estatuto superior, é representado em uma postura protetora, que varia segundo o laço social que ele mantém com suas parceiras: familiar, profissional, apaixonado" (Goffman, 2002 [1977], p.38). Em resumo, E. Goffman mostra que, nas publicidades, o ordenamento dissimétrico entre os sexos é integrado pelos homens e pelas mulheres, e ele conclui que as mulheres submetem-se às relações desiguais entre homens e mulheres. Ele transpõe o conceito etológico de exibição à análise das situações sociais a fim de estudar a utilização feita pelas mulheres e pelos homens dos recursos de representação disponíveis nos desfiles e que servem para regular a vida social a partir de uma base biológica.

Para E. Goffman, a sociedade estrutura-se e expressa-se através dos retratos sociais que constituem a substância e a sombra da vida social, pois eles mostram não somente o que desejamos ou pretendemos ser, mas também o que somos. O modo como as publicidades representam as relações entre os sexos é também suscetível de dizer-nos como nossa sociedade estrutura o gênero. Segundo E. Goffman, os acontecimentos simbólicos como os casamentos, do mesmo modo que as publicidades, permitem-nos compreender a natureza e a representação das doutrinas sobre o homem e sobre o mundo. Inclusive, ele mostra que o comportamento social é, na realidade, o ato de representar para o olhar dos observadores.

As fotografias que ilustram o comportamento ligado ao sexo (social) selecionadas por E. Goffman "são encenações de encenações, já que seus autores coletam necessariamente elementos no 'idioma ritual' da sociedade para produzi-las" (Winkin, 1988, p.150). "Fazer pose para uma publicidade implica quase invariavelmente uma transferência de sexo, os modelos femininos aparecem como personagens femininos, e os modelos masculinos como personagens masculinos" (Goffman, 1988, p.156).

Em vez de criar as expressões ritualizadas que empregam, os publicitários, na realidade, simplesmente exploram "o mesmo *corpus* de exibição, o mesmo idioma ritual ao qual todos nós participamos nas situações sociais e com o mesmo objetivo: tornar legível uma ação pressentida (...) Sua mercadoria, poderíamos dizer, é a hiper-ritualização" (Ibid., p.185). Por

ritualização social E. Goffman compreende a padronização do comportamento corporal e vocal através da socialização.

L'Arrangement des sexes, cuja tradução francesa foi feita muito tarde, analisa a formação da identidade de gênero pela socialização diferencial de duas classes sexuais. E. Goffman mostra que a etiquetagem ligada ao sexo no momento do nascimento, através da inspeção das partes genitais do recém-nascido, é uma prática de classificação e de divisão social que leva a uma socialização diferencial, às práticas de gênero da experiência social comum, a uma "subcultura de sexo".

O sexo encontra-se na base de um código fundamental, código que estabelece a conformidade através da qual elaboram-se as interações e as estruturas sociais, código que sustenta também as concepções que os indivíduos fazem do que funda sua autêntica natureza humana. (Goffman, 2002, p.41)

E. Goffman utiliza o termo "classe sexual" como uma categoria puramente sociológica.

Essa classificação conforme a configuração física permite uma identificação por uma etiquetagem ligada ao sexo (...) a afetação a uma classe sexual aplica-se quase sem exceção a toda população e vale por toda a vida, o que constitui um caso exemplar (...) de classificação social. Além disso, na sociedade moderna, temos o sentimento de que a oposição macho-fêmea corresponde a uma divisão social que funciona em plena harmonia (...) com nossa "herança biológica" e que se trata, nesse caso, de um elemento que não pode ser desmentido (...). (Ibid., p.44-45)

Rejeitando a ideia segundo a qual a biologia é o destino final, E. Goffman define o gênero como uma construção social.

Como no caso da organização paralela que produz-se diante de outras divisões sociais binárias – branco/negro, adulto/criança, oficial/soldado etc. – a organização paralela fundada no sexo propõe uma base pronta para a elaboração de um tratamento diferencial, essas elaborações primárias apresentando-se como conformes e adaptadas à diferença de temperamento estabelecido entre as duas categorias. (Ibid., p.53)

Da relação entre o sexo e o gênero

Apesar de sua rejeição pelo biológico, E. Goffman descreve em *L'Arrangement des sexes* uma divisão inevitavelmente binária do gênero e empenha-se em mostrar que os gêneros femininos e masculinos são construídos, através da socialização diferenciada, sobre os corpos macho e fêmea. Ele procede, assim, à objetivação social das diferenças biológicas entre os sexos:

Em reação, existe, objetivamente superposta a uma grade biológica (...), um modo específico de surgir, de agir, de sentir, ligado à classe sexual (...) esse complexo pode ser designado como gênero; (...) como uma *subcultura de sexo*. Mesmo se o gênero fosse quase inteiramente a consequência social e não biológica dos funcionamentos da sociedade, essas consequências são objetivas. (Ibid., p.47)

Segundo E. Goffman, essa diferença de gênero persiste devido à experiência social comum aos membros de cada uma das classes sexuais. Inclusive, ele ressalta a reflexividade institucional segundo a qual as situações sociais são transformadas por práticas institucionais, profundamente enraizadas, "em lugares onde os dois sexos representam comportamentos de gênero" (Ibid., p.104). Dentre os elementos identitários que permitem ao indivíduo definir-se em uma situação de interação, E. Goffman privilegia a identidade de gênero.

Na medida em que o indivíduo elabora o sentimento de quem ele é e do que ele é ao referir-se a sua classe sexual e ao julgar-se segundo os ideais da masculinidade (ou da feminidade), podemos falar de uma *identidade de gênero*. Parece-me que essa fonte de autoidentificação é uma das mais profundas que nossa sociedade propõe (...). (Ibid., p.47)

É precisamente para contestar esse arranjo dos sexos que Butler propõe confundir as identidades de gênero e de sexo pela paródia, usando o exemplo da *drag queen*. Contudo, ela não considera a *drag* como o paradigma da ação subversiva ou como um modelo para a capacidade de agir em política (Butler, 1993). A *drag queen* "serve para mostrar que a 'realidade' não é

tão fixa quanto pensamos habitualmente. Seu objetivo é desvendar os fios tênues que tecem a 'realidade' de gênero a fim de ir contra a violência que as normas de gênero exercem" (Butler, 2005 [1990], p.47).

A organização social e a diferenciação entre os sexos

E. Goffman não contesta a importância da estrutura social na subordinação das mulheres, mas pergunta-se de acordo com que agenciamento isso acontece e qual leitura simbólica é feita dele. É nessa óptica que ele aborda a noção de "junto-separado" e a segregação periódica que ritma o cotidiano e garante que as diferenças subculturais possam ser reafirmadas e restabelecidas pela instauração dos sexos. A dicotomia do gênero é também construída por arranjos inúteis. Como afirma E. Goffman em *L'Arrangement des sexes*, a separação dos banheiros de homens e mulheres não é necessária, mas ela constitui um lembrete cotidiano do dimorfismo sexual e expressa a ideologia dominante nas relações homens-mulheres. Segundo E. Goffman, a divisão sexual do trabalho, a socialização diferencial ou a seleção na contratação encontram-se dentre as características da organização social que influenciam as formas dominantes de arranjos entre os sexos e os estereótipos de gênero. Para que as diferenças biológicas entre homens e mulheres distingam-se, os arranjos entre os sexos devem ser imperativamente instaurados (Goffman, 2002, p.97). Refutando a primazia biológica, E. Goffman enfatiza a importância da ordem social na diferenciação entre os sexos: "A biologia constitui uma ferramenta segura e precisa somente para a triagem dos membros da sociedade; os eventos e as respostas que parecem tão naturalmente decorrer das mesmas linhas de partilha são uma consequência da organização social" (Ibid., p.116).

As análises de E. Goffman sobre a construção das classes sociais inspiraram sociólogas feministas que trabalham para produzir uma Sociologia do gênero (Zaidman, 2007, p.100). Contudo, a maioria das sociólogas feministas ignorou E. Goffman, que também nunca foi citado nas revistas femininas norte-americanas como *Signs* e *Gender and Society* (West, 1996; Zaidman, 2007).

Portanto, a microsociologia de E. Goffman, seu recurso aos métodos qualitativos e seu interesse pela experiência vivida aproximam-no das

sociólogas feministas que, a partir dos anos 1970, denunciam a Sociologia dominante feita pelos homens e para os homens, e propõem uma Sociologia alternativa fundada na análise da vivência das mulheres a fim de desvendar as relações de poder (Oakley, 1975; Alway, 1995; Stacey; Thorne, 1998). Como E. Goffman, as teóricas feministas enfatizam a extensão dos papéis e dos simbolismos do gênero na vida social, e tentam compreender como eles contribuem para manter a ordem social ou promover a mudança social.

A teoria feminista compartilha também com a Sociologia de E. Goffman, a rejeição da distinção sociológica entre os níveis de análise macro e micro.

Tentando articular e representar as experiências subjetivas e as situações cotidianas das mulheres ao mesmo tempo que identificam e analisam as estruturas e as forças que constituem essas experiências e situações, as sociólogas feministas desenvolvem novos modos para conceitualizar a interação e as relações entre a experiência vivida do indivíduo e a organização social (...) A subjetividade, as relações pessoais e as estruturas sociais convergem e entrecruzam-se na vida dos atores sociais. (Alway, 1995, p.221)

Assim, no mundo social, a distinção micro/macro desaparece e a dicotomia público/privado é questionada (Alway, 1995). Como Claude Zaidman especifica, "a microecologia social de E. Goffman (...) possibilita a introdução de uma Sociologia das interações no campo universitário que permite a exploração, em particular, do jogo entre o privado e o público, entre o pessoal e o político" (Zaidman, 2002, p.23).

Uma parte significativa das análises sociológicas do poder é impregnada da perspectiva weberiana focalizada nas ações dos dominantes, na reprodução e na legitimação do poder que eles exercem. Analisando o fenômeno de poder do ponto de vista do gênero ou do que Teresa de Lauretis chama de práticas micropolíticas (De Lauretis, 2007, p.76), sociólogas feministas e pós-coloniais (como Spivak ou Mohanty)

chamaram a atenção para diferentes formas de poder: o poder de constituir-se e definir-se como sujeito; o poder de criar e de alimentar, o poder de resistir, de sobreviver e de testemunhar; o poder de negociar com competência as

solicitações da vida cotidiana (...) Essa compreensão mais ampla do poder chama a atenção para seu exercício desempenhado pelos seus subalternos. (Alway, 1995, p.221)

A resistência e o ativismo político implicam, sem dúvida, a ação coletiva na esfera pública, mas eles implicam também as ações individuais e cotidianas de rebelião e de transformação pessoal, em mecanismos muito trabalhados por E. Goffman.

Podemos desfazer o gênero?

A Sociologia de E. Goffman não questiona as perspectivas que definem a bipartição sexuada como uma necessidade social universal e consequentemente não permite transcender a alternativa dual do sexo e do gênero. Contudo, em *Les Cadres de l'expérience* [Os quadros da experiência, 1991 (1974)], que inspirará uma importante corrente da análise da ação coletiva, E. Goffman parece rejeitar o postulado da unidade do sujeito, sua permanência e sua identidade (inclusive sexuada) como ele as havia defendido em *La Mise en scène de la vie quotidienne*, ao afirmar que o indivíduo (uma pessoa) não tem nem mais nem menos realidade do que o personagem (o papel). Ele enfatiza, inclusive, os aspectos reflexivos da vida social – o modo através do qual pensamos no que se refere ao que fazemos e que influencia a realização do próprio ato (pensar é fazer).

Poderíamos criticar o paradigma de E. Goffman, que é constituído de homens e mulheres ou de casais oriundos da classe média, branca, americana e o fato de ele tê-lo generalizado e apresentado como uma verdade universal. Mas essa recriminação em negligenciar a articulação das relações de raça, de sexo, de classe e de sexualidade refere-se em geral à produção feminista contemporânea.²

E. Goffman é criticado tanto pelos funcionalistas e estruturalistas que qualificam sua Sociologia de trivial, quanto pelas teóricas feministas que o recriminam por ter negligenciado as relações de poder. Em outras palavras,

² Ver os trabalhos de Monique Wittig (2007), Gayatri Spivak (1999), ou Chandra Mohanty (1988).

ele não exerce a politização social do gênero, ele não se pergunta por que, mas como (Zaidman, 2002, p.32).

Em conclusão, podemos dizer que a Sociologia de E. Goffman tem muitos méritos, dentre os quais ter ressaltado a construção social das desigualdades entre os sexos e refutado a naturalização e a biologização. Rejeitando a dicotomia essencial, E. Goffman descreveu o gênero como prática e como categoria de pensamento, como uma dualidade hierarquizada criada pela organização social. Ele desenvolveu uma perspectiva sociológica que oferece um potencial de transformação social das relações de gênero.

Referências bibliográficas

- ALWAY, J. The Trouble with Gender: Tales of the Still Missing Feminist Revolution in Sociological Theory. *Sociological Theory*, Vancouver, v.13, n.3, 1995, p.209-228.
- BOURDIEU, P. Erving Goffman, Discoverer of the Infinitely Small. *Theory, Culture and Society*, Londres, v.2, n.1, 1983, p.112-113.
- BROOKS, C. G. Stigma and the Public Self. *Journal of Contemporary Ethnography*, v.20, n.3, 1991, p.251-262.
- _____. *Passing By: Gender and Public Harassment*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1991.
- BUTLER, J. Performative Acts and Gender Constitution. An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. *Theatre Journal*, Baltimore, v.40, n.4, 1988, p.519-531.
- _____. *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*. Routledge, Londres/Nova York: 1990. [Ed. Franc.: *Trouble dans le genre. Pour un féminisme de la subversion*. Paris: La Découverte, 2005.]
- _____. *Bodies that Matter: On the Discursive Limits of Sex*. Londres/Nova York: Routledge, 1993.
- GOFFMAN, E. The Arrangement between the Sexes. *Theory and Society*, v.4, n.3, 1997, p.301-331. [Ed. Franc.: *L'Arrangement des sexes*. Paris: La Dispute, 2002.]
- _____. Gender Advertisements. *Studies in the Anthropology of Visual Communication*, v.3, n.2, 1976, p.69-154. [Ed. Franc.: WINKIN, Y. *Erving Goffman, Les moments et leurs hommes*. Paris: Seuil, Paris, 1988, p.150-185.]
- _____. *Stigma. Notes on the Management of Spoiled Identity*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1963. [Ed. Franc.: *Stigmate. Les usages sociaux des handicaps*. Paris: Minuit, 1975.] [Ed. Bras.: *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 2012.]
- _____. *Asylums. Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates*. Nova York: Doubleday Anchor, 1961. [Ed. Franc.: *Asiles. Études sur la condition sociale des malades mentaux et atures reclus*. Paris: Minuit, 1968.]

- GOFFMAN, E. *The Presentation of Self in Everyday Life*. Nova York: Doubleday Anchor, 1959. [Ed. Franc.: *La Mise en scène de la vie quotidienne*. Paris: Minuit, 1973.] [Ed. Bras.: *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 2011.]
- . *Interaction Ritual*. Nova York: Doubleday Anchor, 1967. [Ed. Franc.: *Les Rites d'interaction*. Paris: Minuit, 1974.] [Ed. Bras.: *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Trad. Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011.]
- . *Frame Analysis. An Essay on the Organization of Experience*. Nova York: Harper and Row, 1974. [Ed. Franc.: *Les Cadres de l'expérience*. Paris: Minuit, 1991.]
- . *L'Ordre de l'interaction*. In: WINKIN, Y. *Erving Goffman, Les moments et leurs hommes*. Paris: Seuil, Paris, 1988, p.186-230.
- LAURETIS, T. *Théorie queer et cultures populaires. De Foucault à Cronenberg*. Paris: La Dispute, 2007.
- MANNING, P. *Erving Goffman and Modern Sociology*. Stanford: Stanford University Press, 1992.
- MOHANTY, C. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *Feminist Review*, n.30, 1988, p.61-88.
- OAKLEY, A. *The Sociology of Housework*. Nova York: Pantheon Books, 1975.
- PARK, K. Stigma management Among the Voluntarily Childless. *Sociological Perspective*, Berkeley, v.45, n.1, 2002, p.21-45.
- SPIVAK, G. C. *A Critique of Postcolonial Reason. Towards a History of the Vanishing Present*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- STACEY, J.; THORNE, B. The Missing Feminist Revolution in Sociology. In: MYERS, K. K.; ANDERSON, C. D.; RISMAN, B. J. (dir.). *Feminist Foundations. Towards Transforming Sociology*. Nova York: Sage, 1998.
- WEDEL, J. Ladies, We've Been Framed. Observations on Goffman's "The Arrangement Between the Sexes". *Theory and Society*, v.5, n.1, 1978, p.113-125.
- WEST, C. Goffman in Feminist Perspective. *Sociological Perspectives*, Berkeley, v.39, n.3, 1996, p.353-369.
- WINKIN, Y. *Erving Goffman. Les moments et leurs hommes*. Paris: Seuil, 1988.
- WITTIG, W. *La pensée straight*. Paris: Amsterdam, 2007.
- ZAIDMAN, C. *Ensemble et séparés*. Prefácio na tradução francesa de *L'arrangement des sexes*. Paris: La Dispute, 2002.
- . *La mixité, un mode d'agencement des relations de sexe*. In: ZAIDMAN, C. *Genre et socialisation. Un parcours intellectuel*. Textos reunidos por BRUIT-ZAIDMAN, L. e FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Paris: Cedref, 2007.

20

HOWARD S. BECKER. DESVIO E IDENTIDADES DE GÊNERO

Isabelle Clair¹

Howard S. Becker nasceu em 1928. Seu primeiro livro, *Outsiders*, foi publicado em 1963. Homem de revolução teórica na área da Sociologia do desvio e promotor vanguardista de uma definição sociológica da homossexualidade, ele é também um homem de sua época em seu discurso sociológico sobre as mulheres. Homem de campo, renitente à elaboração de teorias sem embasamento empírico, ele mostra-se abstrato quando trata de questões relativas ao "sexo". Assim, a realidade da dominação masculina é evocada em seus textos para ser imediatamente relativizada. E os "homossexuais" são várias vezes apresentados como *outsiders* exemplares, sem que as pistas de reflexão iniciadas nos anos 1950-1960 conduzam, na continuidade dessa abordagem, a uma pesquisa que os tenha como objeto.

Assim, sem nunca apresentar-se explicitamente como tal, a problemática do gênero² aparece em diversos momentos de sua obra, inclusive no prefácio do livro de Marie Buscatto, *Femmes du jazz* [Mulheres do jazz], quando a palavra finalmente é mencionada: "[Os músicos de jazz] tinham muito menos consideração pelas mulheres cantoras, mas não formulavam sua crítica ao gênero abertamente" (Becker apud Buscatto, 2007, p.11, grifo nosso).

1 Gostaria de agradecer os valiosos conselhos de Jean Manuel de Queiroz, Virginie Descoutures, Nicolas Divert, Fabrice Guillaud e Wilfried Rault.

2 Entendo por "problemática do gênero", a análise das relações de poder fundadas na diferenciação dos sexos e das sexualidades.

A relação que H. S. Becker estabelecia com a questão do gênero era, até então, não assumida. Efeito de uma época, no início de suas pesquisas, pouco entusiasta a financiar trabalhos sobre essa questão. Efeito de geração cujas interpretações, qualquer que seja o grau de novidade do tema, são quase sempre marcadas por um androcentrismo e por um heterossexismo implícitos.

Concentrarei meus argumentos em *Outsiders* e seus satélites porque foi principalmente ali, na obra de H. S. Becker, que o gênero surgiu e desapareceu alternadamente. E porque é a *labelling theory* que, dentre suas propostas teóricas gerais, parece-me ser a mais suscetível de alimentar os estudos sobre o gênero. Eu me empenharei, então, em atualizar o tratamento implícito do gênero por H. S. Becker e, ao mesmo tempo, propor prolongamentos a suas perspectivas teóricas mobilizadas por outras pesquisas diretamente focalizadas em torno da problemática do gênero.

A invisibilização das mulheres

A relativização explícita da variável "sexo" em *Outsiders*

Quando lemos os textos de H. S. Becker com lupas de gênero, questionamo-nos inevitavelmente sobre a possibilidade de uma articulação entre uma certa versão do interacionismo simbólico e a consideração das estruturas sociais nas quais inscrevem-se as interações. H. S. Becker afirma: "Eu me interessarei menos pelas características pessoais e sociais dos marginais do que pelo processo através do qual eles são considerados como estrangeiros pelo grupo, assim como por suas reações a esse julgamento" (Becker, 1985 [1963], p.33).

Ao mesmo tempo, ele menciona em diversos momentos de sua obra as estruturas sociais pesando sobre os processos de etiquetagem, como um parapeito teórico requisitado em cada etapa de seu raciocínio (para definir as condições históricas e sociais mais ou menos favoráveis ao estabelecimento de algumas normas e, conseqüentemente, de algumas etiquetas, para descrever os "empreendedores de moral" etc.): "nós devemos, também, manter presente em nossa mente que as normas criadas e conservadas (...), não são unanimemente aceitas, ao contrário, elas constituem o objeto de desacordo e de conflitos porque são tributárias de processos do tipo

político no interior da sociedade" (Ibid., p.41). Se são as interações que se encontram no centro da análise de H. S. Becker, seu argumento não é totalmente isento de referência à determinação social dos processos que ele esforça-se em revelar.

Ele não para ali, e quando enumera as relações de poder que interferem na elaboração coletiva das normas e na probabilidade relativa para um indivíduo de ver-se etiquetado (branco/negro, classes médias/classes populares, velho/jovem, homem/mulher etc.), estabelece finalmente uma hierarquia entre eles: a "raça" surge como o "estatuto" que domina "todos os outros";³ quanto ao "sexo", quando não é negado, encontra-se no contorno de um parêntese fortemente relativizado: "em nossas sociedades, são os homens que elaboram as normas para as mulheres (embora na América as coisas estejam mudando rapidamente)" (Ibid.). A partir dali, não é mais possível que uma ação qualquer da dominação masculina nos processos que H. S. Becker descreve e as mulheres como pesquisadas⁴ pareçam inexistentes no universo dos fumantes de maconha. A invisibilidade das mulheres em *Outsiders* deve-se a uma escolha e não a um esquecimento (exceto se dissermos que essa escolha inscreve-se em um esquecimento androcêntrico dominante na pesquisa da época, excedendo amplamente a pessoa de H. S. Becker).

H. S. Becker explica, hoje, que não somente a questão das relações homens-mulheres não se impunha como uma questão central na pesquisa sociológica americana dos anos 1960, mas, principalmente, que essas relações não haviam surgido durante as entrevistas com as mulheres fumantes, como um "elemento importante de sua experiência".⁵ Quando ele evoca, em *Outsiders*, o caso de uma mulher toxicômana (único caso no conjunto de

3 "A pertença – socialmente definida – à raça negra, domina a maioria das outras considerações de estatuto em quase todas as situações; o fato de ser médico, membro das classes médias ou mulher não anula ser tratado primeiramente como Negro e secundariamente conforme um ou outro desses estatutos" (Becker, 1985 [1963], p.56).

4 Algumas páginas são, em compensação, concedidas às "esposas" que não são músicas (e não investigadas) dos músicos de dança (Ibid., p.141-144), voltaremos a esse aspecto mais tarde.

5 Comunicado pessoal do autor, 29 de setembro de 2007: "Eu não sei por que eu não mencionei (o que tinha de particular em ser uma mulher marginal), não foi deliberado, não era um assunto ao qual os cientistas da época concediam muita importância, e talvez principalmente não se impôs nas entrevistas – quero dizer que as mulheres que eu questioneei nunca descreveram sua experiência da maconha de um modo que implicava o gênero, que fazia do gênero um elemento importante de sua experiência" (tradução de I. Clair).

sua obra que sinaliza a presença de mulheres em seu *corpus*), seu sexo não é comentado: "Uma toxicômana me disse certo dia que ela sentia-se realmente 'drogada' a partir do momento em que percebeu que tinha somente amigos toxicômanos" (Ibid., p.60). Como para os outros investigados de H. S. Becker, a experiência dessa toxicômana remete a uma das etapas do percurso marginal, "unissex", quer dizer, masculino.⁶

Os outsiders têm uma irmã esquecida, Janet Clark

As mulheres marginais não existem como mulheres. E portanto há Janet Clark, a única dos *outsiders* cuja entrevista podemos ler praticamente de forma integral... H. S. Becker que, inclusive, a conhecia bem (era a namorada de um de seus colegas músicos), a encontrou uma vez por semana durante vários meses e gravou suas conversas, cuja transcrição foi publicada em 1961, dois anos antes da publicação de *Outsiders*, sob o título original *The Fantastic Lodge* [A moradia fantástica] (Clark, 1972 [1961]).

A leitura dessa longa entrevista ininterrupta de 250 páginas é fascinante sob diversos aspectos. Primeiramente porque dá acesso a um material muito raro: se o discurso de Janet Clark foi um pouco edulcorado, o essencial encontra-se ali.⁷ Sem comentários,⁸ o texto relata uma experiência individual com a droga (maconha, mas principalmente heroína) de modo diretamente compreensível: Janet Clark, em terapia analítica há muito tempo, revela uma grande reflexividade sobre a emocionante experiência social da droga.⁹ No desenrolar das páginas, vê-se desenhar

6 Parece-nos interessante notar que Howard S. Becker tenha feito sua tese de doutorado (sob a direção de Everett Hughes) sobre uma profissão majoritariamente feminina (o ensino primário). Segundo os textos disponíveis tirados dessa tese, não publicada, o sexo das investigadas é visível (devido ao próprio fato de o objeto central ser as professoras) e invisibilizado (não parece constituir o objeto da análise como tal) (Becker, 1951).

7 As normas de edição nos anos 1950 tornavam impossível a transcrição exata dos argumentos considerados muito vulgares para os padrões da época. Foi Helen MacGill Hughes, a esposa de Everett Hughes, também socióloga reconhecida, que se encarregou da edição.

8 Apenas uma curta introdução de Helen MacGill Hughes e uma breve conclusão de H. S. Becker, que fornecem principalmente elementos biográficos complementares sobre a vida de Janet Clark, falecida dois anos antes da publicação, enquadram o texto das entrevistas.

9 "Becker afirmou: 'Assim que ela começou a falar, soube que seria algo especial. A gravação era muito forte, muito informada e também bem formulada.' (...) Quando Becker fez Kobrin e McKay (dirigentes do Institute for Juvenile Research que financiou a investigação sobre os fumantes de maconha) ouvirem a fita de sua entrevista, eles acreditaram que ela era uma

progressivamente a trama teórica que H. S. Becker pôde extrair desse relato: tudo consta ali, ou quase tudo, sobre o papel da maconha para criar-se uma sociabilidade, ao discurso sobre as normas depreciadas do "submundo" (particularmente, as dos policiais), passando por diferentes etapas do percurso marginal. E se podemos apostar que as entrevistas não foram conduzidas por H. S. Becker de modo a evidenciar as variações de experiência em função do sexo, parece plausível que as condições de vida do conjunto dos drogados, quaisquer que sejam sua cor de pele e seu sexo, particularmente nos Estados Unidos dos anos 1940-1950, gerariam uma comunidade de destino.

Dito isso, não podemos deixar de ressaltar, nos argumentos de Janet Clark, elementos que revelam o peso do gênero em sua vida de drogada (e, por tabela, na vida de seus comparsas homens). Sobre a sexualidade e a prostituição durante e no final de percurso marginal:

E eu comecei a descobrir, *en passant*, as regras morais desse meio. Descobri que não havia nenhuma regra. E também que, segundo eles, em troca de cigarros, jantares e tudo isso, tinha que transar, e é isso aí. (Clark, 1972 [1961], p.83)

Começamos a comprar droga no Hotel Hill, e como era muito arriscado para Bob ir até lá, era principalmente eu que me encarregava disso. Comprávamos de um Negro que tinha uma namorada branca, ele era seu e eles me diziam o tempo todo que eu deveria ir trabalhar para o Bob, utilizando meu contato, ou trabalhar de vez em quando, qualquer coisa assim. (...) Tínhamos desesperadamente necessidade de dinheiro para comprar droga, claro, e tinha todo esse dinheiro que a gente podia ganhar e eu disse para mim mesma: De qualquer forma, é o que eu vou acabar fazendo mesmo. (...) Eu ia entrar na dança e dançar até o fim (...). (Ibid. p.230-231)

Sobre o estatuto social das mulheres que têm uma relação com músicos de jazz:

Mas durante minha relação com Junior eu ia sempre no estúdio onde ele gravava. Ele me deu alguns discos dele, *blues*, coisas desse tipo, você sabe, onde

observadora tão fina e tão clara que o prosseguimento da entrevista poderia ser útil para reunir uma história de vida completa" (Bennet, 1981, p.218).

ele menciona meu nome. Normalmente eu deveria ficar muito feliz com isso. Eu fiquei muito conhecida assim, sabe. Eu sou seu brinquedinho etc., e ele dedicou um trecho para mim e tudo mais. (Ibid., p.89)

O interesse em ressaltar esses trechos (e alguns outros), não se encontra somente no conteúdo das normas (que, por escolha teórica, pouco importa a H. S. Becker¹⁰), mas na possibilidade que eles oferecem de ir mais longe na descrição e na análise dos subgrupos existente no interior do grupo marginal e na consideração dos efeitos da estruturação deste último sobre a atualização do percurso marginal. Assim como H. S. Becker introduz um pouco de gênero em sua análise dos músicos de dança ao dedicar algumas páginas a suas dificuldades para legitimar sua prática profissional diante de seus pais e esposas,¹¹ poderia ser interessante questionar o lugar da sexualidade durante o percurso marginal e nas relações dentro do grupo de toxicômanos, sua possibilidade de ser um recurso para o conjunto de seus membros, mulheres e homens. Idem no que concerne às questões de virilidade ligadas ao exercício da música etc.

O gênero não se encontra presente apenas nos argumentos de Janet Clark, mas transparece também como um elemento de explicação à longa e laboriosa publicação *The Fantastic Lodge* (dez anos haviam se passado desde a gravação das entrevistas). Existe um certo mistério envolvendo o processo dessa publicação (e sua invisibilidade no percurso do livro *Outsiders* e de seu autor) sobre o qual James Bennett, em uma obra a respeito da história oral da delinquência, revela um pouco. Se o próprio Bennet não analisa essa história sobre a perspectiva do sexo de Janet Clark, ele revela algumas informações: mulher e branca, ela foi durante muito tempo percebida por seus editores como não sendo representativa dos drogados de Chicago dos anos 1950. Nos anos 1960, seu ponto de vista muda um pouco diante da expansão do uso da droga nas classes médias brancas: a publicação

10 É evidente que os argumentos deste artigo não são para contestar a escolha em si – interacionista – de H. S. Becker, para dizer que uma perspectiva mais estrutural seria necessariamente mais justa, mas mostrar quanto a perspectiva do gênero pode ser informativa também em um contexto de análise interacionista.

11 “Uma vez casado e tendo constituído sua própria família, o músico encontra-se direta e brutalmente confrontado às convenções da sociedade. Sua mulher, que geralmente não é música, espera que ele seja um companheiro e que satisfaça às suas necessidades.”

do testemunho de Janet Clark é, dali em diante, suscetível de tornar-se um alvo comercial (Bennet, 1981, p.231). Inclusive, Bennett menciona, *en passant*, que a obra foi traduzida somente em francês e publicada em uma coleção “mulher” por “uma amiga de Sartre e Beauvoir” (Ibid., p.232). Nos anos 1970, na França, o sexo de Janet Clark parece, então, tornar-se um elemento significativo de sua experiência. Uma pesquisa a esse respeito ainda pode ser realizada...

Os homossexuais e as mulheres, *outsiders* (como os outros)?

Além da atualização de um certo androcentrismo de fundo nos textos de H. S. Becker, o principal interesse de sua discussão em termos de gênero encontra-se no fato de eles fornecerem ferramentas suscetíveis de serem mobilizadas em questionamentos a que eles apenas deram início ou que eles não colocaram, mas aos quais eles podem conduzir, alimentando, desse modo, a reflexão coletiva sobre o gênero.

A homossexualidade, um desvio “identitário”

Se as mulheres são relativamente ausentes de *Outsiders* e se H. S. Becker estima que os processos que ele descreve não são orientados pelo gênero, ele concede, por outro lado, um espaço não negligenciável à homossexualidade, exemplo recorrente do início ao fim de sua obra, que ele define em termos de transgressão em relação à norma da heterossexualidade. Seu argumento sobre os “homossexuais”¹² é apenas por extrapolação, já que ele não se apoia em nenhuma de suas próprias pesquisas de campo. Mas o fato de ele inscrever a homossexualidade em um conjunto mais amplo de desvios, e que ele, conseqüentemente, transforme os “homossexuais” em *outsiders* como os outros, tem um efeito direto em sua “desparticularização” no campo científico: como resalta Jean Manuel de Queiroz, H. S. Becker contribui, assim, com o fim da “Sociologia sem sexo” e com a construção

12 Sobre esse assunto, as mulheres também são invisíveis: sem que H. S. Becker o especifique, ele evoca, na realidade, apenas os homossexuais homens.

da homossexualidade como fato social (De Queiroz, 2003, p.380). O desvio sexual, como todos os desvios, é, desde então, um fenômeno relacional e as normas sexuais, como todas as normas, impõem-se como contingentes e historicamente construídas. Inclusive, o conceito de “percurso” reforça ainda a possibilidade de estudar a homossexualidade através de práticas sociais e os grupos de homossexuais como o resultado de ações coletivas. Sem afirmá-lo, porque não o pensava como parte integrante de uma problemática transversal, H. S. Becker fala dos efeitos do gênero na definição das normas sociais ao mencionar a heteronormatividade.

Um problema teórico, no entanto, acaba surgindo. Mesmo se o próprio H. S. Becker não o diagnostica, ele mantém-se prudente. Ao mesmo tempo que usa regularmente a homossexualidade como exemplo de desvio, ele expressa dúvidas quanto à possibilidade de transferência de seu modelo teórico à análise da homossexualidade:

Os estudos sobre os comportamentos divergentes são inadequados para fundar teorias em um outro sentido, mais simples: elas não são nunca suficientemente numerosas. Muitos tipos de desvio nunca foram descritos por um ponto de vista científico, ou então os estudos são tão pouco numerosos que não podem nem mesmo oferecer um ponto de partida. Por exemplo, quantas descrições sociológicas existem dos modos de vida das diferentes variedades de homossexuais? (...) nossas teorias correm o risco de serem totalmente inadequadas se supomos que todos os homossexuais participam de um modo mais ou menos estável de subculturas homossexuais. (Becker, 1985 [1963], p.190-191)

Se H. S. Becker interrogou mulheres e a questão do gênero foi esvaziada por uma interpretação implicitamente androcêntrica, ele não efetuou pesquisas sobre os “homossexuais”. Em sua qualidade de bom interacionista, ele desconfia, então, do aumento das generalidades não verificadas no campo, suscetíveis de serem “inadequadas”. E, efetivamente, a generalização de seu modelo no caso da homossexualidade, se ela permite uma inclusão teórica (e *in fine* política) de grande importância, questiona apesar de tudo a problemática da equivalência entre objetos muito diferentes. O que uma leitura atenta do seguinte trecho de *Outsiders* revela:

Um estudo de A. J. Reiss (1961) sugere uma das formas possíveis de imunização contra a amplificação do desvio. Dedicado aos jovens delinquentes que aliciavam os homossexuais, ele mostra que rapazes podem comportar-se como prostitutas homossexuais diante de adultos que são homossexuais assumidos sem se tornar homossexuais. Várias razões explicam por que eles não perseveraram nesse tipo de desvio. (...) Se o indivíduo se deixa apreender pela primeira vez em circunstâncias e em um tal momento que lhe permite, ainda, efetuar uma escolha entre linhas de conduta opostas, sua prisão não conduz necessariamente a uma amplificação de seu desvio. Colocado, pela primeira vez, diante das consequências máximas e brutais que sua ação corre o risco de trazer, ele pode decidir que não é desejável engajar-se mais adiante no caminho do desvio e dar meia-volta. (Becker, 1985 [1963], p.59-60)

Nesse trecho, surge uma espécie de caricatura interacionista da definição da homossexualidade: nos tornaríamos homossexuais por “escolha”, unicamente em função do sucesso ou do fracasso da imposição de normas heterossexuais. Coloca-se, então, a questão da definição da homossexualidade e do desejo sexual que parece difícil de assimilar ao “prazer” social do consumo da maconha. Por essa razão, um etnógrafo da homossexualidade masculina como Michael Pollak, ao utilizar o conceito de “percurso”, que lhe permite analisar o aprendizado da homossexualidade, coloca, apesar de tudo, a questão da preexistência de desejos homossexuais em todo percurso homossexual: “O percurso homossexual começa pelo reconhecimento do desejo sexual específico e pelo aprendizado dos lugares e dos modos de encontrar parceiros. (...) A maioria dos homossexuais está convencida de sua preferência sexual muito antes de começar a agir” (Pollak, 1993, p.184).

O fato de Pollak mencionar a anterioridade da convicção individual do homossexual¹³ em ser homossexual em relação ao “início da ação” sexual como tal pode ser estendido aos próprios fundamentos da etiquetagem que recebe: se o fato de comportar-se de um jeito ou de outro, de usar um ou outro tipo de roupas, ou de aparecer regularmente em tal ou tal lugar, contribui com a etiquetagem desviante dos homossexuais e, com isso, favorece a entrada no percurso homossexual, ele não é suficiente. Não é somente

13 Pollak trata somente da homossexualidade masculina, por essa razão eu também não coloco o termo “homossexual” no feminino.

o início da ação (sexual ou simplesmente a exibição de um certo “comunitarismo”) que é condenado e que conseqüentemente engendra uma etiquetagem socialmente pejorativa, mas o fato de um homossexual *ser* um homem, e um homem que não está à “altura” da tarefa que lhe é incumbida (ser um “verdadeiro homem”, ou seja, um homem heterossexual). A dificuldade na qual a generalização da proposta teórica de H. S. Becker tropeça em definitivo encontra-se no fato de sua definição do desvio e da construção subsequente que efetua do conceito de percurso não levar em conta a natureza das normas transgredidas: ora, no caso da homossexualidade, as ditas normas são de ordem “identitária” (De Queiroz; Ziolkowski, 1997, p.110).¹⁴ Ou seja, a transgressão que se encontra no início do desvio sexual não ocorre tanto em relação aos atos, mas em função do ideal comum do que deve *ser* um homem no caso da homossexualidade masculina.

A etiquetagem no interior de uma categoria estigmatizada

A discussão referente aos homossexuais (homens) e a relativização dos atos no processo de etiquetagem são válidas, de fato, para toda categoria social definida pelo gênero, na medida em que a pertença a uma tal categoria remete a um conjunto de atributos¹⁵ e não a uma prática (ou: em vez de remeter somente a uma prática). A reflexão pode ser ainda aprofundada ao voltarmos ao quadro que resume as configurações divergentes propostas por H. S. Becker. Ele merece particular atenção, pois apresenta um problema teórico de fundo, bem como esquematiza e conseqüentemente revela (ainda aqui sem afirmá-lo) um processo importante: a etiquetagem em uma categoria estigmatizada.

Quadro proposto por H. S. Becker (1985 [1963], p.43)

Tipos de comportamento divergente

	Obedecendo à norma	Transgredindo a norma
Percebido como divergente	Injustamente acusado	Totalmente desviante
Não percebido como divergente	Em conformidade	Secretamente desviante

14 Como o mostram De Queiroz e Ziolkowsky, é no *Stigmat* de Goffman (1975 [1963]) que se encontra o estudo das “normas identitárias” e uma reformulação da teoria do desvio mais envolvente e mobilizável para o estudo dos homossexuais.

15 No sentido dado por Goffman (1975 [1963]).

Esse conhecido quadro de H. S. Becker apresenta um problema que convém resolver rapidamente antes de prosseguirmos no raciocínio sobre o gênero. Ele refere-se a uma ambigüidade visível na classificação “percebido como divergente” nos termos “injustamente” e “totalmente”. Esses termos designam o desvio que H. S. Becker defende no conjunto de sua obra, a saber: o resultado de uma etiquetagem, não “uma qualidade do ato cometido por uma pessoa” (Ibid., p.33). Melvin Pollner mostra esse problema ao afirmar que H. S. Becker mistura, em sua análise, a definição do “senso comum do desvio” (“*common-sense model*”) e a definição erudita do desvio que visa justamente questionar outra vez o primeiro (“*sociological model*”) (Pollner, 1975, p.27-40). O próprio H. S. Becker, em sua “visão retrospectiva” de 1973, evoca uma “falta de rigor” que deve ser corrigida (1985 [1963], p.221). Mas observaremos com ele a necessidade de preservar um quadro com quatro casas (separado do “*common sense model*”), considerando o conjunto das situações sociais nas quais um indivíduo pode encontrar-se:¹⁶

Quadro proposto por H. S. Becker (1985 [1963], p.43)

Tipos de comportamento divergente

	Obedecendo à norma	Transgredindo a norma
Percebido como divergente	Divergente (obediente)	Divergente (transgressor)
Não percebido como divergente	Em conformidade (obediente)	Em conformidade (transgressor em segredo)

A casa “divergente (obediente)” corresponde ao caso das pessoas qualificadas de “divergentes” quando não cometeram nenhuma transgressão. Ela remete ao fato de todos os indivíduos, quaisquer que sejam suas práticas, não correrem o mesmo risco de ser percebidos como divergentes, como o lembra o próprio H. S. Becker: “O respeito às normas é imposto seletivamente em função do *tipo de pessoa*, do momento e da situação” (Ibid., p.156, grifo nosso). Essa casa permite ilustrar o peso da identidade social e, conseqüentemente, a relativização daquele cujos atos transgridem

16 Pollner os reduz a dois, de um ponto de vista lógico (Pollner, 1975, p.37):

Percebido como divergente	Divergente
Não percebido como divergente	Não divergente

na construção das etiquetas pejorativas. Seu estudo é particularmente fecundo na análise da atribuição de etiquetas em uma categoria estigmatizada, pois então ela não encerra, como no caso de outras categorias, “alguns indivíduos” (Ibid., p.209-210),¹⁷ e sim uma grande quantidade de indivíduos, servindo como máquina para confirmar o estigma do qual sofre a categoria em seu conjunto. Eu pude recorrer a tal estudo na análise da construção das más reputações do qual sofrem algumas moças morando nas cidades de habitat social¹⁸ (exemplo dentre outros de categorias estigmatizadas). Pudemos também constatar que a atribuição de etiquetas no grupo das moças que vacilam entre “putas” e “moças direitas”, muito além das transgressões de alguns atos quaisquer que sejam eles (práticas sexuais condenadas coletivamente, uso de roupas consideradas indecentes, mobilidade geográfica), fundamenta-se no fato de pertencer ao grupo das moças/mulheres (grupo “por natureza” estigmatizado). Efetivamente, as designadas “putas” são muito frequentemente “divergentes-obedientes” que não dispõem de atributos sociais necessários para compensar sua fragilidade social em ser moças/mulheres (ter um “irmão mais velho”, pertencer a uma tal “comunidade”). O discurso sobre a transgressão dos atos é, então, nesse contexto bem mais um discurso de legitimação da condenação (quer dizer, de responsabilização da vítima) do que da explicação de um fenômeno objetivo. O conjunto do processo de etiquetagem permite uma renovação sem fim do estigma do qual sofre o grupo das moças/mulheres em seu conjunto: ser etiquetada como “puta” é certamente ser designada como divergente em relação à figura da “moça direita”, mas é também, definitivamente, confirmar sua pertença ao grupo de moças/mulheres globalmente percebido como divergente por “natureza”, em relação ao grupo de rapazes/homens (o grupo dos humanos de referência).

A perspectiva de H. S. Becker oferece ferramentas particularmente estimulantes desse ponto de vista, apesar de ter algumas falhas, porque a consideração das quatro casas de sua tipologia revela o conjunto das

17 “se tomamos como unidades de análise os que realizaram esses atos (supondo-se que possamos identificá-los), incluiremos necessariamente alguns indivíduos que não foram apreendidos ou etiquetados; se retemos como unidades os que são apreendidos e etiquetados, incluiremos necessariamente alguns indivíduos que nunca realizaram o ato, mas que foram tratados como se o tivessem feito” (Becker, 1985 [1963], p.209-210).

18 Ver Isabelle Clair (2008).

configurações de desvios possíveis, cada um reagrupando um relativamente grande número de atores sociais em função do objeto de estudo, e porque ela permite atualizar os processos de etiquetagem (coisa que a análise goffmaniana negligencia, apesar de ter uma melhor “performance” na definição do desvio).

Como conclusão... Estudos sobre o gênero e “problemas morais”

Focalizando nos exemplos dados por H. S. Becker no final de *Outsiders*, concluo este texto sobre a questão dos “problemas morais” (Ibid., p.218 et seq.) que qualquer estudo levanta, e *a fortiori*, talvez, qualquer estudo fundado na problemática do gênero. Além da reflexão sobre o desvio, o argumento de Becker pode, na minha opinião, constituir uma linha de conduta metodológica e consequentemente epistemológica.

Quando ele expõe, em sua “visão retrospectiva (1973)” (Becker, 1985, p.201-237), as leituras científico-políticas que foram feitas sobre a sua obra, dizemo-nos, primeiramente, que são um pouco curtas: teríamos, de um lado, os “conservadores” que criticam a postura relativista do sociólogo redefinindo a delinquência desviante; e de outro, os sociólogos “de esquerda” que lhe recriminam servir a ordem estabelecida ao não questioná-la no momento da análise – crítica habitualmente dirigida à abordagem interacionista cuja formulação interroga o salto normativo regularmente instaurado e legitimado por numerosos sociólogos.

Sob a aparente simplicidade destas páginas, podemos ouvir ressoar uma questão fundamental para a produção de conhecimentos nos estudos sobre o gênero, particularmente, talvez, porque eles são dominados, em luta contínua para o reconhecimento, e regularmente desvalorizados (o gênero ainda mantém-se muito longe de constar como um eixo de leitura tão legítimo quanto as classes sociais). Questão que poderia ser assim resumida: seria possível, nessa área, produzir uma “sociologia independente de valores” (Ibid., p.225) ao mesmo tempo que é incessantemente atravessada, em seus objetos e em sua abordagem científica, pelas lutas feministas (e antifeministas)?

Referências bibliográficas

- BECKER, H. S. *Role and Career Problems of the Chicago Public Schools Teachers*. Chicago, 1951. Tese (Doutorado), University of Chicago.
- _____. *Outsiders*. Paris: Métailié, 1985 (1963). [Ed. Bras.: *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Trad. Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.]
- BENNET, J. *Oral History and Delinquency. The Rhetoric of Criminology*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- BLANC, A.; PESSIN, A. (dir.). *L'Art du terrain. Mélanges offerts à Howard S. Becker*. Paris: L'Harmattan, 2004.
- BUSCATTO, M. *Femmes du jazz. Musicalités, féminités, marginalisations*. Paris: CNRS, 2007.
- CLAIR, I. *Les Jeunes et L'Amour dans les cités*. Paris: Armand Colin, 2008.
- CLARK, J. *La Confrérie fantastique. Autobiographie d'une droguée*. Depoimento recolhido por HUGHES, H. M. Paris: Denoël-Gonthier, 1972 (1961).
- POLLAK, M. *Une identité blessée*. Paris: Métailié, 1993.
- POLLNER, M. Sociological and Common Sense Models of the Labelling Process. In: TURNER, R. (dir.). *Ethnomethodology*. Harmondsworth: Penguin, 1975, p.27-40.
- QUEIROZ, J. M. *Sociologie*. In: TIN, L. G. (dir.). *Dictionnaire de l'homophobie*. Paris: PUF, 2003, p.378-381.
- _____.; ZIOLKOWSKI, M. *L'interacionnisme symbolique*. Rennes: PUR, 1997.
- REISS, A. J. The Social integration of Queers and Peers. *Social Problems*, Berkeley, n.9, 1961, p.102-120.

IV CLASSES SOCIAIS

COMO KARL MARX PODE CONTRIBUIR PARA A COMPREENSÃO DO GÊNERO?¹

Nancy Holmstrom

“Eu não sou marxista”, respondia Karl Marx às interpretações rígidas e estereotipadas de sua obra pelos “marxistas” de sua época, um problema consideravelmente exacerbado pelo crescimento do stalinismo na União Soviética e pela derrota dos movimentos marxistas democráticos revolucionários em outras partes. O marxismo foi transformado em fórmulas doutrinárias estáticas aceitas pela maior parte do mundo como encarnando o marxismo. Contudo, como mostra sua frase carregada de frustração, deveríamos compreender a teoria de K. Marx de um modo totalmente diferente, ou seja, como um método ou um programa de pesquisa aberto e criativo que busca apreender a mudança histórica e as sociedades particulares, sobretudo o capitalismo. É nesse espírito que proponho examinar os recursos que o marxismo pode oferecer para apreender corretamente a questão do gênero, mas também determinar que desenvolvimento ou que revisão deveríamos lhe trazer para que ele possa satisfazer a esse objetivo.

A contribuição do marxismo para a compreensão do gênero

Gostaria, contudo, em um primeiro tempo, de expor minha própria compreensão do conceito de gênero. As feministas utilizaram essa

¹ Traduzido do inglês por Christine Vivier.

palavra nos anos 1960 e 1970 com o objetivo de estudar como, retomando os magníficos termos de Simone de Beauvoir, “não nascemos mulheres, tornamo-nos”. Podemos nascer do sexo feminino ou masculino, mas as feministas rejeitam a ideia tradicional segundo a qual nosso sexo determina necessariamente (biologicamente ou pela vontade de Deus) nossos traços psicológicos, implicando, assim, que vamos e devemos concretizar algumas formas de trabalho e desempenhar determinados papéis sociais.

Ao contrário, a divisão sexual do trabalho e os papéis sociais são mantidos pelas relações sociais de poder, tais quais as leis, a economia ou mesmo o poder do homem na esfera familiar. Os traços psicológicos determinados pela diferença sexual – se eles existem – são a consequência, mais que a causa, dessas relações sociais. O gênero é, assim, constituído por esses diversos aspectos do processo por meio do qual tornamo-nos e, ao mesmo tempo, somos uma mulher em uma determinada sociedade: as normas, as instituições econômicas e sociais, e os traços psicológicos determinados pela diferença sexual.

Apesar de K. Marx ter pouco escrito sobre os assuntos que subsumimos hoje sob o termo “gênero”, sua obra encerra numerosos elementos que são essenciais para compreender o gênero, e outros que as feministas adaptaram a esse objetivo. Os elementos fundamentais da teoria de K. Marx são muito valiosos: sua metodologia, sua concepção da história como uma sucessão de modos de produção definidos pelo ponto de vista de suas relações de classe, a desconstrução das hierarquias pretensamente naturais, sua teoria da ideologia e seu apreço à autoemancipação. Depois de analisar esses elementos positivos, vamos nos voltar para as críticas e adaptações feministas do marxismo.

A metodologia de K. Marx é bem mais apropriada do que o liberalismo para compreender o gênero em suas diversas dimensões. Contrariamente ao método individualista do liberalismo, a metodologia de K. Marx é social, relacional e holística. Segundo o liberalismo, a sociedade é essencialmente composta de indivíduos independentes que entretêm diversas relações entre si – relações que não são essenciais aos indivíduos, mas acidentais. K. Marx afirma que se trata de uma ilusão que reflete as relações atomizadas da sociedade capitalista, que são, em seguida, projetadas na natureza, como a teoria do contrato social.

Na realidade, os indivíduos são sempre tomados nas relações sociais complexas, e cada sociedade é apenas a soma dessas relações particulares.

Os seres humanos são intrinsecamente interdependentes – ironicamente, eles nunca o foram tanto quanto no capitalismo – e a produção e a reprodução humanas são sempre, ao mesmo tempo, biológicas e sociais (Marx; Engels, 1976, p.28).

Esse modo de compreender a sociedade ajuda a apreender o gênero bem melhor que o liberalismo, na medida em que o gênero é um conceito intrinsecamente relacional. Trata-se, assim, de determinar qual é o “papel da mulher”, mas por contraste ao papel dos homens considerado como a norma. Esses papéis não são “acidentais” para os indivíduos e eles podem ser compreendidos somente em termos das relações sociais de poder. Se as escolhas dos homens e das mulheres integram o processo de manutenção da estrutura do gênero, deve-se compreender tais escolhas no contexto de tais relações de poder. Às vezes, diz K. Marx, as escolhas que as pessoas fazem são “obrigações sociais” (Marx, 1982, p.263).

O trabalho de cuidar (*care taking*) realizado pelas mulheres em todas as sociedades, mostra de um modo particularmente impressionante o absurdo da ideia de uma sociedade composta essencialmente de indivíduos *independentes*. A interdependência humana não é somente de natureza material e prática. K. Marx considera, com efeito, que as relações homens-mulheres são verdadeiramente humanas somente quando “o outro ser humano como tal tornou-se uma necessidade para o ser humano”, já que “o ser humano em sua existência mais individual é, ao mesmo tempo, um ser social” (Marx, 1996 [1932], p.143). Finalmente, a teoria holística dos modos de produção que encontramos em K. Marx ajuda-nos a compreender a persistência do gênero.

K. Marx concebia a história como uma série de modos de produção, como o capitalismo, cada um deles definido por algumas relações de classes e caracterizado por leis distintas. As relações de classe que *definem* um modo de produção são aquelas que, em cada caso, permitem aos que controlam os modos de produção extrair um excedente dos produtores diretos segundo um modo próprio a esse modo de produção. Devemos, para distinguir o funcionamento de um modo de produção, compreender essas relações de poder e as leis do movimento que elas implicam (Marx, 1986). Para compreender, por exemplo, por que, diferentemente dos outros modos de produção, o capitalismo encerra uma dinâmica inerente que o leva a desenvolver as forças de produção, é necessário ver em que isso permite aos capitalistas aumentarem seu índice de extração de mais-valor.

Apesar de essas relações de classe não serem as únicas relações sociais importantes (o gênero é um exemplo dentre outros dessas diversas relações), elas têm, por essa razão, uma primazia explicativa aos olhos de K. Marx, na medida em que oferecem os moldes em que as outras causas operam. Essa perspectiva teórica geral apresenta um interesse para o gênero sob diferentes aspectos. O ponto mais importante é que ela mostra que as hierarquias pretensamente naturais não o são, mas que elas são social e politicamente construídas e conservadas pelo poder. As hierarquias particulares surgem durante algumas fases da história em condições sociais e materiais específicas, e desaparecem em condições diferentes. Isso vale para o gênero, mas também para as relações de classe, já que K. Marx evoca a “escravidão latente” que tomava forma na família, apoiando-se na dominação dos homens sobre o trabalho de suas mulheres e de seus filhos (Marx; Engels, 1976, p.17).

Outra implicação importante da teoria marxiana para o gênero reside no fato de ela ir de encontro à tendência de falar das mulheres genericamente, sejam generalizações de ordem biológica, cultural-essencialista, ou de simplesmente negligenciá-las. Devemos, então, perguntar constantemente: “que mulheres?”. As diferenças de classe afetam quase todas as dimensões da existência das mulheres, do trabalho à família, da saúde à vulnerabilidade e à violência. Já que as relações de gênero variam de uma mulher para outra, é difícil falar dos interesses das mulheres como tais.

A princípio, as mulheres compartilham numerosos interesses com os homens de sua classe. E quando os interesses são diferenciados pelo sexo, os das mulheres podem tomar diversas formas. A distinção introduzida por Maxine Molyneux entre o que ela chama de “os interesses estratégicos de gênero” e os “interesses práticos de gênero” é bem mais útil. Os primeiros correspondem a esses objetivos que são, de fato, necessários à liberação de todas as mulheres, como a igualdade jurídica, a liberdade de reprodução, a supressão da divisão sexual do trabalho – objetivos geralmente identificados como feministas. Mas as mulheres têm outros interesses fundados em suas necessidades imediatas que não caminham no sentido da ordem de gênero existente, mas são, ao contrário, sua consequência. São as necessidades que Molyneux chama de “interesses práticos de gênero”. Por exemplo, já que as mulheres em qualquer lugar do mundo têm a responsabilidade primordial de cuidar das crianças e do lar, elas possuem um interesse

particular em protegê-los. É com esses interesses que as mulheres são mais suscetíveis de identificarem-se, é por eles que elas podem organizar-se, como, por exemplo, nas greves de fome às quais elas submeteram-se no decorrer da história, e serão eles os privilegiados em relação aos interesses estratégicos de gênero, caso exista um conflito entre ambos.

Os “interesses práticos de gênero” não são compartilhados por todas as mulheres, mas eles coincidem parcialmente com os interesses de classe – Maria Antonieta não precisava se manifestar pelo pão. Hoje, nesse mundo capitalista desenvolvido, as mulheres ganharam igualdade jurídica em relação aos homens, mas para a maioria delas, essa conquista não teve todas as consequências esperadas. A desigualdade de gênero persiste e é diferenciada pelas desigualdades de classe. As mulheres executam sempre a maior parte do trabalho de cuidados no mundo inteiro, mas algumas compram o trabalho de outras mulheres para realizar essa tarefa, em particular nos países desprovidos de sistemas de proteção social eficazes. Em resumo, o marxismo ajuda-nos a ver que o gênero é sempre atravessado pela diferença de classes. (Abordaremos mais tarde a questão de saber em que medida K. Marx nos ajudou a entender que a classe é também dividida em gênero.) A mesma lógica nos faz pensar que o gênero também deve ser diferenciado pela raça/etnicidade e pela sexualidade.

Segundo a teoria marxiana da natureza, as relações de poder e de trabalho diferentes se traduzirão por diferentes psicologias. Essa mesma ideia fundamental foi retomada em um caminho epistemológico interessante pelas feministas, dentre as quais algumas se apoiam explicitamente nos trabalhos de K. Marx. Do mesmo modo que ele defendia que a posição subordinada do proletariado tornava mais fácil ver através das ilusões ideológicas que nascem do fato de que “os pensamentos da classe dominante são também os pensamentos dominantes de cada época” (Marx; Engels, 1965, p.52) – por exemplo, que a sociedade capitalista caracteriza-se pela igualdade e pela liberdade –, as feministas afirmaram que os papéis de gênero dão às mulheres um ponto de vista epistemológico privilegiado.

Podemos desenvolver, a partir da subordinação das mulheres e seu trabalho de reprodução, um ponto de vista feminista que traz uma nova interpretação sobre a dominação de gênero e alguns aspectos da ideologia burguesa, por exemplo, a ideia de que a sociedade é composta de indivíduos autônomos. Na medida em que a “posição das mulheres” na sociedade

muda de acordo com a raça/etnicidade, deveríamos complexificar a “teoria do ponto de vista” (*standpoint theory*), a fim de considerar uma pluralidade de perspectivas vindas de baixo (Hartsock, 1983).² Se a pesquisa em Ciências Sociais continuasse a sutil análise que K. Marx faz do modo como a economia e as outras relações de poder penetram em nosso próprio ser, sua visão da emancipação humana seria aprofundada e expandida.

Críticas feministas: desenvolver ou revisar o marxismo?

Muitas críticas feministas, inclusive aquelas que são próximas do marxismo, sustentam que a teoria não precisa somente ser desenvolvida, ela deve também ser *revisada*. Uma linha de crítica importante consiste em afirmar que K. Marx mostrava-se sexista ao concentrar-se, também, exclusivamente, no trabalho assalariado no capitalismo, ignorando o conjunto do trabalho não pago realizado pelas mulheres em casa. O fato de, segundo a análise de K. Marx, esse trabalho não ser um trabalho “produtivo” é, com efeito, particularmente ofensivo. É evidente, defendem elas, que uma grande parte desse trabalho é absolutamente necessária à reprodução da força de trabalho, ao mesmo tempo no plano biológico e no sentido de assegurar a presença do operário diante da porta da fábrica todos os dias. Ele é, então, não somente essencial à vida em geral, mas também ao capitalismo.

Levando-se em conta que a opressão das mulheres persistiu enquanto outras relações opressivas anteriores desapareceram, parece-me razoável perguntar-nos se e como ela é benéfica ao capitalismo. Outras críticas feministas, mais particularmente Christine Delphy (1992), rejeitam essa abordagem e teorizam, paralelamente ao capitalismo, sobre um modo de produção doméstico no qual o trabalho da mulher deveria, assim, ser incluído como um sistema tão patriarcal quanto o capitalismo. Examinemos na ordem essas duas concepções.

Parece-me justo defender que não foi um preconceito sexista que levou K. Marx a concentrar-se no trabalho assalariado e a excluir da esfera do trabalho produtivo no capitalismo (Himmelweit; Mohun, 1977; Molyneux, 1979) o trabalho não pago realizado pelas mulheres em casa, apesar

2 Ver também Walby (2001) para importantes ressalvas.

de esse trabalho ser evidentemente produtivo em um sentido geral. Ora, para ser produtivo no contexto do capitalismo, o trabalho deve ser assalariado, trocado com o capital e, além disso, “é produtivo somente o trabalho assalariado que produz capital” (Marx, 1974, p.161). Rosa Luxemburgo expressa muito bem essa ideia afirmando que, do ponto de vista do capital:

A dançarina do *music-hall* que, com suas pernas, produz lucro para seu empregador é uma trabalhadora produtiva, enquanto todas as dores das mulheres e mães proletárias entre as quatro paredes de seus lares são consideradas improdutivas. Isso parece brutal e absurdo, mas reflete exatamente a brutalidade e o disparate de nosso sistema econômico atual. (Luxemburgo, 2002 [1912], p.20-21)

As restrições que K. Marx impõe ao conceito de trabalho produtivo não são nem arbitrárias nem sexistas, já que o trabalho produtivo como é definido “expressa a forma determinada do trabalho sobre o qual sustenta-se o modo de produção capitalista como um todo e o próprio capital” (Marx, 1974, p.464).

Apesar de o trabalho doméstico não gerar lucro, o capitalismo e as obrigações que ele impõe permanecem importantes para compreender sua persistência. Quanto mais existe trabalho realizado gratuitamente nos lares, menos os capitalistas precisam remunerar o trabalho. Apesar de as mulheres terem conquistado a igualdade jurídica, em numerosos países, e em particular nos Estados Unidos, o trabalho relativo aos cuidados é ainda totalmente considerado uma responsabilidade privada, porque elas não conseguiram obter os vastos e onerosos serviços sociais necessários para conquistarem uma perfeita igualdade em seu trabalho e em seu lar. Somente um grande movimento opondo-se aos interesses capitalistas poderá mudar essa situação (Brenner, 2000).

Contudo, os homens também se aproveitam do trabalho gratuito realizado pelas mulheres em seus lares, como afirmam, com razão, C. Delphy e outras feministas. Apesar de podermos afirmar que, no longo prazo, não sejam os homens a se beneficiarem desse sistema, mas sim o capitalismo, é inegável que eles tiram proveito no curto prazo. É importante reconhecer que se o trabalho doméstico não produz um excedente de trabalho, não podemos concluir, com isso, a exemplo de alguns marxistas e de algumas feministas marxistas, que as mulheres são apenas *oprimidas* em seu lar, mas

não exploradas. Como ressalta C. Delphy, a exploração é um conceito mais vasto que a extração do mais-valor.

É essa, efetivamente, a posição de K. Marx: trata-se simplesmente da forma que a exploração assume no capitalismo. O excesso de trabalho não pago que as mulheres são forçadas a realizar no lar (Mathieu, 1990) é um trabalho explorado. Quer sejam os maridos, ou os homens em geral, ou os capitalistas e os homens que exploram o trabalho doméstico, essa é uma questão muito complexa para ser resolvida aqui, mesmo se muitos reconhecessem que ela não resulta em uma única resposta e está subordinada às características específicas da família em questão.

Contudo, como explicamos antes, os marxistas não precisam afirmar que as relações de classe capitalista são as únicas relações sociais dignas de consideração, ou mesmo as únicas *relações de classe* que existem no capitalismo. Na realidade, outros modos de produção, a escravidão, por exemplo, coexistiram frequentemente com o capitalismo, e as hierarquias fundadas na raça/etnicidade e na nacionalidade desenvolveram-se nas sociedades capitalistas. Também não me parece intrinsecamente contraditório com o marxismo afirmar, como o faz C. Delphy em particular, que existe um modo patriarcal de produção que coexiste com o capitalismo e no qual os homens e as mulheres formam duas classes. O modo como essas “classes” são ligadas é, contudo, complexo, na medida em que algumas mulheres exploram outras no nível capitalista e familiar.

Que possamos defender ou não tal concepção, as teorias do patriarcado abriram importantes eixos de pesquisa que foram adotados por teóricas como: H. Hartmann (1981), C. Guillaumin (1981a e 1981b), D. Kergoat (1982), C. Delphy (1984), S. Walby (1990), C. Delphy e D. Leonard (1992) e S. Jackson (1992). Suas pesquisas, que abordam ao mesmo tempo o lar e o local de trabalho, teorizando, às vezes, uma passagem do patriarcado privado ao patriarcado público, elucidaram as relações de gênero que poderiam ser consideradas como um desenvolvimento do marxismo.

A afirmação de C. Delphy e de outras teóricas dos sistemas dualistas segundo a qual esses dois sistemas tiveram um alcance explicativo igual para compreender nosso sistema atual, sua história e sua trajetória, impõe manifestamente uma *revisão* do marxismo. Apesar de a pesquisa atual permitir analisar essa perspectiva, ela levanta um certo número de problemas metodológicos preocupantes. (1) Por que somente dois sistemas? O racismo

é uma forma de opressão na qual a maioria dos membros de um grupo sofre a opressão por um outro grupo; como ressaltaram as mulheres de cor, as “mulheres” – mesmo quando elas pertencem à mesma classe – não são um grupo homogêneo (Joseph, 1981). (2) De que um sistema é composto exatamente? Quantos sistemas são suficientes? (3) Como eles são ligados aos outros? E (4) como a perspectiva que resulta dessa união distingue-se do simples pluralismo?

Em vez de multiplicar os sistemas, parece-me que o desafio consiste em construir uma análise sistemática unificada do capitalismo, fundada no marxismo e que reconheça a pluralidade das opressões no âmago do sistema. Essas outras formas de opressão são mais ou menos salientes segundo as épocas e os lugares. É fundamental perceber que o fato de não reconhecer nas outras formas de opressão um papel determinante igual ao das relações de produção, aquelas que definem um modo de produção de acordo com K. Marx, não as torna puramente ideológicas ou dependentes. Tratar-se-ia, nesse caso, de uma interpretação excessivamente rígida da lamentável metáfora da infraestrutura e da superestrutura (Marx; Engels, 1974).

O fato de situar a opressão das mulheres no contexto dos modos de produção definidos por suas relações de produção (mesmo que exista uma ou várias relações) é considerado pelos outros críticos como uma óptica muito estreita, refletindo um viés produtivista e conseqüentemente implicitamente sexista (Himmelweit, 1991). A reprodução biológica é um aspecto material (e também social) crucial de todo modo de produção e certamente crucial para as relações de gênero. Susan Himmelweit enfatiza o fato de que K. Marx deveria ter-lhe dado uma importância equivalente à da produção, o que teria, então, permitido elucidar a opressão das mulheres ao mesmo tempo no capitalismo e através da história.

Podemos encontrar uma explicação possível à omissão de K. Marx em sua afirmação de que a manutenção e a reprodução da classe operária são, e devem sempre ser, condições necessárias à reprodução do capital. Mas “o capitalismo não precisa vigiá-la; ele pode confiar plenamente nos instintos de conservação e de propagação do trabalhador livre” (Marx, 1982, p.541).³ K. Marx analisa o capitalismo do ponto de vista do capitalista que

3 Isso explica por que o trabalho doméstico não integra o valor da força de trabalho determinado pelas mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho. Os capitalistas não

não se preocupa com o que acontece na esfera doméstica. Os empregadores individuais não investirão na força de trabalho além do que eles são obrigados a fazer, já que seus empregados são livres para partir. As famílias pertencentes à classe operária permanecem livres para organizar sua vida privada da melhor maneira que puderem, e conseguem, às vezes, melhorar suas condições de vida através da luta coletiva. Por essa razão, as relações de reprodução não são tão importantes quanto as relações de produção para compreender o capitalismo.

Essa explicação não satisfaria aos críticos que respondem que, apesar de esse ser o caso no capitalismo devido à separação do trabalho como assalariado e doméstico, essa situação não seria, contudo, uma verdade confirmada pela história. Portanto, uma teoria que analisasse a opressão das mulheres através da história, que muitas feministas desejam é, no mínimo, hipotética. Os marxistas poderiam reconhecer que, sob determinadas condições, as relações de reprodução desempenham um papel mais importante do que sob outras. Antes do desenvolvimento dos eletrodomésticos e dos bens de consumo acessíveis, uma enorme quantidade de tempo de trabalho era necessária para satisfazer à subsistência de uma família, e antes do desenvolvimento e do acesso à contracepção, as mulheres passavam a maior parte da vida adulta tendo filhos e amamentando. Era muito difícil, nessas condições, contestar a lógica da família mantida pelo homem (Brenner; Ramas, 1984).

Assim, anteriormente na história, as relações de gênero eram mais determinadas pelas diferenças biológicas entre os sexos do que o são hoje. Como podemos ver, numerosas formas familiares (as “relações de reprodução”) são compatíveis com o capitalismo, da família emblemática composta do pai que a sustenta e da mãe dona de casa, às famílias com dois salários, sejam elas pobres ou famílias de classes profissionais que contratam alguém para tomar conta dos filhos, frequentemente imigrantes vindas do mundo inteiro que deixam os próprios filhos sob os cuidados de parentes, até as famílias abandonadas pelo pai operário itinerante, e mesmo as famílias homossexuais. O tamanho da família varia muito também, mas a tendência é diminuir. O índice de reprodução em numerosas sociedades capitalistas contemporâneas tem se situado abaixo da linha de substituição.

se interessam em saber se minutos ou horas são acrescidos a essas mercadorias na esfera doméstica.

Essas variações das formas das famílias seriam a consequência das transformações das relações de produção capitalistas, como defendem em geral os marxistas, ou seria o inverso? Ou existiria uma forma de interação “dialética”? Trata-se, nesse caso, de uma questão realmente científica que merece ser estudada e discutida em um contexto feminista e mais amplamente marxista. Se o marxismo deve efetivamente conceder um peso determinante igual à reprodução humana, isso poderia então surgir como uma revisão ou uma expansão do marxismo. Se não é o caso, então o marxismo não precisa ser revisado para satisfazer *seu próprio objetivo* de compreender o capitalismo e as transições de um modo de produção a um outro. E as relações de gênero integram o capitalismo.

Para uma teoria mais geral do gênero

Porém, para compreender as relações de gênero em particular, é necessária uma teoria mais geral que se apoie no marxismo, mas que ultrapasse a própria teoria de K. Marx ao dar mais atenção a essas relações de reprodução. Isso não deveria, no meu ponto de vista, ser entendido como uma crítica do marxismo, como também o fato de precisarmos de teorias culturais, psicológicas ou ecológicas para compreender essas áreas. A questão crucial para avaliar o marxismo é, em cada caso, saber se as melhores teorias são compatíveis com ele. Como as teorias dos sistemas dualistas, “tais empréstimos, feitos frequentemente contra a análise de K. Marx e de F. Engels sobre as relações dos sexos, constituem, contudo, uma das maiores homenagens ao potencial de sua Filosofia” (Collin; Pisier; Varikas, 2000, p. 551).

Na medida em que K. Marx rejeitava manifestamente a forma existente da família, afirmando que “a grande indústria, graças ao papel decisivo que ela atribui às mulheres e às crianças fora do espaço doméstico, nos processos de produção socialmente organizados, cria a nova base econômica na qual se construirá *uma forma superior* da família e das relações entre os sexos” (Marx, 1982, p. 467), ele deveria ter-se disposto a estudar o que uma tal “forma superior da família” poderia ter sido.

Devemos demonstrar imaginação e experimentação, mas o antiutopismo de K. Marx provavelmente alimentou uma certa complacência

diante das relações de gênero existentes, sem nenhuma dúvida conjugada ao fato de que ele era, afinal, um homem do século XIX. Senão, ele poderia ter considerado algumas ideias e práticas dos “utopistas”, no espírito com que ele aborda a Comuna de Paris. Mesmo se ele pensava, com razão, que a Comuna não podia triunfar, K. Marx elogiava a corajosa tentativa dos seus atores (os *Communards*), e citava-os como modelo do que um governo operário poderia ser. Muitas das experiências corajosas das associacionistas visando estabelecer relações sexuais mais igualitárias possuem um valor similar (Taylor, 1983; Rowbotham, 1999).⁴

K. Marx dizia que a razão de ser de uma teoria não é somente interpretar o mundo, mas também transformá-lo. Examinemos, então, as implicações de sua teoria no modo através do qual as mulheres podem realizar sua liberação, ou seja, pela política do gênero.

K. Marx apresenta, em vários momentos, moções a favor da igualdade dos direitos das mulheres nos movimentos socialistas mais amplos – frequentemente contra uma árdua oposição – mesmo se ele via a extensão da democracia burguesa às mulheres simplesmente como um primeiro passo insignificante. Sua preocupação política tinha por objeto os interesses particulares das trabalhadoras que entravam, às vezes, em conflito com a igualdade abstrata privilegiada pelas feministas burguesas. K. Marx defendia, por exemplo, disposições legislativas visando proteger as mulheres e as crianças que trabalhavam nas fábricas, ao especificar que se essas últimas obtinham um dia de trabalho de dez horas, todos poderiam obtê-lo. Hoje as feministas socialistas apoiam a reivindicação feminista do direito ao aborto legal, mas elas enfatizam o fato de que a verdadeira liberdade de reprodução necessita de condições econômicas que também permitam às mulheres escolher ter um filho.

O princípio político/moral mais fundamental de K. Marx era a emancipação por baixo. Fundador da primeira Associação Internacional dos Trabalhadores, ele propõe que apareça no estandarte a palavra de ordem: “a emancipação da classe operária deve ser obra da própria classe operária”, e ele defendia veementemente a igualdade dos sexos no funcionamento da Internacional. Diferentemente de alguns marxistas atuais que se opõem à

⁴ Dentre esses pensadores encontravam-se antigos atores da Comuna e outros, como Flora Tristan, que associavam socialismo e feminismo.

auto-organização das mulheres, ele propôs que fossem criadas, nas regiões onde as indústrias empregavam um grande número de mulheres, seções de mulheres operárias, além das seções mistas, pois ele reconhecia os interesses específicos das operárias em relação aos homens.

Podemos aprofundar a concepção emancipatória de K. Marx abrangendo seu objetivo para além do local de trabalho e da vida pública. Foi exatamente o que fez sua filha Eleanor, que era uma competente organizadora das operárias. Deplorando a ausência das mulheres na direção dos sindicatos, ela atribuía isso ao fato de as operárias serem ao mesmo tempo proletárias e “escravas domésticas, servidoras não remuneradas de seus maridos, pais e irmãos” (Marx, E., 2002 [1887], p.22-23). Ela afirmava, por outro lado, que a responsabilidade do trabalho doméstico incumbido às mulheres e sua subordinação aos homens não são mais naturais que a subordinação do trabalho ao capital, concluindo que “as classes oprimidas, as mulheres e os produtores imediatos devem compreender que sua emancipação virá através deles próprios” (Ibid.).

Referências bibliográficas

- BRENNER, J.; RAMAS, M. Rethinking Women's Oppression. *New Left Review*, Londres, n.144, 1984, p.33-71.
- BRENNER, J. Intersections, Locations, and Capitalism Class Relations: Intersectionality from a Marxist perspective. In: HOLMSTROM, N. (dir.). *The Socialist Feminist Project: A Contemporary Reader in Theory and Politics*. Nova York: Monthly Review Press, 2000, p.293-324.
- COLLIN, F.; PISIER, E.; VARIKAS, E. *Les Femmes de Platon à Derrida*. Paris: Plon, 2000.
- DELPHY, C. *Close to Home: A Materialist Analysis of Women's Oppression*. Londres: Hutchinson, 1984.
- _____; LEONARD, D. *Familiar Exploitation*. Oxford: Polity Press, 1992.
- ENGELS, F. Lettre à Joseph Bloch, 21-22 septembre 1890. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Études philosophiques*. Paris: Éditions Sociales, 1974, p.238-241.
- _____. Lettre à Franz Mehring. 14 juillet 1893. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Études philosophiques*. Paris: Éditions Sociales, 1974, p.249-251.
- GERAS, N. *Marx and Human Nature: Refutation of a Legend*. Londres: Verso, 1983.
- GUILLAUMIN, C. The Practice of Power and Belief in Nature, Part I: The Appropriation of Women. *Feminist Issues*, n.2, 1981a, p.3-28.

- GUILLAUMIN, C. The Practice of Power and Belief in Nature, Part II: The Naturalist Discourse. *Feminist Issues*, n.3, 191b, p.87-109.
- HARTMANN, H. The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union. In: SARGENT, L. (dir.). *Women and Revolution. A Discussion on the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism*. Boston: South End Press, *Political Controversies Series*, 1981, p.1-41.
- HATSOCK, N. *Money, Sex and Power: Towards a Feminist Historical Materialism*. Nova York: Longman, 1983.
- _____. The Feminist Standpoint Revisited. In: HOLMSTROM, N. (dir.). *The Socialist Feminist Project: A Contemporary Reader in Theory and Politics*. Nova York: Monthly Review Press, 2002, p.350-359.
- HIMMELWEIT, S.; MOHUN, S. Domestic Labor and Capital. In: CARVER, T. (dir.). *The Cambridge Companion to Marx*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977, p.196-221.
- HOLMSTROM, N. (dir.). *The Socialist Feminist Project: A Contemporary Reader in Theory and Politics*. Nova York: Monthly Review Press, 2002.
- JACKSON, S. Towards a Historical Sociology of Housework. *Women's Studies International Forum*, Amsterdã, v.15, n.2, 1992, p.153-172.
- JOSEPH, G. Incompatible Ménage-à-trois: Marxism, Feminism and Racism. In: SARGENT, L. (dir.). *Women and Revolution*. Boston: South End Press, 1981, p.1-41.
- KERGOAT, D. *Les ouvrières*. Paris: Le Sycomore, 1982.
- LUXEMBURGO, R. Women's Suffrage and the Class Struggle. In: HOLMSTROM, N. (dir.). *The Socialist Feminist Project: A Contemporary Reader in Theory and Politics*. Nova York: Monthly Review Press, 2002 (1912), p.20-21. [Ed. Bras.: *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*. 3v. São Paulo: Editora Unesp, 2011.]
- MARX, E. On the Workingwomen's Movement in England. In: HOLMSTROM, N. (dir.). *The Socialist Feminist Project: A Contemporary Reader in Theory and Politics*. Nova York: Monthly Review Press, 2002 (1887), p.22-23.
- MARX, K.; ENGELS, F. *L'Idéologie allemande*. Paris: Éditions Sociales, 1976 (1932). [Ed. Bras.: *A ideologia alemã*. Trad. Rubens Enderle, Nélío Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.]
- MARX, K. *Théories sur la plus-value. Livre IV du Capital*. Paris: Éditions Sociales, 1974. [Ed. Bras.: *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico. Livro IV de O capital*. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.]
- _____. *Le Capital, Livre I*. Paris/Moscou: Éditions sociales/Éditions du progrès, 1982 (1867). [Ed. Bras.: *O capital, Livro I: O processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.]
- _____. *Le Capital, Livre II*. Paris/Moscou: Éditions Sociales/Éditions du Progrès, 1986 (1982). [Ed. Bras.: *O capital, Livro 2: O processo de circulação do capital*. Trad. Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.]
- _____. *Manuscrit de 1844*. Paris: Garnier-Flammarion, 1996 (1932). [Ed. Bras.: *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2012.]

- MATHIEU, N.-C. When Yielding is Not Consenting. *Feminist Issues*, n.10, 1990, p.51-90.
- MOLYNEUX, M. Beyond the Domestic Labor Debate. *New Left Review*, Londres, n.116, 1979, p.3-28.
- ROWBOTHAM, S. Dear Dr. Marx: A Letter from a Socialist Feminist. In: _____. *Threads Through Time*. Londres: Penguin Books, 1999, p.221-237.
- TAYLOR, B. *Eve and the New Jerusalem*. Londres: Virago Press, 1983.
- WALBY, S. *Theorizing Patriarchy*. Oxford: Blackwell, 1990.
- _____. Against Epistemological Chasms: The Science Question in Feminism Revisited. *Signs*, v.26, n.2, 2001, p.485-509.

FRIEDRICH ENGELS: DA PROPRIEDADE PRIVADA À SUJEIÇÃO DAS MULHERES

Josette Trat

Friedrich Engels (1820-1895) não é apenas um pesquisador, mas um intelectual engajado nos movimentos revolucionários de sua época. Em colaboração com Karl Marx, ele dedica grande parte de sua energia para compreender as mudanças suscitadas pelo desenvolvimento do capitalismo no mundo (Labica; Delbraccio, 1997). É nesse contexto que ele se interessa pelo lugar das mulheres no mundo do trabalho e pela evolução da família.

Utilizaremos dois textos para definir, em grandes linhas, a evolução de sua análise. O primeiro, *A classe trabalhadora na Inglaterra*,¹ publicado em 1845; o segundo, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, publicado em 1884, um ano após a morte de Marx. Esse último livro teve uma enorme repercussão, particularmente no movimento operário. Ele foi considerado por muito tempo, por todos os militantes que queriam mudar o mundo, como uma obra de referência incontornável.

Contudo, no início dos anos 1970, com a renovação do feminismo, sua obra foi objeto de um balanço mais crítico e com mais nuances: pesquisadoras e militantes feministas admitiram um mérito essencial nessa produção, como o de ter tentado demonstrar, apoiando-se nos dados históricos e antropológicos de sua época, que a sujeição das mulheres não é “natural, mas produto de relações sociais suscetíveis de serem modificadas

1 Sobre o alcance desse livro, ver o prefácio do historiador Eric John Hobsbawm na edição de 1975 (Hobsbawm, 1975).

no decorrer da história". Algumas o recriminaram, contudo, por ter introduzido, no centro de sua análise histórica da família, uma abordagem "naturalista" da divisão sexual do trabalho entre mulheres e homens, e por alguns pressupostos sexistas na sua visão do mundo.² É essa dupla lógica e suas contradições que serão, aqui, examinadas.³

Da origem da opressão das mulheres

A preocupação de F. Engels em *A origem da família* não se dirige diretamente à questão da emancipação das mulheres. Para ele, trata-se de explicar, segundo o método materialista, os fatores da evolução das sociedades, a passagem de uma sociedade "fundada nos laços de sangue" (falaremos hoje de relações de parentesco) a uma sociedade dominada pela propriedade privada, os conflitos de classe e o Estado. Ele assim resume seus argumentos:

As instituições sociais sob as quais os homens de uma certa época histórica e de um certo país vivem são determinadas por dois tipos de produção: pelo estágio de desenvolvimento no qual se encontra o trabalho por um lado e, por outro, a família. Quanto menos o trabalho é desenvolvido, menor é (...) a riqueza da sociedade, e maior é a influência predominante dos laços de sangue que parece dominar a ordem social. Mas, no contexto dessa estrutura social (...), a produtividade do trabalho desenvolve-se cada vez mais e, com ela, a propriedade privada e a troca, a desigualdade das riquezas, a possibilidade de utilizar a força de trabalho de outros e, simultaneamente, a base das oposições de classes. (Engels, 1974 [1884], p.17-18)⁴

Toda a primeira parte do livro é dedicada ao estudo da evolução das condições de existência das sociedades que permitiram a emergência da "família monogâmica", forma tardia da evolução histórica. Suas fontes

2 Esse ponto de vista foi amplamente desenvolvido por Moira Maconachie (1987).

3 Este texto retoma, sob uma forma abreviada e atualizada, um artigo intitulado "Engels et l'émancipation des femmes" [Engels e a emancipação das mulheres, 1997].

4 As citações de Engels foram extraídas, com exceção daquelas que são especificadas, do livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1974 [1884]).

são, em particular, o livro do jurista suíço Johann Jakob Bachofen, *Das Mutterrecht* [O matriarcado], publicado em 1861, e o do antropólogo norte-americano Lewis Morgan, *Ancient Society* [A antiga sociedade], publicado em 1877. Para F. Engels, a descoberta feita por Morgan dos "povos primitivos organizados segundo o direito materno" era tão importante quanto a teoria da evolução de Darwin ou a teoria marxista do mais-valor (prefácio da quarta edição, 1974, [1891], p.28).

Segundo F. Engels, efetivamente, a dominação masculina está ligada à emergência conjunta da propriedade privada dos meios de produção durante o estágio da "barbárie"⁵ e da família monogâmica. "No início", a promiscuidade sexual sendo a regra entre homens e mulheres da mesma geração, as mulheres têm uma posição dominante na família, na medida em que "é impossível determinar com certeza o verdadeiro pai" (Ibid., p.56-58), e a "economia doméstica comunista" prevalece até o estágio médio da "barbárie" (até mesmo além dele). A passagem à monogamia implica novas condições sociais: o surgimento de novas riquezas, em primeiro lugar a pecuária e mais tarde os escravos. Essas riquezas conduzem a uma dupla consequência: por um lado, elas dão um lugar preponderante na família ao homem, pois é ele que cuida do gado; por outro, induzem os homens a reverterem a "ordem de sucessão tradicional" e, conseqüentemente, a "filiação do direito materno" para permitir a seus próprios filhos herdarem o gado sob seu encargo após sua morte. Efetivamente, segundo a filiação do direito materno, as crianças devem supostamente herdar de sua mãe, enquanto a herança do pai dirige-se primeiramente a seus próprios irmãos e irmãs e aos filhos de suas irmãs. F. Engels chama essa enorme mudança de "grande derrota histórica do sexo feminino". Mas podemos perguntar-nos qual seria esse curioso "instinto" que leva os homens a "reverter" essa ordem matrilinear. Não pressuporia previamente as relações de dominação que F. Engels pretende explicar?

5 Eis como Engels resume a classificação estabelecida por Morgan: "Estado selvagem: período no qual predomina a apropriação de produtos naturais prontos (...). Barbárie: período de criação da pecuária, da agricultura (...). Civilização: período no qual o homem aprende a elaboração suplementar de produtos naturais, período da indústria propriamente dita, e da arte" (1974 [1884], p.36).

Mesmo reconhecendo a importância das descobertas realizadas por Morgan e popularizadas por F. Engels, os antropólogos lhe dirigiram, há muito tempo, diferentes críticas (Godelier, 1971):

- a primeira refere-se aos próprios limites do “evolucionismo”, dominante na época, que inscreve o desenvolvimento humano em um esquema linear através do qual todas as sociedades devem passar da “selvageria” à “civilização”;
- a segunda questiona o laço mecanicista operado por L. H. Morgan e F. Engels entre uma determinada terminologia de parentesco, um determinado modo de filiação e um determinado modo de produção. Maurice Godelier lembra-nos, por exemplo, que a terminologia iroquesa é utilizada pelos índios iroquês da América do Norte, entre os quais a filiação é matrilinear, mas a encontramos também nos Barua da Nova Guiné, patrilineares (Godelier, 2004, p.67); quanto à terminologia esquimó, ela é praticada tanto pelos Inuit, povo de caçadores-pescadores-coletores nômades do grande Norte (antes de seu contato com os europeus), quanto na Europa romana, medieval ou contemporânea. Ora, em cada uma dessas sociedades, os modos de produção eram diferentes (Ibid., p.2000);⁶
- nas sociedades humanas, sempre existiram diversas formas de regulação sexual e o tabu do incesto não se explica por razões biológicas, mas sociais ou biosociais;⁷
- a matrilinearidade (ou seja, a filiação materna), sobretudo, não pode ser confundida com uma sociedade matriarcal na qual as mulheres teriam uma situação dominante em termos de poder em relação aos homens;
- enfim, a dominação masculina, às vezes violenta, existe também nas sociedades pré-classistas que não conhecem a propriedade privada,

6 Na terminologia iroquesa, “o pai e seu irmão são designados por um único termo, distinto do que designa o irmão da mãe”. Primos ou primas “paralelos” são também distinguidos dos primos e primas “cruzados”; na terminologia esquimó, “o termo ‘pai’ é distinto do termo ‘tio’, que designa tanto o irmão do pai quanto o irmão da mãe. O termo ‘mãe’ é distinto do termo ‘tia’ (...). Os termos ‘filhos’ e ‘filhas’ são distintos dos termos ‘primos’ e ‘primas’ (Godelier, 2004, p.214).

7 Divergências de fundo podem, contudo, existir sobre a natureza dessas “razões sociais”, em particular entre Claude Lévi-Strauss (1949) e Maurice Godelier (2004).

seja nas sociedades de caçadores-coletores ou nas de horticultores (Godelier, 1982; Héritier, 1996). O ponto central das teses de F. Engels que diz respeito à origem da dominação masculina foi seriamente questionado (Trat, 2002).

A divisão sexual do trabalho

Para compreender por que, segundo F. Engels, o surgimento de novas riquezas, como o gado, traduz-se pela subordinação das mulheres, devemos fazer um desvio pela divisão do trabalho tal supunha-se existir no estágio inferior da “barbárie”, entre os “peles-vermelhas da América”, por exemplo:

A divisão do trabalho é totalmente espontânea; ela existe somente entre os dois sexos. O homem faz a guerra, vai à caça e à pesca (...). A mulher cuida da casa (...). Cada um dos dois é mestre em sua área (...). Cada um deles é proprietário dos instrumentos que fabrica e utiliza: o homem das armas, dos instrumentos de caça e de pesca; a mulher dos objetos de limpeza. A economia doméstica é comum a várias famílias (...). O que se faz e se utiliza em comum é propriedade comum: a casa, o jardim, a canoa. (Engels, 1974 [1884], p.167)

Trata-se, ali, não de uma descrição fiel da divisão do trabalho pelos primeiros antropólogos, mas de um verdadeiro “mito” (Maconachie, 1987, p.109), o do homem-caçador. Os antropólogos reconhecem, hoje, o importante papel exercido pelas mulheres na alimentação das sociedades caçadoras-coletoras, graças à colheita ou à coleta de pequenos animais, e seu papel também decisivo nas primeiras formas de agricultura. Para o antropólogo Alain Testart, se podemos constatar em todas as sociedades de caçadores-coletores uma divisão do trabalho clara entre homens e mulheres, e muito diferentes de uma sociedade a outra, “em nenhuma dessas sociedades a mulher é cortada da produção social” (Testart, 1986, p.44). Assim, contrariamente à ideia desenvolvida por F. Engels, as mulheres nunca se dedicaram exclusivamente às tarefas domésticas. As mulheres sempre participaram das tarefas produtivas, seja como coletoras, agricultoras, artesãs,

operárias a domicílio ou na grande indústria, com exceção daquelas que integravam as classes dominantes, ou seja, precisamente nas sociedades onde já existiam a propriedade privada e as classes sociais.

De fato, para F. Engels, se as grandes divisões do trabalho que emergiram com a domesticação dos animais e o desenvolvimento da produção (em particular a divisão do trabalho entre produtores e comerciantes) são puramente sociais, a divisão do trabalho entre homens e mulheres enraíza-se no biológico. Ela é o prolongamento imediato da primeira divisão do trabalho entre homens e mulheres na procriação e não se torna um problema. É nesse ponto que encontramos um limite essencial do raciocínio de F. Engels, que reproduz o estereótipo sempre presente de acordo com o qual colocar crianças no mundo implica, “naturalmente” para as mulheres, e somente para elas, cuidados cotidianos, mesmo se, para Engels, o cuidado das crianças deva ser feito em um esquema coletivo.

A sujeição das mulheres na família monogâmica

Se F. Engels não elucidou os mistérios da origem da dominação masculina, ele questionou, em compensação, de modo frontal, o caráter opressivo da “monogamia”, pelo menos nas classes dirigentes. Ele afirma:

O casamento conjugal não entra, assim, na história como a reconciliação do homem e da mulher, e muito menos como a forma suprema do casamento. Ao contrário: ele surge como a sujeição de um sexo por outro, como a proclamação de um conflito dos dois sexos, desconhecido até então em toda a pré-história. (...) a primeira oposição de classe que se manifesta na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher no casamento conjugal, a primeira opressão de classe, com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino. (Engels, 1974 [1884], p.74)

Comentaremos mais tarde essa afirmação.

Para F. Engels, uma das funções essenciais da família monogâmica de “direito paterno” para as classes dirigentes é a transmissão de um patrimônio a herdeiros de “uma paternidade incontestada” de uma geração a outra. Contudo, não encontramos em seu livro uma análise acabada das “funções”

da família no sistema capitalista, mas formulações de impacto. F. Engels denuncia ali a sujeição das mulheres: “Mesmo em casa, foi o homem que tomou o controle da situação; a mulher foi degradada, sujeitada, ela torna-se escrava do prazer do homem e simples instrumento de reprodução” (Ibid., p.65). Ele estigmatiza a hipocrisia desses casamentos “arranjados”, típicos da burguesia, fundados oficialmente na fidelidade recíproca dos esposos e no caráter indissolúvel dos laços do casamento, mas nos quais os homens têm toda liberdade para praticar o adultério ou recorrer à prostituição, e qualquer desvio das mulheres é fortemente sancionado. Ele não é o primeiro a denunciar essa dupla moral, esse casamento de “conveniência (que) se converteu frequentemente na mais sórdida prostituição”: Charles Fourier, em especial, já o havia feito antes de Engels. Ele refere-se a tal hipocrisia, aliás, explicitamente.

A denúncia da função econômica do casamento burguês conduz F. Engels a idealizar o “amor sexual” no proletariado:

Desde que a grande indústria tirou a mulher de dentro de casa, a enviou ao mercado de trabalho e à fábrica, e que ela, frequentemente, transformou-se no sustento da família, na casa do proletário toda a base foi retirada até o último vestígio da supremacia masculina – com exceção, talvez, de um resquício de brutalidade contra as mulheres que se instaurou nos costumes com a introdução da monogamia. (Engels, 1974 [1884], p.80)

A ideia de que a opressão das mulheres nas classes populares seria um simples “vestígio” foi varrida pelo feminismo e pelas pesquisas efetuadas nas Ciências Sociais. August Bebel (1979 [1891]) já parecia francamente mais lúcido que F. Engels em seu livro publicado em 1891, *La Femme, dans le passé, le présent, l'avenir* [A mulher no passado, no presente, no futuro]. Ele não hesitava em questionar “socialistas que se mostram mais antipáticos à emancipação da mulher que os capitalistas ao socialismo” (Ibid., p.160).

As condições da emancipação das mulheres

F. Engels coloca-se, em princípio, a favor da igualdade jurídica entre mulheres e homens. Segundo ele, esse é o meio de revelar quais são as

verdadeiras soluções para a sujeição das mulheres: “Veremos, então, que a liberação da mulher tem como primeira condição a entrada de todo o sexo feminino na indústria pública e que essa condição exige, por sua vez, a supressão da família conjugal como unidade econômica da sociedade” (Engels, 1974 [1884], p.82). A história deu-lhe razão sobre a dinâmica criada para a obtenção de direitos jurídicos e constitucionais iguais entre homens e mulheres. Na maioria das sociedades ocidentais, as mulheres se beneficiam, há pouco tempo, de todos os direitos dos quais os homens dispõem, mas a igualdade real não foi, para tanto, conquistada. Coloca-se, então, a questão de ter que ir ainda mais longe, de questionar os mecanismos fundamentais da dominação masculina que se enraízam na divisão social e sexuada do trabalho.

Para desestabilizar a dependência econômica das mulheres em relação aos homens, F. Engels pronuncia-se a favor de sua entrada no mundo da produção. Devemos notar a evolução do pensamento de F. Engels sobre esse tema entre seus textos redigidos na sua juventude e aqueles escritos mais tarde. *A classe trabalhadora na Inglaterra* foi elaborado pelo jovem F. Engels, após uma estada de dois anos em Manchester, o coração do capitalismo europeu. Naquela cidade, ele escreve suas primeiras páginas sobre as relações de sexo e denuncia os efeitos devastadores, para a família operária, do trabalho das mulheres e das crianças na fábrica. Para ele,

a família não é completamente desagregada pelo trabalho da mulher, mas tudo fica desordenado. É a mulher que alimenta sua família, e o homem que fica em casa (...). Podemos facilmente imaginar quanto essa indignação é legítima devido à castração suscitada nos operários. (Engels, 1975 [1845], p.92)

Formulação chocante hoje, mas comum na época (Scott, 1991), diante da concorrência organizada pelos patrões para baixar os salários dos operários masculinos. Contudo, reapoderando-se das preocupações igualitárias a favor das mulheres expressas pelos socialistas utópicos, F. Engels relativiza, assim, seus argumentos:

(...) um transtorno tão completo da situação social dos dois sexos pode somente provir do fato de suas relações terem sido truncadas desde o início. Se a dominação da mulher sobre o homem, que o sistema industrial fatalmente engendrou,

é inumana, a dominação do homem sobre a mulher como existia antes é também, necessariamente, inumana. (Engels, 1975 [1845], p.194-195)

Ele abandonará rapidamente toda ambiguidade sobre esse tema e contestará, com Marx, a hostilidade de Proudhon pelo trabalho das mulheres, que seus partidários consideravam em 1866 como “uma das causas mais ativas da degenerescência da espécie humana” (Labrande, 1976, p.119).

Em *A origem da família*, F. Engels aponta essa contradição inerente ao sistema capitalista, a contradição entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo. Para ultrapassá-la, ele preconiza a socialização das tarefas domésticas:

Foi somente a grande indústria dos dias de hoje que reabriu – e somente à mulher proletária – caminhos para a produção social; mas em condições específicas em que, se a mulher cumprir seus deveres relativos ao serviço privado da família, permanecerá excluída da produção social e não ganhará nada com isso; e se, além disso, ela quiser participar da indústria pública e ganhar para si própria, ela se encontrará sem condições de realizar seus deveres familiares. O mesmo ocorre com a mulher em todos os setores de atividades, na medicina e nos tribunais, assim como na fábrica. (Engels, 1974 [1884], p.82)

A socialização das tarefas domésticas e educativas já havia sido proposta pelos socialistas utópicos do século XIX, em particular por William Thomson (1983 [1825]) desde 1825 na Grã-Bretanha. Para ele, toda igualdade real com os homens implicava a supressão da propriedade privada, a cooperação e a partilha das atividades ligadas às crianças.⁸ Na França, Charles Fourier também era favorável a uma partilha das atividades ligadas às crianças nos falanstérios.⁹ Ele preconizava, inclusive, uma certa mistura entre a educação das crianças e as atividades dos adultos.¹⁰ Para F. Engels,

8 Agradeço a Martine Spensky por ter chamado minha atenção para esse teórico socialista do século XIX.

9 Referência às comunidades idealizadas por Fourier que seriam criadas por associações voluntárias e previam, entre outros princípios socialistas, a propriedade coletiva dos meios de produção e a plena liberdade sexual. (N. E.)

10 Fourier não foi o único a abordar essa questão; citemos também a saint-simoniana Claire Démar, *L’Affranchissement des femmes* [A liberação das mulheres, 1976 (1833)].

contudo, a socialização das tarefas domésticas e educativas é a partilha coletiva... entre as mulheres!

O fim da propriedade privada, a entrada das mulheres na produção e a socialização das tarefas domésticas deveriam, para F. Engels, revolucionar radicalmente as relações entre os sexos e introduzir novas liberdades:

Se os meios de produção transferirem-se para a propriedade comum, a família conjugal deixa de ser a unidade econômica da sociedade (...). A manutenção da casa e a educação das crianças tornam-se uma questão pública; a sociedade também cuida das crianças, sejam elas legítimas ou naturais. Do mesmo modo, a preocupação das “consequências” desaparece, (...) que impediam uma moça dar-se sem reservas a seu amado. Essa não seria uma razão suficiente para que se estabeleça, pouco a pouco, uma maior liberdade nas relações sexuais, e que se forme, ao mesmo tempo, uma opinião pública menos intransigente quanto à honra das virgens e à desonra das mulheres? (Engels, 1974 [1884], p.83-84)

Essas novas condições deveriam permitir a generalização do “amor sexual individual”, a monogamia sendo, então, liberada de duas obrigações ligadas à propriedade privada: “a preponderância do homem, e, em segundo lugar, a indissolubilidade do casamento”.

Apesar dessas considerações muito avançadas para a moral vitoriana de sua época, F. Engels traça, no decorrer das páginas, os contornos de um modelo sexual no qual encontramos a condenação da homossexualidade e os estereótipos tradicionais de sua época referentes à sexualidade feminina e masculina. Para ele, como para Bachofen, as mulheres seriam espontaneamente monogâmicas e os homens, polígamos. Seriam elas que reivindicariam “o direito à castidade, o direito ao casamento temporário ou durável com um único homem. Esse progresso não podia emanar dos homens, mesmo porque os homens nunca tiveram, até os dias de hoje, a ideia de renunciar aos prazeres do casamento grupal” (Ibid., p.61-62). Esses estereótipos são sempre muito presentes e mesmo teorizados pela sociobiologia. Hoje sabemos que um estudo sobre a sexualidade não pode ignorar uma análise concreta das condições socioculturais e políticas nas quais as mulheres e os homens são constrangida(os) a exercer sua sexualidade.

Devemos constatar, enfim, que F. Engels nunca aborda a questão da contracepção. William Thompson e Robert Dale Owen (filho de Robert

Owen) já tinham se pronunciado desde a primeira metade do século XIX a favor do “*birth control*” para permitir separar prazer e reprodução. Em 1879, Annie Besant, militante ativa do controle familiar na Grã-Bretanha e duramente reprimida por sua ação e seus textos, publicava, por sua vez, um livro intitulado *Marriage as It Was, as It Is and as It Should Be* [O casamento como era, como é e como deveria ser], no qual preconiza o controle da natalidade para evitar o peso dos nascimentos muito numerosos para as mulheres (Taylor, 1983). A luta de F. Engels ao lado de K. Marx contra as teorias econômicas de Malthus o teria levado a negligenciar essa dimensão fundamental da “emancipação” das mulheres?

A herança de Engels

Os trabalhos contemporâneos refutaram a tese de F. Engels que tentou explicar a origem da dominação masculina pela emergência da propriedade privada. Em compensação, sua análise da relação entre os homens e as mulheres como uma verdadeira relação social de dominação foi considerada pelo conjunto das feministas como uma contribuição importante que inspirou prolongamentos divergentes.

Na França, em 1970, em seu artigo “L’Ennemi principal” [O inimigo principal], Christine Delphy analisou a opressão das mulheres como o produto de um “modo de produção doméstico” no qual os homens exploram gratuitamente o trabalho doméstico das mulheres (1998 [1970]). Para ela, do mesmo modo que operários e patrões afrontam-se na fábrica, homens e mulheres constituem duas classes antagônicas. Essas análises foram diretamente inspiradas pelas frases de F. Engels assimilando o homem a um “burguês” e a mulher ao “proletário”. Quando F. Engels fala do homem como um burguês, não é uma figura de estilo. Ele faz referência aos homens das classes detentoras que concentraram em suas mãos as riquezas e querem transmiti-las, as mulheres sendo, por sua vez, economicamente dependentes por completo deles para sobreviver: “Nos dias de hoje, o homem, na grande maioria dos casos, deve ser o suporte da família e alimentá-la, pelo menos nas classes detentoras; e isso lhe fornece uma autoridade soberana que nenhum privilégio jurídico precisa defender” (Engels, 1974 [1884], p.82). Teria ele dado um valor mais geral a essa fórmula? Será que ele pensa que

o conjunto das mulheres constitui uma classe homogênea diante da “classe dos homens”? Isso seria contraditório com sua visão idealizada da família operária. Outras feministas, pesquisadoras e militantes, como as que reivindicam-se da corrente “feminista-luta de classes”, retomaram a ideia de uma relação social de dominação dos homens sobre as mulheres, ao mesmo tempo que enfatizam as diferenciações sociais existentes entre mulheres. Coloca-se, então, a questão da articulação entre relações de classe e relações sociais de sexo (Kergoat, 1984), no contexto do sistema capitalista mundializado (Trat, 2007). Essa problemática enriqueceu-se ao considerar as relações pós-coloniais e o racismo (Kergoat, 2005).

Além disso, F. Engels mostrou toda a importância da entrada das mulheres na “indústria”, ou seja, no trabalho assalariado, para sua “liberação”. Esta lhes permitiu ganhar uma certa autonomia em relação a seu cônjuge e escapar parcialmente (e não totalmente como pensava F. Engels) do peso das tradições patriarcais na família. Ele analisou como, no contexto da organização social capitalista, as mulheres se confrontaram com as principais contradições quando tentavam levar adiante uma atividade profissional remunerada e “suas” tarefas na família. Essa análise dialética em termos de contradições é indispensável para compreender os efeitos da mundialização capitalista sobre as relações de gênero hoje (Treillet, 2003).

A análise de F. Engels é uma crítica radical da concepção naturalista e fatalista da subordinação das mulheres aos homens, mas permanece inacadada na medida em que não questiona a repartição sexuada das tarefas na família, mesmo se ele preconiza a socialização das tarefas domésticas. É precisamente essa questão que se encontrou no centro da contestação feminista dos anos 1970. Desse ponto de vista, como o lembra Roland Pfefferkorn (2007), o conceito de divisão social e sexual do trabalho (Kergoat, 2005) elaborado na França nos anos 1980 foi uma etapa importante na Sociologia das relações sociais de sexo. Ele permitiu a retomada da análise iniciada por F. Engels da articulação entre produção e reprodução e elucidou-a ao inscrevê-la na problemática das relações sociais de dominação.

Referências bibliográficas

- BACHOFEN, J. J. *Le Droit maternel. Recherche sur la gynécocratie de l'Antiquité dans sa nature religieuse et juridique*. Lausanne: L'Âge d'Homme, 1989 (1861).
- BEBEL, A. *La Femme dans le passé, le present et l'avenir*. Genebra: Slatkine Reprints, 1979 (1981).
- BESANT, A. W. *Marriage; as it was, as it is, and as it should be*. Nova York: Asa K. Butts, 1879.
- DELPHY, C. *L'Ennemi principal 1, Économie politique du patriarcat*. Paris: Syllepse, 1998.
- DEMAR, C. *L'Affranchissement des femmes*. Paris: Payot, 1976 (1833).
- ENGELS, F. *L'Origine de la famille, de la propriété privée et de l'État*. Paris: Éditions Sociales, 1974 (1884). [Ed. Bras.: *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.]
- _____. *La situation de la classe laborieuse en Angleterre*. Paris: Éditions Sociales, 1975 (1845). [Ed. Bras.: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra: segundo as observações do autor e fontes autênticas*. Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.]
- GODELIER, M. *Lewis Morgan*. Paris: Encyclopaedia Universalis, 1971.
- _____. *La Production des grands hommes*. Paris: Fayard, 1971.
- _____. *Métamorphoses de la parenté*. Paris: Fayard, 2004.
- HÉRITIER, F. *Masculin/féminin, la pensée de la différence*. Paris: Odile Jacob, 1996.
- HOBBSAWM, E. J. Avant propos. In: ENGELS, F. *La situation de la classe laborieuse en Angleterre*. Paris: Éditions Sociales, 1975 (1845), p.7-23.
- KERGOAT, D. Plaidoyer pour une sociologie des rapports sociaux. De l'analyse critique des catégories dominantes à la mise en place d'une nouvelle conceptualisation. In: COLLECTIF. *Le Sexe du travail. Structures familiales et système productif*. Grenoble: PUG, 1984, p.207-220.
- _____. Rapport sociaux et division du travail entre les sexes. In: MARUANI, M. (dir.). *Femmes, genre et sociétés, l'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 2005, p.94-101.
- LABICA, G.; DELBRACCIO, M. (dir.). *Friedrich Engels, savant et révolutionnaire*. Paris: PUF, 1997.
- LABRANDE, C. *La Première Internationale*. Paris: 10/18, 1976.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Les Structures élémentaires de la parenté*. Paris/La Haye: Mouton, 1967 (1949).
- MACONACHIE, M. Engels, Sexual Division and The Family. In: SAYERS, J.; EVANS, M.; REDCLIFT, N. *Engels Revisited. New Feminist Essays*. Londres: Tavistock Publication Ltd, 1987, p.98-112.
- MORGAN, H. L. *Ancient Society or Researches in the Lines of Human Progress from Savagery through Barbarism to Civilization*. Calcutá: Bharti Library/Booksellers and Publishers, 1877 (1944). Disponível em: <<http://classiques.uqac.ca/>>.

- PFEFFERKORN, R. *Inégalités et rapports sociaux. Rapports de classes, rapports de sexes*. Paris: La Dispute, 2007.
- SCOTT, J. La travailleuse. In: DUBY, G.; PERROT, M. (dir.). *Histoire de femmes*. Paris: Plon, v.4, 1991, p.419-444.
- TABET, P. Les mains, les outils, les armes. *L'Homme*, Paris, v.19, n.3-4, 1979, p.5-61.
- TAYLOR, B. *Eve and the New Jerusalem, Socialism and Feminism in the Nineteenth Century*. Londres: Virago Press, 1983.
- TESTART, A. *Essai sur les fondements de la division sexuelle du travail chez les chasseurs-cueilleurs*. Paris: Éditions de l'EHESS, 1986.
- THOMPSON, W. *APPEAL of One-Half the Human Race, WOMEN, Against the Pretensions of the Other Half, MEN, to Retain Them in Political, and Thence in Civil and Domestic Slavery*. Londres: Virago Press, 1983 (1825).
- TRAT, J. Engels et l'émancipation des femmes. In: ———. *Friedrich Engels, savant et révolutionnaire*. Paris: PUF, 1997, p.175-191.
- . *Genre et mouvements sociaux*. Versalhes, 2002. Tese (Doutorado em Sociologia). Université de Versalhes-Saint-Quentin-en-Yvelines.
- . L'histoire du courant féministe "lutte de classes". In: ———. *Femmes, genre, féminisme*. Paris: Syllepse, 2007, p.9-32.
- TREILLET, S. L'oppression des femmes dans la mondialisation. In: ———. *Mondialisation et impérialisme*. Paris: Syllepse, 2003, p.81-90.

23

PIERRE NAVILLE E A DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE OS SEXOS: O SISTEMA PRODUTIVO EM ÚLTIMA INSTÂNCIA

Michel Lallement

Intelectual detentor de uma cultura enciclopédica, Pierre Naville (1904-1993) é frequentemente apresentado como uma das figuras centrais da Sociologia do trabalho francesa do pós-guerra. P. Naville fez e dirigiu pesquisas de grande porte na indústria e, com a colaboração de G. Friedmann e J. R. Tréanton, foi o responsável editorial de um tratado que continua sendo uma importante referência (Friedmann; Naville; Tréanton, 1961; 1962). P. Naville é, de fato, bem mais que um sociólogo do trabalho (Eliard, 1996; Blum, 2007). Poeta e escritor associado ao movimento surrealista, companheiro de Trotski durante onze anos, P. Naville nunca abandonou seu engajamento. Militante não assíduo do Partido Comunista, que o excluiu de suas colunas em 1928, ele participa de numerosas aventuras políticas (IV Internacional, Partido Socialista Unificado etc.). Depois dos estudos de Filosofia e de Psicologia, ele dedica-se à profissão de orientador profissional. Diplomado pelo Instituto Nacional da Orientação Profissional durante a guerra, ele funda e dirige um centro de orientação profissional em Agen em 1943 e 1944. Fino conhecedor do behaviorismo (Naville, 1963a), ele entra, em seguida, no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) como psicólogo especializado nas questões de educação e de orientação.

Como seus trabalhos desagradam a algumas hierarquias do CNRS e suas pesquisas sobre a Psicologia da criança parecem-lhe muito distantes da ação política, P. Naville opta pela Sociologia a partir de 1949. Ele efetua,

então, pesquisas sobre o trabalho, a qualificação, a automação, o tempo, os laços entre educação e trabalho etc. Nesses estudos, como em seus trabalhos precedentes, o lugar concedido ao gênero é mínimo. Quando P. Naville evoca os homens e as mulheres, com frequência não é para pensar o gênero como relação social propriamente dita, mas como variável que, como a idade, pode revelar-se discriminante. Apesar desse importante limite, não teríamos, ali, condições de encontrar, em uma obra que flertou com o marxismo (Naville, 1946), numerosos elementos que favorecessem uma reflexão sociológica sobre o gênero e o trabalho? Minha resposta é categoricamente positiva. Para sustentar tal posição, e por não poder justificar um pensamento forte e estruturado sobre o gênero, é entre as linhas ou nos contornos de longas passagens dedicadas a outros assuntos que devemos buscar os elementos que, colocados de uma extremidade a outra, permitem construir uma tese forte e coerente. Desse modo, quatro temáticas serão, aqui, privilegiadas: os limites das teorias diferencialistas da orientação, as desigualdades sexuadas no trabalho, o mito da mulher inativa e, enfim, a ligação entre gênero, qualificação e técnica.

Orientação profissional, crítica da aptidão e divisão do trabalho

Quando, nos anos 1940, P. Naville forma-se em Psicologia da criança e começa a exercer essa profissão, o campo da orientação é dominado por uma perspectiva que convida os profissionais a medirem as aptidões individuais para melhor organizar a divisão do trabalho. Para P. Naville, esse paradigma ignora totalmente o fato de que o homem, no sentido genérico do termo, é um ser que cresce em um meio social e cujo destino profissional é fortemente modelado pela estrutura e o nível técnico da sociedade na qual ele evolui. A *Théorie de l'orientation professionnelle* [Teoria da orientação profissional], que P. Naville publicou em 1945, defende esse argumento e impõe-se como uma crítica no campo da Psicologia diferencial. "O dado elementar não é o indivíduo dotado de uma aptidão profissional, mas a divisão social do trabalho, que impõe seus limites às disposições orgânicas dos homens" (Naville, 1972 [1945], p.104). Apesar de conceder-lhe uma atenção marginal, P. Naville sabe quanto a relação homens/mulheres pesa em um tal segmento.

Um das formas originais da divisão do trabalho nas "sociedades primitivas", a separação dos sexos não tem nada de natural, com exceção do fato incontestável e evidente de que a mulher, sozinha, encontra-se em estado de procriar. P. Naville acrescenta ao débito do sexo feminino uma menor força muscular e uma estrutura anatômica menos poderosa. Contudo,

essas inferioridades não impedem as mulheres de exercer numerosas profissões muito duras, cansativas ou insalubres, e o problema consiste precisamente em criar condições sociais, biológicas, pedagógicas e tecnológicas nas quais as mulheres possam participar da vida profissional da nação sem prejudicar sua natureza física particular. (Naville, 1948 [1947], p.98)

Quanto às diferenças psicológicas, a situação é clara: nada separa os dois sexos nesse aspecto.

Historicamente, a separação social dos papéis entre homens e mulheres, que extrai suas raízes do ato sexual, acomoda-se com outros determinantes "naturais", místicos, ideológicos, econômicos, técnicos etc. No final, a divisão do trabalho acumula tantas contradições que "o segredo dos negócios (capitalistas) é incompatível com uma orientação profissional coerente" (Naville, 1972 [1945], p.232). A estrutura dos empregos não reflete a multiplicidade das aptidões dos indivíduos mobilizados pelo sistema produtivo, e acima de tudo, o conjunto das exigências da sociedade em matéria econômica.

Como prova, quando, nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, o Estado francês decide desenvolver a produção metalúrgica, a teoria das aptidões e os testes dos especialistas da orientação são logo abandonados. Para responder à demanda social impulsionada pelo Estado, profissões femininas migraram sem dificuldades "da costura e da estenografia para os transportes e a mecânica" (Ibid., p.20). Esse modo de observar os usos diferenciados da força de trabalho segundo os sexos faz-nos pensar diretamente nos trabalhos que, posteriormente, tentarão afinar a tese marxista sobre a reserva de mão de obra. No século XX, não somente o trabalho feminino assalariado aumenta continuamente apesar das crises capitalistas, mas constatamos também, apoiando-nos em dados, que as mulheres não constituem um recurso constantemente disponível (Bouillaguet-Bernard; Germe, 1981). Para tentar compreender a dinâmica do trabalho feminino,

devemos dirigir nossa atenção às relações entre as transformações do sistema produtivo e as dos modelos familiares.

É esse espírito que domina a obra de P. Naville quando ele interessa-se pelo tempo de trabalho e o emprego. Em *La Vie de travail et ses problèmes* [A vida de trabalho e seus problemas, 1945], ele mostra que a repartição dos empregos segmenta-se cada vez mais em função das características “biológicas” da força de trabalho, otimizando o uso e respondendo às exigências do sistema econômico. Desse modo, as formas de mobilização das populações juvenis interessam mais P. Naville do que as da força de trabalho feminino. Mas, como afirma esse autor, o esquema analítico aplica-se tanto às relações de idade e de gerações quanto às relações homens/mulheres. O tempo de trabalho é diferente, de fato, segundo a idade e o sexo. “Essa tendência, que existe desde o início da época industrial, tomou novas formas com a contração crescente das energias por volta dos 18-30 anos, mais para as mulheres do que para os homens” (Naville, 1954, p.32). As condições do trabalho feminino apenas refletem as exigências de um sistema que acentua e explora, para melhor utilizá-las, as divisões de sexo. Até os 18 anos, o trabalho parcial é tão difundido quanto o trabalho integral, sobretudo para as moças. Mas, principalmente, o percurso das mulheres é repleto de emboscadas e de balizes que pesam em seu destino profissional: casamento, gravidez, viuvez ou divórcio, diminuição da carga doméstica quando as crianças deixam o lar...

Ilusões e desigualdades

Mesmo que a alocação dos empregos seja determinada por exigências macrossociais e que as diferenças individuais exerçam apenas uma influência secundária, alguns continuam a acreditar nas virtudes de uma orientação fundamentada nas aptidões. A noção de aptidões é, portanto, “ilusória e infecunda”, afirma P. Naville, que prefere a noção de adaptabilidade. Ao manter a ilusão de uma orientação pelas aptidões, somente aumentamos os riscos de decepção. Essa afirmação pode ser confirmada pelas representações do futuro profissional que os jovens forjam para si, amplamente modelados pelo círculo familiar imediato. P. Naville constata, assim, que, para os rapazes de origem operária, “a profissão da mãe tem algo de supérfluo, até mesmo estéril e servil, enquanto a do pai é o exemplo do ato

criador, atraindo ou, algumas, vezes, repelindo (...), mas de um modo ou de outro exercendo um papel decisivo” (Naville, 1972, p.343). Mesmo não dispondo de dados de investigação que lhe permitam tirar uma conclusão para as moças, P. Naville descobre um novo parâmetro determinante: não somente o sistema econômico não utiliza similarmente as forças de trabalho dos homens e das mulheres, mas o modo como os jovens projetam-se no futuro é fortemente determinado pelo gênero das pessoas próximas. Em tais condições, como continuar a acreditar que a orientação possa se beneficiar de uma teoria psicológica qualquer das atitudes? A classe social, e deveríamos acrescentar o sexo, pesam bem mais que as capacidades individuais. E com isso temos somente “uma hereditariedade aparente, artificial, nem um pouco predeterminada, e que não pode ser tomada como base de uma orientação profissional racional, apesar de ser ainda predominante na prática real da divisão do trabalho e das orientações que lhe são decorrentes nos dias de hoje” (Naville, 1972, p.205).

Uma das maiores consequências dessa produção sexuada das representações e dos destinos profissionais é a existência de desigualdades profundas, persistentes e transversais.

Efetivamente, *os cargos e profissões com menores salários são, em média, reservados às mulheres*, enquanto os empregos superiores são reservados aos homens, sobretudo na indústria produtiva. É isso ocorre tanto na Europa como na União Soviética. É nos Estados Unidos que a proporção de mulheres em empregos qualificados ou superiores é a mais elevada, mas ela permanece notadamente inferior. Socialmente, *essa distribuição desigual do trabalho qualificado feminino e masculino destrói o princípio: trabalhos iguais, salários iguais, ou antes uma fraude* (Naville, 1970, p.247).

Naville observa tal fenômeno graças à estatística, mas também durante pesquisas em empresas. Na fábrica Renault, por exemplo, as 2754 mulheres que trabalham são

limitadas às qualificações mais baixas; em sua maioria elas são as menos pagas dentre todos os funcionários: operárias de fábrica, na selaria, na borracharia, no serviço mecanográfico e na telefonia. Quando elas são operárias, permanecem O.S.;¹ quando elas trabalham nos escritórios, formam o essencial do efetivo de

1 Abreviação de *Ouvrier Spécialisé*, “operário(a) especializado(a)”. (N. T.)

pequenos grupos: funcionárias administrativas, datilógrafas, contadoras, sem promoção. (Naville, Bardou, Brachet, Lévy, 1971, p.326)

Por intermédio da investigação histórica, L. Lee Downs (2002 [1995]) constatará um fato similar durante a Primeira Guerra Mundial. Na indústria metalúrgica inglesa e francesa, os empregadores remuneraram os homens e as mulheres adotando critérios distintos: os primeiros na base do trabalho efetuado, as segundas em função de representações relativas à vida e às necessidades das mulheres fora da fábrica. Para justificar as iniquidades salariais, P. Naville sugere, por sua vez, diversas hipóteses complementares: o ensino técnico e profissional não é organizado do mesmo modo para os homens e para as mulheres; a constituição física das mulheres não lhes permite ocupar alguns cargos que exigem um rendimento contínuo de longa duração; na medida em que o salário depende do rendimento, as mulheres são imediatamente colocadas em situação inferior já que são menos “aptas” a ocupar alguns cargos e que, neles, elas sofrem um desgaste biológico mais rápido que os homens; as sociedades do oeste ocidental, como a União Soviética, não obstante, mantêm tradições que introduzem verdadeiras “classes de sexos” (Naville, 1970, p.248), “sem contar as obrigações matrimoniais e domésticas que permanecem quase totalmente a encargo das mulheres, com exceção da burguesia ou da alta burocracia” (Ibid., p.248).²

Ao esboçar, assim, um início de interpretação sociológica sobre a construção de diferenças de sexo no e pelo trabalho, P. Naville abre um espaço de questionamentos cuja fertilidade nunca foi desmentida. As pesquisas de D. Kergoat (1978) convidam, por exemplo, a ir ainda mais longe ao considerar não somente os salários, mas, em geral, a relação no trabalho. Na fábrica, as operárias são colocadas em uma dupla relação de exploração e de dominação. Forçadas às obrigações do taylorismo, elas também devem lidar com um controle social masculino que se utiliza de ingredientes múltiplos para estampar-se e afirmar-se (evocação da situação familiar, piadas sobre o físico etc.).

2 Em sua obra dedicada à automação (1961), P. Naville evoca dois outros verdadeiros determinantes: a estrutura do mercado de trabalho (abundância da mão de obra local, necessidade de manter um certo tipo de coesão nas equipes...) e o estado da legislação (proibição do trabalho noturno para as mulheres, atrapalhando o acesso a alguns cargos).

O mito da mulher inativa

Além das desigualdades de trabalho e salários, o período que se abre depois da Segunda Guerra Mundial instaura uma outra divisão entre os sexos ao valorizar o modelo do homem “ganha-pão” e o da mulher inativa. Mesmo sociólogos reconhecidos tentarão justificar teoricamente essa repartição dos papéis. P. Naville não compartilha esse ponto de vista.

A ideia de que a mulher tenha uma missão particular na sociedade, de cuidar do lar, de criar os filhos, de manter a vida doméstica etc., e não trabalhar na produção, é relativamente recente. É evidente que essa ideia, que parece à primeira vista uma conquista da civilização, depende, em uma maior medida, das condições práticas de existência que a sociedade moderna reservou cada vez mais às mulheres, mães e esposas, principalmente nas camadas privilegiadas da população (Naville, 1948 [1947], p.95-96).

Tal qual ele impõe-se no imaginário das sociedades ocidentais do pós-guerra, esse modelo supõe mais precisamente que sejam reunidas duas condições *sine qua non*: as tarefas domésticas devem, em primeiro lugar, ser claramente separadas do trabalho produtivo e as mulheres devem poder optar pelo estatuto de inativa por razões positivas (condições de vida decentes, marido incapaz de manter a família sozinho etc.). Nos fatos, constata P. Naville, as coisas não são bem assim. Para mais da metade das mulheres francesas, as fronteiras do trabalho doméstico e do trabalho produtivo são extremamente porosas. Isso acontece particularmente nas zonas rurais, onde as mulheres não se contentam em preparar as refeições, cuidar das crianças e manter a casa. Elas também cuidam dos animais, participam da colheita, são responsáveis pela administração e contabilidade da fazenda etc. A mesma situação prevalece nas famílias de pequenos comerciantes e artesãos.

No mundo dos assalariados urbanos, as fronteiras são, sem dúvida, mais nítidas, mas a situação é somente um pouco mais favorável às mulheres.

Quando a família tem muitas crianças, a mãe encontra-se praticamente na obrigação de ficar em casa, não porque se trata de uma missão providencial, mas porque não é possível que seja de outra forma, principalmente quando trata-se de crianças pequenas – as creches ou qualquer outro tipo de estabelecimento infantil existiam somente em um número muito restrito. Ela não pode, então, exercer uma profissão. (Ibid., p.97)

Eis um argumento que derruba o mito da mulher inativa, o qual até mesmo a Sociologia do trabalho contribuiu para criar até a década de 1970, pois o olhar do pesquisador concentrou-se sobretudo no trabalho masculino. Exceto por alguns raros casos (Barthez, 1982), o trabalho das mulheres dos agricultores, comerciantes e outros independentes, foi ignorado durante muito tempo. E foi apenas recentemente que os historiadores conseguiram convencer que, contrariamente às representações dominantes, as mulheres sempre trabalharam (Schweitzer, 2002).

sociologicamente mais rica que os conceitos de população ativa ou não ativa tomados separadamente, pois ela permite aprofundar essas relações, e elucidar todas as posições marginais tão difíceis de detectar estatisticamente, mas que são de uma grande importância na vida social. Basta citar, por exemplo, a situação das “donas de casa”, dos “trabalhadores familiares” na agricultura, ou estudantes e aprendizes, que são, no momento, parcialmente colocados fora dos desmembramentos da vida ativa. (Naville, 1954, p.63)

O argumento vale mais que nunca para o trabalho parcial. Entre o emprego, o desemprego e a inatividade, essa forma social foi, durante todas essas últimas décadas, um dos motores mais ativos do mercado de trabalho. Portanto, majoritariamente declinado ao feminino, ela priva um bom número de pessoas dos direitos e do reconhecimento social que deveriam ter (Maruani, 2003). Em um registro similar, P. Naville observa quanto a categoria oficial de emprego é problemática. A definição retida pelas autoridades administrativas “exclui o trabalho doméstico, que representa uma verdadeira atividade econômica que cai, majoritariamente, nos ombros dos jovens (e em particular das moças)” (Naville, 1954, p.135).

O gênero das qualificações

Por mais estimulantes que possam parecer ao leitor de hoje, os trabalhos de P. Naville sobre o tempo de trabalho e o emprego, não são esses que ficaram gravados profundamente em nossa memória sociológica coletiva. Os ensaios e pesquisas sobre a qualificação do trabalho ocupam, ao contrário, o primeiro lugar. A qualificação, defende P. Naville em seus múltiplos textos sobre o assunto, não é um caso de especialização. A qualificação seria a

capacidade de efetuar alguns trabalhos e algumas tarefas graças a um aprendizado apropriado completo. Vemos, então, que a qualificação, qualquer que seja o trabalho efetuado, é diretamente ligada à aprendizagem, e conseqüentemente aos problemas pedagógicos. (Naville, 1948 [1947], p.81)

A medida da qualificação indica a que ponto os homens e as mulheres não dispõem dos mesmos trunfos para conquistar sucesso profissional. Na segunda parte de seu *Essai sur la qualification du travail* [Ensaio sobre a qualificação do trabalho, 1956], P. Naville demonstra esse fato, baseando-se em estatísticas. Nas indústrias de transformação da região parisiense, somente 5% de mulheres ocupam empregos altamente qualificados, 15% empregos qualificados e 35% empregos operários especializados. Apenas nas indústrias mecânicas e elétricas os números caem a 1%, 6% e 30%. Ora, as mulheres representam aproximadamente 14% da mão de obra total. Não há dúvida de que, conseqüentemente, o grau médio de qualificação das mulheres é inferior ao dos homens.

A constatação é similar na indústria têxtil, setor profissional no qual o trabalho feminino é, ao contrário, superior ao dos homens. No dia 1º de julho de 1948, o número de homens e o de mulheres qualificados e altamente qualificados são similares (um pouco mais de 66 mil para cada sexo). As proporções são, contudo, completamente diferentes: 80% dos homens ocupam o alto da hierarquia das qualificações contra 38% das mulheres. Já que os cargos qualificados são atribuídos preferencialmente aos homens, tudo acontece, então, como se existisse uma “discriminação qualitativa por sexo”. Essa constatação alimenta ainda mais uma vez a tese principal de P. Naville. A alocação dos empregos, assim como as formas de reconhecimento do valor da força de trabalho, são o produto de uma dinâmica econômica e social global, e não o fruto de aptidões individuais.

As mulheres são, assim, muito mais sensíveis às flutuações da mão de obra e ao desemprego, sempre mais acentuados nos empregos não qualificados ou especializados. A modernização da indústria têxtil, iniciada em 1948 e que rechaçou muita mão de obra e operários especializados atingiu, assim, principalmente, as mulheres. (Naville, 1956, p.124)

Em outros estudos, P. Naville constata também que, apesar de a maioria delas possuir uma profissão, as mulheres não penetram alguns segmentos profissionais. O paradoxo é que nas atividades em que se exige bom gosto, fineza, graça, dedicação, simpatia, qualidades reputadas como femininas, as mulheres são proporcionalmente muito menos presentes que em outras! Podemos contar com novas técnicas de produção automatizadas a fim de mudar a situação? Se a questão não é colocada fundamentalmente nesses termos, P. Naville e sua equipe fornecem, contudo, alguns elementos de resposta solidamente sustentados em seu estudo sobre o desenvolvimento do automatismo nas indústrias de metais, da mecânica e da construção elétrica (Naville, 1961; 1963b). As conclusões são claras. Como afirmam as operárias de uma das empresas estudadas (a Imprimerie National), a automação não é o problema principal. O mais importante encontra-se alhures, nos problemas da vida familiar que o trabalho em equipe provoca ou ainda na necessidade de segurança que as mulheres expressam fortemente (desejo de um cargo estável, de um salário mais alto, preocupação em ser desclassificada se uma ameaça pesa em seu cargo). Em todo caso, “emerge dessa investigação que a automação não consta no campo perceptivo das operárias como um elemento *sui generis*” (Naville, 1961, p.519). A automação, em geral, não tem efeito diferencial na força de trabalho masculina ou feminina.

O emprego segundo os sexos parece seguir as normas tradicionais nas indústrias que puderam ser estudadas. Algumas linhas automatizadas (alimentação, imprensa) têm somente mulheres. Outras (mecânica, vidro) têm apenas homens. Não existe nenhuma mulher nas refinarias. Essa repartição corresponde a tradições locais ou profissionais. Contudo, algumas modificações começam a surgir: por exemplo, mulheres datilógrafas podem substituir linotipistas nos Telex (Ibid., p.714).

P. Naville não se desespera ao fazer tal constatação. Se ela não predetermina de um modo mecânico a repartição dos empregos pelo sexo, a técnica oferece a oportunidade de fazer evoluir a hierarquia das posições. Nos níveis médios e superiores, conclui, alguns cargos de trabalho dedicados ao controle e à supervisão poderiam ser preenchidos, no futuro, por mulheres, o que atenuaria as desigualdades no trabalho das quais elas são vítimas.

O erudito e o político

A tese que surge da leitura e da reunião de diferentes elementos espalhados na obra de P. Naville pode, em resumo, enunciar-se assim: se algumas profissões são mais frequentemente exercidas por mulheres do que por homens, deve-se a razões que são raramente ligadas às aptidões, mas, acima de tudo, às exigências de um sistema produtivo cujo funcionamento é facilitado por um sistema escolar que faz a triagem e a seleção de um modo que assegura as “ordens desiguais da sociedade”, ao mesmo tempo que corrige “o efeito estabilizador dessas ordens ao abrir a válvula de segurança de uma orientação e de uma escolha que permanecem severamente controladas em sua totalidade” (Naville, 1972, p.302). A convicção não sofre com essa ambiguidade: a divisão social do trabalho sobressai às capacidades.

Para provar isso, o gênero não é um terreno privilegiado por P. Naville. Outros de sua geração, começando por M. Guilbert (1966), se encarregam de ligar o trabalho e o sexo de um modo mais firme e sustentado. Alguns anos mais tarde ainda, a fábula da aptidão que P. Naville denunciava será definitivamente minada. Na indústria manufatureira dos países do terceiro mundo, as mulheres são consideradas pelos empregadores como pessoas dotadas de capacidades naturais. Dóceis e hábeis com suas mãos, elas seriam mais aptas para realizarem tarefas monótonas e repetitivas. Na realidade, retrucam D. Elson e R. Pearson (1981), essas disposições não são natas. Elas são o resultado de um trabalho de socialização efetuado pelos parentes próximos, as mães em primeiro lugar, como já o enfatizava D. Kergoat em 1978 (p.74).³

3 Graças a esse tipo de análise, o debate sobre a qualificação pôde ganhar consistência e ajudar a ultrapassar os desacordos entre P. Naville e G. Friedmann sobre o assunto. Correndo o risco de endurecer indevidamente a oposição entre pontos de vista, na realidade, complexos e evolutivos, o debate apresenta-se inicialmente assim: enquanto G. Friedmann analisa a qualificação a partir de componentes (tempo de formação, situação na escala de prestígio, aptidões e familiaridade com a manipulação das máquinas...), P. Naville estima que essa não pode nunca ser definida para e por elas próprias. É uma relação entre elementos heterogêneos na qual entram em jogo, em particular, as relações entre sistema educativo e sistema produtivo. Ao integrar a parte invisível das competências socialmente inculcadas, a noção de “qualificação tácita” (Jones; Wood, 1984) permite escapar às alternativas nas quais encerravam as posições defendidas por G. Friedmann e P. Naville.

Devemos tirar também de P. Naville ensinamentos de método ainda válidos hoje. P. Naville tem consciência dos vieses cognitivos e sociais que produzem as categorias estatísticas utilizadas para tipificar o trabalho e o emprego. Ele também sabe quanto os protocolos das grandes pesquisas devem a certos partidários sexuais. Comentando os resultados de uma pesquisa sobre a origem social dos alunos do ensino técnico na França, por exemplo, ele observa:

(...) devemos enfatizar que o critério da origem social retido foi, como quase sempre nesse tipo de investigações, a profissão do pai. Esse critério levanta, sob o ângulo metodológico, dificuldades consideráveis, ao mesmo tempo que nos mostram em que direção as análises deveriam prosseguir, ou seja, em uma direção genealógica (...) Efetivamente, a situação da mãe, e a dos colaterais diretos dos pais, possuem um efeito. Deveríamos, também, e sobretudo, voltar pelo menos até os avós se quisermos conhecer melhor o meio social no qual os netos cresceram. (Naville, 1959, p.43)

Desde os anos 1980, o sucesso das histórias de vida e das análises de trajetórias sociais confirmou amplamente o interesse de uma tal sugestão de método. Erudito que sabe combinar – como acabamos de ver – rigor e intuição, que se serve, satisfatoriamente, de textos nas mais diversas disciplinas, da Filosofia à Matemática (Naville, 1982), P. Naville é também político. Para ele, “a política não deveria ter sido negligenciada pelo homem das ciências na escolha de assuntos importantes, desde que o estudo produzido seja rigoroso, e considere a relação mais próxima possível com os fatos” (Isambert-Jamati, 1997, p.266). Que conclusão política seria lícita tirar, portanto, dos fatos acumulados por P. Naville no que diz respeito ao trabalho e ao gênero?

A esse respeito, o sociólogo estima que uma direção verdadeiramente igualitária e socialista em termos de emprego feminino deveria ser: igualdade de empregos nas diferentes escalas hierárquicas para os dois sexos. (...) Essa palavra de ordem tende, inclusive, a expandir-se cada vez mais: as mulheres exigem liberar-se o mais rápido possível da dominação doméstica masculina; elas querem não somente o acesso a todas as hierarquias de emprego ou de função, mas também os meios de aprendizagem adequados. É uma reivindicação poderosa na União Soviética e alhures. (Naville, 1970, p.248)

Sabemos o que se tornou, desde então, o bloco dos países do realismo socialista, assim como o mundo capitalista no interior do qual os movimentos feministas nunca conseguiram transformar em fato a exigência de igualdade. Sem dúvida nenhuma, essa seria uma razão suficiente para justificar novos estudos sobre o gênero, estudos capazes de assumir plenamente a perspectiva científica e política que deve caracterizar todo trabalho digno desse nome nas Ciências Sociais, no exterior da “Sociologia corrente, patenteada” (Naville, 1981, p.24).

Referências bibliográficas

- BARTHEZ, A. *Famille, travail et agriculture*. Paris: Economica, 1982.
- BLUM, F. (dir.). *Les Vies de Pierre Naville*. Villeneuve-d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2007.
- BOUILLAGUET-BERNARD, P.; GERME, J. F. Salarisation et travail féminin en France. *Critiques de L'Économie Politique*, Paris, n.17, out.-dez., 1981, p.83-117.
- ÉLLIARD, M. (dir.). *Naville, la passion de la connaissance*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1996.
- ELSON, D.; PEARSON, R. Nimble Fingers Make Cheap Workers. An Analysis of Women's Employment in Third World Export Manufacturing. *Feminist Review*, n.7, 1981, p.87-107.
- FRIEDMANN, G.; NAVILLE, P. com o suporte de TRÉANTON, J. R. *Traité de sociologie du travail*. Paris: Colin, v.2., 1961-1962.
- GUILBERT, M. *Les Fonctions des femmes dans l'industrie*. La Haye: Mouton, 1966.
- ISAMBERT-JAMATI, V. Vie de travail et exploitation. *Pierre Naville, du psychologue de l'orientation scolaire et professionnelle au sociologue du travail. L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, Paris, v.26, n.2, jun., 1997, p.259-268.
- JONES, B.; WOOD, S. Qualifications tacites, division du travail et nouvelles technologies. *Sociologie du Travail*, Paris, XXVI, n.4, 1984, p.407-421.
- KERGOAT, D. *Ouvriers = ouvrières? Critiques de L'Économie Politique*, Paris, n.5, out.-dez., 1978, p.65-97.
- LEE DOWNS, L. *L'inégalité à la chaîne. La division sexuée du travail dans l'industrie métallurgique en France et en Angleterre*. Paris: Albin Michel, 2002 (1995).
- MARUANI, M. *Travail et emploi des femmes*. Paris: La Découverte, 2003.
- NAVILLE, P. *Psychologie, marxisme, matérialisme. Essais critiques*. Paris: Rivière et Cie, 1946.
- _____. *La Formation professionnelle et l'école*. Paris: PUF, 1948 (1947).
- _____. *La Vie de travail et ses problèmes*. Paris: Armand Colin, 1954.
- _____. *Essai sur la qualification du travail*. Paris: Rivière et Cie, 1956.

- NAVILLE, P. L'origine sociale des élèves de l'enseignement technique en France. *École et Société, Recherches de Sociologie du Travail*, Paris, n.5, 1959, p.34-58.
- . *L'Automation et le travail humain*. Paris: CNRS, 1961.
- . *La Psychologie du comportement*. Paris: Gallimard, 1963a.
- . *Vers l'automatisme social? Problèmes du travail et de l'automation*. Paris: Gallimard, 1963b.
- . *Le Nouveau Léviathan 2. Le salaire socialiste, les rapports de production*. Paris: Anthropos, 1970.
- . *Théorie de l'orientation professionnelle*. Paris: Gallimard, 1972. [Ed. Port.: *Teoria da orientação profissional*. Trad. Maria Paula Duarte. Lisboa: Estampa, 1975.]
- . *Sociologie d'aujourd'hui. Nouveaux temps, nouveaux problèmes*. Paris: Anthropos, 1981.
- . *Sociologie et logique*. Paris: PUF, 1982.
- , et al. *L'État entrepreneur. Le cas de la régie Renault*. Paris: Anthropos, 1971.
- SCHWEITZER, S. *Les femmes ont toujours travaillé. Une histoire des femmes aux XIX et XX siècles*. Paris: Odile Jacob, 2002.

24

RICHARD HOGGART E A FAMÍLIA OPERÁRIA. UMA LUCIDEZ SEM CONCEITOS

Éric Neveu

As duas obras de Richard Hoggart traduzidas em francês oferecem uma (auto)etnografia compreensiva e objetivante do mundo operário britânico, atenta às relações de gênero. Elas apoiam-se nas lembranças de infância de um homem nascido em 1918, que cresceu em Hunslet, subúrbio operário de Leeds. Elas analisam o mundo operário no norte da Inglaterra do período entre as duas grandes guerras. Essa localização espaçotemporal impõe três precisões para que R. Hoggart não seja visto como o etnógrafo essencialista de uma classe operária imutável.

O mundo operário que R. Hoggart descreve ignora totalmente os palcos da mobilidade social e espacial. Nele, passamos toda a nossa existência na cidade, ou mesmo no bairro onde nascemos. Nem a experiência da fábrica nem a restrita frequência à escola deixam nascer uma esperança qualquer ou mesmo uma ilusão de sair dessa condição ou de melhorar a própria renda no decorrer dos anos. Uma das raras possibilidades de mudar de estatuto passa pela abertura de uma loja – experiência vivida por duas tias de Hoggart –, mudança relativa, já que não libera seu detentor de um convívio cotidiano com o grupo operário, nem mesmo, como ocorre frequentemente, com a precariedade financeira.

Apesar de vivenciar momentos de crise (como a de 1929, com a explosão do desemprego), esse mundo é também um mundo de reprodução social: os filhos encontram os pais nas fábricas onde trabalham exercendo cargos similares, as moças reproduzem um estilo de vida de mãe para filha e de

dona de casa que pouco difere do de suas mães. Pois – e essa é uma terceira referência – nesse mundo operário do período entre as duas guerras, as mulheres pesam pouco no salário e exercem empregos subalternos.

Evocando o que parece-lhe uma elite feminina de “secretárias, vendedoras do centro da cidade e recepcionistas cujo trabalho exigia ser ‘bem colocadas’”, R. Hoggart observa: “Não tínhamos ideia de que pudessem existir tarefas femininas acima dessas” (1991, p.98). A breve escolaridade das moças operárias de Yorkshire leva-as para as fábricas têxteis e para a costura. Mas essa sucessão de trabalho assalariado geralmente para com o nascimento dos filhos. A busca por um trabalho assalariado é exercida pelas mulheres sozinhas, viúvas, esposas de homens desempregados ou indigentes.

Caso não tivesse uma razão patente para fazê-lo, uma mulher que trabalhava fora era considerada gananciosa. Esse dinheiro suplementar era obtido em detrimento do cuidado que ela deveria dar ao seu lar e a seus filhos (Ibid., p 132).

O lar, lugar da divisão sexual das tarefas

O longo capítulo 2 do livro *La Culture du pauvre* [A cultura do pobre] enfatiza: o espaço doméstico do lar é central no estilo de vida da família e do grupo operário. Em uma vivência marcada pela dureza das condições de vida, pelas privações e pela experiência de uma falta de autonomia, ele constitui um refúgio de segurança e afeto, com sua decoração “amontoada e desordenada”, suas plantas verdes e sua lareira, os perfumes de sua cozinha. O lar é também o ponto de ancoragem dos laços intergeracionais fortes que se perpetuam além do casamento dos filhos e à presença frequente dos avós. Em um mundo social no qual os grandes discursos não têm muita importância, raramente assistimos a qualquer “prova de sentimentalismo” (Hoggart, 1970a [1957], p.73-74) que evoque essa boa vida doméstica, “simples e sutil, desordenada e equilibrada”, mas também desconfiada de tudo o que pode ameaçar esse espaço protetor, em especial as aventuras extraconjugais.

Nesse mundo no qual as mulheres trabalham pouco e a contracepção reduz-se ao *coïtus interruptus*, o estatuto das mulheres reproduz o

da esposa-mãe. R. Hoggart descreve-as como o “pivô” do lar. Ele julga retrospectivamente que foi sua mãe, e não seu pai, que teria sido o “princípio organizador da família” (1991, p.84). Se essa função organizadora acompanha-se, na maturidade, de uma “soberania” doméstica, ela se paga por uma carga de trabalho considerável para a manutenção da casa, o cuidado das crianças, a preparação das refeições, a logística das roupas. É também a gestão das relações com as administrações e os “outros” que recai majoritariamente sobre as mulheres. Se as questões de honra da família e do grupo podem ser uma carga viril com suas implicações físicas, as mulheres recebem uma parte dessa carga que também lhes pesa. Elas devem ser vigilantes para manter a honra, ao preço de muitos micro-sacrifícios, enviando crianças limpas e corretamente vestidas para a escola. Detalhes cotidianos, lembranças de refeições ou rostos cansados, mãos rachadas e paradoxalmente estragadas pelo excesso de produtos de limpeza ou sabonete barato, tecem uma descrição atenta, respeitosa sem complacência, da situação das mulheres.

Elas ilustram ainda uma polaridade clássica desde o mito de Hestia e Hermes: o doméstico-feminino e o público-masculino. Se o lar vive do investimento e da dedicação das mulheres, o mundo exterior é, acima de tudo, o mundo dos homens. R. Hoggart pouco menciona a política e o sindicalismo, atividades fortemente masculinizadas na Inglaterra do período entre as duas grandes guerras. Ele ressalta quanto o mundo da fábrica é masculino, o que acontece ali é relativamente opaco às esposas que ignoram frequentemente até mesmo o valor exato do salário de seus maridos. Ele dá visibilidade à importância de espaços de sociabilidade masculina: os *pubs* e os clubes operários que oferecem mais ainda que os *pubs*, a preços módicos, uma variedade de atividades de relaxamento (tomar um chope, conversar entre homens, jogar dardos). As mulheres têm acesso a esses espaços – a “tia Annie” encontrará, ali, um viúvo com quem se casará – mas devem manter-se em seus lugares, retraídas, não atrapalhar seus homens verificando seu consumo, sem que elas também bebam muito para não serem chamadas de “machonas” (Ibid., p.158).

O estatuto de *breadwinner* [ganha-pão] é acompanhado, para o homem, de uma série de privilégios. O mais evidente é o de ser servido no espaço doméstico, no qual as mulheres (esposa, filha, mãe) zelam por sua tranquilidade. Esse dever de serviço dobra-se de uma obrigação de respeito: uma esposa, uma mulher nunca deve humilhar seu/um homem... brigando com

ele publicamente por ter bebido muito ou por estar gastando o dinheiro da família. O privilégio masculino de autonomia exprime-se pelo direito de ser discreto sobre a parte de seu salário usada para pagar seu cigarro e seu chope no *pub*. Esses privilégios não devem dar ao pai-esposo a imagem de um tirano doméstico. Ele pode ser atencioso, respeitoso em relação à esposa. Em casa, ele assume os trabalhos que exigem a força.

Além de um tipo ideal de relação de poder e de divisão assimétrica do trabalho, qual seria a singularidade dessas relações operárias de gênero? Primeiramente, o peso excepcional da *obrigação material*. Ela pesa sobre os homens, forçados a exercer trabalhos fisicamente penosos, mal remunerados, sem esperança de evolução. Se, por inversão das relações sociais no trabalho, isso inclui a gratificação de ser o “chefe”, o reflexo de ser servido deve-se, também, à natureza do labor cotidiano. A obrigação material pesa, do mesmo modo, poderosamente sobre as mulheres subordinadas ao imperativo de obter o máximo com pouco. Daí uma arte culinária própria aos lares operários, capazes de oferecer uma alimentação abundante, consistente e saborosa sem facilidades financeiras, com a substituição do trabalho muscular pelo uso de aparelhos ou produtos que simplificam as tarefas domésticas. O recurso ao trabalho de terceiros (lavanderia, faxineira) se chocaria com a impossibilidade financeira e com o sentimento de essa iniciativa combinar a pretensão dos novos-ricos com a confissão de uma falha quase ética de assumir seus deveres.

O peso da obrigação engendra um regime específico de privação feminina. Renunciar a todo gasto pessoal e diminuir sua própria porção de alguns pratos ou doces é, às vezes, a única maneira de oferecer aos membros da família os prazeres cotidianos da mesa ou do lar. R. Hoggart descreve a inscrição nos corpos femininos dessa economia da privação e de uma carreira de mulher, particular ao mundo popular:

Nas classes populares, a mãe envelhece rapidamente: aos 30 anos, depois de duas ou três gestações, ela perdeu, em geral, todo o seu atrativo sexual. Entre os 35 e 40 anos, ela torna-se essa silhueta de forma imprecisa que todo mundo chama mamãe (...) Aos 45 ou 50 anos, começam as indisposições. (Hoggart, 1970a [1957], p.82)

Outro aspecto específico das relações de gênero em meio popular deve-se ao *enclausuramento cultural*. Nos grupos mais dotados de capitais culturais e econômicos, as mulheres assumem frequentemente a tarefa de gerir e entreter relações sociais diversificadas, como o ilustra ironicamente *Mrs. Dalloway* de Virgínia Woolf (1981 [1925]). Se ela produz obrigações, essa competência pode, também, ser fator de laços sociais amplos. Essa missão não está ausente da panóplia das atividades femininas-operárias. Mas é exercida, ali, no mundo fechado de um quarteirão do bairro, entre três gerações e alguns colaterais. A competência memorial que ela engendra (aniversários, genealogias, acidentes biográficos) focaliza-se em um ínfimo microcosmo e mantém correlativamente uma miopia dos grandes interesses sociais. R. Hoggart descreve sua avó como “imensamente enamiliarizada” (1991, p.43). O qualificativo designa uma imersão, uma dedicação e um fechamento.

Uma dominação masculina desconhecida?

A carga de trabalho e de dedicação que pesa sobre as mulheres sugere uma terceira especificidade das relações populares de gênero: sua aparente “naturalidade”. A panóplia dos comportamentos, direitos e obrigações ligados ao feminino e ao masculino parece, ali, assumir o estatuto de uma evidência fortemente interiorizada. O modo como se expressam as prerrogativas masculinas sem fingimento, às vezes com “uma rugosidade que uma esposa burguesa acharia intolerável” (1970a [1957], p.92), é um exemplo de tal prerrogativa. O uso pelas esposas de termos como “o chefe”, “o mestre”, é outro exemplo, como o medo que uma grande dedicação do marido às tarefas domésticas seja sinal de um homem afeminado e o de uma esposa incapaz de afrontar seus deveres.

A sugestão de R. Hoggart – devidamente fundamentada na Sociologia para além do caso britânico (Bourdieu, 1979; Frémontier, 1980; Schwartz, 1989; Willis, 1977) – é que essa naturalização das relações de gênero assumam uma importância muito particular nos mundos operários e populares. Neles, ela dá o tom, com mais veemência, às identidades sociais. Ela estrutura-se sobre as definições de gênero mais contrastantes entre masculino e feminino, menos preocupadas em eufemizar esses contrastes sob protestos igualitários ou sob uma *gender-correctness* [correção de gênero].

Se essa observação exige poucas explicações para mulheres limitadas ao estatuto de esposa e de mãe, fechadas no espaço do lar ou do bairro, ela também é pertinente para homens que consideram que a força física representa um recurso, com frequência o principal recurso no mercado de trabalho. A importância da virilidade como capacidade em afrontar fisicamente, fazer-se respeitar, deve-se também a uma socialização na rua, à preparação ao trabalho físico, que desempenha um outro papel no universo dos jovens de meios favorecidos. Uma virilidade estampada, às vezes áspera, oferece, em um mundo no qual as esperanças de mobilidade social ou de poder são suficientemente vãs, a possibilidade de participar dos jogos de sedução (antes do casamento) e de acesso às moças, “único valor em um mundo decepcionante e inatingível” (1970a [1957], p.323), e depois (no casamento), de inscrever-se em uma relação social que comporta o conforto de um estatuto respeitado.

Uma tal descrição corre o risco de ser recebida, hoje, como a confirmação de formas esclarecidas e pacíficas de racismo social. As classes populares são, dali em diante, descritas como um conservatório de arcaísmos, grande testemunho de um machismo desavergonhado reinando sobre as mulheres condescendentes. François de Singly (1993) sugeriu quanto o mau masculino – o do alarde sexista, da brutalidade machista, da ausência de dedicação às tarefas domésticas – é, desde então, identificado com as classes populares ou personagens que supostamente as simbolizam. As modalidades mais eufêmicas ou “cool” da dominação masculina nos meios sociais que detêm um importante capital cultural encontram-se simultaneamente ocultadas.

Mas o olhar etnográfico é também um método incorporado, o que os textos despojados de R. Hoggart em termos de sinais externos à cientificidade (notas, referências aos grandes autores) quase não expressam. Não é certo, portanto, que Claude Grignon e Jean-Claude Passeron (1989) tenham escrito *Le Savant et le populaire* [O erudito e o popular] sem a contribuição de R. Hoggart. Compreensiva, empática e afetuosa, sua descrição do mundo operário, de suas relações de gênero, desenvolve-se em um duplo distanciamento com a convivência populista e a compaixão em relação à miséria.¹ Ela não é, por isso, apolítica. Os esboços etnográficos incluem

1 O que explica a leitura, benevolente mas crítica, que Hoggart oferece de outro clássico da descrição do mundo operário inglês do período entre as duas guerras, o *Le quai de Wigan* [O

também maridos que batem em suas mulheres, brigas conjugais, bêbados que levam o vício para casa, a brutalidade dos jovens na vida sexual, mulheres frustradas, lares sinistros. Mesmo se ele oferece lembranças cheias de afeto, R. Hoggart não concede nenhum crédito à visão de um mundo operário mais virtuoso, mais caloroso ou autêntico que outros. Se ele admite que suas memórias possam sugerir aos leitores que ele teve, “apesar de tudo, uma infância mais bonita que a (deles)” (1970a [1957], p.43), é para detectar, nelas, o indício de um possível viés. Uma das epígrafes de *La Culture du pauvre* [A cultura do pobre] vem de Tchekhov: “Tenho sangue camponês nas veias... não venha me falar das virtudes camponesas”.

Distante de uma visão chorosa das classes populares que as encerrariam em um estatuto de dominadas, impotentes, irreflexivas de tanto focalizarem-se em seus dissabores e faltas, a abordagem de R. Hoggart, em termos de relações de gênero, ressalta ao mesmo tempo a desigualdade e a assimetria dos compromissos domésticos e o fato de os maridos rudes poderem, também, ser atenciosos. Ela torna visível a inventividade dos casais ao aproveitarem-se dos momentos e dos minúsculos recursos para atenuarem suas obrigações. Por submeterem-se a formas desavergonhadas de dominação masculina, as moças se beneficiam de um parêntese de liberdade sexual pré-marital mais desinibida que em outros meios, seu “voo de borboleta”.²

R. Hoggart é sensível à capacidade das mulheres em questionar as relações de gênero. Ele distingue algumas delas quando descreve (1970a [1957], p.87) o que chamaríamos, retrospectivamente, de a “invenção de uma adolescência popular” com a prolongação do período prévio ao trabalho, o lugar crescente do cinema e dos lazeres e uma exposição a novos modelos de feminilidade no período entre a escola e o casamento. Ele relata

cais de Wigan, 1937] de Orwell. “O norte da Inglaterra era mais estranho para Orwell do que a Birmânia. Não somente ele tinha passado muitos anos fora da Inglaterra, mas ele era, no que diz respeito a sua classe e a seu domicílio, estrangeiro às zonas de grande indústria do norte”, engendrando uma propensão a poetizar abusivamente o mundo operário em versão nacional dos “nobres selvagens” (1970c, p.105-121, especialmente p.110-112 e 118; as traduções do inglês foram feitas pelo autor deste artigo).

2 *A Sort of Clowning* contém o relato do narrador sobre a retirada de seu regimento de Glasgow para o fronte no norte da África em 1942. Jovens operárias presentes no cais gritam aos soldados e levantam as saias para mostrar-lhes sua nudez. Hoggart comenta: “Lavem seus olhos, rapazes, é o último sexo feminino que vocês verão por muito tempo”. Não percebemos esse comentário como uma zombaria. Elas estavam sendo generosas, animais e espontâneas, oferecendo uma pequena coisa que era melhor que nada” (1990, p.27. Ver também p.28).

uma discussão familiar, em meados dos anos 1950, sobre uma jovem da vizinhança que vive com um homem sem ser casada, prática rara naquele momento:

A mulher mais jovem fez, então, uma dessas observações que dão destaque aos personagens mais banais (...): “Eu lhes desejo boa sorte (afirma), eu acho que eles têm razão. Se eu pudesse recomeçar, é o que eu faria. Se eu tivesse morado com meu homem durante um ano ou dois, eu nunca teria me casado com ele. Mas em nossa época não poderíamos ter feito de outra forma”. (apud Hoggart, 1991, p.158)

Mesmo se R. Hoggart não mobiliza um léxico feito de “poder” e “dominação” sobre as relações de gênero, ele não parece, contudo, cego a tais dimensões. A aparente distância de seu argumento não é cegueira, mas restituição tanto da naturalização quanto do grande contraste das identidades de gênero no meio operário. Constatá-lo não é renunciar a refletir sobre ele. Uma primeira lição seria a de não sucumbir a um etnocentrismo de intelectuais que fazem das relações de gênero em meio popular a mais repulsiva de todas porque a dimensão do poder é, nelas, menos eufêmica. A segunda vem da necessidade de um verdadeiro materialismo: as relações de gênero descritas são as de um estado sócio-histórico do mundo operário. Elas são, nesses termos, suscetíveis de modificação de acordo com as mudanças das relações com o emprego, a escola, a cultura.³ Enfim, a cultura dos pobres não é uma cultura pobre, simples listagem de privações e impotências. Ela veicula tanto um estilo próprio das relações homens-mulheres quanto a faculdade de considerá-las de um modo crítico.

Acrescentemos que uma parte das fórmulas que poderiam torná-lo suspeito de indiferença e até mesmo de hostilidade, às reivindicações femininas e feministas deve-se a ousadias da tradução. Jean-Claude Passeron (1999) explicou-se, a esse respeito, com uma lúcida autoironia. *La Culture du pauvre* era um livro de combate nas Ciências Sociais francesas, o que explica elipses, traduções mais difíceis ou mais vagas aqui e lá, do que no original. Assim, a fraca reivindicação das esposas operárias por um outro

3 Prosseguimos com uma ilustração fina e significativa na análise das relações atuais de gênero nos jovens rurais de famílias operárias que Nicolas Renahy desenvolve (2005).

tipo de divisão do trabalho doméstico engendra uma observação, talvez positiva: “Vemos que os membros das classes populares não foram ainda atingidos pela ideologia intelectual em que maridos e mulheres deveriam dividir as tarefas domésticas” (1970a [1957], p. 93). A ousadia encontra-se, aqui, no fato de essa frase-resumo simplesmente não existir na versão lacônica de R. Hoggart: “*house-hold chores are not joint responsibilities*”⁴ (ver a edição Pelican de 1973, p.55-58)... Esse exemplo não é o único.

Os operários de Madame Tussaud?

A recriminação feita a R. Hoggart refere-se a sua proposta de uma descrição duplamente inadequada do mundo operário, cuja encenação remeteria somente a um passado ultrapassado.⁵ A cena de um mundo doméstico dominado pelas mulheres ocultaria a dimensão viril, conflituosa e digna de Prometeu da produção e da luta social. Ela mostraria somente um pitoresco museu de cera da face doméstica de uma classe operária mumificada em um antes... da televisão, do consumo de massa, dos grandes conjuntos habitacionais, da escolaridade extensiva.

Incontestavelmente, a inteligibilidade do mundo operário que R. Hoggart produz fundamenta-se em seu aspecto doméstico-privado e não naquele ligado à fábrica e ao conflito social. Ele admite tal argumento quando um colega “marxista” o recrimina: “Minha própria experiência havia sido essencialmente doméstica, interna, focalizada nas mulheres e no lar” (Hoggart, 1990, p.142). Se ele tivesse abordado a outra face da vida operária, sua inexperiência nessa área a teria tornado menos estimulante.

A recriminação por ter esboçado um mundo operário e relações de gênero que já não existiam quando *The Uses of Literacy* [Os usos da alfabetização] foi publicado parece-nos mais ambivalente. R. Hoggart é consciente do aspecto datado de suas análises. Desde 1961, ele dedica um artigo às “*Changes in Working-Class Life*” [Mudanças na vida da classe operária, retomado em 1970b, p.45-61], no qual faz um inventário das

4 Algo como “afazeres do lar não são responsabilidades conjuntas”. (N. T.)

5 Através de um modo comedido por Patrick Mignon (2002), sob a acusação menos razoável de tomada de partido operário por Éric Maigret (2005).

evoluções do mundo operário em relação a sua experiência originária. Ele lista, ali, o maior acesso a formas limitadas de consumo e um relativo afrouxamento das necessidades que permitem a expressão de disposições para planejamentos a longo prazo. Ele ressalta o prolongamento do trabalho assalariado das mães após o nascimento dos filhos, mais mobilidade espacial em matéria de procura de empregos. Ele observa também como a habitação em grandes conjuntos residenciais desmembra a sociabilidade intergeracional dos operários, enquanto carros e televisões recompõem a sociabilidade familiar.

Para ele, essas evoluções não questionam uma vida operária focalizada na família estendida. Seu impacto apoia-se na transmissão intergeracional dos valores, institucionalizando uma fase mais longa da adolescência, na qual a cultura da mídia vem contrabalançar a reprodução de uma cultura de classe. Ele distingue também uma mudança lenta nos casais: “A tendência parece ser a de um melhor equilíbrio dos poderes e das responsabilidades entre os pais (...) duas carteiras, duas pessoas indo, a partir de então, ao mundo externo” (Hoggart, 1970b, p.55). A evolução implica também, para homens no trabalho, uma menor exigência física que ontem, uma menor legitimidade em pleitear um papel confortável, uma maior atenção às tarefas domésticas, uma gestão mais consensual do dinheiro da família.

A análise de gênero do mundo operário de ontem permite também atribuir um sentido às mutações daquele que lhe sucede. Os jovens pesquisadores do Centro de Birmingham fundado por R. Hoggart desenvolverão análises que utilizam suas contribuições para elucidar a realidade dos anos 1970. Phil Cohen (1972) analisará os efeitos da implantação dos grandes conjuntos habitacionais no East End de Londres. O urbanismo vertical quebra os espaços de sociabilidade da rua (*pub*, armazém), acabando com a “residência matrilocal”, ponto de atração de uma comunidade intergeracional.

Em seus trabalhos sobre as subculturas jovens (*mods*, *rockers*, *skinheads*), Dick Hebdige (2008 [1979]) revisita a relação com o modelo social e cultural dos pais, em especial a sua dimensão de gênero. Uma série de mudanças morfológicas (na escolarização, o acesso ao consumo, a habitação, mas também a própria natureza dos cargos de trabalho operários sucessivos à sua rarefação com a desindustrialização) produz uma crise da reprodução do mundo operário, no sentido de uma impossibilidade de

reinvestimento sem alteração dos papéis parentais para os filhos, especialmente os meninos. Uma parte dos jovens de meio popular (*rockers*, e mais tarde os *skinheads*) transcreve em seu estilo de vida valores herdados da vida operária (solidariedade do grupo, valorização de uma virilidade agressiva), até mesmo em suas dimensões regressivas (racismo dos *skinheads*). No outro polo, estilos de vida (simbolizados pelos *mods* dos anos 1960) brincam com um imaginário de consumo hedonista, de mobilidade social, de distância aos aspectos mais constrangedores das relações de trabalho. Esse imaginário rompe com os modelos tradicionais e agressivos de virilidade, sua simbologia contém conotações mais femininas (cabelos longos, repúdio do machismo ostensivo). Os trabalhos de Hebdige, admiráveis em diversos aspectos, expressam também uma *gender-blindness* [cegueira em relação ao gênero] que relativiza o feminino-centrismo imputado a R. Hoggart: as subculturas que ele explora são habitadas quase exclusivamente por personagens masculinos, o impacto das transformações do estatuto das mães está amplamente ausente.

Defender a fecundidade durável das análises de R. Hoggart não nos impede de enfatizar seus limites. O modo através do qual ele sugere uma aceitação pacífica ou resignada pelas mulheres das rotinas e obrigações do estatuto de mãe-esposa operária não se apoia em uma interpretação audaciosa ou otimista da experiência vivida? Sua recusa de um ponto de vista relativista em termos de escolhas culturais – o “quem somos nós para julgar?” que ele imputa tanto à extrema-esquerda quanto aos “empresários malandros” (Hoggart, 1992, p.225) – leva-o, às vezes, a edulcorar a escolha de valores o que pode ser “escolha por necessidade”. Apesar de negar a ideia de uma idade de ouro, R. Hoggart associa as novas modalidades de vida e de cultura operária a um empobrecimento. Essa abordagem⁶ não é desprovida de uma legitimação dos bons tempos, de uma subestimação da capacidade das novas gerações de apropriarem-se desses dispositivos pelos quais Hebdige interessa-se mais particularmente. Que a versão francesa seja, dessa vez, abaixo da tonalidade crítica do texto original (Hoggart, 1970a [1957], p.245-50 da edição inglesa) pode ser o indício de um incômodo dos tradutores.

6 Ver as páginas sobre a leitura ou o milk-bar (Hoggart, 1970a [1957], p.302).

Um “feminismo” de disposições mais do que de posições

Seria R. Hoggart feminista? Sua sensibilidade ao gênero viria do feminismo? Sua resposta à primeira pergunta seria com certeza circunspecta, negativa para a segunda. Minimamente, podemos qualificar R. Hoggart de feminista no que ele defende, sem ambiguidades, as conquistas coletivas das mulheres na metade do século passado. Em um livro com conotações testamentárias, ele escreve: “A melhor mudança da última metade do século terá sido a entrada gradual das mulheres na sociedade” (Hoggart, 1999, p.102-103). Mais recentemente ele especifica:

Para as mulheres, com reservas sobre algumas situações, os ganhos foram maiores do que para os homens, e deveriam mesmo tê-lo sido. Eles começaram com a introdução da pílula anticoncepcional e desenvolveram-se a partir desse ponto, através de outras influências – singularmente a da difusão gradual do feminismo –, para produzir o sensível crescimento das uniões livres no lugar do casamento. Encontramos, ali, globalmente, uma boa mudança, especialmente para as mulheres. Se as coisas não ocorrem corretamente, elas dispõem de uma saída de emergência (...) Devemos acrescentar a essa conquista o grande desenvolvimento do emprego feminino. (Hoggart, 2004, p.161)

Se abordamos o “feminismo” como um conjunto de contribuições teóricas ou normativas, as afinidades de R. Hoggart tornam-se duvidosas. Elas o são por razões temporais: o *corpus* dos *feminist studies/gender studies* é elaborado no momento em que R. Hoggart produz o essencial de seus textos acadêmicos. Não podemos deixar de lado certo aborrecimento diante do que ele pôde perceber como os excessos de radicalismo das feministas universitárias dos anos 1970, por exemplo, quando ele recrimina as “mais agressivas das feministas” de terem colado adesivos sobre desenhos “de qualidade, expostos na sala dos funcionários” de sua universidade em Birmingham, desenhos representando “um posterior de mulher, bonito e generoso”.

Mas acrescentaremos que uma atitude liberal, aberta ao pluralismo,⁷ misturada a uma verdadeira sensibilidade sobre a condição das mulheres,

permitirá às problemáticas feministas realizarem-se no Center for Contemporary Cultural Studies que ele criou em 1964 em Birmingham e onde florescerão, nos anos 1970, as grandes obras da segunda geração dos Estudos Culturais (Mattelart; Neveu, 2008, p.27-47). Reagindo à polarização sobre as únicas variáveis de classe e etnia, Charlotte Brunsdon, Dorothy Hobson e Angela McRobbie afirmarão a importância das questões de gênero e de orientação sexual na análise das sociabilidades e culturas populares. Verdadeiro manifesto, seu trabalho coletivo *Women Take Issue* [As mulheres divergem, Women’s Studies Group, 1978] exercerá uma influência durável nas pesquisas feministas na Grã-Bretanha (Franklin, Lury; Stacey, 1991). Ele é o prelúdio de um *corpus* considerável de análises inspiradas de problemáticas do gênero sobre a moda (McRobbie, 1998), as produções audiovisuais (Brunsdon, 2000; Hobson, 2003) e os estilos de vida jovens.

Se R. Hoggart não pode ser qualificado de feminista no sentido epistemológico ou político, como dar sentido à sua sensibilidade – como disponibilidade subjetiva e capacidade fina de gravação – aos interesses das relações de gênero? Devemos buscar em sua biografia, em um jogo social duplo que o associa ao feminino. Órfão de pai muito cedo, privado, mais tarde, de sua mãe, ele será criado por três mulheres. Essa imersão em um mundo feminino estrutura o primeiro volume de suas memórias. A única figura masculina, o tio Albert, é um homem fraco e beberrão, um personagem falido.

Mas a feminização do jovem R. Hoggart é dupla. Dedicado à instituição escolar, estimulado por sua família – tanto sob a forma de motivação quanto pelo desejo de escapar da tensão “*yorkshiro-ibsenite*” de um lar onde as relações entre mulheres são conflituosas – e ensinamentos atenciosos, ele é também um bolsista. “O pai e os irmãos do bolsista vivem fora, no mundo dos homens; o bolsista, por sua vez, fica no interior, no mundo das mulheres” (Hoggart, 1970a [1957], p. 352), escreve em um capítulo intitulado “Desraizados e desclassificados” que ele caracteriza como “muito penoso de escrever”. O bolsista retira-se dos espaços viris da rua onde ele não pode ir até que seus deveres sejam feitos, dos companheiros de oficina. Os rapazes da vizinhança não lhe eram hostis, mas “pensavam que ele não aproveitava

⁷ Porta-voz das edições Penguin, Hoggart se engajará em 1960 pela liberdade dos criadores e contra a hipocrisia pudibunda, no processo que vai permitir definitivamente a publicação de *L’Amant de Lady Chatterley* [O amante de Lady Chatterley] de D. H. Lawrence, até então

censurado por obscenidade. Seu prefácio na edição de 1961 defende as virtudes morais do relato, sustenta uma abordagem da sexualidade sem vergonha nem hipocrisia (Hoggart, 1961, p.8).

as coisas, como um seminarista cheio de espinhas, especialmente no que diz respeito às moças” (Hoggart, 1991, p.131).

A obra de R. Hoggart contém múltiplos índices de desconforto ao incorporar as crenças e os comportamentos característicos do modelo popular de virilidade, e mesmo além das mitologias masculinas. O relato de sua primeira visão, ainda no colégio, de um casal fazendo amor em um parque, é uma prova disso: “Eu nunca tinha visto o ato sexual antes e a lembrança mantém-se forte. É, acima de tudo, uma lembrança de violência... (...) sensação da violência masculina não reprimida e irremovível, que explode no momento decisivo (...) Eu estava atordoado e surpreso” (Ibid., p.216). A evocação de uma experiência militar – ele participou do fronte – permite detectar o pouco de fascinação por esses grandes eventos viris que são as paradas militares, das quais ele lembra-se de “gritos de aves sendo enforcadas dos sargentos” (Hoggart, 1990, p.4).

A vida e a obra de R. Hoggart confirmam quanto a forma sociológica da lucidez consiste em não tomar o evidente como óbvio, a ver o despercebido – pensar, aqui, como socialmente estruturadas as relações “naturais” homens-mulheres –, apoia-se em condições sociais, e não somente intelectuais. É através de uma série de ambiguidades que questionam as modalidades rotineiras de aprendizagem das identidades de gênero que o autor de *Uses of literacy* conquista uma capacidade rara em compreender algumas facetas das relações de gênero. O argumento vale também para seus limites, desde que possamos sustentar que a dupla experiência dos modelos normativos da “respeitável” *working class* [classe trabalhadora] e das conveniências acadêmicas o tornariam menos disponível para aderir às empreitadas do *gender trouble* [problema de gênero] nascidas nos anos 1970.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. *La Distinction*. Paris: Minuit, 1979. [Ed. Bras.: *A distinção*. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk, 2007.]
- BRUNSDON, C. *The Feminist, the Housewife and the Soap Opera*. Oxford: Clarendon Press, 2000.
- COHEN, P. Subcultural Conflicts and Working-Class Community. *CCCS Working papers*, Londres, n.2, 1972. [Ed. Franc.: *La communauté ouvrière et le conflit sub-culturel*. *Réseaux*, Paris, n.80, 1996, p.59-80.]

- FRANKLIN, S.; LURY, C.; STACEY, L. *Feminism and Cultural Studies: Pasts, Presents, Futures*. *Media, Culture & Society*, v.13, n.2, 1991, p.171-192.
- FRÉMONTIER, J. *La Vie en bleu. Voyage en culture ouvrière*. Paris: Fayard, 1980.
- GRIGNON, C.; PASSERON, J.-C. *Le Savant et le Populaire*. Paris: Gallimard/Seuil, 1989.
- HEBDIGE, D. *Subculture. The Meaning of Style*. Londres: Methuen, 1979. [Ed. Franc.: *Sous-culture. Le sens du style*. Paris: Zones, 2008.]
- HOBSON, D. *Soap Opera*. Cambridge: Polity Press, 2003.
- HOGGART, R. Introduction. In: LAWRENCE, D. H. *Lady Chatterley's Lover*. Londres: Penguin, 1961, p.5-15.
- . *The Uses of Literacy. Aspects of Working Class Life*. Londres: Chatto and Windus, 1970a. [Ed. Franc.: *La Culture du pauvre. Étude sur le style de vie des classes populaires en Angleterre*. Paris: Minuit, 1957.] [Ed. Port.: *Utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos*. Trad. Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença, 1973.]
- . *Speaking to Each Other 1. About Society*. Londres: Chatto and Windus, 1970b.
- . *Speaking to Each Other 2. About Literature*. Londres: Chatto and Windus, 1970c.
- . *A Sort of Clowning. Life and Times, 1940-1959*. Londres: Chatto and Windus, 1990.
- . *A Local Habitation*. Londres: Chatto and Windus, 1988. [Ed. Franc.: *33 Newport Street. Autobiographie d'un intellectuel issu des classes populaires anglaises*. Paris: Gallimard/Seuil, 1991.]
- . *An Imagined Life. Life and Times, 1959-1991*. Londres: Chatto and Windus, 1992.
- . *First and Last Things: The Uses of Old Age*. Londres: Aurum Press, 1999.
- . *Mass Media in a Mass Society. Myth and Reality*. Londres: Continuum, 2004.
- MAIGRET, E.; MACÉ, E. (dir.). *Penser les médiacultures. Nouvelles pratiques et nouvelles approches de la représentation du monde*. Paris: INA/Armand Colin, 2005.
- MATTELART, A.; NEVEU, E. *Introduction aux Cultural Studies*. Paris: La Découverte, 2008.
- McROBBIE, A. *British Fashion Design: Rag Trade or Image Industry?* Londres: Routledge, 1998.
- MIGNON, P. De Richard Hoggart aux Cultural Studies: de la culture populaire à la culture commune. *Espirit*, Paris, mar., 2002, p.179-190.
- PASSERON, J.-C. (dir.). *Richard Hoggart en France*. Paris: Éditions du Centre Georges Pompidou-BPI, 1999.
- RENAHY, N. *Les Gars du coin. Enquête sur une jeunesse rurale*. Paris: La Découverte, 2005.
- SCHWARTZ, O. *Le Monde privé des ouvriers*. Paris: PUF, 1990.
- SINGLY, F. Les Habits neufs de la domination masculine. *Espirit*, Paris, nov., 1993, p.54-64.

WILLIS, P. *Learning to Labour. How Working-Class Kids Get Working Class Jobs*. Nova York: Columbia University Press, 1997.

WOMEN'S STUDIES GROUP (dir.). *Women Take Issue: Aspects of Women's Subordination*. Londres: Hutchinson, 1978.

WOOL, V. *Mrs. Dalloway*. Paris: Gallimard, 1981 (1925). [Ed. Bras.: *Mrs. Dalloway*. Trad. Claudio Alves Marcondes. São Paulo: Cosac Naify, 2012.]

25

EDWARD P. THOMPSON: CLASSE, GÊNERO, HISTORICIDADE E "CAPACIDADE DE AGIR"

Laura L. Frader

Historiador inglês, Edward Palmer Thompson exerceu uma influência capital na prática da História social, sobretudo anglófona, e no pensamento político da esquerda inglesa não comunista. Por conta de sua principal obra, *A formação da classe operária inglesa*, publicada na Inglaterra em 1963, bem como por conta de seus artigos sobre a economia moral da multidão e sobre o tempo e a disciplina do trabalho no capitalismo industrial, ele transformou profundamente a prática da História social.

Em uma época durante a qual a história da classe operária estudava de maneira dominante as ideologias, os partidos políticos, o sindicalismo e os grandes dirigentes dos partidos de esquerda, E. P. Thompson enfatizou a importância da História "vista por baixo" e a experiência dos homens e mulheres ordinários (Thompson, 1967; 1968; 1971; 1972; 1974; 1978; 1988; 1993). Mesmo não tendo dedicado atenção particular às questões de gênero, mesmo se as mulheres não tiveram um verdadeiro lugar em sua obra, seu paradigma teve, contudo, um impacto muito grande nas práticas da história e das relações de gênero e das mulheres.

Como toda a sua geração de intelectuais de esquerda, Thompson foi profundamente influenciado pela vitória da esquerda inglesa no fim da Segunda Guerra Mundial. Essa "guerra popular" ("*people's war*"), que poderíamos considerar uma grande mobilização popular antifascista e antiautoritária, engendrou, no meio intelectual ao qual ele pertencia, um novo interesse pelo que era percebido como uma particularidade da

cultura inglesa, profundamente enraizada no mundo popular.¹ Esse olhar “para baixo”, o otimismo do período pós-guerra e a vitória da democracia contra o totalitarismo também influenciaram seu pensamento político. E. P. Thompson tornou-se um dos mais importantes fundadores da “nova esquerda” inglesa e, sobretudo, de sua corrente do “humanismo socialista” que se formou depois da revolta húngara e da repressão pelos soviéticos em 1956 (Kay; McClelland, 1990, p.1-2).

Como o ressalta Keith McClelland,

o humanismo socialista de E. P. Thompson distinguiu-se devido à ênfase dada à capacidade que os homens e as mulheres têm de agir de acordo com seus próprios interesses (*agency*), sobre a autonomia moral e as necessidades humanas, e por sua rejeição das formas políticas oriundas do stalinismo e da social-democracia – dimensões que marcarão sua obra por muito tempo. (Kay; McClelland, 1990, p.2)

Essa rejeição ao dogmatismo e ao determinismo das estruturas orienta seus textos teóricos contra a imposição sobre realidades históricas de esquemas e categorias abstratas e a-históricas. Suas críticas da esquerda dogmática tais quais “As peculiaridades do inglês” (1965), seu célebre ataque a Louis Althusser em *A pobreza da teoria* (1978b) e suas múltiplas obras que criticaram a corrida armamentista nuclear nos anos 1980 (Thompson, 1981) são uma prova disso.

Ao mesmo tempo que aceitou a *classe* como categoria de análise fundamental, E. P. Thompson rejeitou, contudo, a dimensão teleológica do marxismo, o determinismo econômico, assim como a dicotomia hierarquizada base/superestrutura. Seu trabalho sobre a classe operária – uma contribuição simultaneamente teórica, metodológica e empírica – possui três importantes dimensões: 1) ele rejeita a concepção determinista da formação das classes sociais, insistindo sobre sua historicidade e a importância da subjetividade dos atores sociais; 2) ele ressalta a importância das produções e práticas culturais ao lado das condições econômicas; 3) ele enfatiza a agência dos sujeitos, sua capacidade em agir de acordo com seus interesses e não segundo as estruturas econômicas consideradas como “o motor” da História.

1 A noção de *people's war* foi criticada à luz das divisões pelo gênero e também pela raça em Rose (2006).

Qual foi a influência desse trabalho na história das mulheres e do gênero? Apesar de não estarem ausentes, as mulheres não se encontram no centro de sua história como sujeito ou atrizes. Com mais frequência, são presumidamente incluídas na história universal dos homens, submersas na multidão, nos movimentos religiosos ou políticos, ilustrando as dimensões emotivas, ou mesmo irracionais, da história. Portanto, por meio da ênfase dada à historicidade e à subjetividade, às práticas culturais e à sua capacidade de agir, E. P. Thompson inspirou e facilitou o trabalho de toda uma geração de historiadoras e historiadores que expandiram e aprofundaram sua análise, visando integrar o estudo das mulheres e do gênero na História social. Para compreender o grande impacto dessa obra e os debates que ela suscitou tanto na Europa quanto nos Estados Unidos e na Inglaterra, devemos, primeiramente, voltar ao modo através do qual ele fez repensar a noção de classe tal qual ela aparece nos estudos sobre a classe operária inglesa.

Historicidade, cultura, agência

Até os anos 1960, a maioria dos estudos na tradição marxista tomava a ligação quase automática e determinante entre as condições de produção econômica e a formação da classe operária como algo estabelecido, definindo a classe principalmente como uma estrutura. Para E. P. Thompson, a classe seria, ao contrário, uma relação. “Não concebo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como ‘uma categoria’”, escreve, “mas como algo que de fato acontece (...) nos relacionamentos humanos” (Thompson, 1988, p.13).

Podemos falar de classe quando os homens, em consequência de experiências comuns (que eles compartilham ou que pertencem à sua herança), percebem e articulam seus interesses em comum, por um lado e por outro, contra outros homens cujos interesses diferem dos seus (e em geral opõem-se a eles).

“A classe”, afirma em uma frase que foi retomada diversas vezes, “é uma relação e não uma coisa” (Ibid., p.13-14). Ela “define-se pelos homens vivenciando sua própria história. Essa é, definitivamente, sua única definição” (Ibid., p.15).

Assim, para E. P. Thompson, a consciência de classe não é um resultado direto das condições econômicas, é o resultado da interpretação (subjetiva) que os homens e as mulheres fazem de sua própria experiência. Para o historiador, todo o problema consiste em compreender o processo através do qual essa consciência constrói-se. “Não é a identidade objetiva dos interesses (econômicos) que faz uma classe, mas o sentimento de uma identidade (...) Sem consciência, não há classe” (Sewell, 1990, p.54). Como o afirma William H. Sewell Jr., “ao negar que a classe existe fora da consciência das pessoas (no exterior de) a consciência de seus interesses comuns, E. P. Thompson deslocou radicalmente a problemática da formação das classes enfatizando como essa consciência é historicamente produzida” (Ibid.). E. P. Thompson ressaltou a historicidade: a classe é apenas o resultado de processos históricos. Ora, a história humana não é o resultado inevitável das forças econômicas, mas sim da ação humana. Ela é com certeza influenciada pelas forças econômicas e as relações de produção, mas também pela cultura e a consciência. E a consciência de classe, que é tão importante não somente para a subjetividade dos atores sociais, mas também para a mobilização e a ação, é, em si, não uma abstração, mas o produto da experiência dos operários.² E. P. Thompson concede, assim, à experiência subjetiva um estatuto privilegiado no estudo científico das formações sociais. O modo por meio do qual as pessoas percebem e interpretam sua experiência é tão importante quanto as condições econômicas ditas “objetivas” de acordo com a teoria marxista.

Consequentemente, a classe é também profundamente marcada pelas práticas culturais da vida cotidiana: da poesia e dos hinos da religião popular até os quebradores de máquinas que protestavam contra a ameaça ao emprego provocada pela mecanização, passando pelas flâmulas e as numerosas manifestações políticas populares ou os panfletos do início do século XIX, tudo contribuiu com o processo histórico de formação da classe. E. P. Thompson chamou, assim, a atenção para a linguagem do protesto e da luta, bem antes que os historiadores assumissem a “virada linguística” dos anos 1980.

Para E. P. Thompson, a “capacidade de agir” contra a exploração ou em reação às condições econômicas intoleráveis é tão importante quanto a

² Para uma crítica da experiência como forma pura de evidência histórica, ver Scott (1991b).

cultura e a consciência para a formação da classe operária. Seja em *A formação da classe operária inglesa* ou em outras obras, E. P. Thompson atribuiu uma nova interpretação às manifestações populares. Os protestos contra o alto custo de vida no século XVIII não eram manifestações desordenadas e espontâneas (como descritas pelos historiadores). Elas foram, ao contrário, ações conduzidas com uma lógica própria, com objetivos bem definidos. Às explicações que consideravam esse tipo de manifestação como reações puras e simples às mudanças econômicas, o historiador britânico opõe a importância do que ele chama de “economia moral” (*moral economy*). Esse conceito, que se tornou célebre, remete a um conjunto de práticas e valores políticos e culturais comuns em nome dos quais interesses da comunidade são defendidos inclusive no plano econômico. Eles produzem um sentimento de legitimidade compartilhado entre o povo e a autoridade pública, legitimidade em nome da qual se deve, supostamente, controlar as reservas de alimento e o preço dos grãos.

Ao restituir a capacidade de agir das pessoas comuns como motor da história, ao chamar a atenção para as manifestações populares, E. P. Thompson expandiu, assim, a área do “político”. Suas contribuições teóricas têm uma influência incontestável nos estudos feministas, apesar das críticas, às vezes severas, sobre sua negligência em relação às mulheres e ao gênero.

Críticas feministas

Efetivamente, como nos mostraram as críticas feministas, seu trabalho é sobretudo uma história dos operários homens e (mesmo se isso não é teorizado) do caráter masculino da formação da classe e das políticas que resultariam dessa história. Algumas vezes influenciadas e interpeladas por sua obra, várias historiadoras feministas notaram que ela não questiona a relação classe-gênero, mas toma como certa uma significação unitária e universalizante de classe, representada pelo operário masculino.

A historiadora Joan Scott, uma das mais conhecidas e mais severas críticas de E. P. Thompson, questionou principalmente a marginalização das mulheres na história thompsoniana dos movimentos sociais e políticos e, em segundo lugar, seu uso da “experiência” – percebida como “as realidades vividas da vida social” na área dos afetos da família e da religião,

por exemplo (Scott, 1991, p.784). Para E. P. Thompson, “a própria classe, como síntese conceitual da identidade coletiva e da ação política, não constitui o objeto de um exame crítico” (Scott, 1981, p.70). Reconhecer as diferenças no interior de uma classe teria incomodado a unidade fundamental dessa formação social que a interpretação de E. P. Thompson tanto preza. Por essa razão, ele não explorou como a experiência do capitalismo industrial feita pelas mulheres teria podido marcar seu comportamento político. Apesar de presentes em sua história, esta é estruturada de tal modo que as mulheres encontram-se, ali, marginalizadas. A tensão entre sua domesticidade supostamente essencial e sua exploração pelos empregadores industriais serve para ilustrar os piores efeitos do sistema capitalista mas, ao mesmo tempo, torná-los marginais (Ibid., p.72-73). Suas obrigações domésticas parecem comprometer a consciência política das mulheres – mesmo daquelas que trabalham – de um modo diferente da dos homens (para quem, em todo caso, [o trabalho] não é visto como um problema) (Ibid., p.74).

Não somente as mulheres aparecem na margem da história, mas, no momento em que surgem, não contribuem com a formação da consciência de classe. E. P. Thompson opõe a política dos operários, fundada nos movimentos racionais e radicais do século XVIII que defendiam os direitos dos ingleses nascidos livres (*free-born Englishmen*), aos movimentos religiosos populares irracionais dos quais as mulheres participaram. As mulheres pregadoras, como Joanna Southcott, são apresentadas como histéricas frenéticas incapazes de inspirar a ação social (Ibid., p.76). Existe, nos escritos de E. P. Thompson, uma noção de classe que se apoia no gênero, mas essa construção da classe não é nem explícita, nem objeto de análise. Em *A formação da classe operária inglesa*, a oposição entre a racionalidade (presumidamente masculina) e a expressividade (presumidamente feminina e conseqüentemente relegada ao segundo plano), é ao mesmo tempo necessária e paradoxal. Necessária porque sua crítica política ao stalinismo depois de 1956 exigia que ele demonstrasse a racionalidade fundamental dos operários; paradoxal porque ademais E. P. Thompson celebrou os poetas e outros românticos por terem criado laços com os artesãos radicais (Scott, 1981, p.80; Abelove, 1982; Thompson, 1977).

Nesse contexto, as mulheres não são simplesmente marginalizadas. A própria entrada da trabalhadora na história, como sujeito, é, nele,

apresentada como um problema a ser estudado e explicado. Compreender esse estatuto problemático da trabalhadora exige um estudo sobre os discursos relativos ao sexo e às significações históricas (Scott, 1991a).

A leitura crítica de J. Scott implica uma concepção mais radical da própria natureza do saber histórico, do modo de fazer a história social e os meios de reintroduzir, nela, as mulheres. Seguindo os passos das posições metodológicas do pós-estruturalismo e, em particular, da virada linguística, J. Scott enfatizou o lugar central que o “gênero” ocupa – quer dizer, as “significações atribuídas às diferenças sexuais e biológicas” – no conjunto das relações sociais e a importância “do gênero como uma parte constitutiva e significante de poder”. Ela ressaltou a constituição histórica e cultural do gênero por meio dos discursos (tomados no sentido amplo das instituições, das leis, da linguagem e das práticas culturais) (Scott, 1988).

É nesse contexto que se inscreve a segunda importante crítica de J. Scott sobre o uso que E. P. Thompson faz da “experiência” como fonte de verdade histórica. Para E. P. Thompson, ela afirma, “a experiência remete ao mesmo tempo à influência de fatores externos e de sentimentos subjetivos, ao estrutural e ao psicológico”. Ela é “uma influência mediadora entre estrutura social e consciência social” (Scott, 1991b, p.784). Portanto, apesar da importância concedida à experiência subjetiva e ao sentimento, para ele a experiência é determinada pelas relações de produção. Essas relações, cuja vivência é presumidamente idêntica para todos os operários, constituem um fato unificador e homogêneo, comum a toda a classe operária, “uma identidade de classe comum”. Essa concepção supõe que a experiência já é conhecida e não constituída histórica e socialmente segundo os diferentes grupos sociais, “que existe um estreito e automático laço entre as posições estruturais e interesses sociais” (Varikas, 1991, p.95). No relato de E. P. Thompson,

a classe é, finalmente, uma identidade enraizada em relações estruturais que precedem a política. O que esse conceito de classe obscurece é o processo contraditório e contestado através do qual a própria classe foi conceituada e através do qual as diferentes posições dos sujeitos foram atribuídas, sentidas, contestadas ou aceitas. (Scott, 1991b, p.785)

J. Scott enfatiza, assim, a natureza *discursiva* da experiência e a importância de questionar sua constituição.

Antes mesmo que as obras de E. P. Thompson e de J. Scott tenham sido traduzidas em outras línguas, essas críticas suscitaram um debate internacional extremamente vivo sobre a questão do sujeito da história e sobre o método da História social. A historiadora norte-americana Louise A. Tilly, também influenciada por E. P. Thompson, dirigiu-se à J. Scott por ter afastado de sua óptica as relações materiais e as duras realidades da vida cotidiana, a favor da linguagem e das representações (Tilly, 1989; 1990). Para ela, a percepção do gênero e da experiência como discursivamente constituídas corria o risco de obscurecer a posição das mulheres como sujeitos da história. Temendo, também, que a “virada linguística” pudesse “conduzir a uma deriva da linguagem”, Françoise Thébaud manifestou uma série de reservas referentes à centralidade da relação de sexo que poderia “substituir a de classe, com a mesma pretensão totalizante”, mas que se referem também à distinção entre “história das mulheres” e “história do gênero” (Thébaud, 1998, p.21). Eleni Varikas assumiu uma posição mais sutil. Compartilhando o “ceticismo de Tilly quanto à capacidade da desconstrução em produzir (...) uma visão das mulheres como sujeitos da história”, ela também criticou a visão exclusivamente discursiva da experiência proposta por J. Scott. E. Varikas concorda com J. Scott, em compensação, sobre a importância do gênero como categoria de análise suscetível de expor “as estratégias de dominação que se encontram na base da construção binária da diferença de sexo” (Varikas, 1991; 2006).³

Outras autoras feministas contestaram a crítica de J. Scott à percepção thompsoniana do ator e da capacidade de agir segundo seus próprios interesses. Catherine Hall, por exemplo, muito influenciada pela pesquisa de E. P. Thompson, também recusou-se a escolher entre “estruturalistas e culturalistas”. A “morte do sujeito”, afirma, “preconizada pela desconstrução, inclusive em sua versão descentrada, pode levar à obliteração de toda noção de *agência*”. C. Hall critica veementemente a rejeição pós-estruturalista “da antiga ilusão humanista de indivíduos autônomos agindo no mundo”

³ Esse debate gerou muita repercussão junto às historiadoras italianas, holandesas e alemãs, mas não poderemos falar sobre isso aqui. Como exemplo, ver: Cori (1996), Bosch (1991) e Bock (1989).

(Hall, 1991, p.210), assim como a ausência de subjetividade na posição de J. Scott. Luisa Passerini, por sua vez, enfatiza a importância de reintroduzir a memória e a subjetividade na história social e na história das mulheres (Passerini, 1988; Varikas, 1988; Leydesdorff, Passerini e Thompson, 2005). Para ela, a história oral funciona como um outro meio de aceder às lembranças e à subjetividade dos atores escondidos pelas histórias dominantes. A importância da subjetividade é também ressaltada pela socióloga brasileira Elizabeth Souza-Lobo em sua análise da mobilização e da sindicalização das operárias brasileiras dos anos 1970 (Souza-Lobo, 1989; 1991).

Esses debates mostram que mesmo que E. P. Thompson não tenha reconhecido a diversidade interna da classe, sua obra constituiu “uma precondição do discurso feminista socialista” (Scott, 1981, p.71). Podemos ir ainda mais longe: as dimensões múltiplas dessa obra e os debates que ela estimulou foram de importância fundamental para aquelas e aqueles que se interessam pelas relações sociais de sexo, pelas mulheres e pelo gênero. A “historicidade” das categorias e das formações sociais, a “subjetividade” dos indivíduos na interpretação de sua experiência, a “cultura” e principalmente a “linguagem” e os discursos como elementos constitutivos da classe, seu papel de mediação na compreensão das condições econômicas e em sua tradução em termos políticos, a *agência*: todas essas noções essenciais para a análise thompsoniana da História abriram novas pistas teóricas para o estudo das mulheres e do gênero, sobretudo na área da História social, na qual essas novas pistas conduziram a uma releitura das pesquisas sobre a classe operária e sua formação.⁴

A formação da classe pelo prisma do gênero. E. P. Thompson revisitado

A obra de E. P. Thompson abriu caminhos para uma série de trabalhos históricos complementares que mostraram a participação substancial das mulheres tanto no desenvolvimento do capitalismo industrial quanto nos

⁴ Com certeza, na área da Sociologia e da Sociologia histórica, pesquisas sobre as mulheres na economia e nos movimentos sociais já estavam sendo desenvolvidas quando Thompson publicou *A formação da classe operária inglesa*. Ver, sobretudo, Guilbert (1966a; 1966b).

movimentos operários mais importantes. Essas pesquisas de base tornaram visível o trabalho doméstico das mulheres, sua presença nas fábricas e nas minas tão essencial para o crescimento industrial do início do século XIX e mesmo depois.⁵ Algumas estudaram a vida privada, a sexualidade e a prostituição como objetos de regulação pelo Estado e como questões complexas levantadas pelo controle estatal que vão ao encontro das resistências feministas.⁶

Deborah Valenze releu e corrigiu a importante obra de E. P. Thompson sobre a religião popular. Enquanto esse autor havia rejeitado as pregadoras mulheres situando-as no lado irracional das práticas populares, Valenze ressaltou o importante papel que as “mulheres profetas” desempenharam na cultura operária, cujos apelos ressoavam nos ouvidos das mulheres sobrecarregadas pelo novo sistema industrial. Longe de ser uma reação irracional e sem valor para o desenvolvimento da consciência operária, o eco que elas encontraram era mais uma resposta às ameaças de destruição dos lares dos artesãos devido à devastação do capitalismo (Valenze, 1985).

Outros trabalhos ilustraram também como uma análise dos movimentos políticos radicais em termos de gênero permite desvendar a importância do feminismo como um componente da ideologia radical da classe operária, e produzem um retrato bem mais complexo da classe operária e de suas divisões. Barbara Taylor e C. Hall oferecem dois exemplos marcantes de historiadoras profundamente influenciadas por E. P. Thompson que revolucionaram, ao mesmo tempo, a ideia de uma classe operária unificada e universal, cara à sua obra.

Em seu livro *Eve and the New Jerusalem* [Eva e a Nova Jerusalém], B. Taylor revisitou o trabalho de E. P. Thompson sobre os grupos radicais ingleses dos anos 1830 que marcaram a tomada de consciência dos operários como classe. Aprofundando a análise do socialismo utópico owenista, ela mostrou que a formação da classe operária foi o produto de uma luta entre homens e mulheres cujo interesse era a relação entre casamento, família e trabalho. A “nova Jerusalém” utópica das mulheres owenistas era bem diferente da dos homens, e B. Taylor enfatizou a que ponto essas

5 Trata-se de uma imensa literatura que não é possível retomar aqui. A respeito dessas questões historiográficas, ver Frader (1996), Frader e Rose (1996) e Zancarini-Fournel (2001).

6 Ver, por exemplo, McBride (1976), Davidoff e Hawthorn (1976), Walkowitz (1980), Lewis (1986) e Perrot (1976).

visões divergentes dos interesses de classe encontravam-se na classe operária. Segundo ela, enquanto as mulheres e o feminismo constituíam uma parte integrante e até fundamental do socialismo utópico dos anos 1830, desde os anos 1840 o socialismo científico obscureceu as relações de poder entre homens e mulheres e os esforços de tornar compatível o trabalho e as relações privadas características do socialismo das feministas owenistas. O “socialismo científico” marginalizou, assim, os interesses das mulheres em benefício de uma análise econômica das condições de produção (Taylor, 1983).

Michèle Riot-Sarcey também evidenciou a importância das intervenções feministas das saint-simonianas na França dos anos 1830-1848, enfatizando a análise da construção das ideias sobre a diferença dos sexos e suas consequências para a política das feministas dessa época (Riot-Sarcey, 1994).

A historiadora e socióloga Sonya O. Rose submeteu as ideias de E. P. Thompson sobre a historicidade da classe a uma análise em termos de gênero para elucidar os conflitos de gênero no processo de industrialização inglesa e seu impacto na formação da classe no século XIX. Ela mostrou como, na indústria têxtil, a transição do sistema de produção doméstico para a fábrica foi acompanhada de importantes conflitos entre os empregadores e as tecelãs, que reclamavam a exclusividade de um direito ao trabalho sobre certas máquinas consideradas como “máquinas de homens”. A resistência das operárias na integração das mulheres ao trabalho mecanizado e sua reivindicação de um “salário familiar” (ou salário de homem como *breadwinner*, ganha-pão) conduziram às greves no decorrer do século XIX. Esses conflitos revelaram a extensão do antagonismo entre homens e mulheres em sua concorrência pelo emprego e, conseqüentemente, a importância do gênero e da masculinidade nas lutas operárias e na construção das identidades de classe (Rose, 1992).

Mesmo que reconhecesse a grande influência da história social de E. P. Thompson na história feminista, C. Hall ressaltou a importância de uma releitura do paradigma thompsoniano do ponto de vista das diferenças homens-mulheres (Hall, 1990). Como B. Taylor e S. O. Rose, ela enfatizou as mutações da família operária no capitalismo industrial, que torna-se cada vez mais dependente do salário dos filhos e da mulher. Durante a formação da classe operária inglesa, a família sofreu importantes mudanças e C. Hall mostra como o radicalismo sexual que surge no início

do século XIX (sobretudo entre os socialistas owenistas) desaparece nos anos 1850, quando os casamentos legítimos tornam-se a norma e o ideal da dependência da esposa diante do homem chefe de família impõe-se.

Podemos ver bem: quando ela é analisada pelo prisma do gênero, a classe parece mais marcada por sua diversidade do que por sua unidade. Diversos(as) pesquisadores(as) inspirados(as) por E. P. Thompson evidenciaram que os movimentos pelos direitos políticos são também reveladores das divisões de gênero. Na Inglaterra, assim como na França, alguns dentre os raros homens radicais que defenderam o direito das mulheres em participar e até votar nas reuniões populares em 1830 e 1840 aderiram, ao mesmo tempo, ao ideal da domesticidade feminista. C. Hall nota essa contradição inerente à política radical:

A cultura operária radical perpetuava uma série de pressupostos banais sobre o lugar dos homens e das mulheres, pressupostos que não eram submetidos ao mesmo exame crítico rigoroso que a monarquia, a aristocracia (...) e outras instituições (corruptas). (Hall, 1990, p.86)

Na França, Michelle Perrot havia observado desde os anos 1970 o paradoxo do conservadorismo masculino no movimento operário dito radical. Em sua importante obra sobre as greves na França do século XIX, ela mostrou como *Les Ouvriers en greve* [Os operários em greve] tentaram marcar distinções de gênero e defenderam a ideia do homem provedor (*breadwinner*) e da mulher dona de casa (Perrot, 1974; 1976; Riot-Sarcey, 1994). Na Inglaterra, os clubes operários, onde os homens liam os jornais e livros em voz alta, e as escolas de domingo onde os homens aprendiam a ler e a escrever, eram lugares por excelência marcados pela segregação sexual. Profundamente ambivalentes quanto à participação permanente das mulheres, os homens as excluíram das sociedades instituídas e privaram-nas de uma ação autônoma na cultura política radical dos anos 1840. O movimento cartista pela extensão dos direitos políticos aos operários é um exemplo característico do abandono da reivindicação do sufrágio universal (Hall, 1990, p.85).

Cruzando a historicidade e a cultura em uma perspectiva de gênero, todos esses trabalhos analisam as modalidades por meio das quais essas práticas políticas e culturais conceitualizaram a classe no masculino.

O reconhecimento do caráter histórico das categorias de “mulher” e de “operária” e da contingência da categoria “mulher”, não foi diretamente inspirado pelo modelo de E. P. Thompson, mas foi certamente influenciado por sua obra. Se, no momento em que as definições hegemônicas de gênero começaram a ser contestadas, J. Scott atacou E. P. Thompson a respeito das lacunas de sua análise, ela enfatizou, em sua própria pesquisa, como na França do século XIX a noção de “operária” era uma formação histórica produzida por discursos sexuados. Sua contestação rigorosa do “caráter científico” das estatísticas (Scott, 1981b), sua leitura da economia política francesa dos anos 1840-1860 também revelaram como Jean-Baptiste Say, Eugène Buret e Jules Simon elaboraram uma crítica do trabalho da operária cuja moralidade foi incessantemente questionada. A economia política contribuiu, assim, com a normalização do ideal do homem provedor da família ao ponto de uma feminista como Julie Daubié, que buscou a igualdade das mulheres no mercado de trabalho, não ter podido contestar esse pressuposto da economia política corrente (Scott, 1981c). J. Scott demonstrou, assim, que se a classe era uma construção histórica, a representação das mulheres da classe operária também o era.

As releituras críticas de E. P. Thompson elucidaram, enfim, a importância da família e da vida privada, que esse autor havia marginalizado em sua discussão da formação da classe operária inglesa, mas também seu caráter político. Anna Clark demonstrou, então, como as relações de gênero desenvolvidas na família influenciaram a política operária. As noções de masculinidade e de feminidade, a divisão sexual do trabalho e a moral sexual eram estreitamente ligadas à política de classe na Inglaterra do fim do século XVIII e início do século XIX. Mas a natureza específica desses laços não era a mesma nem para todos os operários nem em toda a Inglaterra. Estudando a cultura dos artesãos em três diferentes cidades, Anna Clark contestou, por sua vez, a visão unificada da classe, revelando diferenças importantes entre as profissões e as regiões. Como Sonya Rose, ela considerou que os conflitos sobre o trabalho das mulheres e das moças e sobre seu lugar na família foram componentes perenes da industrialização. Ela pôde, assim, desenvolver e aprofundar a análise da política operária iniciada por B. Taylor, ao examinar os debates sobre a sexualidade e a contracepção para os socialistas-radicalistas no início do século XIX (Clark, 1995).

Enfim, em sua obra comum *Family Fortunes* [Fortunas familiares], L. Davidoff e C. Hall situaram a família no centro de sua pesquisa ao estender a análise de classe e de gênero ao exame da família burguesa inglesa no século XIX (1991). Partindo do princípio de que “a classe e o gênero funcionam sempre juntos e que a consciência de classe é sempre marcada pelo gênero”, elas mostraram as tensões entre, por um lado, a ideologia da dependência feminina na vida privada e, por outro, a presença efetiva das mulheres no espaço público (Ibid., p.13). Enquanto os historiadores, seguindo os passos de E. P. Thompson, haviam presumido que a separação das esferas pública e privada e a crescente dependência das mulheres em relação ao homem provedor da família resultariam do desenvolvimento do capitalismo industrial, L. Davidoff e C. Hall mostraram, por exemplo, que os homens burgueses do século XIX inseriram-se melhor nas relações familiares e foram mais dependentes do sustento das mulheres do que os pesquisadores haviam até então admitido. As supostas distinções entre público e privado e suas significações “de gênero” eram muito mais fluidas que a ideologia desse período deixava crer.

Para concluir, se o próprio E. P. Thompson deu relativamente pouco espaço às mulheres e ao gênero em seus textos sobre a classe operária inglesa, o legado de seus trabalhos e as questões que ele levantou são de grande alcance. Chegando ao palco no momento em que a “nova esquerda” anglo-saxônica questionava-se sobre os velhos pressupostos marxistas, ele recentralizou a pesquisa histórica em benefício de, pelo menos, duas gerações de pesquisadores. Sua obra estimulou pesquisadores(as) feministas a seguirem novas pistas no campo da História social e da Sociologia histórica. Essas áreas não somente integraram as mulheres e os gêneros em suas pesquisas, como também modificaram profundamente nossa compreensão das relações entre gênero, classe e poder, em toda a sua complexidade.

Referências bibliográficas

- ABELOVE, H. Review Essay: *The Poverty of Theory* by E. P. Thompson. *History and Theory*, Albritton, v.21, 1982, p.132-142.
- BOCK, G. Women's History and Gender History: Aspects of an International Debate. *Gender and History*, Nottingham, v.1, n.1, 1989, p.7-30.

- BOSCH, M. Internationalism and Theory in Women's History. *Gender and History*, Nottingham, v.3, n.2, 1991, p.137-146.
- CLARK, A. *The Struggle for the Breeches. Gender and the Making of the British Working Class*. Berkeley: California Press, 1995.
- DAVIDOFF, L.; HALL, C. *Family Fortunes. Men and Women of the English Middle Class 1780-1850*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- DI CORI, P. (dir.). *Altre storie. La critica femminista alla storia*. Bologna: Clueb, 1996.
- FRADER, L. L. Femmes, genre, et mouvement ouvrier en France aux XIX et XX siècles: bilan et perspectives de recherche. *Clio. Histoire, Femmes et Sociétés*, Toulouse, n.3, 1996, p.223-224.
- _____.; ROSE, S. O. Introduction. In: _____. *Gender and Class in Modern Europe*. Ithaca: Cornell University Press, 1996.
- GUILBERT, M. *Les Fonctions des femmes dans l'industrie*. La Haye/Paris: Mouton, 1966a.
- _____. *Les Femmes et l'organisation syndicale avant 1914*. Paris: CNRS, 1966b.
- HALL, C. The Tale of Samuel and Jemima: Working Class Culture in Nineteenth Century England. In: KAYE H. J.; McCLELLAND, K. (dir.). *E. P. Thompson. Critical Perspectives*. Filadélfia: Temple University Press, 1990, p.78-102.
- _____. Politics, Post-Structuralism and Feminist History. *Gender and History*, Nottingham, v.3, n.2, 1991, p.204-210.
- KAYE H. J.; McCLELLAND, K. (dir.). *E. P. Thompson. Critical Perspectives*. Filadélfia: Temple University Press, 1990.
- LEYDESDORFF, S.; PASSERINI, L.; THOMPSON, P. Introduction. In: _____. *Gender and Memory*. Nova York/Oxford: Oxford University Press, 1996, p.1-16.
- PASSERINI, L. *Storia e soggettività: le fonti orali, la memoria*. Florença: La Nuova Italia, Scandici, 1988.
- PERROT, M. *Les Ouvriers en greve*. Paris: Mouton, 1974.
- _____. L'éloge de la ménagère dans les discours des ouvriers français au XIX^e siècle. *Mythes et représentations de la femme au XIX^e siècle. Romantisme*, Abeville, n.13-14, out.-dez., 1976, p.105-121.
- RIOT-SARCEY, M. *La Démocratie à l'épreuve des femmes. Trois figures critiques du pouvoir*. Paris: Albin Michel, 1994.
- ROSE, S. O. *Limited Livelihoods. Gender and Class in Nineteenth-Century England*. Berkeley: University of California Press, 1992.
- _____. *Which People's War?* Oxford: Oxford University Press, 2006.
- SCOTT, J. W. Genre: une catégorie utile d'analyse historique. *Les Cahiers du GRIF*, Bruxelles, n.37, 1988, p.125-153.
- _____. *La travailleuse*. In: DUBY, G.; PERROT, M. (dir.). *Histoire des femmes en Occident. Le XIX^e siècle*. Paris: Plon, 1991a, p.419-444.
- _____. The Evidence of Experience. *Critical Inquiry*, Chicago, v.17, n.4, 1991b, p.772-797.
- SEWELL Jr., W. H. Thompson's Theory of Working-Class Formation. In: KAYE, H. J.; McCLELLAND, K. (dir.). *E. P. Thompson. Critical Perspectives*. Filadélfia: Temple University Press, 1990, p.50-77.

- SOUZA-LOBO, E. Experiências de mulheres. Destinos de gênero. *Tempo social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v.1, n.1, 1989, p.169-182.
- TAYLOR, B. *Eve and the New Jerusalem*. Londres: Virago, 1983.
- THÉBAUD, F. *Écrire l'histoire des femmes*. Paris: ENS, 1998.
- THOMPSON, E. P. The Peculiarities of the English. In: MILLIBAND, R.; SAVILLE, J. (dir.). *Socialist Register*. Londres: Merlin Press, 1965. [Ed. Bras.: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Trad. Antonio Luigi Negro et al. São Paulo: Editora Unicamp, 2012.]
- _____. Time, Work Discipline and Industrial Capitalism. *Past and Present*, Oxford, n.38, 1967, p.56-97.
- _____. *The Making of the English Working Class*. Harmondsworth: Penguin, 1968 (1963). Tradução francesa: *La Formation de la classe ouvrière anglaise*. Paris: Gallimard, 1988. [Ed. Bras.: *A formação da classe operária inglesa*. Trad. Denise Bottmann. 3v. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.]
- _____. *The Moral Economy of the Crowd*. *Past and Present*, Oxford, n.50, 1971, p.76-136.
- _____. Rough Music. Le charivari anglais. *Annales Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, ano 27, v.2, mar.-abr., 1972, p.285-312.
- _____. Patrician Society, Patrician Culture. *Journal of Social History*, Oxford, v.7, n.4 (verão), 1974, p.382-405.
- _____. *William Morris: Romantic to Revolutionary*. Nova York: Pantheon, 1977.
- _____. Eighteenth-Century Society: Class Struggle Without Class? *Social History*, Oxford, v.3, n.2, maio, 1978a, p.13-65.
- _____. The Poverty of Theory or an Orrery of Errors. In: _____. *The Poverty of Theory and Other Essays*. Nova York: Monthly Review Press, 1978b, p.193-397. [Ed. Bras.: *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.]
- _____. *Customs in Common. Studies in Traditional Popular Culture*. Nova York: The New Press, 1993. [Ed. Bras.: *Costumes em comum*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.]
- _____.: SMITH, D. (dir.). *Protest and Survive*. Nova York: Monthly Review Press, 1981.
- TILLY, L. A. Gender, Women's History and Social History. *Social Science History*, Duke, v.13, n.4 (inverno), 1989, p.463-469.
- _____. Genre, histoire des femmes, et histoire sociale. *Genèses*, Paris, n.2, dez., 1990, p.148-166.
- _____.; SCOTT, J. W. *Les Femmes, le travail, et la famille*. Paris: Rivages, 1987.
- VALENZE, D. M. *Prophetic Sons and Daughters. Female Preaching and Popular Religion in Industrial England*. Princeton: Princeton University Press, 1985.
- VARIKAS, E. L'approche biographique dans l'histoire des femmes. *Les Cahiers du Grif, Le genre et l'histoire*, Bruxelles, n.37-38, 1988, p.41-56.
- _____. Genere, esperienza e soggettività: a proposito della controversia Tilly-Scott. *Passato e Presente*, n.10, 1991. Tradução inglesa citada: Gender, Experience and

- Subjectivity: the Tilly-Scott Disagreement. *New Left Review*, Londres, n.211, 1995, p.89-101.
- ZANCARINI-FOURNEL, M. *L'Histoire des femmes et de la discipline historique*. Primeiros encontros da Durance, 2001. Disponível em: <<http://histgeo.ac-aix-marseille.fr>>.

V
PROGRESSO, RACIONALIDADE,
DINÂMICAS DO OCIDENTE

MAX WEBER, A GAIOLA DE AÇO E AS SENHORAS

Eleni Varikas

Um dos maiores pensadores do século XX, Max Weber (1864-1920) é um dos arquitetos das Ciências Sociais modernas, no mesmo nível que Marx e Durkheim, ainda que, na França, sua recepção tenha sido muito lenta. Suas duas principais contribuições sobre a “racionalização ocidental” – uma análise meta-histórica da preeminência do Ocidente nos tempos modernos – e sobre a “ética protestante” – uma genealogia não marxista do capitalismo moderno –, marcaram profundamente as críticas da modernidade, de Georg Lukács a Wendy Brown.

Nascido em Erfurt de uma mãe oriunda da burguesia intelectual de origem huguenote e de um pai deputado liberal que pertencia à burguesia industrial, o jovem Max crescerá em uma tensão permanente entre a frieza de um patriarca autoritário e livre-pensador, arquétipo do *ethos* repressivo da Alemanha guilhermina, e a generosidade afetuosa de uma mãe culta que se confrontava com o autoritarismo do chefe da família que controlava sua vida e... sua fortuna. Suportando cada vez menos esse autoritarismo, Weber expulsa o pai de casa em 1897, e não o reverá até sua morte, dois meses mais tarde. Foi o início de um longo período de depressão. As biografias intelectuais de Weber, a começar por aquela escrita por sua esposa (Marianne Weber, 1975; Mitzman, 1971), enfatizam a influência dessa tensão na personalidade de Max e nos conflitos que vão marcar sua vida e sua obra. Conflitos que, como ressalta Fredric Jameson (1973), são os conflitos de toda uma geração.

Existe, efetivamente, algo sombrio e enigmático na personalidade desse estadista convicto das virtudes da *Realpolitik*, que define o poder como o “império do diabo”; do mandarim burguês que defende publicamente, sem se deixar abater, os dissidentes políticos e sexuais; do grande especialista da racionalidade moderna, fascinado pela paixão de liberdade do *Sturm und Drang* [Tempestade e ímpeto] – essa tradição literária/política que tentou reabilitar a emoção e a paixão e seu potencial cognitivo (Koch, 1953); do defensor da ética ascética fascinado pela nova liberdade sexual e seus “encantamentos”.

Em 1893, Weber casa-se com Marianne Schnitger, que se tornará uma das mais importantes figuras do feminismo alemão e uma das “pioneiras” da Sociologia das Mulheres. Depois de uma breve carreira de advogado, é nomeado professor em Friburgo em 1894 e, dois anos mais tarde, obtém a prestigiosa cadeira de Economia Política em Heildeberg. Max e Marianne Weber encontram-se, então, no núcleo de um meio intelectual vibrante, conhecido como o “círculo Weber”. Em sua casa, no chá do domingo à tarde, intelectuais renomados, dentre os quais os que editam, com Weber, a revista *Archiv fur Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* [Arquivos de Ciências Sociais e de Política Social], misturam-se com jovens alunos de esquerda, representantes do movimento das mulheres e dos movimentos de vanguarda artísticas que discutem passionadamente sobre o catolicismo, o marxismo, a psicanálise, a “nova mulher” e a nova ética sexual.

Dar sentido ao caos dos fatos empíricos: os tipos ideais

Formado pela escola neokantiana de Rickert e de Dilthey, M. Weber compartilha sua abordagem antipositivista, fundamentada na distinção entre ciências da natureza e “ciências do espírito” (*Geisteswissenschaften*) ou ciências da cultura: enquanto as primeiras visam descobrir as leis que regem os fatos naturais, as últimas têm como objeto eventos sócio-históricos carregados de *sentido* cultural. A Sociologia, como todas as ciências da cultura, deve ser *abrangente*, e visar compreender as intenções e os motivos subjetivos das ações humanas, o *sentido* que lhes é atribuído pelos atores sociais, as normas e valores culturais que os inspiram. As ciências são

confrontadas à infinidade dos fatos históricos e culturais que não se deixam analisar em termos de “leis” sociais ou históricas.

Para lidar com o caos da realidade empírica, M. Weber propõe uma ferramenta original: os *tipos ideais*. Trata-se de “construções conceituais” a partir do material social ou histórico, mas sistematizando, ao mesmo tempo, os traços essenciais do fenômeno estudado, reunidos em uma definição coerente, que não se encontra sob essa forma “pura” *ideal típica* na realidade. A abstração do tipo ideal não visa estabelecer uma “lei” de validade geral, mas compreender o que existe de *único* ou de *singular* no fenômeno estudado. É um instrumento de inteligibilidade que nos orienta na realidade empírica, servindo de “refúgio enquanto aprendemos a navegar no vasto mar de fatos empíricos” (Weber, 1949, p.104).

Uma vez que esses fatos forem ordenados, cabe ao pesquisador interpretar sua distância ou sua proximidade com o tipo ideal assim construído. Por exemplo, as três formas ideais típicas de legitimação da dominação: a dominação *carismática*, fundada na crença das qualidades extraordinárias de um indivíduo; a dominação *tradicional*; e a dominação *racional/burocrática*. Elas não se encontram nunca em seu estado puro. Na realidade, encontramos frequentemente uma composição mista, “impura”, ou uma articulação entre essas diferentes formas de legitimação. É a consciência dessa impureza que abre a possibilidade de não reificar a realidade sócio-histórica.

A flexibilidade desse método atraiu as teóricas feministas preocupadas em contornar o binarismo do gênero e suas armadilhas. Em um artigo pioneiro sobre o gênero e a dicotomia, Nancy Jay enfatizava o interesse do método ideal-típico ao comparar a Sociologia das religiões de Weber à de Durkheim: enquanto as oposições durkheimianas (sagrado/profano, homem/mulher) obedecem à estrutura lógica $A = \text{não } B$, os tipos ideais weberianos (intramundano/extramundano, misticismo/ascetismo) trazem distinções que não são exclusivas umas das outras e também não possuem conotações normativas. São distinções “conceitualmente claras” e, portanto, “na realidade, fluidas” (Jay, 1981, p.50). É essa fluidez do tipo ideal weberiano que também é invocada por Susan Hekman em sua tentativa de reinventar um paradigma dos “direitos” no qual o princípio da generalidade da lei possa coexistir com o respeito da singularidade do caso particular que fundamenta a lógica do *care* (Hekman, 1999, p.69-78).

Nancy Fraser ressalta, por sua vez, sua dívida com Weber e o método dos tipos ideais. Ela inspira-se na distinção weberiana entre *classe* e *estatuto* (*Stand*) para formular sua própria distinção entre políticas de *redistribuição* e políticas de *reconhecimento* (Fraser, 2000), dirigidas respectivamente às injustiças ligadas à exploração de *classe* e à discriminação de *estatuto* sofrida por pessoas estigmatizadas como membros de grupos desprezados ou inferiorizados (as mulheres, as minorias sexuais ou étnicas).

A gaiola de aço da racionalização capitalista

O principal objeto da pesquisa sócio-histórica de Weber é o *processo de racionalização ocidental*, cujas duas mais importantes manifestações são a *economia capitalista* e o *poder burocrático*. Para compreender as origens do processo de racionalização, Weber, que não possui nenhuma “vocação particular para a religião”, vai interessar-se pela Sociologia das religiões. Seus dois ensaios de 1904-1905, publicados mais tarde em uma obra intitulada *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (2003 [1920]), estudam o papel de fatores religiosos no desenvolvimento das práticas capitalistas modernas. Trata-se de uma análise sutil das *afinidades eletivas* (*Wahlverwandtschaften*) entre, por um lado, a *conduta de vida* (*Lebensführung*) do ascetismo protestante, sua ética do trabalho como *vocação* (*Beruf*) religiosa e sua percepção do sucesso dessa empreitada como sinal de eleição, e por outro, o *espírito do capitalismo industrial* tal qual ele desenvolve-se primeiramente na Inglaterra e nos Estados Unidos a partir do século XVII.

Para Weber, o processo de racionalização é o produto singular do Ocidente (Weber, 1978a [1921]; 2003 [1920]) e uma parte importante de sua obra – sobretudo seus trabalhos sobre as religiões asiáticas (Weber, 2000 [1916]; 2003 [1920]) – é dedicada ao esforço empregado para explicar *por que essas culturas religiosas não permitiram a propagação de um tipo de racionalidade equivalente ao do Ocidente* e não assistiram, conseqüentemente, ao desenvolvimento de uma civilização moderna de importância “universal”. Essa tese sobre a exceção ocidental que negligencia o papel da conquista e dos impérios coloniais no desenvolvimento moderno do Ocidente é hoje contestada e submetida a uma crítica pertinente, em particular por diversos pensadores dos estudos subalternos (Dussel, 2002; Chakrabarty, 2009).

A *ética protestante* não é uma explicação causal “espiritualista” que se oporia ao materialismo marxista, mas poderíamos dizer que é uma outra abordagem materialista que analisa com uma rara pertinência os efeitos políticos, culturais e ideológicos do capitalismo e os articula, através de uma crítica incisiva, apesar de resignada, da modernidade. Para Weber, o capitalismo e o poder burocrático são as formas mais racionais e mais eficazes de organização econômica e política. Sua obra é, contudo, atravessada por um profundo pessimismo crítico diante da transformação desses sistemas em estruturas impessoais que prendem os indivíduos e suprimem sua liberdade.

Uma das principais características do processo de racionalização é, efetivamente, a despersonalização das relações sociais que principalmente, mas não apenas, nas áreas econômica e política incitam o indivíduo a adaptar-se às lógicas instrumentais “objetivas”, as quais dificultam qualquer intervenção em termos éticos e confundem o desenvolvimento da personalidade. A organização racional econômica exige uma ética impessoal que submete os operários a uma escravidão “sem mestres” (Weber, 1978b, p.86) e elimina qualquer consideração das condições específicas de uma situação ou de um indivíduo singular. O progresso da racionalização capitalista não possui nenhuma “afinidade eletiva com a ‘democracia’ ou até mesmo com a ‘liberdade’ (qualquer que seja o sentido que damos a essa palavra)” (Ibid., p.282).

É essa dimensão propriamente *política* do capitalismo – em defasagem ao mesmo tempo com relação ao liberalismo clássico e ao marxismo ortodoxo – que ressalta, nas primeiras páginas de *A ética protestante*, a célebre comparação entre a ordem capitalista moderna e uma “gaiola de aço” (*stahlhartes Gehäuse*) ou, segundo uma tradução mais recente, uma “moradia dura como o aço” (Weber, 2003 [1920], p.251). Para os profetas puritanos, afirma Weber, “a preocupação com os bens exteriores deveria pesar nos ombros desses santos como um leve casaco”, mas a fatalidade fez com que esse casaco tornasse-se uma *gaiola de aço*.

Marianne Weber: por onde chega a “questão das mulheres”

Companheira e interlocutora privilegiada de Max, Marianne Weber, socióloga e historiadora do Direito, era também uma íntima colaboradora:

contribuindo amplamente com a redação de *A ética protestante*, escrita durante o longo período de depressão de Max. Ela também organizou e editou os textos reunidos em uma publicação póstuma, *Economia e sociedade*, cuja tradução do segundo volume ainda não foi publicada na França.¹ Seu engajamento na ala moderada do feminismo alemão acompanha-se de uma importante produção sociológica ignorada durante muito tempo, cujos temas eram as relações de sexo, a família, o casamento e a moral sexual – trabalhos que reivindicam explicitamente *um ponto de vista das mulheres* que prefiguram, de algum modo, as abordagens feministas contemporâneas do conhecimento situado (*standpoint theories*). Marianne Weber participava desse espaço público, nacional e transnacional que, na virada do século XIX, discutia sobre o lugar e os direitos das mulheres no mundo moderno (Wobbe, 2005; Marianne Weber, 1974). Ela foi, sem dúvida, uma das principais fontes do interesse de Max pela “questão das mulheres” (*Frauenfrage*).

A simpatia desse autor pelo feminismo de seu tempo, suas tomadas de posição explícitas a favor da igualdade dos direitos civis e, sobretudo, do igual acesso das mulheres à educação e a diversas profissões não deixam dúvida. Em um meio acadêmico muito hostil aos estudos superiores das mulheres, ele devia ser um dos raros mandarins (com G. Simmel e K. Mannheim) a estimular suas alunas a fazerem teses e a defendê-las ativamente em suas tentativas de integrar diferentes profissões. Ele denunciava publicamente as discriminações das quais eram vítimas as primeiras inspetoras do trabalho e ridiculizava a “ vaidade ” dos funcionários ameaçados em sua “ virilidade ”, “ diante da ideia de que mulheres pudessem ser superiores aos empregados masculinos ” (Weber, 1998 [1907], p.107).

Neutralidade axiológica ou politeísmo de valores?

Sem dúvida, seria leviano dizer que Max Weber era um feminista e igualmente exagerado atribuir a ausência de uma reflexão sistemática sobre a “ questão das mulheres ” a seu conservadorismo pudibundo ou a sua “ neutralidade axiológica ” a qual se opõe à Sociologia “ situada ” de

¹ Em português, a Editora UnB publicou os dois volumes de *Economia e sociedade*, com tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. (N. E.)

Marianne (Bologh, 1990; Angeloff et al., 2005, p.9-10). Opor uma Sociologia “ situada ” de Marianne ao princípio weberiano de “ neutralidade axiológica ” – expressão que não se encontra na obra de M. Weber, mas que foi difundida graças a sua tradução americana por T. Parsons – parece-me também problemática, sobretudo após o importante trabalho de “ desparsonização ” dos estudos weberianos (Cohen, Hazerlrigg e Pope, 1975). Existe, com certeza, uma real e permanente tensão entre a exigência de um resultado científico “ sem julgamento de valores ” e o lugar privilegiado que M. Weber reconhece aos valores no processo de produção do conhecimento. Uma tensão que o autor de *A ética protestante* tematiza de um modo admiravelmente rico (Weber, 1963).

O conceito de *Wertfreiheit* [“ ciência livre de valores ”] foi a princípio desenvolvido não em um clima de neutralidade científica, mas como uma tomada de posição contra a instrumentalização do ensino universitário com objetivos de propaganda política, visando em primeiro lugar a extrema-direita nacionalista (Jameson, 1973) e, mais precisamente, a propaganda racista e antisemita (Ibid., p.53). O conceito de “ referência aos valores ” (*Wertbeziehung*) afirma a *pertinência* dos valores no processo cognitivo e pode ser considerado como a vertente da *Wertfreiheit* que completa sua teoria da objetividade.

Para M. Weber, os valores que informam nosso olhar de pesquisador(a) não são somente preconceitos: eles encobrem um precioso potencial cognitivo e desempenham um papel central na construção do objeto científico, a conceitualização, a busca da causalidade. “ Um anarquista ”, afirma ele, “ que nega em geral a validade do direito como tal pode descobrir nas instituições fundamentais da teoria corrente do direito uma problemática que escapa a todos aqueles para quem elas não são muito evidentes ” (Weber, 1963, p.482). Em sua análise dos grupos “ negativamente privilegiados ”, M. Weber generaliza esse julgamento ao atribuir um privilégio epistemológico às “ *intelligentsias* autodidatas ” e seu “ intelectualismo maldito ”, privilégio que se explica pelo fato “ de elas não estarem ligadas por convenções sociais pelo sentido a ser atribuído ao cosmos ” (Weber, 1971, p.525). Uma posição que se encontrará no centro da epistemologia feminista (Varikas, 2007).

A pluralidade dos valores não tem nada de um pluralismo pacífico, é um campo de batalha homérico no qual se afrontam não somente visões do mundo (*Weltanschauungen*) e ideologias opostas, mas dimensões diferentes

nas quais a vida do indivíduo moderno está fragmentada, esse indivíduo se vê, assim, levado a sacrificar as suas “divindades” de diferentes níveis, sejam elas públicas ou privadas (Weber, 1963). Em “*Parènthèse théorique*” [Parêntese teórico, 1986], M. Weber trata da diferenciação dessas “esferas” ou “ordens” autonomizadas de valores. As esferas *econômica, política, estética, erótica, intelectual*, cada uma com seus próprios imperativos submetidos a suas próprias lógicas cada vez mais irreconciliáveis, oferecem um exemplo da verdadeira “guerra dos deuses”, inevitável resultado do processo moderno de racionalização.

Vista sob esse ângulo, a diferença de abordagem de Marianne e de Max Weber (sobre este último, não devemos nos esquecer de que alguns de seus mais importantes textos foram escritos a quatro mãos) é uma questão de pontos de vista distintos e às vezes opostos que orientam suas concepções do que é importante ou secundário: Marianne adota a posição das mulheres na ordem patriarcal – e sua transformação – como o objeto e a perspectiva privilegiada de sua análise da sociedade, mas, para Max, essa questão não constitui um enquadramento capaz de questionar suas categorias sociológicas. Por exemplo, o fato de que, para Marianne, “do ponto de vista das mulheres”, a ética protestante não seja, em primeiro lugar, a fonte da ética capitalista do trabalho, mas aquilo que permite às mulheres reivindicarem a igualdade moral, jurídica e política, não abala sua análise da ética protestante. Seu interesse pela “questão das mulheres” constitui uma tomada de posição conforme a sua defesa da liberdade individual.

No plano teórico, é também, sem dúvida sob o ângulo da liberdade e da individualização – o ângulo mais interessante de sua crítica do capitalismo – que M. Weber interessa-se pela *Frauenfrage* [A questão feminina] e mais precisamente pela polêmica sobre a integração das mulheres na civilização capitalista moderna. Foi M. Weber quem publicou em 1911 o artigo revisado de G. Simmel sobre a “cultura feminina” nos *Archives de Sciences Sociales e de Politique Sociale* e foi, também, na revista *Logos*, que ele codirigia com Rickert, que será publicada, em 1913, a admirável resposta de Marianne Weber “As mulheres e a cultura objetiva”. Para M. Weber, o desejo de individuação e de emancipação das mulheres constitui o processo de racionalização que atinge todas as áreas da vida moderna.

Assim como G. Simmel, ele dá uma grande atenção ao sentido subjetivo que os indivíduos concedem à “cultura objetiva” – o conjunto dos valores

e normas da cultura tal qual ela existe fora dos indivíduos – do capitalismo moderno e ao potencial de resistência diante da “força irresistível” desse sistema. Mas ele, como Marianne, entende que a racionalização e os dilemas e antinomias que ela faz emergir agem tanto sobre os homens quanto sobre as mulheres, assim como as obrigações através das quais eles/elas fazem suas escolhas diante desses dilemas. Pretender, como G. Simmel, que as mulheres sejam menos diferenciadas que os homens e que sua “cultura subjetiva” possa escapar dessas obrigações, é ceder ao que Marianne chama de “metafísica dos sexos”, concedendo à exterioridade das mulheres, em relação à sociedade moderna, um estatuto ontológico que oculta sua historicidade. Enquanto G. Simmel fala de “tragédia da cultura”, M. Weber fala de “tragédia na história” (Frisby, 1994, p.269). Ao pronunciar-se por uma “ciência do atual”, ele pergunta-se, acima de tudo, por que um mundo concreto, “nosso mundo”, em sua singularidade, tornou-se como é e não de outro jeito (Weber, 1949, p.72).

É essa historicidade inscrita no “atual” que interessa-nos aqui, pois ela lembra que o que é – as formas concretas das diferenças de sexo, a etnia, a raça, o gênero, a família, a sexualidade – tornou-se (Beauvoir, 1999 [1949], p.13-15). A ênfase dada à historicidade permite, efetivamente, arrancar-lhes a reificação funcionalista e a naturalização, para tornar pensáveis o conflito, a relação de força, a mudança.

Uma genealogia “esportiva” do Estado

A teoria weberiana do poder é frequentemente criticada como “masculinista” (Bologh, 1990; Marshall; Witz, 2004). Sua definição clássica do Estado como monopólio legítimo da violência constitui o alvo das críticas feministas, cuja mais célebre foi desenvolvida por Catharine Mackinnon. Esse monopólio, afirma, “é, na realidade, o poder que os homens têm sobre as mulheres em casa, no quarto, no trabalho na rua e em toda a vida social” (MacKinnon, 1989, p.169). Se Weber não tentou construir uma teoria feminista do Estado, sua sociologia constitui uma valiosa fonte de compreensão da natureza *ao mesmo tempo masculinista e de gênero do Estado*, o que – veremos – não são a mesma coisa. Importantes instituições de uma surpreendente atualidade orientam os leitores a minigenealogias do gênero

e da sexualidade. Aprendemos, assim, contornando uma exegese detalhada sobre as virtudes e as insuficiências do sistema de jurados, que na Alemanha dos “jurados masculinos, esses não serão nunca levados a declarar que algum de seus ‘camaradas de sexo’ seja culpado de estupro (*Geschlechts-genossen*)” (Weber, 1922, v.2, p.510). Os indícios da formação de uma tal “camaradagem” masculina ocupam as páginas de *Economia e sociedade*: saqueadores e outros grupos de guerreiros aterrorizando as populações femininas, jovens das “casas dos homens” e das “sociedades militarizadas” que contam em suas conquistas iniciáticas o rapto de mulheres, marcam momentos de uma formação histórica desse tipo de “camaradagem” masculina, esboçando uma genealogia do gênero da violência fundadora do poder e da comunidade política.

Dos *sissítias* espartanos aos “piratas ligurianos”, das ordens de cavalaria cristãs às confrarias chinesas e aos Duk-Duk indonésios, M. Weber recusa a importância do “espírito guerreiro” e da homossexualidade masculina na formação das comunidades políticas – nas quais estão incluídas as comunidades religiosas (Weber, 1978a [1921], p.262, 370, 371, 689 e 1153-1154). “Os numerosos meios inventados para intimidar e despojar as mulheres – como as proezas predadoras periódicas dos Duk-Duk (...) – constituem uma tentativa dos homens de reforçar sua autoridade ameaçada” (Ibid., p.371). No caso de quisermos naturalizar essas práticas de predadores, M. Weber adverte a leitora que não se nasce homem, torna-se homem: em “o ascetismo guerreiro, aquele que, por não conseguir passar os ritos de iniciação, não pode mais ficar na ‘casa dos homens’, permanece ‘uma mulher’”, ou seja, é excluído do grupo carismático dos homens (Ibid., p.250).

M. Weber não sustenta a hipótese de um estágio de matriarcado universal, mas, ao contrário, interpreta os “agrupamentos maternos” cujo vestígio é encontrado em algumas sociedades do passado como o resultado da organização militar dos membros masculinos da casa. Recorrendo a um nominalismo deliberado e irônico, o autor de *Economia e sociedade* opera um vai-volta entre as “casas dos homens” lacedemônias ou as proezas dos jovens Duk-Duk e as casernas e dormitórios dos estudantes da Alemanha imperial; entre a apropriação legal das mulheres pelos homens no passado e os “preconceitos” atuais dos jurados. Ele elucida as práticas de poder raramente pensadas como tais pelas Ciências Sociais. Ressalta as

descontinuidades, recorrências e reviravoltas da história que contestam a ideia de uma evolução plana e contínua conduzindo da comunidade primitiva à civilização que são testemunhas da complexidade e da pluralidade das formas de vida e da pertença nas sociedades ditas “tradicionais”. O surgimento da faxina e da autoridade doméstica é, para ele, relativamente independente das condições econômicas, e o fato de elas moldarem e serem moldadas por relações econômicas *não é uma necessidade histórica*, mas, ao contrário, o produto de uma estrutura desenvolvida, *dessa forma*, na história.

As “minigenealogias” weberianas nos ensinam tanto sobre o momento presente quanto sobre o passado, desviando nossa atenção da “origem” para a busca das combinações de fatores que tornaram possível o presente que conhecemos. Wendy Brown convida-nos a essa leitura do relato weberiano das origens (1992) ao retrair uma dupla genealogia do Estado moderno que ressalta suas raízes *políticas e sexuais*.

A primeira genealogia confirma o que Ortega y Gasset chamou de “origens esportivas” do Estado que remonta às “legiões de guerreiros (...) que viviam na dependência de uma população territorial”, e expressa-se, nos dias de hoje, na prerrogativa da soberania do Estado. Ela prefigura essa “combinação de sexualidade predadora, de territorialidade, de violência e de fraternidade”, que marca o monopólio do “recurso à violência sem dissimulação como meio de obrigação para o exterior mas também para o interior, constitutivo de qualquer agrupamento político” (Weber, 1986, p.15): de um modo flagrante quando se trata de grupos urbanos; aparentemente regulamentada, racionalizada e legitimada quando se trata da política exterior do Estado (Brown, 1992, p.23-24).

Segunda genealogia: nas *primeiras formações da comunidade doméstica*, a autoridade patriarcal fundamenta-se na capacidade dos homens em defenderem a casa contra a pilhagem dos guerreiros. A autoridade familiar encontra, assim, sua legitimidade na “proteção” que ela assegura às mulheres contra a violência masculina institucionalizada. Assim, a família patriarcal e sua estrutura de autoridade legítima não emergem simplesmente das necessidades de uma “unidade econômica”, mas também como uma “barreira entre indivíduos vulneráveis e as incursões, às vezes brutais, das organizações que prefiguram o Estado”. Codificado, assegurado por uma divisão desigual dos direitos e do trabalho, esse “arranjo” esclarece a

interdependência atual entre o Estado e a família; um fornece os imperativos – e a justificação – do outro (Ibid., p.25).

Essa leitura enfatiza a lógica do Estado moderno que aceita a ideia de que “a política entre homens é de imediato uma política de troca, de violação, de proteção e de dominação das mulheres” (Ibid.), o que M. Weber lembra incessantemente. O problema não é, assim, como enfatizam W. Brown e outras feministas, unicamente o masculinismo do Estado, o fato de que ele seja governado pelos homens e organizado a partir de suas necessidades, mas também o fato de ele fabricar gênero *ao produzir e reproduzir seres dependentes* e outros que os “protegem”. A questão não é, então, unicamente a *exclusão* das mulheres do poder de Estado, mas a construção problemática do gênero constitutiva dessa forma histórica de poder. O que faz do Estado “um instrumento ou uma arena particularmente problemática para uma mudança política feminista” (Brown, 1992, p.8).

A outra vertente da teoria weberiana de Estado, ligada à racionalização burocrática, completa sua teoria do Estado como monopólio da violência física. A análise corrosiva da força inesgotável de normalização e de cooptação do Estado moderno constitui uma fonte valiosa de reflexão sobre a dinâmica ambígua e complexa das políticas sociais e o grau ao qual os políticos da igualdade tendem, hoje, a subverter ou, ao contrário, a normalizar a ordem do gênero e a produzir subjetividades conformes. M. Weber pode ser, aqui, relido como uma advertência contra uma concepção ingênua que vê os “beneficiários” das políticas sociais como sujeitos agindo racionalmente para interesse próprio, negligenciando a empreitada ideológica e a potência de cooptação de que o Estado dispõe (Smith, 2001).

A senhora: uma mutação do sexo e do gênero

Visão complexa e ambivalente do processo de racionalização moderna, ao mesmo tempo promessa de emancipação das antigas tiranias e ameaça da liberdade e da autonomia humanas, as minigenealogias weberianas convidam o sujeito à prudência do automatismo do progresso e da “filoginia” do processo de civilização.

Na minigenealogia da “senhora” (*die Dame*) e do amor cortês, M. Weber encena o que poderíamos chamar de uma *mutação do gênero*, que produz

um novo tipo de feminilidade erotizada. O tipo da “senhora”, afirma Weber, foi historicamente constituído “única e precisamente” como “função” do julgamento ou da apreciação da força de resistência de um homem (o vassalo) diante da atração sexual que a mulher de um outro homem (o cavaleiro) exercia nele. Um processo que, pela abstinência, sublimava a paixão amorosa e seus efeitos desestabilizadores dos laços fraternos (Weber, 1952, p.345-346). O amor cortês foi, em outros termos, “um serviço erótico dos vassallos não perante as senhoritas, mas exclusivamente perante as mulheres casadas (...); esse serviço incluía noites de amor teoricamente abstinentes e uma casuística codificada das obrigações” (Weber, 1986, p.23).

Tratava-se de uma “prova” não perante os seus pares mas, dali em diante, “contra o que era o interesse erótico da ‘senhora’, *conceito que se constituiu precisamente para essa função*” (Ibid., grifo nosso).

Em outras palavras, a “senhora” é o *produto* e o *instrumento* de um novo tipo de aliança entre os homens. O refinamento da “simbólica da rivalidade” que essa mutação implica, conduzirá, séculos mais tarde, à cultura dos salões animados pela “ideia e que a conversa entre pessoas de ambos os sexos constituía uma fonte criadora de valores” (Ibid.). Ela abria, por esse caminho, novas possibilidades para algumas “senhoras”, devido a seu importante papel nos salões, sua grande visibilidade no mundo do pensamento e da cultura.

Evocando a elevação do amor heterossexual para além de sua satisfação como preço a pagar para atingir uma vida espiritual ou intelectual, a figura da *senhora* reaparece sob diferentes formas na virada do século XIX e marca as percepções da busca da verdade e da produção do conhecimento com uma tonalidade explicitamente sexista; no momento em que as mulheres começam a reivindicar o estatuto de sujeito, sobretudo do sujeito do conhecimento (Varikas, 2005). Tematizada nos textos da ala moderada do feminismo (Kettler; Loader; Meja, 2008), a figura da “senhora” e as frustrações que ela representa, marcam os temores de indiferenciação de sexo e da desordem dos valores que correriam o risco de introduzir as mulheres na sociedade moderna ou, ao contrário, de inspirar as primeiras aulas de Sociologia das Mulheres que K. Mannheim ofereceu a seus alunos. Sob o estilo filosófico do jovem Lukács (amigo íntimo e protegido de M. Weber), em busca “do que existe de mais elevado, ou seja, a liberdade” (Lukács, 1974, p.274), ela torna-se o *topos* de uma intelectualidade misógina que prevê

como “realização da essência da vida” de uma mulher apenas o valor da “senhora” e sua vertente necessária: o não valor da prostituta (Varikas, 2005).

M. Weber não compartilha dos delírios de seu jovem amigo. No início, o casamento é, para ele, a garantia ética de uma relação conjugal igualitária. Ele critica as correntes feministas que pregam a abolição do casamento e a maternidade livre sob o risco de deixar as mulheres sem nenhuma defesa legal diante dos homens. Mas ele é, ao mesmo tempo, um “espectador interessado” pelas correntes artísticas, psicanalíticas, feministas e libertárias que contestam em teoria e na prática a moral burguesa, e pregam uma “nova ética sexual”. Diversas intelectuais, feministas e artistas de seu círculo de amigos íntimos, ativamente engajadas nesses movimentos, tinham filhos fora do casamento ou viviam em comunidades libertárias, descobrindo, às vezes, como Frieda Gross, que M. Weber defendeu diante dos tribunais a desqualificação brutal do estatuto protegido da “senhora” àquele da “prostituta”.

Foi nesse contexto que M. Weber esboçou a minigenealogia da “senhora” ao mostrar a origem masculinista e instrumental da tradição cavalheiresca do amor cortês e, ao mesmo tempo, sua contribuição à sublimação da sexualidade bruta em um erotismo que se distancia do “ciclo orgânico” para reinventar o amor sexual. Assim, a “senhora” não participa apenas da *genealogia política do gênero*; ela é também um importante componente da *genealogia do sexo* – da sexualidade como *processo de construção histórica e cultural do amor sexual*, como esboçado por M. Weber nas sucessivas versões do pequeno texto de Sociologia das Religiões, extremamente rico e estimulante, intitulado “*Parenthèse théorique*” (Weber, 1986).

O amor sexual fora da gaiola

Dimensão original e talvez menos conhecida da obra weberiana, essa genealogia não é somente uma das primeiras teorias da sexualidade como *construção social e cultural do desejo e do prazer*. Ao situar a sexualidade no centro da reflexão sobre os efeitos da racionalização capitalista moderna, ela também constitui uma ilustração condensada da Sociologia weberiana. Segundo M. Weber, a racionalização exige o desenvolvimento das técnicas de controle do homem e da natureza.

Em seu ponto de perfeição, a burocracia obedece (...) ao princípio *sine ira et studio* [sem ira e cuidado]. Sua natureza particular (...) atinge seu apogeu quando a burocracia é perfeitamente “desumanizada”, ela concretiza-se ao eliminar o amor, o ódio e todos os elementos pessoais, irracionais e emocionais que escapam ao cálculo da administração. (Weber, 1975, p.957)

O amor sexual, “a força menos racional e a mais imprevisível da vida”, é assim convidada a entrar na gaiola de aço. Ele é autorizado apenas para fins de procriação, contidos no casamento, “instituição estabelecida por Deus para uma criatura desesperadamente corrompida pela concupiscência” (Weber, 1986, p.26).

Em “*Parenthèse théorique*”, M. Weber opõe ao naturalismo bruto e ingênuo do sexo à expressão consciente da esfera erótica. Apesar dessa aparente contradição com o processo de civilização, o primeiro é mais facilmente assimilável pela ética religiosa: seus desvios passionais podem, efetivamente, ser tolerados, “como sequelas da queda para a qual, de acordo com Lutero, ‘Deus fecha os olhos’ para evitar o pior” (Ibid., p.26; Weber, 1978a [1921], p.237). Em oposição, a esfera erótica é o produto de um processo ativo de “reinterpretação e de transfiguração” de tudo o que existe de puramente animal e automático na sexualidade. Submetida a regras e códigos, ela escapa, contudo à “rotinização” procedente de uma sublimação dos desejos “até fazer, dela, o reino do prazer *conscientemente* (no sentido mais sublime do termo)” (Weber, 1986, p.22). Ela é, nesse sentido, duplamente *desse mundo*, como produto da criatividade humana e como salvação terrestre (intramundana). Por essa razão, o erotismo é considerado não somente “como o que existe de mais racional”, mas também como o que existe “de mais concreto na *vida diante dos dispositivos de racionalização*” (Ibid., grifo nosso). Ele inscreve-se, assim, em oposição radical tanto à esfera religiosa quanto à ética ascética profana.

As mulheres nunca foram os objetos privilegiados do erotismo. Com certeza, foi uma mulher, Safo, quem se destacou na expressão da experiência erótica. Mas na Antiguidade grega foi principalmente o “camarada”, o menino que constituiu o objeto de todo o cerimonial do amor. A erotização e a sexualização da mulher são fenômenos tardios herdados do amor cortês. Foi somente nos salões da corte absolutista na França que o erotismo começou a desligar-se de suas origens guerreiras, “a sensualidade erótica

e a rivalidade diante da senhora tornando-se o que havia de excitante na conversa” (Ibid., p.23).

Mas a fase decisiva da ênfase da esfera erótica concretiza-se quando ela entra em conflito com o ascetismo que caracteriza inevitavelmente o homem profissional, quintessência da racionalidade instrumental. O amor sexual tirado de seu contexto, *fora do casamento*, impõe-se, então, como o único laço que ainda une à fonte de vida. Fugindo das “frias mãos esqueléticas das regras racionais” assim como da “insensibilidade do cotidiano”, o amor sexual parece garantir a realização da exigência amorosa: “a comunicação direta entre as almas, de humano para humano” (Ibid., p.24). E foi em sua liberação do que é “racional”, no caráter “não justificável” por critérios objetivos e universais “da significação singular que tal ser único assume como tal outro ser único”, que o amor sexual pode escapar das armadilhas da razão instrumental.

Desde o trabalho pioneiro de Arthur Mitzman (1971), a tonalidade fortemente autobiográfica dessa análise é amplamente documentada. A comparação com as consecutivas escrituras desse texto, cuja versão mais radical é datada do ano da morte de Weber, revela uma evolução paralela entre a redação dessas linhas e uma virada em sua vida íntima. Existem, hoje, indícios suficientes que sugerem a existência de uma incompatibilidade sexual entre o casal Weber. Durante vinte anos, Max alimentou um amor a distância por Else von Richthofen, uma mulher carismática e amiga íntima de Marianne – um amor que concretizou-se somente durante o último ano de sua vida. A defesa entusiasta da criatividade, da espontaneidade e do potencial crítico da paixão não autorizada inscreve-se em oposição direta às posições anteriores de M. Weber e as que Marianne nunca abandonou. Na última página do capítulo sobre a esfera erótica, encontramos, contudo, esse *post-scriptum*:

Somente a ligação com a responsabilidade ética mútua (...) pode justificar a impressão de que é possível existir algo de muito singular, de muito elevado nas mudanças que afetam um sentimento amoroso consciente de sua responsabilidade, no conjunto de graduações no decorrer de uma vida “até ao pianíssimo da velhice” (...). É raro que a vida nos ofereça isso sem mistura. Aquele que vê-se recebê-lo deve falar de felicidade e de favor do destino, e não de mérito pessoal. (Weber, 1986, p.26)

Ora, “La tension avec la sphère érotique” [A tensão com a esfera erótica, Weber, 1986], assim como o resto da obra de M. Weber, certamente não são redutíveis à sua biografia. Existe, em sua análise, os traços de uma teoria da sexualidade extremamente interessante e atual em que ela explora uma dimensão do desejo sexual impermeável ao domínio do mundo administrado, e portadora de um potencial de resistência. Se toda organização racional da vida, religiosa e profana, sempre desconfiou do elemento “orgiástico” do amor sexual, na modernidade ocidental a relação entre prazeres individuais e manutenção da ordem social adquire uma outra importância: a rotinização dos prazeres na sexualidade para procriação constitui uma dimensão frágil e instável do processo de modernização, o que poderia elucidar, sob um novo ângulo, a resistência obstinada a qualquer mudança que conteste o monopólio da sexualidade reprodutiva.

Se a lógica religiosa de origem foi “atrofiada”, a centralidade da sexualidade heteronormativa persiste enquanto as expressões dos desejos dissidentes, orientadas para prazeres não ligados à procriação, são marginalizadas ou reduzidas ao silêncio. O potencial subversivo dos desejos e dos prazeres não autorizados que M. Weber tematizou e reconheceu tão bem assombram nosso século XXI no qual, para parafrasear o autor de *A ética protestante*, os “especialistas sem espírito” e os “gozadores sem coração” “vangloriam-se de ter atingido um nível” de permissividade sexual nunca antes atingido (Weber, 2003, p.252).

Referências bibliográficas

- ANGELOFF, T. et al. *Épistémologies du genre: regards d'hier, points de vue d'aujourd'hui. COLÓQUIO NO CONSERVATÓRIO NACIONAL DAS ARTES E DAS PROFISSÕES*, 2005, Paris. Disponível em: <<http://www.mange.cnrs.fr>>.
- BEAUVOIR, S. *Le Deuxième Sexe*. Paris: Gallimard, 1999 [1949]. [Ed. Bras.: *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.]
- BOLOGH, R. W. *Love or Greatness: Max Weber and Masculine Theorizing*. Londres: Unwin Hyman, 1990.
- BROWN, W. Finding the Man in the State. *Feminist Studies*, College Park, v.18, n.1, 1992, p.7-34.
- CHAKRABARTY, D. *Provincialier l'Europe. La pensée postcoloniale et la différence historique*. Paris: Amsterdam, 2009.

- COHEN, J.; HAZELRIGG, L.; POPE, W. Deparsonizing Weber: A Critique of Parson's Interpretation of Weber's Sociology. *American Sociological Review*, v.40, n.2, 1975, p.229-241.
- DUSSEL, E. World System and "Trans"-modernity. *Nepantla: Views from South*, Durham, v.3, n.2, 2002, p.221-244.
- FRASER, N. Rethinking Recognition: Overcoming Displacement and Reification in Cultural Politics. *New Left Review*, Londres, n.3, 2000, p.107-120.
- FRISBY, D. (dir.). *Georg Simmel. Critical Assessments*. Londres: Routledge, 1994.
- JAMESON, F. The Vanishing Mediator. Narrative Structure in Max Weber. *New German Critique*, Ithaca, n.1, 1973, p.52-89.
- JAY, N. Gender and Dichotomy. *Feminist Studies*, College Park, n.7, 1981, p.38-56.
- HEKMAN, S. *The Future of Differences: Truth and Method in Feminist Theory*. Cambridge: Polity Press, 1999.
- KETTLER, D.; LOADER, C.; MEJA, V. *Karl Mannheim and the Legacy of Max Weber: Retrieving a Research Programme*. Burlington: Ashgate Publishing Limited, 2008.
- KOCH, A. *Romance and Reason. Ontological and Social Sources of Alienation in the Writings of Max Weber*. Nova York: Lexington Books, 1953.
- LUKÁCS, G. *L'Âme et les formes*. Paris: Gallimard, 1974.
- MacKINNON, C. *Towards a Feminist Theory of the State*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.
- MARSHALL, B. L.; WITZ, A. (dir.). *Engendering the Social: Feminist Encounters with Sociological Theory*. Glasgow: Belle and Bain, 2004.
- MITZMAN, A. *The Iron Cage. An Historical Interpretation of Max Weber*. Nova York: Grosset & Dunlap, 1971.
- SMITH, A. M. Missing Poststructuralism, Missing Foucault. Butler and Fraser on Capitalism and the Regulation of Sexuality. *Social Text*, Durham, v.67, n.2, 2001, p.103-125.
- VARIKAS, E. Inscrire les expériences du genre dans le passé. In: Les Voies traversières de Nicole Loraux. Une helléniste à la croisée des sciences sociales. *Espaces Temps Les Cahiers e Clio*, Paris, n.87-88, 2005, p.106-116.
- _____. *Les Rebuts du monde. Figures du paria*. Paris: Stock, 2007. [Ed. Bras.: *A escória do mundo. Figuras do pária*. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Editora Unesp, no prelo.]
- _____. *Max Weber. A Biography*. Introdução de ROTH, G. Tradução de Harry Zohn. Nova York: Wiley, 1975. [Ed. Bras.: *Biografia de Max Weber: uma biografia*. Trad. Alda Porto e Mario Antonio Eufrásio. Niterói: Casa Jorge Editorial, 2003.]
- WEBER, M. Die badische Fabrikinspektion. In: _____. *Wirtschaft, Staat und Sozialpolitik. Schriften und Reden 1900-1912*. Textos reunidos por SCHLUCHTER, W.; KURTH, P.; MORGENBROD, B. Tübingen: Mohr Siebeck, 1998 [1907], p.105-108.
- _____. *Wirtschaft un Gesellschaft*. In: _____. *Wirtschaft, Staat und Sozialpolitik. Schriften und Reden 1900-1912*. Textos reunidos por SCHLUCHTER, W.; KURTH, P.; MORGENBROD, B. Tübingen: Mohr Siebeck, 1998.

- WEBER, M. *The Methodology of the Social Sciences*. Nova York: Free Press, 1949. [Ed. Bras.: *Metodologia das Ciências Sociais*. Trad. Agustin Wernet. Campinas: Cortez, 1992.]
- _____. *From Max Weber: Essays in Sociology*. Londres: Routledge Kegan Paul, 1952.
- _____. Essai sur le sens de la "neutralité axiologique" dans les sciences sociologiques et économiques. In: _____. *Essai sur la théorie de la science*. Paris: Plon, 1963 (1919), p.474-529.
- _____. *Économie et Société*. Paris: Plon, v.1, 1971 (1921).
- _____. *Economy and Society: An Outline of Interpretative Sociology*. ROTH, G.; WITTICH, K. (dir.). Berkeley: University of California Press, v.2, 1978a (1921). [Ed. Bras.: *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 2v. Brasília: Editora da UnB, 2000.]
- _____. *Max Weber, Selections in Translation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978b.
- _____. Parenthèse théorique: le refus religieux du monde, ses orientations et ses degrés. *Archives des Sciences Sociales des Religions*, v.61, n.1, 1986, p.7-34.
- _____. *Confucianisme et taoïsme*. Paris: Gallimard, 2000 (1916).
- _____. *L'Éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 2003 (1920). [Ed. Bras.: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.]
- WOBBE, T. *La division du genre humain en deux. La contribution de Marianne Weber à la sociologie de la culture et à la "Frauenfrage"*. In: COLÓQUIO Épistemologies du genre: regards d'hier, points de vue d'aujourd'hui Mage-Cnam, 23-24 de junho, 2005, Paris, p.51-68. Disponível em: <<http://www.mage.cnrs.fr>>.

**NORBERT ELIAS:
O SEXO, O GÊNERO E O CORPO NO
PROCESSO CIVILIZADOR**

*Jennifer Hargreaves*¹

Este texto tem como objetivo apresentar uma crítica feminista da abordagem configuracional² de Norbert Elias. Não é uma tarefa fácil, pois em sua obra sobre o processo de civilização (*Über den Prozess der Zivilisation*),³ N. Elias propõe um modelo de análise sociológica e trata quase exclusivamente de experiências masculinas, marginalizando as experiências femininas e mantendo-se muito discreto sobre o problema das relações de gênero. Além disso, a obra redigida por esse autor sobre as relações de sexo foi acidentalmente destruída, ficando apenas uma curta versão reconstituída

1 Traduzido do inglês por Marie Ploux, revisado por Eleni Varikas.

2 Algumas vezes chamada de "figuração" ou "formação", uma "configuração" – noção desenvolvida por Elias em *Qu'est-ce que la sociologie?* –, designa uma situação concreta de interdependência, que vai de um jogo de cartas até a nação. É um conceito que se adapta a diferentes situações, "que se aplica tanto a grupos relativamente restritos quanto a sociedades formadas de centenas ou milhares de seres interdependentes" (Elias, 1991a, p.158). Nathalie Heinich ressalta: "O próprio Elias utiliza os dois termos *figuração* e *configuração* em inglês. Preferimos este último, mais próximo do senso comum" (Heinich, 1997, p.90). Quanto ao tradutor das "Notas sobre a classificação da teoria do processo e da configuração" escritas por Elias em alemão, ele observa: "O termo *Konfiguration* é também percebido como 'formação'" (Elias, 1991b, p.161). Apesar de a autora deste artigo ter utilizado a expressão "*figuracional approach*", preferimos reter o termos "abordagem configuracional" que, para nós, restitui adequadamente os modelos de interdependência sobre o qual nos fala Elias em sua obra. (Nota das organizadoras – N. O.)

3 Obra traduzida para o francês em duas partes sob os títulos: *La Civilisation des moeurs* e *La Dynamique de l'Occident*. (N. O.) [Em português, a obra foi traduzida em dois volumes intitulados *O processo civilizador*. – N. E.]

intitulada “As transformações da balança dos poderes entre os sexos” (Elias, 2000).

Contudo, apesar de Éric Dunning afirmar que “todos os sociólogos estimam que a mudança nas relações entre os sexos é uma das mais importantes questões sociais de nossa época” (Dunning, 1998, p.366) e de reconhecer que a Sociologia (e mais particularmente a Sociologia do esporte) “foi, desde seu nascimento, orientada por preconceitos masculinos” (Ibid., p.368), gostaria de mostrar que a perspectiva configuracional mantém-se marcada pelo masculinismo e demonstrar os limites de seu tratamento do gênero.

Os sujeitos sem gênero na literatura esportiva

A ausência de uma dimensão de gênero nas análises configuracionais do esporte e do lazer deve-se a uma questão metodológica. N. Elias propõe que a Sociologia deveria falar “do que é ou foi” e liberar-se das ideologias sociais e políticas. Ele almeja transcender o máximo possível as questões de interesse pessoal ou de “compromisso” (Elias, 1956), para descrever o mundo “real” com um “distanciamento” relativo (Elias, 1978, p.244-245; Elias; Dunning, 1986, p.25).

Portanto, seria surpreendente se N. Elias e É. Dunning tivessem conseguido liberar-se de suas próprias histórias e consciência masculina. Em *O processo civilizador* (v.1), por exemplo, N. Elias faz somente algumas raras referências explícitas à vivência das mulheres e às relações entre os sexos. Através de sua imponente obra, quando ele estuda conceitos tais quais a cultura, a civilização e o Estado, negligencia a dimensão de gênero, como grande parte da literatura de tradição configuracional dedicada ao esporte e aos lazeres. Uma das graves fraquezas da pesquisa de distanciamento é o fato de ela incorporar uma noção de distanciamento masculina.

Vejamos os efeitos da ausência da dimensão do gênero em alguns textos que compõem a obra de N. Elias e É. Dunning, *Quest for Excitement: Sport and Leisure in the Civilizing Process* [Na busca de excitação: esporte e lazer no processo civilizador, 1986]. As contribuições de N. Elias nessa obra põem em cena sujeitos sem gênero. Para esse autor, como ele próprio afirma na introdução, a emergência de esportes menos violentos e o estabelecimento de um sistema parlamentar são o resultado de uma tendência

geral à pacificação que caracteriza a Inglaterra do século XVIII. Efetivamente, ele afirma:

O esporte e o Parlamento tais quais emergiram no século XVIII são, ambos, característicos de uma mesma mutação da estrutura do poder na Inglaterra e do *habitus* social dessa classe de indivíduos que emerge das lutas do passado como classe dirigente. (Ibid., p.52)

A realidade, evidentemente, é que os seres humanos são sujeitos que possuem um gênero e que tanto a prática esportiva quanto o Parlamento aos quais ele se refere estão baseados nas diferenças de classe e em uma estrutura de poder patriarcal. Mas N. Elias esquece-se das tradições das mulheres no esporte e também do modo através do qual, mesmo se isso não fosse explícito, elas eram parte integrante de culturas de dominação masculina. Da mesma maneira, ele silencia sobre a interdependência entre classe e gênero.

Não estou afirmando que é um erro focalizar-se na cultura masculina e no esporte masculino. Mas isso torna-se um erro se é omitido o modo como a desigualdade flagrante de gênero permite estabelecer uma dominação masculina nas áreas cultural e esportiva, ou não se considera as razões e os efeitos da apropriação do poder do Estado e da cultura pelos homens a fim de melhor controlar os costumes e modos de vida de ambos os sexos. De um ponto de vista feminino, N. Elias fracassa ao atingir seu próprio objetivo de “alto grau de adequação” (*high object adequacy*), pois negligenciar a dimensão de gênero é fornecer uma visão deformada e parcial dos seres humanos e da sociedade que eles formam. Os capítulos intitulados “A busca do prazer no lazer” e “O lazer nos momentos do tempo livre”, escritos conjuntamente por N. Elias e É. Dunning (1986), oferecem outros exemplos dessa negligência da dimensão do gênero.

O “nó do problema dos lazeres”, sugerem os autores, “encontra-se na relação entre a estrutura das necessidades de lazer que caracterizam nosso tipo de sociedade e a dos eventos destinados à satisfação dessas necessidades” (Elias; Dunning, 1986, p.74-75). Para eles, nas sociedades fortemente diferenciadas, a regulação dos lazeres pelo Estado tornou-se mais uniforme e previsível (Ibid., p.119-120). Contudo, eles não se questionam sobre quem tem o poder de definir as necessidades e o nível de satisfação no

lazer? Segundo quais critérios? Nem por quais razões e em benefício de quais interesses o Estado regula os lazeres? O que falta em seu projeto são as relações específicas de dominação e de subordinação, dentre as quais as relações de gênero que influenciam na oferta e no controle do acesso aos lazeres, e por outro lado, os modos como o gênero pode interferir em outras variáveis, tais quais a idade, a classe e a pertença étnica.

Eles negligenciam, também, as instituições de ordem econômica, ideológica e política que afetam as configurações dos lazeres e limitam o prazer emocional. Enfim, eles descuidam-se da complexidade da percepção das necessidades e dos conflitos ligados à sua satisfação, questões que marcaram fortemente os trabalhos dos pesquisadores e pesquisadoras feministas.

Objetividade neutra ou passional?

As análises do esporte constituem uma luta entre diferentes abordagens de suas implicações sociais e da natureza da sociedade. Mas a de N. Elias não é uma abordagem em termos éticos ou morais. Ele não examina as realidades profundas das desigualdades ou das injustiças sociais, como, por exemplo, a miséria econômica, o racismo ou o sexismo. A abordagem configuracional implica a recusa de qualquer tomada de posição moral e N. Elias o afirma explicitamente: “não podemos exigir ou esperar que o sociólogo expresse suas convicções sobre o modo como a sociedade *deveria* desenvolver-se” (Elias, 1978, p.153). Inclusive, ele sugere que “um quadro de referência unificador do desenvolvimento desprovido de implicações ideológicas e que não proporia, por exemplo, a necessidade de um futuro melhor, poderia ser útil para a Sociologia e para as outras Ciências humanas” (Elias, 1987a, p.226).

Contudo, como o enfatiza C. Rojek, a argumentação de N. Elias sobre o engajamento

mostra, de um modo recorrente, que afirmações que ambicionam um “alto nível de adequação objetiva” ao mundo como é realmente, são frequentemente apenas visões deformadas do mundo que refletem alguns interesses coletivos ou individuais. (Rojek, 1986, p.592)

O conceito de “distanciamento” conduz, assim, a um terreno escorregadio, pois, sob o pretexto de “neutralidade”, ele acaba defendendo implicitamente posições e ideias reacionárias. Eu acredito, ao contrário, que a teoria pode tornar-se uma perspectiva engajada globalizante e crítica. Como o afirma Catharine MacKinnon:

A teoria do conhecimento “situado” (*situated*) é concreta e variável e não abstrata e totalizante, partindo do ponto de vista daqueles e daquelas que não possuem poder suficiente para atingir a compreensão política e, daí, a transformação social. Essa postura situa o teórico não acima ou fora do mundo e da obra mas em seu interior, onde, para falar francamente, ele encontrava-se desde o início. (MacKinnon, 1989, p.16)

As feministas em geral, e aqueles ou aquelas que se interessam em particular pelos lazeres e pelo esporte, sonham com um mundo onde a diferença entre indivíduos, inclusive entre homens e mulheres, não se fundamentaria mais no poder e na opressão. Apesar da complexidade das relações de gênero no lazer e no esporte, as feministas servem-se das Ciências Sociais para compreender a natureza da discriminação e para conseguir erradicá-la (Hargreaves, 1990). Não somente estudamos as desigualdades sexuais nos lazeres e no esporte, mas condenamos e militamos juntos para a melhoria da situação das mulheres. Para isso, precisamos confrontar os processos históricos e as situações sociais reais e existentes que produziram as desigualdades de gênero atuais assim como as obrigações remanescentes nessa área. Mesmo se N. Elias declara:

Se eu fosse livre para escolher o mundo onde vivemos, eu sem dúvida não teria escolhido um mundo onde o confronto entre os humanos é considerado um objeto de paixão e de diversão (...), eu teria, certamente, escolhido evitá-lo e diria: vivamos em paz uns com os outros”. (Elias; Dunning, 1986, p.59)

Contudo, nada em seus trabalhos propõe pistas suscetíveis de melhorar a situação. Sua recusa em engajar-se e situar sua obra em um esquema político e ideológico qualquer permite, na realidade, racionalizar o não engajamento. N. Elias sustenta que os cidadãos desenvolveram uma maior capacidade de controle consciente dos eventos, mas ele não especifica nem

as razões dessa evolução nem os caminhos percorridos. Para nós, em compensação, uma pesquisa engajada e de qualidade exige a adoção de uma postura que o feminismo qualifica de “objetividade passional”.

O tratamento das mulheres por Elias

É difícil entendermos como a Sociologia das configurações pode pretender tratar os seres humanos como agentes ativos que contestam as relações desiguais entre os sexos e lutam para modificá-las. De acordo com N. Elias, todos experimentamos espaços de vida e de cultura, como o esporte, situados no centro de configurações “dinâmicas” que incarnam os conflitos entre aqueles que os constituem. Mas essa ideia é contradita por sua descrição desse processo como sendo dotado de uma “estrutura identificável que, nas sociedades europeias desde a Idade Média, adquiriu a forma de um ‘processo de civilização’”, um processo que tende, no longo prazo, a “reequilibrar a balança dos poderes entre as classes sociais e os outros grupos” (Elias; Dunning, 1986, p.13).

N. Elias sugere que igualar as relações entre os sexos reflete o relaxamento das redes de interdependência que operam nas configurações sociais. Ele avança na hipótese de que as sociedades onde a repartição das funções é mais centralizada, mais adiantada e mais bem diferenciada, onde a vida social não é exclusivamente ligada ao militarismo e à expressão explícita da violência, são também providas de longas e complexas redes de interdependência interindividuais e conhecem um nível mais alto de igualdade entre os sexos (Elias, 1982).

Em seu artigo “A transformação da balança do poder entre os sexos” (Elias, 1987b; 2000), como também no capítulo “Sobre a gênese do trovador e das formas de conduta cortesãs”,⁴ do segundo volume de sua obra sobre o processo de civilização, N. Elias ilustra seu argumento com alguns exemplos de relações de gênero. No primeiro, ele sustenta que até o estágio último de sua existência, a República romana era um Estado guerreiro dirigido por homens. Para ele, a guerra e outras formas de violência faziam parte da vida cotidiana, a sobrevivência das mulheres dependia das capacidades

guerreiras de seu parentesco masculino. “A fraqueza social das mulheres estava estreitamente correlacionada a sua relativa fraqueza física” (Elias, 2000, p.24). Mais tarde, ele sustenta que no fim da República e em seguida sob o Império, a acumulação das riquezas, a dominação da Bacia do Mediterrâneo e o desenvolvimento do aparelho do Estado deram um novo ímpeto à civilização romana. Nessa época, graças a uma melhor educação e um mais fácil acesso à propriedade e ao divórcio, as mulheres ganharam mais independência e poder. De tal modo que, no casamento – e ainda que não ocorra o mesmo em outras áreas –, as mulheres e os homens tornaram-se relativamente iguais. Ao apoiar-se nesse exemplo, ele argumenta que a subordinação das mulheres não se fundamentaria mais na fraqueza física.

Para N. Elias, as mudanças sem precedentes que intervieram no equilíbrio dos poderes entre os sexos na Roma antiga, deixaram sua marca nas sociedades futuras quando o desenvolvimento social geral tornou-o possível (Ibid., p. 48). Para ele, a “tradição europeia” é um processo contínuo que começa na Antiguidade do Oriente Médio e Greco-Romana e, atravessando a Idade Média, desemboca na época moderna. Esse processo desenvolveu-se com erupções e, sem dúvida, afirma, com “contraerupções”. Vemos claramente que o que permitiu qualificar a teoria de N. Elias de evolucionista, foi sua afirmação que, apesar de tudo, no longo prazo e em todas as sociedades ocidentais, “a ‘tendência geral’ do movimento de civilização é igual em todos os lugares” (1975, p.205), impondo um domínio de si civilizador em termos de sexualidade e de agressividade (1978, p.189-191).

Para N. Elias, existe uma ligação muito clara entre a estrutura do conjunto das relações sociais e a estrutura da personalidade individual. Quando, afirma, pulsões masculinas não são freadas, as mulheres são sistematicamente maltratadas, enquanto em sociedades que limitam a violência constata-se uma maior igualdade entre os sexos. Assim, a situação dos cavaleiros dos séculos IX e X era inseparável da de suas esposas ou mulheres de classes inferiores e, com exceção de algumas particularidades da nova elite, as mulheres eram brutalmente subordinadas, com frequência apanhavam, eram violentadas e tratadas como mercadorias oferecidas para o gozo masculino:

⁴ Esse capítulo não consta na tradução francesa de *La Dynamique de l'Occident*. (N. O.)

E, como em qualquer sociedade guerreira mais ou menos dominada pelos homens, as relações entre os sexos eram reguladas pelo poder (...). Ouvimos citar aqui e lá, o caso de mulheres que, devido a seu temperamento e inclinação, pareciam-se muito com homens. Nesse caso, a senhora em questão era qualificada de “virago”, dotada de um temperamento violento e de paixões ardentes, submetida desde a infância ao exercício físico e compartilhando todos os prazeres e perigos que os cavaleiros e seu círculo experimentavam. Mas, ao contrário, ouvimos também citar o caso de um guerreiro, rei ou simples senhor, que batia em sua mulher. Parece-me que era quase um costume estabelecido que o cavaleiro irritado batesse em sua mulher até que o sangue escorresse de seu nariz. (Elias, 1982, p.78-79)⁵

De acordo com N. Elias, a balança do poder entre os sexos modificou-se paralelamente ao desenvolvimento das cortes feudais e, mais ainda, das cortes absolutistas que ofereciam às mulheres oportunidades específicas para fugirem da dominação viril e atingir um estatuto igual ao dos homens. Contudo, em meados do século XVIII, a civilização deu um salto qualitativo graças à maior intervenção do Estado, ao monopólio deste sobre a violência e, no plano individual, a um maior domínio das emoções e pulsões. N. Elias afirma claramente que “cada vez que os homens foram obrigados a renunciar à violência física, a importância social das mulheres aumentou” (Ibid., p.81). Segundo ele, uma das condições para a redução das desigualdades entre os homens e as mulheres foi o desenvolvimento de uma organização do Estado (Elias, 2000, p.48). Do mesmo modo, acrescenta, nas sociedades contemporâneas mais desenvolvidas, as funções guerreiras e pacificadoras tornaram-se o apanágio dos governos.

As obrigações configuracionais

A crítica do determinismo da Sociologia configuracional visa a ideia de que “a estrutura da sociedade exige e produz um nível particular de

5 Esse capítulo do livro de Elias não foi traduzido em francês na versão publicada por Calmann-Lévy sob o título *La Dynamique de l'Occident*. Isso também é válido para outras seções. Inclusive, alguns trechos foram mal traduzidos. Consequentemente, a maioria das referências remete à versão inglesa do livro. (N. O.)

controle das emoções” (Elias, 1978, p.201). A “redução da desigualdade entre os sexos” é dada como critério estrutural do “processo de civilização”, como se os homens e as mulheres, produtos do sistema, estivessem fechados em “estruturas de indivíduos mutuamente dependentes e mutuamente orientados uns contra os outros” (Ibid., p.261).

O conceito de gênero sendo utilizado de um modo descritivo, mas não crítico nessa Sociologia, estipula que os homens são os vigorosos e poderosos atores da História, enquanto as mulheres são os recipientes passivos da dominação masculina. Tudo acontece como se o movimento da história, ao avançar para a centralização, facilitasse a emergência de uma relação “mais civilizada” entre os sexos.

Segundo J. Horne e J. Jary (1987, p.100-101), os textos de É. Dunning e N. Elias sobre o esporte apoiam-se em uma hipótese a-histórica do patriarcado que prevê o advento inevitável das relações de igualdade. A literatura sobre as configurações pouco menciona as escolhas subjetivas que os homens e as mulheres têm a possibilidade de fazer, como arranjos políticos, econômicos e ideológicos que produzem, majoritariamente, os valores que subentendem as modificações estruturais da personalidade e do pretense processo bem-sucedido da civilização dos indivíduos. É necessário ultrapassar a descrição dos traços sociais observáveis no plano da estrutura psicológica e associá-los às significações, aos interesses e aos valores constitutivos dos fundamentos do poder, como as relações de gênero, que afetam de um modo específico algumas condutas. A natureza do “desenvolvimento processual” das sociedades pode, então, ser compreendida em termos de lutas efetivas nas quais grupos dotados de interesses diferentes, ou mesmo opostos, afrontam-se.

Os trabalhos de N. Elias possuem uma forte tendência a enunciar generalidades, partindo de provas limitadas, sobre a evolução “civilizadora” da sexualidade e das relações entre os sexos. Eles referem-se às relações de gênero como se fosse possível generalizar os traços específicos de certos grupos privilegiados e, sem dúvida, não representativos do conjunto das mulheres. Escolha que se revela enganadora se consideramos, por exemplo, o caso dos esportes. Efetivamente, sua situação não demonstra que as modificações das relações de gênero no contexto esportivo participaram de um processo civilizador que teria, através do tempo, reduzido a desigualdade nas relações de subordinação-dominação entre os sexos. Ao contrário,

percebemos que foram as próprias mulheres que lutaram, concederam, negociaram, que se associaram aos homens – e a outras mulheres – para conseguirem melhorar seu destino. E se elas, algumas vezes, tiveram seus esforços recompensados, também tiveram fracassos e até mesmo regressões.

Afirmar que “o abismo que separa os homens e as mulheres reduz-se” é ignorar o fato de que as mulheres (e os homens) não representam grupos homogêneos. Mais ainda, isso equivale negar as complexas diferenças entre, por exemplo, as mulheres negras, as mulheres deficientes, as lésbicas, as mulheres idosas e as operárias, e recusar admitir que, em muitos aspectos, existem diferenças mais importantes entre mulheres que pertencem a diferentes grupos sociais e culturais do que entre os homens e as mulheres do mesmo grupo social ou cultural.

O Estado sexuado

A exemplo do liberalismo, a obra de N. Elias estipula que o Estado é uma instituição benevolente e neutra e que o problema da desigualdade entre os sexos pode resolver-se por vias legais. N. Elias e É. Dunning opõem-se à tese marxista segundo a qual o Estado é uma ferramenta de dominação masculina e opressão feminina. Mas, como ressalta C. MacKinnon, “nem o liberalismo nem o marxismo concedem às mulheres, como tais, uma relação específica com o Estado”. C. MacKinnon propõe uma teoria feminista do Estado suscetível “de compreender como a lei funciona como potência do Estado em um contexto social de poder sexuado” (1989, p.159). O Estado liberal, por diferentes caminhos e sob formas diversas, age no interesse dos homens como gênero. Ora, como C. MacKinnon o ressaltou, se nos Estados Unidos o caráter capitalista do Estado é admitido, seu caráter masculino não o é (Ibid., p.215). Podemos fazer essa mesma afirmação sobre outros países industriais avançados nos quais, apesar de seus respectivos governos terem começado a promover a igualdade entre os sexos, a onipresença sutil do poder masculino impede que a legislação produza igualdade entre os sexos. Como exemplo disso, um grande número de mulheres é constantemente oprimido, e encontra-se fora da proteção da lei em suas vidas cotidianas, pessoais e privadas, em particular dentro de

seus lares. Seu acesso ao lazer e ao prazer é proibido. A legislação a favor da igualdade de oportunidades não pode mudar muito “um modo de vida global” fundado nas relações de gênero convencionais, seja na sociedade ou no lar conjugal. Para dar apenas um exemplo, a violência sexual, por sua vez, não diminuiu (Ibid., p.11), o poder masculino constitui, então, uma ligação entre o Estado e outras áreas de exercício de poder.

N. Elias e É. Dunning pouco se interessam pelo papel desempenhado pelo Estado na sociedade contemporânea, e também não mencionam o modo como o poder do Estado emergiu como poder masculino, tornando-se uma forma institucional e organizada da dominação social. Na realidade, o conceito de civilização incarna uma visão cavalheiresca da masculinidade. O Estado torna-se, nesse contexto, um mecanismo de habilitação sem exame sistemático de seu papel, de seu tratamento desigual dos sexos nem das características complexas e contraditórias da hegemonia masculina. Na Sociologia das configurações, o termo “Estado” é utilizado de um modo descritivo. Seria conveniente, contudo, analisá-lo a fim de compreender seu caráter sexuado e saber se ele possui um certo grau de autonomia referente aos interesses masculinos ou se ele seria sua expressão integral. Afinal, N. Elias não se interessa pela relação existente entre a moral, a justiça e o poder, não inclui o gênero no estudo do Estado e afirma que ele facilita, a longo prazo, uma melhor relação entre os sexos, o que poderia representar uma desculpa para não se comprometer em uma luta que modificasse as coisas agora.

O processo civilizador é, assim, apresentado como um processo de democratização funcional, uma dinâmica de longo prazo que caminha para um equilíbrio dos poderes mais igualitários entre as classes e os sexos e que se reflete no movimento das mulheres na forma de uma legislação que promove a igualdade das oportunidades (Dunning et al., 1988, p.230). Ora, essa pretensão não é somente enganadora, ela é totalmente isenta de espírito crítico. Na Inglaterra, tanto no nível nacional quanto no local, a política dos lares não conseguiu nem analisar nem tratar adequadamente a maioria das formas de discriminação sexual. Esse fracasso é frequentemente devido à incapacidade de reconhecer os efeitos sutis e difusos do sexismo. Como o explica Jean Yule:

os resultados das políticas sociais não são analisados em termos de capacidade em reforçar ou subverter as relações de poder patriarcais. Por exemplo, não existem estudos que explorem o grau ao qual algumas atividades são suscetíveis de contestar ou reforçar a opinião dominante que postula a menor força física das mulheres e o fato de que elas seriam mais passivas que os homens ou que determinadas atividades seriam mais adaptadas a elas do que outras. (Yule, 1990, p.3)

As políticas oficiais não se preocupam com o gênero como relação de poder na administração, a gestão dos lazeres e o treino esportivo que expressam, algumas vezes, formas flagrantes de sexismo e de discriminação (Ibid., p.4-5; Talbot, 1988). J. Yule afirma que está faltando uma análise das transformações do papel e da natureza dos políticos estadistas dos lazeres que considerariam “configurações particulares do Estado, do mercado e do trabalho benévolo, assim como de suas consequências específicas em termos de gênero e de poder” (Ibid., p.6).

Mostrei que a teoria do Estado concebida por N. Elias não considera nem o caráter sexuado nem o complexo papel do Estado moderno. Os(as) teóricos(as) feministas que são conscientes da necessidade de apreender a complexidade da relação existente entre patriarcado e capitalismo parecem mais aptos a compreender o mundo moderno do que permite a teoria de N. Elias sobre a civilização e o Estado.

Masculinidade, sexualidade e violência

Os recentes trabalhos de É. Dunning, P. Murphy e J. Williams distanciam-se da abordagem configuracional não sexuada. “Apesar do crescente poder das mulheres”, afirmam, “a Inglaterra permanece uma sociedade patriarcal, a importância da masculinidade e, conseqüentemente, da subordinação das mulheres é um traço mais ou menos comum ao conjunto das classes sociais” (Williams et al., 1989, p.212).

No que se refere ao rúgbi, É. Dunning (1986) defende que o maior controle dos atos abertamente agressivos no campo engendrou expressões simbólicas de machismo depois do jogo. Ele descreve, por exemplo, os *stripteases* masculinos ou as paródias rituais do *striptease* feminino,

ritmados por cantos “guerreiros Zulus”. As cerimônias de iniciação ao rúgbi são pontuadas de vigorosas e vulgares exhibições das partes genitais ou outros rituais, tudo acompanhado do consumo abusivo de cerveja. Para É. Dunning, esses rituais obscenos seriam uma reação ao enfraquecimento do ego masculino tradicional provocado pelo crescimento do poder exercido pelas mulheres. Sob esse tipo de canto, esconde-se uma mensagem: o sexo não teria nenhuma relação com a sensualidade, a sensibilidade, a ternura e a igualdade, mas seria, ao contrário, a expressão de uma heterossexualidade agressiva, de mercantilismo e de submissão das mulheres. Nesse contexto, o modo como a sexualidade é percebida e vivida é sexuada pelo viés de representações de poder que glorificam o corpo masculino. Assim, seria então ao exercer uma violência real contra outros machos e uma violência simbólica contra as mulheres que as identidades masculinas consolidar-se-iam.

Observemos que se a ameaça de violência física é, em geral, levada a sério, a violência simbólica, portanto endêmica e transgressora, é normalizada e aceita pela consciência popular. Esses exemplos enfatizam a estreita associação entre violência e masculinidade e os modos por meio dos quais o gênero encena a sexualidade como uma forma de poder. Ora, os trabalhos de É. Dunning e de seus colegas analisam essas relações apenas superficialmente, sem mostrar como elas integram uma estrutura geral das relações de poder entre homens e mulheres que são características da Inglaterra capitalista. Eles esforçam-se em encontrar uma explicação convincente às explosões de violência ao tratá-las como reações intempestivas que se produzem em uma sociedade globalmente mais “civilizada”, no lugar de considerar como os exemplos de um traço onipresente da vida social que legitima e está associado à uma violência masculina que exerce-se também em outras esferas sociais.

Como o ressalta C. Rojek, “a tensão entre as tendências históricas para um comportamento ‘mais civilizado’ e a persistência de condutas agressivas nas sociedades contemporâneas é onipresente na abordagem configuracional” (1985, p.172). A posição expressa na obra dirigida por É. Dunning, P. Murphy e J. Williams (1988) é que, apesar das explosões de violências tais quais o hooliganismo, cada vez mais pessoas vivem em “espaços sociais pacificados” onde, normalmente, não ocorrem atos de violência. Para eles, existe uma tendência ao longo prazo que permite dizer

que as pessoas são “mais reticentes em participar ou assistir como espectadores atos de violência e que... (na competição, inclusive nas relações de sexo), a irrupção da violência física direta revela-se relativamente rara” (Ibid., p.225-227).

Ora, a pesquisa feminista contradiz essa afirmação. Sabemos que os incidentes violentos, as agressões contra as mulheres, por exemplo, são numerosos, regulares, variados e graves e que nas sociedades “civilizadas” o poder dos homens sobre as mulheres exerce-se mais frequentemente através do uso da violência sexual, como nos casos de estupro ou agressões, incesto, maltrato infantil, assédio sexual, prostituição e pornografia. As mulheres temem cada vez mais se encontrarem em determinados espaços públicos e sabemos que o lar conjugal é o lugar de todos os perigos. Na realidade, os espaços privados e públicos das sociedades ditas “civilizadas” não são “espaços sociais pacificados” (Kelly, 1988; Smith, 1989a; 1989b; Stanko, 1985; Walby, 1990).

Se prosseguirmos a posição configuracional, poderíamos supor que quanto menos o *status quo* político é repressivo, menos a violência física deve expressar-se no esporte. Portanto, os esportes modernos são massivamente dominados pelos homens e fundados na crença de que a agressividade é um de seus componentes positivos e necessários. Apesar de as regulamentações dos esportes modernos terem banido o confronto aberto, a brutalidade ritualizada encontra-se, hoje, incluída nas regras e nas estruturas da maioria dos esportes de contato. Levando-se em conta o desenvolvimento das diversas formas de violência ligadas aos esportes e suas crescentes incidências, seria necessário redefinir a violência integrando, nela, os excessos e a corrupção endêmica que, no esporte moderno, exploram a pessoa tanto no plano psicológico e emocional quanto no plano físico.

O esporte de competição violento “do estilo masculino” levaram os homens e, ironicamente, as mulheres também, a maltratarem e afetarem sua integridade corporal. Citemos, por exemplo, o treino superintensivo, os perigos que as práticas esportivas de alto nível infligem ou o perigo de morte induzido pelo uso de remédios ou drogas ou regimes “adaptados”. Os efeitos da violência indireta podem ser bem mais nocivos que aqueles da luta primitiva. Vimos, por exemplo, jovens rapazes morrerem depois de partidas de rúgbi organizadas conforme as regras, ou moças encontrarem-se paralisadas depois de um treino de ginástica. O termo “jovens atletas

maltratados” faz alusão ao crescente número de crianças que são psicologicamente abaladas ou fisicamente atingidas pela extrema pressão exercida pelos esportes de competição (Bottomley, 1981; Hargreaves, 1984; Silver, 1984).

Não se trata de dizer que as mulheres não são nunca violentas, mas que, nas sociedades modernas, como a Inglaterra ou os Estados Unidos, a violência física e as agressões são em geral perpetradas por homens e consideradas como tais. Essa percepção explica-se pelo fato de que são principalmente os homens, raramente as mulheres, que são formados e legalmente autorizados, na polícia, no exército, os funcionários das prisões ou outras instituições legais ou policiais, a usarem a violência. Mesmo se com frequência observamos que o estilo agressivo masculino é valorizado e adotado pelos machos da classe operária, a violência não lhes pertence exclusivamente. Como Lynne Segal o ressaltou: “Ela faz parte dos desejos, se não da realidade vivida, da maioria dos homens seduzidos por essas imagens de masculinidade que evocam o poder e a violência” (1990, p.265). A violência física é muito difundida, ela é perpetrada no lar, na rua, no campo de futebol e nas arquibancadas. Como o afirma Robert Connell:

A preocupação com a força e com a competência inscreve-se como uma declaração gravada no corpo, gravada por anos de participação de práticas sociais como o esporte organizado (...). O sentimento corporal de masculinidade é, antes de tudo, ligado à superioridade dos homens sobre as mulheres e à exaltação da masculinidade hegemônica sobre outros grupos de homens, elementos essenciais à dominação das mulheres. (1987, p.85)

A mudança dos homens

Ainda mais uma vez, constatamos que a abordagem configuracional não menciona questões éticas e observamos também a ausência de uma ligação entre a teoria política radical e a prática. Para N. Elias, a civilização é um processo no decorrer do qual os indivíduos aprendem a controlar suas pulsões animais, a regular e a refrear os instintos e afetos a fim de dar-lhes formas mais “pacificadas”. É dessa forma que o esporte, entre outras práticas, permitiria disciplinar as emoções.

Contudo, essa posição behaviorista interessa-se sobretudo pela canalização da agressividade masculina "essencial" e não pelo seu questionamento ou sua modificação. Ela sustenta também, implicitamente, a prática esportiva moderna, uma grande parte da qual estimula e exagera as tendências violentas, celebrando, do mesmo modo, as diferenças e as desigualdades de gênero. A agressão física não conduz à violência unicamente nas arquibancadas dos estádios de futebol, ela encontra-se também no próprio jogo que, assim como outros esportes tradicionalmente masculinos, estimula uma forma de masculinidade que, por sua vez, estimula uma certa forma de violência. Donald Sabo e Russ Runfola afirmam que "a propensão real e suposta à violência, reforçada pela prática esportiva, contribui muito em legitimar e em impor a dominação masculina em outras formas institucionais" (1980, p.113).

No esporte, o poder está enraizado na distinção entre masculino e feminino porque o esporte permanece, na consciência popular, uma esfera na qual celebra-se a diferença biológica e na qual as diferenças físicas das mulheres são utilizadas para racionalizar sua subordinação aos homens. O poder simbólico investe-se no corpo masculino através de imagens de uma masculinidade esportiva agressiva, associada a noções mais gerais de *poder social*. Lynne Segal sugere que a "masculinidade" é entendida como o melhor modo quando é vista como

transcendendo o pessoal, como um conjunto heterogêneo de ideias construído em torno de suposições referentes a um poder social, vividos e reforçados ou eventualmente negados e questionados, de múltiplas e diversas maneiras, no âmago de um sistema social no qual as relações de autoridade, o trabalho e a vida doméstica são globalmente organizados segundo uma hierarquia entre os sexos. (1990, p.288)

A luta cultural feminista somente pode ser apreendida em termos de valores e de crenças subjacentes a uma perspectiva de futuro, dentre as quais uma parte consiste em desconstruir as ideias de feminilidade e de masculinidade, e a tentar atingir um equilíbrio do poder verdadeiramente mais igualitário entre os sexos. Para isso, é necessário compreender melhor o que são os homens, as formas de masculinidade, a violência masculina e o poder masculino tanto quanto as mulheres e as formas de feminidade.

Numerosos textos recentes sobre esse assunto são associados a desenvolvimentos mais gerais das Ciências Sociais críticas. A maioria desses textos não se contenta em descrever o que são os homens, mas imagina o que eles poderiam tornar-se em contextos especificamente políticos, econômicos e culturais (ver Brod, 1987; Hearn, 1987; Kimmel, 1987; Kimmel; Messner, 1989; Segal, 1990). Uma grande parte desse trabalho é oriunda do movimento feminista e, assim como os textos feministas, integra o pessoal e o político tanto quanto "adere à tensão entre distanciamento e engajamento que caracteriza numerosos trabalhos feministas recentes" (Hearn, 1987, p.678).

A maioria dos trabalhos sobre os homens e as masculinidades não tem nada de uma investigação neutra. Eles foram escritos por homens que consideram que a agressividade masculina deveria ser desencorajada e transformada. Efetivamente, esses autores acham que "os poderes que exercemos na sociedade, como homens, não somente oprimem as mulheres, mas nos prendem em uma masculinidade paralisante que mutila nossas relações mútuas, com as mulheres e com nós mesmos" (apud Segal, 1990, p.287).

A Sociologia das configurações não dá atenção suficiente a esses vetores contestados da vida e da cultura que são o gênero, a masculinidade e a violência. Um reequilíbrio das relações entre os sexos não é inevitável: o desmantelamento das hierarquias de gênero exige a compreensão de seus laços com outras dimensões do conjunto social e a "tentativa de mudar a economia, o mercado de trabalho, as políticas sociais e o Estado, do mesmo modo que ele exige uma transformação da organização doméstica, das relações entre os sexos e da retórica da diferença sexual" (Ibid., p.294).

As relações de gênero atuantes no esporte, assim como na teoria e na literatura esportivas, ilustram adequadamente a organização social das relações entre os homens e as mulheres que a Sociologia configuracional negligencia. E o caráter complexo, desconcertante e contestado das relações de gênero não encontra verdadeiramente um lugar no processo civilizador.

Referências bibliográficas

- BOTTOMLEY, M. School Age Sports Injuries. *Mediasport*, 3 mar., 1981, p.88-90.
- BROD, H. (dir.). *The Making of Masculinities: The New Men's Studies*. Boston: Allen & Unwin, 1987.
- CONNEL, R. W. *Gender and Power*. Cambridge: Polity Press, 1987.
- DUNNING, É.; MURPHY, P.; WILLIAMS, J. *The Roots of Football Hooliganism: An Historical and Sociological Study*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1988.
- DUNNING, É. Le sport, fief de la virilité: remarques sur les origines sociales et les transformations de l'identité masculine. In: DUNNING, É.; ELIAS, N. *Sport et Civilisation*. Paris: Fayard, 1998, p.367-392.
- _____. Sport as a Male Preserve: Notes on the Social Sources of Masculine Identity and its Transformation. *Theory, Culture and Society*, Londres, v.3, n.1, 1986, p.79-91.
- ELIAS, N. Problems of Involvement and Detachment. *British Journal of Sociology*, Londres, v.7, n.3, 1956, p.226-252.
- _____. *La Civilisation des mœurs*. Paris: Calmann-Lévy, 1973.
- _____. *La Dynamique de l'Occident*. Paris: Calmann-Lévy, 1975.
- _____. *The Civilizing Process. The History of Manners*. Oxford: Basil Blackwell, 1978, v.1. [Ed. Bras.: *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, v.1.]
- _____. *The Civilizing Process. State Formation and Civilization*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, v.2. [Ed. Bras.: *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, v.2.]
- _____. The Retreat of Sociologists into the Present. *Theory, Culture and Society*, Londres, v.4, n.2/3, 1987a, p.223-249.
- _____. The Changing Balance of Power between the Sexes – a Process-Sociological Study: the Exemple of the Ancient Roman State. *Theory, Culture and Society*, Londres, v.4, n.2/3, 1987b, p.287-317.
- _____. *Qu'est-ce que la sociologie?* La Tour-d'Aigues: Éditions de l'Aube, 1991a.
- _____. *Norbert Elias par lui-même*. Paris: Fayard/Pocket, 1991b. [Ed. Bras.: *Norbert Elias por ele mesmo*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.]
- _____. Les Transformations de la balance des pouvoirs entre les sexes. *Politix*, n.13, 2000, p.15-35.
- ELIAS, N.; DUNNING, É. *Quest for Excitement: Sport and Leisure in the Civilizing Process*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- HARGREAVES, J. *Taking Men on at Their Games*. *Marxism Today*, v.28, n.8, ago. 1984, p.17-21.
- _____. Gender on the Sports Agenda. *International Review for the Sociology of Sport*, v.25, n.2, 1990, p.287-308.
- HEARN, J. *The Gender of Oppression: Men, Masculinity and the Critique of Marxism*. Brighton: Wheatsheaf, 1987.
- HEINICH, N. *La Sociologie de Norbert Elias*. Paris: La Découverte, 1997.

- HORNE, J.; JARY, D. The Figurational Sociology of Sport and Leisure of Elias and Dunning: an Exposition and a Critique. In: HORNE, J.; JARY, D.; TOMUNSON, A. (dir.). *Sports, Leisure and Social Relations*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1987.
- KELLY, L. *Surviving Sexual Violence*. Cambridge: Polity Press, 1988.
- KIMMEL, M. (dir.). *Changing Men: New Direction in Research on Men and Masculinity*. Londres: Sage, 1987.
- KIMMEL, M.; MESSNER, M. A. (dir.). *Men's Lives*. Londres: Macmillan, 1989.
- MacKINNON, C. *Toward a Feminist Theory of the State*. Londres: Harvard University Press, 1989.
- ROJEK, C. Leisure and Figurational Sociology. In: _____. *Capitalism and Leisure Theory*. Londres: Tavistock, 1985, p.158-171.
- _____. Problems of Involvement and Detachment. *British Journal of Sociology*, Londres, v.37, n.4, 1986, p.584-596.
- SABO, D.; RUNFOLA, R. *Jock: Sports and Male Identity*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1980.
- SEGAL, L. *Slow Motion. Changing Masculinities. Changing Men*. Londres: Virago, 1990.
- SILVER, J. R. Injuries of the Spine Sustained in Rugby. *British Medical Journal*, Londres, v.288, n.6410, 1984, p. 37-43.
- SMITH, L. Concerns about Rape. *Home Office Research Study*, Londres, n.106, HSMO, 1989a.
- _____. Domestic Violence. *Home Office Research Study*, Londres, n.107, HSMO, 1989b.
- STANKO, E. *Intimate intrusions*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1985.
- TALBOT, M. The Sex Discrimination Act: Implications for the Delivery of Physical Education, Recreation and Sport. CONFERÊNCIA Legal Liability in Physical Education. *Physical Education*, 1988, Leeds Polytechnic, Leeds.
- WALBY, S. *Theorizing Patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.
- WILLIAMS, J.; DUNNING, É.; MURPHY, P. *Hooligans Abroad: The Behaviour and Control of English Fans in Continental Europe*. Londres: Routledge, 1989.
- YULE, J. *Women and Leisure Policy*. CONFERÊNCIA de Jogos do Commonwealth, 1990, Auckland, Nova Zelândia. *Leisure Studies*, Colchester, v.11, n.2, 1992, p.157-173.

PHILIPPE ARIÈS: O GÊNERO NA HISTÓRIA DA FAMÍLIA E DA VIDA PRIVADA

Nicole Edelman

“Inovador, pioneiro, franco-atirador, historiador de domingo”: os qualificativos referentes a Philippe Ariès (1914-1984) são diversos, nem sempre elogiosos e de um humor ácido quando ele próprio se atribui a alcunha de “excluído do zoo”. Analisando seu passado, ele afirma em 1978:

Se a amálgama maurrassiana do nacionalismo jacobino, voluntarista e do tradicionalismo contrarrevolucionário não tivesse exercido sobre mim, desde a minha infância, uma tão forte influência, se eu tivesse sido simplesmente um bom rapaz de direita vagamente convicto, minha vida teria sido diferente. (Ariès, 1993, p.31)

Mas as coisas não ocorreram dessa forma, apesar de ele ter militado com os “secundaristas e estudantes da Ação Francesa”, como descrito em *L'Étudiant Français*, revista dos estudantes da Ação Francesa e, mais tarde, nos jornais dirigidos por Pierre Boutang.¹ Quando, aos 64 anos, ele inaugura seu seminário de diretor de pesquisa na Escola de Estudos Superiores em Ciências Sociais (EHESS), explica quanto se desprende, lenta mas firmemente, dessa primeira ideologia para reencontrar sua liberdade de pensar, liberdade crítica que sempre o posicionou, contudo, nas margens da história universitária clássica.

¹ *La Nation Française* [A nação francesa], revista semanal monárquica.

Sua posição alheia aos contextos da investigação histórica tradicional e seu trabalho de chefe documentalista no Instituto de Pesquisa Colonial, de 1942 a 1978, impõem-lhe uma defasagem que lhe permitiu, indubitavelmente, questionar de maneira mais confortável as abordagens e os métodos quantitativos da Escola dos *Annales*, em particular as de Labrousse. E foi, talvez, dessa forma que ele pôde abordar, abertamente, não somente diversos assuntos de História ainda considerados como impensáveis por um bom número de colegas historiadores, mas também manipular o microfilme e a informática e estudar a imagem antes de muitos outros. Se ele se torna um precursor na exploração das “mentalidades”, inscreve-se também sua reflexão em territórios abandonados ou mesmo ignorados por muitos historiadores que são seus contemporâneos. Durante seus trabalhos, investiga as sensibilidades e, no fim de sua vida, a história privada. E nesses novos espaços, procura mais frequentemente as particularidades, as rupturas e as mudanças do que as linearidades. Ele interessa-se ainda pelo invisível, o que ele chamava de “o inconsciente coletivo”, apoiado em representações comuns a toda uma sociedade implicando a noção de *impensabilidade*. Ele considera esse inconsciente como um importante agente nas mudanças das mentalidades, acrescentando-lhes, mais tarde, a ideia de segredo, de consciência opaca (Ariès, 1993, p.11). “As coisas do Invisível expressam-se nas do Visível mas indiretamente, em todo caso, elas não se explicam, no fundo, pelas coisas do Visível” (Ibid., p.40). A busca dessas coisas por detrás das coisas, dessas condutas e dessas atitudes sem explicações claras, angústias ou desejos não ditos, abrem, então, territórios novos e criam novos objetos de história.

Nesse longo percurso de historiador, no conjunto de seus textos, mulheres e homens estão, por conseguinte, bastante presentes, contudo frequentemente ocultos através dessas “mentalidades”, desse “inconsciente coletivo” que P. Ariès trata primeiramente como um tipo de elemento neutro estudado sobre um fundo de práticas ao mesmo tempo regionais ou sociais, quase sem gravidade corporal, sem alicerces de carne, sem referência a um indivíduo sexuado. Depois, pouco a pouco, através da família, de uma abordagem da vida e da morte e de uma busca das relações entre homens, mulheres e crianças, de suas relações, P. Ariès aborda a questão do processo de diferenciação sexual e interessa-se por tudo o que une ou desune os seres humanos. Seu trabalho encontra, então, plenamente, homens e mulheres.

Quatro livros estruturam a obra de P. Ariès, posteriormente declinados e enriquecidos de múltiplas maneiras: *Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie depuis le XVIII siècle* [História das populações francesas e de seus comportamentos diante da vida desde o século XVIII, 1971] publicado em 1948; *O tempo da história*, publicado em 1954; *A criança e a vida familiar sob o Antigo Regime* (1975a), publicado em 1960; e enfim, *O homem diante da morte*, publicado em 1977. A família, a vida e a morte encontram-se, então, no centro de suas obras, nas quais o historiador desenvolve seus relatos sobre a criança, o casamento, a contracepção, a população. No fim de sua vida, com G. Duby, P. Ariès explora um novo espaço histórico que se tornará território de predileção dos primeiros trabalhos da história das mulheres, o da vida privada.² Um texto redigido por ele, um de seus últimos trabalhos, colocado na introdução do volume III de *História da vida privada*, publicado em 1986, dois anos após sua morte.

Famílias

O interesse de P. Ariès pela família passa primeiramente pela criança. Ele mostra a evolução do lugar que ela ocupa na família desde o Antigo Regime até os tempos industriais, questionando-se sobre a representação que a sociedade francesa construiu sobre a infância. Nesse contexto familiar, homens e mulheres estão presentes em suas atividades, e suas relações cotidianas ou excepcionais, assim como em seus modos de pensar, e primeiramente como casal. P. Ariès põe em cena, por exemplo, a nobre senhora do século XVI acompanhando o homem na caça e dirigindo os trabalhos do jardim da senhoria, ou a camponesa que frequentemente participa dos trabalhos nos campos. “O homem não está mais sozinho”, escreve P. Ariès. “O casal não é mais somente o casal imaginário do amor cortês. A mulher e a família participam do trabalho e vivem junto ao homem, na sala e nos campos” (Ariès, 1975a, p.219). Homem e mulher são, assim, pensados em termos de complementaridade pelo historiador. Eles o são também como pai e mãe da criança. P. Ariès estuda essa última como um ser específico,

2 Michelle Perrot dirigirá o tomo IV, *De la Révolution à la Grande Guerre* [Da Revolução à Grande Guerra].

marcado por sua idade que o distingue fortemente dos adultos. Contudo, quando ele escreve sobre a juventude e a educação, o historiador desloca claramente seu olhar para os meninos. Se suas fontes o incitam a isso – os meninos são assim os únicos estudados no contexto escolar – ele não negligencia completamente as meninas, que descreve como mães dedicadas à educação das crianças – que, por conseguinte, existem apenas em seu destino de mães – e como “mestre real” da casa devido à ausência muito frequente dos pais (Ariès, 1993, p.279). Seu estudo sobre crianças revela-se, às vezes, explicitamente ainda sexuado.

Foi em particular através do *Journal d'Heroard* (1608) que P. Ariès nos mostrou os meninos vestidos como meninas, com vestidos, até seus oito anos de idade. P. Ariès ressalta quanto essa roupa acentua o aspecto afeminado do pequeno menino. Ele observa também que, até depois da Primeira Guerra Mundial, era impossível distinguir um menino de uma menina antes dos 4 ou 5 anos de idade. Ele ressalta que os meninos sofrem pelo menos duas rupturas em sua curta idade. A primeira é ligada à sua mudança relativa ao modo de se vestir e aos seus cabelos. A segunda, desde o século XVI, é ligada a seu envio a um colégio (para as famílias nobres ou burguesas ricas) que os separa do convívio com homens adultos de sua família. As moças, por outro lado, não sofrem nenhuma dessas rupturas, desde pequenas elas vestem-se como pequenas mulheres, a única diferença (com o adulto) sendo a existência de laços nas costas. Elas, inclusive, não recebem nenhuma educação particular, mantêm-se no gineceu das adultas. Do mesmo modo, P. Ariès enfatiza a conotação sexuada da educação: “Se a escolarização não fosse, ainda no século XVII, um monopólio de classe, ela se encontraria sob o monopólio de um sexo. As mulheres estariam excluídas do ensino” (Ariès, 1975a, p.210). Ele ainda ressalta que elas não aprendiam nada de escolar nas famílias nas quais os meninos, por outro lado, iam ao colégio. E se a criação da Escola Saint-Cyr pela Senhora de Maintenon inicia um processo de mudança, essa tendência em educar as meninas agirá apenas, segundo P. Ariès, aproximadamente dois séculos mais tarde.

P. Ariès acredita, assim, que o sentimento da infância revelou-se, em primeiro lugar, em benefício dos meninos e nas classes burguesas ou nobres que diferenciavam mais distintamente suas roupas do que as classes populares, enquanto as moças mantinham-se misturadas durante mais tempo com os adultos. “Seremos levados (afirma) a observar mais de uma vez esse

atraso das mulheres ao adotarem formas visíveis da civilização moderna, essencialmente masculinas” (Ibid., p.89). Através desse trabalho de análise sexuada, P. Ariès atualiza, assim, categorias de pensamento essenciais não somente de diferenciação entre homens e mulheres, mas de reflexão sobre a construção dessas categorias, mesmo que ele não aprofunde tais interrogações. Seu questionamento assumia, então, essa forma:

Por que, a fim de distinguir o menino dos homens, o assimilávamos às meninas que não se distinguiam das mulheres? Por que esse costume tão novo, tão surpreendente em uma sociedade na qual entrávamos cedo na vida, durou até praticamente os dias de hoje, pelo menos até o início desse século, apesar das transformações dos hábitos e o prolongamento da duração da infância? Attingimos, aqui, uma área ainda inexplorada da consciência que uma sociedade assume de seu comportamento pela idade e pelo sexo: até agora, havíamos-nos interessado somente pela consciência de classe! (Ibid., p.86)

Apesar dessa observação, as pesquisas da origem desses comportamentos sociais levadas pelo historiador mantêm-se ainda frequentemente associadas a uma reflexão mais voltada para os grupos etários ou as classes sociais do que para uma diferença entre os sexos, como o mostram, em particular, seus trabalhos sobre os jogos (Ibid., p.90-140). Ao contrário, ele lembra em seus textos que a diferenciação sexual na pequena infância não era ainda tão imperativa no início do século XVII como se tornará mais tarde. “A boneca não era reservada às meninas. Os meninos também brincavam com ela. Na pequena infância, a discriminação moderna entre as meninas e os meninos era menos explícita” (Ibid., p.101), mas acrescenta que “é provável que exista uma relação entre a especialização infantil dos brinquedos e a importância da pequena infância no sentimento que revela a iconografia e o costume desde o fim da Idade Média. A infância torna-se o conservatório dos usos abandonados pelo adulto” (Ibid.).

P. Ariès é, certamente, em diversas áreas, um “pioneiro”, sobretudo na reflexão sobre as relações entre os sexos, mas permanece marcado por uma dupla influência, aquela muito dominante da Escola dos *Annales* e a influência marxista na qual, de um certo modo, P. Ariès distinguiu-se, como ele próprio afirma em 1983, um ano antes de sua morte:

O marxismo me interessou por duas razões particulares (...). Primeiramente por causa do grau de valorização da ação política que seus agentes testemunham, tornando-se, muitas vezes, seus adversários. Atingíamos, assim, determinada nova maneira de viver as febres da História. Em seguida, por causa do reforço que ele traz às interpretações deterministas então triunfantes: o que chamávamos, tanto na direita quanto na esquerda, tanto os católicos conservadores quanto os progressistas liberais, o sentido da História. Ao reler-me hoje, encontro em minha lembrança os sentimentos que me dividiam no que diz respeito ao marxismo e o "sentido da história". Por um lado, a ênfase dada à força da mudança, a fascinação dos grandes ímpetos que transformavam o mundo e, conseqüentemente, o sistema que acreditava dar-lhe a chave que permite ir a qualquer lugar. Por outro lado e no sentido contrário, a impossibilidade de aceitar esse transformismo, ao mesmo tempo que se conservava a noção de mudança, que se impunha em todas as atividades humanas na vida material e na vida espiritual, na casa e no Estado. E, enfim, a leitura dos historiadores marxistas com aquela de militantes desafetados, a descoberta de uma redução final dessas forças de fogo a sistemas gelados que criavam novos aparelhos de Estado autoritários. (...) Eu deveria ter sido mais atento às renovações trazidas pelo marxismo à História, graças ao papel essencial atribuído aos fatores econômicos, às simpatias populares, aos movimentos organizados das classes sociais, renovação que marca praticamente toda uma geração de histórias, marxistas ou não marxistas. (Ariès, 1993, p.52)

Vida e morte

Quando P. Ariès aborda o tema da morte, ele explora também, ao mesmo tempo e inversamente, o da vida, a que damos, mas também a que não damos. Ele estuda essas grandes questões no decorrer de um período muito longo, como ele normalmente faz, considerando que "desde os tempos mais remotos, o homem não recebeu o sexo e a morte como dados brutos da natureza" (Ariès, 1977, p.598). Ele trata, então, do Homem e da natureza humana, fala da "consciência de si", de "destinos individuais ou de grande destino coletivo" (Ariès, 1975b, p.11) e usa frequentemente *on* [alguém] e *chacun* [cada um]. Todos os termos remetem a uma humanidade que se situa no lado abstrato e nos seres humanos colocados diante

desses fenômenos inevitáveis e incontornáveis que são a morte e a sexualidade. Sob essa neutralidade, portanto, parece-nos que foi o homem macho que emergiu com mais frequência. E se P. Ariès fornece-nos exemplos concretos, ele sempre distingue com mais facilidade os grupos sociais ou os grupos etários do que as categorias de sexo, e quando ele escolhe os textos de mulheres, os das irmãs Brontë e os das mulheres da família La Ferronnays (Ariès, 1977, p.405-439), por exemplo, ele tira apenas uma conclusão geral sobre as mudanças de sensibilidade diante da morte:

Na obra da jovem (Emily Brontë) (...) encontram-se misturadas a imagem tradicional do descanso e da espera, a sobrevivência temporária do cadáver sepultado, a beleza física da morte, o vestígio que a vertente da morte provoca nos vivos, a atração pelo infinito (...), e, enfim, diante desses desejos que levam os homens não mais para o lugar imóvel de Deus, mas para um fluxo perpétuo, (...) a reunião, em um além que não é necessariamente o paraíso, de todos os que amaram-se na terra (...). (Ibid., p.439)

Diante da questão da vida, as mulheres são, por necessidade e devido à sua psicologia, mais facilmente distintas. Portanto, ao estudar a contracepção através da correspondência da Senhora de Sévigné, que se preocupava em evitar uma eventual nova gravidez em sua filha, a Senhora de Grignan, temendo por ela as dores e os riscos do parto, P. Ariès introduz uma nova questão a esses textos epistolares, a da contracepção, que nenhum historiador havia colocado antes dessa forma. Ele ressalta, assim, o argumento materno que fala das "restrições"; o que, em outros termos, significa que a Senhora de Sévigné aconselha radical e simplesmente à sua filha não ter mais relações sexuais com seu marido, já que o Senhor de Grignan parece não poder "restringir-se". E de um modo mais geral, P. Ariès coloca, efetivamente, como razões globais de uma necessária restrição dos nascimentos, além daquelas de ordem econômica, em particular ligadas ao custo de criação de uma criança, aquelas ligadas ao risco corrido durante a gravidez e sobretudo durante o parto: "o motivo é o medo que as mulheres sentem de gravidezes repetidas, de partos arriscados. O protomalthusianismo é essencialmente feminino (...)" (Ariès, 1993, p.327).

P. Ariès concede, então, às mulheres um papel importante na queda do número de nascimentos, mesmo se ele limita suas causas ao medo das dores

e dos males ligados à gravidez. Ele observa que as tentativas de prática de controle da fecundidade (conhecida pelos médicos) devem-se à iniciativa das mulheres: “supositórios ou absorventes vaginais internos, esponjas de tecido embebidas de líquidos estranhos com propriedades espermicidas ou mesmo poções que deviam assegurar a esterilidade ao serem absorvidas por via oral” (Ariès, 1971, p.347). Segundo P. Ariès, esses métodos dirigem-se apenas a meios limitados, em particular a mulheres particulares, pois se trata “de prostitutas ou cortesãs, talvez também matronas que viviam do amor e pelo amor” (Ibid., p.348). Assim, a técnica da retirada antes da ejaculação teria sido sem dúvida almejada, de acordo com a interpretação de P. Ariès “(...) porque essa decisão depende sobretudo do homem e que o homem parece se desinteressar das consequências de seu ato, preocupado apenas com sua completa satisfação” (Ibid., p.347). Porém, conforme o historiador, nenhuma referência é feita a um medo qualquer da contracepção em textos eróticos ou ousados, pois, nesse caso, em compensação, o que os homens temem é a esterilidade. Em seguida, P. Ariès estima que essa prática da retirada torna-se “a mais difundida e a mais popular” (Ibid., p.366) no século XIX na França até depois da Primeira Guerra Mundial, no século XX, quando o preservativo sucederia essa primeira forma de contracepção.

Quando ele dirige, mais tarde, seu olhar para a criança para quem “uma revolução da afetividade” outorga um lugar privilegiado na família, P. Ariès considera, então, que a contracepção (conforme o *coitus interruptus*) se tornaria pensável porque ela seria suscitada por um desejo de controle da vida. P. Ariès situa o desdobramento dessa mudança no século XIX ao apoiar-se, dessa vez, no bem-estar e na educação da criança. Em nenhum momento, esse autor questiona-se sobre o desejo, a vontade ou ainda a eventual ação das mulheres. Questionamento sem dúvida ainda difícil de imaginar para a maioria dos homens no fim dos anos 1960... Quanto ao prazer sexual, ele é evocado apenas em função dos homens, o que eles dão (e principalmente o que eles não dão) às mulheres com os famosos *absque coitu* ou *coitus interruptus*.

Seu estudo sobre a “sexualidade” infantil deve muito ao *Journal d'Heroard* e coloca-se, portanto, amplamente para o masculino. P. Ariès não hesita, contudo, em generalizar seus argumentos ao mostrar, nessa época, a grande liberdade sexual dos adultos com as crianças, em particular a das

mulheres com meninos (sobre os quais achamos que, até a puberdade, eles não possuem sexualidade). Ele também evoca os afagos (um flerte que vai mais longe) que ele considera como “a origem de um sentimento de mulheres, de mulheres encarregadas de cuidar das crianças, mães ou amas de leite” (Ariès, 1975a, p.179). Ele fala especificamente das meninas somente na hora de dormir, momento sobre o qual P. Ariès lembra o conselho dado de não misturar as crianças de ambos os sexos em uma mesma cama.

P. Ariès é também um descobridor da importância do corpo.

Dentre a coleção de objetos através da qual o homem reconhece o universo, seu próprio corpo e sua própria vida: seu corpo que se tornou um objeto de estudo e de cuidados constantes, seja para regular sua fecundidade ou para aumentar sua longevidade. (Ariès, 1971, p. 404)

Portanto, quando ele observa, é muito frequentemente como corpo assexuado, uma forma de abstração ou ainda como corpo morto, um cadáver, sem sexo particular cujas algumas anedotas contadas sobre os amores entre uma falsa morta e um vivo não modificam seu modo de ver. Mesmo porque suas conclusões tratam somente das mutações da sensibilidade do ser humano, e não de uma reflexão sexuada.

Seu ponto de vista evolui no final de sua vida. Na introdução do volume III do livro *História da vida privada*, P. Ariès observa, efetivamente, que do século XVI ao século XVIII, um novo papel do Estado, o desenvolvimento da alfabetização e da leitura, novas formas de religião, toda uma série de deslizos instauram-se e permitem uma nova atitude diante do corpo, de seu próprio corpo e do corpo dos outros. E distinções cada vez mais explícitas são então identificadas entre homens e mulheres. Esse texto, publicado em 1986, foi proposto pelo historiador em 1983, como introdução de seu seminário na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) intitulado “À propos de l'histoire de l'espace privé” [Sobre a história e o espaço privado]. P. Ariès indica, nele, diferenciações mais claras entre o corpo masculino e o feminino sem, contudo, aprofundar sua análise.

Não se trata mais de aprender como um jovem deve servir à mesa ou servir seu mestre, mas, ao contrário, estabelecer um espaço preservado em torno do corpo para afastar outros corpos, roubá-lo com um toque e o olhar de outros.

Assim, deixamos de abraçar, quer dizer, de tocar com os braços, de beijar a mão, o pé, de precipitarmos-nos “ajoelhados” diante de uma senhora que desejamos honrar. (...) A literatura de civilidade, a maneira de tratar seu corpo e o corpo dos outros, explicam um novo pudor, uma nova preocupação em dissimular algumas partes do corpo, alguns atos como a excreção. (...) Acontecerá, inclusive, que esse novo pudor, acrescentado a antigas proibições, tornará difícil ao cirurgião masculino o acesso ao leito da mulher que pariu, lugar de encontro essencialmente feminino. (Ariès; Duby, 1986, v.3, p.11)

Nesse texto introdutório, P. Ariès enfatiza também a evolução profunda das sociabilidades entre a Idade Média e o século XIX, ao ressaltar as mudanças notáveis na Idade Moderna, objeto do terceiro volume. Ele acredita que a “ideia de si e de seu papel na vida cotidiana na sociedade” (Ariès e Duby, 1986, v.3, p.9) modifica-se, ali, memoravelmente. Ele evoca a nova importância dada à leitura, à escritura do diário íntimo e da autobiografia, do gosto pela solidão que convida à partilha com “um” amigo. Ele lembra o desenvolvimento de um gosto pelo interior da casa, de uma exigência do refinamento para si. Ele enfatiza quanto a especialização dos cômodos conduz à intimidade, mesmo se frequentemente trata-se ainda de um objetivo funcional, quanto a conversa contribui com uma nova forma de convívio. Porém, ainda ali, ele não aprofunda esse tema, colocando-o à prova do questionamento do gênero. Numerosos textos que tratam da história das mulheres já haviam sido publicados na França desde os anos 1970. Citemos, por exemplo, o número especial “Travaux de femmes” [Trabalhos de mulheres] da revista *Le Mouvement Social* [O movimento social, 1978], *L'Histoire sans qualités* (Dufrancatel et al., 1979) ou ainda a obra dirigida por Michelle Perrot, *Une histoire des femmes est-elle possible?* (1984).

Enfim, P. Ariès questiona, em sua *História da vida privada*, a oposição público/privado que se revelou tão fecunda, pelo menos em um primeiro momento, para a história das mulheres e para pensar o masculino e o feminino. Ele concebe, efetivamente, essa oposição mais como uma oposição entre dois tipos de sociabilidade do que como aquela que intervém entre o Estado e tudo o que lhe foge:

Essa problemática conduz toda a história da vida privada a uma mudança na sociabilidade, digamos, grosseiramente, à substituição de uma sociabilidade anônima, a da rua da corte, do castelo, da praça, da comunidade, por uma sociabilidade restrita que se confunde com a família, ou ainda com o próprio indivíduo. O problema é, então, saber como passamos de um tipo de sociabilidade no qual o privado e o público se misturam a uma sociabilidade na qual o privado é separado do público e até o absorve ou reduz sua extensão. Uma tal problemática atribui à palavra “público” o sentido de jardim público, de praça pública, de lugar de encontro de pessoas que não conhecem-se mas que ficam felizes em se encontrar. (Ariès; Duby, 1986, v.3, p.16)

Conclusão

A dificuldade em qualificar ou de classificar a postura e o trabalho do historiador P. Ariès na historiografia tradicional deve-se, sobretudo, ao fato de sua reflexão crítica e seu questionamento historiográfico nunca terem deixado de evoluir, como o confirma o teor de seus textos. Durante muito tempo posicionando-se no exterior da instituição universitária, suas livres incursões em uma longa história da família, da vida e da morte atualizam “mentalidades”, modos de pensar de um ser humano amplamente ainda assexuado. Quando, em 1982, no final de sua vida, ele redige o prefácio da obra de Mireille Laget, *Naissances: l'accouchement avant l'âge de la clinique* (Nascimentos: o parto antes da idade da clínica), ele declara que esse livro “marca uma nova conquista da História. Ou melhor, preenche uma de suas superfícies que os historiadores haviam deixado em branco no mapa das terras desconhecidas prometidas a novas explorações” (Laget, 1982, p.7). Esse estudo é, para ele, inovador porque assinala o que existe de cultural, de variável – portanto, de histórico – nos dados demográficos e biológicos. Parece-nos, contudo, difícil saber o modo como P. Ariès foi lido pelos(as) historiadores(as) e pelos sociólogos do gênero e em que ele pôde ser um barqueiro que os teria conduzido a novos territórios de reflexão. Notemos, porém, que Michelle Perrot o utilizava em abundância em seus cursos de história das mulheres. E ele é também citado, por exemplo, por Yvonne Knibiehler e Catherine Fouquet, por seu trabalho sobre a criança em *L'Histoire des mères du Moyen Âge à nos jours* [A história das mães da Idade

Média aos dias de hoje, 1980] ou em um registro bem diferente por Nicole-Claude Mathieu, sempre referindo-se à criança em *L'Anatomie politique* [A anatomia política], em 1991.

Através do conjunto de seus novos campos de estudo, P. Ariès descobriu e elucidou de maneira incontestável questões, espaços e objetos de história que constituirão os da história das mulheres e do gênero, mesmo que ele não tenha percebido o peso das relações de poderes entre homens e mulheres e a importância do gênero como organização social da diferença de sexo, levando-se em conta, acredito, a impossibilidade de pensá-lo fora das categorias de seu tempo.

Referências bibliográficas

- ARIÈS, P. *Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie depuis le XVIII^e siècle*. Paris: Seuil, 1971 (1948).
- . *Le Temps de l'Histoire*. Paris: Seuil, 1986 (1954). [Ed. Bras.: *O tempo da História*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.]
- . *L'Enfant de la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1975a (1960). [Ed. Port.: *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*. Trad. Ana Luísa Faria e Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1988.]
- . *Essais sur l'histoire de la mort en Occident du Moyen Âge à nos jours*. Paris: Seuil, 1975b. [Ed. Bras.: *História da morte no Ocidente*. São Paulo: Ediouro, 2003.]
- . *L'Homme devant la mort*. Paris: Seuil, 1977. [Ed. Bras.: *O homem diante da morte*. Trad. Luíza Ribeiro. São Paulo: Editora Unesp, no prelo.]
- . *Essais de mémoire: 1943-1983*. Prefácio de CHARTIER, R. Paris: Seuil, 1993.
- ; DUBY, G. (dir.). *Histoire de la vie privée*. Paris: Seuil, v.3, 1986. [Ed. Bras.: *História da vida privada*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.]
- DUFRENCATEL, C. et al. *L'Histoire sans qualités*. Paris: Galilée, 1979.
- KNIBIEHLER, Y.; FOUQUET, C. *L'Histoire des mères du Moyen Âge à nos jours*. Paris: Montalba, 1980.
- LAGET, M. *Naissances. L'accouchement avant l'âge de la clinique*. Prefácio de ARIÈS, P. Paris: Seuil, 1982.
- . *Le Mouvement social. Travaux de femmes*. Paris, out.-dez. 1978.
- MATHIEU, N. C. *L'Anatomie politique*. Paris: Côté-femmes, 1991.
- PERROT, M. (dir.). *Une histoire des femmes est-elle possible?* Marselha: Rivages, 1984.
- . (dir.) *De la Révolution à la Grande Guerre*. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. (dir.). *Histoire de la vie privée*. Paris: Seuil, v.IV, 1987.

JÜRGEN HABERMAS E O GÊNERO: A EXPERIÊNCIA DO DESCENTRAMENTO PELA DISCUSSÃO

Estelle Ferrarese

Jürgen Habermas certamente nunca procurou conceitualizar os processos de produção e de reprodução dos gêneros e dos sexos. Assim, procuraríamos em vão uma evocação qualquer das relações de sexo em sua obra que precede à descrição que ele faz do feminismo em *Teoria do agir comunicativo*, escrito em 1981. Nele, essas relações aparecem apenas como simples ilustrações das novas formas de conflito nas sociedades complexas, em torno da "gramática das formas de vida" (Habermas, 1988a, p.432-433).

Contudo, a árdua discussão sobre sua teoria na área dos estudos de gênero, sobretudo pelas feministas próximas de seu pensamento como Nancy Fraser, Seyla Benhabib ou Iris Marion Young, abordam, em particular, a natureza ou a função ideológica das distinções que ele utiliza, o que obteve uma grande repercussão. Esta levou-o progressivamente a considerar alguns dos vieses que o esquecimento das relações sociais de sexo engendrou para uma teoria da política deliberativa, e corrigi-la em função disso. Além do mais, sentindo-se intimado a responder a algumas das questões levantadas pela teoria do "care", ele retificou, à luz dessas teorias, sua ética da discussão.

Cegueira à natureza sexuada das categorias de espaço público e de esfera privada

O centro do aparelho analítico e normativo proposto por J. Habermas, o espaço público, e o que é apresentado ao longo de sua obra como seu complemento ou sua matriz, a esfera privada, vão de encontro ao *corpus* temático dos estudos e das políticas de gênero, e não poderiam deixar de atrair certa curiosidade referente à virulência crítica variável.

Sua obra concentrou-se primeiramente na questão da validade empírica da reconstrução operada por J. Habermas em seu primeiro ensaio, *Mudança estrutural da esfera pública*, do surgimento, contemporâneo da modernidade, de uma nova entidade política, a esfera pública. Ele distingue a arqueologia de uma instância crítica, o público, que surge na esfera literária para voltar-se, no século XVIII, para a esfera política, à qual ele impõe a prática do uso público da razão e um imperativo de justificação racional das decisões, normas e leis. Essa arqueologia apoia-se em três postulados, que foram, todos, objetos de crítica tanto no que diz respeito a sua plausibilidade histórica quanto nas suas implicações políticas e ao horizonte de emancipação que eles esboçam: o espaço público, incluindo suas premissas, circunscreve-se no século XVIII e é indissolúvelmente ligado às Luzes. Sua história, desde então, é apenas a de uma lenta degradação que encontra seu apogeu nas sociedades do capitalismo avançado. Ele é único, e confunde-se com a burguesia emergente.

A crítica feminista formulou suas próprias objeções em torno da ideia segundo a qual J. Habermas considera a ausência das mulheres nessa instância somente como divergência entre o ideal – o da abertura infinita do espaço público – e a realidade. Joan Landes também defende em *Women and the Public Sphere in the Age of French Revolution* [Mulheres e a esfera pública na Revolução Francesa], a ideia de que sob o Antigo Regime as mulheres da aristocracia tinham acesso ao discurso público, o “mundo” que elas perdem precisamente com as Luzes e a Revolução francesa. Uma nova ideia da “natureza feminina” é elaborada nesse momento, tornando-se antinômica da razão, essa instância que informa ou deveria informar o espaço público. Essa nova construção que encontra sua origem, segundo Landes, em Rousseau e sua associação de ostentação feminina a tudo o que existia de artificial e de corrupto no Antigo Regime, significa que a não

participação das mulheres no espaço público não é contingente, que ela não indica uma realização ainda imperfeita de uma universalidade levada pelas próprias premissas do conceito, mas que é constitutiva dessa universalidade (Landes, 1988, p.46 et seq.). A mesma ideia é defendida por Iris Marion Young, para quem a caracterização do espaço público devido à imparcialidade e à racionalidade tem como consequência fundamental a circunscrição da necessidade, do desejo e do sentimento na esfera doméstica, e daquelas que são apresentadas como suas guardiãs, as mulheres (Young, 1987, p.66).

Menos radicais, autoras como Mary Ryan procuram demonstrar que J. Habermas negligencia a existência, ao lado da esfera masculina e burguesa que ele teoriza, de esferas públicas concorrentes, de contrapúblicos. Elas ressaltam a presença de mulheres da burguesia no espaço público no século XIX enquanto se constitui uma contrassociedade civil formada por associações voluntárias reservadas às mulheres, dentre as quais, sociedades filantrópicas e sociedades de reforma moral (Ryan, 1990).

Os interesses em jogo não são meramente historiográficos (Stanley e Pateman, 1991): o fato de J. Habermas negligenciar o aspecto intrinsecamente sexuada do objeto que ele descreve assume uma maior gravidade pelo espaço público confundir-se com a modernidade, sobre a qual ele concentra muitas promessas de apropriação reflexiva do que é dado como autodeterminação, autorrealização etc. J. Habermas será fiel ao conteúdo normativo da modernidade durante todo o decorrer de sua obra, argumentando assim que “as Luzes caracterizam-se por uma tal irreversibilidade associada a alguns processos de aprendizagem e funda-se no fato de que é impossível esquecer-se, deliberadamente, o que foi compreendido (...) Por essa razão, as Luzes somente podem remediar suas próprias insuficiências radicalizando-se” (Habermas, 1988b, p.103).

Foi particularmente por essa razão que ele abandonou, um pouco mais tarde, a postura nostálgica que consistia em descrever um momento e um modelo cujas promessas carregam, ao mesmo tempo, as sementes de seu desaparecimento, para instaurar os fundamentos normativos do espaço público em um nível mais profundo, nas próprias características da linguagem (para tanto, a modernidade permanece sendo o que “provocou a entrada em cena do potencial da racionalidade presente no agir comunicacional” (Habermas, 1988a, II, p.88). A nova teoria arquitetônica

engendrada por essa posição, estabelecida no *Teoria do agir comunicativo*, e que perdura até seus textos mais recentes, considerando alguns ajustes, apoia-se nas categorias de sistema e de mundo da vida. São elas que constituem o objeto essencial da literatura feminista sobre a teoria da sociedade de J. Habermas.

Ele caracteriza a modernidade primeiramente pela dissociação do sistema com o mundo da vida. A crescente complexidade, o mundo da vida, estruturado pela comunicação, encontra-se liberado das tarefas de reprodução material. Ele é levado aos limites do espaço público e da esfera privada, enquanto o subsistema estatal e o subsistema econômico autonomizam-se, constituindo o que J. Habermas chama de sistema (Ibid., p.423 et seq.). No sistema, as ações não são mais coordenadas, como no mundo da vida, pela linguagem cotidiana distante de um horizonte de sentidos e de normas compartilhados de maneira intersubjetiva. Elas o são por códigos especializados, as “mídias”, que representam o poder e o dinheiro. A linguagem ordinária, através de sua própria estrutura, constitui um horizonte universal de compreensão. Mas se sua capacidade de apreensão é ilimitada, as definições e os tratamentos dos problemas possibilitados por ela são elaborados em um nível de diferenciação menos elevado, de um modo menos preciso do que sob os aspectos especificamente reduzidos em função de cada código, dos custos, da utilidade etc., enquanto seu uso apresenta os riscos inerentes à pesquisa da intercompreensão.

Ao impor às mídias uma conversão ao dinheiro e ao poder, o sistema impõe um código que não é manipulável pelos indivíduos, e do qual eles não podem fugir. Ele repele as formas do agir orientado para a intercompreensão e as pretensões à validade e obriga os atores a adotarem uma atitude objetiva diante de si e dos outros. Quando essa lógica penetra o mundo vivido (J. Habermas fala de “colonização do mundo vivido”), as relações sociais e as experiências vividas são sistematicamente assimiladas a objetos que podem ser manipulados. Foi assim que J. Habermas caracterizou a reificação.

A crítica feminista dessa organização teórica adquiriu dois aspectos principais. Por um lado, Nancy Fraser, em um artigo intitulado “What’s Critical About Critical Theory? The Case of Gender” [O que é crítico sobre a teoria crítica? O caso do gênero], recusa a ideia de um sistema político e de um sistema econômico capitalistas que seriam isentos de normas,

e unicamente movidos por uma lógica autorreferencial. Normas compartilhadas estruturam tal sistema tanto quanto as interações, no caso do mundo vivido, começando por aquelas que atingem o que é mutável e o que não o é. Assim, para J. Habermas, a especificidade das relações Estado/administrado no capitalismo avançado é assumir a forma de uma relação Estado-providência/cliente, com efeitos materializados, uma vez que instituem uma penetração da esfera privada por imperativos sistêmicos. Ora, esses últimos são diferenciados em função do gênero, replica Nancy Fraser, e ao omitir a natureza de gênero das relações Estado-providência/cliente, J. Habermas dissimula o fato de que as normas e as significações das relações sociais de sexo continuam a estruturar a economia regulada pelo Estado: “O capitalismo avançado simplesmente utiliza outros meios para preservar o familiar ‘consenso estabilizado por normas’ sobre a dominação masculina e a subordinação feminina” (Fraser, 1989a, p.133).

Por outro lado, a crítica feminista procura desmascarar o alcance ideológico de uma dicotomia sistema/mundo da vida tão categórica. A tese segundo a qual as mídias do poder e do dinheiro supostamente não deveriam circular na esfera privada, que se refere ao mundo da vida, como também não o deveria o agir estratégico, a menos que haja alguma patologia ligada à colonização do mundo da vida pelo sistema, foi particularmente objeto de ataques. Contestaram-lhe que o fato de fazer tais distinções implica ocultar uma grande parte da experiência da dominação masculina, a família sendo um espaço saturado de poder, ou até mesmo de violência, de cálculo egocêntrico e de dinheiro. Essa acusação, frequentemente repetida (Gould, 1996, p.173; Fraser, 1989a, p.119; Bickford, 1996, p.18) sem dúvida reforça os traços da teoria de J. Habermas. Efetivamente, a “diferenciação do mundo da vida e do sistema não se sobrepõe à distinção entre o agir comunicacional e o agir instrumental”, “as ações estratégicas não advêm apenas como (os) subsistemas” (Habermas, 1989, p.89), explica J. Habermas, e o poder é o atributo do sistema político somente como *substituto* da linguagem. A ambiguidade da posição de J. Habermas situa-se mais, parece-nos, em seu uso de um conceito idealizante de intimidade, que ele associa a uma possibilidade de emancipação, ao mesmo tempo que negligencia a armadilha histórica na qual as mulheres caíram.

Na época de *Mudança estrutural da esfera pública*, J. Habermas encontra-se ainda sob a influência da concepção da família defendida

pela primeira geração da Escola de Frankfurt. Horkheimer, sobretudo, concebia a família ao mesmo tempo como uma construção ideológica burguesa e como “o lugar onde o sofrimento expressa-se livremente e no qual os indivíduos, lesados em seus interesses, encontravam um lar de resistência” (Horkheimer, 1974, p.304-305). J. Habermas mantém a ideia da ambivalência da família, “ao mesmo tempo correia de transmissão da sociedade, mas também, de um certo modo, possibilidade antecipada de uma emancipação em relação a essa mesma sociedade” (Habermas, 1992a, p.65). Mas a idealização da família tem tendência a acentuar-se nos textos de J. Habermas. Ele escreve, mais tarde, sobre as pesquisas do Institut für Sozialforschung [Instituto de Pesquisa Social] nos anos 1930: “Considera-se, então, a família como a agência que permite aos imperativos do sistema fundir-se nos destinos pulsionais; mas ela não foi levada a sério no que diz respeito à sua estrutura comunicacional interna” (Habermas, 1988a, II, p.426). Ele a classifica, por sua vez, a partir desse momento, como as outras instituições do mundo vivido, como a escola ou a religião, situando-a junto ao que é constituído de comunicação. A família é, para ele, uma unidade sociológica reelaborada pela modernidade, na qual a exigência de uma aceitação responsável para cada um de sua própria biografia no que ela tem de insubstituível e de contingente, no interior de um modelo de relações igualitárias, na forma individualizada das trocas e das práticas liberais de educação, substituiu uma conduta de vida bem-sucedida conforme um modelo que deve ser imitado.

J. Habermas realiza, então, uma curiosa mescla entre a expectativa na qual a esfera privada assumiu a responsabilidade pelas Luzes, de uma emancipação subjetiva, e a redenção da família como refúgio, operada pela Escola de Frankfurt. Ele elimina, assim, sobretudo, a dupla retirada que a noção da esfera privada na Idade Moderna supunha: em relação ao público, aos negócios públicos ou do Estado por um lado; em relação à família, às sociabilidades da intimidade doméstica por outro. Essa superposição de expectativas, que submete a esfera doméstica à esfera privada, faz que ele negligencie o problema que constitui para as mulheres o acesso à esfera privada, ao passo que essa esfera será esfera de abandono das obrigações que reinam no exterior ao mesmo tempo que de elaboração de uma reflexividade. A ideia de refúgio pressupõe que nós mesmos não fazemos parte dessa esfera, nem mesmo somos singularmente associados a ela; nesse sentido,

trata-se, para elas, de ter acesso tanto à esfera privada quanto à esfera pública, o que Virginia Woolf já reivindicava em *Um quarto só para si*.

A crítica quanto à força ideológica da distinção sistema/mundo da vida é, em compensação, mais promissora quando ela evidencia as implicações do estranhamento absoluto que define as relações da esfera privada na economia oficial, por um lado, e da esfera estatal, por outro. A distinção sistema/mundo da vida é, efetivamente, sobreposta à distinção entre reprodução simbólica e reprodução material, a primeira sendo a obra do mundo da vida e a segunda sendo atribuída ao sistema econômico. O resultado disso seria o cuidado e a educação das crianças, atividade que não é considerada como relevante da reprodução material e encontra-se radicalmente separada da economia oficial, obliterando o fato de que o lar é um local de trabalho não remunerado (Fraser, 1989a, p.119 et seq.).

Outro efeito nocivo, do ponto de vista do gênero, da distinção sistema/mundo da vida pode ser encontrado no fato de o Estado e o direito serem limitados à primeira categoria, e a família ser colocada na segunda. Na medida em que a intervenção do Estado, sob a forma de regulações, legislação ou alocações, depende da colonização do mundo da vida pelo sistema, com seus corolários materializantes para o indivíduo, o deslize possível da teoria de J. Habermas para a defesa de uma esfera doméstica impermeável às questões de justiça, hermeticamente fechada a qualquer intervenção pública, não deixou de ser levantada. Não somente não há espaço para a ideia segundo a qual “o pessoal é político” como, ao oferecer um argumento para resistir à mudança da estrutura familiar pela lei, ela pode revelar-se um modelo totalmente conservador (Fleming apud Meehan, 1995, p.118). Esse argumento levará J. Habermas a especificar sua concepção dos mecanismos de materialização e, através dela, sua teoria da autonomia. Ora, isso é apenas um exemplo das correções e precisões que ele fará sob a influência das reflexões feministas.

Corretivos

Ele admite, assim, no novo prefácio de *Mudança estrutural da esfera pública* redigido em 1990, que

a exclusão das mulheres foi um elemento constitutivo da esfera pública política quando essa última não estava mais somente dominada pelos homens, mas determinada, em sua estrutura e em sua relação com a esfera privada, por um critério sexual. (Habermas, 1992a, p.8)

Contudo, é mais particularmente em relação às intervenções normalizadoras do Estado social que J. Habermas se dirige em sua obra tardia sobre as desigualdades de gênero. Com a atribuição de competências jurídicas iguais não tendo conduzido à igualdade de fato entre homens e mulheres, o Estado de bem-estar social desenvolveu medidas compensatórias, sobretudo em termos de direito do trabalho, de direitos sociais. Ora, ele constata, essas medidas tiveram efeitos discriminatórios de um novo tipo, em particular a forte representação das mulheres nos empregos menos remunerados, e constituem simultaneamente “intervenções normalizadoras no estilo de vida” que apenas reforçam as definições tradicionais da identidade sexual. J. Habermas fala, então, do “paternalismo” do Estado de bem-estar social.

Ele procura, assim, analisar o problema recorrendo ao conceito de necessidade, tal qual ele é modelado e utilizado por suas comentadoras feministas. Seguindo os passos de M. Foucault, que mostrou que a necessidade é um instrumento político meticulosamente preparado, avaliado e utilizado, o feminismo americano desenvolveu, efetivamente, nos anos 1980, uma ampla reflexão em relação às teorias da justiça desenvolvidas naquele momento, e em particular as de J. Rawls, sobre a noção de necessidade e seu conteúdo. Ele se opõe à teoria de direitos ou de bens primordiais, em que há o debate sobre a distribuição justa, sem questionar sua necessidade e conteúdo. A necessidade, ao contrário, flutua, ela é particular, possui uma dimensão histórica (entrecruza história coletiva e história individual), pode ou deve ser articulada, formulada, inclusive no momento de uma luta, por aqueles que buscam impô-la em uma discussão sobre a justiça. Nancy Fraser, em um artigo intitulado “Struggle over Needs” [Lutando apesar das necessidades], sugeriu, assim, a ideia de lutas políticas que teriam como objeto a desnaturalização das interpretações dominantes das necessidades, por exemplo pela intervenção de um novo vocabulário, pela reelaboração da identidade do grupo que questiona a interpretação usual, enfim, pela imposição do tema na agenda das instituições políticas (Fraser, 1989b).

J. Habermas repercute tal argumento, evocando a encenação dos negócios privados no espaço público, para que eles ali adquiram o estatuto de temas políticos, depois sejam colocados no centro das discussões da esfera política instituída, através das relações de influência que presidem a relação do espaço público no sistema político. No final do processo de deliberação e de decisão, que é tanto uma luta pelo reconhecimento quanto um procedimento de justificação, esse tema passa pelo direito (Habermas, 1997, p.340).

Em *Teoria do agir comunicativo*, J. Habermas qualificava a tendência em atribuir uma dimensão jurídica aos fatos que caracteriza as sociedades modernas como uma forma de materialização, e em *Discurso filosófico da modernidade*, ali também, ele apoiava-se em Foucault para ressaltar que os meios jurídicos empregados para instaurar os programas do Estado social possuem uma força coisificante. Desde *Direito e democracia*, em compensação, elaborado como “princípio jurídico”, o direito encontra-se qualificado, com o princípio moral, de ramificação do princípio de discussão. Melhor ainda, J. Habermas propõe considerá-lo como “o *medium* que permite ao poder fundado na comunicação transformar-se em poder administrativo”, ou seja, o que permite introduzir no sistema conteúdos oriundos das discussões que ocorreram no mundo da vida (Ibid., p.169). Em outras palavras, o direito encontra-se, agora, presente no campo do mundo da vida. Suas intervenções na esfera doméstica não possuem, então, mais nada de patológico; tal concepção supõe a tangibilidade da fronteira público/privado, que é assumida como tal por J. Habermas.

Mesmo se fosse o caso de traçar, em nome da autonomia privada, a fronteira entre uma esfera reservada à busca dos interesses particulares e uma esfera pública reservada à “instauração do interesse comum”, ou de traçar as fronteiras constitutivas de uma esfera íntima no interior dessa esfera definida pelo direito privado, parece-nos cada vez mais impossível fazê-lo definitivamente. Esses limites devem (...) “poder constituir o objeto de uma discussão política” (Ibid., p.339).

O esquema é, efetivamente, completado pela ideia de uma instituição circular da autonomia pública e da autonomia privada, reformulação da ideia kantiana segundo a qual destinatários do direito podem ter acesso à autonomia somente se eles puderem perceber-se como os autores das leis às quais eles estão submetidos como sujeitos do direito privado:

“A garantia de uma autonomia privada assegura à autonomia pública a ‘garantia de sua emergência’, assim como, inversamente, uma proteção apropriada da autonomia pública assegura à autonomia privada a ‘garantia de sua emergência’” (Ibid., p.436). O que implica sobretudo que os direitos subjetivos não podem ser formulados de modo adequado se as pessoas interessadas não articularam e justificaram, primeiramente, no contexto de uma controvérsia pública, os aspectos cada vez significativos para a igualdade e a desigualdade do tratamento dos casos típicos.

Não somente J. Habermas evita algumas críticas suscitadas por sua obra precedente através desse movimento, mas ele confirma, aqui, uma profunda concordância com um certo feminismo que identifica luta política e fim da dominação (Johnson, 2001, p.44-45; Meehan, 2000). Uma outra convergência vai nascer de uma confrontação, dessa vez desejada pelo próprio J. Habermas, com as reformulações do julgamento moral pela teoria do *care*.

Justiça, solicitude, solidariedade

Paralelamente a essas correções e enriquecimentos operados à luz de leituras feministas de sua obra, J. Habermas demonstrou um interesse real e precoce pela teoria do *care* de Carol Gilligan, a ponto de servir-se de alguns dos argumentos desenvolvidos por ela durante a briga que a opôs a Lawrence Kohlberg, para pensar sua ética da comunicação.¹ Com certeza, J. Habermas dirige-se diretamente aos trabalhos de C. Gilligan pelo fato de ele ter afinidades com as hipóteses de L. Kohlberg, com quem compartilha a defesa de um ponto de vista moral do tipo kantiano, o qual exige a abstração dos motivos das partes envolvidas, das circunstâncias concretas, e das instituições e das formas de vida existentes (inclusive das identidades). Segundo L. Kohlberg, a capacidade em chegar a esse tipo de julgamento imparcial constitui o último estágio do desenvolvimento moral da criança, que aprende a ultrapassar primeiramente a perspectiva

¹ Ver a discussão das teses de Gilligan (Habermas, 1986, p.190-200; Habermas, 1992b, p.62-72).

egocêntrica, e mais tarde, o simples respeito acrítico às normas existentes (Kohlberg, 1981, p.190 et seq.).

C. Gilligan constata em *Uma voz diferente* que numerosos sujeitos do sexo feminino raciocinam em um esquema de dilemas morais aos quais se confrontam de um modo que indica, segundo a escala de L. Kohlberg, uma forma de deficiência porque evita qualquer procedimento de universalização. Manifesta-se, ali, em compensação, a preocupação em manter a relação ou ainda a particularidade do contexto. Gilligan tenta, então, reformular a ideia de julgamento moral, tanto em seu conteúdo quanto em sua forma. Por um lado, ela defende uma ética do *care*, na qual há um espaço para solicitude que se deve ao outro em sua vulnerabilidade, sua dependência intrínseca e suas necessidades. Ela enfatiza a consciência do erro que lhe podemos infligir e a noção de responsabilidade, em oposição às de dever e equidade, noção que implica a capacidade em perceber e em reagir a uma necessidade ou a um sofrimento (Gilligan, 1982, p.19; Tronto, 1993, p.118-119, 126-137). Por outro lado, a ética do *care* supõe a consideração de um outro “contextualizado”, e não “generalizado”. Como afirma Patricia Paperman:

o raciocínio do *care* não valida suas respostas em referência aos princípios gerais, mas adota a forma de uma narração na qual detalhes concretos, específicos, assumem um sentido e tornam-se inteligíveis em contextos da vida das pessoas. (Paperman, 2004, p.421)

Devemos observar que os dois argumentos opuseram-se diretamente a J. Habermas, aliás contemporaneamente à polêmica Kohlberg-Gilligan. Questionou-se que a comunicação não é somente motivada pela finalidade de atingir um consenso, ela também o é de um modo ainda mais fundamental, pelo desejo de “amar e ser amado” (Young, 1987, p.72), ou ainda, em um nível mais fundamental, que a construção de J. Habermas, contrariamente à teoria do “*care*”, era incapaz de justificar a motivação que existiria em agir moralmente (Bickford, 1996, p.23-24). Inclusive, a dificuldade em introduzir em sua ética da discussão, que deduz os conteúdos de uma moral universalista a partir das pressuposições da argumentação em geral, a perspectiva de um Outro concreto, único, provido de um corpo, de uma história e de emoções, foi diversas vezes ressaltada (Benhabib, 1987; Meehan, 2000, p.49),

e compreende sob essa forma que o procedimento racional de discussão, construído a partir de uma situação ideal de palavra do tipo científico inspirada por Peirce, não permite a narração, nem o relato de vida (Young, 2000).

J. Habermas recusa a dimensão emotiva subjacente ao primeiro movimento efetuado pela teoria do "care": não existe espaço para as emoções na constituição do julgamento moral; a intuição ou o sentimento moral, cuja realidade ele não nega, não oferece nenhuma garantia que a ação que ele determina seja uma ação moralmente apropriada e justificável (Habermas, 1986, p.195). E ele evidentemente não assume a hipótese segundo a qual as duas orientações, uma na direção da equidade, a outra na direção da solicitude, não seriam igualmente repartidas segundo os sexos. Contudo, raciocinando no desenrolar das linhas do debate Kohlberg/Gilligan, ele desenvolve, por um lado, uma concepção do "procedimento de adoção ideal de papel", formulada por George Herbert Mead (1963 [1934]), que permite uma consideração significativa das particularidades subjetiva e contextual, e leva a sério, por outro lado, a questão da necessidade de um complemento à justiça em uma moral universal.

A aplicação reflexiva do teste de universalização de uma norma reivindicada, segundo ele, uma situação deliberativa na qual cada um é obrigado a adotar o ponto de vista de todos os outros, a fim de verificar se uma norma pode ser desejada por todos, e isso, do ponto de vista de cada um. Ele apoia-se em um modelo proposto por Mead, que exige que cada um coloque-se no lugar de todos os que estivessem envolvidos na instauração de uma norma ou de uma decisão, processo de intercompreensão que, de acordo com sua própria forma, "atribui a todos os participantes, ao mesmo tempo, a adoção ideal de um papel" (Habermas, 1992b, p.19). Mas, para J. Habermas, as discussões levadas de um modo interiorizado, deslocadas "na solidão da alma", "não equivalem às discussões reais que não são bem conduzidas" (Ibid., p.61). É importante que os argumentos confrontem-se realmente, precisamente porque, ao expressar-nos, podemos incorporar o detalhe e o contexto quando se trata da validade prática de uma norma. Certamente, o raciocínio moral implica, para J. Habermas, uma ruptura com as evidências de uma vida ética concreta e uma distinção com os contextos de vida. Mas o princípio de adoção ideal de papel durante uma discussão real carrega em si a ideia de que se trata da adoção de uma perspectiva situada, particular, que ressaltaria o caráter insubstituível do "sim" e do "não" de

cada um. Em outros termos, ela oferece um lugar a uma forma de mediação do universal e do particular no raciocínio moral.

Essa força conferida à discussão articula-se a uma Antropologia da vulnerabilidade, como do tipo "a pessoa forma um centro interior somente na medida em que se aliena ao mesmo tempo em relações interpessoais produzidas intersubjetivamente. Assim, explica-se uma ameaça quase constitucional" (Ibid., p.67). E cabe à moral compensar essa vulnerabilidade, ao prever formas de reconhecimento recíproco. Por essa razão, um ponto de vista complementar ao tratamento individual igualitário, ao imperativo do respeito equivalente subjacente ao ponto de vista moral do tipo kantiano, revela-se necessário. Não se trata, contudo, para J. Habermas, da benevolência, da piedade ou da solicitude, mas da solidariedade. "Esse princípio enraíza-se na experiência segundo a qual um deve responder pelo outro, porque todos devem estar interessados da mesma maneira pela integridade de seu contexto de vida comum. A justiça (...) exige a solidariedade como seu outro" (Ibid., p.68), no que ela encerra a ideia de uma responsabilidade recíproca. O ponto de vista moral é, assim, ancorado na estrutura de reconhecimento recíproco de sujeitos que agem comunicacionalmente.

A arquitetura teórica de J. Habermas reside *in fine* em uma aposta, feita a partir do que ele chama de "a força sem violência do discurso argumentativo", que, ao obrigar as partes a descentrarem-se em virtude de uma lógica interna à confrontação dos pontos de vista, traduz-se pela ideia de que aquele que entra na argumentação não sai dela ileso. Sua relação com a problemática das relações sociais de sexo pretende ser uma ilustração desse ato de fé.

Descentrado pela confrontação com diversas argumentações feministas, ele passou subitamente às precisões ou arranjos teóricos que tinham como objeto conceitos de autonomia, de necessidade, de reconhecimento, sobre a fronteira público-privado, sobre o princípio de uma solidariedade complementar ao ponto de vista moral que, por não poder introduzir realmente uma temática do gênero em sua obra, tornou-a, contudo, compatível com algumas preocupações descritivas ou normativas de um pensamento das relações sociais de sexo, ou até transformou-a em uma possível ferramenta para pensar a desigualdade que as organiza.

Referências bibliográficas

- BENHABIB, S.; CORNELL, D. *Feminism as Critique. On the Politics of Gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.
- . Models of Public Space. In: CALHOUN, C. (dir.). *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: MIT Press, 1992, p.73-98.
- BICKFORD, B. *The Dissonance of Democracy*. Ithaca: Cornell University Press, 1996.
- FRASER, N. What's Critical about Critical Theory? The Case of Habermas and Gender. In: ———. *Unruly Practices. Power, Discourse and Gender in Contemporary Social Theory*. Cambridge: Polity, 1989a, p.113-143.
- . Struggle over Needs. In: ———. *Unruly Practices. Power, Discourse and Gender in Contemporary Social Theory*. Cambridge: Polity, 1989b, p.161-187.
- GILLIGAN, C. *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge: Harvard University Press, 1982. [Ed. Franc.: *Une voix différente. Pour une éthique du care*. Paris: Flammarion, 1982.]
- GOULD, C. Diversity and Democracy: Representing Differences. In: BENHABIB, S. (dir.). *Democracy and Difference. Contesting the Boundaries of the Political*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- HABERMAS, H. *Morale et communication*. Paris: Cerf, 1986. [Ed. Bras.: *Consciência moral e agir comunicativo*. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.]
- . *Théorie de l'agir communicationnel*. Paris: Fayard, v.2, 1988a. [Ed. Bras.: *Teoria do agir comunicativo*. São Paulo: WMFMartins Fontes, 2012.]
- . *Le Discours philosophique de la modernité*. Paris: Gallimard, 1988b. [Ed. Bras.: *O discurso filosófico da modernidade*. Trad. Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2002.]
- . Médias de communication et espaces publics. *Réseaux*, Paris, n.34, mar., 1989. p.79-96.
- . *L'Espace public*. Paris: Payot, 1992a. [Ed. Bras.: *Mudança estrutural da esfera pública*. Trad. Denilson Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2014.]
- . *De l'éthique de la discussion*. Paris: Cerf, 1992b.
- . *Droit et démocratie*. Paris: Gallimard, 1997. [Ed. Bras.: *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.]
- HORKHEIMER, M. Autorité et famille. In: ———. *Théorie traditionnelle et théorie critique*. Paris: Gallimard, 1974, p.229-320.
- JOHNSON, P. Distorted Communications: Feminism's Dispute with Habermas. *Philosophy & Social Criticism*, v.27, n.1, 2000, p.39-62.
- KOHLBERG, L. *Essays on Moral Development*. San Francisco: Harper and Row, 1981.
- LANDES, J. *Women and the Public Sphere in the Age of French Revolution*. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1988.
- MEAD, G. H. *L'Esprit, le soi et la société*. Paris: PUF, 1963 (1934).

- MEEHAN, J. *Feminists Read Habermas. Gendering the Subject of Discourse*. Londres: Routledge, 1995.
- . Feminism and Habermas Discourse Ethics. *Philosophy & Social Criticism*, 26 (3), 2000, p.39-52.
- PAPERMAN, P. Perspectives féministes sur la justice. *L'Année Sociologique*, Paris, 54, n.2, 2004, p.413-433.
- RYAN, M. *Women in Public: Between Banners and Ballots, 1825-1880*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990.
- STANLEY, M. L.; PATEMAN, C. *Feminist Interpretations and Political Theory*. Cambridge: Polity, 1991.
- TRONTO, J. *Moral Boundaries. A Political Argument for an Ethic of Care*. Nova York: Routledge, 1993.
- WOOLF, V. *Une chambre à soi*. Paris: Denoël, 1977.
- WRIGHT, C. Particularity and Perspective Taking: On Feminism and Habermas' Discourse Theory of Morality. *Hypathia*, Washington, v.19, n.4, 2004, p.47-74.
- YOUNG, I. A. Impartiality and the Civic Public. In: BENHABIB, S.; CORNELL, D. (dir.). *Feminism as Critique. On the Politics of Gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987. [Ed. Bras.: *Feminismo como crítica da modernidade*. Trad. Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.]
- . *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

VI
CRÍTICA DA MODERNIDADE

GEORG SIMMEL, PENSADOR DO GÊNERO ENTRE CARÍBDES E CILA

Nicole Gabriel

Em sua obra filosófica e sociológica, Georg Simmel tratou, de maneira “sistemática não sistemático” específica, própria à modalidade do *essay* (Adorno, 1974 [1958]),¹ uma infinidade de questões importantes e não tão importantes, como a arte da esgrima, a discrição, o segredo, as ruínas, as relações da ponte e da porta, da pena e da espada, as joias, o flerte etc. Em suas publicações póstumas, encontramos também um texto sobre o amor. Volátil, seu pensamento procura sempre um novo campo onde pousar. Para ele, nada lhe parece indiferente e o detalhe é tão significativo quanto o todo. Nisso, ele se aproxima dos pioneiros do exame minucioso do indício que foram Arthur Conan Doyle, Giovanni Morelli e Sigmund Freud: três médicos, três investigadores – da cena do crime, da arte do falsário e da alma.²

Um grande número desses textos refere-se às mulheres; elas foram comparadas a um microcosmo que nos introduz no macrocosmo de sua obra (Dahme; Köhnke, 1985, p.14).³ De fato, G. Simmel publicou um capítulo

1 Habermas destaca a abordagem de Simmel classificando-a de “círculos concêntricos” (1983).

2 O próprio Freud ressalta suas afinidades com o crítico de arte Morelli, que desenvolve um método para detectar falsas obras a partir da observação de detalhes e não da execução final em “Der Moses des Michelangelo” [O Moisés de Michelangelo, Freud, 1933].

3 Todos os textos referentes às mulheres foram reunidos por Heinz-Jürgen Dahme e Klaus Christian Köhnke (Simmel, 1985a), com exceção da segunda versão de *Weibliche Kultur*. Na tradução francesa, encontramos em *Philosophie de la Modernité* [Filosofia da modernidade]

de sua *Philosophie de l'argent* [Filosofia do dinheiro] separadamente e integrou um texto mais antigo sobre a "cultura feminina", levemente remanejado em seu livro *Culture philosophique* [Cultura filosófica]. Ele frequentemente escreveu sobre temas que hoje chamaríamos de assuntos "de sociedade", em revistas políticas, na grande imprensa e até em publicações do movimento das mulheres.⁴ Poderíamos imaginar a mesma abordagem nos trabalhos de Durkheim ou de Weber? A Sociologia que se iniciava com G. Simmel abria-se para um mundo de homens e de mulheres.

Um explorador da Berlim do fim do século

O pensamento de G. Simmel passou por um eclipse. Jürgen Habermas propõe como explicação o caráter "não ortodoxo" desse pensamento, assim como as qualidades pessoais de G. Simmel, que seria mais um "estimulador de ideias" do que um "sistemático" (Habermas, 1983). Sua primeira tese,⁵ julgada incomum, foi recusada pela universidade, um acidente que Walter Benjamin também vivenciaria. Detentor de um espírito enciclopédico, autor prolífico, G. Simmel teve uma carreira muito decepcionante considerando que ele obteve um cargo acadêmico somente aos 55 anos de idade – em 1914, em Estrasburgo. Essa recusa de especialização, sempre redibitória no mundo acadêmico, explica também, em parte, seu longo purgatório. No que diz respeito aos seus textos sobre as mulheres, a história da recepção desse pensamento pouco conformista merece atenção particular.

Quando era ainda um brilhante *Privatdozent*⁶ berlinês, Simmel publicou, em 1890, seu primeiro artigo sobre "A psicologia das mulheres", aos 32 anos. Ele escreverá, em seguida, regularmente sobre temas tão diversos

de Simmel Georg (1989), quatro textos importantes, dentre os quais "Le relatif et l'absolu dans le problème des sexes" [O relativo e o absoluto no problema dos sexos].

4 Como a revista *Frauen-Zukunft* (Munique e Leipzig) que existiu durante dois anos (1910-1911).

5 Tratava-se de um trabalho de etnologia da música.

6 O *Privatdozent* é um professor sem cargo. Ele possui a *venia docendi*, mas é retribuído somente pelas aulas pagas pelos alunos. O tio de Simmel havia-lhe deixado uma grande fortuna.

quanto a prostituição,⁷ o movimento das mulheres,⁸ a social-democracia e as mulheres,⁹ a posição das mulheres nas sociedades militarizadas,¹⁰ o acesso das mulheres à universidade,¹¹ a cultura feminina,¹² o flerte,¹³ e isso até 1911.¹⁴ Esses temas eram amplamente discutidos na Alemanha do *Kaiser*, onde a "questão feminina" integrava uma atualidade que se inflamou com o ardor conjunto das operárias social-democratas, dos sufragistas,¹⁵ das militantes do direito à maternidade desejada,¹⁶ de mulheres agitadoras de projetos de assistência mútua¹⁷ e de todas aquelas que Clara Zetkin, preocupada em marcar seu território, chamava de "senhoras".¹⁸ Mas essa retórica polêmica que enfatizava a diferença de classe contribuía, sem dúvida, com a concorrência entre as diversas manifestações de combate das mulheres e, conseqüentemente, a sua efervescência. Existia uma imprensa feminina de fato considerável e um verdadeiro espaço público feminino.

7 "Einiges über Prostitution in Gegenwart und Zukunft" [Reflexões sobre a prostituição, presente e futuro], *Die Neue Zeit*, 10/1891-92, janeiro de 92. *Die Neue Zeit* era a mais importante revista teórica da social-democracia, dirigida por Karl Kautsky. Simmel era membro da social-democracia, mas o artigo foi publicado sem o seu nome.

8 "Ein Jubiläum der Frauenbewegung" [Um aniversário do movimento das mulheres], *Nationalzeitung*, 27 de novembro de 1892.

9 "Der Frauenkongress und die Sozialdemokratie" [O congresso das mulheres e a social-democracia], *Die Zukunft*, 10 de outubro de 1896 (Simmel, 1985c).

10 "Der Militarismus und die Stellung der Frauen" [O militarismo e o lugar das mulheres], *Vossische Zeitung*, 21 e 28 de outubro de 1894 (Simmel, 1985d).

11 "Frauenstudium an der Universität" [O estudo das mulheres na Universidade], *paper* não assinado, *Vossische Zeitung*, 21 de dezembro de 1899.

12 "Weibliche Kultur" [Cultura feminina], *Neue Deutsche Rundschau*, 13 de maio de 1902 (Simmel, 1902).

13 "Psychologie de Koketterie" [Psicologia da sedução], *Der Tag*, 11-12 de maio de 1909.

14 "Das Relative und das Absolute im Frauenproblem" [O relativo e o absoluto na questão das mulheres], *Frauen-Zukunft*, 2 de novembro de 1911 (Simmel, 1985b).

15 Homens e mulheres reuniam-se nesse movimento. Na Alemanha, fala-se do "movimento para o direito do voto" (*Frauenstimmerechtsbewegung*).

16 Bund für Mutterschutz [Confederação para a Maternidade], fundada em 1905 por Ruth Bré e Helene Stöcker para lutar "contra as mentiras e a hipocrisia nas questões sexuais". A partir de 1908, acrescentou-se (...) "e para as reformas referentes a essa questão" ("*und für Sexualreform*").

17 Lida Gustava Heymann e Anita Augsborg, também sufragistas, fundaram uma associação análoga em Hamburgo.

18 Clara Zetkin, cada vez mais marginalizada como marxista na social-democracia, apoiava-se essencialmente no movimento das mulheres proletárias e na revista *Die Gleichheit* (principalmente a partir de 1907). Suas posições sobre a questão das mulheres não refletiam as do partido.

Projetos de assistência mútua, autogestionados, emergem, como o *Frauenwohl*, de Minna Cauer, fundado em 1895 em Berlim e em Hamburgo, Lida Gustava Heymann e Anita Augspurg inspiravam-se também nos movimentos de *autoajuda* anglo-saxões. O quadro estaria incompleto sem uma menção ao brilhante cenário artístico e a toda a contracultura lésbica que se estava intimamente relacionada. G. Simmel nunca a evocou diretamente, mas ela integrava a cidade à qual ele era profundamente apegado, Berlim, que o inspira em um de seus textos proféticos.¹⁹ Ora, a grande cidade não é o teatro moderno de uma “intensificação da vida nervosa”, devido à velocidade cinematográfica das impressões, da multiplicidade de estímulos. Acredito que, para G. Simmel, era o bombardeio da retina que lhe parecia erótico.²⁰

Ele não tem a mesma atração que o jovem Benjamin pelos bairros afastados do lar familiar no qual se encontravam “mendigos e prostitutas”. Ele também não é, como Baudelaire, um homem das multidões, mas, acima de tudo, um homem de universidade e de salões. Casado com uma feminista moderada, Gertrud Kinel,²¹ G. Simmel foi um dos primeiros a abrir suas aulas e seminários às mulheres. Já bastante frequentados, seus cursos tornaram-se rapidamente eventos mundanos anunciados na imprensa. Seus colegas não gostavam muito disso, mas G. Simmel não se incomodava. Seus amigos eram Hugo von Hofmannstahl, Stefan George, o conde Harry Kessler, Rilke, artistas e estetas, assim como Werner Sombart e Max e Marianne Weber.

Quais eram, então, as representações femininas que a atualidade cultural propunha naquela época? A dança dos sete véus da companhia *Salomé* de Richard Strauss fez um escândalo tão grande no momento de sua criação, em 1905, que a ópera foi proibida em Berlim a pedido da imperatriz. Sucedem-se *Electra*, em 1909, fruto da colaboração entre Hofmannstahl e Strauss, *O cavaleiro com a rosa*, em 1911, e no ano seguinte *Ariane em Naxos*. É uma atmosfera cheia de erotismo que Mozart retoma obscurecendo-a, na qual a

19 *Die Grossstädte und das Geistesleben* (1989, p.234-252).

20 Que é também o da arte do século XX, o cinema. Bela Balasz frequentava o seminário de Simmel e homenageou seu texto “Die ästhetische Bedeutung des Gesichts” [O significado da estética facial, 1901] em *Der sichtbare Mensch* [2008 (1925)].

21 Sob o pseudônimo Marie-Luise Enckendorf, Gertrud Kinel exerceu atividade de escritora e foi uma das protagonistas do movimento burguês das mulheres.

mulher de um marechal, nova encarnação da Condessa das *Bodas de Figaro*, recentemente conquistada, é abandonada por um Querubim apaixonado por Berberina. Figuras “fatais” como as flores venenosas das pré-rafaelitas ou de Klimt e as esqueléticas vampiras de Schiele vindas da Viena do alegre apocalipse, muito presente em Berlim. Adolescentes desafiando a ordem, como Salomé que não pede cremes ou frutas, mas a cabeça de São João! Ou que se deixava dominar somente por Jack o estripador, o *Lustmörder* que já assombrava o século e pressentia a explosão social:²² como *Lulu*, que saiu da *Caixa de Pandora* de Frank Wedekind (1903). Todas essas representações femininas remetem a mitos arcaicos. O antagonismo masculino-feminino é exacerbado, mas é uma sombria apologia do feminino que, em cena, festeja seu triunfo.²³

No que concerne ao romance, Theodor Fontane não teve substituto. Ele mostra uma sociedade aristocrática estática, que teme um casamento entre diferentes classes sociais, as veleidades de uma *Effi Briest*, irmã de Noral Helmer, mais do que as de Emma Bovary e de novas protagonistas, cheias de vida, de sensibilidade, das costureiras berlinesas como *Stine*. Para Fontane, a alma, a inovação, o *Witz* encontravam-se na classe operária. Ameaçada nos textos de Strindberg e Ibsen, a imagem da família e da mulher é sacudida na classe operária real, como mostram os maravilhosos desenhos de Heinrich Zille, pintor da miséria, mas também da vitalidade, do riso e da reviravolta irônica da situação. A dona de casa não se preocupa muito com o “interior”, onde cada cama, logo liberada, é ocupada por um *Schlafbursch*, locatário pontual, seja de dia ou de noite. Ela trabalha em sua casa diante de sua Singer, ou fora, vai buscar seu homem no sábado para recuperar seu salário, tem numerosos filhos que chama de “de” mas nunca sabem de quem... Ela expressa-se sem mentor nas assembleias políticas quando o assunto a interessa: como o da contracepção, durante o “debate

22 Da ópera *Mörder, Hoffnung der Frauen* [Assassino, esperança das mulheres, 1909], de Paul Hindemith, cujo livro é assinado por Oskar Kokoschka, assim como o filme *M – Eine Stadt sucht einen Mörder* [M, o vampiro de Dusseldorf], de Fritz Lang (1931).

23 Esse fenômeno não se limita à Alemanha ou à Áustria. Ver Françoise Collin: “à metafísica dos sexos, fundando a inferioridade das mulheres (...) substitui-se progressivamente uma apologia do feminino no que concerne a ambos os sexos” (1992, p.361). Ver também o estudo de Annelise Mauge (1987) sobre *L'Identité masculine en crise au tournant du siècle* [A identidade masculina em crise na virada do século].

sobre a greve dos ventres” em 1913, no qual os tabus sexuais adquiriram um nome, para desgosto de Clara Zetkin e de Rosa Luxemburgo.²⁴

“Masculino = objetivo”

Em 1977, quando a revista americana *Signs*, então recentemente fundada, dedica um artigo a G. Simmel, ela não recorreu a uma mulher para redigi-lo, mas a Lewis Coser, sociólogo de origem alemã e autor de um estudo sobre o conflito que se tornou um clássico (Coser, 1977). Nessa época, L. Coser era, havia vinte anos, juntamente com K. Wolf e alguns outros, um dos artesãos do renascimento simmeliano nos Estados Unidos e na Europa. Desde o início ele situa G. Simmel ao lado de K. Marx como pensador e gênio tutelar da Sociologia²⁵ e parabeniza-se por sua redescoberta. Mas ele ressalta que esta não se estende absolutamente às “contribuições de Simmel para a Sociologia das Mulheres” (Ibid.). Ele prossegue com uma interrogação epistemológica que conforta as observações e reflexões das pesquisadoras feministas: assim como as mulheres são socialmente inferiorizadas, os estudos que tratam das mulheres são negligenciados e rapidamente esquecidos. Apenas o *outsider* que se encontra no exterior do grupo, explica L. Coser citando R. Merton, pode compreender os seus custos. Entre seus colegas homens, alemães ou americanos, L. Coser diz que nenhum dentre eles quis citar artigos de G. Simmel sobre a Sociologia das mulheres.²⁶

Por sua vez, ele presta homenagem a uma mulher que se encontra fora da Sociologia, a psicóloga Karen Horney. Ele remete a um artigo de 1926, publicado primeiramente na Alemanha e logo em seguida nos Estados Unidos, “Flight from femininity” [Voo de feminilidade, Horney, 1967 (1926)]. Horney ataca a uma *vaca sagrada* da Psicanálise, o desejo do pênis

24 A greve dos ventres se inspira no anarquismo. O debate ocorre nos locais da social-democracia, mas se tornou público nos bairros populares, contra Rosa Luxemburgo e Clara Zetkin, e com o suporte de dois médicos social-democratas. Ver Gabriel (1989).

25 Com Weber e Durkheim.

26 Citado a partir da versão alemã: *Georg Simmels vernachlässigter Beitrag zur Soziologie der Frau* [Contribuições negligenciadas de Georg Simmels para a Sociologia das Mulheres] (Dahme; Rammstedt, 1984, p.83).

(*Penisneid*) e o opõe ao *Gebärneid* (o desejo da faculdade de ter filhos), sobre o qual ela dizia ter tido confirmação durante suas observações clínicas. O ônus por essa atitude de irreverência foi o ódio tenaz das psicanalistas, do qual Karen Horney é vítima até hoje.

O artigo ao qual ela refere-se é “Le relatif et l’absolu dans le problème de sexe”²⁷ [O relativo e o absoluto no problema dos sexos, Simmel, 1985b (1911)]. Foi G. Simmel, afirma, vindo de uma outra disciplina, que elucidou à analista que ela está sob a persistência dos preconceitos sexistas, inclusive no meio da psicanálise. Não seriam estes os mesmos que os do menino? A esse respeito, ela questiona-se sobre os pressupostos da psicologia das profundidades. Se a verdade é “masculina” (*männlich*) e não “humana” (*menschlich*), a psicanálise não estaria lutando contra um engodo? “Quinze anos depois da publicação do artigo e oito anos após a morte de G. Simmel, ela ressaltou a importância do trabalho desse autor, não somente para a mulher das sociedades modernas, mas de todas as sociedades”, afirma L. Coser (1977, p.870).²⁸ O paradeiro desse artigo conforta a demonstração de Merton. Pois o texto de Karen Horney não encontrou nenhuma repercussão: nem na Sociologia, talvez porque sua autora viesse de uma outra área, nem no meio dos analistas, que, com seu silêncio, puniam-na de “ter-se afastado do adequado caminho freudiano”²⁹ (Ibid.).

Com o movimento feminista dos anos 1970, L. Coser pressente um renascimento que ele já havia visto em ato. Ora, a importância de G. Simmel viria da ênfase que esse autor concede à subordinação da mulher? Acredito que não. Mary Wollstonecraft, John Stuart Mill e ainda muitos outros o fizeram antes dele. Mas G. Simmel questiona-se sobre o quadro conceitual que torna difícil e até mesmo impossível uma intervenção das mulheres em um terreno balizado pelas normas masculinas. L. Coser retoma o texto citado por K. Horney estabelecendo expressamente um paralelo com o antagonismo colocado por Marx entre a burguesia e o proletariado. Esse texto, que data de 1911, é o mais tardio dentre os textos de G. Simmel dedicados às mulheres. Ele surpreende-nos ainda hoje por sua radicalidade. Os

27 “Das Relative und das Absolute im Geschlechterproblem” (Simmel, 1985b).

28 Todas as traduções do alemão ou do inglês foram feitas por Nicole Gabriel. (N. O.)

29 A formulação de L. Coser é: “porque ela havia se afastado do apropriado caminho freudiano e porque os analistas a evitavam”.

termos foram citados na maioria dos estudos sobre G. Simmel e a questão feminina, mas eles merecem ser reproduzidos aqui:

Que o sexo masculino não seja simplesmente de um modo relativo superior ao sexo feminino, mas que ele torne-se, ao contrário, o humano universal, regulando as manifestações do masculino particular e do feminino particular – eis sobre o que se apoia, com diversas mediações, a posição de força dos homens”.³⁰ (Simmel, 1985b)

G. Simmel qualificava de construção ou de edifício a relação entre os sexos e a “realidade” que essa relação implicava. O homem (*Mann*) “concebe-se como o ser humano, ou o humano em geral, enquanto ele é, na realidade, seu mestre” (*Herr*). F. Engels havia mostrado que a relação entre os dois sexos é da mesma ordem que a do burguês com o proletário e G. Simmel volta às fontes, à dialética do mestre e do escravo da *Fenomenologia do espírito*, de Hegel. Ele prossegue nestes termos: “Se expressamos crua-mente a relação histórica dos sexos como a do mestre e do escravo, o mestre tem o privilégio de poder não pensar que ele é o mestre enquanto a posição do escravo implica que ele nunca se esqueça que posição ele ocupa” (Ibid., p.201). De Hegel, G. Simmel passa para a vida cotidiana na Europa do período anterior à Primeira Guerra Mundial: “Não saberíamos negar que a mulher perde infinitamente mais raramente a consciência de ser mulher que o homem a consciência de ser um homem”.

G. Simmel não parte das necessidades decorrentes da divisão do trabalho. Para ele, é a relação de violência que vem primeiro. Ele a expressa de um modo muito claro em um texto anterior: “O militarismo e a posição das mulheres” (Simmel, 1985d), no qual explica a dominação das mulheres pelos fatos de guerra, tais quais a luta entre os romanos e os sabinos quando o inimigo vencido é morto e a mulher é o ganho de guerra, reduzida à escravidão.³¹ Em tempos de paz, essa relação atribui-se uma legitimidade sobre o modo comprovado segundo o qual “a dominação que apoia-se em uma superioridade subjetiva sempre encontrou a oportunidade de atribuir-se uma fundação objetiva, ou seja, transformando o fato em direito” (Simmel, 1985b, p.202).

30 Em alemão: *Machtstellung*, grifo do original.

31 O exemplo mais recente que Simmel dá é o da França pós-revolucionária e napoleônica.

Foram os homens que obtiveram o que os construtivistas norte-americanos chamarão de “força de definição”. Eles dominam o processo de construção da realidade e estruturam-na. Os homens definiram o masculino como o humano e asseguraram um lugar inferior ao feminino. G. Simmel, por sua vez, designa o culpado com uma clareza que não lhe é habitual. Faltou pouco para que ele usasse a palavra patriarca! A vivacidade do tom se explicaria pelo fato de o texto ter sido publicado em uma revista do movimento das mulheres? Em sua *Introduction à la science morale* [Introdução à ciência moral], ele notava que foram os ricos e poderosos que forjaram os conceitos éticos, “de acordo com sua vontade e à sua imagem”. Ele despoja, aqui, a ciência e a moral, as ideias sociais, a razão teórica e prática, de sua aparência de objetividade e de neutralidade: “Se qualificamos de ‘objetivas’ essas categorias que se apresentam como absolutas, então a equação: objetivo = masculino está em vigor em nossa espécie” (Ibid., p.201).

Revolução ou evolução?

Nos dois movimentos que se definiam como o “movimento proletário” e o “movimento burguês”, sendo um próximo da social-democracia e o outro do partido liberal – algumas mulheres mantendo-se independentes – G. Simmel havia escolhido seu lado. Social-democrata, ele estava afastado da corrente marxista que iria separar-se do SPD para fundar o Partido Comunista. O movimento das mulheres encontrava-se – ainda – sob a influência de Clara Zetkin. G. Simmel não acreditava que, nas sociedades complexas, uma mudança brutal das relações sociais fosse possível. Ele pensava que uma revolução “caída do céu, por um milagre qualquer”, correspondia apenas a um ato de fé (Simmel, 1985c). Ao “*schiboleth*” da filosofia hegeliana, ele privilegia o trabalho prático concreto e enuncia como programa a proteção dos trabalhadores, o desenvolvimento dos seguros e do sistema de saúde, o desenvolvimento do ensino e sua gratuidade, uma duração de trabalho “normal” e um salário mínimo³² (Ibid., p.135).

32 Um programa ao qual uma boa parte do SPD se teria inscrito, a referência à revolução sendo frequentemente puramente teórica, como Simmel ressalta algumas linhas depois.

Ele opõe uma evolução, com certeza relativamente lenta, a uma reivindicação do tipo encantatória, que “faz emergir a mudança radical do Estado do conjunto da soma das melhorias de detalhe” (Ibid., p.135).

É uma abordagem que os movimentos das mulheres, preocupados com objetivos concretos, parecem-lhe totalmente em condições de realizar. Ele também deplora a luta das “irmãs inimigas”, as “proletárias” e as “burguesas”. Certamente, o movimento burguês e o movimento proletário não parecem buscar os mesmos objetivos. A mulher proletária foi expulsa de seu lar para submeter-se a um trabalho alienado, enquanto a burguesa, que se tornou inútil em seu lar inclusive pelo desenvolvimento da tecnologia doméstica, procura outras áreas de atividade. Uma solicita uma proteção da lei contra as condições de trabalho insuportáveis, a outra reivindica leis que lhe trarão novas oportunidades de autorrealização. Esse raciocínio é bastante conhecido desde *La femme et le socialisme* [A mulher e o socialismo], de August Bebel (1879). Mas G. Simmel ultrapassa o antagonismo referenciando-o à mesma origem: “Esses dois fenômenos encontram-se entre os casos típicos que constituem todo o sofrimento de nossa época”³³ (Simmel, 1985c, p.137). A miséria da proletária e o enfraquecimento da mulher burguesa são o efeito da mesma crise na qual o humano encontra-se devido à hipertrofia da técnica e à preponderância das “obrigações objetivas” (*Sachzwänge*). Se os homens conseguem adaptar-se ao “desencantamento do mundo” induzido pela modernização, na qual, como os mecanismos de uma máquina, tudo deve ser previsível, gerenciável e administrável, as mulheres, por terem sido afastadas desse universo durante muito tempo, não podem e não sabem fazê-lo.

Com certeza existem exceções que G. Simmel nunca menciona em seus textos especificamente sobre as mulheres. Algumas dessas exceções, dotadas de qualidades muito pouco “femininas”, conseguem alcançar pleno sucesso:

Falaram-me, um dia, de uma enfermeira em um hospital que se fazia notar por sua insaciável sede de sangue e que se apressava a participar das operações mais terríveis e assustadoras; e graças precisamente a esse sangue-frio e a essa intrepidez, ela qualificava ainda mais os serviços (...). A mesma disposição natural que há algum tempo teria engendrado uma criminosa monstruosa foi

33 Simmel refere-se a um “mal do século” (*Zeitkrankheit*).

canalizada para uma sociedade de progresso em benefício de uma atividade moral. (Simmel, 1890a, p.41)

A questão da diferença dos sexos

Logo de início, G. Simmel teve o cuidado de explicar que ele fala de uma maioria e de uma totalidade. Mas, sobre a questão da origem – natural ou social, inata ou adquirida – da diferença dos sexos, ele evoluiu. Em seu primeiro texto “Zur Psychologie der Frauen” [Sobre a psicologia das mulheres, 1902], ele deduz a diferença social de uma diferença natural: “A constituição fisiológica e sexual assim como as pulsões e os efeitos psicológicos associados são, sem dúvida, nulos (...) a origem das qualidades espirituais e sublimadas da alma feminina” (Simmel, 1902). O “gênero” depende então da biologia.

G. Simmel havia sido influenciado pelas teses de Herbert Spencer, que via na evolução um processo de diferenciação. Do mesmo modo que a célula assume funções cada vez mais diferenciadas no organismo, os seres humanos exercem no corpo social funções cada vez mais diferenciadas. A divisão do trabalho seria seu vetor. Os traços “especificamente femininos” formaram-se, assim, no decorrer desse processo de evolução. Dentre eles, G. Simmel cita “a primazia dos sentimentos, a empatia, a solicitude”, assim como um comportamento “global” (*ganzheitlich*). Habitados à esfera pública, os homens, em compensação, tendem a ter uma personalidade e um comportamento dissociados. Mas a medalha tem o seu reverso: as mulheres são menos diferenciadas que os homens e suas capacidades intelectuais, menos desenvolvidas.

Esse é o aspecto mais datado do pensamento de G. Simmel, que evoca um “atraso” feminino colocando as mulheres ao mesmo nível que as crianças ou os povos primitivos. É compreensível que esses textos tenham suscitado reticências em teóricas como Marielouise Jansen-Jurreit ou Gabriella Bonacchi.³⁴ Contudo, não devemos considerar que G. Simmel

34 M. Jansen-Jurreit (1976) é muito injusta. G. Bonacchi (1986) é mais sutil. Evelyn Fox Keller (1985) também não é delicada: “Ao enunciar um lugar-comum (masculino = objetivo), Simmel coloca-se fora das convenções do discurso acadêmico”, citado a partir da edição

imaginasse um processo linear. Algumas épocas de alta civilização, como o Renascimento italiano, incluíram as mulheres nos negócios do Estado e na cultura. O século XVIII francês, no qual as mulheres desempenhavam um importante papel, preparou a Revolução (Simmel, 1985d). G. Simmel, como Fourier e mais tarde Bebel, parece julgar o grau de civilização de uma sociedade pelo lugar que ela reserva às mulheres. Por outro lado, no período que vai de 1902 a 1911, G. Simmel afastou-se do pensamento evolucionista. Na versão revista de *Weibliche Kultur* [Cultura feminina, 1919a (1911)], ele escreve: “Em hipótese nenhuma, o que o ser humano faz não permite deduzir-se *ultima ratio* que constituiria o fato de um homem ou de uma mulher” (Ibid., p.294). Ao tomar o exemplo em relação ao espaço, G. Simmel mostra o papel desempenhado pelas estruturas de poder e a divisão do espaço, o público sendo atribuído ao homem, o privado à mulher. A importância do substrato “natural” diminui aos seus olhos. Em outros termos, poderíamos plagiar: “Não nascemos mulher, tornamo-nos”.

A partir de 1907, G. Simmel aproxima-se de Henri Bergson com quem ele inicia uma troca de correspondências.³⁵ O evolucionismo cede seu lugar a uma Filosofia do ímpeto vital, uma preeminência da intuição sobre a razão, a delicadeza da alma e o *Einfühlung* [empatia]. Todos valores homenageados por Wilhelm Dilthey (1992), Wilhelm Wörringer (1978) e na *Lebensphilosophie* alemã. O feminino e o masculino funcionam, então, como polos, a síntese dos dois realizando-se, como no Romantismo alemão, sob a marca do feminino. Essa interpretação inscreve-se no contexto de uma “tragédia da cultura” (Simmel, 1919b), na qual homens e mulheres aparecem como “fragmentos de fragmentos”. O grau de complexidade da sociedade moderna, onde não existem mais meios e fins, mas meios para chegar-se a outros meios, é um elemento dessa complexidade. As noções de autoridade, de poder e de responsabilidade dissolveram-se. Isso corresponde ao conceito durkheimiano de anomia. No mundo econômico, o patriarca dono de empresa tende a ser substituído pelas “sociedades anônimas”. O homem do século XX deve obedecer tanto a um superior

alemã (Hanser, 1986, p.80). Em francês, os *Cahiers do GRIF* (1989) publicaram um número inteiramente dedicado a Simmel.

35 Essa correspondência foi perdida.

hierárquico quanto a obrigações “objetivas”. É o Ulisses moderno, um homem amarrado pelos laços de uma “gaiola de ferro” (Max Weber).

Para encontrar uma saída para a crise moderna, G. Simmel reafirma sua crença no ser humano (*Mensch*) que é mais que um “átomo” nessa sociedade. Ora, se hoje ele é um “em si atormentado”, as mulheres conhecem – apenas – uma tormenta entre elas próprias e o mundo. São as mulheres que, em um mundo que se desumaniza, poderiam trazer a solução para a crise. Elas encarnam o futuro na medida em que propõem uma alternativa a esses tempos de máquinas solteiras. O que mostra a importância de uma “cultura feminina” na qual as qualidades de sensibilidade, de empatia, de sentido do concreto, de comunicação social realizar-se-iam no espaço público. G. Simmel deseja que essa cultura que ele chama de “subjetiva”, por constituir a contribuição de cada época, seja original. Isso transparece quando ele pergunta-se se esse movimento suscita verdadeiramente novas formas, qualitativamente diferentes das conhecidas até então, em vez de ser somente uma simples reprodução das formas antigas. Ele deseja “a criação e não a imitação”.

G. Simmel estima que as mulheres possuem, diante delas, ainda longos anos de aprendizagem. Ora, nesse exato momento, as mulheres tentavam conquistar um lugar na outra metade da vanguarda. Elas dançavam como Loie Fuller, pintavam como Gabriele Münter e Marianne von Werefkin do *Cavalheiro azul* ou Paula Modersohn-Becker, da comunidade de artistas de Worpswede, à qual pertencia também Clara Westhof, a esposa de Rainer Maria Rilke. Na Rússia, havia Alexandra Exter, Natalia Gontcharova, cuja pintura era tão “masculina” em termos simmelianos, enquanto a de seu companheiro Mikhail Larionov caracterizava-se por qualidades de sensibilidade bem “femininas”. Essas mulheres foram esquecidas durante muitos anos. Mas G. Simmel, seu contemporâneo, nem mesmo as viu! Com certeza, ele não podia imaginar que as obras de Augusto Rodin, que ele colocava no mesmo nível que Michelangelo (1909), eram realizadas por Camille Claudel.

G. Simmel poderia ter respondido, mais uma vez, que ele não considerava a minoria, mas uma maioria tomada como totalidade. Ora, mulheres artistas, mesmo quando elas não se reivindicam de um movimento feminista, vivem e expressam sua singularidade simultaneamente, em um mundo que não é nem um pouco propício a recompensá-las por seus

esforços. O destino de Camille Claudel é um bom exemplo disso. Mas G. Simmel não é mais convincente quando ele fala pela maioria. Efetivamente, as mulheres devem, segundo ele, investir em profissões para as quais elas possuem mais disposições, como as de atrizes ou médicas, e nas quais sua intuição daria excelentes resultados no estabelecimento de um diagnóstico. Mas, antes de tudo, é importante que elas concentrem-se em seus lares, onde têm uma missão civilizadora. O direito ao voto nunca foi mencionado. Para remediar os males da mulher moderna, G. Simmel recorre aos meios comprovados pela tradição. “A cultura feminina do futuro”, observa L. Coser, “apresenta estranhas semelhanças com o mundo da berlinesa culta de seu tempo” (1977, p.876).

Conclusão: homem de seu tempo e/ou inovador?

Foi no detalhe que G. Simmel soube melhor ladear entre o Caríbdis do evolucionismo e a Cila da polaridade dos sexos. Tomaremos três exemplos. Mostraremos, primeiramente, uma importante diferença entre os enunciados de G. Simmel, mesmo quando eles possuem um caráter reacionário, e os de sua época: raras são as feministas de seu tempo que não tenham feito, até mesmo nas fileiras dos social-democratas, o elogio da maternidade ou do trabalho social como “maternidade social”. Quanto a G. Simmel, ele obedece ao imperativo kantiano segundo o qual todo ser humano deve ser considerado como fim e não como meio. Ele também recusa que a única “criação” proposta – ou imposta – às mulheres seja a procriação.

Consideremos, também, seu retrato da mulher “moderna”. Ela não vem nem da realidade – não é uma militante ou uma artista – nem da representação. Não é uma heroína, nem uma histérica e ainda menos uma vítima, mas uma personagem vaidosa, uma vaidosa “filosófica”, que passou do estágio do “em si” para o do “para si”. Como a escrava da *Fenomenologia do espírito* de Hegel antes de sua virada para a dialética, ela desenvolveu uma consciência de si no exterior de seu mestre. Ela estabeleceu com o homem uma relação que passa pela língua e o olhar, as mímicas, a estética. Por conseguinte, através do jogo: ela brinca o tempo inteiro “com o sim e o não”. Ora, a vaidosa é uma personagem vinda da civilização refinada dos salões, Molière lhe erigiu um monumento com a personagem Célimène. A

vaidosa encarna uma imagem do comércio dos sexos na sociedade do século XVII francês ou nesse enclave francês que ainda era a Prússia na véspera da Primeira Guerra Mundial: algumas figuras do escritor Theodor Fontane são a prova disso. Mas no jogo infinito dessa personagem, o adiamento indefinido da relação, não poderíamos ver uma metáfora do pensamento de G. Simmel, dialética que permanece incerta?

Terminemos com um texto de G. Simmel no início de sua carreira, que é, na realidade, um questionário, mas que surpreende por seu caráter incongruente. Trata-se de *Fragen über das Jodeln*³⁶ [Perguntas sobre o iodelei, 1878-1879]. G. Simmel, que se interessava desde o início pela etnologia da música, pensava em dedicar um estudo (que nunca foi realmente concretizado) ao fenômeno do *Jodeln*. Que riqueza nesse fragmento! Dentre as quinze perguntas feitas ao *Schweizer Alpenverein*, duas referem-se ao gênero, como se atravessasse esse fenômeno alpino:

Consideremos que o *jodeln* (...) seja um meio de comunicação entre meninos e meninas, mesmo sem objetivo direto, como é o caso no universo animal, ou mesmo o sinal de uma inclinação e de um acordo mútuo? (...) As mulheres também cantam o iodelei e a partir de que idade? Seu *jodeln* diferencia-se do dos homens? (Ibid.)

Na ópera a céu aberto que constitui a troca de iodeleis, o homem pode desempenhar o papel de uma diva. Com a nota mais aguda, ele atinge o nível de prazer de um soprano *colorature*. A E I O U! Sem consoantes, distante do controle social do vilarejo, o pastor simula ao exagerar a voz feminina. Como no fenômeno vivido pelo travesti, existe uma paródia nessa ruptura não organizada entre a voz que vem do peito e a voz que vem da cabeça. Em uma inversão de papéis, o homem apropria-se da cultura feminina: a voz trabalhada. Mas não se trata de mulheres destinadas à morte, como as *Lucia*, *Tosca*, *Traviata*, *Sonnambula*. O *jodeln* é a expressão da boa saúde e do bom humor. Da felicidade de estar ali e de saber que se é ouvido, ou simplesmente ouvir o Outro.

36 *Fragen über das Jodeln*, (1878-1879). Esse texto é completado por *Psychologische und Ethnologische Studien über Musik* (1882). Trata-se, provavelmente, da tese rejeitada sobre a etnografia da música.

Referências bibliográficas

- ADORNO, T. W. Der Essay als Form. In: _____. *Gesammelte Schriften. Noten zur Literatur*. Frankfurt: Suhrkam, v.11, 1974 (1958), p.19-86. [Ed. Bras.: *Notas de literatura*. Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: Editora Unesp, 2012.]
- BALASZ, B. *Der sichtbare Mensch*. Frankfurt: Suhrkam, 2008 (1925).
- BEBEL, A. *Die Frau und der Sozialismus*. Bonn: Dietz, 1879.
- BONACCHI, G. La culture du féminin. In: THALMANN, R. (dir.). *Femmes et Fascismes*. Paris: Tierce, 1986, p.31-40.
- Cahiers du Griff*, Bruxelas, n. 40, Georg Simmel, 1989.
- COLLIN, F. Différence et différend. La question des femmes en philosophie. In: DUBY, G.; PERROT, P. (dir.). *Histoire des femmes. Le XXè siècle*. Paris: Plon, 1992, p.243-273.
- COSER, L. *Georg Simmel's Neglected Contributions to the Sociology of Women*. *Signs*, v.2, n.4, 1977, p.869-876.
- DAHME, H. J.; KÖHNKE, K. C. Introduction. In: SIMMEL, G. *Schriften zur Philosophie und Soziologie der Geschlechter*. Frankfurt: Suhrkam, 1985.
- DILTHEY, W. *Critique de la raison historique. Introduction aux sciences de l'esprit et autres textes*. Paris: Œuvres I, Cerf, 1992.
- FOX KELLER, E. *Reflections on Gender and Science*. New Haven/Londres: Yale University Press, 1985.
- FREUD, S. Le Moïse de Michel-Ange. In: _____. *Essai de psychanalyse appliqué*. Paris: Gallimard, 1933 (1914).
- GABRIEL, N. Des berceaux aux tranchées. Les enjeux du débat sur la "grève des ventres" de l'été 1913 en Allemagne. *Le Mouvement Social*, Paris, n.147, 1989, p.87-104.
- HABERMAS, J. Simmel als Zeitdiagnostiker. In: SIMMEL, G. *Philosophische Kultur*. Berlin: Wagenbach, 1983, p.243-253.
- HORNEY, K. *Flucht aus der Weiblichkeit*. *Internationale Zeitschrift für Psychoanalyse*, Viena, v.12, 1926, p.324-339. Traduzido em francês em HORNEY, K. *La Psychologie de la femme*. Paris: Payot, 1967, p.48-65. [Ed. Bras.: *A psicologia feminina*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991.]
- JANSEN-JURREIT, M. *Sexismus. Über die Abtreibung der Frauenfrage*. Munique: Hanser, 1976.
- MAUGUE, A. *L'Identité masculine en crise au tournant du siècle, 1871-1914*. Paris: Rivage, 1987.
- SIMMEL, G. *Fragen über das Jodeln, Jahrbuch des Schweizer Alpenclub 14*. Berna, 1878-1879. Disponível em Georg Simmel on-line: <<http://socio.ch/sim/>>.
- _____. *Psychologische und ethnologische Studien über Musik*. In: *Das Wesen der Materie nach Kants physischer Monadologie*. Frankfurt: Suhrkamp/Insel/Gesamtausgabe, v.1, 1982.

- SIMMEL, G. *Über soziale Differenzierungen. Soziologische und psychologische Untersuchungen*. Leipzig: Dunker und Humbolt, 1890a.
- _____. *Psychologie der Frauen. Zeitschrift für Völkerpsychologie und Sprachwissenschaft*, Berlin, XX, 1890b, p.6-46.
- _____. *Weibliche Kultur. Neue Deutsche Rundschau*, 13, primeira versão, 1902, p.504-515.
- _____. *Die Grossstädte und das Geistesleben*. 1903. Traduzido em francês: *Les grandes villes et la vie de l'esprit*. In: SIMMEL, G. *Philosophie de la modernité*. Paris: Payot, 1989, p.234-252.
- _____. *Die Kunst Rodins und das Bewegungsmotiv in der Plastik. Nord und Süd. Eine deutsche Monatsschrift*, v.29, 1909, p.189-196.
- _____. *Weibliche Kultur*. In: SIMMEL, G. *Philosophischer Kultur*. Leipzig: Alfred Kröner, 1919a, p.255-295.
- _____. *Der Begriff und die Tragödie der Kultur*. In: SIMMEL, G. *Philosophischer Kultur*. Leipzig: Alfred Kröner, 1919b, p.223-523.
- _____. *Schriften zur Philosophie und Soziologie der Geschlechter*. Textos reunidos por DAHME, H. J.; KOHNKE, K. C. Frankfurt: Suhrkamp, 1985a.
- _____. *Das Relative und das Absolute im Geschlechterproblem*. In: SIMMEL, G. *Schriften zur Philosophie und Soziologie der Geschlechter*. Frankfurt: Suhrkamp, 1985b, p.200-223.
- _____. *Der Frauenkongress*. In: SIMMEL, G. *Schriften zur Philosophie und Soziologie der Geschlechter*. Frankfurt: Suhrkamp, 1985c, p.133-138.
- _____. *Der Militarismus und die Stellung der Frauen*. In: SIMMEL, G. *Schriften zur Philosophie und Soziologie der Geschlechter*. Frankfurt: Suhrkamp, 1985d, p.106-118.
- WÖRRINGER, W. *Abstraction et Einfühlung. Contribution à la psychologie du style*. Paris: Klincksieck, 1978.

KARL MANNHEIM E O GÊNERO: PONTO DE VISTA E CONHECIMENTO SITUADO

Ludovic Gausso

Karl Mannheim ocupa um lugar muito modesto na Sociologia ensinada na França. Sua obra pode, contudo, constituir uma referência significativa para os estudos e as pesquisas sobre o gênero, tanto no plano *teórico* quanto no plano *epistemológico*, relacionados à questão do enraizamento social do pensamento social.

A obra de K. Mannheim permite distinguir os laços entre a dinâmica das relações sociais e a evolução do conhecimento social. Ao recusar a posição positivista, a teoria marxista ortodoxa do privilégio cognitivo da classe oprimida e o relativismo absoluto, K. Mannheim procurou resolver um problema que estimulou boa parte das análises feministas radicais, assim como as pesquisas anglo-saxônicas, em particular a epistemologia do *conhecimento situado* (*situated knowledge*) ou a teoria do *ponto de vista* (*standpoint theory*). As questões levantadas por sua Sociologia do conhecimento encontram-se, efetivamente, no centro dos debates anglo-saxões em torno da epistemologia feminista. K. Mannheim também exerceu uma influência significativa através de seu ensino e da orientação de pesquisas focalizadas nas relações entre homens e mulheres. A ligação entre sua obra e os trabalhos de Viola Klein merece ser ressaltada.

O enraizamento social do pensamento

Distinguimos dois períodos na biografia e na obra de K. Mannheim (Budapeste, 1893 – Londres, 1947): o “período alemão” (1919-1933), primeiro exílio depois da contrarrevolução húngara; e o “período inglês” (1933-1947), segundo exílio que marca uma ruptura biográfica e teórica mais profunda, depois da chegada do partido nacional-socialista ao poder (Mauger in Mannheim, 1990). O “período alemão” corresponde a seu interesse pela Sociologia do conhecimento, o “período inglês” a sua reflexão sobre a proteção da democracia, a “planificação pela liberdade” e a educação por uma nova ordem social. Reteremos, essencialmente, o período alemão, reconhecido como o mais fecundo com a publicação de suas obras mais conhecidas na França, *O problema das gerações* (1928) e sobretudo *Ideologia e utopia* (1929).

O questionamento geral de K. Mannheim ligado à crise da cultura e do pensamento que atravessa a Alemanha focaliza-se na distorção ideológica do pensamento social, ou seja, aquela que trata do mundo social. K. Mannheim afasta as “ciências exatas” do campo de análise da Sociologia do conhecimento. Em compensação, o pensamento social seria ligado à posição ocupada na estrutura social. K. Mannheim interessa-se, assim, pela relação dinâmica entre *situação social e estilo de pensamento e de conhecimento*; essa relação seria estruturada pela história política das ideias. Os “contextos sociais” do conhecimento são, para K. Mannheim, não as “classes” em um sentido estrito mas, mais amplamente, os pensamentos, as “camadas” sociais: meio, agrupamentos profissionais, escola de pensamento, seitas, gerações. Em seu ensino e em seu trabalho de orientação de pesquisas, ele ressaltará, assim, as relações entre os sexos.

Em resumo, o propósito de K. Mannheim é desenvolver a análise do enraizamento social e político do pensamento para revelar as condições cognitivas e sociais de um novo fundamento à objetividade nas Ciências Sociais, buscando elucidar, em troca, a ação política.

Ideologia e utopia

Nas primeiras linhas de *Ideologia e utopia*, K. Mannheim tenta mostrar que o pensamento e a ação, a teoria e a prática, o conhecimento e a política

são esferas articuladas, em particular, na arena política. Ele deseja examinar não como o pensamento apresenta-se nos manuais de lógica, mas como ele funciona efetivamente nos negócios públicos e na política, primeiramente como ferramenta de ação coletiva.

Para K. Mannheim, o motor das relações sociais e do conhecimento é o conflito, e mais particularmente a luta pela hegemonia. A controvérsia política é argumentação teórica, mas também, ainda mais, é desvendar os motivos mais ou menos inconscientes que ligam a existência de um grupo a seus objetivos e a seus argumentos. Porém, esclarece o autor, na medida em que o político engaja suas lutas com as armas da teoria, o processo de desmascaramento invade as raízes sociais da teoria. Esse processo de desvendar não é nada além do que a crítica ideológica, cuja gênese e importância teórica ele retraça. A noção de ideologia significa que o pensamento dos grupos dominantes é tão dependente dos interesses em questão em uma situação que eles terminam por perder a capacidade de perceber certos fatos suscetíveis de prejudicar a sua dominação. K. Mannheim expande, aqui, a teoria marxista das ideologias: ideológica falsa é uma consciência que, em seu modo de orientar-se, não leva em conta a evolução do real e que, ao contrário, o oculta com categorias obsoletas. Paralelamente e indo ao encontro de ideologias, ele mostra o poder das utopias: não as construções intelectuais arbitrárias, mas as representações e os projetos de transformação social que exercem uma real ação sobre uma ordem social determinada. Força de transformação da realidade, a “mentalidade utópica” seria, para ele, o resultado da opressão e constitui o ponto de partida da ação política.

Uma representação pode ser errada ou inadequada em relação a uma determinada situação porque ela encontra-se atrasada ou adiantada perante ela. A primeira é ideológica, a segunda utópica. A ideologia conforta a ordem das coisas, enquanto a utopia, voltada para o futuro, visa sacudir essa ordem. É o grupo dominante, em pleno acordo com a ordem existente, que determina o que deve ser considerado como utópico, enquanto o grupo ascendente, em conflito com essa ordem, determina o que é julgado como ideológico. Os representantes de uma ordem determinada designam como utópicas as concepções de existência que, no contexto da ordem existente, não podem realizar-se. A utopia dos grupos dominados ascendentes é, ao contrário, o ponto de vista a partir do qual a ideologia pode aparecer como tal.

Foi talvez Paul Ricoeur (1997) quem melhor reabilitou o trabalho de K. Mannheim, pelo menos sua concepção da utopia como “motor da história” (Riot-Sarcey, 2001) e do conhecimento. Para Ricoeur, a função de invenção da utopia seria minar a ordem estabelecida explorando as possibilidades laterais do real. A utopia ofereceria uma perspectiva e um *ponto de vista* para observar, analisar, criticar a realidade. É pela imaginação de uma outra sociedade situada em lugar nenhum que poderíamos repensar o que é, em particular, a religião, a autoridade, a família. A utopia distancia-nos da realidade presente, ela oferece-nos a aptidão de evitar percebê-la como natural, necessária e inevitável. A ruptura social imaginada pela utopia na ordem do real tornaria possível uma ruptura epistemológica na ordem do pensamento. O próprio “corte epistemológico” dependeria, assim, das potencialidades utópicas.

Utopias feministas e críticas do androcentrismo

É possível ver em que a “imaginação situada” (Stoetzler e Yuval-Davis, 2002) e as visões utópicas de uma sociedade diferente, em particular sem hierarquia de gênero, ou mesmo sem gênero, permitiram questionar e conceitualizar o gênero (Gaussot, 2008). Christine Delphy não é uma utopista no sentido de ter construído um modelo de sociedade ideal. Ela também não tem, como K. Marx, diante de seus olhos, a “maquete da cidade ideal”. Ela enfatiza a dificuldade em imaginar uma sociedade radicalmente diferente, uma sociedade na qual a dominação masculina teria desaparecido: “O que seriam os valores, os traços de personalidade dos indivíduos, a cultura de uma sociedade não hierárquica, não o sabemos e teremos alguma dificuldade em imaginá-los” (Delphy, 2001, p.259).

O mundo no qual viveriam os indivíduos libertos da atribuição do gênero (dicotômica e hierárquica) é tão difícil de imaginar quanto seria difícil pensar o mundo no qual essa atribuição começaria somente a ser questionada. Monique Wittig talvez tenha imaginado esse novo mundo, suporte de sua própria crítica teórica do regime político da heterossexualidade, em suas obras literárias como *Les Guerillères* [As guerrilheiras], “formas mais perfeitas da utopia feminista” segundo C. Delphy, porque M. Wittig “descreve, ali, em detalhe, os odores, as cores, os barulhos, as flores do mundo, as roupas, os movimentos, os sentimentos de seres que

não existem e nunca existiram, como se ela os tivesse visto” (Delphy, 1985, p.154). O que é a definição exata da utopia, afirma C. Delphy.

C. Delphy e M. Wittig, a partir de diferentes premissas, já que uma analisa a economia política do patriarcado e a outra, o regime político da obrigação à heterossexualidade, convergiam sobre a necessária abolição das categorias de sexo, dos homens e das mulheres como classes, mesmo se elas divergiam sobre o papel do lesbianismo. A utopia de uma sociedade sem classes de sexo é comandada pela tese segundo a qual a hierarquia encontra-se na origem da divisão e das categorias, das diferenças, das identidades de sexo. A abolição das categorias de sexo é, além disso, abolição da redução à diferença sexual. Sobretudo, a utopia de uma sociedade sem classes de sexo permitiu a atualização das tendências ideológicas, androcêntricas, inclusive nas ciências, em particular as Ciências Sociais, que visam a manutenção da ordem dos sexos, a manutenção da “ordem simbólica” sob a máscara da famosa “diferença dos sexos”.

O relacionismo

Segundo as análises de K. Mannheim, a utopia nos ajuda a identificar os elementos ideológicos conservadores. É nesse sentido que ela dispõe de um privilégio cognitivo. Contudo, ela não é adequada à situação presente, por ser defasada e orientada: a paixão intelectual de alguns grupos oprimidos pela destruição e pela transformação da ordem social seria tão viva que inconscientemente eles perceberiam somente os elementos de uma situação na qual os grupos dominantes tentam negar sua existência. Por essa razão, a utopia talvez esteja condenada a tornar-se ideológica, a partir do momento em que ela realiza-se, mesmo que imperfeitamente. K. Mannheim tenta mostrar em suas análises históricas a transformação de uma utopia em ideologia, fazendo emergir, por sua vez, uma outra utopia, ao procurar sacudir o suporte ideológico da antiga utopia fossilizada. Assim, a ordem existente faria nascer utopias que, por sua vez, quebrariam os laços com a ordem existente ao conceder-lhe a liberdade para desenvolver-se na direção da próxima ordem instaurada.

Por isso, segundo K. Mannheim, é preciso ultrapassar os pontos de vista parciais e tendenciosos a fim de atingir um “belvedere” mais elevado. O

positivismo fracassa nas Ciências Sociais porque tem modos de pensar que não podem ser compreendidos adequadamente, ao mesmo tempo que sua origem na sociedade permanece obscura. O relativismo e o ceticismo são etapas essenciais entre a desconstrução de certezas anteriores e a formulação de uma nova forma de objetividade. Pois o enraizamento social do conhecimento não conduz necessariamente ao relativismo.

K. Mannheim lembra que a teoria moderna do conhecimento admite que o conhecimento existe apenas a partir de um certo ponto de vista: a objetividade refere-se sempre a um sistema de pensamento, a um aparelho conceitual e categórico determinado. A questão é, então, saber que ponto de vista autorizará a perspectiva mais ampla. Ele propõe, assim, generalizar e ultrapassar a teoria marxista da ideologia: trata-se de reconhecer que o pensamento de todos os grupos é socialmente determinado. Deve-se, conseqüentemente, submeter todos os pontos de vista à análise ideológica: é o fundamento da Sociologia do conhecimento que ele preconiza. Trata-se de integrar e de ultrapassar as perspectivas regionais para atingir a totalidade que elas formam, uma visão panorâmica, não um conhecimento universal e atemporal, mas uma extensão máxima e provisória do conhecimento. A objetividade constrói-se, então, pela “tradução” e pela “conversão” das perspectivas rivais sobre um objeto, ao compreender a partir de diferentes *locus*, os diferentes pontos de vista, cada visão do objeto.

K. Mannheim identifica e analisa o jogo das ideologias e das utopias do século XIX e do início do século XX: “o chiliasmo orgiástico dos Anabatistas”, a ideia humanitária-liberal, a mentalidade conservadora, a concepção socialista-comunista, e mais tarde o fascismo. Sua parcialidade deve-se ao fato de cada um testemunhar a clarividência somente em referência a determinados setores da realidade. Ao confrontá-los, K. Mannheim tenta mostrar como cada um ilumina e é iluminado pelo outro, formando uma configuração de sentidos que, contudo, apenas o trabalho de síntese revela.

Conhecimento situado e teoria do ponto de vista (*standpoint*)

A concepção mannheimiana da Sociologia do conhecimento pode ser relacionada ao desenvolvimento da epistemologia feminista (Harding, 2004).

David Kettler e Volker Meja (1993) enfatizam que as obras publicadas por K. Mannheim não preparam os pesquisadores para a importância que ele dava ao estudo das mulheres. Eles próprios evocam essas preocupações apenas rapidamente em seu *Mannheim* (1987, p.92). Suas aulas e sua influência sobre algumas alunas que se tornaram sociólogas, em particular Viola Klein, que se refugiou, como ele, na Inglaterra, contribuíram para a emergência de uma verdadeira “Sociologia das Mulheres”, ou mesmo do gênero. Mannheim, então, supervisionou, publicou e prefaciou, na coleção que ele dirigia, a tese pioneira de Viola Klein, *The Feminine Character* [O caráter feminino, 1946], na qual ela examina criticamente, a evolução das concepções da “feminilidade” através do estudo da literatura científica contraditória sobre o tema (H. Ellis, S. Freud, H. B. Thompson, M. Vaerting, M. Mead e W. Thomas em particular). Em uma sociedade na qual as normas são essencialmente masculinas, as mulheres formam um grupo exterior (*out group*), uma minoria distinta da posição dominante por suas características físicas, seu papel social e um processo de socialização diferente (Klein, 1972 [1946]). Klein mostra a dependência dessas concepções referentes aos fatores sociais e ideológicos, sem renegar a pretensão das Ciências Sociais à objetividade. Pela reflexão, a autossocioanálise que K. Mannheim preconizava, a variação, a integração e a vontade de ultrapassar perspectivas parciais e tendenciosas, ela afirma a determinação sociológica dos principais traços relacionados ao “caráter feminino”.

Ao utilizar o método da Sociologia do conhecimento, as diferentes “perspectivas” adotadas sobre o objeto são submetidas à crítica e, progressivamente, uma integração *sui generis* mais rica de seus diferentes aspectos torna-se possível, oferecendo uma melhor compreensão de sua parcialidade. O relativismo é, então, evitado graças a esse “relacionismo” que considera o fato de que o conhecimento social é ligado à situação social e cultural. Klein distingue três etapas no pensamento social da diferença dos sexos desde Aristóteles: a mulher como homem subdesenvolvido, a mulher como essencialmente diferente do homem, a feminilidade como produto de condições sociais evolutivas e, em particular, sua posição subordinada ou marginal, terceira fase que ela tenta ultrapassar preconizando, não a negação, mas a circunscrição das eventuais características femininas ao identificar aquelas que provêm da influência dos fatores sociais, como a falta de estímulo, que ela enfatiza. Esse livro é considerado como uma das

fontes do movimento de liberação das mulheres, com *Women's Two Roles* [Duas regras da mulher], que Klein publica com Alva Myrdal, e no qual as autoras desconstruem a ideologia dominante da dona de casa, defendendo o engajamento profissional das mulheres e a partilha do trabalho doméstico conforme uma concepção ou uma utopia moderna da família e da sociedade. Em seu ensaio sobre os desenvolvimentos da pesquisa desde *The Feminine Character*, Janet Giele [in Klein, 1972 (1946)] homenageia a originalidade e a pertinência da tese de Klein. Ela confirma o interesse da utilização da Sociologia do conhecimento, a ênfase dada ao laço existente entre conhecimento científico e mudança social, que questiona, com tanta acuidade, a objetividade nas Ciências Sociais.

Essas preocupações epistemológicas e políticas antecipam os debates que os *gender studies* anglo-saxões e as pesquisas sobre as relações sociais vão desenvolver, a partir dos anos 1970, sobre a neutralidade, o engajamento, a incidência da posição social no conhecimento inclusive “teórico” do mundo social. De fato, se as referências são raras, pelo menos na França (Hekman, 1986; Smith, 1990), as convergências com a análise materialista radical (desenvolvida sobretudo por autoras como N. C. Mathieu, C. Delphy ou C. Guillaumin) são evidentes, e as teorias anglo-saxônicas do *conhecimento situado* ou do *ponto de vista* colocadas também na tensão entre a rejeição da posição clássica racionalista e positivista, o relativismo absoluto e a teoria marxiana do privilégio de classe (oprimida) (Stoetzler e Yuval-Davis, 2002).

A referência à Sociologia do conhecimento ou a K. Mannheim é recorrente na área das pesquisas feministas (N. C. Mathieu, H. Dagenais ou D. Smith). As teorizações feministas da ancoragem social do ponto de vista recusam-se, frequentemente, em considerar essa ancoragem como um simples “viés”, noção que remete a uma concepção do conhecimento como ponto de vista de lugar nenhum. Ao contrário, elas nem sempre aceitam a ideia de que uma ancoragem dominada possa ser uma condição suficiente de lucidez. Enfim, o terceiro obstáculo identificado por K. Mannheim, o relativismo absoluto. Podemos evocar aqui somente alguns aspectos dessas pesquisas, levando-se em conta a complexidade e a evolução dos posicionamentos, devido, sobretudo, à consideração progressiva das diferenças entre as mulheres e da articulação, a transversalidade, a adição ou o emaranhamento, os processos dialéticos ou dialógicos, a consubstancialidade ou

a interseccionalidade das relações de poder (de classe, gênero, etnia, raça, sexualidade, geração), sob a influência em particular da Sociologia das Relações Sociais de Sexo, do *black feminism* [feminismo negro] e dos *post-colonial studies* [estudos pós-coloniais].

Centralizando suas análises na construção da teoria e da ação política, Nanch Hartssock (1998) enfatizou particularmente a necessidade de focalizar a análise nas ligações existentes entre o poder e a epistemologia, o pessoal e o político, a fim de redefinir uma teoria feminista do conhecimento, engajada e situada, a partir de uma retomada crítica da análise marxista, já definindo, antes de Judith Butler, o *ponto de vista* feminista como realização e não como um dado de experiência dita “feminina”. Donna Haraway (2007) propõe, por sua vez, sair da alternativa opondo, de um lado, uma concepção tradicional da cientificidade que pouco questiona-se sobre seus pressupostos e, do outro, o deslize para o relativismo absoluto (“programa forte em Sociologia da ciência” ou “construcionismo social radical”) que reduz a ciência a jogos agonísticos retóricos. Ela busca uma versão feminista da “objetividade encarnada” e sugere uma via média não transcendental que consiste em tirar as consequências sócio-lógicas do fato de que todo conhecimento é necessariamente parcial, limitado e situado.

Sandra Harding (1995; 2004) explora também os caminhos feministas do conhecer. Ela tenta construir uma epistemologia do *ponto de vista* ao questionar os pressupostos da objetividade, da universalidade e da neutralidade científica *dominantes* a partir das posições feministas: a tendência relativista “pós-modernista” e a tendência *standpoint* radical, elas próprias criticadas. O ponto de vista remete alternativamente à ideia geral que um certo posicionamento epistemológico e político corresponde a um conjunto de condições sociais da existência, assim como à tese restrita segundo a qual a posição (mais) subordinada oferece uma melhor perspectiva cognitiva. S. Harding evoca, por exemplo, o *ponto de vista* operário, feminista, terceiro-mundista e *gay*. Opondo-se a um “ceticismo pós-modernista” que conduz ao abandono dos ideais reguladores da ciência, ela propõe escolha obrigatória no contexto de uma objetividade mais “forte” que inclua o reconhecimento do caráter posicionado e engajado desses saberes e *sabendo interpretá-los*. Talvez não seja tão incongruente aproximar a “*strong objectivity*” (Harding, 1995) do projeto de K. Mannheim, que Viola Klein

continuou: um ponto de vista, que considera suas próprias origens sociais, culturais, políticas é menos “enviesado”, mais objetivo.

Os “intelectuais sem laços”

A questão é de saber que posição social vai poder constituir-se como “vetor” da síntese ou de uma objetividade mais forte. K. Mannheim não foi muito claro sobre essa questão, e as controvérsias e rejeições às vezes sarcásticas da solução nem sempre contribuíram em esclarecê-la. Ele enfatiza tanto a necessidade de elevar-se, para objetivá-las, acima dos pontos de vista parciais e tendenciosos, quanto a ancoragem social de todos os pontos de vista inclusive de conhecimento (social). A “solução” que ele preconiza consiste em afirmar que apenas uma camada social flutuante, pouco inserida ou ancorada socialmente, conseqüentemente pouco disposta a lutar por uma das partes, poderia realizar a síntese. Não uma classe social situada no meio da escala social, mas uma camada com pouca identidade de classe e sem inserção precisa. Os intelectuais sem laços (*freischwebende Intelligenz*, literalmente “*intelligentsia* livremente flutuante”), noção criada por Alfred Weber, representam não os intelectuais estabelecidos, nem a figura do intelectual engajado, mas o intelectual marginal, discordante da situação existente, desempenhando o papel do advogado das causas intelectuais do grupo, capaz de identificar-se com todas as posições sem escolher nenhuma. Não os “mandarins patenteados da cultura”, mas os raros “cleros” que se encontram entre eles, para quem o que importa é algo além de sua promoção social. Em um texto recentemente traduzido em francês, K. Mannheim (2001) ressalta que essas sínteses provisórias “não flutuam em um espaço sociologicamente inerte, elas possuem também seu terreno de possibilidades e seu potencial em uma situação estruturalmente determinada” (Ibid., p.98).

Através disso, ele contribuiu fortemente com a análise da afinidade entre não pertença, falta de adesão e espaço do conhecimento, que G. Simmel havia previamente reconhecido na figura do “estrangeiro”. Ele valoriza as condições sociais que favorecem o distanciamento, o des-centramento, a crítica, como o fato migratório e mais ainda o exílio e a condição de refugiado (Kettler; Loader, 2002; Kettler, 2003), e mais

geralmente as situações sociais de não conformidade, ou seja, aquelas que marginalizam.

Conclusão: o “paradoxo de Mannheim”

A solução de K. Mannheim foi criticada como sendo muito ou pouco relativista, marxista, positivista, e rejeitada pelos detentores dessas diferentes “escolas”, acumulando a hostilidade da Sociologia “burguesa” (antimarxista) e a da Sociologia marxista (antiburguesa), recebendo críticas de R. Aron, L. Goldmann, G. Gurvitch, P. Bourdieu, J. Gabel, P. Ricoeur (Mauger *in* Mannheim, 1990; Löwy e Perivolaropoulou, 2001), para citar apenas a recepção francesa.

O “paradoxo de Mannheim” (Ricoeur, 1997) talvez não seja realmente um paradoxo, não mais que o de Bourdieu, crítico de K. Mannheim e defensor de uma “Sociologia relacional” bastante próxima. Ao analisar a dinâmica histórica que estabelece ideologias e utopias, K. Mannheim aplica o método que ele propõe (o relacionismo) e encarna nesse movimento essa postura do intelectual sem laços, que se recusa a aderir a uma tomada de posição qualquer, mas busca tirar o conhecimento que ela autoriza em cada uma delas. Esse “desvendar” dos elementos ideológicos e utópicos somente pode, por fim, ser feito a partir de um ponto de vista externo, móvel, plural. Em outras palavras, o movimento da análise atualiza de maneira prática essa figura que muitos interpretaram como uma pirueta teórica. K. Mannheim sugere que é a prática do conhecimento científico que esclarece essa posição paradoxal instável teoricamente, como o é a desse intelectual nem completamente dentro, nem completamente fora.

Se a obra publicada de K. Mannheim não parece ter muito a acrescentar diretamente à questão do gênero, suas preocupações, suas análises, sua orientação de pesquisas como as de V. Klein, enfim a retomada de suas preocupações no contexto da *teoria do ponto de vista* e do *conhecimento situado*, fazem de sua obra um indispensável “estudo de gênero” em seus aspectos teórico e epistemológico.

Sobretudo, a obra de K. Mannheim permite compreender por que uma situação de defasagem, em desacordo com o mundo “como ele é”, defasagem tanto social quanto mental, mental porque social, pode constituir uma

condição favorável ao estabelecimento de um ponto de vista, até mesmo de um conhecimento original sobre esse mundo.

Enquanto mantém seu acesso ao estado das coisas, os homens não o transformam em objeto de reflexão teórica, afirma substancialmente K. Mannheim. Esse é o ponto comum entre a posição utópica e a dos “intelectuais sem laços”. As grandes figuras do pensamento feminista não teriam sido, cada uma a seu modo, “intelectuais sem laços sociais” no sentido de K. Mannheim, ou seja, muito pouco em conformidade com a situação, a ordem social, a ordem dos sexos, causando-lhes problemas e, por isso mesmo, pensadoras e precursoras de uma nova sociedade? Talvez seja em parte devido à sua posição social, em desacordo com o mundo tal qual ele era e inspiradas por uma utopia (a abolição do patriarcado, ou mesmo do gênero), que as intelectuais feministas, como feministas e intelectuais, puderam renovar as Ciências Sociais em torno da problemática das relações de sexo.

Referências bibliográficas

- DELPHY, C. La passion selon Wittig. *Nouvelles Questions Féministes*, Paris, n.11-12, 1985, p.151-156.
- _____. *L'Ennemi principal. Penser le genre*. Paris: Syllepse, v.2, 2001.
- GABEL, J. *Mannheim et le marxisme hongrois*. Paris: Méridiens-Klincksieck, 1987.
- GAUSSOT, L. Position sociale, point de vue et connaissance sociologique: rapports sociaux de sexe et connaissance de ces rapports. *Sociologie et Sociétés*, Montreal, v.40, n.2, 2008, p.181-198.
- HARAWAY, D. *Manifeste cyborg et autres essais*. Sciences, fictions, féminismes. Antologia estabelecida por ALLARD, L.; GARDEY, D.; MAGNAN, N. Paris: Exils, 2007.
- HARDING, S. Strong Objectivity: A Response to The New Objectivity Question. *Synthese*, v.104, n.3, 1995, p.331-349.
- _____. (dir.). *The Feminist Standpoint Theory Reader*. Nova York/Londres: Routledge, 2004.
- HARTOSOCK, N. *The Feminist Standpoint Revisited & Other Essays*. Oxford: Westview Press, 1998.
- HEKMAN, S. Re-interpreting Mannheim. *Theory, Culture and Society*, Londres, v.3, n.1, 1986, p.137-142.
- KETTLER, D.; MEJA, V.; STEHR, N. *Karl Mannheim*. Paris: PUF, 1987.

- KETTLER, D.; MEJA, V. Their “Own Peculiar Way”: Karl Mannheim and the Rise of Women. *International Sociology*, v.8, n.1, 1993, p.5-55.
- KLEIN, V. *The Feminine Character. History of an Ideology*. Prefácio de MANNHEIM, K. e introdução de GIELE, J. Z. Londres: University of Illinois Press/Routledge & Kegan Paul, 1972 (1946).
- L'Homme et la société. Autour de Mannheim: sociologie du savoir, interprétations, détournements, déplacements*. Paris, n.140-141, 2001.
- LÖWY, M.; PERIVOLARPOULOU, N. Notes sur la réception de Mannheim en France. *L'Homme et la Société*, Paris, n.140-141, 2001, p.103-111.
- MANNHEIM, K. *Le problème des générations*. Introdução e posfácio de MAUGER, G. Paris: Nathan, 1990. [Ed. Port.: O problema das gerações. In: _____. *Sociologia do conhecimento*. v.2, Porto: Rés, 1986, p.114-175.]
- _____. De la concurrence et de sa signification dans le domaine de l'esprit. *L'Homme et la Société*, Paris, n.140-141, 2001, p.55-102.
- _____. *Idéologie et utopie*. Paris: Éditions de la MSH, 2006. [Ed. Bras.: *Ideologia e utopia: introdução à sociologia do conhecimento*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1950.]
- RICOEUR, P. *L'idéologie et l'utopie*. Paris: Seuil, 1997.
- RIOT-SARCEY, M. (dir.). *Les utopies, moteurs de l'histoire?* Nantes: Éditions Pleins Feux, 2001.
- SMITH, D. *The Conceptual Practices of Power: A Feminist Sociology of Knowledge*. Boston: Northeastern University Press, 1990.
- STOETZLER, M.; YUVAL-DAVIS, N. Standpoint Theory, Situated Knowledge and The Situated Imagination. *Feminist Theory*, v.3, n.3, 2002, p.315-333.

THEODOR W. ADORNO: DO CARÁTER FEMININO AO PRISMA DE UMA CRÍTICA GERAL DA DOMINAÇÃO

Sonia Dayan-Herzbrun

Nascido no dia 11 de setembro de 1903 em Frankfurt, Theodor Wiesengrund adota em seus trabalhos o nome de solteira de sua mãe, Maria Calvelli-Adorno. Vem também, sem dúvida, de sua mãe, uma cantora de origem còrsica, o gosto pela música, ao qual ele dedicará boa parte de sua existência. Em 1931, ele ingressa no Instituto para a pesquisa em Ciências Sociais da Universidade de Frankfurt, lugar de encontros intelectuais, de produções comuns, mas também de debates sem dogmatismo nem concessão.

O Instituto, mais conhecido sob o nome de “Escola de Frankfurt” posiciona-se na corrente de um marxismo crítico (crítica da ortodoxia, crítica do cientificismo e, evidentemente, do stalinismo), dialogando com a Filosofia, as Ciências Sociais, a Psicanálise. Ali não existem divisões disciplinares. Pesquisas empíricas, elaboração teórica, análise de obras de cultura (da literatura ao cinema passando pela música) interconectam-se. Trata-se de tentar compreender o mundo ao redor e, em particular, o autoritarismo que parece encontrar-se no centro do que os membros do Instituto chamam de “fascismo” e que se manifesta sob as mais diversas formas do sistema soviético e do nazismo (Dayan-Herzbrun, 1997, p.121-131).

Foi precisamente o nazismo que obrigou Theodor Adorno a exilar-se nos Estados Unidos, onde, no contexto do Instituto momentaneamente instalado na Universidade de Columbia, ele efetuará toda uma série de pesquisas em torno da questão do antissemitismo e dos preconceitos discriminatórios como um todo (Dayan-Herzbrun, 2004, p.253-264). Essas

questões alimentam a crítica geral da dominação que ele desenvolve mesmo depois de seu retorno a Frankfurt em 1949, quando ele ensina Filosofia e Sociologia na universidade. A dimensão crítica é, aqui, constitutiva, recusando tanto o engajamento militar quanto a tecnologia social. Essa posição não será compreendida pelo movimento estudantil alemão que se amplifica a partir de 1967 e que prefere outro membro do instituto, H. Marcuse, em detrimento de T. W. Adorno. Deprimido, este último morre em 1969.

Várias obras recentes enfatizaram o interesse por uma interpretação feminista dos textos de T. W. Adorno. Não que T. W. Adorno possa ser considerado como um precursor do feminismo contemporâneo, mesmo se o Instituto para a pesquisa social que ele animou com Max Horkheimer tenha recorrido diversas vezes à colaboração científica de mulheres tão eminentes como a antropóloga Margaret Mead ou as psicanalistas Marie Jahoda e Else Brunswig que, todas, por diversas razões, deram visibilidade à questão das mulheres. Mas se partimos das posições teóricas fundamentais de T. W. Adorno, ou seja, da teoria crítica, podemos perceber a que ponto as problemáticas e os métodos da teoria feminista são elucidados em seus enunciados mais atuais.

O próprio conceito de gênero não consta no vocabulário de T. W. Adorno. Contudo, os conceitos de “caráter feminino” ou de “princípio masculino” ocupam um lugar de destaque em pelo menos dois de seus livros mais importantes, *A dialética do esclarecimento*, escrito em colaboração com Max Horkheimer, e *Minima Moralia*. “O caráter feminino e o ideal da feminilidade segundo o qual ele foi modelado são os produtos da sociedade masculina” (Adorno, 1980 [1951], p. 59). A sociedade masculina sendo, ela própria, uma sociedade dominada, dividida, o “caráter feminino” é uma imagem dessa dominação que confina à invisibilidade porque pretende ser “natural”. As mulheres são forçadas à feminilidade. “A feminilidade que se reivindica do instinto é precisamente o que toda mulher deve obrigar-se a ser com toda a força – uma força masculina” (Ibid.). O caráter feminino é multiforme e T. W. Adorno esboça uma tipologia que não é nem restritiva, nem sistemática. No interior dessa tipologia, podemos distinguir três modos de construção.

Existe, primeiramente, a tipologia elaborada a partir de questionários e de entrevistas aprofundados em *The Authoritarian Personality* [A personalidade autoritária, 1969]. Ao querer avaliar, a partir de um certo número de

indicadores, as “potencialidades fascistas” da sociedade norte-americana do fim dos anos 1940, T. W. Adorno estabelece uma ligação entre o conformismo, a aceitação das normas e da autoridade e a potencialidade fascista. Assim, a maioria das moças entrevistadas cujas respostas indicam uma forte propensão aos preconceitos racistas e etnocêntricos possui essa feminilidade dengosa. O que existe de caricatural no caráter feminino aparece também nas personagens que T. W. Adorno evoca: a moça, a noiva, a meretriz, a esposa, a malvada [...] que são arquétipos, mas também paradigmas operatórios para pensar o mundo que nos envolve. Na sociedade burguesa do século XX, a moça pura, por exemplo, existe no imaginário masculino em relação e em oposição à prostituta. Seu valor deve-se ao fato de ser excluída do prazer e da sexualidade. A prostituta, por sua vez, serve somente para isso.

O burguês precisa da meretriz não somente para o prazer, que ele, inclusive, não deseja para ela, mas para sentir-se realmente semelhante a Deus. Quanto mais ele aproxima-se dos limites de sua esfera e esquece sua dignidade, mais o ritual da violência torna-se brutal. A noite tem seus prazeres, mas a prostituta será, apesar disso, queimada. (Adorno, 1980 [1951], p. 112)

Contudo, frequentemente T. W. Adorno constrói suas figuras do caráter feminino a partir da literatura, da obra de arte, do trabalho da mimese – da representação da realidade – como ele o expõe em sua *Teoria estética* [1970], fornecendo interpretação e inteligibilidade. Foi, paradoxalmente, a partir de personagens como as de Ibsen, como Nora, da *Casa das bonecas*, ou Hedda Gabbler, que ele analisa os meandros e a complexidade da encarnação do caráter feminino na sociedade burguesa (Gabriel, 2004). Porém, partindo da criação literária, ele também pode evocar o que seriam as figuras de mulheres que fugiriam das obrigações do caráter feminino, tais quais Ifigênia de Goethe: “A liberdade é o que a leva a agir, é o que ela deseja”. Através dessa personagem da Ifigênia em Tauride, é a emancipação como horizonte permanente da teoria crítica que é colocada. Ifigênia, como mito, escapa ao mesmo tempo do masculino e do feminino.

O caráter masculino, tão alienado e forçado quanto o feminino, declina-se, também, conforme figuras bem identificadas que a indústria do cinema (e hoje da televisão) nos habituou a reconhecer. As poses que expressam a virilidade e indicam a dominação “exprimem a independência,

a segurança do comando e uma conivência tácita entre homens” (Adorno, 1980 [1951], p.24). O arquétipo desse personagem é o homem sedutor, que chega tarde em casa usando um *smoking*. O desprezo pelas mulheres demonstrado por ele é, de fato, uma violência que ele faz contra si. A dominação viril volta-se contra ela própria. Como renúncia permanente ao instinto, ela representa “uma autoemasculação simbólica do homem”. O sadismo da virilidade exacerbada transforma-se em masoquismo.

Esses machos (*he-men*) seriam, então, no fundo, o que os roteiros de filmes que os põem em cena fazem deles, masoquistas. Seu sadismo é mentira, e é ao mentir que eles se transformam em verdadeiros sádicos, ou seja, agentes da repressão. (Ibid., p.24)

Mas devido ao fato de o masculino ser uma categoria da dominação e o feminino uma categoria da passividade e da submissão, os homens e as mulheres reais podem cair em um ou outro lado. Quando ele triunfa, como na violência capitalista ou no fascismo, o princípio masculino da dominação no seu estado puro faz os homens passarem para o lado feminino. O amor, então, dirige-se somente ao poder ou ao dinheiro. “O homem depõe as armas diante do macho frio e impassível como a mulher o fez antes dele. Ele torna-se uma mulher que tem os olhos fixos no poder.” Por sua vez, as mulheres ao servirem-se conscientemente de sua feminilidade, comportam-se como machos. “As verdadeiras mulheres são, de fato, ‘machos’. Basta ter sido ciumento para descobrir como essas mulheres femininas dispõem de sua feminilidade, a utilizam de acordo com suas necessidades” (Ibid., p.59). O desenvolvimento da indústria cultural, ao qual T. W. Adorno dedicou numerosos estudos e cuja violência, ele escreve, “instalou-se na mente dos homens”, reforça os estereótipos, sejam os da feminilidade, sejam os da masculinidade, e contribui, assim, com a dominação. A análise multidimensional que T. W. Adorno nos propõe se apoia em axiomas epistemológicos da dialética negativa.

Articular os modos de dominação

A teoria crítica é, para T. W. Adorno, antes de tudo, crítica da dominação. Mas essa crítica é também autocrítica. O que significa, primeiramente, que o fenômeno da dominação manifesta-se através de diversas dimensões e nenhuma dentre elas tem a primazia sobre as outras. Cada situação concreta pode ser analisada parcialmente segundo um dos eixos de legibilidade da dominação (a classe, o sexo, a cultura etc.). Nesse ponto, T. W. Adorno permite-nos abordar a questão tão difícil das articulações dos principais modos de dominação (gênero, classe e raça, segundo a terminologia em vigor hoje). Se o acompanhamos, compreendemos que esses níveis de dominação podem adicionar-se ou subtrair-se, mas também combinar-se de várias formas.

Ao mesmo tempo, os diferentes modos de dominação possuem especificidades. Aderindo à teoria do matriarcado primitivo, como a maioria dos que, na primeira metade do século XX, reivindicavam-se de uma forma ou de outra marxistas, T. W. Adorno volta-se frequentemente para a questão da violência patriarcal que atribui às mulheres uma pseudonatureza e recusa-lhes uma existência como seres completos. Ao apoiar-se na leitura de *A história de Julieta*, de Sade, ele afirma: “O homem como dominador recusa à mulher sua existência como indivíduo (...) A mulher como ser pretensamente natural é um produto da história que a desnatura”. A “mulher” compartilha, contudo, esse tratamento com o “judeu”.

A proclamação do ódio contra a mulher como criatura espiritual e fisicamente inferior, marcada na face do selo da dominação é, ao mesmo tempo, a proclamação do ódio contra o judeu. Podemos constatar que as mulheres e os judeus não dominaram há milhares de anos. Eles têm sobrevivido, apesar de ser fácil eliminá-los. Seu medo e sua fraqueza, sua afinidade maior com a natureza devido à opressão constante à qual estão submetidos é o que os faz viver (Horkheimer; Adorno, 1974 [1944], p.120-121).

Ora, o homem forte que despreza e odeia as mulheres e os judeus, forçou-se a viver afastado da natureza, de seus próprios sentimentos, e a proibir-se qualquer angústia e expressão de sua afetividade. É nesse sentido que a dominação que ele exerce volta-se contra ele. O casamento patriarcal é uma notável ilustração dessa complexidade das situações de dominação. Nesse jogo de ida e volta, encontramos-nos além da simples dialética do

senhor e do escravo. T. W. Adorno o demonstra através das cenas da vida cotidiana mais ordinárias. “O tirano doméstico é ajudado por sua mulher para colocar seu casaco. Ela executa esse serviço com cuidado e o acompanha com um olhar que diz: não posso fazer nada, deixo-lhe esse prazer, ele é assim: é um homem, nada mais” (Adorno, 1980 [1951], p.161-162).

Duas “ideologias” mentirosas, tanto uma quanto a outra, afrontam-se aqui: a que apresenta o homem como superior e a que o rebaixa ao lugar de vítima de manobras e de imposturas. De fato, a esposa, “matriarca reprimida”, e o marido, caricatura do patriarca, evidenciam a triste realidade do casamento burguês do qual ambos são vítimas, com o qual ambos são coniventes. “Ao desmistificar o homem cujo poder apoia-se no dinheiro que ele ganha e que assume o valor de mérito entre os humanos, a mulher exprime ao mesmo tempo a mentira do casamento no qual ela busca toda a sua verdade” (Ibid., p.162). Homens e mulheres sofrem, ali, da dominação (certamente não da mesma forma nem no mesmo nível), mesmo quando eles a exercem sobre outras pessoas.

A emancipação pode ser, assim, apenas a do conjunto da sociedade em um esquema utópico, portador de um projeto coletivo, definido por aquilo ao qual ele opõe-se (por conseguinte, em sua negatividade) e não por aquilo que ele deseja. É na recusa, na revolta, mesmo se ela assume a forma da histeria, que se constrói a forma oca da liberdade. Com efeito, contrariamente ao que a Filosofia liberal propõe sob suas diferentes declinações, T. W. Adorno considera que apenas a não liberdade é concreta; enquanto “a liberdade somente pode ser recuperada em uma negação determinada” (Adorno, 1978 [1966], p.182). Não existe absoluto da liberdade, não existe definição positiva da liberdade. Qualquer gesto de liberação pode transformar-se em seu contrário. A liberdade encontra-se emaranhada na não liberdade que a inibe, mas a partir da qual ela pensa-se e afirma-se, na mais radical oposição. “Não podemos dizer definitivamente onde a liberdade refugia-se em cada etapa da história” (Ibid., p.207). Existe uma condição trágica da liberdade, que brota, às vezes, do sofrimento extremo. “Na era da repressão social universal, é somente sob os traços do indivíduo massacrado e esmagado que sobrevive, diante da sociedade, a imagem da liberdade” (Ibid.), e ela com certeza não sobreviverá sob a figura da trabalhadora “livre” ou da vaidosa.

Assim, o trabalho das mulheres na sociedade capitalista, “a desmistificação da família e o relaxamento dos tabus sexuais” (Adorno, 1980

[1951], p.90) apresentados como “progressos” em relação às formas ditas “tradicionais” de organização econômica e social, atenuaram os problemas apenas na superfície. No mundo da grande empresa e da economia liberal, as mulheres são tão dependentes quanto os homens. Elas continuam sendo objetos, coisificadas, como elas o eram no espaço estreito da família. Ao trabalho doméstico acrescentam-se o trabalho industrial e a necessidade de conformar-se ao ideal feminino propagado pela indústria cultural. “Em vez de resolver a questão feminina, a sociedade masculina expandiu seu próprio princípio e o generalizou tão bem que as vítimas não se encontram mais em condições de questionar o que lhes diz respeito” (Ibid.). Para compreender essa fórmula, devemos lembrar-nos que *Minima moralia* foi publicado em 1951 e escrito por fragmentos durante o exílio americano de T. W. Adorno, nos dez anos que precedem sua publicação.

Devemos sobretudo lembrar-nos que o que caracteriza a dominação é que ela torna-se invisível, que ela torna cegos e surdos todos os que se submetem a ela, mas também aqueles que a exercem. O intelecto despótico dos grandes desse mundo afasta-se da experiência dos sentidos para melhor dominá-la e os trabalhadores modernos obedecem todos ao mesmo ritmo, na fábrica, no cinema ou na vida cotidiana, sem falarem uns com os outros. Eles são tão surdos quanto os remadores cujas orelhas Ulisses, no canto XII da *Odisseia* (ver Horkheimer e Adorno, 1974 [1944], p. 48-57), tampou com cera para que não ouvissem o canto das sereias (Comay, 2006). As condições de vida, de trabalho e mesmo de lazer na sociedade atual fazem-nos sentir o peso – sobre homens e mulheres – da estupidez, da coerção, do isolamento e do conformismo. Os bens que a sociedade de consumo oferece reforçam essa propensão à submissão. Pela pouca abertura a uma certa abundância que lhes é concedida, as mulheres

aceitam seu destino com entusiasmo, abandonam aos homens o cuidado de pensar, condenam conscientemente a violação ao ideal feminino propagado pela indústria cultural e sentem-se, em geral, muito bem na não liberdade que seria, para elas, a realização reservada a seu sexo. (Adorno, 1980 [1951], p.90)

Não existem então, para T. W. Adorno, categorias estáticas de dominantes e dominados(as), porque cada um(a) é tomado(a), como vimos, em múltiplas tensões, mas também em virtude da crítica da lógica identitária

que se encontra no centro da dialética negativa de T. W. Adorno. Identificar, hoje diríamos categorizar, é objetivar e submeter(se) à dominação (Varikas, 2004). Cada si é também um Outro emergente. "Identidade do ego e alienação do ego têm caminhado juntas desde o início" (Adorno, 1978 [1966], p.171). As consequências dessa concepção são, ao mesmo tempo, políticas: não existe destino e, em particular, destino biológico e epistemológico, abrindo uma verdadeira atitude de desconstrução na qual o si é também imediatamente social.

Mesmo a personalidade do sujeito, que é para o sujeito o imediato mais próximo, mais certo, é algo mediatizado. Não existe consciência de si na sociedade, assim como não existe sociedade além dos indivíduos que a compõem (Ibid., p.215).

Axiomas epistemológicos

Poderíamos, aqui, apenas ressaltar rapidamente as afinidades entre o pensamento epistemológico de T. W. Adorno e o da teoria feminista contemporânea. Devemos mencionar inicialmente a recusa da atribuição a uma área disciplinar determinada pelas instituições onde se organiza o controle de saberes positivos. Essa recusa caracteriza a abordagem da primeira geração da Escola de Frankfurt, mas ela assume uma forma muito particular com T. W. Adorno quando a associamos à sua crítica da lógica identitária.

Os conceitos abertos a um conhecimento sempre parcial e tendencioso são necessariamente plurais e entram em uma *constelação*. Devemos, então, renunciar a chegarmos, por etapas, a um conceito geral, formado no interior de uma única matriz disciplinar, como nas abordagens classificatórias. "Perceber a constelação na qual se encontra a coisa significa, de um certo modo, decifrar a história que o singular traz em si como evento" (Ibid., p.132). A pesquisa coletiva coordenada por T. W. Adorno em torno da *Personalité autoritaire* é um exemplo particularmente bem-acabado da instauração dessa abordagem, sobretudo quando lembramo-nos de que esse trabalho era apenas um elemento de pesquisa mais global sobre os preconceitos, publicado em cinco volumes. Desse conceito de constelação podemos também deduzir que a reflexão e a ação são verdadeiramente

apenas coletivas, longe da concorrência que existe na sociedade capitalista e na economia de mercado.

O conhecimento forma-se sempre a partir da experiência. Esse é um ponto forte da teoria epistemológica de T. W. Adorno. Essa experiência é a do cotidiano de cada indivíduo, mas antes de tudo, daquele (ou daquela) que pensa e escreve, experiência dessas pequenas coisas da vida, vida mutilada, vida alienada, mas vida apesar de tudo. "A análise da sociedade pode retirar da experiência incomparavelmente mais do que Hegel conveio a esse respeito, enquanto, inversamente, podemos suspeitar que as grandes categorias da história podem nos enganar" (Adorno, 1980 [1951], p.12). As grandes categorias totalizantes da história são também aquelas do pensamento qualificado do qual T. W. Adorno incita-nos a afastar-nos.

Em segundo lugar, devemos insistir no fato de que essa experiência é também experiência do sofrimento e do medo, experiência levada ao extremo pela eventualidade da catástrofe total (Heberle, 2006). O sofrimento e a infelicidade sobre os quais T. W. Adorno mostra diferentes figuras, não são, contudo, uma fatalidade, mas nascem em condições históricas e sociais precisas que devemos tentar transformar. A experiência cotidiana das mulheres e dos homens é, finalmente, a do corpo e a da sexualidade. A sociedade industrial, sociedade mutilada, "que exige que cada um, em todos os níveis, se venda" (Horkheimer e Adorno, 1974 [1944], p.116) reduz o amor a nada e perpetua os tabus sexuais. Estes podem assumir a forma da frieza: "Poderíamos propor uma teoria social da frieza feminina, que provém, para mim, do que as mulheres são para elas próprias, inclusive no coito, objetos de troca para um objetivo naturalmente inexistente, esse deslocamento impedindo-as, enfim, de atingir o prazer", afirma T. W. Adorno ao psicanalista Erich Fromm em novembro de 1937 (Adorno, 1984 [1958], p.89). Mas o ideal higiênico ou a reivindicação de uma autonomia em um contexto de liberdade formal é também rigoroso. Ora, existe uma relação entre os preconceitos sexuais, os desejos de punição e as tendências autoritárias. "É justamente na medida em que ela não é mutilada nem reprimida que a sexualidade não incomoda ninguém" afirma T. W. Adorno em 1963 (Adorno, 1984 [1958], p.89).

E não é somente o privado mas também o íntimo que é político, como o mostra amplamente a abordagem seguida em *La Personalité autoritaire*. A própria liberdade experimenta-se no mais íntimo como "energia

pulsional” e é a esse título que ela intervém, tanto na constituição total da sociedade quanto nas instâncias psíquicas do indivíduo. O social, o individual, o consciente e o inconsciente intercalam-se, sem que nenhum dos níveis seja determinante em relação aos outros. T. W. Adorno utiliza livremente, sem ortodoxia, o trabalho dos psicanalistas, quer se tratasse dos textos de Freud, quer se tratasse dos textos dos psicanalistas com os quais ele amplamente colaborou na Europa e, em especial, nos Estados Unidos. A travessia de barreiras disciplinares, exigida pela consideração das constelações que cada objeto constitui, vai muito além de uma associação das diferentes “Ciências Sociais”, pois a elas acrescenta-se a Psicanálise, a Psicologia sob seus diferentes aspectos, a Teoria Literária e a Musicologia (Dayan-Herzbrun, 2004).

Conclusão: feminismo e teoria crítica

A partir de T. W. Adorno, podemos apreender o feminismo como teoria crítica assim como o fazem Nancy Fraser (Fraser, 2005) ou outros. Isso significa, como vimos, que nos liberamos das amarras disciplinares. Mas, além disso, essa postura implica uma renúncia aos enunciados positivos, unilaterais e limitados. A dialética negativa vai além de uma Sociologia crítica e necessita que pensemos os objetos da experiência não somente em sua complexidade, mas em uma complexidade aberta (uma constelação).

T. W. Adorno (e M. Horkheimer) obriga-nos a considerar as mulheres de outro modo que não seja exclusivamente o das vítimas, não por misoginia, mas porque o que elas fazem e sofrem é frequentemente a consequência de situação à qual elas não se opõem, contra as quais elas não se insurgem. Assim, mulheres prisioneiras na Alemanha “ao realizarem o ato sexual sobre o qual elas não têm nenhum direito de escolha manifestam sua absoluta submissão à dominação da razão” (Horkheimer e Adorno, 1974 [1944], p. 272), essa razão sendo a racionalidade instrumental da virilidade destrutora. Pior ainda, “no pogrom, a sede sanguinária da mulher ultrapassa a do homem” (Ibid., p.273).

A teoria crítica inscreve as mulheres e o gênero em uma crítica geral da dominação na qual cada experiência concreta exige ser analisada como tal, com categorias e conceitos nunca fechados e nunca definitivos. Em outras

palavras, as mulheres não constituem uma categoria separada. Não pode haver análise dos fenômenos sociais e políticos que não inclua as mulheres e o gênero, mas reciprocamente, a situação das mulheres e as relações de gênero devem ser abordadas na perspectiva de uma constelação em movimento (O'Neill, 1999).

A teoria crítica permite também apreender a relação do pensamento no político em toda a sua complexidade e esclarecer a abordagem feminista, que é tanto política quanto epistemológica. Diferentemente de muitos de seus contemporâneos, T. W. Adorno nunca se engajou em um partido político porque qualquer engajamento teria implicado uma “teoria positiva” (e conseqüentemente uma alienação) como o “socialismo científico”, o que ele recusava. Ao mesmo tempo, ele sempre buscou uma articulação complexa entre sua reflexão e a ação coletiva de recusa, de luta contra a dominação que é, para ele, a manifestação desses movimentos emancipatórios, desses momentos de liberdade que dão sentido à sua obra. “Quem quer que duvide, nesse momento, da possibilidade de uma transformação profunda da sociedade e se recusa, por essa razão, a participar de ações violentas e espetaculares ou a recomendá-las, renunciou”, afirma em 1969 (Adorno, 2002, p.173).

Colocar a emancipação como horizonte, significa lutar com todos os meios disponíveis contra as formas de dominação que o trabalho de conhecimento e de análise tirou da sombra e do silêncio. Até o final de sua vida, ele lutou assim contra a resignação. De um modo menos brutal, ele também imaginava que os resultados aos quais teriam chegado os autores de *La Personnalité autoritaire* poderiam permitir, de um certo modo, repensar a pedagogia, as relações familiares e as relações intergeracionais, fazendo que os estereótipos ficassem menos pesados, primeiramente os racistas, mas também os sexistas, e que agissem no sentido de uma sociedade mais democrática. Havia, ali, uma esperança e, certamente, nenhuma certeza.

A teoria crítica abre uma prática política que não se apoia em nenhum dogmatismo, que é, assim, autocrítica. Existe, ali, um tema para reflexão para a teoria feminista, inclusive para o enriquecimento teórico e metodológico, desde que haja uma transferência de perspectivas (Becker-Schmidt, 1999). Os questionamentos atuais sobre o gênero e sobre a interseccionalidade justificam amplamente a releitura atenta desse autor.

Referências bibliográficas

- ADORNO, T. W. *Théorie esthétique*. Paris: Klincksieck, 1970. [Ed. Bras.: *Teoria estética*. Trad. Artur Morão. São Paulo: Martins Fontes, 1982.]
- . *La Dialectique négative*. Paris: Payot, 1978 (1966). [Ed. Bras.: *Dialética negativa*. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.]
- . *Minima Moralia*. Paris: Payot, 1980 (1951). [Ed. Bras.: *Minima Moralia*. Trad. Luiz Eduardo Bicca. São Paulo: Ática, 1993.]
- . *Notes sur la littérature*. Paris: Flammarion, 1984 (1958). [Ed. Bras.: *Notas de Literatura*. Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: Editora 34, 2012.]
- . *Modèles critiques*. Paris: Payot, 1984 (1963-1965).
- . *Résignation*. *Tumultes*, Paris, n.17-18, 2002 (1969), p.173-178.
- . et al. *The Authoritarian Personality*. Nova York: Norton Library, 1969.
- BECKER-SCHMIDT, R. Critical Theory as a Critique of Society: Theodor W. Adorno's Significance for a Feminist. In: O'NEILL, M. (dir.). *Adorno. Culture and Feminism*. Londres: Sage, 1999, p.104-118.
- COMAY, R. Adorno's Siren Song. In: HEBERLE, R. (dir.). *Feminist Interpretations of Theodor Adorno*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2006, p.41-67.
- DAYAN-HERZBRUN, S. L'École de Francfort, la question des femmes et le nazisme. In: KANDEL, L. (dir.). *Féminismes et nazisme*. Paris: Cedref/Université Paris 7-Denis Diderot, 1997, p.121-131.
- . New York-Los Angeles, Les théoriciens critiques aux États-Unis. In: BLANC, A.; VINCENT, J. M. (dir.). *La Postérité de l'École de Francfort*. Paris: Syllepse, 2004, p.122-136.
- FRASER, N. *Qu'est-ce que la justice sociale? Reconnaissance et redistribution*. Paris: La Découverte, 2005.
- GABRIEL, N. Princesse Léopard. Fragmentations et ambiguïtés dans les *Minima Moralia*. In: DAYAN-HERZBRUN, S.; GABRIEL, N.; VARIKAS, E. (dir.). *Tumultes*, Paris, n.23, *Adorno critique de la domination. Une lecture féministe*, 2004, p. 137-154.
- HEBERLE, R. Living with Negative Dialectics. In: HEBERLE, R. (dir.). *Feminist Interpretations of Theodor Adorno*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2006, p.217-233.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *La dialectique de la raison*. Paris: Gallimard, 1974 (1944).
- O'NEILL, M. Introduction. In: O'NEILL, M. (dir.). *Adorno. Culture and Feminism*. Londres: Sage, 1999, p.1-20.
- VARIKAS, E. Choses importantes et accessoires. Expériences singulières et historicité du genre. In: DAYAN-HERZBRUN, S.; GABRIEL, N.; VARIKAS, E. (dir.). *Féminismes et nazisme*. Paris: Cedref/Université Paris 7-Denis Diderot, 1997, p.61-79.

HANNAH ARENDT: AGIR O DADO

Diane Lamoureux

Filósofa e teórica política, uma das raras mulheres que consta no panteão dos “grandes autores” nos tratados e manuais de filosofia política, judia alemã forçada a fugir de seu país por causa do nazismo, Hannah Arendt desenvolveu um pensamento político complexo, cujas contribuições centrais referem-se ao totalitarismo, ao estatuto do político nos tempos modernos e à relação entre o trabalho do pensamento e a competência do agir político.

Encontramos essas contribuições nos três principais textos que balizam seu percurso intelectual: *As origens do totalitarismo* (1951), através do qual ela ficou conhecida, *A condição humana* (1958), que confirma seu estatuto de teórica política, e *A vida do espírito* (1978), do qual ela havia concluído somente duas das três partes previstas quando faleceu em 1975. Além dessas importantes contribuições, H. Arendt interessa-se em pensar o acontecimento, principalmente no que se refere à questão judaica, o sionismo e a política do Estado de Israel, e por tudo o que diz respeito a seu país de adoção, os Estados Unidos. Ela desenvolve também uma reflexão sobre os conceitos políticos e as categorias a partir dos quais é possível apreender os fenômenos políticos.

Sua análise do político a conduz a questionar tanto a tradição da filosofia política quanto a das Ciências Sociais. Sobre a primeira, ela recrimina o domínio da “vida contemplativa” em detrimento da “vida ativa”, que leva a política a obedecer a categorias abstratas e imutáveis e a posiciona

no registro instrumental da fabricação, da instauração de uma teoria, incitando-a a concebê-la como dominação e alimentando o totalitarismo (Arendt, 1972 [1968]). Sobre as Ciências Sociais, recrimina sua visão científica que, como o que ocorre na filosofia política, distingue a *doxa* da *episteme*, privando, assim, os atores sociais da própria compreensão de suas ações. Ela lhes recrimina também sua tendência em transformar as ações humanas em processos cuja causalidade exprime a lógica (Arendt, 1991).

Seu pensamento é rico e complexo, e toma os acontecimentos do século XX como material de base ao procurar distinguir, neles, sua significação e ao avaliar as consequências sobre a possibilidade do político no mundo contemporâneo. A esse respeito, se o totalitarismo pôde impor-se como a antítese do político no mundo do século XX, a derrota do nazismo após a Segunda Guerra Mundial e a crise do stalinismo aberta após a morte de Stalin não significam necessariamente que o político se recomponha, mesmo se H. Arendt (2002 [1972]) encontra sinais dessa recomposição do político no movimento para os direitos civis ou em alguns aspectos dos movimentos estudantis do fim dos anos 1960, assim como na Revolução Húngara de 1956. Na modernidade, embora a promessa de liberdade seja bem real, muitas forças ameaçam a liberdade política; e a primeira delas seria a confusão entre o social e o político. Essa confusão explica o desenvolvimento das Ciências Sociais após a Segunda Guerra Mundial e seu papel na interpretação do mundo que nos envolve.

Essa confusão entre o político e o social parece-lhe liberticida por duas razões ligadas entre si. A primeira, a dominação do social transforma o político em governo cujo principal objetivo é a gestão das populações, segundo uma lógica de satisfação das necessidades. Instaura-se, assim, um aparelho de gestão que pode tanto assumir a forma do poder “prudente e tranquilo” de Tocqueville quanto a forma totalitária. Segue-se o desenvolvimento de uma lógica instrumental na política que a transforma em um “fazer” que não permite a emergência de um “agir”. Em seguida, em um tal sistema, os indivíduos são categorizados socialmente, reduzindo-se ao *que são* em vez de aparecerem mutuamente como *quem são*, na medida em que encontram-se reduzidos a suas atribuições identitárias e não aos projetos e valores que carregam em si.

Essa estrita limitação do social e do político encontra-se na origem do imenso desentendimento entre as feministas dos anos 1970 e o pensamento

de Hannah Arendt. Ao procurarem o discurso “sobre as mulheres” nos textos de H. Arendt e não o encontrarem, as feministas concluem, disso, como Adrienne Rich, que *A condição humana* constitui um “livro condescendente e manco (que) encarna a tragédia de uma mente de mulher reduzida à ideologia masculina” (1979, p.211-212), enquanto Mary O’Brien a descreve como uma adepta feminina da supremacia masculina (1987 [1981], p.9). Foi somente mais tarde que feministas observaram a questão de um outro ângulo e decidiram transformar, corroborando Bonnie Honig, a “questão das mulheres nos textos de Arendt” na “questão Arendt no feminismo” (Honig, 1995a, p.3). A diferença de tom entre os dois livros que Margaret Canovan dedicou a H. Arendt (1974; 1992) é sintomática de tal virada. Essa transformação já havia ocorrido no universo francófono quando Françoise Collin redigiu sua introdução do número dos *Cahiers du Grif* dedicado a H. Arendt da seguinte maneira:

Assim, Hannah Arendt nos guia em nossa reflexão sobre a democracia e sobre o feminismo como sintoma e interesse da democracia (...) porque o modo como a questão das mulheres é colocada impõe um deslocamento do pensamento e da ação. (Colin, 1986a, p.3)

Não podemos, contudo, deduzir disso que H. Arendt nunca abordou a questão das mulheres. Efetivamente, podemos lembrar três momentos nos quais essa questão está presente em sua obra. O primeiro é um relato do livro escrito em 1933 e publicado em francês no número dos *Cahiers du Grif* dedicado à H. Arendt, no qual ela vê claramente que a emancipação das mulheres pelo trabalho coloca-as em uma situação de dupla obrigação, onde seu trabalho é necessariamente mal pago porque elas assumem supostamente as tarefas domésticas sozinhas. Ela percebe ali os limites de um movimento das mulheres que não se dirige apenas a elas (Arendt, 1933, p.70-71).

Pouco depois de seu doutorado, ela começa seu trabalho de habilitação para o ensino com Rahel Varnhagen, trabalho interrompido pela chegada dos nazistas ao poder que o torna inútil, mas que ela retomará mais tarde nos Estados Unidos. A dupla dimensão de “mulher” e de “judia” na história de R. Varnhagen encontra-se, ali, constantemente emaranhada, mesmo se o componente judia é preponderante. Muito mais tarde, em um livro

cujos títulos parecem paradoxais, *Homens em tempos sombrios* (1968), por conter dois ensaios sobre mulheres, Isak Denisen e Rosa Luxemburgo, H. Arendt volta à questão da “pequena diferença” que constitui a feminilidade na vida de R. Luxemburgo e em sua relação com a social-democracia alemã sem, contudo, enfatizar esse aspecto. Françoise Collin (1999, p.183) vai, inclusive, afirmar que existe um subtexto em *A condição humana*, fundando-se nas experiências femininas ou ainda em observações referentes ao fato de que somente homens, ao falarem da limpeza dos estábulos de Augias, podem achar que ele é feito de uma vez por todas.

Quanto a B. Honig (1995b), ela sustenta que são as transformações internas do feminismo americano que se encontram na origem de uma reavaliação da potencial contribuição da reflexão arendtiana para uma análise feminista do tipo pós-moderno. Ao criticar o *standpoint feminism* que apaga as diferenças entre as mulheres em benefício de uma homogeneidade suposta da “condição” feminina, ela apoia-se em H. Arendt para traçar a linha de um feminismo agonístico que se elabora a partir de uma crítica das políticas identitárias, passando do constatativo (o “o que” de H. Arendt) para o performativo (o “quem”). É o que permite perceber diferenças entre as mulheres e destacar-se da ideia de irmandade, assim como preconizar um espaço político caracterizado mais pelo *agon* (afrontamento) do que pela busca de um consenso.

No final do presente exercício, parece-me, porém, mais frutífero lembrar um certo número de temáticas presentes nos textos de H. Arendt e que podem alimentar as reflexões feministas. Sem pretender ser exaustiva, identificarei em seus escritos três temáticas que explorarei mais tarde. A primeira concerne à questão da *natalidade* em sua dupla dimensão, de começo e de contingência. A segunda refere-se à figura do “pária” que, para H. Arendt, é comparada ao estatuto dos judeus no mundo europeu depois da Revolução Francesa, mas que pode revelar-se útil para compreender alguns dos interesses do feminismo e mais particularmente as armadilhas inerentes a uma integração das mulheres ao mundo patriarcal, como nos incita a lógica do *mainstreaming*. A terceira temática concerne ao lugar do identitário nos movimentos políticos de emancipação a partir da distinção que H. Arendt opera entre o privado e o público.

A natalidade: começar e compor

Enquanto uma boa parte da filosofia ocidental encena o “ser para a morte” e enfatiza o caráter “mortal” dos seres humanos, H. Arendt vê, ao contrário, a natalidade como sua principal característica. Esse princípio de natalidade comporta, segundo ela, duas dimensões principais. A primeira refere-se à faculdade de começar, de produzir algo novo. A segunda comporta uma relação a algo já dado, pois, tanto politicamente quanto empiricamente, nascer é compor com um mundo que “já está ali”, que podemos influenciar, mas não negar, porque isso representaria então renegar-se.

A noção de natalidade é, contudo, uma das mais ambíguas para H. Arendt. Em alguns textos, ela refere-se à natalidade sobre o modo quase natural da produção do ser vivo e a limita, então, ao espaço privado, enquanto em outros momentos de sua reflexão (Arendt, 1961 [1958], p.191), ela relaciona a vida biológica e a vida biográfica, aquela que pode ser contada e que possui uma certa exemplaridade (Ibid., p.247). Do mesmo modo, a natalidade pode ser ancorada em uma ordem privada dominada pela violência e pelas hierarquias, enquanto em outros momentos ela é fonte de pluralidade e de singularidade (Ibid., p.8-9 e p.178). Devido ao fato de nascermos em um mundo já constituído, devemos compor com esse mundo e, através de nossa inserção nele, modelarmo-nos em categorias preexistente ao nosso nascimento.

Através desse prisma, o dado pode ser percebido como pré-político quando ele nos constitui em “o que” somos, enquanto para H. Arendt, na esfera do político, deveria existir apenas “quem”. O dado trata as pessoas como exemplares de uma categoria intercambiável e impede o surgimento singular. Portanto, como H. Arendt reconhece no capítulo das *Origens do totalitarismo* que trata dos direitos do homem, o “o que” e o “quem” possuem alguma ligação, pois alguns “o que” podem constituir não somente uma limitação para aceder ao “quem” na medida em que eles e elas são imediatamente excluídos do político, mas o “o que” pode até condicionar nossa possibilidade de integrar o mundo dos seres vivos, já que ele pode fazer-nos cair no mundo dos seres supérfluos.

Se o dado não pode ser utilizado como fundação para a ação política, sua negação pode, contudo, trazer-lhe graves consequências. Nesse sentido,

H. Arendt concorda totalmente com o individualismo abstrato do liberalismo. O que explica que o dado não pode servir de fundação ao político é o fato de ele ser suscetível de introduzir um elemento de fabricação e de instrumentalidade, fazendo-o passar da liberdade à necessidade, dos direitos à necessidade. É o que emerge de sua comparação contrastada entre a Revolução Francesa e a Revolução Americana em *Sobre a revolução* (1963).

No primeiro caso, as necessidades, levadas pela extrema miséria de uma grande parte da população, invadiram o espaço político, misturando a fronteira entre o político e o social, reduzindo a liberdade à liberação e desaguando no Terror. No segundo caso, a liberdade pôde manifestar-se, mesmo se ao preço da exclusão dos autóctones, dos negros ou das mulheres do universo político, tema que H. Arendt pouco desenvolveu. Ela afirma, inclusive, que “desde (a Revolução Francesa) a paixão pela compaixão obcecou e motivou os melhores atores de todas as revoluções, e a única revolução na qual a compaixão não desempenhou nenhum papel na motivação dos atores foi a Revolução Americana” (Arendt, 1963, p.71, tradução de D. Lamoureux), e que se alguns, como Jefferson, sentiam um mal-estar diante da instituição da escravidão, “o crime originário sobre o qual se apoia o tecido social norte-americano (...) foi eles estarem convencidos da incompatibilidade da instituição da escravidão com a fundação da liberdade, e não porque eles estavam movidos pela piedade ou algum sentimento de solidariedade com outros seres humanos” (Id.). H. Arendt voltará brevemente sobre a questão negra em textos posteriores que tratam do movimento dos direitos civis, ao ressaltar que esse movimento “pela primeira vez, talvez, tenha forçado a nação a reconhecer a enormidade do crime, não somente da própria escravidão, mas da concepção que transforma o escravo em um bem móvel” (Arendt, 2002 [1972], p.83).

Parece-nos, porém, que podemos também associar a noção de natalidade à de singularidade que, para H. Arendt, constitui a condição da pluralidade. A singularidade não poderia submeter a noção de individualização. Ela recobre, ao contrário, a capacidade de fugir da categorização, percebida como um processo imposto do exterior e tributário da dominação, para emergir como um “quem” único podendo acrescentar-se a outros “quem” também únicos para agir em conformidade. Com a igualdade, a singularidade torna a ação política possível, ou seja, a interação humana pelo viés da palavra e da ação.

Como o ressalta Lisa Jane Disch (1994, p.41), H. Arendt opera uma redefinição da solidariedade que não se apoia nem em uma identidade compartilhada, nem em uma racionalidade abstrata, e funda uma ação coletiva ao renovar sua energia na pluralidade e não na unanimidade. Nessa óptica, é possível interpretar um dos paradoxos do movimento feminista que consiste em constituir um movimento coletivo de mulheres que permite a cada uma fugir da determinação categórica do que significa ser uma mulher em uma sociedade patriarcal (a “condição feminina”) para aceder a uma existência singular. Contudo, H. Arendt não enfatiza como aqueles e aquelas que não acedem imediatamente à singularidade podem atingir esse objetivo, ou seja, não enfatiza a dialética entre liberação e liberdade.

A experiência de um feminismo que busca liberar as mulheres da “condição feminina”, ao mesmo tempo que politiza os interesses que mantém essa “condição”, parece-me, então, poder ser lida sob o ângulo da noção arendtiana de *natalidade*. Trata-se de criar um contexto que permita às mulheres falarem e conversarem, em outras palavras, considerar outras mulheres como interlocutoras com as quais é possível elaborar um agir comum, uma ação coletiva cujo interesse não se reduza à liberação das mulheres, mas que as coloquem em cena como atrizes políticas e não como objetos das políticas públicas.

A figura da “pária”

É possível prosseguir essa reflexão voltando-nos para os textos que H. Arendt produziu sobre a questão judaica. O essencial desse trabalho foi publicado, em francês, em duas coleções de textos, *La Tradition cachée* [A tradição escondida, 1993 (1978)] e *Auschwitz et Jérusalem* (1991), assim como na primeira parte das *Origens do totalitarismo*. H. Arendt determina duas armadilhas que os judeus devem evitar se querem transformar-se em sujeitos políticos: por um lado, o papel de pária, e, por outro, o papel de novo-rico, ou seja, a assimilação pura e simples das sociedades ambientes. A promessa do sujeito político parece-lhe situar-se na postura do *pária consciente* pois sua consciência o conduz à rebelião.

Os paralelos entre “condição judia” e “condição feminina” no mundo moderno não são recentes, principalmente porque os dois grupos, “judeus”

e “mulheres”, foram, por diferentes razões, excluídos da emancipação moderna e tiveram acesso somente tardiamente aos direitos políticos, que os judeus obtiveram, contudo, muito mais rapidamente que as mulheres. O que os aproxima, é justamente sua “particularização” já que “(suas) experiências nunca lhes deram acesso a uma dignidade de ‘humanidade em geral’” (Varikas, 2007, p.108).

Não quero, porém, propor, aqui, uma análise do fértil terreno comum ao antifeminismo e ao antissemitismo. Abordarei, em vez disso, a questão das figuras do “pária”, do “novo-rico” e do “pária rebelde” e indicarei a utilidade potencial de algumas delas para uma reflexão feminista que dará continuidade ao que foi abordado na seção precedente sobre o que é “dado” e seu uso em política.

A figura do novo-rico prolonga a dos judeus da corte, ou seja, aqueles que escaparam ao grupo comum da população judia no mundo europeu antes do *Aufklärung* [esclarecimento]. Trata-se daqueles e daquelas que assimilam o mundo dominante, abandonando os outros judeus a seu “atraso” e que tentam apagar qualquer traço de judaísmo em seu comportamento. No caso dos novos-ricos, o “dado” é negado em benefício de um construtivismo radical que assume frequentemente (mas não necessariamente) a forma de uma conversão ao cristianismo ambiente. Mais ainda, a emancipação é individualizada, atualizando, assim, o comentário de Clermont-Tonnerre durante o debate de 1791 sobre a emancipação dos judeus na França, “tudo para os judeus como indivíduos, nada para os judeus como povo”. A questão judaica é, assim, resolvida individualmente e não politicamente, o que torna impossível qualquer problematização do antissemitismo e *a fortiori* qualquer luta contra ele.

O caso Dreyfus e mais tarde o antissemitismo nazista constituem bons exemplos dessa vulnerabilidade. Pois, em relação aos antissemitas, os judeus novos-ricos representam um perigo ainda maior do que aqueles e aquelas do gueto, na medida em que eles passam despercebidos e podem, assim, “perverter” com mais eficácia o caráter nacional. Sua vulnerabilidade deve-se ao fato de seus inimigos poderem sempre levá-los a uma forma de judaísmo que seria inédita, apesar de dissimulada, mas que eles próprios negaram parcialmente, o que os impede de recorrer à solidariedade comunitária. É o que leva H. Arendt a afirmar que “para cada nobre ou multimilionário judeu subsistem ainda marcas do antigo pária

que não tem país, para quem os direitos humanos não existem e quem a sociedade privará com alegria de seus privilégios” (Arendt, 1951, p.117). A atitude dos párias é manter-se à distância, procurando no calor da comunidade o que lhe seria negado na sociedade. O que eles e elas perdem em inserção, eles e elas ganham em solidariedade, desenvolvendo uma cultura do semelhante e um sentimento de pertença. Assim, os traços judeus são valorizados e a exclusão quase reivindicada.

Por essa razão, os párias representam sempre, em uma sociedade fundada nos privilégios, o orgulho do nascimento, a arrogância da posição social, o que é propriamente humano, a humanidade em sua natureza própria, o que enobrece o homem em sua universalidade. (Arendt, 1958b, p.258)

Esses dois polos da resposta à exclusão representam, para H. Arendt, duas facetas da antipolítica. No primeiro caso, deve-se ignorar a persistência do antissemitismo. No segundo, deve-se situar-se voluntariamente à margem e condenar-se à impotência ou designar-se como vítima potencial. Diante desses dois polos antipolíticos, H. Arendt valoriza a figura do pária consciente, cujo exemplo arquetípico parece-lhe ser Bernard Lazare quando ele ataca o antissemitismo como ideologia política. O pária consciente “devia tornar-se um rebelde e fazer-se o defensor de um povo oprimido lutando para conquistar sua liberdade” (Arendt, 1978, p.194).

Podemos, com bastante facilidade passar do “judeu” à “mulher” nesse registro, mesmo se adotarmos a cautela preconizada por Martine Leibovici e Eleni Varikas (2003, p.6) referente à “necessidade de nunca achatar algumas dessas experiências sobre outras para fundi-las em uma forma única”. As novas-ricas seriam aquelas que “obtiveram sucesso”, lutadoras, aquelas que ultrapassaram a corrida de obstáculos e os diversos telhados de vidro de nossas sociedades patriarcais. Elas são, hoje, donas de empresas, ministras, responsáveis diversas, demonstrando que “se queremos, podemos”, geralmente dispostas a serem usadas como álibis e hesitantes em definiem-se como mulheres, caucionam a ideia do pós-feminismo. Parece-nos significativo que a própria H. Arendt quase tenha recusado um convite de Princeton em 1959. A administração universitária havia feito tamanha propaganda desse convite, apresentando-a como a primeira mulher convidada como professora titular, a ponto de ela não querer desempenhar o papel de

mulher álbi (Young-Bruehl, 1982, p.272). Quanto às párias, seriam aquelas que se conformariam ao papel subalterno de mulheres, ou ainda que se escondem no calor desse novo gineceu que seria o mundo da irmandade.

As feministas seriam, por sua vez, as “párias conscientes”, as rebeldes que procuram desvendar as diversas instâncias da sociedade (hetero) sexista e combater as diversas manifestações do patriarcado. Aquelas que são conscientes de que a liberação não pode ser puramente individual e comporta necessariamente uma dimensão coletiva, mesmo se o objetivo desse movimento coletivo é produzir indivíduos que não sejam mais estigmatizados por seu gênero. Para obter essa liberdade, a igualdade entre mulheres e os homens não é suficiente. É necessário repensar o conjunto da organização social – e mais particularmente a articulação entre a esfera privada e a esfera pública da existência humana – para que o dado da sexualidade e seu caráter necessariamente binário, ditado pelo imperativo heterossexual, possam misturar-se.

O privado, o público e o social

O principal terreno de desacordo entre H. Arendt e a maioria das feministas parece ser a estrita separação que a primeira introduz entre o privado e o público, por um lado, e entre o social e o público, por outro (Pitkin, 1998). Para compreender a extensão dessa questão, é importante primeiramente ver como H. Arendt a trabalha e avaliar, em seguida, em que condições uma análise feminista pode distinguir-se dessas distinções para mexer com elas de um modo com certeza infiel ao texto arendtiano, mas não necessariamente a seu espírito.

H. Arendt entende o espaço privado de acordo com duas modalidades. A primeira é a da privação e da necessidade. O espaço privado é o espaço dominado pela manutenção do ser vivo, no qual os indivíduos não podem existir singularmente, pois eles e elas são, todos, submetidos a esse imperativo de manutenção da vida e onde as necessidades prevalecem. Aqueles e aquelas (os escravos, as mulheres e as crianças no mundo grego clássico são usados como exemplo para H. Arendt) que são, ali, confinados são, assim, privados de aparição pública, e permanecem, de um certo modo, presos ao caráter trabalhador das tarefas as quais eles e elas dedicam-se. A segunda

modalidade é mais tributária da escolha e da intimidade que se criam nos laços amigáveis ou amorosos. Esses laços, para satisfazerem-se, devem fugir do alcance da esfera pública. Nesse sentido, o privado depende do exclusivo, mas também da escolha consciente para subtrair alguns aspectos de nossa existência do espaço político. Essa esfera da intimidade é avaliada muito mais positivamente por H. Arendt, em especial nos regimes totalitários, pois ela permite subtrair-se do controle totalizante do poder.

A oposição público/privado que ela tematiza é essencialmente a oposição entre o *oikos* e a *polis* na Grécia clássica. Nessa lógica, a primeira é a da necessidade e a segunda a da liberdade, a primeira a da desigualdade no estatuto (senhor/escravo, esposo/esposa, pai/filho), enquanto a segunda é a da igualdade percebida como o fundo sobre o qual a distinção pode construir-se. É somente na *polis* que pode aparecer os “quem” singulares suscetíveis de engajarem-se na construção de um mundo comum. Mas, como ressalta H. Arendt, a noção de público tem duas significações: a “publicidade” (Arendt, 1961 [1958], p.60), ou seja, o fato de acontecer em público e ser aberta a todos os iguais, e o que é comum a todos (em oposição ao que nos pertence especificamente). Nessa perspectiva, “o mundo comum reúne-nos, mas também nos impede, de certo modo, de cairmos uns em cima dos outros” (Ibid., p.63).

As sociedades modernas ocidentais substituíram parcialmente essa dualidade privado/público pela dualidade social/público. O social, que H. Arendt abomina, corresponde à saída da economia da esfera privada, devido ao caráter social da produção de massa da época industrial. Essa exibição pública da produção econômica, através do mercado, tem três importantes consequências. Primeiro, ela transforma a fabricação do mundo, que dependia da competência dos artesãos, no processo vital destinado à obsolescência, criando ao mesmo tempo uma instabilidade do mundo que nos envolve e uma transformação do trabalho que tende a reduzir-se em labor, já que a competência e a criatividade são substituídas pela divisão do trabalho. Em seguida, a lógica mercantil invade todas as esferas da atividade humana, o que se confirma ainda mais em nossa era (*neo*)liberal, transformando as sociedades em vastos organismos de produção e de consumo e tornando difícil a permanência de um espaço político de aparição e de debate, pois este deve fugir tanto da lógica instrumental da fabricação quanto daquela, metabólica, do labor, apesar de numerosas

dessas sociedades modernas serem democracias liberais. O político torna-se, nessas condições, o governo ou a governança e a relação de liberdade que existia entre os homens (no sentido masculino do termo, pois H. Arendt fala aqui de “*men*”) é substituída pela gestão das populações e a dominação, parcial ou total. Enfim, a absorção do político pelo social acompanha-se de uma transformação das classes em massas, transformação que possibilita a permanência de um espaço entre as pessoas (um *inter-esse*), o que abre a porta ao Um totalitário, pois a pluralidade não encontra mais terreno onde manifestar-se e renovar-se.

Podemos compreender com alguma facilidade o que é suscetível de chocar feministas nesse aspecto da análise de H. Arendt, principalmente quando elas contentam-se com uma interpretação literal do *slogan* “o pessoal é político”. Mas, ao mesmo tempo, as distinções arendtianas podem revelar-se frutíferas em uma perspectiva feminista. Vou fornecer, aqui, algumas indicações que nasceram do pensar com Arendt, porém *contra* Arendt.

Primeiramente, existe uma diferença entre dizer “eu abortei” em um desses múltiplos programas de “celebridades” e proclamar publicamente com 343 “vagabundas”¹ não somente “eu abortei”, mas também pedir que a lei que regulamentava o aborto seja modificada a fim de conceder a todas a liberdade de abortar. Se no primeiro caso, existe efetivamente exibição do íntimo, no segundo há uma negociação política em dois níveis. Por um lado, a criação de um espaço coletivo no qual cada uma assume de maneira singular sua postura ao mesmo tempo que age em conjunto com outras. Por outro lado, há o questionamento sobre o justo e o injusto em nossas sociedades, tomando o risco da ilegalidade em benefício de uma nova compreensão da legitimidade, interrogação eminentemente política.

Em seguida, a concepção que H. Arendt desenvolve do espaço privado constitui uma extrapolação da experiência daqueles que podem fazer o vaivém entre espaço privado e espaço público. Para estes, efetivamente, o espaço privado pode ser um lugar de repouso, o descanso do guerreiro, um lugar em que se recuperam as energias e no qual não é essencial provar

a coragem necessária à aparição pública, um oásis que se deve proteger da invasão da esfera pública. Mas o que ocorre para aqueles e aquelas que ocupam uma posição subalterna nesse espaço privado? Sua possibilidade de acesso ao espaço público não passaria pela possibilidade de elucidar as relações de dominação que prevalecem na esfera privada e que os privam do espaço público? Parece-me que é assim que devemos interpretar as denúncias feministas da violência doméstica, do estupro conjugal ou da não partilha das tarefas domésticas. Essa escolha em politizar alguns aspectos da vida privada não significa absolutamente que tudo deva tornar-se político, mas sim que a fronteira entre as duas esferas faz parte do debate político e não está dado definitivamente. Podemos encontrar, nele, uma certa concordância com as páginas que H. Arendt dedica ao movimento operário, pois “quando ele surgiu em público, o movimento operário era a única organização na qual os homens agiam e pensavam como homens, e não como membros da sociedade” (1961 [1958], p.245-246), mesmo se sua integração subsequente à sociedade burguesa os fez perderem esse aspecto.

Enfim, seria enganar-se profundamente sobre o caráter rebelde da ação feminista reduzi-la ao surgimento das necessidades, e conseqüentemente do social, na esfera pública. Com certeza, o modo de gestão estatal sobre as reivindicações feministas é o das necessidades diante das quais produzimos políticas públicas. Mas existe também, no feminismo, uma demanda de direitos que está certamente ligada às necessidades mas que, como no caso do aborto, comporta uma dinâmica de liberação e de equidade. Uma dinâmica que não poderia reduzir-se ao fato de encarregar-se das necessidades, mas exige uma nova partilha do social, um outro modo de constituição do universal que não seja fundado na exclusão e na dominação mas, ao contrário, na inclusão e na igualdade.

Conclusão

Se é possível, em uma perspectiva feminista, reivindicarmos alguns aspectos do pensamento de H. Arendt, seria mais pelo ideal político que ela enfatiza e menos pelo que ela escreve sobre as mulheres, “pois Arendt esclarece exatamente a fratura ou a virada que o pensamento político vivenciou no momento em que as ideologias mobilizadoras dos grandes movimentos

1 Referência ao Manifesto das 343, declaração coletiva assinada em 1971 em que 343 mulheres – entre elas, Simone de Beauvoir – admitiam ter feito aborto. A mobilização foi o estopim para a descriminalização do aborto na França. (N. E.)

sociais revelavam seu déficit” (Collin, 1986a, p.5). Uma política que resiste à unanimidade e ao conformismo e que reivindica um engajamento pessoal em benefício da justiça e da liberdade. Com certeza, o feminismo diz respeito primeiro às mulheres, mas ele não concerne somente a elas na medida em que levanta questões ligadas ao universalismo e ao particularismo. Ele permitiu inscrever um certo número de questões referentes prioritariamente às mulheres na ação política, ao mesmo tempo que constitui um espaço de interlocução e de ação entre mulheres. A esse respeito, ele tornou evidente a estrutura androcêntrica do poder e da organização social. Um tal feminismo situa-se fora do registro das políticas identitárias e contribui com a emergência de uma pluralidade que resulta tanto da diversificação dos femininos que dos masculinos, o que induz a um embaralhamento da noção de uma humanidade composta por homens e mulheres e oferece às mulheres a possibilidade de uma inclusão que não passa pela negação de uma parte de si.

Referências bibliográficas

- ARENDT, H. Le problème de la femme dans le monde contemporain. *Les Cahiers du Grif*, Bruxelas, n.33, 1986, p.69-72.
- . *The Origins of Totalitarianism*. Nova York: Harcourt/Brace, 1951. Tradução francesa: *Les Origines du totalitarisme. Eichmann à Jérusalem*. Paris: Gallimard, 2002. [Ed. Bras.: *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.]
- . *The Human Condition*. Chicago: Chicago University Press, 1961 (1958). [Ed. Franc.: *Condition de l'homme moderne*. Paris: Calmann-Lévy, 1983.] [Ed. Bras.: *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.]
- . *Rahel Varnhagen. The Life of a Jewess*. Londres: East and West Library, 1958b. [Ed. Franc.: *La Vie d'une juive allemande à l'époque du romantisme*. Paris: Tierce, 1986.] [Ed. Bras.: *Rahel Varnhagen: a vida de uma judia alemã na época do romantismo*. Trad. A. Trânsito e G. Kludash. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.]
- . *On Revolution*. Nova York: Viking Press, 1963. [Ed. Franc.: *Essai sur la révolution*. Paris: Gallimard, 1967.] [Ed. Bras.: *Sobre a revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.]
- . *Men in Dark Times*. Nova York: Harcourt, Brace and World, 1968. [Ed. Bras.: *Homens em tempos sombrios*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.]
- . *Crisis of the Republic*. Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1972. [Ed. Franc.: *Du mensonge à la violence*. Paris: Pocket Agora, 2002.] [Ed. Bras.: *Crise da República*. Trad. Jose Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 1999.]

- ARENDT, H. *Between Past and Future*. Nova York: Viking Press, 1972 (1968). Tradução francesa: *La Tradition et l'âge moderne*. In: *La Crise de la culture*. Paris: Gallimard, 2002.
- . *The Life of Mind*. Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1978. [Ed. Bras.: *A vida do espírito*. Trad. A. Abranches, C. A. Almeida, H. Martins. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.]
- . *The Jew as Pariah*. Nova York: Grove Press, 1978. [Ed. Franc.: *La Tradition cachée: le juif comme paria*. Paris: Christian Bourgois, 1993.]
- . *Auschwitz et Jérusalem*. Paris: Tierce, 1991.
- CANOVAN, M. *The Political Thought of Hannah Arendt*. Londres: Methuen, 1974.
- . *Hannah Arendt. A Reinterpretation of her Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- COLLIN, F. Introduction. *Les Cahiers du Grif*, Bruxelas, n.33, 1986, p.5-7.
- . *L'Homme est-il devenu superflu?* Paris: Odile Jacob, 1999.
- DISCH, L. J. *Hannah Arendt and the Limits of Philosophy*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.
- HONIG, B. Introduction. In: HONIG, H. (dir.). *Feminist Interpretations of Hannah Arendt*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1995a.
- . Towards an Agonistic Feminism: Hannah Arendt and the Politics of Identity. In: HONIG, B. (dir.). *Feminist Interpretations of Hannah Arendt*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1995b.
- LEIBOVICI, M.; VARIKAS, E. Présentation. In: ———. *Le paria. Une figure de la modernité. Tumultes*, Paris, n.21-22, 2003.
- O'BRIEN, M. *The Politics of Reproduction*. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1981. [Ed. Franc.: *La Dialectique de la reproduction*. Montreal: Remue-ménage, 1987.]
- PITKIN, H. *The Attack of the Blob. Hannah Arendt's Concept of the Social*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- RICH, A. *On Lies, Secrets and Silence. Selected Prose 1966-1978*. Nova York: Norton, 1979.
- VARIKAS, E. *Les Rebutés du monde. Figures du paria*. Paris: Stock, 2007. [Ed. Bras.: *A escória do mundo. Figuras do pária*. São Paulo: Editora Unesp, no prelo.]
- YOUNG-BRUEHL, E. *Hannah Arendt: For Love of the World*. New Haven: Yale University Press, 1982.

MICHEL FOUCAULT PARA PENSAR O GÊNERO: SUJEITO E PODER

*Michèle Riot-Sarcey*¹

Os trabalhos de Michel Foucault, contemporâneos dos movimentos feministas, influenciaram consideravelmente as teóricas do gênero. E para tanto, o trabalho do “historiador do pensamento”, como ele se autodefine, não possui precisamente a relação de dominação entre homens e mulheres como objeto. Contudo, a área pela qual M. Foucault interessa-se, suas análises políticas da modernidade, seu olhar sobre os dispositivos de poderes, afastados das ideologias, abriram um caminho crítico que numerosas pesquisadoras usaram para trabalhar os conceitos foucaultianos.

Sujeito/poder

O essencial da reflexão de M. Foucault consiste em “produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano” (Foucault, 1984b, p.297) em um ambiente marcado pelas relações de poder entre os indivíduos e pelos coletivos institucionais ou não institucionais. Toda a dificuldade – e a invenção – do trabalho de M. Foucault encontra-se nessa ideia de subjetivação. O sujeito é apreendido em uma interação constante com a sociedade. “A constituição de um sujeito não é dada definitivamente.

¹ Este artigo, redigido para a presente coleção e respondendo à interpretação analítica comum que propusemos, será publicado, conforme o desejo de sua autora, simultaneamente em uma outra obra que ela dirige. (N.O.)

Não é a partir dele que a verdade chega à história”; o sujeito “é, a cada instante, fundado e refundado pela história” (Foucault, 1994, p.540). Não existe, efetivamente, sujeito neutro. Sabemos, com François Guizot e, mais ainda, com Karl Marx, que a história é uma sucessão de relações de forças. M. Foucault, atento às diversas formas de alienação e de servidão, preocupa-se em distinguir o modo como se perpetuam os diferentes dispositivos de hierarquia social. Ele procura, através de sua análise das relações de poder, decifrar um sistema de relações, para além dos laços estabelecidos entre o Estado e a sociedade. Em seu ponto de vista, o poder é um mundo de ação que se exerce sobre os indivíduos.

Existe um conjunto de ações sobre as ações possíveis: ele opera sobre as possibilidades nas quais se inscreve o comportamento de sujeitos atuantes. Ele incita, ele induz, ele contorna, ele facilita ou dificulta, ele amplia ou limita, ele torna mais ou menos provável. Ele pode até obrigar ou impedir totalmente, mas ele é sempre um modo de agir em um ou em vários sujeitos atuantes, e isso enquanto estiverem em condições de agir ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (Foucault, 1984b, p.313).

Ao deslocar o olhar para as práticas de poder, longe do empirismo das ciências humanas, M. Foucault atualiza, não a liberdade do sujeito soberano, mas os “modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos” (Ibid., p.297). Sujeitos ao mesmo tempo submissos ao outro e lutando para uma nova subjetividade.

Identidade/gênero

Se, no modo de pensar de M. Foucault, as identidades e os papéis sociais são classificados dentre as formações históricas, a construção da diferença dos sexos não aparece como dispositivo específico da ordem social. Sujeito e poder formam, contudo, o díptico essencial de sua análise. Desde a *Arqueologia do saber* (1969) até *O cuidado de si* (1984a): eles foram objetos privilegiados para a compreensão da vida dos homens cuja maioria das ações se desenrola “entre relações de poder e estratégias de afrontamento” (1984b, p.319).

O gênero permanece, porém, um conceito estranho às análises de M. Foucault. Estranho no campo das diferenças, mas estranhamente próximo

da problemática aberta pelo uso do conceito. Efetivamente, se consideramos o gênero como uma ferramenta conceitual através da qual é possível pensar as formas de poder que se exercem no modo de ser das mulheres, o laço manifesta-se patente. Principalmente porque o conceito ajuda a “desconstruir” a hierarquia social da qual um dos suportes se apoia nas identidades historicamente construídas (feminino/masculino) que engendra [attacher] os indivíduos, mais frequentemente no duplo sentido do termo.

O mundo moderno pelo qual M. Foucault interessa-se caracteriza-se, primeiramente, por regras penosas que se exercem sobre os indivíduos “livres”. O paradoxo aparente torna-se inteligível à luz da historicidade de uma contradição constitutiva das “democracias” contemporâneas. Depois da Revolução de 1789, poucos regimes foram capazes de questionar os princípios (liberdade, igualdade) que se tornaram a referência do mundo moderno.

Ora, a maioria dos governos confronta-se com a desigualdade social cuja existência eles perpetuam através da construção das diferenças ditas naturais. Cada indivíduo é convidado a respeitar a identidade que o designa atribuindo-lhe funções que comandam a ordem social. Assim constituída, a sociedade pode, então, conciliar a igualdade dos princípios com uma desigualdade concreta. Por essa razão, a eficácia do sistema se apoia, não na contrariedade, mas no livre consentimento dos indivíduos que se introduzem no envelope identitário que lhes é imposto. O dispositivo “classifica os indivíduos em categorias, designa-os por sua própria individualidade, amarrando-os em sua identidade, impondo-lhes uma lei de verdade que eles devem conhecer e que os outros devem reconhecer nele”. Para M. Foucault, “é uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos”, que se encontram, simultaneamente, submetidos ao outro e “amarrados a sua própria identidade” (Ibid., p.302-303).

O grande mérito de M. Foucault foi ter esclarecido precisamente os modos de submissão dos indivíduos a regras de funcionamento que, ao mesmo tempo, os ultrapassam e os limitam. Efetivamente, durante muito tempo, a lucidez de alguns se chocou ao muro do silêncio e da incompreensão. Sua resistência não podia ser percebida porque a situação e as pessoas pareciam como apropriadas às leis da “natureza”, em harmonia com as tradições, respeitosas da cultura e em adequação com as mentalidades. A distância entre as palavras e as coisas era evidente quando a natureza era evocada para justificar a hierarquia entre os seres humanos. A referência

à determinação natural é ainda mais eficaz pelo fato de substituir-se, em nossa modernidade, à lei divina. Uma visão singular do universal revela-se através de um uso reservado dos privilégios da liberdade, do qual são afastadas as categorias inferiorizadas, as mulheres em particular.

Como não aproximar os dizeres de M. Foucault sobre o processo de identificação dos indivíduos do modo de ver de Flora Tristan que, em sua época, deplora a “lógica” de seus contemporâneos:

Não conheço nada de tão poderoso quanto a lógica forçada, inevitável, que desenrola-se de um princípio instaurado ou da hipótese que o representa. – A inferioridade da mulher proclamada e estabelecida como princípio, vejamos que consequências desastrosas resultam disso para o bem universal de todos e de todas na humanidade. (Tristan, 1842, p.191)

Enunciado/discurso

Além da soberania da lei, M. Foucault apreendeu as estratégias do poder atuantes no centro das instituições cuja utilidade pública impõe-se incontestavelmente: da escola ao hospital, da prisão ao confessionário. Tentando distinguir a raridade dos enunciados para fazer surgir a “instância do acontecimento anunciativo” (Foucault, 1969, p.41), os indivíduos, sob controle, inclinam-se aos imperativos disciplinares conformando-se conscientemente ou não, a um modo de ser, sem, portanto, submeterem-se à ordem social em vigor. M. Foucault descobre a “vontade da verdade como prodigiosa maquinaria destinada a excluir” (Foucault, 1971, p.22). Ele atinge a obra de um poder através das práticas discursivas e as ações concretas, precisamente a partir do princípio de verdade que se enuncia. “Todo sistema de educação (por exemplo) é um modo político de manutenção ou de modificação da apropriação dos discursos com os saberes e os poderes que eles levam consigo” (Ibid., p.46).

Os enunciados performativos transmitem-se naturalmente, como uma herança, aos indivíduos que se apropriam dos mesmos, no melhor de suas capacidades. Eles impõem-se a todos e a cada um logicamente, e mais ninguém se preocupa em questioná-los. De tanto serem ditos e repetidos, a injunção, o princípio, a função, o papel tornam-se realidades em

si. Referimo-nos ao “dizem”. Retomado, transmitido pelos atores mais diversos, ele torna-se a verdade do momento. Por isso, cada um contribui com a construção do *verdadeiro social*. Essa verdade, segundo M. Foucault, tem como resultado uma relação de forças cujo centro não é o Estado, mas a associação de uma competência em atos no cotidiano das famílias e nas instituições: um poder que se exerce em todos os níveis, em interação com as formas de poder que emanam das autoridades. O poder suscita, combina, guia e, acima de tudo, exerce-se antes de possuir-se. Ele produz realidade e afirma-se somente ao efetuar-se, declara M. Foucault. O poder, percebido dessa forma, afeta o comportamento dos indivíduos.

Dominação/representação

Esse novo campo epistemológico foi amplamente explorado pelas pesquisadoras feministas para decifrar as relações de dominação entre homens e mulheres. A contribuição de M. Foucault aos estudos de gênero foi ter proposto uma visão das relações sociais cuja finalidade fugia às ciências humanas. O movimento contínuo e conflituoso no qual o poder e a resistência emaranham-se era acessível às ditas ciências somente através das representações que ocultavam as construções identitárias. Ora, os comportamentos individuais são apenas os efeitos dessas construções. M. Foucault, ao dirigir sua atenção às condições de possibilidade das formações contemporâneas da modernidade, interessou-se não somente pelos comportamentos humanos, mas também pelo sistema que os comanda, pelo funcionamento do “homem vivo”. Pelo seu ponto de vista:

A representação não é simplesmente um objeto para as ciências humanas, ela é a própria área das ciências humanas, em toda a sua extensão (...) diremos, então, que a ciência humana existe (...) em todos os lugares onde a análise, na dimensão específica do inconsciente, das normas, das regras, dos conjuntos significantes que desvendam à consciência as condições de suas formas e de seus conteúdos. Falar de ciências do homem em qualquer outro caso, é pura e simplesmente um termo inapropriado. (Foucault, 1966, p.376)

Em outras palavras, M. Foucault pôde desvendar o “império do significante” que recobria tradicionalmente as práticas reais de poderes. Ora, o significante impôs-se às interpretações dos pesquisadores em ciências humanas. Sob sua sombra, o processo de produção dos papéis, funções e outras identidades, permanecia invisível. Por exemplo, se transpomos à família o que *Vigiar e punir* (1975) pôde revelar sobre a prisão – verdadeira tecnologia através da qual a palavra remete, não a seu conteúdo, o prisioneiro, mas ao delinquente –, o conceito de família, aparentemente neutro, recobriu durante muito tempo a função materna no centro da qual se encerrou a mulher, indivíduo que se anula em benefício da mãe. Mãe e mulher designam a mesma pessoa em fusão na mesma função familiar, ao ponto de as organizações que protegem a mãe estarem convencidas de sustentar a mulher em seus direitos. Assim, as historiadoras, dando continuidade a diferentes organizações de defesa dos interesses das famílias que, na história recente, haviam-se manifestado – das organizações cristãs ao Partido Comunista –, acreditaram falar das mulheres ao descreverem o destino das mães, sem nunca questionar a submissão da mulher ao espaço doméstico.

Além do fato de as representações terem sido muito frequentemente confundidas com uma realidade natural ou remetidas a um fenômeno de *habitus*, M. Foucault demonstrou os limites de uma análise de um direito ou, melhor ainda, a partir da aspiração à liberdade do cidadão soberano. Ora, a lei que com frequência concilia-se, como sabemos, com as ilegalidades, é uma representação jurídica supostamente do poder: ela esconde as relações de força, as estratégias, os agenciamentos diversos que obrigam os indivíduos a se conformarem com regras sociais. O exemplo da lei sobre a paridade é eloquente a esse respeito.

Desde 1946, a Constituição francesa inscreveu a igualdade de direito no mármore dos princípios. Uma segunda lei foi então julgada necessária para a aplicação do direito. Ora, seus efeitos na realidade política são ainda muito distantes do que foi enunciado pela lei! A soberania do cidadão livre acompanha-se de disciplina, de tecnologias que contribuem com a estruturação das relações sociais. Nesse sentido, M. Foucault ofereceu uma perspectiva que a pesquisa feminista acompanhou abundantemente. Ao trabalhar, por exemplo, sobre as representações do feminino, da maternidade, da sexualidade, consideradas, até então, como dados da história, as pesquisadoras analisaram o processo histórico das construções identitárias

e interpretaram as práticas de poder que resultaram disso. A história tem vários exemplos de formações, de agenciamentos, de organizações de relações sociais sem uma ligação direta com a legislação. Fora da lei, com efeito, diferentes dispositivos constantemente renovados atribuem papéis sociais subalternos aos grupos minorados cuja efetividade é frequentemente anulada pela manifestação, em um mesmo movimento, dos discursos normativos que os valorizam. Desse ponto de vista, as mulheres foram ao mesmo tempo objetos idolatrados e sujeitos submissos.

Soberania/gênero

A análise de M. Foucault, em ruptura com a tradição historicista e progressista, não se preocupa em acompanhar a evolução lenta do acesso à soberania cidadã, mas esforça-se em compreender como os homens “governam” outros homens, inclusive no espaço público democrático que supunha-se ser o espaço onde exerce-se a soberania do povo. O conceito do gênero permitiu colocar a mesma questão do ponto de vista do governo das “mulheres” por “homens”. Foi, inclusive, assim que o livro *L'Histoire des femmes en Occident* [A história das mulheres no Ocidente] foi introduzido por Michelle Perrot e Georges Duby: “No primeiro plano de suas preocupações, ela situa o *Gender*, ou seja, as relações entre os sexos, não como se estivessem inscritos na eternidade de uma natureza que não se pode encontrar, mas como produtos de uma construção social que deve ser desconstruída” (Duby e Perrot, 1991, v.1).

Todos os comentadores concordam em afirmar que “a leitura de Foucault teve efeitos teóricos decisivos”. Geoff Elley foi um deles:

Ela reorientou fundamentalmente a concepção do poder, ao dissociá-la das concepções tradicionais do governo e do Estado que privilegiam as instituições, assim como concepções sociológicas similares que dizem respeito à dominação de classe, em benefício de uma concepção dispersa e descentrada do poder e de sua “microfísica”. (Elley, 1992, p.171)

Constatamos que a marca de M. Foucault perdura nos estudos de gênero norte-americanos, enquanto sua herança diminui progressivamente

na França. Devido, sem dúvida, a um uso tardio do conceito de gênero na França, paradoxalmente, o conhecimento de M. Foucault passa pela interpretação de pesquisadoras como Judith Butler, a que beneficia, hoje, um vasto público graças às excelentes traduções que a fizeram tornar-se conhecida além do mundo universitário. Impossível citar todos os trabalhos nos quais a influência de M. Foucault desempenhou um papel, tanto pelo uso de conceitos como pelo método de análise. Limitando-me às traduções francesas mais importantes, peguemos o artigo de Joan W. Scott, abundantemente citado, "Gênero, uma categoria útil na análise histórica":

Precisamos substituir a noção de um poder social unificado, coerente e centralizado por algo que seja próximo do conceito de M. Foucault de poder, apreendido como constelações dispersas de relações desiguais, constituídas por um discurso nos "campos de forças" sociais (...). O gênero é um primeiro modo de significar relações de poder. (Scott, 1988, p.140-143)

J. W. Scott, de fato, popularizou a referência de M. Foucault entre as historiadoras europeias, em particular com sua obra: *La citoyenne paradoxale* [A cidadã paradoxal]. No prefácio da edição francesa, sempre se referindo aos conceitos de M. Foucault, ela escreve:

No que diz respeito ao "gênero", pretendo reportar-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não refere-se simplesmente às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, como aos rituais, a tudo o que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo (...) O gênero é a organização social da diferença sexual. (Scott, 1988, p.15)

Mas foi sem dúvida Judith Butler que, melhor que ninguém, inspirou-se no método do filósofo de quem ela teria, contudo, tirado a historicidade do seu pensamento.

Em que medida as práticas reguladoras de formação e de divisão do gênero constituem a identidade, a coerência interna do sujeito e até mesmo a identidade da pessoa? Em que medida a identidade é um ideal normativo e não um fato descritivo da experiência? E como as práticas reguladoras que governam o

gênero, governariam, também, a inteligibilidade cultural das noções de identidade? (Butler, 2005, p.84)

O diálogo prossegue em sua obra sobre o relato de si: "A questão de Foucault continua sendo quem eu poderia ser, levando-se em conta o regime de verdade que determina minha ontologia? Contudo ele não coloca a pergunta específica: quem é você?" (Butler, 2007, p.25). Em outras palavras, Judith Butler tenta ultrapassar os limites de um determinismo ontológico social sobre o qual se teria encerrado o pensamento crítico de M. Foucault. E a questão permanece colocada: em função da visão normativa do mundo, como conhecer-se a si mesmo sem o reconhecimento do outro? Além do questionamento, as ferramentas da análise descritiva subsistem e são úteis à causa crítica do gênero: do *dispositivo* ao *sistema*, das *estratégias à tecnologia*.

Sexualidade/gênero

A pesquisa feminista parece ter amplamente privilegiado seu livro *História da sexualidade* em detrimento de uma reflexão que a *Arqueologia do saber* ou *As palavras e as coisas* poderiam ter inspirado. É verdade que as mudanças introduzidas pelos movimentos feministas dos anos 1970 conduziam espontaneamente ao exame dos trabalhos sobre a sexualidade, levando-se em conta os interesses do momento. O controle do corpo, a atenção dada a si mesmo, eram, de algum modo, o caminho para uma liberação, inédita até então. O próprio M. Foucault ressalta a contribuição e a novidade do feminismo nas lutas relativas à reapropriação do corpo: "Parece-me perfeitamente normal que no movimento político que tende à recuperação do corpo, encontremos movimentos para a liberação da mulher, assim como para a homossexualidade, masculina ou feminina" (1974, p.537). Citando apenas um exemplo, Teresa de Lauretis interessa-se pela tecnologia do gênero.

Pensar o gênero como tecnologia do sexo, inspirando-se na teoria da sexualidade de Michel Foucault e colocar a proposta que o gênero, como representação e autorrepresentação, é também o produto de tecnologias sociais variadas como o cinema e os discursos institucionalizados, as epistemologias e as práticas críticas, assim como as práticas da vida cotidiana, podem constituir um ponto de partida (De Lauretis, 2007, p.40).

A reflexão conduz a um conjunto de análises em torno das novas técnicas para maximizar a vida, “essas técnicas implicavam a elaboração de discurso (encontramos a mesma definição do discurso retomada por J. W. Scott) referente à sexualização das crianças, do corpo feminino, da procriação...” (Ibid., p. 63).²

O interesse recorrente levado ao que se conveio chamar de “o segundo Foucault” é ligado à preocupação contemporânea da emergência de novas subjetividades. Mas o foco na questão do corpo e da sexualidade sem dúvida contribuiu em contornar a questão política da experiência individual, sempre apreendida, segundo M. Foucault, nas relações de poder. Nesse sentido, é difícil conceber uma distância entre resistência e poder, apenas o *cuidado consigo mesmo* permite resistir aos códigos e a outras regras que envolvem o sujeito. A luta pela subjetividade passa primeiramente pela apropriação de sua própria sexualidade. Ela supõe um movimento permanente de reconhecimento para tornar-se apta em questionar as representações cujo ego é o objeto. Pois, “onde existe poder, existe resistência e (...) portanto, ou talvez por isso mesmo, essa última nunca esteja em posição de exterioridade em relação ao poder” (Foucault, 1976, p.125-126). Ora, a existência do poder como sua reprodução não é o apanágio das categorias dominantes. Ao seguir a lógica de “La vie des hommes infâmes” [A vida dos homens infames] como exemplo, “o poder investe os dominados, passa por eles e através deles, apoia-se neles, assim como eles próprios em sua luta contra ele, apoiam-se, por sua vez, no domínio que ele exerce sobre eles” (Foucault, 1977, p.35). Solicitado por todos, inclusive pelos mais pobres, ele reproduz-se e estende-se incessantemente. A integração das formas de resistência participa do poder, ao ponto de a ideia de emancipação parecer-lhe um pouco estranha ao pensamento de Foucault.

Experiências/estratégias/resistências

As mais frequentes críticas formuladas ressaltam que o gênero, em sua construção normativa, pode apoiar-se nas elaborações teóricas de M. Foucault, mas a influência do historiador do pensamento parece parar nos

² A *vontade de saber* (Foucault, 1976) é a referência privilegiada da autora.

limites da experiência feminista individual. Algo muito duvidoso! Efetivamente, durante muito tempo M. Foucault interessou-se pelo processo de reprodução e de propagação do discurso que o poder constrói, modela e reatualiza.

Em um tipo de discurso sobre o sexo, em um modo de extorsão da verdade que surge historicamente e em lugares determinados (em torno do corpo da criança, sobre o sexo da mulher, no momento das práticas de restrições dos nascimentos etc.), quais são as relações de poder mais imediatas, mais locais que se encontram em ação? Como elas tornam possível esses tipos de discurso e, inversamente, como esses discursos podem servir-lhes de suporte? Como o jogo dessas relações de poder encontra-se modificado (...), de tal modo que não ocorreu nenhum tipo de submissão estável, dada definitivamente? Como essas relações de poder ligam-se umas às outras, segundo a lógica de uma estratégia global que assume respectivamente a forma de uma política unitária e voluntarista do sexo? (Ibid., p.129)

Essa reflexão é essencial para quem quiser compreender como e por que, apesar das resistências individuais e coletivas, a hierarquia de sexos perpetua-se renovando-se. Basta, por exemplo, ressaltar a importância das edições de livros sobre a educação das meninas – obra de mulheres –, livros que foram redigidos conforme as normas mais estritas, perfeitamente respeitadas das identidades reservadas a cada sexo e sobre as quais se exerciam diversas influências, cujos textos de Jean-Jacques Rousseau são alguns dos grandes exemplos. “Uma mulher, fora de sua casa, perde seu mais reluzente brilho; e despojada de seus verdadeiros ornamentos, ela mostra-se com indecência” (Rousseau, 1954 [1762], p.193). Essa ideia, incansavelmente repetida no decorrer dos séculos XIX e XX, foi usada como suporte fundador do dispositivo hierárquico. Expressão de uma relação de poder, ela foi retomada e transmitida por mulheres, elas próprias dominadas e, às vezes até conscientes de sua dominação.

A análise das contrariedades interiorizadas pelos sujeitos atuantes tem constituído o objeto dos mais inovadores estudos na pesquisa feminista há várias décadas. Foi assim, por exemplo, que Nicole-Claude Mathieu pensou em 1985 sobre os “determinantes materiais e psíquicos da consciência dominada das mulheres”: “Quando ceder não é consentir” (Mathieu, 1991,

p.131), ela afirma, mas se a resistência é mais estreitamente ligada ao poder, em cada área social, ela pode assumir a forma de uma estratégia coletiva. O movimento feminista dos anos 1970 é uma das manifestações mais concretas desse fato. Ora, desde 1976, M. Foucault constatava, em *A vontade de saber*:

A vida, como objeto político, foi, de alguma forma, tomada ao pé da letra e voltada contra o sistema que pretendia controlá-la. Foi a vida, mais ainda que o direito, que tornou-se o objeto de lutas políticas, mesmo se essas formulam-se através das afirmações de direito. O “direito” à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o direito, além de todas as opressões e “alienações”, em encontrar o que somos e tudo o que podemos ser, esse direito, tão incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política a todos os novos procedimentos de poder que também não dependiam do direito tradicional da soberania (Foucault, 1976, p.191).

O que leva Gilles Deleuze, o maior conhecedor da obra de Foucault, a afirmar: “A vida torna-se resistência ao poder quando o poder toma a vida como objeto” (Deleuze, 1986, p.86).

Contudo, para analisar o processo de subjetivação, o eixo da sexualidade que as pesquisadoras frequentemente privilegiam – eixo mais fecundo aparentemente –, é também um uso um pouco redutor da obra. Mesmo se admitimos que *poder e sexualidade* são coextensivos. Segundo Judith Butler:

Para Foucault, ser sexuado(a) é ser submisso(a) a um conjunto de regulações sociais, é fazer com que a lei que governa essas regulações constitua ao mesmo tempo o princípio formador do sexo, do gênero, dos prazeres e dos desejos de uma pessoa e o princípio hermenêutico de interpretação de si. (Butler, 2005, p.202)

Nessa forma de submissão, as condições de possibilidade de uma outra subjetividade, não alienada, passa, sem dúvida nenhuma, pelo controle da sexualidade, inclusive e sobretudo fora das normas impostas, não somente pela lei, mas também pela tradição. As normas do gênero, os relatos que naturalizam o homem e a mulher, a obrigação da heterossexualidade são, então, desestabilizados. Em outras palavras, o modelo normativo perde sua eficácia e não tem mais razão de existir. Mas se a sexualidade não é a única

forma de expressão da alienação, ela não pode, como sabemos, ser a única saída possível para a liberação do indivíduo.

Os últimos textos de M. Foucault levam em conta as lutas que foram chamadas, em seu tempo, lutas de liberação. Com efeito, o caminho da liberdade havia definitivamente transbordado a fronteira entre o privado e o público, destruindo-a. A descoberta das condições de possibilidades de uma liberdade real passava pela reconquista de si, no exterior das regras do político que correspondiam à visão singular da universalidade. Não se tratava mais de obter os mesmos direitos, mas dar-se as condições de exercê-los ou, se preferirmos, o poder de exercê-los. Mas esse caminho, semeado de obstáculos, pode desaparecer, ser desviado para uma via sem saída ao adotar o ritmo da integração das resistências ao poder. M. Foucault viu, contudo, nessas novas lutas, não uma oposição frontal contra o poder do Estado ou das instituições, mas uma reação contra os “efeitos do poder”. Trata-se de uma “série de oposições que se desenvolveram nestes últimos anos: a oposição ao poder dos homens sobre as mulheres, dos pais sobre seus filhos, da psiquiatria sobre seus doentes (...)”. São “lutas transversais”, “imediatas”, que “questionam o estatuto do indivíduo”. Elas opõem-se a uma “resistência” contra “os privilégios do saber”. Todas giram em torno da questão “Quem somos?” e combatem tudo “o que liga o indivíduo a si mesmo, assegurando, assim, sua submissão aos outros” (Foucault, 1984b, p.301-303).

Em vez de limitar-se à área da sexualidade, por mais alienante que seja, M. Foucault elucidava, desde *As palavras e as coisas*, o processo de subjetivação que, longe das lutas pelo princípio de liberdade – cuja abstração ocultava a distância com a liberdade real – supunha questionar-se sobre o modo de ser no mundo. “Como seria possível o homem pensar o que ele não pensa?” (Foucault, 1966, p.334). A interrogação prolonga-se sem a menor descontinuidade em suas aulas, e a obra de M. Foucault conduz a essa reflexão fundamental relativa ao movimento de subjetivação. A experiência individual, apreendida entre poder e resistência, não lhe é suficiente, exceto quando se coloca constantemente à escuta do *cuidado de si*. Ao dar a palavra a Sêneca, a quem haviam perguntado “O que é ser livre?”, ele responde: “ser livre é fugir da servidão, claro, mas servidão de quê? A servidão de si” (Foucault, 2001, p.260). M. Foucault demonstra, mais uma vez, a interação entre poder e resistência. Interação que cessa somente sob o controle

do pensamento crítico. Um pensamento atuante, além da experiência individual, quando a vida torna-se resistente ao poder. Como o resalta Gilles Deleuze, “o pensamento pensa sua própria história (passada), mas para liberar-se do que ela pensa (presente) e poder, enfim, pensar diferentemente”: um direito à “diferença, à variação, à metamorfose” (Deleuze, 1986, p.127). E eu acrescentaria: a uma utopia possível, a um outro mundo. Mas essa ideia ficou, sem dúvida, inacabada para M. Foucault.

Referências bibliográficas

- BUTLER, J. *Trouble dans le genre*. Paris: La Découverte, 2005 (1990).
 _____. *Le récit de soi*. Paris: PUF, 2007 (2005).
 DELEUZE, G. *Foucault*. Paris: Minuit, 1986. [Ed. Bras.: *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.]
 DUBY, G.; PERROT, M. Écrire l'histoire des femmes. In: SCHMITT-PANTEL, P. (dir.). *Histoire des femmes l'antiquité*. Paris: Plon, v.1, 1991, p. não numeradas.
 ELLEY, G. De l'histoire sociale au “tournant linguistique” dans l'historiographie anglo-américaine des années 1980. *Genèses*, Paris, n.7, mar. 1992, p.163-193.
 FOUCAULT, M. *Les Mots et les choses*. Paris: Gallimard, Paris, 1966. [Ed. Bras.: *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.]
 _____. *L'Archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969. [Ed. Bras.: *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.]
 _____. *L'Ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971. [Ed. Bras.: *A ordem do discurso*. Trad. Edmundo Cordeiro. São Paulo: Loyola, 1996.]
 _____. Sexualité et politique. *Combat*, Paris, n.9274, 27 a 28 abr. 1974. In: FOUCAULT, M. *Dits et écrits, 1954-1988*. Paris: Gallimard, v.2, texto n.138, 1994. [Ed. Bras.: *Ditos e escritos*. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, v. 2.]
 _____. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975. [Ed. Bras.: *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2009.]
 _____. *Histoire de la sexualité. La volonté de savoir*. Paris: Gallimard, v.1, 1976. [Ed. Bras.: *História da sexualidade: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.]
 _____. La vie des hommes infâmes. *Les Cahiers du Chemin*, Paris, 1977. [Ed. Bras.: *A vida dos homens infames*. Trad. de Vera Lucia Avellar Ribeiro. In: *Ditos e Escritos IV: estratégia poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.]

- FOUCAULT, M. *Histoire de la sexualité. Le souci de soi*. Paris: Gallimard, v.2, 1984a. [Ed. Bras.: *História da sexualidade 3: O cuidado de si*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.]
 _____. Deux essais sur le sujet et le pouvoir. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, Un parcours philosophique*. Paris: Gallimard, 1984b.
 _____. *Dits et écrits, 1954-1988*. Paris: Gallimard, v.2, 1994. [Ed. Bras.: *Ditos e escritos*. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, v.2.]
 _____. *L'Herméneutique du sujet*. Aula de 17 de fevereiro de 1982. Paris: Gallimard/Seuil, 2001. [Ed. Bras.: *A hermenêutica do sujeito*. Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.]
 LAURETIS, T. *Théorie queer et cultures populaires. De Foucault à Cronenberg*. Paris: La Dispute, 2007 (1987).
 MATHIEU, N. C. et al. *L'Arraînement des femmes. Essais en anthropologie des sexes*. Paris: Éditions d'EHESS, 1985.
 _____. *L'Anatomie politique, catégorisations et idéologies du sexe*. Paris: Côté-femmes, 1991.
 ROUSSEAU, J. J. *Lettre à M. d'Alembert, Du Contrat social au Principe du droit politique*. Paris: Flammarion, 1954 (1762).
 SCOTT, J. Genre: une catégorie utile d'analyse historique. *Les Cahiers du Grif*, Bruxelles, n.37-38, primavera, 1988, p.125-153.
 SCOTT, J. *La Citoyenne paradoxale*. Paris: Albin Michel, 1998.
 TRISTAN, F. *Union ouvrière*. Editado por ARMOGATHE, D.; GRANDJONC, J. Paris: Éditions des Femmes, 1986 (1842).

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)

Chabaud-Rychter, Danielle

Socióloga, pesquisadora do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), Laboratório Centro de Pesquisa Sociológica e Política (Cresppa), equipe Gênero, Trabalho e Mobilidade (UMR 7271, CNRS, Paris 8).

Clair, Isabelle

Socióloga, pesquisadora do CNRS, Laboratório Cresppa (UMR 7217, CNRS, Paris-VIII).

Clarke, Adele E.

Professora de Sociologia e professora adjunta de História das Ciências e da Saúde, Departamento de Ciências Sociais e Comportamentais, Universidade da Califórnia, San Francisco.

Daune-Richard, Anne-Marie

Socióloga, pesquisadora do CNRS, Laboratório de Economia e Sociologia do Trabalho.

Dayan-Herzbrun, Sonia

Socióloga, professora emérita na Universidade Paris Diderot.

Descoutures, Virginie

Socióloga, pesquisadora do Centro de Dados Sociopolíticos da Sciences Po (e membro do CRESPPA-GTM).

Devreux, Anne-Marie

Socióloga, diretora de pesquisa do CNRS, diretora do Cresppa de Paris, membra da equipe Cultura e Sociedade Urbana (Cresppa-CSU, CNRS e Universidade Paris 8).

Dunezat, Xavier

Sociólogo, professor de Ciências Econômicas e Sociais (nível secundário), Bretanha, membro do Cresspa-GTM.

Duru-Bellat, Marie

Socióloga, professora de Sociologia no Instituto de Estudos Políticos de Paris e pesquisadora no Observatório de Mudança Social (CNRS).

Edelman, Nicole

Professora de História Contemporânea, orientadora na Universidade Paris-Oeste-Nanterre.

Ferrarese, Estelle

Professora de Ciências Políticas, UFR de Ciências Sociais, Universidade de Estrasburgo.

Fougeyrollas-Schwebel, Dominique

Socióloga, pesquisadora do CNRS no Instituto de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Sociais, Universidade Paris-Dauphine, UMR CNRS 7170.

Frader, Laura Levine

Historiadora, professora, diretora do Departamento de História, Universidade Northeastern.

Gabriel, Nicole

Germanista, professora na Universidade Paris Diderot.

Galerand, Elsa

Socióloga, professora na Universidade do Quebec, em Montreal; Instituto de Pesquisa e de Estudos Feministas.

Gardey, Delphine

Professora de História Contemporânea, diretora de Estudos de Gênero na Universidade de Genebra.

Gaussot, Ludovic

Sociólogo, professor na Universidade de Poitiers.

Gestin, Martine

Doutora em Antropologia, pesquisadora independente associada ao Laboratório de Antropologia Social no Collège de France.

Handman, Marie-Élisabeth

Antropóloga, professora, orientadora no EHESS-Paris.

Hargreaves, Jennifer

Socióloga, professora-associada de Esporte e Política do Gênero, Universidade Brighton.

Holmstrom, Nancy

Filósofa, professora emérita no Departamento de Filosofia, Universidade Rutgers, Newark.

Jamieson, Lynn

Socióloga, professora, diretora do Departamento de Sociologia, Escola de Ciência Social e Política, Universidade de Edimburgo.

Kian, Azadeh

Socióloga, professora e diretora do Cedref, Universidade Paris Diderot.

Lallement, Michel

Sociólogo, professor no CNAM, membro do Lise-CNRS-CNAM.

Lamoureux, Diane

Professora, Departamento de Ciência Política, Universidade Laval.

Laufer, Jacqueline

Socióloga, professora emérita no HEC-Paris.

Löwy, Ilana

Historiadora das Ciências, diretora de pesquisa no Cermes, Inserm.

Mathieu, Nicole-Claude (†2014)

Professora de Antropologia Social/Etnologia no EHESS-Paris, LAS.

Molinier, Pascale

Psicóloga, professora na Universidade Paris 13 SPC.

Neveu, Érik

Professor de Ciência Política, Instituto de Estudos Políticos de Rennes, Crape-CNRS.

Paperman, Patricia

Socióloga, professora no Departamento de Ciência Política, Universidade Paris 8.

Pfefferkorn, Roland

Sociólogo, professor na Universidade de Estrasburgo, Laboratório CNRS Culturas e Sociedade na Europa.

Riot-Sarcey, Michèle

Historiadora, professora na Universidade Paris 8.

Stavo-Debaugé, Joan

Doutor em Sociologia, primeiro assistente no LabSo (Universidade de Lausanne) e pesquisador associado ao GSPM-IMM (EHESS-Paris).

Talahite, Fatiha

Economista, pesquisadora do CNRS, Centro de Economia de Paris Nord (CEPN), Universidade Paris 8 Nortge.

Trat, Josette

Socióloga, professora na Universidade Paris 8.

Tripier, Pierre

Socióloga, membra do Laboratório CNRS Printemps da Universidade de Versalhes Saint-Quentin-en-Yvelines.

Varikas, Eleni

Professora de Ciência Política e de Estudos de Gênero na Universidade Paris 8 e membra do Cresppa.

Wajcman, Judy

Socióloga, professora, diretora do Departamento de Sociologia, Escola de Ciência Social e Política de Londres.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

Abelove, Henry, 408
Acker, Joan, 164-5, 167
Adkins, Lisa, 94-5
Adorno, Theodor, 11, 17-8, 525-36
Akrich, Madeleine, 225n.6, 234, 305
Althusser, Louis, 110, 404
Alves de Abreu, Alzira, 200n.1
Alway, Joan, 323-4
Angeloff, Tania, 429
Ansart, Pierre, 169
Appay, Béatrice, 254
Arendt, Hannah, 6, 537-51
Ariès, Philippe, 463-74
Aristóteles, 59, 64, 517
Armitage, Leia Kaitlyn, 306
Aron, Raymond, 86, 96; 295, 521
Auerbach, Erich, 207
Augsburg, Anita, 496
Austin, Sarah, 27
Austrin, Terry, 260

B

Bachelard, Gaston, 6, 192

Bachofen, Johann Jacob, 361, 368
Bajos, Nathalie, 225n.6
Balasz, Bela, 496n.20
Bales, Robert, 138, 141-2
Bardou, Jean-Pierre, 378
Barrère-Maurisson, Marie-Agnès, 258n.1
Barrett, Michele, 129
Barthélémy, Michel, 298
Barthez, Alice, 380
Bateman, Simone, 225n.6
Bateson, Gregory, 314
Battagliola, Françoise, 106, 258n.1
Baudelaire, Charles, 496
Baudelot, Christian, 53
Beauvoir, Simone de, 17, 69, 80, 95-6,
145, 175, 333, 344, 431, 548n.1
Bebel, August, 365, 502, 504
Beck, Ulrich, 124, 130
Becker, Howard S., 8, 12, 249-51, 284,
327-40
Becker-Schmidt, Regina, 535
Beck-Gemsheim, Elizabeth, 124
Benhabib, Seyla, 485, 488-9
Benjamin, Walter, 20, 205, 494, 496
Bennett, James, 332-3
Bensaude, Bernadette, 27

Béranger, Pierre-Jean de, 26
 Berger, Peter, 263-4
 Bergson, Henri, 504
 Berlioz, Hector, 26
 Béroud, Sophie, 174n.2, 180
 Bertaux-Wiame, Isabelle, 1
 Besant, Annie, 369
 Besnard, Philippe, 44, 52-3
 Bickford, Susan, 479, 485
 Bijker, Wiebe, 238
 Biliaux, Sophie, 31
 Birdwhistell, Ray, 314
 Bisseret, Noëlle, 193
 Blainville, 30
 Bleier, Ruth, 238
 Bloch, Marc, 200, 208
 Bloor, David, 232
 Blum, Françoise, 373
 Blumenfeld, Kurt, 7
 Blumer, Herbert, 283, 289
 Bock, Gisela, 410n.3
 Bologh, Roslyn Wallach, 429, 431
 Boltanski, Luc, 9, 87, 215-29, 236, 274
 Bonacchi, Gabriella, 503
 Bonheur, Rosa, 26
 Bosch, Mineke, 410n.3
 Bossuet, Jacques Bénigne, 218-9n.2
 Bott, Elizabeth, 313
 Bottomley, Malcolm, 457
 Boudon, Raymond, 8, 185-98
 Bouillaguet-Bernard, Patricia, 375
 Bourdieu, Pierre, 6, 14, 19-20, 64, 85-103, 110-1, 119, 187, 192, 195, 197, 228, 236, 238, 280, 313, 391, 521
 Bourricaud, François, 187n.1
 Boutang, Pierre, 463
 Boyle, Robert, 240
 Brachet, Philippe, 378
 Braunstein, Jean-François, 35n.6
 Breines, Wini, 142, 144
 Brenner, Johanna, 349, 352
 Breviglieri, Marc, 270n.3
 Brod, Harry, 459-60

Brontë, Emily, 469
 Brooks Gardner, Carol, 313, 318
 Brown, Wendy, 423, 433-4
 Brunson, Charlotte, 399
 Brunswig, Else, 526
 Bryant, Anthony, 282
 Bucher, Rue, 249-50, 257
 Burckhardt, 200
 Buret, Eugène, 415
 Burke, Kenneth, 254
 Buscatto, Marie, 327
 Butler, Judith, 13, 93-4, 178, 242, 280, 315-6, 321-2, 519, 560-1, 564

C

Cai, Hua, 78
 Caillois, Roger, 62
 Callon, Michel, 231, 234, 242
 Calvelli-Adorno, Maria, 525
 Calvino, Italo, 199
 Canovan, Margaret, 539
 Cantimori, Delio, 200
 Capurro, Raquel, 35n.6
 Casper, Monica J., 279n.1, 287
 Cauer, Minna, 496
 Cerutti, Simona, 202
 Chabaud-Rychter, Danielle, 108, 117, 217n.1, 229, 237, 244-5, 258, 261, 295, 311, 569
 Chakrabarty, Dipesh, 426
 Chapoulie, Jean-Michel, 251
 Charmaz, Kathy, 282, 287
 Chaudron, Martine, 258n.1
 Chauvel, Louis, 180
 Chazel, François, 144
 Chiapello, Ève, 222, 223n.5
 Clair, Isabelle, 8, 327
 Clark, Anna, 330-3, 415
 Clarke, Adele E., 13, 279, 283-5, 288-9, 291, 569
 Claudel, Camille, 505-6
 Clermont-Tonnerre, Stanislas de, 544

Cockburn, Cynthia, 258-9
 Cohen, Phil, 396, 429
 Collard, Chantal, 75, 78
 Collin, Françoise, 5, 80n.9, 353, 497n.23, 539-40, 550
 Collins, Harry, 232
 Comay, Rebecca, 531
 Comte, Augusto, 14, 18-9, 25-40, 42
 Corbin, Juliet, 283n.4, 287
 Coser, Lewis, 498-9, 506
 Coupplié, Thomas, 191
 Cressey, Paul G., 259
 Crompton, Rosemary, 126
 Crozier, Michel, 151-68
 Cuisinier, Jeanne, 56n.2, 61

D

Dagenais, Huguette, 518
 Dahme, Heinz-Iurgen, 493, 498n.26
 Darré, Yann, 218
 Daston, Lorraine, 208n.7
 Daubié, Julie, 415
 Daune-Richard, Anne-Marie, 1, 105, 107-9, 117, 569
 Davidoff, Leonore, 412n.6, 416
 Dayan-Herzbrun, Sonia, 525, 534, 536, 569
 De Staël, Germaine, 28
 De Vaux, Clotilde, 18, 26-7, 31, 37-8
 Delacroix, Eugène, 26
 Delbraccio, Mireille, 359
 Deleuze, Gilles, 564, 566
 Delphy, Christine, 106, 108, 110, 171, 182, 254, 348-50, 369, 514-5, 518
 Démar, Claire, 26, 32, 367n.10
 Denisen, Isak, 540
 Denzin, Norman K., 306
 Deroin, Jeanne, 18, 26, 33-4
 Devreux, Anné-Marie, 64n.19, 85, 98, 100-1, 108n.1, 111, 570
 Dewey, John, 251
 Dickson, William J., 259n.2
 Dieterlen, Germaine, 56n.2

Dill, Bonnie Thornton, 279, 290
 Diltthey, Wilhelm, 424, 504
 Disch, Lisa Jane, 543
 Douglas, Mary, 6
 Downs, Laura Lee, 378
 Doyle, Arthur Conan, 493
 Dubet, François, 171n.1, 172, 177
 Duby, Georges, 465, 472-3, 559
 Dufrancatel, Christiane, 472
 Dumont, Louis, 62, 114
 Dunning, Eric, 444-5, 447-8, 451-5
 Durkheim, Émile, 11, 14, 41-54, 55, 66, 119, 137-8, 142, 148, 423, 425, 494, 498n.25, 504
 Duru-Bellat, Marie, 8, 185, 188, 198, 570
 Dussel, Enrique, 426, 497n.22

E

Einaudi, Giulio, 199, 202
 Ekins, Richard, 289
 Eliard, Michel, 373
 Elias, Norbert, 17-8, 443-61
 Elley, Geoff, 559
 Ellis, H., 517
 Elson, Diane, 383
 Engels, Friedrich, 16, 345-47, 351, 353, 359-72, 500
 Enriquez, Eugène, 144
 Épiphane, Dominique, 191
 Eribon, Didier, 69n.1
 Establet, Roger, 53
 Evans, Sara M., 146
 Eves, Richard, 112-3
 Exter, Alexandra, 505

F

Fauconnet, Paul, 58
 Favret-Saada, Jeanne, 74n.4
 Ferrand, Michèle, 1, 196, 225n.6
 Fine, Gary Alan, 282
 Fleming, Marie, 481

Fontane, Theodor, 497, 507
 Foucault, Michel, 18, 482-3, 553-67
 Fougeyrollas-Schwebel, Dominique, 9, 85, 108, 137, 570
 Fouque, Antoinette, 173, 175-6, 178
 Fouquet, Catherine, 473
 Fourier, Charles, 365, 367, 504
 Fournier, Marcel, 56, 191n.2
 Fox Keller, Evelyn, 238, 503n.34
 Frader, Laura Levine, 403, 412n.5, 570
 Fraisse, Geneviève, 113
 Francès, Madeleine, 56n.2
 Franklin, Sarah, 399
 Fraser, Nancy, 426, 475, 478-9, 481-2, 534
 Frémontier, Jacques, 391
 Freud, Sigmund, 34, 73, 137, 142-6, 148, 207, 493, 499, 517, 534
 Friedan, Betty, 145-6
 Friedberg, Erhart, 151, 154, 161n.2, 162-4, 166
 Friedmann, Georges, 373, 383n.3
 Frisby, David, 431
 Fromm, Erich, 533
 Fuller, Loie, 505
 Furet, François, 203

G

Gabel, Joseph, 521
 Gabriel, Nicole, 493, 498n.24, 499n.28, 527, 570
 Galison, Peter, 208n.7
 Galster, Ingrid, 80n.9
 Gardey, Delphine, 9, 225n.6, 231, 237-8, 243, 571
 Garfinkel, Harold, 12-3, 263, 295-312
 Gaussot, Ludovic, 511, 514, 571
 George, Stefan, 496
 Germe, Jean-François, 375
 Gestin, Martine, 14, 65n.21, 69, 80, 571
 Giddens, Anthony, 9, 14, 119-33
 Giele, Janet, 518
 Gill, Rosalind, 238

Gilligan, Carol, 484-6
 Ginzburg, Carlo, 8, 199-213
 Ginzburg, Leone, 199
 Ginzburg, Natalia, 199
 Girardin, Émile, 33
 Glaser, Barney G., 281-4, 287
 Godelier, Maurice, 15, 105-18, 362-3
 Goffman, Erving, 6, 12-3, 249, 259, 263, 313-26, 336, 339
 Goldmann, Lucien, 521
 Gontcharova, Natalia, 505
 Gossez, Catherine, 74
 Gouhier, Henri, 26-8, 30, 37
 Gould, Carol, 479
 Gouldner, Alvin W., 153
 Gramsci, Antonio, 208
 Granet, Marcel, 211
 Griaule, Marcel, 62
 Grignan, Sr. de, 469
 Grignan, Sra. de, 469
 Grignon, Claude, 392
 Grint, Keith, 233
 Gross, Frieda, 436
 Guilbert, Madeleine, 166n.3, 383, 411n.4
 Guillaumin, Colette, 20, 107-8, 171, 350, 518
 Guizot, François, 554
 Gundersen, Riiser, 200n.1
 Gurvitch, Georges, 521
 Gurwitsch, Aron, 295

H

Habermas, Jürgen, 17-8, 274, 475-89, 493-4
 Haicault, Monique, 106, 109, 112
 Halbwachs, Maurice, 6
 Hall, Catherine, 410-4, 416
 Hamayon, Roberte, 64n.20
 Haraway, Donna, 9, 93, 237, 239-43, 285, 519
 Harding, Sandra, 516, 519
 Hargreaves, Jennifer, 443, 447, 457, 571

Hartmann, Heidi, 350
 Hartsock, Nancy, 348, 519
 Haudricourt, André-Georges, 62
 Hearn, Jeff, 459
 Hebdige, Dick, 396
 Heberle, Renée, 533
 Hegel, Georg Wilhelm Friedrich, 500-1, 506, 533
 Heilbron, Johan, 27n.3, 30
 Heinrich, Nathalie, 443n.2
 Hekman, Susan, 425, 518
 Héritier, Françoise, 75, 101, 116, 363
 Heymann, Lida Gustava, 495n.17, 496
 Himmelweit, Susan, 348, 351
 Hindemith, Paul, 497n.22
 Hobbes, Thomas, 218n.2
 Hobsbawm, Eric John, 208, 359n.1
 Hobson, Dorothy, 399
 Hochschild, Arlie, 288
 Hofmannstahl, Hugo von, 496
 Hoggart, Richard, 16, 387-402
 Holmstrom, Nancy, 343, 571
 Honig, Bonnie, 539-40
 Horkheimer, Max, 480, 526, 529, 531, 533-4
 Horne, John, 451
 Horney, Karen, 498-9
 Horowitz, Daniel, 146
 Hughes, Everett C., 8, 12, 249-62, 314, 330n.6-7
 Hugo, Victor, 26
 Husserl, Edmund, 263

I

Ibsen, Henrik, 497, 527
 Illuz, Charles, 200-1, 212
 Isambert-Jamati, Viviane, 384

J

Jackson, Stevi, 181, 350
 Jahoda, Marie, 526

James, William, 269
 Jameson, Fredric, 423, 429
 Jamieson, Lynn, 9, 119, 125, 571
 Jansen-Jurreit, Marielouise, 503
 Jary, David, 451
 Jay, Nancy, 425
 Jefferson, Thomas, 542
 Johnson, Pauline, 484
 Jones, Bryn, 383n.3
 Joseph, Gloria, 351

K

Kandel, Liliane, 217n.1
 Karady, Victor, 62n.17
 Karsenti, Bruno, 27n.3
 Kautsky, Karl, 495n.7
 Kaye, Harvey, 417
 Kelly, Liz, 456
 Kergoat, Danièle, 1, 16, 171, 250, 350, 370, 378, 383
 Kessler, Harry, 496
 Kettler, David, 435, 517, 520
 Kimmel, Michael, 459
 Kinel, Gertrud, 496
 Klein, Viola, 11, 18, 145, 147, 511, 517-9, 521
 Klimt, Gustav, 497
 Knibiehler, Yvonne, 473
 Kobrin, Harold, 330n.9
 Koch, Andrew, 424
 Kofman, Sarah, 25, 30-2, 34-5, 38
 Kohlberg, Lawrence, 484-6
 Köhnke, Klaus Christian, 493
 Komarovskiy, Mirra, 145
 Kracauer, Siegfried, 209
 Kremer-Marietti, Angèle, 32

L

La Ferronnays, mulheres, 469
 Labica, Georges, 359
 Labrande, Christian, 367

Labrousse, Ernest, 464
 Lacan, Jacques, 73
 Lacaze, Gaëlle, 64-5
 Lacoste-Dujardin, Camille, 99
 Lafitte, Pierre, 25
 Laget, Mireille, 473
 Lagrave, Rose Marie, 101
 Lamanna, Mary Ann, 53
 Lamoureux, Diane, 176n.4, 537, 572
 Landes, Joan, 476
 Lang, Fritz, 497n.22
 Larionov, Mikhail, 505
 Latour, Bruno, 9, 231-45, 296
 Laufer, Jacqueline, 151, 167, 572
 Lauretis, Teresa de, 323, 561
 Law, John, 285n.6
 Lazare, Bernard, 545
 Lazarsfeld, Paul, 250
 Le Bon, Gustave, 42-3
 Lebel, Jean-Paul, 177
 Leenhardt, Maurice, 62
 Lehman, Jennifer, 53
 Leibovici, Martine, 545
 Leiris, Michel, 62
 Lemieux, Cyril, 264n.1
 Lempert, Lora Bex, 287
 Lengermann, Patricia M., 267, 269,
 275n.5
 Leonard, Diana, 254, 350
 Lepenies, Wolf, 25n.2, 27n.3
 Lepore, Jill, 205, 209n.8
 Lévi-Strauss, Claude, 14, 62, 69-83, 114-
 6, 362n.7
 Lévy, Giovanni, 202
 Lévy-Bruhl, Lucien, 56
 Leydesdorff, Selma, 411
 Lifsys, Deborah, 56n.2
 Linhardt, Dominique, 234
 Lippi Oliviera, Lúcia, 200
 Liu, Pi-Chen, 79
 Livingston, Éric, 296
 Loader, Colin, 435, 520
 Lorenzi-Cioldi, Fabio, 194n.5

Löwy, Michael, 1-2, 8, 199-213, 304n.4,
 521, 574
 Luckmann, Thomas, 263-4
 Lukacs, Georg, 423, 435
 Lury, Celia, 399
 Luxemburgo, Rosa, 349, 498, 540
 Lynch, Michael, 296-8, 300

M

MacGill, Helen, 330n.7-8
 MacKinnon, Catharine, 431, 447, 452
 Maconachie, Moira, 360n.2, 363
 Maintenon, Senhora de, 466
 Malinowski, Bronislaw, 57-8, 63
 Malthus, Thomas Robert, 369
 Mangeot, Philippe, 200n.1, 201
 Mannheim, Karl, 10, 18, 299, 428, 435,
 511-23
 Manning, Philip, 314
 Marco Aurélio, 206
 Marry, Catherine, 167, 186
 Marshall, Barbara, 440
 Maruani, Margaret, 167, 380
 Marx, Karl, 16-7, 119, 343-57, 359, 367,
 369, 423, 498-9, 514, 554
 Massin, Caroline, 18, 26-8, 37
 Mathieu, Nicole-Claude, 14, 57n.5, 64-5,
 69, 85, 98-100, 107, 109, 111-2, 114,
 173
 Mattelart, Armand, 399
 Mauger, Gérard, 512, 521
 Maugue, Annelise, 497n.23
 Mauss, Marcel, 15, 55-68
 McCall, Leslie, 92-3
 McCarthy, Doyle, 285n.6
 McClelland, Keith, 404
 McIntosh, Mary, 129
 McKay, Henry, 330n.9
 McKenna, Wendy, 308-9
 McLennan, John Ferguson, 74
 McNay, Lois, 94
 McRobbie, Angela, 399

Mead, Margaret, 142, 145, 251, 285, 314,
 486, 517, 526
 Meehan, Johanna, 481, 484-5
 Meillassoux, Claude, 74
 Meja, Volker, 435, 517
 Merleau-Ponty, Maurice, 96
 Merton, Robert K., 153, 250-2, 498-9
 Messerschmidt, James, 131
 Messner, Michael A., 459
 Métraux, Alfred, 62
 Meyer, Madonna, 287
 Michard, Claire, 81, 91
 Michel, Andrée, 146
 Michelângelo, 493n.2, 505
 Mignon, Patrick, 395n.5
 Mill, John Stuart, 29-30, 34-5, 499
 Millett, Kate, 146
 Mitchell, Juliet, 129
 Mitzman, Arthur, 423, 438
 Modersohn-Becker, Paula, 505
 Mohanty, Chandra, 323
 Mohun, Arwen, 348
 Moi, Toril, 95-6
 Molho, Tony, 207n.5, 211
 Molière, 506
 Molyneux, Maxine, 346, 348
 Money, John, 304n.4
 Morante, Elsa, 199
 Morelli, Giovanni, 207, 493
 Morgan, Lewis, 361-2
 Mosconi, Nicole, 193
 Mouriaux, René, 174n.2
 Mozart, Wolfgang Amadeus, 496
 Muniesa, Fabian, 234
 Münter, Gabriele, 505
 Murphy, Patrick, 454-5
 Myrdal, Alva, 147, 518

N

Naville, Pierre, 373-86
 Neveu, Éric, 387, 399, 572
 Niebrugge, Jill, 267, 269, 275n.5

Nizan, Paul, 96
 Norton Hart, Charles William, 314

O

Oakley, Ann, 129, 313, 323
 Odon, Yvonne, 56n.2
 Olesen, Virginia, 279n.1
 Omi, Michael, 289
 Ormrod, Susan, 238
 Ortega y Gasset, José, 433
 Owen, Robert Dale, 368-9

P

Pak, Ok-Kyung, 78
 Paperman, Patricia, 9, 263, 265, 308,
 485, 572
 Pareto, Vilfredo, 137
 Park, Robert, 251
 Parsons, Talcott, 9, 11, 137-49, 250, 295,
 315, 429
 Passerini, Luisa, 411
 Passeron, Jean-Claude, 91, 187, 197, 392,
 394
 Pasteur, Louis, 232-3
 Pateman, Carol, 477
 Paulme, Denise, 56
 Pavese, Cesare, 199
 Pearson, Ruth, 383
 Pedersen, Jean Élisabeth, 32
 Perivolaropoulou, Nia, 521
 Perrot, Michelle, 101, 412n.6, 414,
 465n.2, 472-3, 559
 Pestre, Dominique, 232, 237
 Petit, Annie, 26-7
 Pfefferkorn, Roland, 1, 41, 370, 572
 Pickering, Mary, 18, 272, 37-8
 Picq, Françoise, 175
 Pinch, Trevor, 238
 Pisier, Évelyne, 5, 353
 Pitkin, Hanna, 546
 Pollak, Michael, 335

Pollner, Melvin, 337
 Pope, Whitney, 429
 Portis, Larry, 53
 Pourry, Jean-Pierre, 204
 Proudhon, Pierre-Joseph, 32, 367

Q

Queiroz, Jean Manuel de, 1, 327n.1, 333-4, 336

Quéré, Louis, 297-8

R

Radcliffe Brown, Alfred R., 314
 Rainbird, Helen, 259
 Ramas, Maria, 352
 Rammstedt, Otthein, 498n.26
 Rawls, Anne, 295, 482
 Reiss, Albert J., 335
 Renard-Casevitz, France-Marie, 79
 Revel, Jacques, 203
 Ribéry, Claudine, 81, 91
 Rich, Adrienne, 539
 Richard, Gaston, 49, 51-2
 Richthofen, Else von, 18, 438
 Rickert, Heinrich, 424, 430
 Rilke, Rainer Maria, 496, 505
 Riot-Sarcey, Michèle, 32, 413-4, 514, 553, 572
 Rivet, Paul, 56
 Rivière, Joan, 37
 Rivière, Pierre, 62
 Rivière, Thérèse, 56n.2
 Rocher, Guy, 143
 Rodin, Auguste, 505
 Rogers, Mary F., 306-8
 Rohe, Mies van der, 203
 Rojek, Chris, 446, 455
 Roland, Pauline, 1, 18, 26, 28, 33, 41, 370, 572
 Rose, Sonya O., 101, 404n.1, 412n.5, 413, 415

Rosen, Alexander C., 301, 306
 Roth, Guenther, 49
 Rousseau, Jean-Jacques, 218n.2, 476, 563
 Rowbotham, Sheila, 204, 354
 Rubin, Gayle, 73-4
 Runfola, Russ, 458
 Ryan, Mary, 477

S

Sabo, Donald, 458
 Sacks, Harvey, 296
 Sade, 529
 Safilios-Rothschild, Constantina, 307
 Safo, 437
 Sahlins, Marshall, 73
 Saint-Martin, Monique de, 86
 Saint-Simon, 26-7, 32, 34, 218n.2, 367n.10, 413
 Sand, George, 26
 Santo Agostinho, 218-9n.2
 Sartre, Jean-Paul, 95-6, 333
 Say, Jean-Baptiste, 415
 Schaffer, Simon, 234n.3, 239-40
 Schiebinger, Londa, 238
 Schiele, Egon, 497
 Schiltz, Marie-Ange, 218
 Schlegel, Alice, 78
 Schultheis, Franz, 180
 Schütz, Alfred, 9, 263-77, 295
 Schwartz, Olivier, 391
 Schweitzer, Sylvie, 380
 Scott, Joan W., 101, 366, 406-11, 415, 560, 562
 Segal, Lynne, 457-9
 Sehili, Djaouida, 259
 Selznick, Philip, 153
 Sêneca, 565
 Sévigné, Sra. de, 469
 Sewell, William H. Jr., 406
 Shapin, Steven, 239-40
 Siltanen, Janet, 129
 Silver, J.R., 457

Silvestre, Charles, 62n.18
 Simmel, Georg, 11, 17-8, 289, 428, 430-31, 493-509, 520
 Simon, Jules, 415
 Singly, François de, 392
 Smart, Carol, 125
 Smith, Adam, 218n.2, 227n.11
 Sombart, Werner, 496
 Southcott, Joanna, 408
 Souza-Lobo, Elizabeth, 411
 Spencer, Herbert, 42, 503
 Spivak, Gayatri, 323-4n.2
 Stalin, Joseph, 538
 Stanko, Élisabeth, 456
 Stanley, Mary, 477
 Stanworth, Michelle, 129
 Star, Susan Leigh, 238-9, 284, 286, 289, 291
 Stavo-Debaug, Joan, 9, 263-4n.1, 271n.4, 572
 Stelling, Joan G., 249
 Stengers, Isabelle, 241n.8
 Stoller, Robert J., 301, 304-6
 Stouffer, Samuel, 250
 Strathern, Marilyn, 63
 Strauss, Anselm, 12-3, 249-50, 257, 279-94
 Strauss, Richard, 496
 Strindberg, August, 497
 Strubing, Jörg, 280n.2
 Subrahmanyam, Sanji, 200n.1
 Suchman, Lucy, 296
 Sullivan, Oriol, 127
 Sydie, Rosalind Ann, 129

T

Tabet, Paola, 71n.3, 116, 181
 Talahite, Fatiha, 215
 Talbot, Margaret, 454
 Tarrant, Shira, 145
 Taylor, Barbara, 354, 369, 412, 415
 Terrail, Jean-Pierre, 196
 Testart, Alain, 363

Thébaud, Françoise, 100-1, 410
 Théry, Irène, 66-7, 226n.7
 Thévennot, Laurent, 218-9, 221-2, 274
 Thiers-Vidal, Léo, 85, 99
 Thomas, William, 251-2, 517
 Thompson, Edouard P., 16, 30, 403-19
 Thompson, William, 368
 Thorne, Barrie, 281, 323
 Tillion, Germaine, 56, 61-2
 Tilly, Louise A., 410
 Tocqueville, Alexis de, 6, 538
 Tolstoi, Léon, 209, 241
 Touraille, Priscille, 305
 Touraine, Alain, 9, 169-84
 Trat, Josette, 176n.4, 359, 363, 37, 573
 Tréanton, Jean-René, 373
 Treillet, Stéphanie, 370
 Tripier, Pierre, 2, 8, 249, 258n.1, 573
 Tristan, Flora, 18, 26, 32-3, 354n.4, 556
 Tronto, Joan C., 485
 Truth, Sojourner, 242

V

Vaerting, Mathilde, 517
 Vakaloulis, Michel, 174n.2
 Valat, 28
 Valenze, Deborah M., 412
 Van Houten, Donald R., 164-5, 167
 Vandelac, Louise, 254
 Varikas, Eleni, 5, 353, 409-11, 423, 429, 435, 443n.1, 532, 544-5, 573
 Varnhagen, Rahel, 539
 Victor, Paul-Émile, 62
 Vidal, Laurent, 200n.1, 201, 212
 Voilquin, Suzanne, 26, 32-4

W

Wacquant, Loïc, 89
 Wajcman, Judy, 9, 119, 127, 238, 573
 Walby, Sylvia, 130, 347n.2, 350, 456
 Weber, Alfred, 520

- Weber, Marianne, 18, 49-51, 423-4, 427-31, 438, 496
Weber, Max, 11, 17-8, 49, 113, 119/137, 139, 148, 153, 204, 263-4, 423-41, 494, 498n.25, 505
Wedekind, Frank, 497
Wedel, Janet, 313, 317
Weeks, Jeffrey, 125
Weiner, Annette, 63
Welzer-Lang, Daniel, 113-4
Werefkin, Marianne von, 505
West, Candace, 310, 313, 318, 322
West, Jackie, 260
Westhof, Clara, 505
Wieviorka, Michel, 171n.1, 172, 177
Williams, John, 454-5
Willis, Paul, 391
Winant, Howard, 289
Winkin, Yves, 314, 319
Wittig, Monique, 324n.2, 514-5
Witz, Anne, 431, 497
Wobbe, Theresa, 428
Wollstonecraft, Mary, 499
Wood, Stephen, 383n.3
Woolf, Virginia, 97, 99, 391, 481
Woolgar, Steve, 232, 296
Wörringer, Wilhelm, 504
- Y**
- Young, Iris Marion, 19, 125, 475, 477, 485-6
Young-Buehl, Elisabeth, 546
Yule, Jean, 453-4
Yuval-Davis, Nira, 514, 518
- Z**
- Zaidman, Claude, 313, 315, 322-3, 325
Zambrana, Ruth Enid, 279, 290
Zancarini-Fournel, Michelle, 412n.5
Zaner, Richard M., 266
Zemon Davis, Natalie, 204n.3
Zetkin, Clara, 495, 498, 501
Zille, Heinrich, 497
Zimmerman, Don, 310
Ziolkowski, Marek, 336n.14

SOBRE O LIVRO

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 27,5 x 49,0 paucas

Tipologia: Horley Old Style 11/15

Papel: Offset 75 g/m² (miolo)

Cartão Supremo 250 g/m² (capa)

1ª edição: 2014

conceitos tradicionais, contribuindo para o desenvolvimento de um novo aparato crítico. Hoje constituem um discurso ressonante nas disciplinas acadêmicas; não há como falar, por exemplo, de divisão social do trabalho sem considerar a dimensão sexual.

Este livro apresenta uma acurada reflexão histórica e social sobre essa dinâmica de reestruturações e omissões dos cânones das Ciências Sociais. Na definição das organizadoras: "Eis aqui um convite para a apropriação dessas obras e de seus conceitos como ferramentas a serem reformuladas, remodeladas incessantemente, sem medo nem devoção, no próprio interesse da compreensão do mundo social".

DANIELLE CHABAUD-RYCHTER é socióloga, pesquisadora do CNRS do Cresppa.

VIRGINIE DESCOUTURES é professora e pesquisadora do Departamento de Sociologia da Universidade de Galatasaray, em Istambul, e integrante do Cresppa.

ANNE-MARIE DEVREUX é socióloga, diretora de pesquisa do CNRS e diretora do Cresppa.

ELENI VARIKAS é professora de Ciência Política e de Estudos de Gênero, na Universidade de Paris-VIII, e integrante do Cresppa.